

UNIVERSIDADE POSITIVO
PROGRAMA DE MESTRADO E DOUTORADO EM ADMINISTRAÇÃO

**FORMAS NÃO CONVENCIONAIS DE ORGANIZAÇÃO: REFLEXÕES
A PARTIR DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS DE FAXINAIS**

ANTÔNIO JOÃO HOCAYEN DA SILVA

CURITIBA
2015

ANTÔNIO JOÃO HOCAYEN DA SILVA

**FORMAS NÃO CONVENCIONAIS DE ORGANIZAÇÃO: REFLEXÕES
A PARTIR DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS DE FAXINAIS**

Tese apresentada ao Programa de
Mestrado e Doutorado em Administração
da Universidade Positivo.

Orientador: Dr. Fabio Vizeu Ferreira

Co-orientador: Dr. Rene Eugênio Seifert Jr.

**CURITIBA
2015**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca da Universidade Positivo – Curitiba

S586 Silva, Antônio João Hocayen da

Formas não convencionais de organização: reflexões a partir das comunidades tradicionais de faxinais. / Antônio João Hocayen da Silva. – Curitiba: Universidade Positivo, 2015.
527 p.: il.

Tese (Doutorado) — Universidade Positivo, Departamento de Administração, 2015.
Orientador: Fabio Vizeu Ferreira

1. Estudos organizacionais. 2. Formas não convencionais de organização. 3. Comunidades Tradicionais de Faxinais. I. Ferreira, Fabio Vizeu II. Título.

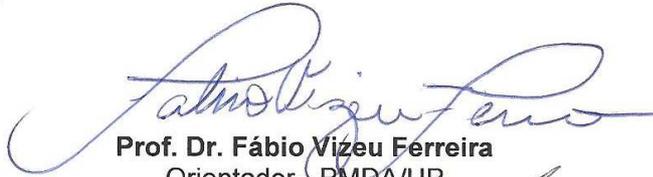
CDU 65.012.12

TERMO DE APROVAÇÃO

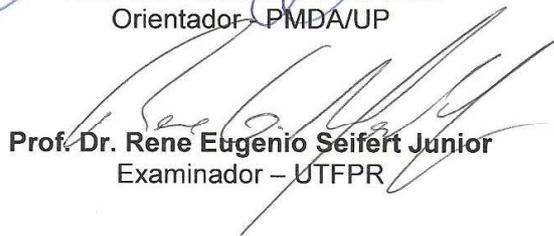
ANTONIO JOÃO HOCAYEN DA SILVA

**“FORMAS NÃO CONVENCIONAIS DE ORGANIZAÇÃO: REFLEXÕES A PARTIR
DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS DE FAXINAIS”**

**TESE APROVADA COMO REQUISITO PARCIAL PARA OBTENÇÃO DO GRAU
DE DOUTOR NO PROGRAMA DE MESTRADO E DOUTORADO EM
ADMINISTRAÇÃO DA UNIVERSIDADE POSITIVO, PELA SEGUINTE BANCA
EXAMINADORA:**



Prof. Dr. Fábio Vizeu Ferreira
Orientador - PMDA/UP



Prof. Dr. Rene Eugenio Seifert Junior
Examinador – UTFPR

Profª. Dra. Cicilian Luiza Löwen Sahr
Examinadora - UEPG



Prof. Dr. Michel Jean Marie Thiollent
Examinador - UNIGRANRIO



Prof. Dr. Eloy Eros da Silva Nogueira
Examinador - PMDA/UP

19 de fevereiro de 2015.

“Vai estudar menino ...”

Lígia Maria Hocayen da Silva

DEDICATÓRIA

*A minha esposa, Palloma Almeida Soares Hocayen
Aos meus pais, Antonio Pedroso (In memoriam) e Ligia Maria
Aos meus irmãos, Eduardo e Alessandra*

AGRADECIMENTOS

A minha querida esposa, Palloma, pelo incentivo, apoio, companheirismo e dedicação, bem como pela compreensão durante os quatro anos de curso.

Aos meus pais, Antonio (*In memoriam*) e Ligia Maria, grandes entusiastas para a realização deste trabalho.

Aos meus irmãos, Eduardo e Alessandra, pelo incentivo e pelas risadas.

Ao meu orientador, professor Dr. Fabio Vizeu Ferreira, pela paciência, pelos questionamentos e pelo compartilhamento de conhecimentos.

Ao professor Dr. Rene Eugênio Seifert Junior pelo apoio e pelas contribuições na construção do trabalho.

Aos companheiros de curso da turma de 2011, das turmas anteriores e das turmas posteriores, pela oportunidade de dividirmos essa intensa experiência.

Aos colegas do Grupo de Pesquisa 'Formas Não Convencionais de Gestão e Organização' pela oportunidade de acompanhar e fazer parte de ricas e valiosas reflexões acerca de Fenômenos Organizacionais.

Aos professores e funcionários do Programa de Mestrado e Doutorado em Administração/PMDA da Universidade Positivo/UP, pelos conhecimentos transmitidos e pelo apoio técnico.

Aos professores Dra. Cicilian Luiza Löwen Sahr, Dr. Michel Jean Marie Thiollent e Dr. Eloy Eros da Silva Nogueira pela participação na banca contribuindo de forma significativa com o trabalho.

As instituições públicas, organizações não governamentais e instituições de representação pelo apoio na disponibilização de registros documentais.

As Comunidades Tradicionais de Faxinais, que muito têm a nos ensinar, pela possibilidade de realização desse estudo.

Aos colegas de trabalho do Departamento de Administração da Universidade Estadual do Centro-Oeste/UNICENTRO, Campus Irati, pelo apoio e oportunidade de realização do curso.

Por fim, agradeço a Deus que torna todos os agradecimentos anteriores possíveis.

Muito Obrigado.

RESUMO

O pensamento acadêmico dominante elege a organização formal capitalista como a única forma organizacional possível, visão que corresponde a um processo ideológico e hegemônico atrelado a uma lógica utilitarista instituída pela Sociedade de Mercado. Inserido na área de Estudos Organizacionais em Administração e inclinado a uma perspectiva crítica acerca de Formas Não Convencionais de Organização, este estudo teve como propósito central compreender a manifestação e as implicações da tensão entre racionalidade substantiva e racionalidade instrumental nas Comunidades Tradicionais de Faxinais do Paraná. Esforço que se apresenta relevante tendo em vista que os pressupostos de desenvolvimento, de crescimento e de progresso conflitam com a percepção e o significado de convívio coletivo e de uso comunitário do território atribuído aos faxinalenses. Para sua consecução o estudo iniciou-se com levantamento e organização de material documental cuja composição final foi de 101 documentos e 10 materiais áudio visuais. Em complemento ao levantamento e organização de registros históricos, foram realizadas 12 entrevistas com faxinalenses e 3 com agentes públicos. Os dados, considerando as seis temáticas finais do estudo, foram analisados pela técnica de análise social do discurso. A análise permitiu perceber que historicamente as Comunidades Tradicionais de Faxinais foram marcadas por atividades de produção para subsistência, sendo a mais significativa e singular a prática de criação comunitária de porcos à solta. Por muito tempo, em grande parte das comunidades faxinalenses, o uso coletivo dos criadouros comunitários representou a principal atividade produtiva. Atividade muitas vezes integrada à produção de erva-mate e de pequenas hortas no entorno das residências. Considerando-se a realidade investigada, foi possível constatar a manifestação da tensão intrínseca aos elementos culturais históricos, marcada pelo discurso do descolamento com o contexto atual; da tensão intrínseca ao acesso e ao uso dos territórios comunitários, reproduzida pelo discurso da propriedade privada e da eficiência produtiva; e da tensão intrínseca à proteção e à manutenção da cultura e do território, atrelada ao discurso da mobilização e resistência. Conclui-se que a lógica comunitária arraigada nas Comunidades Tradicionais de Faxinais se constitui de forma muito próxima ao que Guerreiro Ramos (1989) conceitua como vida humana associada nas bases da racionalidade substantiva, e se contrapõe aos pressupostos econômicos de desenvolvimento, crescimento e progresso que orientam o modo de organização social presente na Sociedade de Mercado. Considerando a relevância do estudo sobre formas não convencionais de organização é pertinente apontar que as reflexões acerca das Comunidades Tradicionais de Faxinais contribuem para a ampliação dos conhecimentos teóricos e empíricos na área de Estudos Organizacionais em Administração, em decorrência dos limites conceituais da atual Teoria das Organizações para a compreensão de diferentes formas de associações humanas.

Palavras-Chave: Estudos Organizacionais; Formas Não Convencionais de Organização; Comunidades Tradicionais de Faxinais.

ABSTRACT

The dominant academic thinking elects the capitalist formal organization as the only possible organizational form, a perspective that corresponds to an ideological and hegemonic process tied to a utilitarian logic established by the Market Society. The current study, which is inserted in the field of Organizational Studies in Management and is inclined to a critical perspective regarding Non-Conventional Organization Forms, aims to understand the manifestation and implications of the tension between substantive rationality and instrumental rationality within traditional faxinal communities of Paraná. This is a relevant effort since the development, growth and progress assumptions conflict with the perception and meaning of collective conviviality and community use of the territory assigned to faxinal people. Initially, the current study surveyed and organized a documentary material which final composition was of 101 documents and 10 audio-visual materials. In addition to surveying and organizing historical records, 12 interviews were done with faxinal people and 3 with public officials. Data were analyzed using speech social analysis technique by taking under consideration the study's six final themes. The analysis allowed realizing that the Traditional Faxinal Communities were historically marked by subsistence production activities, among which the community breeding of free range pigs was the most significant and singular practice. For a long time, the collective use of community breeding areas was the main productive activity in most faxinal communities. This activity was often integrated to the production of yerba mate and small vegetable gardens surrounding the residences. By taking under consideration the investigated reality, it was possible to see the manifestation of the tension inherent to historical cultural elements. Such tension is marked by the speech about the detachment from the current context; the tension inherent to the access and use of community territories, represented by the private property and production efficiency discourse; and the tension inherent to the protection and maintenance of culture and territory, linked to the mobilization and resistance discourse. It is concluded that the community approach rooted in traditional faxinal communities is very close to what Guerreiro Ramos (1989) defines as associated human life based on substantive rationality, and is opposed to the economic assumptions of development, growth and progress that guide the social organization form in the Market Society. Given the relevance of the study on non-conventional organization forms, it is worth pinpointing that the reflections on the Traditional Faxinal Communities help improving the theoretical and empirical knowledge in the field of Organizational Studies in Management, due to the conceptual limits of the current Organizational Theory for the understanding of different forms of human association.

Keywords: Organizational Studies; Non-Conventional Organization Forms; Traditional Faxinal Communities.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1: Distinção entre razão instrumental e substantiva	70
Quadro 2: Teoria da vida humana associada	72
Quadro 3: Abordagem substantiva da organização	74
Quadro 4: Modelo de análise da racionalidade organizacional	76
Quadro 5: Dimensões da racionalidade – diferentes organizações	78
Quadro 6: Composição dos registros documentais do estudo	215
Quadro 7: Fontes de dados dos registros documentais	216
Quadro 8: Construção das temáticas finais	220
Quadro 9: Definição de critérios para a análise do discurso	224
Quadro 10: Trechos do relato do Faxinalense J	228
Quadro 11: Trechos do relato do Agente Público A	229
Quadro 12: Trechos de diferentes documentos da pesquisa	230
Quadro 13: Trechos do relato do Faxinalense G	231
Quadro 14: Trechos de relatos do Faxinalense C	232
Quadro 15: Trechos de relatos dos Faxinalenses D e G	233
Quadro 16: Trechos de relatos dos Faxinalenses B e E, do Agente Público A e de Documento	234
Quadro 17: Trechos de relatos dos Faxinalenses E, F e H	236
Quadro 18: Trechos de relatos do Faxinalense F e de Documento	237
Quadro 19: Trechos de relatos dos Faxinalenses C e K	238
Quadro 20: Trechos de relatos dos Faxinalenses B e C e de Documento	239
Quadro 21: Trechos de relatos dos Faxinalenses A e B e do Agente Público B	241
Quadro 22: Trechos de relatos dos Faxinalenses B e J e de Documento	242
Quadro 23: Trechos de relatos dos Faxinalenses A, C e G	243
Quadro 24: Trechos do relato do Faxinalense B e de Documentos	244
Quadro 25: Trechos do relato do Faxinalense I e de Documento	245
Quadro 26: Trechos de Documento	246
Quadro 27: Trechos de relatos dos Faxinalenses G e I e de Documento	247
Quadro 28: Trechos de Documentos	248
Quadro 29: Trechos de Documentos	249
Quadro 30: Trechos de relatos dos Faxinalenses A, C e H	250
Quadro 31: Trechos de Documento	251
Quadro 32: Trechos de relatos dos Faxinalenses A e J e de Documentos	252
Quadro 33: Trechos de relatos dos Faxinalenses B e G e de Documento	253
Quadro 34: Trechos de Documento	254
Quadro 35: Trechos de Documento	255
Quadro 36: Trechos de relatos do Faxinalense A e de Documento	256
Quadro 37: Trechos de relatos dos Faxinalenses E e J e do Agente Público A	257
Quadro 38: Trechos de Documentos	258
Quadro 39: Trechos de Documentos	259
Quadro 40: Trechos de Documentos	260
Quadro 41: Trechos de Documentos	261
Quadro 42: Trechos de Documentos	262
Quadro 43: Trechos de relatos dos Faxinalenses E, H e I	263
Quadro 44: Trechos de relatos do Agente Público B e do Faxinalense A	264
Quadro 45: Trechos de Documentos	265
Quadro 46: Trechos de relatos dos Faxinalenses A e B e de Documentos	266

Quadro 47: Trechos de relatos dos Faxinalenses E e K e de Documento	267
Quadro 48: Trechos de relatos dos Faxinalenses C, I e K e de Documento.....	268
Quadro 49: Trechos de relatos do Faxinalense G e de Documentos.....	269
Quadro 50: Trechos de relatos dos Faxinalenses A, C, E e F.....	270
Quadro 51: Trechos de relatos dos Faxinalenses A, F e K e de Documentos.....	272
Quadro 52: Trechos de relatos dos Faxinalenses B, E e K e de Documentos.....	273
Quadro 53: Trechos de relatos do Faxinalense G e de Documentos.....	274
Quadro 54: Trechos do relato do Faxinalense K e de Documentos.....	275
Quadro 55: Trechos do relato do Agente Público A e do Faxinalense B	276
Quadro 56: Trechos de relatos dos Faxinalenses B e K e de Documento.....	276
Quadro 57: Trechos de Documentos	277
Quadro 58: Trechos do relato do Faxinalense J e de Documentos.....	279
Quadro 59: Trechos do relato do Faxinalense J e de Documentos.....	280
Quadro 60: Trechos de Documentos	281
Quadro 61: Trechos de relatos dos Faxinalenses I, J e K e de Documento	282
Quadro 62: Trechos de relato do Agente Público A e de Documentos	283
Quadro 63: Trechos de relatos dos Faxinalenses B e G e de Documento	284

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
PROBLEMA DE PESQUISA	18
OBJETIVOS DA PESQUISA	20
JUSTIFICATIVA	20
CAPÍTULO I – MODELO DOMINANTE E HEGEMÔNICO DE ORGANIZAÇÃO	24
1.1 SOCIEDADE DE MERCADO	25
1.1.1 Bases Históricas das Transformações na Sociedade: Do Tradicional ao Moderno Racional.....	28
1.1.2 Consolidação da Sociedade de Mercado: Desenvolvimento Industrial	35
1.1.3 Lógica Dominante na Sociedade de Mercado: Cálculo Utilitário de Consequências	39
1.1.4 Profissionalização na Sociedade de Mercado: Processo de Trabalho.....	43
1.1.5 Profissionalização na Sociedade de Mercado: Gerência Científica	47
1.1.6 Sociedade de Mercado e Instituições Públicas: Implicações	54
1.1.7 Limites e Contradições do Modelo Desenvolvimentista da Sociedade de Mercado	57
1.2 RUPTURA À FORMA DE ORGANIZAÇÃO DOMINANTE: POSSIBILIDADES	64
1.2.1 Teoria da Vida Humana Associada: Entre o Instrumental e o Substantivo	68
1.2.2 Princípios e Práticas em Fenômenos Substantivos.....	73
1.2.3 Fragilidades de um Campo em Construção: Tensão em Voga.....	80
CAPÍTULO II – COMUNIDADES TRADICIONAIS ENQUANTO FORMAS NÃO CONVENCIONAIS DE ORGANIZAÇÃO	84
2.1 COMUNIDADE: SIGNIFICADO E HISTÓRICO	84
2.1.1 Origem Etimológica do Termo.....	87
2.1.2 Construção Histórico-Conceitual do Termo	90
2.1.2.1 Auguste Comte.....	92
2.1.2.2 Karl Marx	97
2.1.2.3 Ferdinand Tönnies	101
2.1.2.4 Emile Durkheim	107
2.1.2.5 Max Weber	110
2.1.2.6 Marcel Mauss	115
2.1.3 Reflexões Acerca do Conceito de Comunidade	119
2.1.4 Estudos de Comunidades e Estudos Organizacionais	122
2.2 COMUNIDADES TRADICIONAIS.....	133
2.2.1 Elementos Definidores e Caracterizadores.....	137
2.2.2 Memória, Oralidade, Conhecimentos e Práticas Tradicionais	142
2.2.3 Organização e Gestão do Cotidiano Comunitário	147
2.2.4 Natureza e Ação Coletiva nas Comunidades Tradicionais	152
2.2.5 Território e Lógica de Não Propriedade	155
2.2.6 Contradições no Contexto de Comunidades Tradicionais.....	159
2.3 COMUNIDADES TRADICIONAIS DE FAXINAIS	162
2.3.1 Sistema Faxinal: Discussão Conceitual	163
2.3.2 Fundamentos Históricos.....	168
2.3.2.1 Herança indígena e Reduções Jesuítas	168
2.3.2.2 Grandes fazendas e plantação de erva-Mate	171
2.3.2.3 Movimento social coletivista.....	173
2.3.3 Princípios e Modo de Organização	176
2.3.3.1 Lógica de não propriedade.....	180
2.3.3.2 Representantes comunitários: segurança, gestão, política e religião	182
2.3.3.3 Prática de mutirão (puxirão) e trocas	184
2.3.4 Desarticulação das Comunidades Tradicionais de Faxinais	188
2.3.4.1 Cercamentos e redução dos territórios faxinalenses.....	190
2.3.4.2 Transformações na agricultura e avanço tecnológico	192

2.3.4.3 Histórico de crises no campo: erva-mate e fumicultura	194
2.3.4.4 Gestores públicos e aparato legal.....	196
CAPÍTULO III – SÍNTESE DA CONSTRUÇÃO TEÓRICA DO ESTUDO.....	199
CAPÍTULO IV – ENFOQUE METODOLÓGICO.....	205
4.1 PRESSUPOSTOS INERENTES AO ESTUDO.....	205
4.2 CONTEXTO EMPÍRICO DE INVESTIGAÇÃO	209
4.3 PERGUNTAS DE PESQUISA.....	211
4.4 DELIMITAÇÃO E <i>DESIGN</i> DA PESQUISA	212
4.5 COLETA DE DADOS	214
4.5.1 Coleta de dados por registros documentais.....	214
4.5.2 Coleta de dados por entrevistas	216
4.6 TEMÁTICAS DO ESTUDO	218
4.7. PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DE DADOS	220
4.8 LIMITAÇÕES E ASPECTOS ÉTICOS ENVOLVIDOS NA PESQUISA.....	225
CAPÍTULO V – (DES)ENCONTROS REVELADOS NAS COMUNIDADES TRADICIONAIS DE FAXINAIS.....	227
5.1 REALIDADE VIVIDA NO CONTEXTO COMUNITÁRIO DOS FAXINALENSES: ENTRE O COLETIVO E O INDIVIDUAL.....	227
5.1.1 Uso do território, ação coletiva e lógica de produção para subsistência.....	227
5.1.2 Contradições e desafios no cotidiano comunitário	240
5.1.3 Substituição da prática de subsistência pela produção para o mercado.....	251
5.1.4 Desagregação dos criadouros comunitários e da prática de criação à solta	263
5.1.5 Ameaças à identidade coletiva	271
5.1.6 Organização e representação dos povos de faxinais.....	278
5.2 MANIFESTAÇÃO DA TENSÃO NAS COMUNIDADES FAXINALENSES: CONSTRUÇÃO HISTÓRICA E DISCURSOS PROMOTORES.....	285
5.2.1 Tensão intrínseca aos elementos culturais históricos: discurso do descolamento com o contexto atual.....	286
5.2.2 Tensão intrínseca ao acesso e ao uso dos territórios comunitários: discurso da propriedade privada e da eficiência produtiva.....	305
5.2.3 Tensão intrínseca à proteção e à manutenção da cultura e do território: discurso da mobilização e resistência	322
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	334
PROPOSTAS PARA FUTURAS PESQUISAS	346
REFERÊNCIAS.....	349
APÊNDICES.....	367
Apêndice 1: Caracterização das Entrevistas	368
Apêndice 2: Caracterização dos Documentos	371
Apêndice 3: Caracterização dos Materiais Audiovisuais	380
Apêndice 4: Levantamento Primário de Temas Emergentes	381
Apêndice 5: Codificação de Temáticas Intermediárias	387
Apêndice 6: Mapa 1/Uso do Território, Ação Coletiva e Produção para Subsistência.....	393
Apêndice 7: Mapa 2/Contradições e Desafios no Cotidiano Comunitário	416
Apêndice 8: Mapa 3/Substituição da Prática de Subsistência pela Produção para o Mercado	431
Apêndice 9: Mapa 4/Desagregação dos Criadouros Comunitários e da Prática de Criação à Solta	466
Apêndice 10: Mapa 5/Ameaças à Identidade Coletiva	492
Apêndice 11: Mapa 6/Organização e Representação dos Povos de Faxinais.....	503

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, vem crescendo na área de Estudos Organizacionais o debate sobre a legitimidade das ideias vinculadas ao modelo capitalista na determinação dos critérios de efetividade da vida organizacional. Assim, conceitos como os de Desenvolvimento, Crescimento Econômico e Progresso, bem como as ações práticas decorrentes de um comportamento utilitarista representam uma temática de ponderações e julgamentos. Tanto pesquisadores de diferentes áreas acadêmicas – reflexão científica –, quanto pessoas em seu cotidiano de vida – reflexão empírica/vivenciada –, têm se dedicado à compreensão da realidade e dos fenômenos sociais que envolvem o discurso ideológico de Desenvolvimento, Crescimento Econômico e Progresso em relação a suas propostas, seus limites e suas contradições.

Na área de Estudos Organizacionais em Administração o Desenvolvimentismo se traduz em específicas premissas assumidas como diretrizes orientadoras para pesquisa e para a determinação de modelos a serem seguidos. Assim, o modelo de organização universalizado como referência é o do modo de produção capitalista, baseado na reprodução do capital e na racionalidade utilitarista (VIZEU, 2010a). O objetivo primeiro da organização passa a ser o crescimento visando à concentração de capital e aumento da competitividade (SEIFERT; VIZEU, 2011; 2015). A premissa fundamental da Teoria Organizacional passa a ser a racionalidade instrumental, baseada no modelo burocrático e em suas premissas comportamentais (GUERREIRO RAMOS, 1989). Assim sendo, qualquer outro tipo organizacional é considerado como inadequado ou estranho à área de Estudos Organizacionais, como por exemplo, as comunidades tradicionais (BOEHS; SEIFERT; VIZEU, 2013).

Como sugerido por Guimarães (2002) e Sachs (2010), o Desenvolvimento como foco de pesquisa, congrega pressupostos teórico-conceituais que dominaram nas últimas seis décadas as investigações na área de Estudos Organizacionais de Administração, pactuando com o pensamento positivista-funcionalista que permeou historicamente o discurso e a prática de pesquisadores, empresários e governantes, bem como de parcela considerável da população.

Portanto, o pensamento desenvolvimentista tornou-se dominante em decorrência da crença de que os benefícios resultantes seriam democráticos,

atingindo indistintamente indivíduos em diferentes contextos sociais (GUIMARÃES, 2002). Associado a ideia de prosperidade, esse processo ideológico acabou por se cristalizar numa lógica alicerçada na busca pelo crescimento econômico (SCHUMACHER, 1977).

No entanto, a promessa que acompanha o discurso de desenvolvimento, embora seja cada vez mais difundida não atinge todos no mundo de forma igualitária. Atende a pequena parcela da Sociedade (SANTOS, 2010). Na verdade, a prosperidade do crescimento e desenvolvimento não é distribuída uniformemente nem nas regiões mais ricas, quem dirá em contextos periféricos à lógica de acumulação de capital. Mesmo assim, reforça os limites determinantes da distinção entre centro e periferia (ANDRADE, 1974).

Neste sentido, contextos sociais tradicionais são vistos como empecilhos para a consecução dos planos de expansão do modelo capitalista de produção, uma vez que se mantêm alheios aos seus ditames centrais, organizando-se a partir de sua própria lógica. Todavia, o que se observa é que a lógica utilitarista defendida por governantes e corporações capitalistas se torna perniciosa. Representa o enfraquecimento da Sociedade por desconsiderar as singularidades de um povo, conduzindo sua população a uma imposição política e econômica de cima para baixo. Ação esta que considera iguais as diferentes arestas da Sociedade, desprezando a multiplicidade cultural e abrindo caminho para a dependência e a dominação (SANTOS, 2007).

Considerando estas contradições no discurso dominante sobre o imperativo do Desenvolvimentismo e sobre a incompatibilidade das Comunidades Tradicionais com os Estudos Organizacionais, partiu-se da ideia de Guerreiro Ramos (1989) de que é possível encontrar em novas referências humanas e sociais princípios proveitosos para esta área acadêmica. Assim sendo, é lançado olhar para experiências comunitárias tradicionais, entendendo-as como importante realidade organizacional a ser investigada pelos pesquisadores desta área. As comunidades tradicionais comportam um potencial questionador ao modelo organizacional dominante, pois assumem princípios coletivistas relevantes para se pensar na vida humana associada não individualista e não baseada na exclusão. Além disso, a permanência de formas tradicionais na Modernidade pode revelar possíveis caminhos para dar conta de ambas as esferas culturais – a Moderna e a Tradicional.

Esse parece ser o caso de um tipo de organização comunitária exclusiva da América Latina, mais precisamente, do sul do Brasil, denominada por Faxinais.

Comunidades Tradicionais de Faxinais representam experiência singular de vida comunitária no meio rural na região sul do país (SILVA, 2005; SCHUSTER, 2010). Construiu-se historicamente uma identidade particular em termos de laços afetivos de convívio e de uso compartilhado do território, em que o ser humano é tomado como essência central das práticas e relações sociais (LÖWEN SAHR, 2008). Entre 1900 e 1950, as comunidades faxinalenses ocupavam 20% do território paranaense e representavam a forma predominante de organização social e de condução das atividades no campo (SILVA, 2005).

Tal entendimento surge em função de suas características específicas, já que, nas comunidades faxinalenses, assumidas como Formas Não Convencionais de Organização¹, institui-se a preocupação dos membros do grupo com elementos de uma cultura tradicional (SOUZA, 2009). Conforme Lemes e Löwen Sahr (2005, p. 1), orientam-se por uma “racionalidade camponesa autosustentável que permite um equilíbrio socioambiental com baixa inserção no mercado capitalista”.

Portanto, nos contornos históricos de uso da terra no país, Comunidades Tradicionais de Faxinais podem ser percebidas como uma modalidade de organização rural que remonta ao Brasil colonial. Testemunharam o surgimento de uma identidade socioeconômica peculiarmente brasileira, articulando de forma equilibrada a essência coletivista humana e a conservação da natureza (LÖWEN SAHR; CUNHA, 2005). Da mesma forma, essas práticas coletivistas e ecologicamente orientadas reforçam a ideia mencionada por Polanyi (2000) sobre princípios de reciprocidade, redistribuição e domesticidade, comuns no cotidiano de povos tradicionais.

Como sistema singular, Comunidades Tradicionais de Faxinais apresentam características culturais específicas contribuindo para a fixação do homem no campo e para a conservação do meio ambiente e a manutenção da biodiversidade (OLIVEIRA, 2008). Territórios sustentados pelo uso comum da terra – criadouro comunitário – “espaço que reflete a produção consensuada de práticas sociais

¹Formas Não Convencionais de Organização podem ser entendidas como agrupamentos humanos que expressam um modo de organização, forma de condução das atividades e práticas de produção alinhadas a uma racionalidade substantiva, arraigada a princípios de solidariedade, reciprocidade, redistribuição, domesticidade e convivialidade, além de traços singulares que representem uma identidade cultural própria.

internas e laços de solidariedade que caracterizam a gestão coletiva do território” (BERTUSSI, 2010, p. 3). Para tanto, às comunidades tradicionais de Faxinais é atribuído o *status* de “manifestação cultural pertencente à categoria dos povos tradicionais” (CAMPIGOTO; BONA, 2009, p. 127) em função das características culturais, sociais e estruturais atribuídas a esse modo peculiar de organização e produção familiar.

Ao longo de sua trajetória histórica, o distanciamento das Comunidades Tradicionais de Faxinais em relação ao modo de produção capitalista foi mantido à medida que seus membros valorizavam sua cultura tradicional. Por esse motivo, comunidades faxinalenses resistiram por mais de um século à colonização do Capital e mantiveram-se marginais aos propósitos utilitaristas da Sociedade de Mercado (SOUZA, 2009). Justifica-se ainda afirmar que essa condição somente foi possível enquanto houve desinteresse dos detentores de capital sobre essas comunidades.

Contudo, cabe considerar a forma de organização das comunidades faxinalenses como exemplo de práxis libertadora, que questiona e coloca sob suspeita a ideia de coletivismo difundida pela Sociedade de Mercado. Como proposto por Esteva (2010) que ao discutir a representação simbólica do termo desenvolvimento atribuiu seu caráter ideológico a multiplicidade de significados destituídos de conteúdo e valor, constituindo numa significativa falácia, que encontra sustentação nos pressupostos do modo de produção capitalista.

Portanto, alheias aos ditames técnicos e estruturais impostos pelos proprietários rurais capitalistas e por agroindústrias, comunidades faxinalenses foram mantidas na invisibilidade (LÖWEN SAHR; CUNHA, 2005; SOUZA; SEIDEL, 2009; SILVA JUNIOR; SOUZA, 2009). Entretanto, por conta da recente expansão do agronegócio capitalista, as Comunidades Tradicionais de Faxinais encontram-se restritas a poucos municípios do Paraná (RUPP; MARTINS, 2008; TOLEDO, 2008; SOUZA; SEIDEL, 2009), vivenciando uma realidade de contradições e conflitos decorrentes de princípios e práticas do modelo hegemônico dominado pela racionalidade instrumental.

Realidade retratada por Löwen Sahr (2008) em um estudo seminal em que discute as racionalidades presentes em comunidades tradicionais, tomando como exemplo o contexto vivenciado pelos faxinalenses. A autora percebeu que as

Comunidades Tradicionais de Faxinais mantêm de forma paralela múltiplas racionalidades, inseridas em uma perspectiva de adaptações que envolvem a manifestação de contradições entre valores tradicionais e princípios oriundos de um mundo moderno.

Desse modo, sob a perspectiva da área de Estudos Organizacionais em Administração, a contraposição entre ações alinhadas à lógica utilitarista de instituições privadas e do poder público e o modo de vida comunitário, característico das Comunidades Tradicionais de Faxinais, pode ser entendida conceitualmente como uma tensão entre a racionalidade instrumental e a racionalidade substantiva. Tensão que se materializa na imposição de uma série de impactos e conflitos, promotores da inversão de valores no contexto das comunidades faxinalenses.

Neste sentido, a tensão entre racionalidade substantiva e racionalidade instrumental, em conformidade ao entendimento de Vizeu (2009), apresenta-se como importante fenômeno a ser considerado na área de Estudos Organizacionais em Administração, tendo em vista a dificuldade de clara demarcação dos diferentes contextos sociais, bem como da racionalidade dominante em suas dinâmicas.

PROBLEMA DE PESQUISA

Com base no exposto, necessário se faz refletir acerca dos limites apresentados pelo comportamento utilitarista de gestores públicos e privados que, alinhados ao modelo dominante da Sociedade de Mercado promovem uma perspectiva generalista de compreensão das questões sociais, econômicas, ambientais, religiosas e culturais inerentes a Sociedade.

Nesse sentido, adotou-se como problema de pesquisa a questão:

Como se manifesta e quais as implicações da tensão entre racionalidade substantiva e racionalidade instrumental nas Comunidades Tradicionais de Faxinais do Paraná?

Os elementos analíticos que suportam o problema acima se encontram na trajetória histórica das Comunidades Tradicionais de Faxinais. Nesse contexto, o discurso de desenvolvimento, de crescimento e de progresso no Paraná é marcado por um conjunto de contradições acerca do uso da terra (FERREIRA, 2008; TAVARES, 2008; SIMÕES, 2009). Tais acontecimentos acabaram por promover a

degradação das Comunidades Tradicionais de Faxinais no Paraná, sendo muitas delas extintas.

Neste sentido, Schuster (2010, p. 29) salienta que “se os Faxinais estão se dissolvendo aceleradamente, ou passando por uma fase de crise, provavelmente as razões estão no avanço da lógica mercantil e privada (externa e internamente) em detrimento do caráter coletivo dos faxinalenses”. Essa realidade reforça as tensões entre racionalidade substantiva e racionalidade instrumental no contexto das comunidades faxinalenses.

Apesar do crescente movimento de desestruturação das Comunidades Tradicionais de Faxinais no Paraná, o papel das instituições possibilita a sobrevivência de muitas comunidades, principalmente na região Centro-Sul do estado. Alicerçadas nas relações de confiança e solidariedade, conseguem reproduzir seus costumes e valores tradicionais, garantindo a perpetuação de um modo singular de organização da vida no campo, bem como das práticas de subsistência historicamente constituintes (BARBOSA, 2010).

Muitas comunidades faxinalenses passaram a promover um movimento de resistência às pressões impostas por instituições externas. Resistência que visa garantir a continuidade de uma prática de organização social constituída em princípios de convívio comunitário e produção de subsistência. Essas características são influenciadas por costumes tradicionais, valores humanos e crenças religiosas, cuja dinâmica exige compreensão distinta de uma visão generalista (SIMÕES, 2009; BARBOSA, 2010; SCHUSTER, 2010).

Portanto, a Sociedade é formada por um conjunto de enclaves sociais (GUERREIRO RAMOS, 1989), e preenchê-los com base nos princípios de uma racionalidade instrumental se torna limitado. Desse modo, justifica-se reconhecer que a efetividade dos pressupostos ideológicos de uma Sociedade de Mercado não se concretiza em todos esses contextos, nem está ao alcance de todos os indivíduos.

Assim, a expansão do modelo dominante guiado pela lógica de propriedade privada e acumulação financeira, acaba por estabelecer os limites de ação das Comunidades Tradicionais de Faxinais, fadadas a um possível desaparecimento (RAMOS, 2009). Conseqüentemente, conforme afirma Souza (2010, p. 20), “os faxinais se apresentam hoje mediante formas diferenciadas de apropriação comum,

resultado de conflitualidades recorrentes”, que em suma representam a busca pela existência social (SOUZA, 2010), historicamente característica do meio rural paranaense.

OBJETIVOS DA PESQUISA

Tendo em vista o problema de pesquisa apresentado anteriormente, foi delimitado o seguinte objetivo geral:

Compreender a manifestação e as implicações da tensão entre racionalidade substantiva e racionalidade instrumental na atividade de criação de porcos à solta em Comunidades Tradicionais de Faxinais no Paraná.

A partir dos contornos estabelecidos pelo propósito central do estudo, os objetivos específicos foram:

- Revelar o modo de organização e a forma de condução da atividade de criação de porcos à solta em Comunidades Tradicionais de Faxinais no Paraná;
- Verificar implicações e transformações em decorrência do avanço do Capital na atividade de criação de porcos à solta nas Comunidades Tradicionais de Faxinais no Paraná;
- Analisar a tensão entre racionalidade substantiva e racionalidade instrumental na atividade de criação de porcos à solta em Comunidades Tradicionais de Faxinais no Paraná.

JUSTIFICATIVA

A investigação de comunidades tradicionais representa uma mudança de abordagem nos estudos sobre organizações substantivas, pelo menos como estes vêm ocorrendo nos últimos anos. Desde o texto seminal de Alberto Guerreiro Ramos em 1989, organizações substantivas são tipos organizacionais amplamente estudados no Brasil.

Os estudos desse autor têm por principal referência a crítica à hegemonia da racionalidade instrumental como referência articuladora da atividade organizativa, algo que está historicamente vinculado à emergência do *Management* como prática fundamental da vida social na modernidade (VIZEU, 2010a). Por conta disso, a

proposta de Guerreiro Ramos (1989) para uma nova referência à teoria organizacional foi fundamentada no conceito weberiano de racionalidade substantiva, orientada para valores.

Dessa nova referência teórica se consolidaram no Brasil estudos que tentam verificar manifestações organizacionais fundamentadas numa lógica substantiva de orientação para a ação social, especialmente a partir do trabalho de doutoramento de Serva (1996) e de seus estudos subsequentes sobre as denominadas Organizações Substantivas².

Os estudos empíricos desses tipos organizacionais reforçaram a ideia de que é possível a existência de formas alternativas ao modelo organizacional centrado no mercado. Apesar de esses estudos também verificarem a dificuldade desses esforços de alteridade a lógica instrumental se sustentarem dentro do contexto de influência do mercado, as organizações substantivas são observadas pelos sucessores de Alberto Guerreiro Ramos como uma forma de resistência da Sociedade civil às contradições da vida centrada na lógica utilitarista (SERVA, 1993).

Mesmo assim, estudos sobre organizações substantivas têm se omitido quanto à investigação de formas de resistência ao modelo dominante de organização nos espaços marginais aos contextos urbanos e industriais centros da Sociedade de Mercado. Ou seja, geralmente, os estudos sobre organizações substantivas consideram as organizações formais – no sentido tratado pelos teóricos organizacionais norte-americanos de meados do século vinte, tais como indústrias ou mesmo organizações sem fins lucrativos, mas formalmente estabelecidas dentro dos princípios institucionais modernos. Neste sentido, as manifestações populares, de ordem tradicional, como as comunidades faxinalenses, são desconsideradas como formas de organização legítimas e capazes de oferecer um modelo de organização para o trabalho e a vida social conformado com a racionalidade substantiva.

Todavia, as comunidades tradicionais podem ser percebidas como uma expressão de resistência ao modelo capitalista, e podem ser reconhecidas como espaços sociais para manifestações de lógicas alternativas ao modelo organizacional dominante. Considerando o argumento de Guerreiro Ramos (1989),

²“Organizações substantivas são organizações produtivas nas quais predomina a racionalidade substantiva em seus processos administrativo-organizacionais e, que contêm o ideal da emancipação do homem entre suas finalidades e práticas concretas” (SERVA, 1996, p. 276).

de que se faz necessária uma nova referência em estudos sociais para pensar formas de organização da vida humana associada, as Comunidades Tradicionais de Faxinais se configurariam como um contexto diferenciado, justamente por se fundamentarem em práticas e princípios tradicionais, alinhados a valores humanos.

No caso do Brasil, são encontrados estudos sobre Comunidades Tradicionais, conforme Diegues (1997), Guarim (2000), Diegues e Viana (2004), Batista (2005), Lima e Bozzobon (2005), Mafra e Städtler (2007), Andreoli (2009), Brandenburg (2010), Cañete e Ravena-Cañete (2010), Colaço e Sparemberger (2010), Amarante (2011) e Grzebieluka (2012), bem como sobre Faxinais, segundo Chang (1988), Nerone (2000), Furtado *et al.* (2003), Löwen Sahr (2005), Löwen Sahr e Cunha (2005), Campigoto (2008), Novak e Fajardo (2008), Hauresko (2008), Tavares (2008), Oliveira (2008), Pereira e Sochodolak (2009), Schuster e Löwen Sahr (2009), Schörner (2010) e Cordeiro (2011). Contudo, são pesquisas que não estão inseridas na área de Estudos Organizacionais em Administração.

Assim, assumindo-se a relevância da abordagem da teoria da vida humana associada nas bases da racionalidade substantiva como apontado por Guerreiro Ramos (1989), o campo de Estudos Organizacionais em Administração pode contribuir para a compreensão da dinâmica que envolve as Comunidades Tradicionais de Faxinais, respeitando suas singularidades e considerando os desdobramentos históricos correspondentes a sua formação.

Outro fator que tornou relevante a consecução deste estudo diz respeito à ênfase na perspectiva histórica nos Estudos Organizacionais em Administração e suas possíveis contribuições. Assim, tendo em vista que contextos sociais diferenciam-se em função de costumes, princípios e valores, conforme expõem Üsdiken e Kieser (2004), o elemento da cultura local como centro no processo de compreensão da dinâmica organizacional justifica o uso da perspectiva histórica.

Consequentemente, no Brasil, na área de Administração, Estudos Organizacionais históricos em Comunidades Tradicionais são fundamentais, tendo em vista que “olhar para nosso passado é algo necessário para que a academia brasileira avance no entendimento da identidade organizacional e gerencial nacional” (VIZEU, 2010, p. 45).

A comunidade universitária extensionista, responsável pela prática de projetos e programas de intervenção em Comunidades Tradicionais, por meio de

estudo mostra que a ideia de mudar a realidade implica em delimitar o começo do fim de um conjunto de elementos tradicionais, que dão significado, sinergia e identidade ao grupo. Mudanças e transformações devem ser percebidas como naturais às populações e não promovidas por indivíduos externos a elas. Muitas vezes, imbuídos de uma ideologia de progresso, crescimento e desenvolvimento, esses agentes operam em oposição à lógica comunitária coletiva dos grupos tradicionais. Importante seria, portanto, a condução de ações intervencionistas com o propósito de promover o aprendizado de acadêmicos a partir da vivência com costumes, valores, tradições e crenças promotoras de valores humanos e contrários à perspectiva utilitarista.

Finalmente, o estudo contribui para o esclarecimento e engajamento da Sociedade civil contra a postura generalizante que historicamente vem se adotando nas práticas decorrentes da Sociedade de Mercado. Como sinalizado, agentes públicos invariavelmente assumem que suas políticas são adequadas a qualquer contexto social e descartam a riqueza de ações condicionadas a um movimento social de baixo para cima, no qual os indivíduos são responsáveis pela reflexão, definição e implementação de suas transformações.

CAPÍTULO I – MODELO DOMINANTE E HEGEMÔNICO DE ORGANIZAÇÃO

Considerando a perspectiva histórica e crítica, os princípios e práticas de organização e de gestão vigentes devem ser considerados como fruto de período histórico da Sociedade em que o homem abandona o modo de vida tradicional, essencialmente rural, e assume os ditames da sociedade industrializada, resultante do modo capitalista de produção. Neste aspecto, tais princípios refletem os anseios da racionalidade instrumental e do cálculo utilitário de consequência, tendo a aplicação limitada aos valores de uma Sociedade de Mercado.

Contudo, a Sociedade de Mercado é palco da ação de inúmeras organizações, representantes do modelo hegemônico e dominante de gestão. Muitas formadas por grupos “embasados numa lógica marcada pelo utilitarismo” (SERVA, 1996, p. 573). Que embora não tenham suas ações prejudicadas, dividem o mercado com outras organizações constituídas por princípios humanistas, baseados na reafirmação da vida humana associada. Confrontando o ideal econômico proclamado pelo modo de produção capitalista, estas organizações coletivistas se sustentam em princípios que valorizam um comportamento ético e moral.

Nesse sentido, princípios de organização e gestão tais como a produção para o mercado e o consumo em massa representam os propulsores de um modelo de Sociedade economicista. Determinando a supremacia da racionalidade instrumental sobre a lógica substantiva da vida humana associada, o modelo dominante de gestão foi historicamente construído nas bases do “consumo dentro dos limites de necessidades humanas finitas” (GUERREIRO RAMOS, 1989, p. 35). Este princípio, antes de ser algo universal à vida econômica, se configura como algo contrário ao sistema econômico tradicional, que era baseado na produção coletiva e solidária e na subsistência, fundamentos estes que, embora vigentes nas sociedades pré-industrializadas, não se apresentavam como algo determinante das relações sociais da Sociedade de Mercado.

Portanto, o presente capítulo tem como propósito central discutir a formação histórica de pressupostos de organização e gestão que se tornaram hegemônicos na Sociedade de Mercado. Buscamos discutir sua aderência em diferentes contextos sociais, como a esfera pública, apontando ainda falácias de seus ideais, permeados por uma série de limites e contradições. Esta reconstrução histórica, antes de ser

mera revisão descritiva, pretende apontar elementos que permitiriam vislumbrar as possibilidades de ruptura desse modelo, como por exemplo, a proposta de Guerreiro Ramos (1989), com a Teoria da Vida Humana Associada nas bases da Racionalidade Substantiva.

Assim sendo, a discussão acerca do modelo dominante e hegemônico de organização foi dividida em dois subcapítulos centrais: i) a Sociedade de Mercado, cujo conteúdo é distribuído em sete tópicos; e ii) a proposta de Ruptura à Forma de Organização Dominante, construída em três tópicos. No texto referente à Sociedade de Mercado é apresentado o argumento central do estudo no que diz respeito à transposição de um mundo tradicional para um mundo moderno, com todas as suas implicações para o ser humano e para a natureza. Em seguida, argumenta-se acerca das possibilidades de rompimento com os pressupostos desta forma dominante de organização baseada na lógica racional instrumental.

1.1 SOCIEDADE DE MERCADO

Considerando-se a singularidade e a interdependência dos episódios históricos inerentes à gênese da modernidade – que de forma direta acarretou na transposição de um mundo tradicional para um mundo moderno – autores destacam a centralidade da lógica instrumental do cálculo utilitário de consequências neste processo. Neste sentido, faz-se necessário que sejam delimitados os pilares de constituição e consolidação da Sociedade de Mercado, demarcada pelo modo capitalista de produção, assumido como modelo hegemônico e dominante de organização em diferentes contextos sociais.

Investigar Sociedades arcaicas representa um desafio para pesquisadores nos dias atuais, tendo em vista que há uma tendência ao anacronismo (VIZEU, 2010). Ou seja, ao se analisar o passado com um olhar de elementos do momento contemporâneo, distorcendo a realidade de uma época que só tem significado naquele contexto e momento específico. Ainda assim, alguns pesquisadores, pela diferenciada inclinação ontológica e epistemológica adotada, têm conseguido explicar a dinâmica de vida do homem em momentos históricos anteriores ao período que se consolida a partir do século XIX, com a hegemonia da Sociedade burguesa (HOBBSAWN, 1996; POLANYI, 2000).

Neste sentido, estes estudos auxiliam na desmistificação de certas ideias a

respeito dos princípios fundamentais que articulam a vida humana associada (GUERREIRO RAMOS, 1989). Dentre estas questões, princípios norteadores da atividade econômica têm sido objetos de questionamentos, estando na pauta de pensadores modernistas, como por exemplo, Adam Smith, Jacques Rousseau e Thomas Hobbes. O comportamento social que define a estrutura econômica vigente tem sido celebrado como a hegemonia dos valores de uma Sociedade burguesa, triunfante diante dos arranjos políticos e institucionais consolidados no século XIX (HOBBSAWM, 1996; VIZEU, 2011).

Todavia, tais considerações não levam em conta que o sistema econômico atual sofreu transformações ao longo do tempo, tendo como ponto crucial de consolidação o modo de produção capitalista. Este, por sua vez, se explica por um processo histórico que induziu a transposição de uma lógica tradicional para a centralidade de uma prática utilitarista, baseada nas relações de mercado (POLANYI, 2000).

O utilitarismo teria sido erroneamente concebido como a resposta da busca natural do homem pela satisfação das suas necessidades a partir do uso irrestrito dos elementos dispostos na natureza. O que se argumenta aqui é que esta concepção de comportamento, antes de ser um princípio de humanidade, foi na verdade uma ideologia promovida pelo desenvolvimento industrial e pelo avanço técnico-científico experimentado, decorrentes do processo de modernização da Sociedade (BENDIX, 1974; SERVA, 1996).

Neste processo, cabe salientar os eventos históricos envolvidos na construção de tal mitificação. Certamente, a Revolução Industrial marca a consolidação de um conjunto de valores e princípios que foram importantes (BENDIX, 1974). Neste ponto, Hobsbawm (2000) enfatiza que a Revolução Industrial apresenta-se como um movimento na base da Sociedade de Mercado. Porém, o modo de produção baseado no sistema industrial não se deu de forma abrupta, acompanhou as mudanças da sociedade, tendo emergido em decorrência de uma combinação de fatores que provocaram a reconfiguração no modo de vida das pessoas (HOBBSAWM, 1977).

Com o advento da era Moderna, o homem que vivia do campo, com suas atividades direcionadas ao cultivo de alimentos e criação de animais visando o sustento da família, tem seu modo de vida radicalmente alterado. Isto se deu

particularmente pela ação dos senhores, que se apropriavam da terra e passavam a explorar a força de trabalho em favor de seus interesses econômicos. Numa primeira fase, esta apropriação ocorreu ainda com as atividades de agricultura e pecuária, e em seguida, em pequenos moinhos de engenho, provendo a família dos senhores, bem como gerando excedente que era direcionado para o mercado consumidor, do qual os próprios colonos muitas vezes se serviam (HOBBSAWM, 1977).

Entender estes acontecimentos é fundamental para que se possa compreender a emergência das Sociedades ocidentais contemporâneas. Conforme salienta Braverman (1981) foram estes processos que deram início a uma lógica de mercado que potencializou o crescimento e a profissionalização das organizações, amparadas pelo contínuo crescimento da vida urbana com suas necessidades. Sob o ponto de vista da lógica capitalista, foi este processo que garantiu a constituição do mercado para o fornecimento de mão de obra necessária às atividades industriais e o mercado de consumo para as mercadorias decorrentes do processo produtivo.

Assim, o mundo moderno é marcado por um fluxo dinâmico de ajustes nas relações sociais, tendo como aspecto central uma lógica econômica historicamente constituída pelas relações de mercado e seus catalisadores (MARX, 1978). Neste sentido, Harvey (2007) aponta que a transposição de uma Sociedade rural para uma Sociedade urbana e moderna, dominada por princípios utilitaristas, foi acompanhada de ideais de produção em massa e em detrimento de práticas de subsistência permeadas pela lógica coletivista.

Esta transformação implicou em um redirecionamento social em que tal coletivismo, até então princípio organizativo fundamental da vida humana associada, conforme aponta Guerreiro Ramos (1989), dá lugar ao racionalismo de ordem instrumental, que, ao extrapolar os limites das corporações industriais, passa a reger a vida social das pessoas. Como salientado, esta transformação também foi reforçada por um contexto de consumo em massa dominante na Sociedade industrial moderna.

Em decorrência das transformações da sociedade, a crença de que o próspero crescimento econômico sustentaria os pressupostos de um desenvolvimento irrestrito, em termos de regiões ou indivíduos, gerando prosperidade coletiva, demonstrou-se limitada. Por conta desta dificuldade, este processo vem sendo paulatinamente questionado à medida que se expande e se

salientam contradições de ordem social, cultural e ambiental (SACHS, 1998).

1.1.1 Bases Históricas das Transformações na Sociedade: Do Tradicional ao Moderno Racional

Até o início do século XIX, a base social da humanidade apresentava-se como sendo rural. A economia girava em torno de atividades camponesas. Neste contexto, as relações entre os grupos dominantes com a maioria da população eram baseadas nas diferenças entre os senhores detentores da propriedade da terra e os lavradores, que, na condição de arrendatários, dedicavam-se à agricultura e pecuária. Essas propriedades rurais, cuja dinâmica social e econômica organizava-se em torno de princípios feudais, eram responsáveis pela produção agrícola necessária à sobrevivência das famílias que estavam atreladas ao complexo rural. No máximo, poderiam incumbir-se de atender às demandas dos povoamentos circunvizinhos, atentando-se para necessidades internas, de modo que a ação econômica externa não prejudicasse sua sobrevivência (HOBBSBAWM, 1977).

Anteriormente, por volta do século XVII, no meio rural da Inglaterra, eram comuns os campos abertos – espaços geográficos em que camponeses desenvolviam atividades agrícolas e de pastoreio de forma livre e comunitária, visando à subsistência de suas famílias. Estas áreas rurais, que com o tempo passaram a ter uso restringido, foram atingidas pelo processo de cercamento, característico do primeiro período *Tudor* da Inglaterra. Por conta da estrutura social camponesa, esta medida retirava dos camponeses os meios de sobrevivência, determinando que a configuração do meio rural passasse a corresponder aos interesses econômicos dos senhores. Por exemplo, houve no processo de cercamento o interesse pela conversão das terras destinadas ao plantio em pastagens para criação intensiva de carneiros, por conta de esta última atividade ser mais lucrativa (POLANYI, 2000).

Com este processo de cercamento e otimização econômica das áreas rurais, povoamentos que estavam no entorno dessas áreas comuns foram praticamente extintos. As habitações e os poucos postos de trabalho, foram os elementos das comunidades locais mais afetados. Conseqüentemente, este movimento culminou numa incisiva desarticulação social em que os mais ricos, pela apropriação das terras dos mais pobres, destruíam costumes e valores tradicionais tidos como cerne de identidade dos povos camponeses (POLANYI, 2000).

É preciso ainda atentar-se para o fato de que esta revolução rural esta diretamente associada à Revolução Industrial. Polanyi (2000) reforça que mais tarde, na Inglaterra, os cercamentos tornaram-se fornecedores de lã para as primeiras indústrias têxteis manchesterianas. Surge, assim, um novo processo de desarticulação social. Em sua primeira fase, os proprietários das terras processavam a lã em suas próprias propriedades, em pequenas fábricas, muitas vezes com a mão de obra dos camponeses de seu entorno, que tiveram extirpado o direito de uso da terra; esses indivíduos encontraram nos processos produtivos dos senhores os únicos meios de sobrevivência, já que, com o surgimento das fábricas nos centros urbanos, antigas práticas de sobrevivência foram extintas.

É por conta disso que, para a perspectiva marxiana, esse sistema apresentou-se de forma mais devastadora do que o primeiro, pois camponeses que inicialmente viviam da terra, criando e cultivando bens necessários à subsistência de suas próprias famílias, foram submetidos, em função dos cercamentos, às atividades de processamento da lã produzida pelos senhores, agora proprietários das terras daqueles. Com o advento da Revolução Industrial, os antigos camponeses foram marginalizados nas periferias dos centros urbanos e submetidos a condições desumanas de sobrevivência. Cidades foram surpreendidas pela massa de pessoas que se deslocavam dia e noite para locais em que se constituíam alavancas do Capitalismo Industrial, em busca da prometida prosperidade a partir do trabalho assalariado (POLANYI, 2000).

Sobre este processo, Hobsbawm (1977) lembra que, no final do século XVIII e meados do século XIX, a terra era tida como principal fonte de riquezas da sociedade, tornando-se elemento para promoção das ideias progressistas da época, que tinham burgueses como principais interessados. Contudo, até esse período, a terra foi historicamente tratada como bem sagrado, de propriedade coletiva, da qual camponeses obtinham a sobrevivência de seus familiares.

Contudo, como afirma Hobsbawm, com a intensiva conversão da terra em capital, para que se tornasse possível colocar em prática pressupostos de uma economia de mercado, as transformações do meio rural foram dadas em três aspectos essenciais, que foram: i) Inicialmente, havia a necessidade de instituir o princípio de propriedade privada, em que o caráter sacro da terra seria substituído pelo atributo de mercadoria, de modo que burgueses, detentores de capital

financeiro, pudessem explorar a terra de forma intensiva, bem como gerar a acumulação de capital por meio da venda da própria terra; ii) A lógica subjacente ao modo de uso da terra deveria ser a utilitarista, a partir da qual seus proprietários, agora interessados em obter ganhos financeiros cada vez maiores, passassem a investir em máquinas, equipamentos e técnicas que pudessem tornar a terra altamente produtiva, como por exemplo, a prática da monocultura, cujo foco central seria um mercado consumidor promissor, que se formava nos centros urbanos; e iii) Por fim, camponeses que antes viviam do resultado de sua dedicação as terras, seriam transportados para a categoria de operários, adaptando-se ao trabalho industrial nas fábricas, sendo sua força de trabalho vendida para a transformação de matéria-prima em produto industrializado (HOBBSAWM, 1977).

Em função desses três aspectos, conforme salienta Hobsbawm (1977), emerge uma nova tensão entre as diferentes camadas sociais européias: de um lado, camponeses tradicionais e não capitalistas proprietários de terras buscando defender seus interesses alinhados com a manutenção de um modo de vida predominantemente rural e coletivo; na outra ponta, articulam-se os burgueses, inebriados pelas propostas de progresso e crescimento econômico, e alguns camponeses avessos aos movimentos tradicionais, buscando romper com a perspectiva da agricultura de subsistência.

Neste contexto, delimita-se uma série de conflitos rurais que, ao longo dos anos e com o fortalecimento dos pressupostos capitalistas, terminou com a transformação do campo, onde predominavam as propriedades rurais. Assim sendo, da mesma forma como ocorria no meio urbano, a vida rural também passa a ser conduzida por homens de negócios – burgueses ou camponeses advindos de famílias abastadas financeiramente – que se dedicavam especialmente ao abastecimento das indústrias de bens primários.

Conforme sinalizado, essa transformação social teve impacto na lógica econômica vigente na vida tradicional. Sobre este ponto, Polanyi (2000) ressalta que nas Sociedades pré-capitalistas, particularmente as européias que existiram até meados do século XVII, as práticas econômicas eram guiadas por princípios sociais. O indivíduo não se preocupava em obter ganhos financeiros, tendo em vista que seu foco na prática econômica era a sobrevivência, em primeira instância. Buscava ainda manter condições de vida das famílias que viviam na sua vizinhança, que constituía

os limites de suas relações cotidianas. O indivíduo tanto fornecia apoio aos demais moradores como recebia o auxílio dos mesmos nas suas atividades diárias. É por este motivo que famílias se organizavam em povoados – reflexo das práticas primitivas em que pessoas se uniam com o intuito de proteção. Ocupavam territórios específicos e constituíam relações sociais condicionadas aos interesses e manutenção da coletividade, o principal fator de identidade cultural dos indivíduos. É neste sentido que o comportamento social coletivo se mantinha predominante nas relações entre pessoas (GUERREIRO RAMOS, 1989; POLANYI, 2000).

Nessas comunidades, a ação guiada por interesses individuais, vista como fator de desarticulação, normalmente era inibida nas relações sociais. Questionavam-se comportamentos egoísticos, e membros da comunidade que assim agiam muitas vezes acabavam marginalizados pelos demais membros da comunidade, podendo até ser penalizados com a pena de morte ou com a expulsão do território. Tendo em conta a importância da identidade comunitária no contexto das sociedades tradicionais, o exílio, de certa forma, também significava a morte, pois fora de sua comunidade as pessoas sofriam por conta das dificuldades de acesso à alimentação, moradia e segurança (POLANYI, 2000).

Assim, por anos, valores, costumes e tradições coletivistas foram difundidos e praticados por diferentes comunidades tradicionais. Esses grupos reforçavam tais valores em rituais místicos e crenças religiosas, bem como em simbologias ligadas à história do povo. Tendo reforçado um modo de vida desprovido de conduta utilitarista, a base do modo de vida das sociedades tradicionais eram os princípios de reciprocidade, redistribuição e domesticidade (POLANYI, 2000).

É neste sentido que se entendia que os camponeses, desinteressados de sistemas econômicos racionalmente estruturados, conduziam suas ações e relações sociais com base nas manifestações do ambiente natural (WEBER, 2009). Por exemplo, esta relação com o ambiente natural é determinante para o estabelecimento dos ciclos de plantios e colheitas, bem como períodos de caça e pesca, além dos eventos comunitários.

Contudo, como já foi salientado, este tipo de orientação econômica mudou quando o processo de desenvolvimento agrário na Inglaterra no final do século XVIII substituiu as atividades agrícolas de subsistência por uma economia rural capitalista, das propriedades de terra. As atividades rurais antes realizadas de forma coletiva e

comunitária, em que o resultado do trabalho era dividido de forma igualitária entre os membros do grupo, foram substituídas por práticas individualistas baseadas no contrato de trabalho, uma relação de base utilitária e oportunística. Ainda, guiadas pela premissa da produção ilimitada, as propriedades rurais desconsideraram princípios de necessidade para sobrevivência, orientando-se apenas pela acumulação financeira, e onde esta acumulação é exclusiva aos detentores dos meios de produção e proprietários das terras.

Sob o ponto de vista ideológico, esse contexto social ganhou força com as ideias defendidas pelo Iluminismo, que pregava a libertação dos seres humanos das amarras de um mundo tradicional, desenhado pelos intelectuais como arcaico e atrasado, em favor de uma Sociedade Moderna, baseada na técnica, na ciência e no progresso (HOBSBAWM, 1977). Neste sentido, Adorno e Horkheimer (1985) destacam que a proposta do esclarecimento defendido pelo iluminismo consistia em anular a atmosfera mitológica que instituíra as compreensões do homem acerca do mundo predominante em uma sociedade tradicional. Por outro lado, o ideal iluminista propunha a emancipação pela faculdade racional, promovendo o saber como fator capaz de explicar a realidade, a partir de princípios cientificamente comprovados. Assim sendo, o pressuposto central desse movimento construiu-se no discurso de que o conhecimento tradicional místico apresentava-se como limitado para explicar a complexidade advinda da natureza, devendo este ser abandonado.

Ainda de acordo com a promessa iluminista – especialmente a partir da doutrina positivista – a técnica representava o instrumento de obtenção e promoção do saber, que tem como elementos básicos o método, o trabalho e o capital, aplicados com o intuito de dominação da natureza (SANTOS, 2001). Por outro lado, a dominação da natureza também significaria a dominação do homem, em um ciclo de exploração eficiente, representando a supremacia da técnica sobre o conhecimento tradicional do mundo (ADORNO; HORKHEIMER, 1985).

É nestes termos que o saber científico viria reforçar as bases de uma dominação da natureza e do homem, tendo em vista que não encontra limitações éticas e morais para suas ações. Expandindo-se indistintamente em todos possíveis contextos sociais em que se torne possível obter ganhos, a ciência tornou-se uma ferramenta dos capitalistas, nas corporações industriais, cujo interesse primeiro era a eficiência do trabalho desenvolvido, visando garantir maior produtividade, e

consequente, alavancar a acumulação do capital (HOBBSAWM, 1977). Para Adorno e Horkheimer (1985) a sociedade em geral desprovida de recursos financeiros e atrelada a um modo de vida tradicional foi paulatinamente invadida pelo saber científico, tendo suas crenças e costumes substituídos por princípios técnicos, a serviço de uma pequena parcela de pessoas.

Desse modo, os princípios iluministas tornam-se hegemônicos na sociedade, uma vez que buscam invadir de forma totalitária todas as esferas sociais (ADORNO; HORKHEIMER, 1985). A desconstrução do valor místico da natureza permite sua manipulação de acordo com os diferentes interesses do homem, o que, nas sociedades capitalistas, se resumiam aos interesses econômicos e aos processos produtivos. Sobre esta questão, Hobsbawm (1977) enfatiza que o iluminismo representaria a ideologia da classe média e que esse ideário teria potencializado e reforçado os limites entre a classe burguesa e o proletariado, tomados como símbolos de uma ordem econômica capitalista.

Portanto, no final do século XIX, nas sociedades ocidentais onde até o momento predominava a população rural, o modo de vida que caracterizava esta condição é superado, embora com algumas exceções, por uma população predominantemente urbana, atrelada ou dependente do trabalho produtivo fabril. Nesta revolução urbana, camponeses migravam para os centros urbanos com seus familiares em busca de novas possibilidades de trabalho, e a subsistência antes garantida pela atividade agrícola controlada pelo camponês é substituída pelo trabalho assalariado visando à sobrevivência.

Todavia, embora parte da população rural ter se tornado urbana, as propriedades rurais, agora dominadas por práticas agrícolas eficientes e regidas pela lógica industrial (ou seja, entre outras questões, amparadas por artefatos tecnológicos de maior precisão e sob o comando de homens de negócios), mantiveram-se ativas. A produtividade das lavouras foi elevada, alinhada à demanda crescente de uma Sociedade de Mercado propulsora do consumo em massa. Além da alimentação das pessoas que trabalhavam nas fábricas, o campo dedicava-se à produção de matéria-prima, como, por exemplo, a lã e o algodão para a indústria têxtil de vestuário (HOBBSAWM, 1996). Via-se o surgimento de famílias ricas no campo que, após adquirir propriedades rurais, passavam a explorá-las para fins

comerciais com uma produção direcionada para o mercado consumidor, cujo resultado gerava a acumulação de capital também no meio rural.

Conforme destaca Hobsbawm (1996), a figura mais significativa da transformação experimentada por esta nova sociedade, é claro, foi o burguês: este se erige por ser o responsável pela criação e condução de empreendimentos que visavam atender aos preceitos progressistas da época. O seu dinheiro, além de ser a engrenagem que movimentava os negócios, tornou-se o foco central das relações sociais. Por conta disso, a burguesia, com o papel que lhe foi atribuído nesse processo, mantinha-se em uma posição de destaque na sociedade, ampliando seu domínio tanto em termos de patrimônio, quanto em termos de representatividade política.

Por outro lado, povos, cujo modo de vida, crenças e tradições, imputavam-lhes o alheamento ao mundo capitalista, tiveram seus territórios, físicos e simbólicos, invadidos e modificados pela ideologia do progresso. Perdendo a autonomia e sendo obrigados, por força de um sistema dominante, a adaptar-se aos contornos da sociedade, caracterizada pela predominância do mercado (HOBBSAWM, 1996). O movimento de industrialização do mundo constituiu-se assim na solidificação desse modelo dominante – racionalidade instrumental – sendo a moderna empresa o ‘palco’ para sua ascensão (HOBBSAWM, 2000).

Finalmente, para Polanyi (2000), alguns fatores foram determinantes neste processo de precarização da vida tradicional: a massa de trabalhadores decorrentes das regiões de cercamentos, que por limitações econômicas sujeitavam-se a jornadas extensas de trabalho em troca de salários reduzidos, inclusive adolescentes e crianças; a emergência das chamadas favelas industriais, ocupadas por operários e seus familiares, no entorno dos centros urbanos; e a concentração de unidades industriais em determinadas regiões, criando as cidades fabris, responsáveis pelas principais operações comerciais do país, em função do recebimento da produção de matéria-prima e venda de produtos acabados, de forma articulada e simultânea.

No entanto, dois outros fatores, na visão do autor, apresentaram-se como centrais para a constituição de uma Sociedade de Mercado. O uso intensivo de máquinas e equipamentos modernos com elevada capacidade produtiva; e a integração de todo o processo produtivo – recebimento de matéria-prima, linha de

produção, setores e departamentos de gestão, departamentos comerciais e inclusive refeitórios – em prédios e galpões. Este conjunto de condições potencializou, não só o volume produzido, mas também o controle sobre os meios de produção e as técnicas dos operários, sendo possível atender as necessidades e desejos dos consumidores, em larga escala (POLANYI, 2000).

Outrossim, conforme discutido por Polanyi (2000) o século XIX é testemunho do desenvolvimento de uma sociedade marcada por uma lógica econômica cujos meandros distinguem-se das civilizações anteriores. O lucro, torna-se catalisador das ações e comportamentos dos indivíduos, sejam estes burgueses ou não. O ápice da consolidação dessa economia de mercado se deu com a Revolução Industrial na Inglaterra, que imprimiu nas fábricas um movimento de implantação de ferramentas e máquinas modernas, potencializando a produtividade e a eficiência gerencial.

1.1.2 Consolidação da Sociedade de Mercado: Desenvolvimento Industrial

Com o advento do capitalismo industrial, a dinâmica do processo produtivo tornou-se algo extremamente complexo. O maquinário implementado nas fábricas produzia ininterruptamente quantidades elevadas de produtos, exigindo que as matérias-primas e mão de obra se mantivessem sempre em volumes adequados para manter o sistema em movimento. Cria-se uma rede de instituições especializadas em: prover recursos humanos e materiais destinados a atender as necessidades dessas indústrias, bem como para desenvolver mercados consumidores para os quais seriam destinados os produtos resultantes dessa produção.

Conforme sugere Polanyi (2000), institui-se na sociedade de mercado uma lógica ‘perversa’ de organização, pois de um lado estão rendidos os trabalhadores, cujas tarefas, jornadas de trabalho e salários são determinados pelos patrões, e os fornecedores de matéria-prima, que muitas vezes são sufocados pelas imposições dos empresários; de outro, a massa de consumidores, que antes adquiriam produtos de acordo com a necessidade do dia a dia, e agora estão envoltos as determinações das empresas, que precisam de consumidores para sobreviver.

De acordo com este autor, essa “transformação implica uma mudança na motivação da ação por parte dos membros da sociedade: a motivação do lucro

passa a substituir a motivação da subsistência” (POLANYI, 2000, p. 60). Estruturalmente, a Revolução Industrial encontrou na Inglaterra um aparato de condições que potencializaram sua consolidação. O crescimento individual das indústrias e no número total de indústrias, bem como, a multiplicação de organizações especializadas em atividades de suporte às indústrias, exigia um número elevado de trabalhadores, muitas vezes vindos das áreas rurais, formando um ‘exército de reserva’ dependente (HOBSBAWM, 1977).

O sistema industrial, em função do uso de aparatos mecanizados, permitiu aos homens de negócios produzirem em grande escala, de forma padronizada e com custo baixo. Por conta disto, a produção fabril era capaz de disponibilizar ao mercado produtos a preços reduzidos, conseqüentemente, a dependência por demanda deixa de existir, passando as práticas de gestão a focar na criação e manutenção de mercados consumidores próprios (HOBSBAWM, 1977). Neste processo, os consumidores tornam-se dependentes de inovações expostas por essas organizações, em intervalos de tempo cada vez mais curtos. É esse o sentido da ideia de que o crescimento econômico é determinado pelas decisões de empresários e investidores, condicionadas ao princípio de “comprar no mercado mais barato e vender no mais caro” (HOBSBAWM, 1977, p. 48).

Para Polanyi (2000), o processo de surgimento e as transformações pelas quais passaram as fábricas na Revolução Industrial se mostraram dinâmicas. Na fase de consolidação, foram alocadas em estruturas físicas – prédios e galpões – que reuniam os trabalhadores com horários de entrada e saída pré-determinados, submetidos a rotinas exaustivas de trabalho diário. Garantiu-se que os trabalhadores executassem as atividades rotineiramente, de forma contínua e padronizada (BRAVERMAN, 1981).

Gestores passaram a agir guiados por princípios de gestão e organização do trabalho, prezando pela padronização de processos, qualidade dos produtos e índices de produtividade. Nesse sentido, entende-se esse movimento como um novo processo de desarticulação social, por provocar a migração dos camponeses de suas regiões para o entorno das cidades, visando sobreviver a partir da venda de suas forças de trabalho (POLANYI, 2000). Esse contexto foi potencializado, conforme sugere Weber (2004), pelas condições sociais, econômicas e políticas

que, em meados do século XVIII e início do século XIX, permitiram ao Capitalismo consolidar e expandir seus ideais em todo o mundo ocidental.

O Capitalismo é marcado assim por uma sociedade em que o crescimento econômico foi assumido como princípio ativo das relações, normalmente, conduzidas pela burguesia. O modelo econômico da sociedade capitalista “deveria – assim se acreditava – não somente criar um mundo de plena distribuição material mas também de crescente esclarecimento, razão e oportunidade humana, de avanço das ciências e das artes, em suma, um mundo de contínuo progresso material e moral” (HOBBSAWM, 1996, p. 19).

Contudo, Weber (2004) aponta que o Capitalismo não pode ser percebido como um movimento exclusivo do mundo moderno ou da sociedade industrializada. Em sociedades da antiguidade e da idade média, a essência do sistema capitalista se fez presente nas diferentes relações sociais dos indivíduos, sem, contudo, apresentar-se como uma lógica dominante e homogeneizadora da ação. Manifesta-se aí a libertação do sujeito no agir, o que, por sua vez, não ocorre com o Capitalismo moderno, cuja gênese insere-se na Europa Ocidental e na América do Norte, guiado por uma base puramente econômica e utilitarista, atrelada a comportamentos individuais.

O processo de industrialização capitalista, dependente das transformações no meio rural e criando condições para a obtenção de mão de obra e criação de um exército de reserva, a racionalização da produção agrícola foi impetrada para garantir a alimentação dos operários inseridos nos processos produtivos, bem como para a captação de recursos financeiros, destinados ao investimento nos complexos industriais. Assim, o capitalismo industrial tornou-se principal mecanismo de pressão corrente para três modelos de empreendimentos rurais característicos da época: “i) a plantação escrava; ii) a propriedade servil; e iii) a economia camponesa tradicional não-capitalista” (HOBBSAWM, 1996, p. 255).

O estilo provinciano de vida dos camponeses em uma sociedade pré-capitalista, na visão dos detentores de capital, representava uma barreira ao progresso econômico. A produtividade em massa para atender aos anseios de uma Sociedade de Mercado exigia longas horas de trabalho nas linhas de produção em série. Seguiam-se princípios claramente estabelecidos para garantir a padronização dos produtos gerados. Conforme discute Guerreiro Ramos (1989), o processo de

degradação da vida humana associada foi intensificado, com a promoção dos pressupostos de uma Sociedade de Mercado, em que a própria atividade de trabalho se torna mercadoria.

Nesse íterim, Hobsbawm (1996) destaca que a economia camponesa tradicional não capitalista apresentava-se ainda como um obstáculo às propostas do modo de produção capitalista. Mantinha um conjunto de indivíduos arraigados às atividades de subsistência, reduzindo o potencial de mão de obra para as indústrias, bem como dificultava o uso da terra para a expansão da monocultura de algodão e a produção de lã, matérias-prima essenciais para a produção têxtil. Nesse modo de vida no campo, a proposta de uma Sociedade de Mercado, ancorada no consumo de massa, não encontrava aderência necessária para sua concretização. A existência de pessoas vivendo do campo limitava a expansão dos mercados consumidores, inibindo o escoamento do excedente da produção, e conseqüentemente, o ganho financeiro dos capitalistas (HOBBSAWM, 1996).

Entretanto, com o passar dos anos, percebe-se que o movimento industrial tomou conta do campo. Fazendas tornaram-se empresas capitalistas e a propriedade rural capitalista assumiu papel de destaque, tornando-se alvo para capitalistas que buscaram investir na produção extensiva. Desse modo, as propriedades tradicionais foram substituídas por fazendas destinadas à produção de excedentes para o mercado (HOBBSAWM, 1996).

Para Harvey (2007), produzir em larga escala, abandonando a produção artesanal de subsistência, delimitou o foco dos industriais para a produção e acumulação de bens, atingindo níveis diferenciados de oferta no mercado. Porém, neste sistema identificou-se que de nada adiantava produzir sem ter um mercado para consumo contínuo. Promove-se, assim, um redirecionamento nas práticas dos detentores de capital, que implementaram mudanças culturais na sociedade, de modo a incentivar o abandono do consumo com base nas necessidades de subsistência pela adoção de práticas mercadológicas ligadas ao consumo pelo consumo. Corporações passaram a se preocupar mais com a criação de mercados consumidores como principal fator para garantir o crescimento contínuo do capital acumulado.

Tendo em vista esta premissa, a expansão dos canais de transporte e comunicação tornava-se cada vez mais necessária. Assim, a construção das

estradas de ferro e das linhas de telégrafo, tornaram-se elos de ligação das indústrias com os mercados consumidores, que antes acessavam os produtos locais. Nesse sentido, não havia mais fronteira para a expansão econômica do Capitalismo, tendo em vista que tudo que fosse produzido em determinado país era passível de ser comercializado em territórios distantes (HOBBSAWM, 1996).

Assim sendo, o consumo em massa tornava-se o aliado para a supremacia do modelo econômico capitalista no mundo, ou seja, a produção crescente de produtos industrializados dependia de consumidores cada vez mais praticantes do hábito de comprar, independente das reais necessidades acerca dos produtos adquiridos.

1.1.3 Lógica Dominante na Sociedade de Mercado: Cálculo Utilitário de Consequências

Outro fator que diferencia a sociedade de mercado e as sociedades tradicionais é o processo de sociabilização do indivíduo. A formação do sujeito no que se refere à compreensão do mundo, nos agrupamentos humanos tradicionais, dava-se a partir das relações sociais no cotidiano das comunidades. A experiência vivida pelo sujeito em diferentes contextos sociais, mediada pelos costumes e tradições de seu povo e reforçada pela identidade oral, condicionava de forma natural o seu comportamento social, delineando ações destituídas de uma lógica utilitarista. Com o advento da Revolução Industrial, o mercado assumiu papel central na formação do comportamento humano. Institui um conjunto de princípios que recusam a individualidade e a experiência prática do sujeito, padronizando pensamentos e ações em função dos interesses dos grupos capitalistas dominantes (GUERREIRO RAMOS, 1989).

Como já foi sinalizado, o elemento determinante do senso de necessidade dos indivíduos nas sociedades pré-capitalistas era a subsistência. Esse sujeito dominava um conjunto de conhecimentos tradicionais que o capacitava a desenvolver múltiplas atividades no dia a dia, independente de suas complexidades, visando a manutenção da vida. Por outro lado, no contexto atual, as organizações formais promovem a apreensão do saber do indivíduo, destituindo-o da função de produtor, inserindo-o na dinâmica organizacional com a responsabilidade de se adaptar ao trabalho padrão, executando tarefas especializadas, desobrigadas de habilidades e competências sociais (GUERREIRO RAMOS, 1989).

Como afirma Guerreiro Ramos (1989, p. 96), “a nação transformou-se numa *sociedade organizacional* e a pessoa humana num *homem de organização*”, cuja principal característica seria a submissão aos ditames dos detentores de capital. Recolhendo-se ao papel estabelecido como sua ocupação no emaranhado de tarefas necessárias para a manutenção da lógica dominante das corporações econômicas (GUERREIRO RAMOS, 1989). Neste ponto, Weber também afirma que a essência do comportamento na sociedade de mercado reside em um elemento utilitarista da relação de troca, centrado na ideia de impessoalidade: “a comunidade de mercado como tal constitui a relação vital prática mais impessoal que pode existir entre os homens. Não porque o mercado implica a luta entre os interessados. Mas porque ele é orientado de modo especificamente objetivo, pelo interesse nos bens de troca por nada mais” (WEBER, 2009, p. 420).

Neste sentido, a atividade econômica embasada no cálculo utilitário de consequências se apresenta como uma ação socialmente orientada, uma vez que o processo produtivo, nas organizações, torna-se relevante em função da expectativa de absorção dos produtos pelo mercado consumidor (WEBER, 2009).

Por sua vez, sociedades pré-capitalistas, fundamentadas nas atividades de subsistência e da vida rural, são caracterizadas, mesmo com a existência de relações econômicas, por valores socialmente compartilhados e culturalmente constituídos. A intenção do sujeito ao estabelecer relações comerciais estava condicionada a valores que, de forma articulada, contribuíam para a configuração de um comportamento coletivo.

Uma ação economicamente orientada implica na inclinação do indivíduo em agir dentro de parâmetros racionais ligados a fins, visando obter a satisfação a partir de elementos tangíveis ou intangíveis, disponíveis no mercado, que de alguma forma possam viabilizar os meios para a consecução dos propósitos estabelecidos. Assim, a ação social do indivíduo organizada em termos de definição de um sentido, com a aplicação planejada dos fatores disponíveis e tendo como foco um fim específico, conduz-se em princípios de gestão econômica racional (WEBER, 2009).

Assim sendo, a racionalidade formal de uma gestão econômica pode ser entendida como “o grau de cálculo tecnicamente possível que ela realmente aplica” (WEBER, 2009, p. 52). Por sua vez, a racionalidade formal dá lugar à racionalidade material a partir do momento em que a ação social, individual ou coletiva, orienta-se

por um conjunto de valores, socialmente compartilhados, sendo a satisfação das necessidades, promovida pelo conteúdo da ação, independentemente dos resultados obtidos com a mesma (WEBER, 2009).

Weber (2009, p. 53) enfatiza ainda que, “do ponto de vista puramente técnico o dinheiro é o meio de cálculo econômico ‘mais perfeito’, isto é, o meio formalmente mais racional de orientação da ação econômica”. O autor reforça que o uso atribuído ao papel moeda em si não determina o nível de racionalidade aplicada a ação, e sim a possibilidade do cálculo em dinheiro (WEBER, 2009), conduzindo as ações sociais em comportamentos ajustados a estrutura da Sociedade de Mercado.

Na Sociedade de Mercado, o significado da ação social predominante esteve atrelado ao cálculo utilitário de consequências, em que o indivíduo age em função de determinados resultados esperados, predominantemente econômicos, cujo ganho financeiro individual, independente dos impactos ocasionados por suas ações, se torna à orientação do comportamento humano.

Tendo como princípio à busca pela acumulação financeira, condicionada à elevação da produtividade, que por sua vez, exige aplicação da força de trabalho e representa retornos financeiros aos trabalhadores, em forma de aumentos de salário, a lógica instrumental em sociedades pré-capitalistas não encontrou consistência. Trabalhadores, cuja atividade normalmente estava atrelada à necessidade de subsistência, guiados por princípios religiosos, não compreendiam o ganho maior como uma oportunidade, tendo em vista que a vida demandava o atendimento de necessidades básicas. Nesses termos, trabalhava-se somente o correspondente ao que se precisava para viver, o restante do tempo é dedicado a outras atividades, desalinhadas ao propósito do Capitalismo (WEBER, 2004).

As práticas comerciais das sociedades pré-capitalistas, embora muitas vezes atreladas à busca pelo ganho financeiro, estavam condicionadas aos elementos culturais tradicionais de um povo, limitando o agir dos sujeitos enquanto inseridos em um contexto social coletivo (WEBER, 2004). A lógica de cálculo utilitário de consequências massificou-se como conduta padrão, invadindo, em virtude da alienação de indivíduos, ou por imposição de seus defensores, grande parte dos enclaves sociais com o advento da própria Sociedade de Mercado (GUERREIRO RAMOS, 1989).

Nesse sentido, a Sociedade de Mercado constitui-se em um sistema de significados que somente encontra aderência na hegemonia das sociedades industrializadas modernas e de seu sistema de funcionamento. Essa nova dinâmica social contém um sistema econômico que se consolidou em torno da perspectiva de lucro, em que ações e relações comerciais constroem-se em torno da expectativa de geração de ganho ao capital que foi investido, a ponto de permitir a acumulação pelo investidor. Com tais mudanças da sociedade, princípios de reciprocidade, redistribuição e domesticidade, base das sociedades pré-capitalistas (POLANYI, 2000; WEBER, 2004), foram substituídos pelo comportamento utilitarista.

Para Weber (2004), o comportamento utilitarista, como uma lógica dominante na sociedade moderna, condiciona o sujeito um modo de vida singular em que o indivíduo não encontra vias alternativas para manifestação de sua própria subjetividade, estando obrigado a se adaptar aos postulados do ganho e do oportunismo, sob pena de ser formalmente excluído do processo societário.

Também sobre este ponto, Pagés, Bonetti e Gauleja (1993) afirmam que a racionalidade substantiva, tida como barreira ao desenvolvimento do modo capitalista de produção, dá lugar a uma racionalidade instrumental. A desterritorialização torna-se base para a concretização das propostas de controle das corporações, tendo em vista que o sujeito se desvincula dos fatores sociais responsáveis por sua formação e dos elementos que dotam o indivíduo de capacidade de reflexão, dificultando a concretização das propostas do modo de produção capitalista.

Considerando a racionalidade instrumental que domina o mundo ocidental moderno a organização econômica capitalista é vista por todos como indispensável para a vida humana e todas as suas ações e resultados tendem a gerar prosperidade para a sociedade. Nesse sentido, os indivíduos que delas dependem agem em sua defesa e promoção acima de tudo. A ação da organização sobre a personalidade e a identidade do sujeito permite a reafirmação de sua lógica, bem como a legitimação do mercado junto à sociedade (GUERREIRO RAMOS, 1989).

Na Sociedade de Mercado, as barreiras geográficas são extintas e as relações econômicas passam a ser guiadas por práticas homogêneas. Práticas segregadoras da vida comunitária, impositivas de uma perspectiva utilitarista no dia a dia das comunidades, muitas vezes reforçadas, conforme destacou Guerreiro

Ramos (1989, p. 90), pela ação da política cognitiva, que se apresenta como “a moeda corrente psicológica da sociedade centrada no mercado”.

Guerreiro Ramos (1989) destaca ainda, inspirado nas discussões de Platão, Aristóteles e Santo Tomás de Aquino, que a delimitação do território, enquanto limite de ação para as relações mercadológicas, se constitui em um elemento essencial para a preservação da vida social nas comunidades. A expansão dos limites geográficos imposta pela lógica do mercado implica na sobreposição de princípios culturais entre comunidades, iniciando, de certo modo, uma lógica de dominação. Por outro lado, “o consumo dentro dos limites de necessidades humanas finitas, a produção limitada, constituíam a meta de economia instituída nas sociedades pré-modernas” (GUERREIRO RAMOS, 1989, p. 35), permeadas por uma lógica não utilitarista de subsistência, cujo princípio se constituía na harmonia entre a vida cotidiana e os fatores ambientais.

1.1.4 Profissionalização na Sociedade de Mercado: Processo de Trabalho

Na Sociedade de Mercado, as pessoas são consideradas como recursos a serem aplicados aos processos produtivos, na medida que reforça laços de “indiferença do mercado pela origem das pessoas que nele vêm trocar suas mercadorias, é pago por elas mesmas ao deixarem que suas possibilidades inatas sejam modeladas pela produção das mercadorias que se podem comprar no mercado” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 9).

Nesse contexto, a empresa capitalista emerge como uma entidade usurpadora, pois retira do indivíduo o controle que o mesmo detém sobre sua vida social e o reveste de uma atmosfera enfeitada pela lógica de mercado, promovendo assim uma falsa realidade em que a organização torna-se o centro da vida dos trabalhadores (PAGÉS; BONETTI; GAULEJAC, 1993). Além disso, o sujeito é obrigado a abandonar seu modo de vida familiar para se inserir em um contexto da organização econômica capitalista. Perde o controle do processo de trabalho pela especialização; perde o controle das próprias ferramentas de trabalho. É submetido a um conjunto de regras de controle e disciplina para que suas atividades garantam ao detentor do capital o retorno financeiro esperado. O trabalho até então ditado por uma lógica individual e pessoal, tem sua coerência centralizada em um indivíduo, o especialista, sendo os demais obrigados a segui-lo (LANDES, 1994; FARIA, 2004; 2007).

Portanto, o sistema capitalista instituiu a transformação na relação sujeito e objeto. Nas sociedades pré-capitalistas o objeto auxiliava o homem na manutenção da vida. A transposição para uma Sociedade de Mercado, implicou na passagem de um sujeito que controla o sistema para um sujeito submisso às suas próprias atividades, bem como ao objeto fruto de seu trabalho (MARX, 2004a). O trabalho, embora realizado pelo indivíduo, não lhe pertence. Tornou-se algo externo e alheio a ele, tendo a divisão do trabalho como elemento central para a separação entre trabalho e trabalhador.

Para o capitalista, o trabalhador pode ser considerado um mero meio de trabalho, tendo em vista que, pode ser substituído a qualquer tempo, de acordo com a necessidade do industrial (MARX, 2004a). A prática da exclusão e inclusão dentro do processo de trabalho torna-se uma ferramenta de controle, muitas vezes, utilizada pelas organizações como forma de garantir, que possíveis manifestações contrárias às suas propostas sejam contidas.

Conseqüentemente, destituído dos meios de produção – máquinas e ferramentas – e do conhecimento técnico, o homem viu-se obrigado a vender sua força de trabalho para o capital, submetendo-se a um sistema de exploração, constituído com base na acumulação financeira. Essa transformação no cotidiano dos indivíduos gerou uma série de conflitos, pois antes a liberdade era tida como natural ao dia a dia das pessoas.

O indivíduo torna-se parte de um sistema de produção em que o trabalho é oferecido como passaporte para uma vida digna e próspera a qual todos na Sociedade de Mercado teriam direito, caso aceitassem seus pressupostos e se adaptassem aos mecanismos técnicos impostos. Fruto de uma ideologia de exploração, “o trabalho como instrumento de mediação do valor e da dignidade humana é um expediente psicocultural, usado para minimizar a dissonância cognitiva e o conflito interno” (GUERREIRO RAMOS, 1989, p. 134).

Na concepção de Pagés, Bonetti e Gaulejac (1993), a alienação se manifesta como elemento de controle, intermediado pelo estabelecimento de regras, conduzindo ao pleno desenvolvimento dos objetivos e interesses dos capitalistas. Dotados de um discurso alienante, proprietários de empresas buscam inserir, na prática dos trabalhadores, a crença de que o conjunto de normas proposto constitui-se em um mecanismo direcionado a garantir a proteção e a prosperidade dos

próprios trabalhadores. Estabelece a unidade entre eles e ainda lhes garante uma série de benefícios, em função das atividades desenvolvidas.

Historicamente, De Decca (1985) aponta que o trabalho tornou-se algo mais amplo com o surgimento das fábricas mecanizadas. Estas representam um lugar ou momento onde se manifesta a intenção de organizar e disciplinar as atividades. O sujeito passa a ser enquadrado em uma atmosfera de controle social, sendo levado a não pensar, ou pensar dentro de limites impostos pelos detentores do capital.

O enquadramento do trabalhador representa a apropriação dos saberes, materializada na divisão social do trabalho que reflete no estabelecimento de uma hierarquia social, com dominadores e dominados. O capitalista detém o poder do controle do processo de trabalho e o trabalhador domina o modo de fazer, a técnica. Assim, a vitória da Revolução Industrial estaria ligada às novas relações de poder hierárquicas e autoritárias; estas, por sua vez, produziram tensões que determinaram uma série de movimentos de resistência de trabalhadores, que se revoltavam com a nova filosofia de produção que colocava em risco uma forma de vida tradicionalmente consolidada nas relações sociais (DE DECCA, 1985).

Conforme salienta Hobsbawm (2000) a capacidade de calcular a diferença entre custos e ganhos, investimento e retorno, permitiram aos industriais acompanhar o desempenho de suas fábricas e, assim, adotar medidas de controle e disciplina para o aumento dos valores acumulados. De outro modo, essa capacidade de quantificação, também pode ser expandida no sentido de avaliar o contingente de pessoas que foram afetadas negativamente pelos ditames da revolução industrial.

Porém, apesar da oferta de mão de obra no mercado, com a evolução do sistema de produção capitalista, as corporações passaram a exigir profissionais com qualificação diferenciada, capazes de manusear ferramentas, equipamentos e máquinas com tecnologia avançada, que muitas vezes reduziam ao máximo o número de homens aplicados ao processo produtivo. Os trabalhadores, mais uma vez, foram obrigados a se adaptar aos ditames do sistema, buscando se aprimorar em termos de conhecimentos, potencializando assim, outro mecanismo de manutenção da lógica dominante, o sistema de ensino (WEBER, 2004).

Essa separação entre indivíduos qualificados para o trabalho e indivíduos que não atendiam os padrões impostos pelo sistema capitalista gerou uma série de problemas sociais no entorno das cidades. Inicialmente, as famílias migraram do

campo para o meio urbano em busca de condições de sobrevivência e, devido às suas inferiores condições financeiras, instalaram-se no entorno desses centros urbanos, representando a periferia da sociedade, cujas regras eram ditadas pelos burgueses.

Como ao longo do tempo, o contingente de pessoas que ocupavam esses espaços era superior à capacidade de absorção de mão de obra das indústrias, percebe-se a elevação dos índices de criminalidade, de pessoas que se ocupavam da mendicância, de enfermidades, que assolavam principalmente as crianças, por falta de condições básicas de moradia e da dependência cada vez maior das práticas assistencialistas do Estado.

Embora tenha se comprometido a oferecer ao mercado vagas para acolhimento dos indivíduos que se propõe a assumir tarefas nas organizações, percebe-se que o sistema capitalista de produção não foi capaz de atender a demanda por trabalho (MARX, 2004). As condições de trabalho dos operários se deterioravam continuamente, estando os mesmos enveredados em um sistema de produção que congrega como pressupostos centrais a eficiência, produção para o mercado, a concorrência, o crescimento, o desenvolvimento, a prática da mais valia e a acumulação de capital. Nesse contexto, o papel dos engenheiros nas transformações do trabalho nas indústrias foi determinante. Essencialmente pelos estudos de tempos e movimentos promovidos por Taylor e seus seguidores.

Os trabalhadores, desestruturados e em condições precárias de vida, muitas vezes sujeitos aos movimentos migratórios que derrubavam os elos de identidade entre si, por meio da segregação dos povos, viram-se obrigados a aceitar os pressupostos de um mundo moderno (HOBSBAWM, 1996). “Na teoria, eles deveriam trabalhar para deixarem de serem trabalhadores logo que possível, entrando então no universo burguês” (HOBSBAWM, 1996, p. 303), discurso institucionalizado e apoiado por grupo restrito de indivíduos, que enquanto trabalhadores conseguiram conquistar sucesso e prosperidade, abandonando a classe operária para assumir papel de destaque na sociedade (HOBSBAWM, 1996).

Essa possibilidade de ascensão social era algo que feria os princípios do modo capitalista de produção, tendo em vista que dependia de uma massa de trabalhadores para que as fábricas, representantes fiéis de seus pressupostos, pudessem continuar em processo contínuo de expansão produtiva, alimentando

assim a Sociedade de Mercado, que se tornara o mundo moderno. Faria (2004) aponta que, visando garantir a supremacia de seus pressupostos, a complexidade do sistema capitalista de produção, representada pela organização formal, permite-lhe solucionar crises e conflitos, oriundos de suas próprias práticas, que porventura possam impactar na produtividade e na eficiência do sistema.

Analogamente, Singer (2002) destaca que o modo capitalista de produção é constituído por práticas que contribuem continuamente com a exploração da mão de obra assalariada e com a precarização dos postos de trabalho. Detentores do capital, embora em reduzido número, são aqueles que obtêm os maiores resultados das atividades produtivas. Trabalhadores, diretamente envolvidos com as atividades nas organizações, embora representem uma massa, acessam apenas uma parcela do retorno obtido com suas habilidades, sendo sumariamente explorados.

Reconhecida como uma lógica que se manteve ativa e em expansão, a partir do surgimento de pensadores que, por meio de estudos, propuseram uma série de princípios e normas de gestão, visando atender às demandas empresariais atreladas às transformações sociais, econômicas e políticas de uma Sociedade de Mercado. Assim, na Sociedade de Mercado, trabalhadores e consumidores passaram a ser determinantes para o cotidiano das organizações. Consequentemente, conforme destaca Braverman (1981), a gerência científica surge nesse contexto como um modelo moderno de gestão que tem como princípio básico, o controle do trabalho por meio do domínio das decisões tomadas no curso deste mesmo trabalho.

1.1.5 Profissionalização na Sociedade de Mercado: Gerência Científica

Até meados do século XIX, embora já fosse comum perceber na dinâmica social dos centros urbanos um montante considerável de indústrias têxteis, o modo de gestão e organização dos empresários responsáveis por essas instituições, corriqueiramente, apresentava-se atrelado a um modelo de Capitalismo com bases tradicionais, distinto do Capitalismo moderno que se tornou um sistema hegemônico e dominante na Sociedade de Mercado (WEBER, 2004).

Na lógica tradicional, como aponta Weber (2004) embora ainda presentes princípios econômicos, as práticas dos donos das fábricas estavam atreladas aos valores familiares, ao modo de vida cotidiana e aos relacionamentos sociais de compadrio, com fornecedores e compradores, em torno de elos de confiança e

tradição. Nesse processo, fornecedores e compradores tinham liberdade para fazer suas escolhas, mantendo contato com os fabricantes na busca pela satisfação de necessidades de sobrevivência, em que produtores podiam definir o que produzir, quando e para quem vender. Além de serem adequadamente remunerados por suas atividades; já os compradores procuravam os industriais quando precisavam de produtos.

A voracidade do Capitalismo moderno se faz presente no momento em que os industriais mudam de postura gerencial e passam a delimitar as possibilidades de ação dos seus fornecedores e consumidores, explorando os primeiros por meio da redução dos valores pagos, pela exigência de padronização da matéria-prima, além da criação de elos que tornavam os fornecedores seus dependentes, tendo os meios de produção dos mesmos aplicados aos seus interesses (WEBER, 2004).

Com relação aos compradores, na concepção de Weber (2004) a prática se inverte, os proprietários das fábricas passam a conduzir o processo de vendas, visitando com maior frequência seus consumidores, adaptando seu processo de produção para as necessidades e desejos dos mesmos, de modo que pudessem ampliar assim as quantidades vendidas e, conseqüentemente, a produtividade de suas fábricas.

A profissionalização do negócio, com a transposição de uma perspectiva tradicional, em que o dia a dia das famílias é responsável pelo cadenciamento das práticas comerciais, para uma lógica moderna de gestão das fábricas, em que o foco central se torna o resultado em termos de menor custo e maior lucro, promove além da materialização da figura do gestor profissional, uma inversão de valores nos indivíduos. Estes foram levados a buscar a partir da venda de suas forças de trabalho, maiores ganhos financeiros, em decorrência da dedicação a extensas horas de trabalho nas corporações. Essa crença muitas vezes era fruto do discurso ideológico do Capitalismo, que para manter em evidência seus pressupostos, necessitava de mão de obra dedicada e produtiva.

Elementos determinantes do processo de surgimento, transformação, desenvolvimento e consolidação da função de administração constituem-se nos pontos centrais debatidos por Braverman (1987) e Pearson (2009). Os autores reforçam a transformação dos pequenos locais de produção, as tecelagens do interior, que de certo modo já exigiam a figura de um responsável pela organização e

coordenação das atividades de todos (BRAVERMAN, 1981), em complexos industriais, nos quais as atividades de coordenação tornaram-se mais complexas (BRAVERMAN, 1987; PEARSON, 2009).

Inicialmente, conforme discutido por Braverman (1987) e Pearson (2009), o aumento da complexidade do processo de produção exigiu que as primeiras indústrias passassem a reunir os trabalhadores, responsáveis por determinadas tarefas, mesmo que em suas próprias instalações, exigindo assim a figura de um responsável pela organização e coordenação das tarefas. Contudo, em decorrência de problemas relacionados à padronização dos produtos e do cumprimento responsável de tarefas, os proprietários buscaram a centralização das atividades, dando início à criação das sedes das fábricas. Local em que, os responsáveis pela administração colocavam em prática o controle, mesmo que por imposição, garantindo que os trabalhadores executassem as atividades rotineiramente, de forma contínua e padronizada, caracterizando-se o surgimento das empresas monopolistas.

Destaca-se que a gênese de um modelo de gestão atrelado à perspectiva de profissionalização da função, foi cunhada pela Administração Científica em três bases distintas, embora direcionadas a um mesmo propósito, a eficiência (HOBBSAWM, 1988).

Hobsbawm (1988) aponta ainda que os estudos foram iniciados com a criação de cargos de supervisores, responsáveis pelo controle do trabalho dos demais operários, que, isoladamente, submetiam-se às ordens impostas. Supervisores determinavam as tarefas a serem executadas, os momentos de ação dos operários, bem como o nível de produção de cada um. Processo, que consistia no estudo do tempo e do movimento, que provocou o desmembramento sistemático de cada tarefa em micro operações, buscando-se atingir a perfeição na produção, além de acompanhar e solucionar, com rapidez, falhas em processos ou produtos. Os estudos se encerram com a proposição de uma série de mecanismos salariais, com o intuito de promover a motivação dos trabalhadores por meio de recompensas financeiras. Desse modo, esperava-se que a maior produtividade, seguindo-se os padrões de tempo e movimento estabelecidos, estaria condicionada ao retorno financeiro obtido pelo operário.

Em seguida, os princípios da Administração Científica, promovidas por Taylor, tornaram-se essenciais para que os propósitos de maximização de lucro pelos industriais fossem conquistados. As práticas de gestão familiares, baseadas na tentativa e erro, bem como em conhecimentos empíricos e técnicas improvisadas, teriam passado a apresentar resultados insatisfatórios na concepção dos capitalistas (HOBBSAWM, 1988).

Por fim, o modelo de gestão profissional e eficiente tornou-se o discurso dos defensores da ofensiva progressista, principalmente pela complexidade dos sistemas de produção, baseados em máquinas e equipamentos cada vez mais modernos; o aumento da concorrência; pelo número de indústrias crescente e pela extinção de barreiras entre diversos países, aproximando produtores e consumidores; bem como o porte das organizações, que se tornaram complexos industriais, conglomerando massas de trabalhadores, com interesses e motivações difusos, submetidos a metas de rendimento e produtividade para atender aos interesses da corporação (HOBBSAWM, 1988).

Os princípios da Administração Científica tornaram-se primordiais para as modernas práticas de gestão em função de pesquisadores que se dedicaram a compreender e aprimorar os estudos de Taylor envolvendo as práticas organizacionais na Midvale, conhecidos como seus seguidores, dentre os quais destacam-se: Carl Barth, Henry Gantt, Frank Gilbreth, Lillian Gilbreth, Harrington Emerson e Morris Cooke. O esforço desses estudiosos ficou conhecido como Evangelho da Eficiência (WREN, 2005). Caracterizado pelas ideias dos seguidores de Taylor, que se dedicaram à continuidade dos estudos e disseminação do pensamento da Administração Científica em diferentes partes do mundo (WREGE; GREENWOOD, 1991).

Bruce e Nyland (2001) destacam a inserção do pensamento e ideias de Taylor na esfera pública, ocorrido em função de os postulados dos economistas clássicos apresentaram ao longo dos anos certa fragilidade para explicar as oscilações econômicas enfrentadas tanto pelas ações governamentais, quanto pelas corporações industriais, demarcando períodos de prosperidade e momentos de crises, na sociedade moderna. Hobsbawm (1996) salienta que com o desenvolvimento dos processos produtivos, a elevada concorrência entre as indústrias, que buscavam incessantemente atrair a atenção do mercado consumidor,

e de certo modo, com consumidores mais exigentes, o sistema industrial transformou-se em um complexo de inovações. Tanto em termos de processos, mas, principalmente, em termos de produtos, transpondo os limites da produção baseada na experiência cotidiana e atrelada às práticas de tentativa e erro, para uma produção conduzida por princípios científicos.

Laboratórios teriam se tornado as fábricas de ideias, que transformadas em produtos, teriam a função de manter as bases da Sociedade de Mercado. Com a aproximação entre a indústria e o meio científico, o Capitalismo promove a cooptação de mais um representante a favor de seus pressupostos. O sistema educacional tornava-se, assim, essencial para o desenvolvimento e institucionalização de suas propostas (HOBBSAWM, 1996).

Além de contribuir com inovações em termos de processos e produtos, a educação tornar-se-ia essencial para a aculturação dos indivíduos, de modo a torná-los capacitados para se inserir em diferentes papéis nas organizações. Nesse sentido, um exército de reserva é mantido cotidianamente com as massas de profissionais formados pelas escolas de nível médio e superior, além do ensino técnico profissionalizante.

Braverman (1987) e Pearson (2009) discutem como limites centrais desse modelo empresarial, a disponibilidade financeira e a capacidade gerencial, sendo responsáveis por delimitar um ambiente favorável à consolidação da administração moderna. Concomitantemente, destaca-se que a vida urbana com suas necessidades, deu início a uma lógica de mercado que possibilitou o crescimento e a profissionalização da administração. Assim, percebe-se que a administração profissional surgiu com o modelo de empresa moderna. Diante da percepção de que a gerência se caracteriza como elemento do processo de administração, garantindo o retorno dos investimentos por meio do controle, surgem, de acordo com as necessidades empresariais, os primeiros cursos superiores destinados à formação de administradores.

Pearson (2009), enfatiza que o contexto no qual a administração é assumida como ciência passando a ser ensinada em instituições de ensino superior, cria mercado para o profissional da administração. Possivelmente, em detrimento das práticas de gestão, vistas como arcaicas e desprovidas de qualquer base conceitual,

que não teriam sustentado o crescimento e a maximização de lucro, definidos pelo modo capitalista de produção.

O gestor tem sua origem e formação no gerente industrial da época da Revolução Industrial, que foi acompanhado por um movimento de transformação do processo educacional. Esse evento, determina o embate entre os princípios de uma educação tradicional e a proposta inovadora de uma nova educação, direcionada para a formação de profissionais que pudessem atender as demandas do mercado, emitidas, em sua maioria, por indústrias de médio e grande porte (POLLARD, 1965).

Esse panorama educacional da época caracterizava-se em função de: promover o estudo de cálculos matemáticos em detrimento do Latim; uso de tutores especializados e da realização de aulas em casa, em função da limitação de espaços apropriados e de pessoas com essa nova formação; e foco do ensino em disciplinas relacionadas à contagem, contabilidade e produtividade; bem como aspectos ligados à produção industrial, tendo como norte, práticas direcionadas à eficiência do negócio (POLLARD, 1965). Outro fator que se tornou central no desenvolvimento histórico do pensamento da administração, foi o surgimento de publicações, científicas ou não, com foco nas práticas dos profissionais de engenharia industrial no sentido de serem a base para o Taylorismo (JENKS, 1960).

Nesse ambiente, Jenks (1960) reforça que começaram a surgir trabalhos atrelados à delimitação dos contornos da chamada administração. Destaca-se uma pesquisa histórica, patrocinada pelo Centro de História Empresarial, cujo foco eram as relações sociais, tecnologia, ideologia e mudanças de fatores atrelados à burocracia.

Pollard (1965) enfatiza que, em decorrência desse contexto, observa-se o surgimento de palestrantes e consultores. Representados por empresários e trabalhadores especializados, que dominavam elementos da gestão, em função de suas experiências e do trabalho prático, transmitindo uma experiência desprovida de qualquer caráter científico. Reforçada pelos cargos de chefias, para os quais, eram treinados e capacitados, em escritórios de comerciantes e nas instituições financeiras da época.

A popularização de práticas formais de gestão também ganha destaque. O surgimento de jornais e associações de classes especializadas, acaba por promover a publicidade do que os ditos gestores faziam na prática organizacional. Percebe-se

nesse movimento uma busca de micro e pequenos empresários, bem como profissionais iniciantes, em verificar o que as corporações faziam no dia a dia. Desse modo, as publicações na área de administração tornaram-se referência, especializando-se na divulgação de problemas, ações e resultados obtidos, principalmente em relação à produtividade, além de custos, fluxos e processos de trabalho (JENKS, 1960).

Em um segundo momento, inicia-se trabalhos ligados à gestão de pessoas, discutindo questões relacionadas ao bem-estar dos trabalhadores. Essa percepção tornou-se voga na época em função da dificuldade que muitas indústrias tiveram em administrar o chamado fator humano. Outro fator relevante foi o surgimento dos sindicatos. Visavam garantir e defender os direitos e interesses dos trabalhadores. Concomitantemente, o autor destaca que as escolas direcionadas à formação de profissionais ligados à gestão instituíram um conjunto de novas disciplinas ligadas aos aspectos humanos e sociais (JENKS, 1960).

Nesse contexto de negócios, decorrente das transformações na sociedade, os princípios do Taylorismo tornaram-se limitados em face aos interesses de acumulação contínua dos industriais, apontando a necessidade de adaptação a modelos gerenciais. A queda nos níveis de produtividade, a perda do controle sobre os funcionários e a redução nos ganhos financeiros das organizações direcionou o pensamento dos capitalistas para encontrar novas maneiras de se promover o aumento contínuo da acumulação (FARIA, 2004).

O modo de produção flexível é apresentado como alternativa perante a um mercado de consumo estagnado, servindo, por conseguinte, como possibilidade de readequação das organizações à nova realidade social e cultural, para qual caminhou a humanidade (HARVEY, 2007). Contudo, percebe-se que são práticas diferentes com o mesmo propósito, busca da efetividade dos mecanismos de supervisão, controle e dominação, reforçando as bases da exploração e a manutenção de uma lógica instrumental hegemônica.

Conforme afirma Faria (2004) os mecanismos de controle e alienação do trabalhador também são adaptados visando garantir que as organizações continuem promovendo a produtividade. Produtividade, direcionada a atender a demanda crescente de um mercado de consumo em massa, como base da organização, está condicionada ao envolvimento dos trabalhadores. Portanto, tendo em vista que a

complexidade de suas práticas acompanha a evolução da humanidade, bem como suas necessidades, o fenômeno da administração deve ser entendido considerando-se as diferentes fases de seu desenvolvimento, condicionadas historicamente ao contexto socioeconômico e tecnológico de épocas distintas (VIZEU, 2010).

A consolidação das práticas da administração moderna no meio empresarial, se deu a partir da institucionalização de princípios científicos, que com o crescimento das organizações, passaram a ser universalmente aceitos e implementados. Essa adesão maciça, envolta às perspectivas de progresso, crescimento e desenvolvimento, inibiram a possibilidade de reflexão crítica acerca dos resultados provenientes da busca pela máxima eficiência sobre os trabalhadores. Processo, que na visão de Weber (2009) foi apoiado, em grande parte, pela relação estreita entre os capitalistas e o poder público. Muitas vezes responsável pela expansão do poder das empresas econômicas, sobre a ação da população em geral, potencializando o ganho financeiro dessas organizações.

1.1.6 Sociedade de Mercado e Instituições Públicas: Implicações

Enquanto sistema hegemônico, o modo de produção capitalista se inseriu na sociedade dominando diferentes instituições e apoderando-se de inúmeros mecanismos de organização social, de modo que o próprio Estado, sucumbiu aos seus ditames, agindo em favor dos interesses da classe detentora do capital. Nesse sentido, “o Estado torna-se mais um componente da superestrutura” (CUNHA FILHO, 2005, p, 39), que financiando suas ações passa a conduzir indiretamente o pensamento político da sociedade. Instituição que passa a ser organizada de acordo com os princípios da classe dominante, ideologicamente proclamados como princípios gerais da sociedade.

Polanyi (2000) e Santos (2010) enfatizam que as transformações proporcionadas pelas promessas de progresso não se concretizam para maioria da população, e agravam-se com a rendição dos agentes públicos aos propósitos privados individualistas das organizações. Vislumbra-se assim, com as mesmas características dos cercamentos de terras livres, a ação utilitarista do capital na condução de uma apropriação dos mecanismos do Estado. Estes são vistos como instrumentos de promoção social da população mais carente, que passa a servir aos interesses do capital, subvertendo-se à lógica dominante da Sociedade de Mercado.

Sobre este aspecto, Faria (2004) discute o papel do Estado no atual processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista, enfatizando sua relação estreita com os detentores de capital, em detrimento dos interesses da sociedade em geral. O autor apresenta ainda as consequências desse processo para as condições de trabalho, bem como para a vida da população, observando que esta se organiza, sem qualquer opção de ação, em camadas de acordo com os interesses do Capitalismo.

Portanto, a economia se rendeu aos ditames circunscritos pelo que Santos (2007) conceitua como 'planejamento', assumindo papel ideológico determinante no processo de condução da lógica de mercado, pleiteando a persuasão de Nações, Estados e sociedades em torno das promessas do chamado Desenvolvimento (SANTOS, 2007). Como afirma o autor, este implica na "venda da ideologia do crescimento aos Estados, a imposição de uma ideologia de sociedade de consumo às populações" (SANTOS, 2007, p. 15).

O movimento de rendição do Estado aos ditames do Capitalismo configura-se em um mecanismo governamental, que Faria (2007) define como 'Estado Capitalista'. Ao atuar de acordo com os interesses do capital, o Estado potencializa a aplicação dos mecanismos de controle, uma vez que, são legitimados por um arcabouço de normativas (FARIA, 2007), responsáveis pela validação das práticas das organizações formais, representantes do modelo dominante na Sociedade de Mercado.

Estes elementos, quando combinados, conforme Santos (2007), criam uma atmosfera propícia à consolidação dos atores internacionais, detentores do capital estrangeiro, único e principal responsável pelo enfraquecimento das arestas da sociedade. Reforçam a imposição da política de cima para baixo, que considera iguais as diferentes camadas da sociedade, desprezando suas singularidades e abrindo caminho para dependência e dominação (SANTOS, 2007), manifestas em contextos sociais contraditórios, intitulados periferia e centro.

Desse modo, o agravamento da polarização entre centro e periferia pode ser percebido com a rendição do poder público aos pressupostos do sistema capitalista. Instituições governamentais, cuja função seria de prover a população de condições adequadas de vida, passam a atuar alinhadas aos interesses individuais das corporações. Demandas sociais são colocadas em segundo plano, por não

contribuírem com a consecução desses propósitos. Acentua-se a inversão de valores, com a atuação do Estado, chocando-se com seus princípios balizadores, promovendo uma minoria capaz, em detrimento de uma maioria limitada.

A partir da dominação capitalista, este autoritarismo muitas vezes torna-se efetivo, seja de forma impositiva ou sutilmente, em função do nível de alienação e de desinteresse em que se encontra determinado contexto social. Assim, cria-se um ambiente propício para as práticas de um Estado que passa a ser substituído por organizações especializadas em prover a sociedade (FARIA, 2004).

Tendo em vista seus princípios norteadores, o planejamento político, atrelado ao capital das corporações, promove o fortalecimento da dependência entre diferentes nichos de atores sociais, classificados por Santos (2007) como “circuito inferior” e “circuito superior”. Cujas relações de dependência, implica na supremacia deste último, reforçando ações e práticas que conduzem a “uma maior subordinação tecnológica, funcional e financeira” (SANTOS, 2007, p. 31). “Os atores desse enredo atribuído ao ‘mundo’ são na realidade as empresas que dispõem de força suficiente para induzir os Estados a adotarem comportamentos que respondam aos seus interesses privatistas [...]” (SANTOS; SILVEIRA, 2010, p. 256).

Na relação estreita entre Estado e as corporações capitalistas, embora aquele se alinhe aos interesses destas, definindo políticas públicas que facilitem a ação das organizações, os benefícios obtidos tornam-se atrativos para ambas instituições. Resultados econômicos e financeiros são absorvidos pelas empresas, gerando capital para reinvestimentos. O Estado, por sua vez, como peça de um ciclo contínuo, amplia sua representativa política e, em alguns casos, militar, destinadas a contribuir para a ampliação das ações capitalistas na sociedade (RICHERS, 1973).

De outro modo, a racionalidade instrumental, dominante nas organizações formais, representantes de um mundo moderno, tem o mercado como a arena em que são materializadas as práticas econômicas de instituições hegemônicas. Que anulando as relações sociais particulares dos indivíduos, insere-se em diferentes contextos, a partir da instituição de uma visão de mundo, que anula o sujeito e promove a probabilidade de cálculo utilitário de consequências (CARVALHO, 2012).

Para Guerreiro Ramos (1989) a manutenção de um padrão homogêneo de pensamento e prática social, condicionados aos pressupostos de uma Sociedade de Mercado é reforçada por um conjunto de instituições públicas e privadas, que

criadas na dinâmica de um sistema capitalista, atuam com o intuito de reforçar suas bases ideológicas, destituindo do sujeito qualquer possibilidade de reflexão crítica da realidade.

Porém, apoiando-se nas reflexões de Polanyi (2000) não se nega que a mudança seja algo inevitável para uma sociedade. O que se discute é o papel das instituições governamentais nesse processo de transformação. Muitas vezes, acaba por promover o cerceamento dos direitos dos indivíduos com menor poder aquisitivo, em função de não serem personagens ativos na condução das mudanças. Relegados a coadjuvantes de um sistema social cujo domínio tende a ser de grupos isolados.

Nesse sentido, o governo representaria a força motriz para direcionar e cadenciar o ritmo das mudanças na sociedade, levando em consideração a capacidade da população em adaptar-se às novas condições sociais, econômicas e políticas, sem tornarem-se marginalizados desse processo.

1.1.7 Limites e Contradições do Modelo Desenvolvimentista da Sociedade de Mercado

Considerando-se a brutalidade do processo de ruptura de um mundo tradicional com a gênese de um mundo moderno, industrializado, guiado pelo pensamento econômico, em que comportamentos e ações são homogeneizados, é possível delimitar as limitações das propostas decorrentes do pensamento desenvolvimentista. Sobre este ponto, Sachs (1997, p. 216) afirma que “o mundo foi engolido por profunda crise social, agravada pela dilaceração ambiental”. A crise, segundo o autor, teve o homem como condutor central, seja no papel de dominante, detentor de capital, ou no de dominado, trabalhadores explorados e grupos excluídos.

Processo cujas causas principais estão ligadas ao uso indiscriminado dos recursos naturais, desconsiderando vários aspectos: i) a capacidade de regeneração da natureza; ii) as desigualdades em termos de distribuição de renda, submetendo os mais pobres a condições desumanas de sobrevivência; e iii) as práticas de produção para o mercado de consumo em massa, atreladas às demandas latentes, em detrimento da busca pela sobrevivência, em que o comportamento do indivíduo é conduzido pelas necessidades básicas (SACHS, 1997).

Manifestam-se, assim, certos conflitos organizacionais, polarizados em dicotomias tais como individualismo e coletividade, concorrência e cooperação, acumulação e distribuição, produção para o mercado e prática de subsistência. Mas é importante notar que essa tensão é aparente, pois os valores da Sociedade de Mercado se sobrepõe aos aspectos coletivistas herdados das sociedades pré-capitalistas. Assim sendo, especialmente após a Revolução Industrial, a lógica dominante na Sociedade de Mercado subordinou as relações sociais ao “imperativo do controle técnico da natureza e da acumulação de capital” (GUERREIRO RAMOS, 1989, p. 14).

Como foi sinalizado acima, até nas instituições públicas o coletivismo social foi substituído pelo individualismo corporativo. A legitimação de seus princípios, não exclusivamente pelos detentores de capital, conduziu-as a supremacia na sociedade, ainda que seja ideológico, e, de certo modo, utópico, tendo o cálculo utilitário de consequências como guia das ações humanas.

Neste sentido, destaca-se que a busca pelo crescimento e a promoção do progresso econômico, acabaram por desestruturar o bem-estar das diferentes comunidades. O modo de vida, baseado no saber tradicional, transmitido ao longo dos anos, foi substituído por um comportamento individualista e puramente utilitarista dos indivíduos (POLANYI, 2000). Progresso, entendido enquanto engrenagem de dominação do ser e de sua consciência, reforçando os elos de alienação da maioria da sociedade, em detrimento dos detentores de capital (ADORNO; HORKHEIMER, 1985).

Tanto o contexto social, quanto os elementos simbólicos, alinhados aos pressupostos do sistema capitalista de produção, estariam arraigados às organizações utilitaristas, embora compartilhem do mercado com organizações detentoras de princípios substantivos (GUERREIRO RAMOS, 1989). O sujeito representante desses dois modelos organizacionais também se distingue pelo teor de suas ações. No caso das organizações econômicas formais, o indivíduo, guiado pela busca do lucro, condiciona suas ações a uma série de princípios que delimitam sua forma de pensar e agir, atrelada a padrões de produtividade e eficiência. No cotidiano das organizações substantivas, indivíduos são levados a agir de acordo com normas sociais, compartilhadas entre todos os membros do grupo e institucionalizadas pelo convívio social.

Sobre este ponto, Hobsbawm (1988) enfatiza que, com o processo da industrialização, o mundo foi dividido em dois pólos: as regiões que experimentaram o surto de crescimento; e territórios periféricos, posicionados às margens dos centros comerciais. As regiões periféricas, cada vez mais comuns no mundo, tornavam-se ainda 'palco' dos reflexos negativos das propostas capitalistas. Grande parte da população, nesses contextos, via-se limitada em termos de saúde, educação, alimentação, moradia, saneamento básico e lazer. Embora uma parcela estivesse diretamente ligada a essa Sociedade de Mercado, por desempenhar o papel de operário no processo, percebe-se que a alguns, não era possibilitado, nem mesmo, colocar em prática as mazelas do consumismo.

Os benefícios propalados pelos defensores do modo capitalista de produção, ancorados nos pressupostos de crescimento, desenvolvimento e progresso, torna-se realidade somente para a parcela da população detentora de capital (SEIFERT; VIZEU, 2015). Portanto, senhores, proprietários de terras e homens de negócios, descendentes de famílias com poder aquisitivo, tornaram-se os capitalistas, cujas atividades baseavam-se na exploração de mão de obra assalariada, no uso irrestrito de recursos naturais e na produção para o mercado.

Para Harvey (2007) a evolução dos sistemas de produção fabris, com a modernização de suas plantas industriais, não provocou mudanças somente nas instancias econômicas, financeiras e políticas, foi responsável pelo que Polanyi (2000, p. 51) define como "catastrófica desarticulação nas vidas das pessoas comuns". Não tendo se concretizado a proposta de produção em larga escala, pela restrição de mercados consumidores, detentores de capital, implementaram mudanças culturais na sociedade, de modo a incentivar o abandono do consumo com base nas necessidades de sobrevivência pela adoção de práticas mercadológicas ligadas ao consumo pelo consumo.

Tais condições demonstram que o modelo dominante torna-se hegemônico na medida em que consegue impor seus pressupostos sobre os demais grupos humanos, seja por meio da força ou por ornamentos culturais amplamente divulgados. Nesse sentido, no modo capitalista de produção o discurso ideológico se apresenta como ferramenta para propagação e consolidação de seus pressupostos (GUERREIRO RAMOS, 1989).

Hobsbawm (1996) destaca que, embora seu discurso enfatize a possibilidade de progresso a toda a humanidade, reservando aos indivíduos uma prosperidade antes nunca experimentada, os pressupostos do sistema capitalista conduziram a sociedade para um processo de dominação. “A maior parte da população mundial tornou-se vítima daqueles cuja superioridade econômica, tecnológica e conseqüentemente militar era incontestável e parecia indestrutível” (HOBBSAWM, 1996, p. 171).

Além de não cumprir as promessas de prosperidade, sob as quais tem defendido, ao longo dos anos suas práticas econômicas individualistas, a Sociedade de Mercado a partir de meados do século XX tem enfrentado dificuldades para criar empregos a todos os indivíduos que precisam trabalhar (GUERREIRO RAMOS, 1989). Percebe-se, a predominância de um modo de produção em que o homem se insere como força motriz necessária para manutenção do movimento frenético das engrenagens do maquinário. Guerreiro Ramos (1989, p. 13) afirma que “[...] o desenvolvimento das forças produtoras, se tornou à lógica da vida humana em geral. Mesmo a subjetividade privada do indivíduo caiu prisioneira da racionalidade instrumental”.

Nesse sentido, diferentemente dos primórdios de seu surgimento, a Sociedade de Mercado, ao longo dos anos, vê-se inserida em uma série de dilemas que reforçam seus limites. Consolidada a partir das propostas de progresso e crescimento, manifesta, um conjunto de resultados que colidem, diretamente, com os contornos da vida humana associada (GUERREIRO RAMOS, 1989). Preocupação, que de certo modo, não se faz presente, na lógica utilitarista por torna-se conflituosa com os interesses econômicos do capital (CARVALHO, 2012).

A busca incessante pelo crescimento representa a lógica que guia as organizações e seus gestores. Pensamento que sempre existiu na história das organizações, tornando-se base para o desenvolvimento do mercado e das sociedades. Para que fosse possível atingir esse crescimento, as práticas adotadas por gestores não demonstravam qualquer tipo de preocupação com questões sociais, econômicas, políticas ou ambientais. Pelo contrário, havia a crença de que esses impactos eram necessários, pois o crescimento geraria uma série de benefícios que suplantariam os malefícios advindos do mesmo (SCHUMACHER, 1977). O progresso, perseguido e difundido pelas organizações modernas, embora

apresentado como uma perspectiva de prosperidade ao alcance de todos, tem seus resultados limitados ao contexto econômico (VIZEU, 2004).

As desigualdades nos espaços periféricos se tornam mais agudas em virtude da apreensão e controle de informações por aqueles atores sociais dominantes, tendo em vista seus interesses escusos, alheios aos anseios da coletividade. O domínio de informação por um grupo reduzido de pessoas ou empresas, determina que “a periferia do sistema capitalista acaba se tornando ainda mais periférica, seja porque não dispõe totalmente dos novos meios de produção, seja porque lhe escapa a possibilidade de controle” (SANTOS, 2010, p. 39).

Esteva e Prakash (1998) enfatizam que à uma parcela considerável da população foi atribuído o papel de excluídos. Mantidos em uma dinâmica de aproximação e repulsão pela Sociedade de Mercado, tendo em vista que, o mundo moderno sustenta-se sobre as práticas de controle dominante. A sedução do mercado age junto às sociedades marginalizadas. Inicialmente, com o intuito de desconstruir o modo de vida tradicional vigente, visando instituir suas práticas econômicas, dependentes do consumo em massa. A dependência se torna mais evidente com a implantação de instituições econômicas que limitam e confinam os indivíduos aos contornos de seus interesses.

Referindo-se ao fato de que o modo capitalista de produção não possibilitou a toda a humanidade atingir a prosperidade, ideologicamente prometida, Sachs (1997, p. 214) conclui que “a história nos pregou uma peça cruel”. Na concepção do autor, os mercados modernos não conseguiram atender à demanda crescente de trabalhadores dos países periféricos, promovendo assim a degradação da vida cotidiana nesses países. Embora insistisse em dominá-los, com o propósito da consolidação de mercados consumidores potenciais (SACHS, 1997).

O uso indiscriminado de recursos da natureza, na percepção de pesquisadores e de membros da sociedade em geral, normalmente excluídos, apresentou-se como uma das principais falácias do desenvolvimento. Contudo, na tentativa de reafirmação de suas bases, atores sociais imersos na crença das potencialidades dos pressupostos do desenvolvimento, adotam as premissas acerca do pensamento ecológico, com o intuito de instituir as ideias de ‘desenvolvimento sustentável’ como instrumento para justificar e reafirmar o próprio desenvolvimento (ESTEVA; PRAKASH, 1998).

Guerreiro Ramos (1989) aponta que instituições decorrentes da Sociedade de Mercado, cuja essência traduz-se em uma lógica de dominação e hegemonia, lançam mão dos artifícios de uma política cognitiva para instituir sobre os laços comunitários e os traços culturais pluralistas de um povo, uma lógica utilitarista que promove significado ao mundo industrializado.

A crença, de que progresso e desenvolvimento proporcionariam prosperidade a todos, institucionalizada e legitimada por um discurso ideológico do sistema capitalista, construiu uma Sociedade de Mercado, ancorada em uma estrutura de consumo “onde as massas enormes de pessoas são induzidas a acreditar que desejam (e, portanto, devem comprar) aquilo de que não precisam” (GUERREIRO RAMOS, 1989, p. 91).

Conforme afirmam Adorno e Horkheimer (1985, p. 104), “o progresso separa literalmente as pessoas”, sendo responsável pela confecção de uma série de instrumentos e práticas que promoveram o enfraquecimento das relações sociais, distanciando as pessoas e, desse modo, massificando a alienação social. Sistema que, a partir dos mecanismos de comunicação, tornar produtos e serviços atraentes aos olhos dos consumidores, de modo que possam consumir sem qualquer possibilidade de questionamento ou reflexão, acerca da real necessidade daquilo que estão adquirindo.

Fundamentalmente, independente do significado atribuído a uma organização, cabe destacar que toda a engrenagem de instituições que move o mundo, estaria alinhada aos propósitos do modo capitalista de produção. Agindo com o intuito de garantir, acumulação e reprodução do capital, em um contexto em que os interesses de poucos, são atendidos, em detrimento dos interesses da sociedade como um todo (FARIA, 2004).

Esteva e Prakash (1998) reforçam que o colapso enfrentado pela Sociedade de Mercado, em que as instituições mantenedoras de uma lógica de cálculo utilitário de consequências, têm enfrentado dificuldades econômicas, sociais e ambientais para a manutenção de suas práticas hegemônicas, se apresenta como oportunidade para a massa de excluídos e marginalizados. As pessoas promoveriam a regeneração de uma dinâmica de vida mais humana, conduzida por elementos culturais, que encontrariam significado em uma sociedade tradicional, anterior aos contornos modernos do mundo, massificado pelo modo capitalista de produção.

Resgatando, como descreve Santos (2010), aspectos como solidariedade, antes tida como princípio essencial para a manutenção da convivência entre os sujeitos.

Santos (2010) chama atenção para o modelo de gestão das organizações nos dias atuais, enfatizando a necessidade de mudança na postura daqueles que detêm o poder e o dinheiro, sob pena de se aumentar às massas de excluídos, principalmente nos países em desenvolvimento, formadas em primeira instância por pobres e em casos acentuados, por miseráveis. Nesse sentido, leva a reflexão acerca da forma como o mundo é visto e tratado, uma vez que o mesmo é constituído por um conjunto de relações sociais, e estas têm como base às interações entre os indivíduos.

Para Santos (2010, p. 134), “os movimentos organizados devem imitar o cotidiano das pessoas, cuja flexibilidade e adaptabilidade lhe asseguram um autêntico pragmatismo existencial e constituem a sua riqueza e fonte principal de veracidade”, em contraponto ao processo de ideologização da Sociedade de Mercado, mediada por princípios capitalistas. Contudo, mesmo que com certo nível de consciência e interessando-se à reversão de sua situação, individual e coletivamente, o sujeito convive com um paradoxo, agindo em limites pré-definidos que caminham entre obedecer para subsistir e resistir para poder pensar o futuro (SANTOS, 2010).

Historicamente, discuti-se os limites inerentes às propostas de desenvolvimento, principalmente em função da força conquistada pela alocação dos marginalizados, que não se viram inseridos nas camadas beneficiadas com os resultados advindos das ações desenvolvimentistas (ESTEVA; PRAKASH, 1998). Conforme apontam Vizeu, Meneghetti e Seifert (2012, p. 575), “o sistema de produção capitalista se reproduz explorando os indivíduos, destruindo as condições naturais e eliminando as possibilidades de que as relações humanas sejam de fato a centralidade do processo civilizatório”. Manifestava-se, tão somente, a exploração de volumes de matéria-prima, enviados às organizações dos países desenvolvidos para a manutenção dos processos produtivos, bem como, do posicionamento como mercados consumidores em expansão. Ganhos financeiros enviados aos investidores no primeiro mundo, deixando nos países explorados, uma série de impactos sociais, econômicos e ambientais, muitas vezes decorrentes de práticas indiscriminadas de uso dos recursos naturais e da mão de obra assalariada.

Resolver esse dilema implicaria na implantação de um modo de organização dos diferentes agrupamentos humanos com princípios alinhados a uma lógica comunitária de vida. Distinto do modelo hegemônico dominante, cujo propósito central é a manutenção dos interesses organizacionais, em detrimento da preocupação com os indivíduos, no qual o sujeito se tornaria dono de suas ações (FARIA, 2004). Movimento que estaria atrelado, conforme aponta Faria (2005), à promoção de ações isoladas de grupos marginalizados na sociedade, reforçando a conquista de maior representatividade em relação aos atores públicos e privados. Defendendo os interesses do grupo e a inserção ou reintegração dos sujeitos na sociedade, permeada pela retomada da solidariedade, que, historicamente, representou a essência do convívio social coletivo.

1.2 RUPTURA À FORMA DE ORGANIZAÇÃO DOMINANTE: POSSIBILIDADES

Em certa medida, o movimento de resgate de valores humanos em detrimento do pensamento economicista corresponderia aos pressupostos da Teoria da Vida Humana Associada nas bases da Racionalidade Substantiva conforme apresentado por Guerreiro Ramos (1989), como possibilidade de rompimento com a hegemonia difundida pela Sociedade de Mercado. Assim, na sequência são discutidos os fatores que representariam os limites da atual teoria da Administração, bem como os pressupostos inerentes às discussões teóricas de Guerreiro Ramos (1989), como arcabouço conceitual capaz de tratar as lacunas referentes à compreensão de fenômenos sociais diversos.

Do mesmo modo, é pertinente uma reflexão acerca das perspectivas de investigação nos Estudos Organizacionais em Administração no que se refere ao modelo de gestão hegemônico, tendo em vista que seus pressupostos são fruto de um período histórico moderno, caracterizado pela ascensão da Revolução Industrial e do modo capitalista de produção. A que se considerar ainda que tal modelo não seria capaz de compreender práticas organizacionais divergentes de uma lógica economicista (GUERREIRO RAMOS, 1989).

Como consequência, tem-se que os pressupostos ideológicos do mercado se ratificam a partir do arcabouço teórico correspondente à área de Estudos Organizacionais em Administração pelo fato de que “nenhuma outra área de conhecimento está mais diretamente relacionada ao entendimento das consequências do racionalismo moderno do que a Administração, justamente, pelo

fato dessa ter sido fortemente condicionada pela racionalidade instrumental” (VIZEU, 2008, p. 164).

Desse modo, conforme discutido por Guerreiro Ramos (1989), a limitação central em relação ao arcabouço teórico da teoria organizacional vigente diz respeito, à inexistência de um posicionamento crítico acerca de sua abrangência, tendo em vista a multiplicidade de fatos sociais manifestos nos diferentes contextos organizacionais, limitadamente reconhecidos pelos princípios de uma teoria instrumental. Nesse sentido, a ideologia totalizante de seus pressupostos anula as singularidades de cenários diversos, alinhados a uma outra forma de organização, que não a imposta.

Nesse sentido, a atual teoria da organização não é capaz de explicar a totalidade dos fenômenos sociais (GUERREIRO RAMOS, 1989), uma vez que, conforme enfatiza Guerreiro Ramos (1989), apresenta lacunas em sua construção, as quais são:

i) O conceito de racionalidade predominante na vigente teoria organizacional parece afetado por fortes implicações ideológicas. Conduz à identificação do comportamento econômico como constituindo a totalidade da natureza humana. Embora a noção de comportamento econômico parece evidente por si mesma, refere-se ela, aqui, a qualquer tipo de ação empreendida pelo homem, quando ele é movido apenas, pelo interesse de elevar ao máximo seus ganhos econômicos; ii) A presente teoria da organização não distingue, sistematicamente, entre o significado substantivo e o significado formal da organização. Essa confusão torna obscuro o fato de que a organização econômica formal é uma inovação institucional recente, exigida pelo imperativo da acumulação de capital e pela expansão das capacidades de processamento características do sistema de mercado. A organização econômica formal não pode ser considerada um paradigma, segundo o qual devem ser estudadas todas as formas de organizações, passadas, presentes e emergentes; iii) A presente teoria da organização não tem clara compreensão do papel da interação simbólica, no conjunto dos relacionamentos interpessoais; e iv) A presente teoria da organização apóia-se numa visão mecanomórfica da atividade produtiva do homem, e isso fica presente através de sua incapacidade de distinguir entre trabalho e ocupação (GUERREIRO RAMOS, 1989, p. 121).

A partir dos elementos discutidos por Guerreiro Ramos (1989) é possível perceber que, embora ao longo de sua existência, tornara-se soberana (GUERREIRO RAMOS, 1989) enquanto forma de compreensão do cotidiano das

organizações, o atual arcabouço teórico disponível “exerce um impacto desfigurador sobre a vida humana associada” (GUERREIRO RAMOS, 1989, p. 1).

De outro modo, a racionalidade inerente à Sociedade de Mercado se torna totalitária na medida em que não aceita explicações e visões acerca dos fenômenos sociais, advindas de formas de conhecimento que não compactuem com os pressupostos metodológicos e epistemológicos do paradigma dominante. Nesse sentido, o senso comum é abafado pela ciência moderna e classificado como limitado na busca pela compreensão do mundo (SANTOS, 2001). A conservação de seus pressupostos torna-se primordial tendo em vista que transformações exigem readaptação dos fenômenos organizacionais a uma nova realidade, com o risco de comprometer “sua auto-interpretação; a definição de suas metas; a natureza e o alcance de suas operações; e suas transações com o mundo exterior” (GUERREIRO RAMOS, 1989, p. 120).

Dinâmica na qual, para a consolidação de seus propósitos utilitaristas, as instituições vigentes na Sociedade de Mercado necessitam, por assim dizer, não só de uma teoria que esteja incumbida de explicar a realidade organizacional e seus fenômenos, mas que também possa tornar possível à manutenção de uma ideologia economicista incontestável, uma vez que, “quanto mais a atividade humana é considerada administrativa, menos ela é uma expressão de realização pessoal” (CARVALHO; SOUZA, 2003, p. 7).

Para tanto, a linguagem aplicada aos interesses das instituições hegemônicas apresenta-se como um mecanismo para a consolidação do modelo dominante, chocando-se com os preceitos da vida humana associada, além de corromper seus princípios éticos e morais constituintes (GUERREIRO RAMOS, 1989).

Os detentores desse discurso dominante se preocupam tão somente em aglutinar diferentes elementos e fatores cujo significado remete a um período anterior ao mundo industrializado. As bases da racionalidade instrumental, vigente no mundo, cuidam de cooptar conceitos centrais da vida humana associada e atribuir-lhes significados, de certo modo, a partir de certas distorções, de forma que contribuam para o reforço dos princípios da lógica econômica (GUERREIRO RAMOS, 1989), implicando em pessoas alheias ao controle sobre suas ações práticas, tendo seu comportamento, individual ou coletivo, condicionado aos

interesses de atores sociais e instituições representantes do sistema hegemônico dominante. Contudo, Guerreiro Ramos (1989) enfatiza que o modo de vida substantivo ainda se faz presente em contextos sociais, tradicionalmente marginalizados, vistos como periferias do núcleo econômico, ainda que, continuamente solapados pelos pressupostos hegemônicos.

Contextos em que não são observadas instituições interessadas em discutir a distinção entre os princípios de uma racionalidade substantiva e os elementos caracterizadores de uma racionalidade instrumental. Enquanto modelo dominante e hegemônico, abrir espaço para um debate dessa envergadura significaria assumir a existência de uma perspectiva alternativa aos seus propósitos, permitindo aos indivíduos decidir por qual das vias desejam guiar suas vidas. Para a consolidação do modo capitalista de produção, os princípios da lógica substantiva são abafados, de modo que a lógica utilitarista possa dominar os diferentes contextos sociais (GUERREIRO RAMOS, 1989), expandindo suas implicações economicistas.

Para tanto, Siqueira (2009, p. 9) afirma que “experiências simbólicas tais como o amor, a confiança, a honestidade, a verdade e a auto-atualização não devem ser incluídas no campo de ação de organizações econômicas, inteligíveis por suas normas funcionais e racionais de conduta e comunicação”. Tais modelos organizacionais cuidam em transformar valores humanos em valores econômicos, conduzindo os indivíduos a colocar em evidência seus interesses utilitaristas. Desejos e valores substantivos, condizentes a uma vida humana associada nas bases da racionalidade substantiva, são classificados como elementos incoerentes para a continuidade de um mundo moderno, devendo para tanto ser evitados.

Tanto sujeito como natureza tornam-se fatores de produção, aplicados ao processo de transformação da matéria, sujeitos à exploração indiscriminada. Na concepção de Guerreiro Ramos (1989), os pressupostos do modo capitalista de produção, para sua manutenção, interessam-se por fatos, uma vez que valores, representam a subjetividade do indivíduo. Contrariamente, inseridos em uma dinâmica social substantiva, reafirma-se a importância da ação atrelada a valores, considerando a diversidade cultural de agrupamentos humanos na sociedade.

Finalmente, Martins (2010), ao discutir acerca de práticas substantivas, atribui-lhes a possibilidade de promover a ruptura do modelo dominante na sociedade, tendo em vista que a ação atrelada a valores humanos, posiciona-se

contrária aos pressupostos hegemônicos. Nesse sentido, a resistência conduz o indivíduo à emancipação. O comportamento social ressurgue como atributo do indivíduo, potencializado pela adoção de uma teoria substantiva da vida humana associada. Nesse sentido, a ruptura ao modelo dominante representa uma possibilidade concreta, a qual “não ocorrerá a menos que os povos sejam ativados para construir imediatamente, partindo daquilo que já têm, uma sociedade racional, entendida em termos substantivos e despojada das atuais conotações serialistas e futuristas” (GUERREIRO RAMOS, 1989, p. 41).

Para tanto, o texto está organizado em três subtópicos. Inicialmente discute-se, a partir das reflexões teóricas de Guerreiro Ramos (1989), os limites apresentados pela atual teoria da Administração, tendo em vista seu alinhamento à racionalidade instrumental do mundo moderno, extremamente homogeneizadora, responsável pela supressão de formas de organização e gestão não correspondentes ao modelo formal burocrático, resgatando-se no autor a proposta da racionalidade substantiva. Posteriormente são apresentados os elementos que compõem a realidade de diferentes fenômenos sociais substantivos, utilizando-se para tanto, de forma ilustrativa, uma série de estudos que investigaram as práticas de organizações substantivas. Finalmente, considerando-se a existência de conflitos e contradições entre organizações formais e fenômenos substantivos, é discutida a tensão entre racionalidades.

1.2.1 Teoria da Vida Humana Associada: Entre o Instrumental e o Substantivo

Atribuir à sociedade a lógica racional instrumental como único elemento mediador das ações e relações dos indivíduos, implica na determinação da inexistência de uma racionalidade substantiva, tendo em vista que o comportamento social se constitui a partir de um padrão homogêneo, no qual o sujeito se enquadra sem possibilidade de reflexão crítica (GUERREIRO RAMOS, 1989; SOUZA; LINS, 2006). Contexto este em que se destitui do sujeito a possibilidade de decidir, ancorado em princípios morais e éticos, acerca dos desdobramentos da sua vida, individual e coletiva, uma vez que, a mesma passa a ser determinada pelo modelo dominante da Sociedade de Mercado.

Contraopondo-se aos preceitos estabelecidos pela lógica instrumental, Guerreiro Ramos (1989, p. 23), enfatiza que “a racionalidade substantiva sustenta que o lugar adequado à razão é a psique humana. Nessa conformidade, a psique

humana deve ser considerada o ponto de referência para a ordenação da vida social [...]”.

Assim, a razão, quando exercida de forma livre pelo indivíduo, conduz-lhe por um processo de transformação social ativo em que o mesmo se torna um ator político crítico-reflexivo, capaz de definir e conduzir suas ações com base em seus interesses, condicionado a valores culturais, historicamente constituídos e compartilhados pelos membros de um grupo. Contrariamente, torna-se um atributo do contexto social em que está inserido, apresentando-se determinado por este e condicionado aos propósitos de grupos diversos. As ações sociais, nesse contexto, são reproduções inconscientes dos pressupostos dominantes, desprovidas de subjetividade (GUERREIRO RAMOS, 1989). Por sua vez, como apontam Bulgacov e Castiglia (2003) e Barros e Santos (2010), em contextos sociais dominados pela lógica utilitarista, o indivíduo se torna um ser despersonalizado uma vez que assume papéis esperados na sociedade, dos quais materializa e reproduz um comportamento formal destituído de valores substanciais humanos.

Nesse sentido, distinguindo-se da ação racional instrumental, base da Sociedade de Mercado, a ação racional substantiva orienta-se em duas dimensões distintas, que na concepção de Serva (1996), seriam a individual e a grupal. “Na dimensão individual, refere-se à autorealização, compreendida como concretização de potencialidades e satisfação; na dimensão grupal, refere-se ao entendimento, nas direções da responsabilidade e satisfação sociais” (SERVA, 1996, p. 339). Portanto, a distinção entre a ação racional instrumental e a ação racional substantiva evidencia-se a partir daqueles que seriam os elementos constitutivos desta última, que são apresentados por Serva (1996, p. 339), como:

a) autorealização – processos de concretização do potencial inato do indivíduo, complementados pela satisfação; b) entendimento – ações pelas quais se estabelecem acordos e consensos racionais, mediadas pela comunicação livre, e que coordenam atividades comuns sob a égide da responsabilidade e satisfação sociais; c) julgamento ético – deliberação baseada em juízos de valor (bom, mau, verdadeiro, falso, certo, errado etc.), que se processa através do debate racional sobre as pretensões de validade emitidas pelos indivíduos nas interações; d) autenticidade – integridade, honestidade e franqueza dos indivíduos nas interações; e) valores emancipatórios – aqui se destacam os valores de mudança e aperfeiçoamento do social nas direções do bem-estar coletivo, da solidariedade, do respeito à individualidade, da liberdade e do comprometimento, presentes nos indivíduos e no contexto normativo

do grupo; e f) autonomia – condição plena dos indivíduos para poderem agir e expressarem-se livremente nas interações.

Analogamente, Siqueira (2012) utiliza sete fatores, definidos no estudo como tipologia, para construir, conforme o Quadro 1, uma descrição comparativa entre os elementos constituintes de cada perspectiva, demonstrando suas especificidades.

Diferentemente da lógica instrumental dominante, que aprisiona a capacidade de reflexão do sujeito e determina os limites do comportamento que o mesmo deve reproduzir na sociedade. A perspectiva da racionalidade substantiva, com base na valorização da individualidade tem como foco o desenvolvimento humano. Para tanto, de acordo com Souza et. al. (2003), preza pelo resgate da consciência do indivíduo a partir de sua emancipação, uma vez que, na Sociedade de Mercado, aquele passa a agir de acordo com interesses difusos, tornando-se, na concepção de Guerreiro Ramos (1989, p. 51), “uma criatura que se comporta”, dentro de parâmetros pré-determinados de ações reflexivas.

Quadro 1: Distinção entre razão instrumental e substantiva

Tipologia	Razão instrumental	Razão substantiva
Sinônimos	Funcional, pragmática, com propósito, tocante a fins	Objetiva, comunicativa, de interação simbólica, tocante a valores
Dimensão existencial	Sociedade; Processo histórico; Organização	Ser humano; psique humana
Caráter histórico	Episódica, fenômeno particular da sociedade centrada no mercado	Comum a todas as pessoas de todos os lugares em todas as épocas
Papel desempenhado na sociedade contemporânea	Instrumento disfarçado de perpetuação da repressão social carregado de preconceitos iluministas	Atributo da psique humana que resiste à completa socialização; capacita a compreender a historicidade da condição humana
Forma de conduta	Comportamento: conveniência é sua principal categoria; funcional, efetivo, pertence à esfera das causas eficientes	Ação: própria dos atores que deliberam sobre coisas porque têm consciência das finalidades intrínsecas; pertence à esfera ética das causas finais
Relações interpessoais e validação	Relações interpessoais subordinadas a regras técnicas, passíveis de verificação de validade	Relações interpessoais livres de compulsão externa, passíveis de legitimação através da intersubjetividade da mútua compreensão de intenções
Principais símbolos linguísticos associados	Esforço que habilita o indivíduo a fazer o cálculo utilitário de consequências; sistemática e atenta aos imperativos das condições e meios a uma finalidade deliberadamente escolhida; experiência deformada da realidade; torna obscuros os polos da tensão existencial humana; objetivo predeterminado; consecução de um resultado ulterior	Força cognitiva luminosa ativa na psique humana; consciência crítica, presença divina, desejo de conhecer; distingue o bem e o mal, o conhecimento falso e o verdadeiro; critério para a ordenação da vida humana associada; capacidade ética e crítica de natureza pessoal; intencionalidade; crença num valor ético, espiritual; orientação por critérios transcendentais

Fonte: Siqueira (2012, p. 29).

A racionalidade substantiva é condicionada à configuração de valores humanos. Sua manifestação apresenta-se distinta para cada contexto social, tendo em vista a multiplicidade de princípios éticos e morais vigentes na sociedade (SILVEIRA, 2008). Nesse sentido, embora a racionalidade instrumental determine um padrão de ação condicionado a critérios utilitaristas comuns à humanidade, dificilmente tem-se representado um padrão de racionalidade substantiva.

Portanto, conforme enfatiza Serva (1993), a perspectiva da racionalidade substantiva, enquanto movimento contrário à lógica utilitarista, promove o efetivo resgate da condição humana (GUERREIRO RAMOS, 1989), que na Sociedade de Mercado se torna barreira à consecução dos propósitos economicistas das organizações dominantes. No contexto da racionalidade substantiva, se transformam em arenas sociais marcadas por elos consistentes de relações e interações, que tem no convívio, na autenticidade, no respeito à individualidade, na dignidade, na solidariedade, na partilha e na afetividade elementos centrais para a manutenção de suas estruturas produtivas (SERVA, 1993; 1996; 1997).

Elementos atrelados à promoção da vida humana associada, em que a lógica substantiva de um convívio social comunitário condicionaria a ação do indivíduo a princípios éticos e morais, que contribuem para o equilíbrio entre realização pessoal e social (SERVA, 1993; 1996), considerando ainda a harmonia entre, interesses e direitos coletivamente compartilhados (SERVA, 1997).

Desse modo, Guerreiro Ramos (1989) estabelece que, embora a concepção da vida humana associada possa ser explicada tanto com base na perspectiva da racionalidade substantiva, quando pela racionalidade instrumental, alguns elementos podem ser percebidos como centrais na distinção entre tais inclinações teóricas. A discussão apresentada pelo autor pode ser observada no Quadro 2.

A análise do comparativo permite considerar que a perspectiva da racionalidade substantiva restauraria no indivíduo a capacidade de reflexão crítica e domínio de sua subjetividade, muitas vezes limitados pelos interesses da racionalidade instrumental dominante (GUERREIRO RAMOS, 1989). Aproximando-se assim, da reconstrução de uma lógica que compunha a vida humana em períodos anteriores à projeção da Sociedade de Mercado. Contextos em que a liberdade era a palavra de ordem, condicionada aos princípios morais e éticos da associação entre as pessoas.

Quadro 2: Teoria da vida humana associada

Formal	Substantiva
I. Os critérios para ordenação das associações humanas são dados socialmente	I. Os critérios para a ordenação das associações humanas são racionais, isto é, evidentes por si mesmos ao senso comum individual, independentemente de qualquer processo particular de socialização
II. Uma condição fundamental da ordem social é que a economia se transforme num sistema auto-regulado	II. Uma condição fundamental da ordem social é a regulação política da economia
III. O estudo científico das associações humanas é livre do conceito de valor: há uma dicotomia entre valores e fatos	III. O estudo científico das associações humanas é normativo: a dicotomia entre valores e fatos é falsa, na prática, e, em teoria, tende a produzir uma análise defectiva
IV. O sentido da história pode ser captado pelo conhecimento, que se revela através de uma série de determinados estados empíricos-temporais	IV. A história torna-se significativa para o homem através do método paradigmático de auto-interpretação da comunidade organizada. Seu sentido não pode ser captado por categorias serialistas de pensamento
V. A ciência natural fornece o paradigma teórico para a correta focalização de todos os assuntos e questões suscitados pela realidade	V. O estudo científico adequado das associações humanas é um tipo de investigação em si mesmo, distinto da ciência dos fenômenos naturais, e mais abrangente que esta

Fonte: Guerreiro Ramos (1989, p. 29).

Período histórico marcado por uma sociedade em que a relação do indivíduo com a natureza, embora representasse uma ação de uso desta para satisfação das necessidades daquele, era mediada pelo respeito. Conscientemente, o sujeito determinava os limites da produção de bens a partir das características específicas da natureza, como ciclos de plantios e colheitas, capacidades de recuperação do meio ambiente, bem como a finitude dos recursos naturais (GUERREIRO RAMOS, 1989). O cotidiano de vida era conduzido por práticas colaborativas entre homem e natureza, mantendo afastados os imperativos tecnológicos da produção para o mercado, tendo evidenciado a prática de produção para subsistência (GUERREIRO RAMOS, 1989). Percebe-se assim que a ação do indivíduo se adequa à configuração do meio, seja ele social, econômico, político ou ambiental, dentro de uma construção harmônica.

Desse modo, como aponta Guerreiro Ramos (1989), nas bases da racionalidade substantiva, indivíduos constroem e reconstróem símbolos e artefatos que, de comum acordo, dão significado à vida humana associada. Nesse ínterim, as relações, interações, trocas e compartilhamentos apresentam-se múltiplos em função das diferentes pessoas e contextos sociais envolvidos. Multiplicidade que

deixa de existir, no seio da Sociedade de Mercado, que condiciona interpretações e representações simbólicas aos interesses economicistas de instituições capitalistas, destituindo do sujeito o poder de ação acerca da compreensão de mundo.

Porém, o comportamento integrado à vida humana associada partiria de uma redefinição dos limites para a percepção de necessidades e desejos humanos, bem como, para a obtenção da satisfação dos mesmos, tendo por base princípios em que o homem se torna o centro das ações na sociedade (GUERREIRO RAMOS, 1989). Uma vez que, “os pressupostos fundamentais de uma teoria substantiva da vida humana associada são derivados do exercício de um senso da realidade comum a todos os indivíduos, em todos os tempos e em todos os lugares” (GUERREIRO RAMOS, 1989, p. 46).

Finalmente, Guerreiro Ramos (1989) destaca que a racionalidade substantiva na perspectiva dos Estudos Organizacionais em Administração clama por um resgate de ações destinadas a proporcionar meios de subsistência para a sociedade como um todo. De modo que se sobressaia o respeito de interesses, limitações e modo de vida de forma igualitária, sem distinção de propósitos ou o favorecimento de poucos.

1.2.2 Princípios e Práticas em Fenômenos Substantivos

Na Sociedade de Mercado figuram de forma predominante, corporações empresariais de grande porte, com atuação irrestrita em termos geográficos, guiadas por práticas econômicas alinhadas a uma lógica utilitarista, com o propósito central de promover a acumulação financeira, por meio da produção para o mercado e pelo consumo em massa. Têm como representantes e principais defensores, capitalistas ou grupos de investidores, além de instituições públicas. Nesse contexto, muitas vezes inseridas em setores não ocupados pelas organizações formais, tornam-se evidentes as organizações substantivas.

A complexidade pertinente aos diferentes e múltiplos sistemas sociais, exige que sejam aceitos arcabouços teóricos divergentes e complementares, com o intuito de promover explicações fidedignas dos fenômenos observados. Nesse sentido, torna-se reducionismo, acreditar que uma única inclinação teórica é capaz de elucidar a efervescência de tipos variados de fatos e formas de organização e

produção. Cada circunstância demanda pressupostos ontológicos e epistemológicos específicos para clarificar suas especificidades (GUERREIRO RAMOS, 1989).

Desse modo, visando contribuir com o rompimento de um enfoque dominante, cujo caminho seria delineado por uma abordagem substantiva da organização, Guerreiro Ramos (1989) estabelece, uma série de elementos que correspondem à configuração de um arcabouço teórico substantivo, descrita no Quadro 3.

Quadro 3: Abordagem substantiva da organização

Elementos	Descritores
Os limites da organização deveriam coincidir com seus objetivos	Nessa conformidade, a delimitação organizacional está, primordialmente, interessada na delimitação das fronteiras específicas da organização econômica. É possível tentar definir a organização econômica como um sistema microsocial que produz mercadorias segundo normas contratuais objetivas, dispõe de meios operacionais para a maximização de recursos limitados e utiliza critérios quantitativos para avaliar a equivalência de bens e serviços. Isso quer dizer que as organizações econômicas, tendo exigências próprias que não coincidem, necessariamente, com aquilo que é requerido pela boa qualidade da existência humana em geral, devem ser consideradas como pertencentes a um enclave conceptual e pragmaticamente limitado, dentro do espaço vital humano
A conduta individual, no contexto das organizações econômicas, está, fatalmente, subordinada a compulsões operacionais, formais e impostas	Assim sendo, o <i>comportamento administrativo</i> é intrinsecamente vexatório e incompatível com o pleno desenvolvimento das potencialidades humanas
A organização econômica é apenas um caso particular de diversos tipos de sistemas microsociais, em que as funções econômicas são desempenhadas de acordo com diferentes escalas de prioridades	A importância do comportamento administrativo diminui, quando se parte de sistemas sociais planejados para a obtenção de lucro e se caminha no sentido de sistemas sociais mais adequados à atualização humana
Uma abordagem substantiva da teoria organizacional preocupa-se sistematicamente, com os meios de eliminação de compulsões desnecessárias agindo sobre as atividades humanas nas organizações econômicas e nos sistemas sociais em geral	Em outras palavras, tal abordagem reconhece que, por sua própria natureza, o comportamento administrativo constitui atividade humana submetida a compulsões operacionais. Todavia, essa abordagem está interessada em meios viáveis de redução, e mesmo de eliminação, de descontentamentos e com o aumento da satisfação pessoal dos membros das organizações econômicas
As situações em que os seres humanos se defrontam com tópicos relativos à própria atualização adequadamente entendidas, têm exigências sistêmicas diferentes daquelas que atendem aos contextos econômicos	Essa diferenciação social sistêmica foi corretamente apreendida por H. Arendt com uma condição que habilita os indivíduos a se avantajarem, na consecução das diferentes obras de suas vidas. Diz ela: “Nenhuma atividade pode vir a ser excelente, se o mundo não proporcionar um lugar adequado para seu exercício” (Arendt, 1958, p. 49). Para proporcionar esses lugares adequados, precisamos começar formulando uma tipologia de interesses humanos e dos correspondentes sistemas sociais onde tais interesses possam ser propriamente considerados como tópicos do desenho organizacional

Fonte: Guerreiro Ramos (1989, p. 134-135).

Ao reconhecer-se as contradições decorrentes do embate entre organizações formais instrumentais e organizações substantivas, assume-se as limitações do arcabouço teórico vigente, apontando para a necessidade de reflexões conceituais múltiplas e inclusivas. Inclinações teóricas que respeitam a diversidade da realidade organizacional. Guerreiro Ramos (1989, p. 136) delimita as diretrizes necessárias para uma possível reformulação da teoria da organização, as quais são:

i) O homem tem diferentes tipos de necessidades, cuja satisfação requer múltiplos tipos de cenários sociais. É possível não apenas categorizar tais tipos de sistemas sociais, mas também formular as condições operacionais peculiares a cada um deles; ii) O sistema de mercado só atende a limitadas necessidades humanas, e determina um tipo particular de cenário social em que se espera do indivíduo um desempenho consistente com regras de comunicação operacional, ou critérios intencionais e instrumentais, agindo como um ser trabalhador. O comportamento administrativo, portanto, é conduta humana condicionada por imperativos econômicos; iii) Diferentes categorias de tempo e espaço vital correspondem a tipos diferentes de cenários organizacionais. A categoria de tempo e espaço vital exigida por um cenário social de natureza econômica é apenas um caso particular entre outros, a ser discernido na ecologia global da existência humana; iv) Diferentes sistemas cognitivos pertencem a diferentes cenários organizacionais. As regras de cognição, inerentes ao comportamento administrativo, constituem caso particular de uma epistemologia multidimensional do planejamento de cenários organizacionais; e v) Diferentes cenários sociais requerem enclaves distintos, no contexto geral da tessitura da sociedade, havendo, contudo, vínculos que os tornam inter-relacionados. Tais vínculos constituem ponto central do interesse de uma abordagem substantiva do planejamento de sistemas sociais.

Contudo, investigá-las se torna um desafio, tendo em vista que as teorias disponíveis na área de Estudos Organizacionais em Administração se mantêm alinhadas ao contexto das organizações formais instrumentais, conforme enfatizado por Guerreiro Ramos (1989). Enquadrá-las como modelo organizacional passível de investigação, proporcionaria limitações, uma vez que, “não apresentam um padrão fixo, não seguem e não se constituem em modelos a serem seguidos, não obedecem a técnicas de elaboração de estruturas, nem a sistemáticas de design organizacional que implicam a padronização científica de tarefas, rotinas e procedimentos” (SERVA, 1993, p. 42).

Configuram-se como organizações desconectadas de princípios formais de estruturação, concebidas na dinâmica social do cotidiano dos indivíduos, condicionadas aos valores culturais do grupo, cujos “mecanismos de controle e

supervisão são determinados por critérios que privilegiam a autonomia, a liberdade de expressão e ação e a adoção não demagógica da responsabilidade social” (VIZEU, 2009, p. 412). Manifestam a despreocupação com a formalidade de processos organizações como estrutura e planejamento, sendo seu desenvolvimento conduzido por ações coletivas dos participantes (PACHECO, 2011).

Para tanto, embora contenha limitações, por promover um possível enquadramento das práticas cotidianas encontradas em diferentes contextos substantivos, Serva (1996) apresenta um modelo de análise com o intuito de compreender a racionalidade predominante nos diferentes processos organizacionais, conforme pode ser observado no Quadro 4.

Quadro 4: Modelo de análise da racionalidade organizacional

Tipo de Racionalidade X Processos Organizacionais	Racionalidade Substantiva	Racionalidade Instrumental
Hierarquia e normas	Entendimento Julgamento ético	Fins Desempenho Estratégia interpessoal
Valores e objetivos	Autorealização Valores emancipatórios Julgamento ético	Utilidade Fins Rentabilidade
Tomada de decisão	Entendimento Julgamento ético	Cálculo Utilidade Maximização recursos
Controle	Entendimento	Maximização recursos Desempenho Estratégia interpessoal
Divisão do trabalho	Autorealização Entendimento Autonomia	Maximização recursos Desempenho Cálculo
Comunicação e Relações interpessoais	Autenticidade Valores emancipatórios Autonomia	Desempenho Êxito/Resultados Estratégia interpessoal
Ação social e Relações ambientais	Valores emancipatórios	Fins Êxito/Resultados
Reflexão sobre a organização	Julgamento ético Valores emancipatórios	Desempenho Fins Rentabilidade
Conflitos	Julgamento ético Autenticidade Autonomia	Cálculo Fins Estratégia interpessoal
Satisfação individual	Autorealização Autonomia	Fins Êxito Desempenho
Dimensão simbólica	Autorealização Valores emancipatórios	Utilidade Êxito/Resultados Desempenho

Fonte: Serva (1996, p. 345).

Serva (1996) estabeleceu seu modelo de análise a partir da premissa de que os processos organizacionais devem ser entendidos como distintos entre si, não

cabendo agrupá-los igualmente em um processo de análise. Para tanto, são delimitados dois conjuntos de categorias, em termos de relevância analítica: processos organizacionais essenciais e complementares. Os sete primeiros fatores do Quadro 4, representam, na percepção do autor, processos essenciais, entendidos como “aqueles nos quais os indivíduos definem, mediante ações específicas, o caráter básico do empreendimento grupal ao qual participam, delineando seus padrões de interrelação e também as fronteiras e limites da ação do grupo perante a sociedade que o envolve” (SERVA, 1996, p. 342).

Afirma ainda Serva (1996), que os processos organizacionais definidos como essenciais, caracterizam-se como as categorias analíticas comumente encontradas em pesquisas da área de Estudos Organizacionais em Administração, o que reforça a relevância dos mesmos. Na categoria de processos organizacionais complementares, são encontrados os quatro últimos fatores apresentados no modelo do autor (Quadro 4). Serva (1996) entende que, embora sejam relevantes para análise da racionalidade em organizações substantivas os processos organizacionais complementares não possuiriam dimensões teóricas que permitam compreender a realidade organizacional por completo.

As organizações substantivas estariam assim inseridas em um processo histórico de construção, condicionado a uma série de elementos como, o contexto social em que estão inseridas; os membros que as compõem; bem como, os propósitos para os quais foram constituídas. Fatores que são continuamente transformados, implicando em mudanças na essência das organizações substantivas, o que as torna distintas das organizações formais padronizadas em termos de estruturação e atuação e guiadas por princípios ideológicos petrificados nos pressupostos do modo capitalista de produção.

Como exemplo, tem-se o estudo de Dornelles e Dellagnelo (2003), que com o objetivo de compreender os padrões de interação dos membros em uma pequena indústria com atuação no setor têxtil, dedicada à produção de cordas, cordões, elásticos e fitas, caracterizada por um modelo de autogestão, traçaram um modelo de análise para delimitação do tipo de racionalidade predominante em seu contexto. Os autores utilizaram para tanto, onze categorias teóricas, conforme Quadro 5.

Quadro 5: Dimensões da racionalidade – diferentes organizações

Dimensões	Racionalidade Instrumental	Racionalidade Substantiva
Autoridade/tomada de decisão	Definida para extrair o melhor resultado, visando o aumento da lucratividade	Definida pela coletividade com base no consenso
Normas	Normas definidas para exercer o controle e obter resultados maiores	Definidas com base no entendimento para o bem da coletividade
Controle social	Realizado para obter a maximização dos resultados financeiros, com base no cálculo	Indireto, definido para preservar valores emancipatórios do grupo
Relações Sociais/conflito	Relações sociais são definidas para obtenção do desempenho máximo, com fins. Relações estratégicas entre os sujeitos com fins egoísticos	Relações sociais que buscam o entendimento, relações de amizade e partilha de valores
Recrutamento e promoção	Busca de pessoas com qualificação para obter máximo resultado	Busca de pessoas que partilham os mesmos valores emancipatórios, que tenham uma atuação comunitária e preocupação social
Estrutura de Incentivos	Incentivos são fixados para obter a maximização dos resultados, visando a fins de lucratividade	Incentivos simbólicos com base no reforço dos valores de emancipação e éticos
Estratificação Social	Diferenças de status como forma de maximização do desempenho	Preocupação com a coletividade, busca de valores igualitários
Diferenciação	Divisão das tarefas para aumentar a produtividade e o lucro	Divisão das tarefas para que todos conheçam os processos organizacionais, com base em valores de igualdade e emancipatórios
Educação	Educação com o objetivo de aprimorar o desempenho e maximizar os resultados. Visando a produtividade	Educação com base na auto-atualização dos membros, com fins emancipatórios
Atuação Social/reflexão sobre a organização	Visando a publicidade da organização para obter maior lucratividade. Reflexões manifestam interesses financeiros e lucratividade	Atuação social como um valor do grupo visando a humanização da sociedade. Reflexões coerentes com os valores partilhados pelo grupo
Comunicação/dimensão simbólica	Visa ao êxito, utilitária como estratégia interpessoal. A simbologia da organização espelha interesses de maximização de resultados e lucros	visa ao entendimento, com base nas pretensões de validade de verdade, veracidade e correção. A simbologia da organização espelha os valores de igualdade e emancipação

Fonte: Dornelles e Dellagnelo (2003, p. 8).

Conseqüentemente, destaca-se que os estudos acerca das organizações substantivas prezam pela multiplicidade teórica e metodológica, bem como pela liberdade de ação dos pesquisadores, haja vista que, o comportamento social dos atores envolvidos, em função da autonomia predominante, interage com fatores provenientes de conceitos como economia solidária, associativismo e

cooperativismo, autogestão e cogestão, bem viver, convivialidade, economia de comunhão e sociologia da dádiva.

Fatores que Assunção e Ponchirolli (2008) e Fernandes e Ponchirolli (2011) apontam como arcabouço teórico-conceitual no qual as organizações substantivas representariam organismos que possuem vida. Vida compartilhada pelos indivíduos participantes, de modo que a individualidade de cada um se confunda com a coletividade da organização. Embora essa relação represente a possibilidade de ações conflituosas, a harmonia seria conquistada e mantida a partir de princípios de solidariedade e afetividade, e reforçada por laços de convívio social. E ainda, Carvalho e Souza (2003) enfatizam que aspectos como emancipação e transformação social compõem o cotidiano das organizações substantivas. Nesse sentido, o conteúdo conceitual da racionalidade substantiva torna-se singular para cada contexto humano (THIRY-CHERQUES, 2009).

Nesse ínterim, Serva (1993) destaca que a singularidade é o fator primordial na identificação das organizações guiadas por uma racionalidade substantiva. Atributo muitas vezes constituído pela multiplicidade de perfis dos indivíduos envolvidos em sua promoção, que diferentemente das organizações formais, preza pela autonomia do sujeito e pelo convívio das diferenças e especificidades. Assim, alheios aos resultados decorrentes de suas atividades profissionais, indivíduos buscam, com base na racionalidade substantiva, integrar harmonicamente vida pessoal e profissional. Para tanto, a satisfação individual e coletiva do sujeito, supera as expectativas de sucesso atreladas às suas atividades.

Contexto em que comportamentos sociais representam diversidade de ideias e opiniões, ainda que essa multiplicidade cultural possa implicar na manifestação de conflitos. Fatores como liberdade, autonomia e respeito ao coletivo, ordenam as diferenças entre os indivíduos envolvidos, garantindo que as interações sociais se processem de forma harmoniosa (PACHECO, 2011). Delimitando um cotidiano, que representa a construção social coletiva, distinguindo-se entre diferentes contextos sociais, de acordo com os elementos culturais, atrelados à formação histórica do grupo (ASSUNÇÃO; PONCHIROLLI, 2008; FERNANDES; PONCHIROLLI, 2011).

Por fim, Bulgacov e Castiglia (2003) apontam que nas organizações substantivas as relações sociais elevam o grau de sinergia e harmonia entre os membros do grupo. O comportamento social coletivo reforça o distanciamento entre

negócios e cotidiano de vida, uma vez que, a arquitetura organizacional se confunde com a estrutura da sociedade, sem contudo ser determinante sobre as decisões e o comportamento das pessoas. Nesse sentido, enfatizando-se a liberdade de pensamento e de ação, as organizações substantivas posicionam-se como uma proposta consistente de ruptura do modelo dominante, uma vez que delimitam arranjos organizacionais não burocráticos, com foco na promoção do desenvolvimento humano.

1.2.3 Fragilidades de um Campo em Construção: Tensão em Voga

Como pioneiro na análise de organizações substantivas, Serva (1993), ao analisar os relacionamentos entre os membros de doze organizações descreveu alguns elementos específicos desse cotidiano, como o “alto grau de solidariedade e afetividade entre membros, participação efetiva de cada um na vida da organização, relações interpessoais intensas, extenso uso da comunicação verbal, contato face a face e expressão de sentimentos no cotidiano” (SERVA, 1993, p. 39).

Serva (1993) identificou ainda uma série de princípios que norteavam a forma de organização, bem como o funcionamento prático dessas instituições. Tais princípios delimitam claramente a distinção entre organizações formais e organizações substantivas, pois expressam uma construção coletiva em que o sujeito se torna o centro das relações sociais. Nesse sentido, os princípios apresentados pelo autor são:

Reconhecimento da grande importância da individualidade dos seus membros; Valoriza-se muito a dimensão coletiva, denotando uma busca permanente do equilíbrio entre o homem e a organização; Respeito à dignidade humana; Culto à liberdade; Assunção espontânea de compromissos (vontade); Identidade de valores gerais; Aceitação da existência de conflitos, o que demonstra uma disposição permanente de negociação entre as partes; Autocontrole, pois se acredita que quando o indivíduo não está suficientemente integrado ao grupo ele fatalmente perderá o interesse e se desliga; Trabalho como atividade prazerosa (SERVA, 1993, p. 38).

Outro estudo de destaque foi conduzido por Dornelles e Dellagnelo (2003), que ao investigarem uma indústria autogestionária de pequeno porte, concluíram, que embora inserida e representante de uma Sociedade de Mercado, os membros do grupo mantêm-se distantes dos princípios instrumentais impostos pela hegemonia das organizações formais. Potencializado, na concepção dos autores,

em função da capacidade de reflexão crítica dos indivíduos envolvidos, que, constantemente, reafirmam suas bases ideológicas, questionando a validade dos pressupostos do modelo dominante.

Siqueira Pinto (2003), em um estudo realizado com uma organização ligada ao terceiro setor, que desenvolve atividades em áreas como educação, cultura, saúde e assistência social, identificou a predominância da racionalidade instrumental nas práticas de gestão. O autor ressalta que, inserindo uma lógica economicista em seu cotidiano organizações substantivas acabam por aderir aos pressupostos de uma Sociedade de Mercado, passando a vislumbrar possibilidades de acumulação financeira.

Reflexões alinhadas ao que foi discutido por Fraga (2000), que teria enfatizado que, embora se perceba nas organizações substantivas a manifestação de elementos instrumentais e substantivos, a ênfase maior no utilitarismo implica na “deterioração das relações humanas” (FRAGA, 2000, p. 32). Valores morais e éticos seriam substituídos por princípios econômicos e financeiros, atrelados às práticas individualistas de indivíduos. Por sua vez, o predomínio da racionalidade substantiva convoca uma atmosfera de harmonia e convívio social coletivo nas organizações, conduzindo os sujeitos à realização pessoal e promoção social (FRAGA, 2000).

Corroborando, Siqueira (2009) enfatizou que práticas substantivas podem ser verificadas no contexto de organizações instrumentais, bem como a inclinação utilitarista manifesta-se na prática das organizações substantivas. Condição que representa a existência de uma tensão entre as racionalidades vigentes nos contextos organizacionais.

Demonstrando a relação conflituosa entre ambas racionalidades, Barros e Santos (2010), em um estudo realizado com organizações do terceiro setor, perceberam que, mesmo representando uma categoria de instituições ditas solidárias, vistas como enclaves sociais direcionados à promoção do sujeito e resgate da substantividade da vida humana, diversas práticas cotidianas são alinhadas aos princípios da racionalidade instrumental.

Do mesmo modo, Souza et. al. (2003) investigando o cotidiano de uma sociedade cooperativista, buscaram verificar como se comportavam os fatores organizacionais em termos de racionalidades. Perceberam que tanto a racionalidade instrumental, quanto à racionalidade substantiva estavam presentes no contexto da

cooperativa. Em um extremo apresenta-se o direcionamento de ações para atender às demandas e exigências do mercado consumidor, no outro a constituição de uma organização amparada pela doutrina cooperativista. Configura-se assim, na natureza da cooperativa, uma dualidade em termos de racionalidade.

Porém, os autores destacam que valores como solidariedade entre os membros do grupo, diálogo permanente e a participação coletiva nas decisões, reforçam a predominância da racionalidade substantiva, levando a cooperativa a cumprir com os seus propósitos (SOUZA et. al., 2003).

O estudo de Souza e Lins (2006) em uma instituição que apóia famílias de pessoas enfermas, aponta para a possibilidade de convívio harmonioso entre a racionalidade instrumental e a racionalidade substantiva nas organizações, uma vez que, os diferentes elementos do processo de gestão da instituição analisada, apresentam atributos utilitaristas e substantivos. Contudo, os autores destacam que, com base no modelo proposto por Serva (1996), predominaria nessa realidade, com relevante intensidade, a perspectiva da racionalidade substantiva no cotidiano da organização (SOUZA; LINS, 2006).

Dedicando-se ao estudo da racionalidade em três Organizações Não Governamentais – ONG's, Louback, Teixeira e Bido (2007), concluíram que o contexto no qual são concebidas as organizações do terceiro setor, é determinante na forma como são conduzidas as atividades pelos participantes. O predomínio de uma racionalidade instrumental ou substantiva, estaria condicionado aos valores compartilhados nas relações sociais constituintes da sociedade, na qual a organização se insere.

Analogamente, Vidal et. al. (2006), a partir de um estudo com 42 ONG's de uma Rede Social, mesmo reconhecendo que organizações não governamentais, inseridas na dinâmica do terceiro setor, representam instituições alinhadas com a racionalidade substantiva, comprovaram que ao longo dos anos, as organizações passaram por um processo de transformação. Mudanças que implicaram na adoção de técnicas formais de gestão e organização, muitas vezes, pela relação estreita com os órgãos públicos. Porém, os autores salientam que, embora tenha ocorrido essa inversão de valores, o núcleo central, correspondente aos propósitos formadores da rede, permaneceu atrelado às bases substantivas (VIDAL, et. al., 2006). Nesse sentido, Vidal et. al. (2004) reforçam que a racionalidade substantiva,

eminente no cotidiano das organizações não governamentais, está amparada por princípios de respeito à dignidade e à diversidade humana.

A inversão de valores condutores da dinâmica de organizações destinadas à promoção de transformação e justiça social, conforme discutem Calixto, Silvestre e Ribeiro (2005), muitas vezes ocorre em função da redução de recursos disponíveis em forma de financiamento. Levando as instituições, a assumir uma atmosfera de concorrência, sendo adotadas práticas e técnicas formais de gestão empresarial, visando atingir resultados que pudessem torná-las mais eficientes, em termos de custos e aplicação de recursos. Nesse contexto, percebe-se um afastamento dos propósitos substantivos para os quais foram constituídas. Assim, em um estudo com quatro ONG's, Medeiros e Souza (2011) observaram que a racionalidade substantiva apresenta-se como fator determinante do cotidiano das instituições investigadas.

Finalmente, destaca-se que a tensão manifesta-se na contraposição de práticas de organização e gestão dominadas por elementos de uma racionalidade substantiva, inseridas na dinâmica de uma sociedade dominada pela lógica utilitarista. Contexto em que se revela a dependência pelo valor financeiro, determinante do comportamento social, que classifica o indivíduo, como peça do sistema de mercado. Com interesses alinhados aos resultados pela produtividade e eficiência (SANTOS, 2008a; SANTOS; SILVEIRA, 2010), que se chocam com princípios como coletividade, autonomia, poder de agir, liberdade, igualdade, cooperação, respeito ao próximo e a natureza, autorealização e fraternidade.

Elementos percebidos como fundamentais para a manutenção do cotidiano comunitário em contextos sociais alinhados à racionalidade substantiva em que o ser humano se torna o centro das práticas sociais de organização e produção, como o exemplo das Comunidades Tradicionais, dentre elas as comunidades faxinalenses, cujos valores, princípios e práticas, historicamente construídas, são retratadas neste estudo como configuração de Formas Não Convencionais de Organização.

CAPÍTULO II – COMUNIDADES TRADICIONAIS ENQUANTO FORMAS NÃO CONVENCIONAIS DE ORGANIZAÇÃO

Com o intuito de caracterizar conceitualmente o fenômeno social adotado como contexto empírico de referência, o capítulo dois, denominado Comunidades Tradicionais enquanto Formas Não Convencionais de Organização, está estruturado em três subcapítulos.

Inicialmente, discute-se o significado e o desenvolvimento histórico do termo Comunidade, texto em que é apresentada a construção conceitual do termo enquanto categoria de análise nas áreas de Sociologia e Antropologia, além de seu potencial de aplicação em Estudos Organizacionais na área de Administração. No subcapítulo dois, intitulado Comunidades Tradicionais, discorre-se acerca da delimitação daquilo que é assumido no estudo como um fenômeno organizacional substantivo, sendo discutidas características que tornam esses grupos singulares em relação a outras dinâmicas coletivas existentes na Sociedade de Mercado. Por fim, são apresentadas algumas reflexões teóricas acerca da constituição e caracterização das Comunidades Tradicionais de Faxinais, cujo modo de vida, organização e produção são adotados como realidade investigada.

2.1 COMUNIDADE: SIGNIFICADO E HISTÓRICO

A complexidade intrínseca à conceituação de uma experiência social, pode ser percebida nos estudos que se dedicaram à construção do conceito de Comunidade, que apresenta significativa multiplicidade de significados (BALDUS; WILLEMS, 1939; WILLEMS, 1950). O termo Comunidade insere-se em um processo de reflexão em que, muitas vezes, a visão de mundo dos pesquisadores, bem como as características científicas das diferentes áreas do conhecimento, tornam-se determinantes na edificação do conjunto de categorias correspondentes à determinação do conceito (CAZENEUVE; AKOUN, 1982; OUTHWAITE; BOTTOMORE, 1996; JOHNSON, 1997; BOUDON; BOURRICAUD, 2000; FERRATER MORA, 2000).

George A. Hillery publicou em 1955 o estudo intitulado *Definitions of Community: Areas of Agreement*, no qual buscou identificar e analisar conceitos referentes ao termo Comunidade, que se faziam presentes no meio acadêmico (SJOBORG, 1987). Na investigação foram encontradas 94 definições, tendo sido a

mais antiga publicada em 1905. Duas categorias gerais, foram adotadas pelo autor, as *Comunidades Genéricas* e as *Comunidades Rurais*. Na primeira categoria, *Comunidades Genéricas*, preocupou-se em delimitar dois subgrupos, *Interação Social* – dividida em *área geográfica, presença de outras características comuns, que não a área geográfica, sistema social, individualidade, totalidade das atitudes e processos* – e *Relacionamento Ecológico*. A segunda categoria, *Comunidades Rurais*, possuiu apenas o subgrupo *Interação Social*, representada pela *área geográfica* (HILLERY, 1982).

A classificação anteriormente descrita foi utilizada pelo autor com o intuito de distinguir ideias e elementos mencionados pelos diferentes pesquisadores em suas respectivas definições (HILLERY, 1982). As reflexões de Hillery acerca dos conteúdos das definições analisadas indicam que, embora seja possível perceber que os autores concordem com o fato de que as pessoas vivem em comunidade, o significado conceitual do termo Comunidade, na área de Ciências Sociais e Humanas, apresenta-se multifacetado. Sendo difícil estabelecer um consenso entre os diferentes autores quanto aos elementos e características que correspondem ao conceito de Comunidade (HILLERY, 1982; SJOBERG, 1987).

Com base em diferentes estudos em Sociologia, Johnson (1997) também se preocupou em descrever as categorias utilizadas na classificação de Comunidade. Assim, delimitou: i) rural/urbana; e ii) tradicional/moderna. *Comunidade Rural* é caracterizada pelo predomínio de atividades agrícolas de subsistência, número reduzido de membros, dispersos aleatoriamente pelo território e perfil homogêneo. Por sua vez, a *Comunidade Urbana*, possui elevada densidade populacional, heterogenia de indivíduos, atrelados a uma diversidade de atividades, normalmente não agrícolas.

Johnson (1997) aponta que na *Comunidade Tradicional*, há predomínio de elementos culturais arraigados ao cotidiano social das pessoas, reflexo do processo coletivo de construção histórica, em que princípios, valores e crenças, bem como, práticas e conhecimentos, além de princípios religiosos, são repassados de geração em geração, dando significado e consolidando a identidade da vida comunitária. A *Comunidade Moderna*, dominada pela diversidade cultural, apresenta-se favorável às proposições do contexto externo, aderindo às técnicas e equipamentos, bem

como a estruturas organizacionais de produção e trabalho, com papéis claramente definidos em uma relação hierárquica.

Segundo Sjoberg (1987) alguns estudiosos alinham-se a fatores biológicos e outros a fatores sociais e culturais para a construção do conceito de Comunidade. Existem aqueles que trabalham de forma articulada as duas dimensões, atribuindo ao conceito, elementos sociais, culturais e biológicos. Por fim, o autor salienta que a dimensão território representa uma categoria comum à parte dos conceitos, por ser um elemento na definição dos limites de uma Comunidade.

Na concepção de Cazeneuve e Akoun (1982), os laços sociais representam elementos relevantes na compreensão do conceito de Comunidade, porém não são explícitos. Estão atrelados a um passado em comum, do qual se evidenciam elementos como tradição, mito, costumes, crenças e valores. Observa-se o uso recorrente de termos como encontro, semelhantes, compartilhamento, segurança, proteção, apoio, intimidade, vínculos emocionais, relacionamentos, comprometimento moral e coesão social (MOCELLIM, 2011).

As dificuldades encontradas na construção do termo Comunidade podem ser, em certa medida, atribuídas à carga emocional que o acompanha. Romantismo que desperta um conjunto de sentimentos subjetivos, tanto nos atores sociais, membros do grupo, como nos não pertencentes, de modo que o conceito é compreendido, e passa a ser representando, de forma distinta para diferentes contextos sociais (OUTHWAITE; BOTTOMORE, 1996).

Na sociedade moderna o termo Comunidade tem sido destituído de seu significado, historicamente construído, uma vez que é, constantemente, apropriado por atores sociais diversos, como representantes públicos, que em diferentes contextos sociais, buscam legitimar propósitos individuais sobrepostos aos interesses coletivos (OUTHWAITE; BOTTOMORE, 1996). Honneth (2003) aponta para o renascimento do conceito de Comunidade, que pode ser traçado a partir de três bases teóricas distintas, a Filosofia Moral, a Sociologia e a Política, em certa medida, acoplado aos valores e princípios da sociedade moderna.

Na Filosofia Moral, Comunidade expressa um conjunto de valores compartilhados por indivíduos. Valores que estão acima de normas e princípios morais, descolados de um contexto social, historicamente constituído. A Sociologia alinha-se a ideia de que o conceito de Comunidade representa a possibilidade de

fortalecimento de vínculos comunitários, levando indivíduos à formação de grupos baseados no convívio coletivo, fruto de formas de vidas antigas, ou de processos decorrentes das transformações da sociedade moderna. Com relação à visão Política, o termo está atrelado ao princípio da democracia, enfatizando as diferentes formas de participação popular, em função de objetivos comuns (HONNETH, 2003).

Contudo, o significado distancia-se da realidade, tendo em vista que elementos como comunhão e compartilhamento, seja de bens, costumes, ideias ou princípios, essenciais na construção do conceito de Comunidade, não se fazem presentes nos discursos ideológicos, atualmente promovidos. Fato que está relacionado à emergência do sistema capitalista, promotor do “desenraizamento do indivíduo”, provocando “seu desaparecimento na massa” (HONNETH, 2003, p. 288).

Portanto, considerando-se a multiplicidade de significados atrelados ao conceito de Comunidade, essa discussão visa apresentar uma reconstrução conceitual do termo. Para tanto, assume-se um distanciamento do caminho percorrido por autores clássicos, que discutiram o antagonismo de Comunidade e Sociedade, a partir de uma perspectiva de rompimento do tradicional, com a respectiva promoção do moderno. Posteriormente à discussão da origem etimológica do termo, são apresentadas as ideias dos principais pensadores que discutiram o movimento, bem como as implicações da constituição da sociedade moderna, como Auguste Comte, Karl Marx, Ferdinand Tönnies, Emile Durkheim, Max Weber e Marcel Mauss. O período, no qual esses autores desenvolveram e apresentaram suas reflexões, torna-se relevante para a presente discussão, tendo em vista que, foram influenciados e refletem os acontecimentos históricos dos séculos XVII, XVIII e XIX, marcados pela passagem de uma Sociedade Tradicional para uma Sociedade Moderna.

2.1.1 Origem Etimológica do Termo

O termo Comunidade constitui-se em um vocábulo retratado e discutido em estudos de diferentes áreas, sendo comumente encontrado na Religião, Ecologia, Sociologia, Ciência Política, Psicologia, Filosofia, Antropologia e Economia. Cada área retratando elementos atrelados ao conceito de Comunidade, com base em seus pressupostos de visão de mundo.

Em diferentes línguas, a terminologia, conforme descrevem Abbagnano (1999) e Lalande (1999), se apresenta como *Community* em Inglês, *Communauté* em Francês, *Gemeinschaft* em Alemão e *Comunità* em Italiano. Em espanhol *Comunidad* (OXFORD ENGLISH DICTIONARY, 1933; FARCHILD, 1949; OXFORD DICTIONARY, 1966). No inglês antigo, a palavra *Gemænscipe* foi utilizada como significado do termo Comunidade, representando a raiz *Mæn* a ideia de comum (ETYMOLOGY DICTIONARY, 2013). Atenção deve ser manifestada com o significado da palavra em Alemão, pois, conforme enfatiza Kant (2001, p. 260) “*Gemeinschaft* (comunidade) tem dois sentidos na língua alemã e tanto pode significar *communio* como *commercium*”.

Resulta do Latim *communitas*, que por sua vez, deriva do Latim *communis*. Na formação de *communis*, dois prefixos são observados, *com* e *munis*. O prefixo *com* significa com, junto e em conjunto; *munis*, provém de *munire*, que significa fortificar, fortalecer ou defender (ETYMOLOGY DICTIONARY, 2013; OXFORD DICTIONARIES, 2013).

Na delimitação do significado de Comunidade, é predominante o termo Comum, tanto no que se refere ao compartilhamento de interesses, quanto ao uso coletivo de bens materiais. Compõe ainda, o significado do termo, o espaço territorial de uso geral, com limites claramente definidos; o contato interpessoal, em relação às questões sociais, de trabalho ou religião; culminando na coesão e identidade entre os membros do grupo; além de um conjunto de conhecimentos e práticas tradicionais (ARCHÊRO JUNIOR; CONTE, 1939; FARCHILD, 1949; THINESS; LEMPEREUR, 1984; LALANDE, 1999).

Comum, do Latim *commune*, pode ser entendido por aquilo que pertence a todos ou a muitos membros de um grupo, de forma compartilhada. Comunhão, do Latim *communione*, denomina uma instancia em que a propriedade e uso de bens são comuns a determinado grupo de pessoas, sendo ainda que as mesmas comungam de princípios, ideias, opiniões e propósitos, na organização e condução da vida comunitária (FARCHILD, 1949; ETYMOLOGY DICTIONARY, 2013a; 2013b; OXFORD DICTIONARIES, 2013a; 2013b), com a prática da partilha solidária e da participação mútua (ETYMOLOGY DICTIONARY, 2013b).

Baldus e Willems (1939) enfatizam que a comunhão pode ser entendida como um atributo latente da vida cotidiana dos indivíduos, que se manifesta em

diferentes momentos, correspondentes à coletividade. Está atrelada à sociabilidade coletiva do indivíduo, predominando sobre as diferentes atividades eminentes no contexto da Comunidade. Comunhão manifesta, ainda, “o estado da consciência coletiva do *Nós* levado à sua força suprema, é o *Nós* mais profundo” (BALDUS; WILLEMS, 1939, p. 57). O sujeito se torna central no cotidiano de vida do grupo, sendo a pessoa valorizada por si mesma. Estando o conjunto de práticas e relações existentes nas Comunidades, condicionado a elementos afetivos, socialmente compartilhados por todos (GOLFIN, 1973).

Lalande (1999) reforça que a ideia de comum, caracteriza-se ainda por um conjunto de pessoas, que ao habitarem determinado território geográfico, estabelecem relações de convívio comum, compartilhando valores, crenças, costumes, práticas e conhecimentos, historicamente construídos; bem como, interesses, em conjunto, articulando-se “em volta das preocupações mais relevantes da existência” (ARCHÊRO JUNIOR; CONTE, 1939, p. 54). A integração desses fatores, no cotidiano da Comunidade, se daria pelo regime de comunhão (LALANDE, 1999). Lalande (1999) destaca ainda que a ideia de não propriedade individual é intrínseca ao significado de Comunidade.

Farchild (1949) expressa que o termo Comunidade pode representar ainda, o conjunto de sentimentos e atitudes que correspondem a um elo de ligação entre os indivíduos, que convivendo em um território específico, mantêm, o cotidiano de vida comunitária, guiado por interesses comuns (FARCHILD, 1968). Willems (1950) reforça que a integração em uma Comunidade, representa um alto grau de intimidade. Os indivíduos estão unidos uns aos outros, pelo que o autor conceitua de “laços de simpatia” (WILLEMS, 1950, p. 29). Conforme sugerem Durozoi e Roussel (1993), a formação dessa unidade social orgânica, está condicionada, à manifestação de um mesmo ideal, consolidado, nas bases da psicologia social, pelo que os autores conceituam como ‘nós’ fraternos.

Manifesta-se, assim, a ideia de ‘comum unidade’, como elemento de intermediação das relações sociais, bem como de manutenção da organização da Comunidade, que na concepção de Farchild (1949, p. 54), pode ser entendida como “procedimento pelo qual, as pessoas que vivem em uma área geográfica determinada constroem centros comuns de interesses e de atividades e atuam

conjuntamente nos principais aspectos da vida”, com comportamento guiado por fatores culturais, tradicionais e homogêneos (WILLEMS, 1950).

Por fim, destaca-se a reflexão de Abbagnano (1999), que constrói suas ideias, acerca do significado do termo Comunidade, a partir do pensamento de Kant, Schleiermacher e Tönnies, buscando delimitar a construção histórica do conceito. Nesses autores, destaca que Kant e Tönnies trabalham com uma visão de contraposição entre o que seria Comunidade e o que representaria seu antagonismo. Em Schleiermacher o autor resgata uma perspectiva romântica do termo, baseado na visão orgânica da vida, vista como perfeita. Finalmente, pontua sobre as transformações do termo, tendo, o mesmo, recebido uma conotação mais moderna, a partir das discussões de Simmel, Cooley, Weber e Durkheim, autores referências na Sociologia contemporânea.

2.1.2 Construção Histórico-Conceitual do Termo

Na Sociologia, autores como David Hume, Immanuel Kant, Auguste Comte, Karl Marx, Ferdinand Tönnies, Émile Durkheim, Max Weber e Marcel Mauss, dedicaram, se não integralmente, parte de seus estudos na reflexão e discussão de categorias, dimensões e elementos relacionados ao conceito de Comunidade. Em Ferdinand Tönnies, o tema recebeu contornos científicos (ÁLVARO, 2010). Esforço intelectual que contribuiu significativamente para a construção de um pensamento robusto acerca do tema. Bem como, para a delimitação de um arcabouço teórico relevante, tido como referência para pesquisadores na própria área de Sociologia, e em áreas correlatas de estudos, nas quais, parte dos conceitos provém da Sociologia, como a área de Administração.

No meio acadêmico, a discussão acerca do conceito de Comunidade é acompanhada, em uma perspectiva de contraposição e antagonismo, pela delimitação conceitual de Sociedade. Álvaro (2010) observa que os dois conceitos surgiram antes do caráter científico da Sociologia, contudo, foi somente a partir do pensamento sociológico que se tornaram duas categorias distintas, com significados conceituais opostos, aplicadas a uma série de investigações científicas.

O autor delimita a atmosfera dos séculos XVIII e XIX, como o momento histórico em que é possível perceber a edificação da contraposição entre as duas categorias. Construídas por correntes teóricas de diferentes áreas, na onda da

modernidade, vislumbradas pela Europa Ocidental, que influenciava as ideias de pensadores como Kant, Comte e Marx, além do discurso político da época, dominado por ideais progressistas (ÁLVARO, 2010). Progresso que, na concepção de Quintaneiro, Barbosa e Oliveira (1995, p. 10) “passou a ser um tema da filosofia e uma inabalável crença”. Nesse contexto, a contraposição entre Comunidade e Sociedade, tornou-se, na Europa, e com maior relevância, na Alemanha, a base conceitual do pensamento filosófico contemporâneo (HONNETH, 2003).

As duas categorias teriam se tornado objeto de estudo. Principalmente na Sociologia, pelo fato de representarem fenômenos sociais antagônicos, inseridos no fervor da projeção das ideias da modernidade, que conforme destacam Quintaneiro, Barbosa e Oliveira (1995), avançaram de forma significativa nesse período, em decorrência do “racionalismo, o avanço das ciências naturais, o iluminismo e, por fim, as revoluções políticas e econômicas ocorridas na França e na Inglaterra” (QUINTANEIRO; BARBOSA; OLIVEIRA, 1995, p. 9).

Os séculos XVIII e XIX foram marcados por uma série de transformações na sociedade, que resulta, conforme apontam Pereira e Gioia (2007a), no processo de transição de um sistema tradicional, constituído nas bases de uma economia rural, para um sistema moderno, promotor da economia industrial de mercado. Porém, ainda que represente uma mudança na forma de organização econômica da sociedade, não pode ser percebida em função de uma data específica. Ocorreu por um longo período, sendo possível, em momentos diversos, a percepção da sobreposição de elementos característicos de ambos os sistemas. Assim, tem-se, em virtude dos movimentos sociais, econômicos e políticos da época, a emergência de uma nova forma de pensar os fenômenos da sociedade e suas relações, bem como as leis gerais regentes do cotidiano de vida das pessoas (QUINTANEIRO; BARBOSA; OLIVEIRA, 1995; PEREIRA; GIOIA, 2007a).

Desse modo, a seguir são apresentadas, em ordem cronológica e de forma genérica, as ideias de alguns intelectuais, que de forma articulada, colaboraram para a construção do pensamento social contemporâneo que se tornou referência central nos Estudos Organizacionais em Administração. Foram priorizados os autores clássicos, que direta ou indiretamente apresentaram em suas reflexões, elementos atrelados ao conceito de Comunidade. Optou-se por descrever, as diferentes correntes teóricas, como parte de uma construção histórica, na qual se resgata o

contexto da época, as principais influências à formação do pensamento filosófico dos autores e suas propostas teóricas, no que se refere à temática abordada no texto. Contudo, não são, tais propositivas conceituais, assumidas como afiliação teórica, nem representam a complexidade e a completude das discussões referentes ao tema abordado.

2.1.2.1 Auguste Comte

A primeira metade do século XVIII é dominada por acontecimentos e ideias que inspirariam mudanças culturais na sociedade. Criou-se ambiente propício ao que se tornariam a Revolução Industrial, atrelada à atividade econômica, e a Revolução Francesa, essencialmente política. Embora tenham sido, pontualmente, localizadas em termos de origem, Inglaterra e França respectivamente, tiveram influência em toda a Europa nos anos subsequentes. No caso da Revolução Industrial, origem do modo capitalista de produção, em diferentes estágios, o mundo todo, tornando-se um sistema dominante (PEREIRA; GIOIA, 2007).

Nascido no final do século XVIII, Auguste Comte, inspirado pelo pensamento de Saint-Simon, embora tendo rompido com o mesmo, por discordâncias acerca das relações entre ciência e reorganização da sociedade, já discutida por Hume e Kant, instituiu a filosofia positivista. As bases de suas ideias foram edificadas com a publicação de seis volumes da obra intitulada “Curso de filosofia Positiva”, por volta de 1830 (COMTE, 1991; DESTEFANIS, 2003; ANDERY; PIRES SÉRIO, 2007). Filho de uma família de bases tradicionais, de Mompilher, tornou-se um acadêmico liberal conduzindo seus estudos na Escola Politécnica (COMTE, 1978; LACROIX, 2003; DESTEFANIS, 2003), rompendo com os princípios familiares, tornou-se republicano, defendendo a liberdade e expondo suas ideias contrárias à ação do império (COMTE, 1978; DESTEFANIS, 2003).

A ênfase na observação e na experimentação, defendida por David Hume, tornou-se a base do conhecimento humano, a partir da qual, percebia-se ser possível descrever leis naturais regentes do mundo (RUBANO; MOROZ, 2007). Hume defendia a visão de que os fenômenos da natureza se explicam pela experiência humana, destituídos de qualquer significado do mundo exterior. Em sua obra destacam-se os processos psicológicos e a percepção do sujeito, enquanto fontes de conhecimento humano (HUME, 2004; ANDERY; PIRES SÉRIO, 2007).

Abbagnano (2000a, p. 196) enfatiza que, ao discutir sobre os limites da experiência, “a posição de Hume renova assim, no espírito do empirismo, o probabilismo acadêmico”. As ideias de Hume acerca do Empirismo, tornaram-se referência para o pensamento de filósofos que o sucederam, como Immanuel Kant, com a perspectiva crítica da filosofia; e no Positivismo de Augusto Comte (HUME, 2004).

Gianfaldoni e Micheletto (2007, p. 342) enfatizam que Kant “viveu numa época em que o pensamento moderno tinha como elementos fundamentais o homem, a liberdade e o individualismo, visão de mundo que se desenvolveu vinculada à burguesia”. Dois fatores posicionaram-se como centrais nas reflexões de Kant, as questões relacionadas ao conhecimento e os aspectos atrelados à ação humana (KANT, 2001; 2005). Reflexões que podem ser distribuídas em três momentos específicos: até 1760, primeiro período, focou-se nas ciências naturais; no segundo momento, até o ano de 1781, predominou o interesse filosófico, atrelado ao empirismo inglês e ao criticismo; por fim, de 1781 em diante, a filosofia transcendental dominava a construção intelectual de Kant (ABBAGNANO, 2000b).

Diferentemente de Hume, por ter se mantido na distante Königsberg ao longo de sua vida, Kant não vivenciou na prática os contextos da Inglaterra e da França, berços da Revolução Industrial e da Revolução Francesa (KANT, 2005), que determinariam uma série de transformações no pensamento econômico, social e político daquele momento e das épocas posteriores, sentidos ainda nos dias atuais. É possível perceber em sua obra, a consciência acerca dos problemas enfrentados pela sociedade, bem como dos movimentos de lutas entre diferentes classes sociais, a ponto de levá-lo a se posicionar a favor da Revolução Francesa, por acreditar que não resultaria apenas na gênese de uma nova realidade, mas correspondia a um problema de moral, base de suas investigações (KANT, 2005).

Comte, ao longo de sua carreira, sempre esteve atrelado “à ciência, não pelas características e limitadas finalidades da ciência mesma, mas porque via na ciência a regeneração total do homem e a realização de tudo o que de mais alto e perfeito pode existir” (ABBAGNANO, 2000, p. 78). Viveu na França, em um período marcado pela ascensão da burguesia ao poder. Tal domínio burguês se deu após constantes conflitos entre os indivíduos da burguesia e a classe de trabalhadores

que se fortalecia a cada dia com a adesão de novos membros (ANDERY; PIRES SÉRIO, 2007b).

A contraposição entre as diferentes classes de representantes, mais do que o desacordo de ideais e crenças, na concepção de Comte, era “resultante do confronto histórico entre a antiga *ordem feudal* e a nova *ordem capitalista*, fundada na indústria e na ciência” (FERREIRA, 2001, p. 36). Corresponde, à conformação de uma nova ordem social, dependente, nas reflexões de Comte, de princípios e regras capazes de conduzir e promover o desenvolvimento das relações sociais vigentes (FERREIRA, 2001).

Embora tenha se findado o embate, com a derrota dos trabalhadores, o processo de lutas gerou um conjunto de impactos políticos, sociais e econômicos, sentidos de forma distinta pelas diferentes camadas sociais. Tem-se ainda nesse movimento, a gênese de sistemas e ideologias, constituintes das visões de mundo, emergentes na época (ANDERY; PIRES SÉRIO, 2007b). Fatores que teriam posicionado Comte a favor da base conservadora da burguesia, que tinha como princípio à promoção do totalitarismo, culminando na estruturação da sociedade, a partir de ideais parlamentaristas.

Nessas condições, a filosofia positivista, proferida por Comte, embasada na ideia de reforma da sociedade torna-se favorável. Representa uma base coerente de sustentação da visão social e política do ideal francês, conduzido pela burguesia dominante (ANDERY; PIRES SÉRIO, 2007b).

Contudo, Andery e Pires Sérgio (2007b) enfatizam que, reduzir a obra de Comte a um conjunto de concepções políticas representa uma limitação significativa, tendo em vista, a influencia de suas ideias ao pensamento moderno e contemporâneo. A proposta de reformulação para as ciências e a fundação da Sociologia, representa a essência do pensamento de Comte, demonstrando inclusive, que embora tenha sido cunhado nas margens do movimento social francês, tornou-se referência para diferentes nações, em distintos continentes. A totalidade de sua obra é complementada, com a instituição de uma nova religião, que tinha como propósito central (ANDERY; PIRES SÉRIO, 2007b), “o desenvolvimento positivista da civilização ocidental” (ABBAGNANO, 2000, p. 77).

A ciência positivista, proposta por Auguste Comte, admitia como fonte única de conhecimento e critério de verdade, os ‘fatos positivos’, decorrentes de uma

“investigação do real, do certo e indubitável, do precisamente determinado e do útil” (COMTE, 1991, p. xii). Nesse sentido, diferentemente dos conhecimentos Teológico e Metafísico, nas reflexões do autor, as explicações da realidade emanariam da experiência real, vivida, observada e relatada pelos indivíduos. Não há preocupação em estabelecer leis gerais que expliquem a realidade, mas compreender essas diferentes realidades e reconhecer as regras que explicam os padrões de ocorrência (COMTE, 1978).

Perspectiva que se promoveu, em função das condições históricas da época, que resultaram no crescente volume de problemas econômicos e sociais, que dominaram o século XIX. Ganhou destaque em função da valorização da atividade econômica, que enquanto produtora de bens materiais, encontrou aderência nas bases filosóficas do positivismo, cujos princípios materialistas, reforçavam as ideologias econômicas e sociais (COMTE, 1978; 1991).

Na concepção de Comte, o desenvolvimento experimentado pela sociedade, em relação ao conhecimento científico e as estruturas industriais, não foram acompanhados pela postura e pelo pensamento do indivíduo. Daí decorreriam os elementos determinantes, da crise intelectual e política enfrentada pela humanidade nessa época, cuja solução consistia, para o autor, numa reorganização social baseada na promoção intelectual anterior às intervenções práticas (COMTE, 1978). Comte (1978, p. VIII) afirma que “seria necessário fornecer aos homens novos hábitos de pensar de acordo com o estado das ciências de seu tempo”.

“O estado positivo caracteriza-se, pela subordinação da imaginação e da argumentação à observação” (COMTE, 1978, p. XI). Os fenômenos sociais se manifestam a partir da integração entre diferentes fatos, explicados a partir da capacidade de percepção objetiva do indivíduo, ao analisar tais ocorrências (COMTE, 1978). Percebe-se assim, que o pensamento de Comte rechaça as inferências místicas, que historicamente, fizeram parte da vida do homem, desde as primeiras sociedades, na busca por encontrar explicações para os fenômenos da natureza.

Período histórico marcado por movimentos de transições da sociedade, culminando na superação do pensamento medieval, que alinhado as ideias de Aristóteles, defendia a perspectiva de que todo conhecimento advém da matéria e a mesma é exterior e independente da vontade humana (RUBANO; MOROZ, 2007).

Comte acreditava no potencial da razão humana. Afirma estar a mesma “suficientemente madura para que empreendamos laboriosas investigações científicas, sem ter em vista algum fim estranho, capaz de agir fortemente sobre a imaginação, como aquele que se propunham os astrólogos e os alquimistas” (COMTE, 1991, p. 6), sendo capaz de pousar o processo de construção do conhecimento sob postulados concretos.

A proposta de construção de um método de investigação, baseado na observação do real e concreto, para Comte, contribuiria com a construção de conhecimentos teóricos convergentes. Nesse processo, se obtém uma unidade coletiva acerca do conhecimento (COMTE, 1991). Comte (1978, p. XI) afirma que esse alinhamento de ideias “faz da filosofia positiva o fundamento intelectual da fraternidade entre os homens, possibilitando a vida prática em comum”. O autor acredita romper dessa forma com o distanciamento que acompanhou a humanidade ao longo de sua história, posicionamento, em polos opostos, os detentores do conhecimento e os demais indivíduos. Associar postulados científicos e cotidiano de vida (COMTE, 1978), colaboraria para promover a integração da sociedade.

Sociedade, que em função dos níveis de industrialização, percebe, nas propostas positivistas defendidas por Comte, a possibilidade de promoção dos seus propósitos utilitaristas. O elemento central nessa estreita relação seria o potencial de previsibilidade do positivismo, enquanto ciência, uma vez que, a “previsibilidade científica permite o desenvolvimento da técnica” (COMTE, 1978, p. XI).

Portanto, a técnica determina a construção de práticas e instrumentos operacionais, que são aplicados pelo homem na exploração e processamento da natureza (COMTE, 1978). Extirpa-lhe a essência mística e sobrenatural, transformando-a em recurso. Enquanto recursos, se tornam matéria-prima para a manutenção dos processos industriais, que na época do autor, marcaram a transição de uma sociedade rural para uma sociedade urbana moderna. Comte (1978, p. XII) afirma que, “nos domínios do social e do político, o estágio positivo do espírito humano marcaria a passagem do poder espiritual para as mãos dos sábios e cientistas e do poder material para o controle dos industriais”.

Processo que tem por base dois princípios essenciais, capaz de anular as contradições morais decorrentes das transformações históricas, ordem e progresso. Do princípio da ordem decorre “uma transformação ordenada e ordeira, que não

comporta transformações violentas, que não comporta saltos” (ANDERY; PIRES SÉRIO, 2007b, p. 379). Pelo princípio do progresso, vislumbra-se que as transformações “levam a melhoramentos lineares e cumulativos” ANDERY; PIRES SÉRIO, 2007b, p. 379. Superada, possivelmente, conforme apontam Andery e Pires Sérgio (2007), por ser entendida a história, no pensamento de Comte, como um conjunto, claramente delimitado, de fases, que num processo contínuo e integrado, estão alocadas de forma que a sociedade caminha, mediada por uma série de transformações sociais, políticas e econômicas, visando atingir outros estágios.

2.1.2.2 Karl Marx

Natural de Treves, capital da província alemã de Reno, Karl Marx que nascera no ano de 1818, com influencia intelectual de seu pai, conduziu ali seus estudos, até findar o curso secundário. Como acadêmico do curso de Jurisprudência, passou pela Universidade de Bonn, não tendo, porém, conquistado êxito em sua investida. Posteriormente, tornou-se aluno na Universidade de Berlim, o Direito aqui fora deixado de lado, para aproximar-se da História e da Filosofia, focos de seu entusiasmo intelectual (MARX, 1978; 1996).

A corrente filosófica a que foi apresentado, corresponde aos pensamentos de Hegel, que nessa época estava representado por dois grupos de seguidores, os hegelianos de direita e os hegelianos de esquerda. Os primeiros, posicionavam-se como conservadores, defendendo as ideias de Hegel em sua base tradicional, remetendo ao Estado o papel central na sociedade. Contrariamente, os hegelianos de esquerda, inspirados pelos elementos críticos da filosofia de Hegel, buscavam contrapor a centralidade do Estado, pela promoção de uma concepção liberal e democrática, embasada na visão do homem como um ser consciente e ativo (ANDERY; PIRES SÉRIO, 2007a).

A esse grupo filiou-se Marx. Deixou claro para seu pai, por meio de carta, sua contraposição ao pensamento hegeliano idealista, mesmo que tenha sido influenciado pelo mesmo (MARX, 1978). Atitude, que demonstrou sua individualidade e singularidade intelectual, cuja inclinação filosófica é formada “por uma antropologia, por uma teoria da história e por uma teoria da sociedade” (ABBAGNANO, 2000, p. 7).

A complexidade apresentada e o nível de desenvolvimento atingido pela Sociedade Capitalista, seriam os elementos que atraíram a atenção de Marx para sua análise. Tendo a Sociedade Capitalista como foco central de sua obra, o que se vê em seguida, é uma busca incessante de parte da Sociologia Ocidental em questionar as proposições de Marx, ou comprova-las, mediante uma série de análises empíricas ou elucubrções filosóficas (OLIVEIRA; QUINTANEIRO, 1995). Uma vez caracterizada como totalidade, investigar formação e desdobramentos da sociedade capitalista, contribuiria para Marx, conforme afirmam Oliveira e Quintaneiro (1995, p. 85), com a “compreensão de outras formações socioeconômicas anteriores e desaparecidas – como as sociedades primitivas, as escravistas, as asiáticas e as feudais”.

Assim, o século XIX é marcado pela ascensão e consolidação do modo capitalista de produção. Contexto de crescimento econômico, experimentado por países inseridos na dinâmica capitalista, em decorrência do estabelecimento de complexos industriais. Detentores de capital viram suas riquezas alcançarem volumes representativos, reforçando a ideologia do Capitalismo. Por sua vez, o crescimento da massa de trabalhadores, inserida nas cidades, decorrente da migração do homem do campo para os centros urbanos, apresentava índices elevados. Miséria e condições inapropriadas de sobrevivência, acompanhavam os indicadores de crescimento da época (ANDERY; PIRES SÉRIO, 2007a).

Insatisfeitos com tal realidade, trabalhadores dotados de consciência política, iniciam uma série de movimentos revolucionários, contrapondo-se aos interesses acumulativos dos capitalistas (ANDERY; PIRES SÉRIO, 2007a). “Trabalhadores lutavam por transformações de cunho socialista, enquanto a burguesia e as classes médias procuravam uma solução menos radical” (ANDERY; PIRES SÉRIO, 2007a, p. 365), visando garantir a perpetuação e a multiplicação de suas riquezas, advindas da produção em massa e do consumo exacerbado.

Marx (1978) e Andery e Pires Sérgio (2007a) apontam que em um contexto marcado pela transposição de um mundo tradicional para uma sociedade moderna, tem-se a concepção da obra intelectual de Marx. Abbagnano (2000) reforça que Marx teria se inspirado nas discussões de Hegel, acerca da alienação da autoconsciência, tendo em vista que, como discute Marx (1978), a alienação do homem, serve-lhe de combustível para constituição das críticas ao sistema

capitalista. Essencialmente, porque, conforme defendia Marx, sua promoção determinava o surgimento de uma classe na sociedade destituída de bens e, principalmente, de todos os direitos, estando, portanto, alienada, o que para Abbagnano (2000) teria transferido para o exterior do indivíduo, os atributos da alienação humana.

Por sua vez, Marx (1996) aponta que antigas Comunidades, constituídas por número reduzido de indivíduos, eram caracterizadas por princípios que reforçavam elos de comunhão e solidariedade. Esses grupos eram dominados pela prática da posse comum da terra. Predomina a agricultura de pequena extensão, para o sustento da própria Comunidade. O excedente, em casos que não feria a harmonia interna, era destinado ao contexto externo, por meio de relações de troca. A atividade de cultivo entrelaçava-se com a prática do artesanato, reforçando a identidade cultural do grupo. Em algumas Comunidades na Índia, o autor observou que as tarefas eram divididas entre todos. Não só tarefas referentes à produção, mas papéis sociais ligados à segurança, saúde, educação, controle e serviços gerais, todos essenciais para manutenção do dia a dia do grupo.

Decorrente dessas características, Marx (1996, p. 472) afirma que “em sua forma mais simples a Comunidade cultiva a terra em comum e distribui seus produtos entre seus membros, enquanto cada família fia, tece etc. como atividade acessória doméstica”. Assim, o sentido da cooperação, no processo de trabalho, em agrupamentos humanos primitivos ou em Comunidades, diferentemente da sociedade moderna, caracteriza-se por princípios de propriedade comum das condições e dos artefatos necessários para condução da produção. Bem como, por um sentimento natural do homem, que não encontra significado na atividade individual, cuja aceção histórica está atrelada a uma prática coletiva solidária (MARX, 1996).

Desse modo, relações de troca, constituídas além dos limites de uma Comunidade, envolvendo outras Comunidades, ou, membros externos isoladamente, implicam na transformação dos produtos em mercadorias. Lógica que invade não só as práticas externas da comunidade, mas também a vida comunitária do grupo, que num primeiro momento, são entendidas como ocorrências casuais, resultantes da efetiva realização do princípio de reciprocidade. Entretanto, a constância nas relações de troca, instaura no contexto da Comunidade um

“processo social regular” (MARX, 1996, p. 212) que, por apresentar-se como uma prática dominante, transforma o sentido do comportamento social dos indivíduos. Estes passam a guiar-se por interesses individuais (MARX, 1996), reforçados pela “separação entre a utilidade das coisas para as necessidades imediatas e sua utilidade para a troca” (MARX, 1996, p. 213).

Nesse sentido, as atividades de produção, ancoradas na subsistência dos indivíduos em uma Comunidade, teriam nas especificidades de costumes, práticas e conhecimentos, o fator de diferenciação entre as Comunidades. Essa heterogeneidade, é ameaçada, em função da aproximação promovida pelas relações de troca, que colocam no mesmo nível as singularidades de cada grupo. Cria-se uma relação de interdependência, em que as atividades inserem-se em uma dinâmica homogênea, sendo direcionadas aos propósitos das relações de troca, agora com mercadorias, antes entendidas como produtos, cujo significado correspondia ao cotidiano da Comunidade (MARX, 1996).

Oliveira e Quintaneiro (1995), discorrendo sobre a essência da obra de Marx, acerca da análise da sociedade, apontam a interação do indivíduo com a natureza e com os demais indivíduos, bem como os desdobramentos dessas relações, como a base para o sujeito obter os elementos necessários para sua sobrevivência. Nessa dinâmica de produção e reprodução, em que muitas vezes, em épocas remotas, o homem preocupava-se com a construção dos meios necessários para se conquistar algo, as relações sociais tornam-se essenciais, pois, representam a mediação nas interações entre indivíduos.

Por sua vez, o processo de organização social do sujeito ocorre, inserido em movimentos históricos de transformações sociais, econômicas e políticas, que ora influenciam, e ora são influenciados pelos diferentes contextos sociais. Nesses diferentes ciclos, o homem acumula uma série de conhecimentos, práticas e experiências, que são transmitidos, de geração em geração, pelos artefatos culturais que dão significado e representam a identidade coletiva de um grupo (OLIVEIRA; QUINTANEIRO, 1995). Na concepção das autoras, representa a evolução dos diferentes agrupamentos humanos, uma vez que, “possibilita que o desenvolvimento social se dê a partir dos níveis anteriormente alcançados” (OLIVEIRA; QUINTANEIRO, 1995, p.70).

Oliveira e Quintaneiro (1995) enfatizam que a cooperação, entendida por Marx como a ação conjunta de vários indivíduos, pode ser percebida tanto na sociedade moderna, quanto nas civilizações antigas. Representantes dos povos primitivos agiam de forma coletiva, promovendo a ajuda mútua, em atividades corriqueiras do cotidiano, muitas vezes ligadas à proteção do grupo com o instinto de sobrevivência da espécie. Nesses grupos, a prática de caça, pesca e lavouras eram conduzidas de forma comunitária, tendo os seus resultados partilhados entre todos. Por sua vez, nas bases da sociedade industrializada, a cooperação é utilizada não mais como forma de promoção da segurança e da perpetuação da espécie, mas como meio para se atingir resultados diferenciados de produtividade.

Nesse sentido, Oliveira e Quintaneiro (1995) observam que o elemento autonomia, diferencia-se entre as formas de cooperação, pois nas sociedades primitivas, o sujeito era detentor dos meios de produção, do conhecimento atrelado à atividade produtiva, bem como dos resultados advindos de sua ação sobre a natureza. A sociedade moderna é palco da ação irrestrita do princípio de propriedade privada. Que se manifesta na figura do indivíduo, detentor dos meios necessários para produção do capital investido no processo produtivo, bem como pela apropriação da força de trabalho e do conhecimento dos indivíduos inseridos na atividade industrial.

Descrevendo a amplitude da lógica de propriedade privada, Oliveira e Quintaneiro (1995, p. 80), inspiradas em Marx e Engels, afirmam que “a classe que detém o poder material numa dada sociedade é também a potência política e espiritual dominante”. A ação individualista desses detentores do capital, choca-se com os interesses coletivos de parte dos indivíduos na sociedade. Demandando delimitar e tornar visível “o caminho da humanização” (OLIVEIRA; QUINTANEIRO, 1995, p. 97), capaz de devolver ao homem o domínio de suas ações, levando-o a conduzir, de forma consciente, as atividades produtivas de transformação da natureza, tendo como norte suas necessidades (OLIVEIRA; QUINTANEIRO, 1995).

2.1.2.3 Ferdinand Tönnies

Em um contexto social de liberdade e luta pela manutenção de sua independência e autonomia, Ferdinand Tönnies nasceu no ano de 1855. Foi em Oldenswort, reino da Dinamarca, uma região semiautônoma, caracterizada por não ter sucumbido ao sistema de servidão feudal (ECHÁNOVE, 1957; MIRANDA,

1995). Embora descendente de uma família inserida em atividades capitalistas, com o avô lucrando com a exportação e o pai com investimentos na bolsa de valores, em Oldenswort predominavam atividades agrárias de subsistência, muitas vezes, constituídas na base do convívio coletivo (MIRANDA, 1995).

As características sociais, econômicas e políticas da região de Schleswing-Holstein, na qual crescera Tönnies, tornaram-se base para suas reflexões, bem como influenciaram rotineiramente sua formação intelectual. Nas obras de Ferdinand Tönnies evidencia-se a ênfase em elementos como tradição, solidariedade, convívio comunitário e vida no campo (MIRANDA, 1995; TÖTTÖ, 1995).

Ao mesmo tempo, manteve-se alheio às propostas de modernidade que acompanharam a sociedade capitalista, referindo-se à mesma a partir de uma visão crítica, contrapondo-a ao modo de vida no qual foi criado (MIRANDA, 1995; TÖTTÖ, 1995). Parte de sua visão foi inspirada por sua proximidade com Theodor Storm, reconhecido como “poeta das paisagens agrárias e das raízes locais” (MIRANDA, 1995, p. 25), sendo muitas vezes, classificado como romântico (TÖTTÖ, 1995).

Iniciou seus estudos na Universidade de Strassburg, porém não concluiu. Passou ainda pelas universidades de Jena, Leipzig, Bonn, Kiel e Tübingen, na qual formou-se em Filosofia, no ano de 1875 (ECHÁNOVE, 1957; MIRANDA, 1995). Embora não militante, interessava-se pelas discussões políticas. Inclinou-se as ideias socialistas, mas defendia uma perspectiva de socialismo radical, articulado com valores comunitários, promotor da emancipação do indivíduo (MIRANDA, 1995). Academicamente, opunha-se a ideia de que a história fosse fonte única de conhecimento, “recusava a antinomia natureza-história, que via mutuamente contidas, e assinalava os riscos das posições-limite para a construção da ciência e da própria noção de racionalidade” (MIRANDA, 1995, p. 27). Discussão que se tornou central na argumentação conceitual de sua proposta de orgânico e mecânico (MIRANDA, 1995), determinantes na construção dos conceitos de Comunidade e Sociedade (BELLEBAUM, 1995).

Miranda (1995) destaca que a vida de Ferdinand Tönnies foi marcada por momentos de exclusão e inclusão. Seus textos, inicialmente, não causaram a aceitação e reconhecimento que Ferdinand Tönnies buscava, mantendo-o no anonimato na Alemanha. Em outros países, o meio acadêmico passou a reconhecer as contribuições científicas do autor, sendo o mesmo prestigiado em diferentes

encontros científicos internacionais. Posteriormente, consegue obter o reconhecimento em seu país, sendo conduzido ao cargo de docente, assumindo a cadeira de Ciências Sociais. Assim, desfrutara, por volta de 1920, do momento de maior reconhecimento de seu pensamento. Contudo, por volta de 1930, o autor, assumindo uma postura crítica e agressiva, trava um embate com Hitler, culminando na destituição de seu cargo de professor, no desligamento da Sociedade Alemã de Sociologia e no cancelamento da pensão referente à sua aposentadoria.

O estudo publicado em 1887, intitulado *Gemeinschaft und Gesellschaft*, seminal para a área de Sociologia e Ciências Sociais, demarcou dois conceitos centrais, na sua concepção, essenciais para compreender as relações sociais: Comunidade e Sociedade. Pontuando acerca de seus conceitos sociológicos, o autor enfatiza que estes foram erigidos com base na contradição, que se fazia presente na Alemanha, entre o modo racionalista de construção do pensamento e a escola histórica, predominante, em maior volume, na ação prática dos legisladores da época, que debatiam entre uso de costumes e valores tradicionais ou definição de dispositivos legais gerais e homogêneos (TÖNNIES, 1986).

Nessas reflexões Tönnies (1995) percebe o cotidiano como reflexo das experiências vividas pelo indivíduo, em que o convívio social e o compartilhamento, mediado por elos de parentesco, por relações de vizinhança e por amizades, tornam-se determinantes da sinergia manifesta entre os membros de uma Comunidade. Diferentemente da Sociedade, em que valores individuais se sobrepõem à coletividade, configurando um comportamento humano maquinal e dissimulado.

Para Tönnies (1947) a promoção e a manutenção das relações humanas atreladas a uma perspectiva de natureza primitiva do homem, na seara da Comunidade, são possibilitadas por um conjunto específico de relações, que têm sua base na família, com a manifestação das relações entre mãe e filho, entre o casal e entre irmãos. Em consequência da historicidade de um povo e do compartilhamento de crenças e valores, relações de parentesco, de vizinhança e de amizade, complementam a atmosfera social encontrada nas Comunidades.

As relações sociais entre indivíduos, embora se revelem exteriormente ao sujeito, representam a manifestação de vontades psíquicas dos envolvidos (TÖNNIES, 1963). O sentido das relações psíquicas, a partir do exposto por Tönnies

(1963, p. 29), pode ser “segundo sua direção, em parte amistosas e em parte hostis”. Desse modo, conforme enfatiza o autor, “todas as relações unem ou desunem” (TÖNNIES, 1963, p. 29), condicionado à intencionalidade do sujeito.

Tönnies (1995) aponta que o sentido da vontade expressa pelo sujeito também pode ser entendido como atributo caracterizador das relações sociais, dividindo-se em *vontade essencial*, formada pela vontade vegetativa, pela vontade animal e pela vontade mental, correspondente à Comunidade; e *vontade arbitrária*, distribuída entre reflexão, conveniência e conceito, representante da Sociedade.

Assim, Tönnies (1986) observa que o processo de formação e transformação de pensamento e comportamento social, em cada contexto cultural, apresenta-se como um ciclo contínuo e crescente, tanto no nível individual como coletivamente, resultado das relações sociais e do sentido da vontade manifesta. Assim, para o autor, embora a Sociedade se torne referência com a primazia da racionalidade sobre os valores afetivos e tradicionais, apresenta uma aproximação ao mesmo tempo harmônica e contraditória com a Comunidade, que ainda assim acaba “aparecendo como a forma originária mais antiga de vida coletiva” (TÖNNIES, 1986, p. 2).

Para a construção das duas categorias sociológicas fundamentais, Arenari (2007) ressalta que Ferdinand Tönnies estabelece uma relação estreita e dicotômica entre o natural e o artificial, em que a veemência dos laços sociais constituídos, determina a distinção entre Comunidade e Sociedade (CAZENEUVE; AKOUN, 1982; PARRA, 2002). Para Álvaro (2010) a proposição do autor tem como base à premissa de que entre os conceitos de Comunidade e Sociedade não existe simetria. São categorias sociais distintas, em que a Sociedade pode ser entendida como desdobramento da Comunidade, apresentando, porém, limitações consideráveis, tendo em vista que a Comunidade é definida como tipo ideal, enquanto categoria de análise, na teoria de Ferdinand Tönnies.

A partir das discussões de Ferdinand Tönnies, Comunidade pode ser entendida como um atributo natural das relações sociais construídas e reconstruídas no cotidiano de vida das pessoas, amparadas por valores. Torna-se evidente considerar que Comunidade constitui-se por relações sociais em que os elos de aproximação, responsáveis pela união das pessoas, demonstram intensidade, dificultando sua ruptura (ARENARI, 2007).

Arenari (2003) reforça, que a memória também possui função primordial na formação de agrupamentos humanos, promovendo a coesão dos elos de ligação grupal. Dominante na Comunidade, a memória filogenética, não deve ser entendida como um atributo do sujeito, mas fruto de um processo histórico compartilhado pelos envolvidos, manifestando-se de duas formas.

Primeiramente, de acordo com Arenari (2003), pelo fator animal do homem, que encontra no instinto, a base para comportamentos, atitudes e escolhas, mesmo que inconscientemente, determinante da essência natural das relações na Comunidade; de outro modo, apresenta-se como memória cultural, essência do sentimento de unidade e identidade na Comunidade, reflexo do convívio coletivo dos membros do grupo, com origem nas práticas comuns de moradia, alimentação, cultivo, religião e festividades. Portanto, “é por estas duas formas de memória filogenética que os indivíduos se sentem num estado de ‘comum-unidade’, de pensamento e ação, e segundo Ferdinand Tönnies, é fruto disto que vivem em uma harmonia social que se estabelece dentro destas relações naturais, de caráter orgânico” (ARENARI, 2003, p. 12).

Desse modo, o sentido da ação representa elemento determinante na delimitação dos conceitos de Comunidade e Sociedade, tendo em vista que, “quando orientado pelo primeiro tipo de vontade, o grupo social (a união) seria concebido pelos agentes em interação como entidade natural e durável. Quando pela segunda, como entidade artificial e mutável, submetida aos interesses individuais” (BRANCALEONE, 2008, p. 99).

Arenari (2003, p. 16) afirma ainda que a vontade essencial “representará a sintonia da consciência humana com a natureza”, por outro lado, a vontade arbitrária “será o resultado da ruptura desta unidade”, concebendo a constituição de grupos conduzidos por propósitos racionais, que tem nos fatores externos, os determinantes das atitudes e comportamentos vigentes na Sociedade. Meio em que, as relações sociais são destituídas da essência natural e orgânica do homem, que por sua vez, constituem a Comunidade, manifesta no compartilhamento de experiências permeadas por valores afetivos ou tradicionais (BRANCALEONE, 2008).

Outro aspecto relacionado à constituição dos elos de ligação entre os indivíduos, diz respeito ao fator biológico do ser humano, que na concepção de Arenari (2007, p. 43), “também exerce grande influência, sendo o elemento propulsor

da união, que por outro lado amadurece fruto das experiências compartilhadas no cotidiano”. Promovem-se a coesão e sinergia entre os envolvidos, ainda que o sentimento de pertencimento a uma Comunidade seja reflexo de um ‘estado de espírito’, que conduz o indivíduo a aceitar e compartilhar os contornos de uma vida associada (ARENARI, 2003).

Sentimento esse que, conforme discutem Outhwaite e Bottomore (1996) em função do caráter subjetivo, dificulta a investigação pelas diferentes lentes científicas, bem como constrói em torno do conceito de Comunidade uma atmosfera de categoria analítica difusa, em que se confunde a percepção dos pesquisadores com o significado real do fenômeno, com base na visão dos indivíduos que vivenciam tal realidade.

Assim, a Sociedade, arena social em que se manifestam relações diversas, torna-se artificial na medida em que o elo entre as pessoas deixa de ser um elemento da natureza dos envolvidos e passa a ser determinada por interesses. Caracteriza-se, por ligações, cujo significado é destituído de contexto histórico, sendo formadas, tempo e espacialmente, para a realização de propósitos específicos e individuais. Cujas possibilidades de consecução se torna evidente na coletividade, dominada por uma perspectiva efêmera (ARENARI, 2007).

Finalmente, Arenari (2003) observa que no contexto da Sociedade, a inexistência de elos de ligação coesos, provenientes do mundo natural, determina o artificialismo presente nas relações sociais. Parra (2002) sugere que a artificialidade das relações sociais se apresenta como dimensão central na contraposição entre as categorias, Comunidade e Sociedade. Inspirado pelas reflexões de Ferdinand Tönnies, Miranda (1995; 1997), delimita que o conceito de Sociedade rechaça os elos de solidariedade e afetividade, comuns ao conceito de Comunidade. Reforça as bases de um comportamento individual, em que o sujeito representa um ser social autônomo, concebido por formas racionais de comportamento (DÍAZ, 1986). Ainda que se perceba uma relação estreita entre ambas, Tilman (2004) salienta que o avanço e o predomínio das relações provenientes da Sociedade, promove de forma lenta e gradual, a desintegração do fenômeno social Comunidade.

2.1.2.4 Emile Durkheim

Entre meados do século XIX e a segunda década do século XX, período correspondente ao momento sublime do Capitalismo europeu e a primeira significativa crise que este enfrentara, tendo nascido na região de Alsácia, na França viveu Émile Durkheim. Responsável pela construção de um pensamento científico que se tornaria base para a consolidação da Sociologia como ciência empírica e disciplina acadêmica (QUINTANEIRO, 1995; FERREIRA, 2001).

Émile Durkheim se viu inserido em um contexto histórico efervescente, marcado por acontecimentos sociais, políticos e econômicos, que culminaram em profundas transformações da sociedade. Teve seu pensamento filosófico influenciado de forma prática, pela Revolução Francesa e pela Revolução Industrial, e em termos acadêmicos, pelas ideias de Henri de Saint-Simon e Auguste Comte (QUINTANEIRO, 1995).

Contrário as ideias socialistas emergentes, por acreditar que o conjunto de propostas direcionadas às contradições sociais, que se constituíram no berço do Capitalismo, não seriam úteis. Para Durkheim, o problema correspondia à natureza moral e não aos fatores econômicos vigentes. A partir dessa visão, no tocante à relação indivíduo-sociedade, o autor deixa claro seu posicionamento a favor da sociedade, defendendo que, à mesma caberia o papel de definir e impor ao indivíduo as normas de conduta social, que seriam aceitas e compartilhadas por todos (FERREIRA, 2001).

Questionava a falta de clareza na delimitação dos métodos utilizados por sociólogos para a investigação dos fatos sociais, e assim Durkheim, apresentou um conjunto de postulados que ele conceitua como 'Regras do Método Sociológico', no final do século XIX, que teria se tornado a base para a corrente sociológica do Funcionalismo (DURKHEIM, 1978; QUINTANEIRO, 1995). Na concepção de Durkheim, a sociedade seria constituída por um sistema integrado e interdependente de funções determinantes, direcionadas para a manutenção estrutural da estabilidade coletiva. Seu método apresenta como princípio à busca pela compreensão das funções desempenhadas pelas instituições (DURKHEIM, 1978).

Nessa dinâmica social, destaca-se a exterioridade e a coercitividade do fato social, entendido como "toda maneira de fazer, fixada ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior" (DURKHEIM, 1978, p. 11), uma vez que, é

exterior ao indivíduo, existindo antes mesmo do próprio indivíduo, e a ele imposto, na medida em que a sociedade determina e condiciona o sujeito a um conjunto de postulados sem seu conhecimento ou consentimento. A resistência se apresenta como elemento por meio do qual o indivíduo busca anular a coercitividade dos fatos sociais, tanto no nível individual, quanto no coletivo. Movido pelas experiências concretas, que tem como base o espírito consciente do indivíduo, enquanto parte de uma coletividade, historicamente constituída (MARCONI; PRESOTTO, 1992).

Marconi e Presotto (1992) apontam ainda que por meio da análise dos fatos sociais, centrais na obra de Durkheim, é possível compreender a realidade social atrelada às necessidades que promovem o desenvolvimento da sociedade, tendo para tanto, como base, os aspectos atrelados à cultura, considerando-se que, distintas sociedades, apresentam diferenças culturais determinantes. Na visão do Funcionalismo podem ser compreendidas utilizando-se elementos objetivos e pré-determinados, sem se preocupar com as questões históricas correspondentes ao desenvolvimento cultural da sociedade. Contudo, a mesma deve ser vista como um conjunto coeso e integrado, responsável pela manutenção da totalidade social. Instituições como educação, controle social, economia, sistemas de conhecimento, crença e moralidade, bem como a expressão artística, permitiriam compreender as origens históricas culturais da sociedade.

Desse modo, cada grupo social, em função de sua formação histórica, contém em si valores morais e éticos condicionantes da vida cotidiana. A gênese de tais valores se dá, de forma natural. O convívio coletivo é materializado a partir da substituição dos interesses individuais por sentimentos fraternos de pertencimento e solidariedade, que tem na comunhão e na partilha os balizadores da conduta social dos envolvidos. Durkheim (1999a, p. XXI) enfatiza que “esse apego a algo que supera o indivíduo, essa subordinação dos interesses particulares ao interesse geral, é a própria fonte de toda atividade moral”, correspondente ao sentido e intenção do comportamento social manifesto.

A coletividade passa a ser percebida como uma personalidade moral que se posiciona acima das personalidades individuais, não em termos de estrutura hierárquica formalmente constituída, mas, em relação a valores aceitos e compartilhados, que condicionam interesses individuais às normas comuns de conduta, tradicionalmente concebidas. A essa personalidade moral, é atribuída a

capacidade de garantir a manutenção harmônica das normas que estão ligadas ao cotidiano das relações sociais de grupos. A representatividade da personalidade moral torna-se mais significativa na medida em que se reconhece que opera não só na manutenção das normas sociais convencionais, mas na construção histórica dos elementos correspondentes aos mecanismos normativos atrelados a agrupamentos humanos. Estabelece regras socialmente aceitas e compartilhadas, atrelando condutas individuais, a comportamentos sociais da coletividade. Atua ainda na mediação dos conflitos de interesses e na delimitação dos limites, morais e éticos, para as ações sociais, tendo em vista os laços afetivos de convívio (DURKHEIM, 1999a).

Conforme sugere Durkheim (1999, p. 88), “relações puramente econômicas deixam os homens exteriores uns aos outros, essas relações podem ser muito frequentes sem com isso participarem da mesma existência coletiva”, cujo fim último seria a satisfação de interesses individuais dos partícipes.

Por sua vez, o compartilhamento de crenças, valores e sentimentos por determinado grupo, constituem um sistema social que rege o cotidiano de ações desse grupo, independentemente dos indivíduos inseridos no mesmo. Sistema denominado de consciência coletiva ou comum (DURKHEIM, 1973), que está acima das vontades individuais dos indivíduos que compartilham uma vida comunitária. Durkheim (1978), caracteriza essa condição como a solidariedade mecânica ou por similitude, que na concepção do autor, “provém do fato de que um certo número de estados de consciência é comum a todos os membros de uma sociedade” (DURKHEIM, 1973, p. 359).

Contrária à solidariedade mecânica, Durkheim (1973) descreve a solidariedade orgânica ou devida à divisão do trabalho. Não se manifesta, a consciência coletiva ou comum, como elemento mediador e condicionante da ação social dos indivíduos em interação. “As relações que elas determinam não são aquelas que atingem indistintamente a todos” (DURKHEIM, 1973, p. 363). Representam relações que promovem o elo entre os interesses individuais e os interesses coletivos, de modo que coexistam, harmonicamente, em contextos sociais inseridos na dinâmica da divisão social do trabalho (DURKHEIM, 1973). Refletem o momento em que, embora a ação percebida se manifeste em uma essência coletiva, a consciência correspondente a ação, é individual.

Ao discutir os elementos apontados por Durkheim, como indicadores atrelados à manifestação dos dois tipos de solidariedade, Quintaneiro (1995), descreve que determinados grupos sociais tendem a punir de forma coletiva os indivíduos que manifestam comportamentos sociais contrários às regras socialmente aceitas e compartilhadas. Ação que ocorre, por acreditarem, os membros do grupo, que comportamentos individuais, que não compactuam com os princípios da totalidade, colocam em risco a consciência coletiva, responsável por manter coesos os laços de solidariedade entre os indivíduos.

A autora reforça que o sentido do comportamento desvinculado dos valores coletivos é entendido como um crime, “que provoca uma ruptura dos elos de solidariedade”, sendo desse modo “punido por meio de ações que têm profundas raízes nos costumes” (QUINTANEIRO, 1995, p. 34). A proteção aos costumes, valores e princípios tradicionais torna-se o foco nos grupos sociais, constituídos na base da solidariedade e da coesão de práticas comuns (QUINTANEIRO, 1995).

Regras coletivamente constituídas, que instituem os princípios gerais regentes do comportamento dos indivíduos no grupo. De modo que, de acordo com Quintaneiro (1995), a decisão em seguir ou não esse aparato normativo cabe a cada indivíduo, que ao fazê-lo manifesta em si uma finalidade comum a ser conquistada a partir do assentimento às normas. Não devem, assim, ser entendidas como regras impostas por determinados indivíduos sob os demais membros de um grupo, pois, nessa perspectiva provocaria um choque entre o coletivo e o individual. O reconhecimento da essência moral compartilhada, bem como a postura por segui-la, representa o ato de inserir-se em um contexto coletivo. A consciência moral particular, ainda que vigente, se condiciona à consciência moral do grupo.

2.1.2.5 Max Weber

Filósofo, historiador, político e sociólogo alemão (FERREIRA, 2001; ABBAGNANO, 2000c), Max Weber, tornou-se determinante na construção do pensamento sociológico na Alemanha. Nasceu em Erfurt no ano de 1864, em uma família tipicamente burguesa, que teve influência na sua formação intelectual, principalmente nas figuras de seu pai, que era advogado e político, e de sua mãe, considerada uma mulher culta, cuja prática se alinhava aos valores liberais e religiosos da época (FERREIRA, 2001; WEBER, 1982).

Max Weber “nasceu e teve sua formação intelectual no período em que as primeiras disputas sobre a metodologia das ciências sociais começavam a surgir na Europa, sobretudo em seu país, a Alemanha” (WEBER, 1997, p. 6). Influenciado pelo Marxismo, embora inserido em um período histórico dominado pelo pensamento Positivista, com uma carreira acadêmica marcada pela Universidade Heidelberg e pela Universidade de Humboldt, em Berlim. Dedicou-se, como Marx, às análises do Capitalismo ocidental, a partir de sua construção histórica, econômica, ideológica e sociológica (BARBOSA; QUINTANEIRO, 1995).

“Urbanismo, História, Jurídica, Economia, Música, Religiões Mundiais” (WEBER, 1982, p. 60), compõem o rol de temáticas abordadas por Weber ao longo de sua trajetória intelectual, demonstrando a multiplicidade e complementaridade de seu pensamento sociológico (WEBER, 1982). Embora simpatizante do pensamento de Karl Marx, possivelmente não pelas propostas teóricas do autor, mas sim pela essência humanista de sua visão de mundo, opôs-se à perspectiva Marxista (BARBOSA; QUINTANEIRO, 1995; FERREIRA, 2001), ao concentrar seus estudos na análise do “atores (agentes) sociais e suas ações, privilegiando o papel da iniciativa do indivíduo na vida social” (FERREIRA, 2001, p. 66).

Analogamente, desacreditava no potencial do Positivismo, apontando sua fragilidade, por propor o estabelecimento de leis sociais gerais. As relações entre indivíduos e entre indivíduos e a sociedade, demonstram-se instáveis, dinâmicas, recursivas e singulares, incapazes de serem investigadas a partir de procedimentos generalizáveis (BARBOSA; QUINTANEIRO, 1995).

O contexto em que viveu Weber, segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX, correspondeu, conforme descreve Hobsbawm (2000), ao período de maior força do sistema capitalista, já inserido, em maior ou menor grau, em diferentes e múltiplos países do mundo. A consolidação do Capitalismo se deu em virtude do potencial de mercado interno e externo. Tanto em termos de mão de obra, para atender as demandas das indústrias, que se espalhavam vertiginosamente pelos países; como, do exército de consumo, que se fazia necessário para adquirir produtos advindos das atividades de exploração da força de trabalho pelo detentor do capital. Assim, “dentro do contexto das classes, partidos e correntes intelectuais em conflito, Max Weber desenvolveu as suas orientações intelectuais” (WEBER, 1982, p. 63).

Para Max Weber, “a sociedade e seus sistemas não pairam acima e não são superiores ao indivíduo. As regras e normas sociais não são analisadas como exteriores à vontade dos indivíduos” (FERREIRA, 2001, p. 66). São, na verdade, reflexos das ações sociais dos indivíduos, decorrentes de suas escolhas, que podem ou não, se modificar cotidianamente na sociedade (FERREIRA, 2001). Processo de reflexão denominado por Weber como método compreensivo (WEBER, 1997). O método proposto pelo autor pode ser percebido como a busca por “entender o sentido que as ações de um indivíduo contêm e não apenas o aspecto exterior dessas mesmas ações” (WEBER, 1997, p. 7).

Assim, o sentido correspondente ao comportamento do indivíduo, define a ação. Entende-se por ação social, o comportamento cuja acepção atribuída pelo indivíduo, tem como foco o comportamento dos demais atores sociais, bem como, está condicionado ao comportamento de outrem. Analogamente, ações sociais em que o sentido atribuído apresenta reciprocidade, em termos de conteúdo e de orientação, definem uma relação social (WEBER, 2009; 2010). O compartilhamento de significados, se apresenta como base para delimitação dos contornos sociais de uma ação (WEBER, 2009).

Embora a ação social represente o comportamento dos indivíduos em diferentes contextos, a mesma pode se manifestar de formas distintas, de grupo para grupo. Conforme enfatiza Weber (2009), as ações estão condicionadas ao sentido atribuído pelo agente. Ações que podem ser conduzidas pelo: “i) modo racional referente a fins; ii) modo racional referente a valores; iii) modo afetivo, especialmente emocional; e iv) modo tradicional” (WEBER, 2009, p. 15). Contudo, o autor chama atenção para o fato de que essas definições não representam a totalidade das orientações sociais da humanidade, bem como, muitas vezes, a exclusividade também não se faz presente, podendo, a ação social, apresentar características de duas ou mais, simultaneamente (WEBER, 2009).

O comportamento atrelado ao modo tradicional, corresponde a uma ação social executada pelo indivíduo, que está condicionada aos costumes, historicamente compartilhados por determinado agrupamento humano, em que elementos culturais delimitam os significados desse comportamento. O modo afetivo determina um comportamento não consciente do sujeito, sendo conduzido em sua plenitude por uma reação, permeada por fatores emocionais, a estímulos

provenientes do contexto social, no qual o indivíduo está inserido (WEBER, 2009). Tanto o modo tradicional, correspondente ao costume, quanto o modo afetivo, por afeto ou estado emocional, representam ação social que corresponde a um padrão de comportamento culturalmente institucionalizado pelo meio.

Por sua vez, a ação social conduzida pelo modo racional referente a valores, apregoa a “crença consciente no valor – ético, estético, religioso ou qualquer que seja sua interpretação – absoluto e inerente a determinado comportamento como tal, independente do resultado” (WEBER, 2009, p. 15). Desse modo, percebe-se que valores aceitos e praticados pelos indivíduos, tornam-se elementos determinantes da ação humana, cujo sentido é atribuído à ação social em si, independente dos resultados advindos da mesma. Valores, que os indivíduos acreditam ser determinantes para a condução de sua vida, e primordiais na relação com outros (WEBER, 2009).

Para o modo racional referente a fins, a ação social orienta-se “pelos fins, meios e consequências secundárias” (WEBER, 2009, p. 16). Nesse caso, o sentido atribuído à ação apresenta significado no que se refere ao seu alinhamento com os resultados pretendidos pelo sujeito, independentemente dos meios percorridos para sua realização. Diferentemente da ação social no modo racional atrelado a valores e, principalmente, dos modos tradicional e afetivo. Portanto, o condicionamento da ação social às suas consequências, determina o agir do sujeito, estando os fatores culturais a sua volta, destituídos de significado, por não se apresentarem como meios para se atingir determinados fins (WEBER, 2009).

Diante do condicionamento da ação ao sentido atribuído pelo agente, conforme reforçado por Weber (2009), duas formas de relações sociais podem ser encontradas em agrupamentos humanos, em decorrência do sentido da ação social: a relação comunitária e a relação associativa.

Weber (2009, p. 25) destaca que as relações comunitárias apoiam-se “em todas as espécies de fundamentos afetivos, emocionais ou tradicionais”. Traduzindo-se em uma ação racional, destituída de qualquer interesse nos fins e nas consequências. Os indivíduos envolvidos prezam pelo conteúdo da relação social como base para manutenção do grupo. Boudon e Bourricaud (2000) enfatizam que o processo de socialização do indivíduo torna-se determinante para a construção e manutenção de relações sociais comunitárias, uma vez que, aprende a participar

solidariamente da Comunidade, em que se visualizam integrados, de forma harmoniosa, sentimentos e atitudes heterogêneas.

As relações de cunho associativo, remetem a uma prática, cujo propósito central dos atores sociais envolvidos está atrelado à junção de interesses racionalmente delimitados. A sua concretização e efetiva realização, correspondem à ação consciente do indivíduo no intuito de cumprir com o compromisso assumido – modo racional de valor – ou na confiança do indivíduo, de que o outro tende a honrar com sua parte no acordo, guiado pelos resultados esperados – modo racional referente aos fins (WEBER, 2009).

Desse modo, na concepção de Weber (2010), Comunidade se caracteriza por um contexto em que o sujeito, embora dotado de autonomia, tem suas ações guiadas pela solidariedade sentida. O autor destaca que essa solidariedade se manifesta em parâmetros de afetividade. Elo determinante nas relações sociais entre os membros de um grupo; bem como, por tradição, que remete à construção histórica da Comunidade (WEBER, 2004; 2010). Fatores tradicionais, muitas vezes, atrelados à identidade do grupo, sendo mantidos em evidência, por meio da transmissão oral, entre indivíduos.

No que tange a Sociedade, Weber (2010) enfatiza que esta é decorrente de relações sociais em que os indivíduos baseiam suas ações em um ajustamento comum de interesses racionais, visando à satisfação mútua, ainda que sejam divergentes; de outro modo, a relação ainda pode ser estabelecida, caso o interesse seja comum aos indivíduos, sendo desfeito o elo após sua realização, evidenciando o caráter temporal das relações sociais.

Ainda que se possa determinar os atributos distintivos de ambas relações sociais – Comunidade e Sociedade – sua percepção, delimitação e definição, por envolver fenômenos sociais relacionados ao comportamento humano, tornam-se tênues. Ações, caracteristicamente, atribuídas a um conceito, podem se manifestar no seu oposto. Comunidade, atrelada a princípios de solidariedade e comunhão, com práticas conduzidas por valores afetivos, emocionais ou tradicionais, mesmo que no contexto familiar, pode conter indivíduos, ou grupos, que demonstrem postura conduzida por interesses utilitários. O que não é diferente na Sociedade, que podem se manifestar relações sociais instituídas além do caráter racional, cujo início, meio e fim, se dão de forma natural (WEBER, 2004; 2010).

Por sua vez, para a condição de Comunidade, torna-se relevante observar a existência de comportamentos individuais condicionados aos artefatos, tangíveis e intangíveis, aceitos e compartilhados, coletivamente. Caso, em que o sujeito leva em consideração implicações práticas da ação social no contexto do grupo. Apresentando-se, a partir da coesão entre os indivíduos, o reconhecimento de um sentimento de pertencimento recíproco, que se torna condutor do convívio cotidiano (WEBER, 2010).

Para a compreensão dos diferentes tipos de conduta social, Weber propõe um modelo que é denominado *Tipo Puro* ou *Ideal*, aplicado na investigação da conduta racional. Medida a partir da qual, as demais condutas são indicadas (BARBOSA; QUINTANEIRO, 1995).

No pensamento de Weber, Barbosa e Quintaneiro (1995) enfatizam que a ação social é assumida como conceito central. Ao classifica-la em ação racional, com relação a fins; ação racional, com relação a valores; ação tradicional e ação afetiva, o autor busca estabelecer dimensões e elementos conceituais que possam ser utilizados como critérios de análise na Sociologia. Contudo, mesmo adotando uma categorização, é possível perceber que determinadas intenções ou sentidos atrelados às ações do indivíduo, se distanciam dos tipos puros apresentados.

2.1.2.6 Marcel Mauss

Dedicando-se à investigação das inúmeras e diferentes práticas de trocas predominantes em comunidades arcaicas, Marcel Mauss, sugere que esses mecanismos de interação social estão presentes na sociedade contemporânea. Reflexão que representou significativa relevância para o pensamento intelectual na Sociologia (MARTINS, 2005). Vizeu (2009) aponta que o conceito de dádiva tornou-se central nas reflexões de Mauss. O autor acreditava que o sentido da ação social, destinada à prática da solidariedade entre os indivíduos, representava uma categoria fundamental para a compreensão dos fenômenos sociais, relacionados à organização do cotidiano de vida, em diferentes agrupamentos humanos.

Embora seja reconhecido como Antropólogo e Etnólogo, teve relevante atuação na área de Sociologia, basicamente por participar da constituição da revista *Année Sociologique* e por sua teoria acerca da Dádiva, que embora tenha sido

investigada nas sociedades arcaicas, frequentemente, é aplicada na investigação das relações sociais decorrentes da sociedade moderna (MARTINS, 2005).

Nascido em 1872, em Épinal na França, Marcel Mauss era sobrinho de Émile Durkheim e primo de André Durkheim, filho de Émile. Com uma diferença de idade de 14 anos entre ambos, Mauss iniciou seus estudos com a orientação de Durkheim, tornando-se posteriormente seu assistente. Hoje ele é reconhecido como pai da Antropologia francesa (FOURNIER, 2003). Atuava na École Pratique des Hautes Études, por características da instituição, em atividades de pesquisa e investigação científica, na disciplina de ‘Religiões dos povos não civilizados’, distanciando-se do ensino. Assim como outros intelectuais da Sociologia, seus estudos foram influenciados pelo contexto social, econômico e político vivenciado pela França entre os séculos XVIII, XIX e XX (FOURNIER, 1992).

Dentre os temas centrais, contribuiu para reflexões em torno da “religião, a unidade nacional, o socialismo (e o bolchevismo)”, além da “moral ou política” (FOURNIER, 1992, p. 4). O pensamento de Mauss teve significativa influência em áreas como Linguística, Psicologia e História da Religião (LÉVI-STRAUSS, 2008). Conforme afirma Martins (2005, p. 46), a principal contribuição de Marcel Mauss para a Sociologia “foi demonstrar que o valor das coisas não pode ser superior ao valor da relação e que o simbolismo é fundamental para a vida social”. Princípios apresentados pelo autor no texto *Ensaio sobre a Dádiva*, publicado em 1925.

‘Ensaio sobre a Dádiva’ tornou-se sua mais expressiva obra intelectual. Foi publicado em 1925, no relançamento da revista *Année Sociologique* (FOURNIER, 1992). Fournier (1992, p. 6) enfatiza que o texto de Mauss diferenciou-se em termos teóricos e conceituais, por constituir: “i) um ponto de encontro entre suas preocupações científicas e políticas; e ii) um prolongamento-renovação da teoria durkheimiana da coesão social, da relação indivíduo-sociedade”. Teve como base, o momento histórico do pós Primeira Guerra Mundial, com agitações sociais, políticas e econômicas, em diferentes partes do mundo, com discursos e reflexões, envoltas a princípios de ordem e de paz (FOURNIER, 1992).

França e Dzimira (1999) e Vizeu (2009) reforçam que a Sociologia da dádiva proposta por Mauss, representa uma perspectiva atrelada à explicação da natureza das transações de troca, dominantes em sociedades primitivas ou arcaicas. Nas diferentes sociedades investigadas por Mauss, constitui-se em uma prática social

comum e essencial para a manutenção do cotidiano de vida comunitária. Em menor volume, é possível observar sua ocorrência em contextos alinhados à lógica da sociedade moderna, em contextos sociais que os grupos mantenham elos fraternos de convívio social.

Fica evidente nas reflexões de Mauss que a prática da dádiva é uma ação social coletiva. Interesses individuais são condicionados aos propósitos coletivos de um grupo, guiados por princípios morais. “A obrigação de retribuir” (MAUSS, 2008, p. 70), e, conseqüentemente, a “obrigação de dar e a obrigação de receber” (MAUSS, 2008, p. 70), de forma integrada, representam elementos centrais da troca dádiva. Assumida, como um sistema de valores que permeia a identidade cultural do grupo. Embora represente uma prática solidária, não constitui uma ação com liberdade de escolha. Estando inserido em um grupo, compartilhando de uma identidade coletiva, o sujeito assume a obrigatoriedade de realização da dádiva (MAUSS, 2008). A não integração desses três elementos, obrigação de retribuir, obrigação de dar e obrigação de receber, representa a redução da coesão entre o laço social que mantém unidos os indivíduos de uma sociedade (FRANÇA; DZIMIRA, 1999).

Mauss considera que, as práticas cotidianas de sociedades alheias ao utilitarismo, muitas vezes, taxadas de primitivas ou arcaicas, ocorrem em mercados econômicos (MAUSS, 2008). Cabe destacar que, mercados econômicos, encontrados nesses grupos, não se assemelham ao mercado correspondente à lógica dominante na sociedade industrializada. Considerar a existência de relações econômicas é possível, desde que, se perceba, que as mesmas estariam condicionadas a princípios e valores culturais e morais, determinantes das relações sociais. Principalmente, conforme aponta Mauss (2008), pela inexistência de mercadoria e moedas, comuns na caracterização do mercado econômico moderno.

França e Dzimira (1999) apontam que a dádiva se realiza em contextos sociais dominados por relações de parentesco, amizade e vizinhança. Nesse sentido, o espaço torna-se uma dimensão relevante para compreensão da natureza da troca-dádiva. Considera-se que a proximidade entre os indivíduos, representa a manutenção dos elos sociais constituídos. Os autores apontam ainda que, está relacionada à circulação de bens e serviços, em uma via que se distancia tanto do mercado, quanto do Estado.

Além de bens e serviços, as práticas de dádiva manifestam-se por meio da troca de artefatos, correspondentes à identidade cultural do grupo. Para tanto, podem ser envolvidos elementos como rituais, festividades e comemorações, partilha, fraternidade, segurança, apoio, relações de amizade e parentesco, saúde, crenças religiosas e educação. Elementos que, para cada grupo envolvido, possuem valores e significados particulares (MAUSS, 2008).

Para tanto, embora o modelo hegemônico seja representante de uma Sociedade de Mercado em que, práticas de compra e venda, tenham assumido o papel de referência para as demais ações, Mauss (2008, p. 195) afirma que “as coisas têm ainda um valor de sentimento para além do seu valor venal, supondo a existência de valores que sejam apenas deste gênero”. A dádiva, enquanto fenômeno social coletivo, representa “um processo de circulação de bens simbólicos. [...] significa que o aspecto fundamental não é o bem em si ou o seu valor utilitário, mas como ele representa o valor da relação” (VIZEU, 2009, p. 416).

Mauss (2008, p. 70) enfatiza que “aceitar qualquer coisa de alguém é aceitar qualquer coisa da sua essência espiritual, da sua alma”. Nesse sentido, conforme Mauss (2008), a obrigação de retribuir não implica em entregar ao indivíduo algo material, simplesmente, com o propósito de corresponder a uma ‘boa’ ação. Retribuição, nas reflexões do autor, representa o ato de devolução da essência do indivíduo que foi transmitida pelo ato que originou a troca. A substância, do contexto social de origem, é transmitida com o bem, material ou não, que foi doado, agindo sobre a natureza do contexto em que foi recebido. A retribuição anula a possibilidade de desarticulação da harmonia de um grupo, pela energia da doação.

Findado o resgate teórico-conceitual-histórico acerca de conceitos e categorias atreladas ao termo Comunidade, nas áreas de Sociologia e Antropologia, assumindo-se para tanto as reflexões de Comte, Marx, Tönnies, Durkheim, Weber e Mauss, deste ponto em diante dois tópicos são construídos focando-se a área de Estudos Organizacionais em Administração. O primeiro apresenta uma reflexão acerca do conceito de Comunidade a partir das proposições de Guerreiro Ramos (1989), Polanyi (2000) e Santos (2004), tendo como propósito delimitar os elementos que guiam as discussões sobre contextos comunitários no estudo. O segundo texto promove uma discussão sobre as potencialidades de realização de estudos atrelados ao contexto de Comunidades, na área de Administração, partindo-se da

descrição de diferentes exemplos de estudos na área de Ciências Humanas, que conduziram Estudos de Comunidades no Brasil.

2.1.3 Reflexões Acerca do Conceito de Comunidade

O processo de socialização do indivíduo, corresponde à sua formação no que se refere à compreensão de mundo. Em agrupamentos humanos tradicionais, esse processo ocorre a partir das relações sociais do cotidiano comunitário. A experiência vivida pelo sujeito em diferentes contextos, mediada pelos costumes e tradições de seu povo, reforçada pela identidade oral, forma naturalmente seu comportamento (GUERREIRO RAMOS, 1989). Nesse sentido, considerando-se as singularidades correspondentes as Comunidades, tem-se o predomínio de um comportamento coletivo-solidário entre os membros do grupo de modo que o ser humano é o núcleo das relações sociais e das práticas de produção e troca.

Fatores humanos que não são percebidos no contexto da Sociedade de Mercado, pois, relacionamentos comerciais assumem papel central na formação do comportamento humano, instituem um conjunto de princípios e regras que recusam a individualidade e a experiência prática do sujeito, bem como o caráter orgânico da vida, formatando pensamentos e ações, que encontram significado nos interesses utilitaristas (GUERREIRO RAMOS, 1989). Comunidade, por sua vez, tem seu cotidiano amparado por elementos tradicionais, tangíveis e intangíveis, que limitam a manifestação de ações sociais guiadas por interesses econômicos, condutores do comportamento humano no mundo moderno.

Polanyi (2000) observa que, embora possa se manifestar, o interesse individual, marcado pelo propósito utilitarista, não representa um comportamento predominante no contexto de Comunidades. Percebe-se que os membros do grupo buscam, coletivamente, garantir que a coletividade tenha suas necessidades atendidas de forma igualitária. Preza-se pela manutenção dos laços sociais em virtude de reforçar princípios de solidariedade e generosidade, bem como a prática da reciprocidade – dar-e-receber – em que fatores como comunhão, partilha e troca, guiadas por valores morais e éticos, contribuem para a manutenção da vida em Comunidade.

Assim, embora em épocas distintas, alinhando-se à essência do pensamento de Ferdinand Tönnies e Max Weber, Polanyi (2000) estabelece que

reciprocidade, redistribuição e domesticidade são fatores característicos das relações sociais forjadas no contexto de grupos caracterizados pelo predomínio de valores humanos, historicamente construídos e compartilhados pelos indivíduos, que representam o cerne para a manutenção da ordem social em um sistema de vida comunitária, destituído de instituições ou estruturas formais, bem como de motivações econômicas.

Reciprocidade, primeiro fator apontado por Polanyi (2000), seria responsável pela manutenção de um ciclo virtuoso entre membros de uma Comunidade. Principalmente em agrupamentos humanos marcados por certo grau de parentesco. O reflexo da ação coletiva dos indivíduos, seria o reconhecimento de que estes atuam de acordo com princípios compartilhados pelo grupo. Desconsiderando-se a ideia de valor econômico e tempo de retorno, guiados pela lógica substantiva de dar e receber, seus atos seriam retribuídos, caso, em condições adversas, não consigam amparar seus familiares.

Desse modo, reconhecendo e valorizando sua conduta solidária e colaborativa, no passado, outros membros do grupo, enquanto praticantes da reciprocidade, assumiriam a responsabilidade pela manutenção das condições de sobrevivência dos entes daquele, que num primeiro momento ofertou apoio, mantendo ativo o vínculo de ajuda-mútua atrelado à identidade da comunidade (POLANYI, 2000).

A redistribuição, segundo fator apontado por Polanyi (2000) tem como base à partilha e a doação do excedente da produção individual. Compartilhamento que, normalmente, envolve todos os membros da comunidade, mas que em alguns casos, pode estar direcionado a grupos restritos, por questões de maior aproximação ou pela colaboração mútua, em atividade diárias de lavoura e criação de animais. Pode ser realizado no contexto da própria comunidade, em rituais religiosos e festivos, por meio de comemorações coletivas; bem como entre comunidades, com o envio de bens a outros grupos étnicos, fomentando a reciprocidade em limites externos ao próprio território da Comunidade, desde que sua harmonia seja mantida.

A prática da redistribuição contribuiria ainda para a manutenção da lógica de não acumulação entre os membros da comunidade. Culturalmente instituído o princípio da partilha entre os indivíduos, a ação de acumular alimentos e materiais,

além do limite necessário para a sobrevivência da família, seria inibida. Limitaria-se, do mesmo modo, o comportamento utilitarista, direcionado a adoção de relações comerciais, que acarretaria na desarticulação da identidade coletiva do grupo.

Polanyi (2000) enfatiza que os princípios de reciprocidade e de redistribuição não seriam encontrados, exclusivamente, nas práticas das sociedades primitivas ou tradicionais. Podem ser percebidos em relações comerciais de indivíduos inseridos em uma Sociedade de Mercado. Reforçando que sentido e significado da ação se apresenta distinto, em função da lógica predominante, certamente condicionada ao período histórico e ao contexto social investigado.

O terceiro fator apresentado por Polanyi (2000), como elemento decorrente das relações sociais instituídas no contexto das Comunidades, estaria ancorado nas atividades de subsistência, que distingue uma Sociedade de Mercado de uma sociedade com coesos elos tradicionais, é o princípio da domesticidade. Este princípio reflete a atividade de produzir os recursos necessários para sua própria sobrevivência e a de seus familiares. Constitui-se em uma prática que ao longo da história marcou a humanidade tendo em vista que a força de trabalho do indivíduo era aplicada em seu próprio benefício. Mesmo que com o uso de técnicas mecanizadas de agricultura, o resultado sempre foi direcionado ao consumo próprio.

Diferentemente da ação localizada em uma Sociedade dominada por relações comerciais, em que o foco central é o retorno financeiro, a ideia da domesticidade, rechaça a aplicação intensiva da força de trabalho em diferentes tarefas, condicionadas a máxima eficiência para atingir níveis de produção e desse modo, produzir algo sempre direcionado ao mercado.

A atividade produtiva nas comunidades seria realizada até o limite de garantida a subsistência, ademais, indivíduos inseridos nessa lógica se dedicam às atividades de vizinhança, amizade e religião, além do cultivo de plantas medicinais, da criação de animais e da reforma e manutenção da estrutura física do território coletivo. Caracteriza-se como um sistema de gestão do cotidiano em que as ações estão condicionadas ao modo de vida comunitária. O indivíduo tem total controle na aplicação, bem como nos resultados decorrentes de sua interferência no território.

Guerreiro Ramos (1989) destaca, com base nas discussões de Platão, Aristóteles e Santo Tomás, que a delimitação do território, enquanto fronteira de

ação para as relações sociais e comerciais, se constitui em um elemento para a preservação da vida comunitária em Comunidade.

Analogamente, Santos (2003, p. 137) enfatiza que “na aurora dos tempos históricos, o homem dependia diretamente do espaço circundante para a reprodução de sua vida”. A expansão dos limites geográficos distanciou o indivíduo de sua identidade, potencializando a sobreposição de princípios, valores e práticas culturais entre diferentes contextos. A adoção de valores, crenças e práticas difusas daquelas constituintes da comunidade, atrelam o comportamento do indivíduo a uma lógica de dominação, correspondente a ações sociais atreladas ao utilitarismo.

Santos (2004) reforça ainda, que o território, no contexto de um grupo social, deve ser entendido como a arena em que se processam relações comerciais de troca e relações sociais de parentesco, amizade e vizinhança, bem como as manifestações religiosas e espirituais dos indivíduos. O território representa o sentimento de pertencimento e de identidade entre os membros de um grupo, que tem na sinergia e coesão, o significado da vida comunitária coletiva. Nesse sentido, na relação entre sujeito e território, inseridos em um processo histórico-cultural, Santos (2004, p. 97) afirma que, “um faz o outro”.

2.1.4 Estudos de Comunidades e Estudos Organizacionais

Historicamente nas áreas de Sociologia e Antropologia, entre os anos de 1930 e 1950, Estudos de Comunidades experimentaram um expressivo crescimento no número de trabalhos publicados e de pesquisas iniciadas. Conduzidos tanto por pesquisadores brasileiros, como por pesquisadores estrangeiros, estes estudos tiveram como foco central à compreensão da realidade brasileira, envolvendo diferentes contextos sociais (WAGLEY, 1954; NOGUEIRA, 1955). Tais estudos muitas vezes tinham como propósito compreender a realidade de diferentes agrupamentos humanos, delimitando as principais fragilidades enfrentadas, para em seguida propor um conjunto de medidas que na visão dos investigadores contribuiria para harmonizar as condições de vida das pessoas.

A popularização desse enfoque de estudo foi influenciada pelas investigações acerca da dinâmica social dos povos primitivos (ARENSBERG; KIMBALL, 1973), que de certa forma ainda mantinham bases sólidas de uma cultura e identidade tradicional, apresentando sinais de invasão pelas ações

desenvolvimentistas. Nesse sentido, como apontam Oliveira e Maio (2011), pesquisadores e financiadores defendiam a intervenção racional dos contextos sociais de comunidades que se mantinham à margem dos centros e de sua efervescência econômica, determinando o progresso como solução para as contradições encontradas.

Nogueira (1955) destaca que Emílio Willems, com a publicação intitulada *Cunha, Tradição e Transição em uma Cultura Rural do Brasil*, de 1947; Lucila Herrmann, com o texto *Evolução da Estrutura Social de Guaratinguetá num Período de Trezentos Anos*, de 1948; Donald Pierson, com o trabalho *Cruz das Almas, a Brazilian Village*, de 1951; e Charles Wagley, com o livro *Amazon Town, a Study of Man in the Tropics*, em 1953, tornaram-se precursores desse método de investigação em Ciências Sociais e Humanas, que a partir de 1950 ganhou força no país, conhecido como Estudos de Comunidades (ARENSBERG; KIMBALL, 1973).

Embora, haja unanimidade no reconhecimento da relevância teórica e prática de estudos relacionados às comunidades (WAGLEY, 1954; NOGUEIRA, 1955; IANNI, 1961; MOREIRA, 1963), o mesmo não ocorre no que diz respeito à conceituação do termo. A multiplicidade de conceitos representa a tendência de cada pesquisador em assumir uma posição teórica que compete à sua inclinação científica (HUTCHINSON, 1958). Fato este que resulta por sua vez na multiplicidade de resultados conflitantes, embora muitas vezes complementares.

Arensberg e Kimball (1973) apontaram que, tanto a divergência entre os conceitos de Comunidade, quanto nos conceitos de Método de Estudos de Comunidades é legítima. Os autores se apoiam no argumento de que os problemas adotados como foco de estudo e os grupos sociais investigados, apresentam múltiplas diferenças impossibilitando comparações e generalizações conceituais. Ainda assim, defendem que, com o amadurecimento científico da área as divergências tenderiam a ser sanadas. Como opção, sugeriram a estruturação de modelos analíticos buscando uma convergência teórico-metodológica.

Ao analisar um conjunto de Estudos de Comunidades, Nogueira (1955) apontou as contribuições teóricas e práticas que estes estariam promovendo. Teoricamente, tem-se a possibilidade de compreensão do sistema social a partir de dados correspondentes à realidade investigada, a qual permite o afastamento da tendência de fazer uso de dados desconectados da realidade, bem como do

comportamento de dedução do significado de determinados fatores identificados no grupo. Perspectivas que conduziriam para uma compreensão distorcida dos fenômenos sociais adotados.

Portanto, a aproximação com a realidade e com os indivíduos nela inseridos, permite compreender ainda a forma como estes constroem e reconstróem formas de organização, produção e convívio atreladas a um conjunto de princípios, crenças e valores compartilhados por todos (NOGUEIRA, 1955). Nesse sentido, o método de Estudos de Comunidades contribui, a medida em que busca compreender o comportamento humano em um contexto social de comunidade (ARENSBERG; KIMBALL, 1973). Porém, ressalta-se a perspectiva de que o método não esteja alinhado aos pressupostos de progresso, crescimento e desenvolvimento promovidos por instituições públicas e privadas da Sociedade de Mercado.

Contribuições práticas estariam relacionadas ao levantamento de dados que permitem compreender a realidade da população em diferentes contextos sociais. Dados que depois de analisados podem se tornar informações relevantes para gestores públicos, bem como para a população em geral, com relação a conhecer as diferentes realidades que formam uma sociedade, respeitando-se as singularidades dos diferentes grupos (NOGUEIRA, 1955), permitindo a reprodução de conhecimentos e práticas.

Embora comuns, os Estudos de Comunidades também foram marcados por algumas contradições. A principal discordância acerca dos Estudos de Comunidades refere-se à delimitação do que seja uma Comunidade. Hutchinson (1958) aponta que o elemento central desse processo está relacionado à dicotomia entre as categorias rural e urbano. Havia autores que se dedicaram à investigação de comunidades distantes dos centros urbanos, nas quais se percebe a consecução de práticas de organização, produção e convívio, condicionados ao contexto rural. Outros desconsideraram a tendência de classificar como comunidade somente aquelas localizadas no meio rural, dedicando-se ao estudo de grupos inseridos no meio urbano, porém, reconhecidos como comunidades por fatores como o conteúdo das relações sociais que se manifestam entre os indivíduos.

Contudo, destaca-se que o autor mesmo reconhecendo que as relações comunitárias constituem uma categoria teórica central nos Estudos de Comunidades, aponta que sua adoção representa uma limitação para as pesquisas.

Suas reflexões giram em torno da estabilidade defendida pelas características constituintes do conceito, que direcionam para compreensão de situações de equilíbrio e de compartilhamento (MOREIRA, 1963). “Está assim excluída dela, toda ideia de oposição e de luta, e em certa medida, de estratificação e de domínio” (MOREIRA, 1963, p. 37). Desse modo, a desordem e os conflitos não representariam elementos importantes na análise do sistema social referente a determinado grupo.

Moreira (1963) observa ainda que o uso do conceito de relações comunitárias pode conduzir os pesquisadores a um equívoco nos Estudos de Comunidades, que é o de adotar as relações somente a partir de um contexto interno. Os grupos seriam assim tratados como comunidades fechadas e isoladas, sem qualquer interação com grupos e instituições externas ao seu contexto. Incoerência, tendo em vista que, embora a comunidade possua uma identidade própria, está, em diferentes níveis, em constante interação com a sociedade. Caminho que na concepção de Fernandes (1973, p. 160) “constitui um erro de perspectiva, que limita a capacidade de observação e deturpa o esforço de análise do investigador”.

Reforça Moreira (1963) que os elementos propulsores das mudanças e transformações inerentes às comunidades, dependem de uma abordagem conceitual-metodológica mais ampla e inclusiva, capaz de analisar micro contextos, considerando-se os fatores provenientes dos contextos macro-sociais. Analogamente, Reiss Jr. (1973), discutindo as falácias ou equívocos evidentes nos Estudos de Comunidades, estabelece que os fenômenos sociais, entendidos como comunidades, são sistemas abertos, em constante interação, com atores sociais externos à sua realidade.

Hutchinson (1958) aponta que tanto em estudos nacionais, como internacionais, a delimitação do objeto de estudo tem a tendência de se tornar um problema a ser resolvido, anteriormente ao início dos estudos. Caracteristicamente, percebe-se a adoção do convívio face a face, como elemento central na determinação do grupo representante de uma comunidade. Contudo, o autor sinaliza que a flexibilidade deve acompanhar a reflexão dos pesquisadores. Principalmente, por serem as relações sociais frutos de um complexo conjunto de fatores que

extrapolam os limites do contato direto, podendo unir meio rural e urbano em uma mesma análise.

Nas reflexões de Wagley (1954) e Nogueira (1955), o espaço físico ou simbólico em que estão inseridos os grupos sociais e se reproduzem as relações de convívio comunitário, representa elemento central na delimitação de uma comunidade, ainda que, conforme destaca Wagley (1954, p. 3), esta área represente “parte integrante de uma sociedade maior e mais complexa”. Portanto, mesmo que inseridos em centros urbanos, a existência de fatores sociais e culturais comuns entre membros de determinados grupos, reforça o sentido de comunidade entre estes, delimitando uma identidade própria, distinguindo-os do todo da sociedade (NOGUEIRA, 1955).

Hutchinson (1958), afastando-se da discussão acerca da conceituação de Comunidade, reforça a importância de delimitar claramente o fenômeno social investigado. Enfatiza o autor que, o essencial nos Estudos de Comunidades não está relacionado ao conceito de Comunidade adotado, embora todos os estudos apresentem-no em suas discussões. Mas sim, no fato de que os agrupamentos humanos são constituídos por um conjunto de elementos que determinam o comportamento dos envolvidos, sendo, portanto, passíveis de investigações. Nesse sentido, cientistas sociais tendem a se ater aos componentes formadores e mediadores das relações, bem como ao modo de condução e organização do cotidiano desses diferentes grupos.

Criticamente, Moreira (1963) aponta que a preocupação com a delimitação do foco de estudo, demonstra uma característica de busca da totalidade nos estudos em Ciências Sociais e Humanas. Para o autor, os pesquisadores têm como propósito a investigação exhaustiva. Buscam delimitar categorias e dimensões de análise, capazes de permitir a replicação do estudo e, assim, a generalização de resultados para o todo. Nesse sentido, há uma tendência em traçar similitudes entre fenômenos sociais de diferentes contextos e culturas, acreditando que, baseados na replicação, os resultados obtidos possam se tornar generalizáveis.

Fenômeno, que embora tenha sido discutido por Moreira (1963), tornou-se comum entre as diferentes pesquisas científicas encontradas, sendo responsável pela promoção de um distanciamento entre as especificidades formadoras e transformadoras, bem como, das riquezas culturais identitárias de diferentes grupos

sociais existentes em distintas regiões brasileiras e a visão dos pesquisadores envolvidos. Riqueza, fruto de uma “diversidade social e cultural muito complexa”, decorrente das “variações devidas ao regionalismo e às diferenças rurais-urbanas e sócio-econômicas” (WAGLEY, 1954, p. 8-9), comuns no Brasil.

A tendência delimitada por Moreira (1963), no que se refere aos Estudos de Comunidades, na área de Ciências Sociais e Humanas, em certa medida, se deve aos fatores tempo e custo. Conforme já discutido, Wagley (1954) observa que, os Estudos de Comunidades, estão envoltos a uma série de complexidades, dentre as quais sobressai a necessidade de aplicação financeira em volume, muitas vezes justificada pelo deslocamento de distâncias, bem como pela manutenção do grupo de pesquisadores, por determinado período, na realidade investigada. Conseqüentemente, o tempo destinado para o planejamento e execução de Estudos de Comunidades também se apresenta como um fator determinante na sua realização.

Contudo, não se pode descartar a questão da representatividade, bem como dos critérios adotados na escolha do fenômeno investigado, conforme discutido por Nogueira (1955) e Ianni (1954). A representatividade de um grupo não estaria relacionada ao número de indivíduos, ou à importância do grupo em relação aos demais, mas ao fato de externar uma situação singular que constitui um fenômeno social passível de análise. Para tanto, duas perspectivas metodológicas se tornam evidentes: definir a comunidade e identificar o problema a ser estudado a partir da própria realidade; ou delimitar o problema de interesse e buscar a comunidade que apresente as características que possam torna-la base para a realização do estudo (NOGUEIRA, 1955; IANNI, 1954).

No entanto, como aponta Wagley (1954) independente do método de investigação adotado, mudanças e transformações, sejam sociais, econômicas, políticas ou culturais, representam o foco central dos Estudos de Comunidades no Brasil. De modo que perceber e compreender elementos que concebem a identidade de uma comunidade, bem como, suas inter-relações e os desdobramentos históricos desses elementos ao longo do tempo, não é tarefa simples. Tal condição reforça o caráter de complexidade atrelado ao Método de Estudos de Comunidades bem como a adoção de Comunidades como objeto de estudos.

Conforme postula Moreira (1963, p. 31), mais do que simples descrição da realidade, os Estudos de Comunidades possibilitam a compreensão “das determinações que, fundamentalmente, definem o sistema social”, percebidos a partir de um fluxo dinâmico de relações que dão significado ao sistema social de diferentes agrupamentos humanos, entendidos como Comunidades (IANNI, 1961).

Retomando as reflexões de Nogueira (1955), a decisão pelo estudo das transformações em determinada comunidade, pode se dar pelo interesse dos pesquisadores em investigar o processo ao longo da história. Assim sendo, opta-se por desenvolver o estudo em uma comunidade que detenha em seu contexto um arcabouço de mudanças significativas ao longo do tempo. Por outro lado, percebendo-se os impactos das mudanças em um grupo, pesquisadores podem se interessar pelo estudo dessa realidade em virtude da forma como o processo ocorreu e o comportamento assumido pelos indivíduos envolvidos, bem como seus desdobramentos e transformações.

Assim, considerando-se a dimensão histórica, Moreira (1963) propõe que a pesquisa de campo seja intercalada com uma pesquisa do passado do grupo, visando elucidar os fatores constituintes das relações sociais vigentes no seu cotidiano. Contudo, mesmo que destacando a relevância da perspectiva histórica para compreensão do modo de vida, organização e produção em Comunidades Tradicionais, Moreira (1963) demonstra sua complacência quanto à metodologia empregada na sua realização, reconhecendo que as fontes de informações com relação ao passado são escassas. Principalmente, com relação aos grupos sociais dominados, cujos registros referentes às suas formas de organização, produção, convívio e comercialização, foram continuamente limitados pelos dominantes.

Desse modo, analisando os Estudos de Comunidades no Brasil até 1950, Nogueira (1955) observou que, embora as pesquisas tenham sido realizadas em grupos distintos três tendências foram constatadas. Assim, a “ênfase aos aspectos locais e atuais, numa exageração do grau de isolamento da comunidade; ênfase ao desenvolvimento histórico, com a consideração simultânea das condições atuais; e estudar a vida social da comunidade e condições ecológicas da região como aspectos interdependentes da realidade” (NOGUEIRA, 1955, p. 102), representam temáticas centrais encontradas pelo autor em sua investigação. Reforça Nogueira

(1955) que não há um padrão de pensamento, pois, em alguns estudos, pesquisadores trabalharam na integração de duas ou mais tendências.

Wirth (1973) enfatiza que a perspectiva de inclusão eminente nas Comunidades, bem como a identidade coletivista que se manifesta entre os indivíduos, representa peça chave na compreensão da atração que os pesquisadores da área de Ciências Sociais e Humanas demonstram pelos estudos desse fenômeno. A sinergia presente nas práticas de organização, produção e comercialização dos indivíduos e o convívio comunitário no trato do cotidiano reforçam a singularidade das comunidades enquanto fenômenos sociais, passíveis de investigação.

Maciver e Page (1973, p. 123), destacaram ainda a “relação existente entre coesão social e área geográfica”, compartilhando, os indivíduos envolvidos, tanto do modo de vida, como da terra e dos meios de produção (MACIVER; PAGE, 1973). Realidade composta por desconhecida diversidade de elementos, que imersos em uma complexa dinâmica de interação, tornam-se ricas fontes de dados para compreensão da constituição, manutenção e reprodução do comportamento humano, social-coletivo. Considerando-se ainda que tais agrupamentos humanos possuem características – valores, princípios e crenças – que refletem uma identidade coletiva cuja gênese remete historicamente a um período humano destituído de interesses economicistas em que as relações sociais e as práticas cotidianas encontraram respaldo na interação homem-natureza, mediada pelo respeito místico.

Assim, diferentemente de áreas como Antropologia e Sociologia, cujo foco central de investigação está relacionado ao processo de interação homem e meio, considerando todos os fatores condicionantes e resultantes dessa relação, bem como os elementos constituintes do comportamento humano, Misoczky e Amantino-de-Andrade (2005, p. 193) apontam que “no Brasil [...] o campo dos estudos organizacionais é dominado pela perspectiva positivista”. Abordagem, em que se percebe, conforme aponta Misoczky (2012) a predominância de estudos inclinados à análise de organizações enquanto instituições formalmente constituídas e racionalmente conduzidas para a consecução de propósitos utilitaristas. Sendo ainda as investigações mediadas, como discutido por Guerreiro Ramos (1989), por um arcabouço teórico limitado e inflexível.

Contexto reforçado historicamente por pressupostos de um mundo moderno, que teriam contribuído para o desenvolvimento e a consolidação do campo de pesquisa em Estudos Organizacionais na área de Administração, com princípios constituídos nas bases de perspectivas clássicas da Economia. Hobsbawm (2000) salienta que o movimento de industrialização no mundo teria contribuído para a solidificação desse modelo dominante – racionalidade instrumental – sendo a moderna empresa o ‘palco’ para sua ascensão na Sociedade de Mercado.

Desse modo, na seara da Sociedade de Mercado o papel de representante formal responsável pela promoção dos pressupostos capitalistas é atribuído às organizações econômicas formalmente estruturadas. De modo que sistemas de produção arraigados a princípios que remetem a um período histórico anterior à industrialização não são reconhecidos pelas instituições públicas ou privadas da Sociedade Industrializada (PIZZA JUNIOR, 2010). Portanto, em função da não rigidez ou padronização na constituição e no modo de atuação das formas não convencionais de organização, estas se posicionam a margem do construto teórico assumido pelo conceito de organização, sendo indicadas como periféricas nos estudos de pesquisadores na área de Administração.

Visando contribuir com o rompimento da hegemonia teórico-conceitual, Pizza Junior (2010, p. 206) salienta que o conceito de organização deve ser ampliado para “abranger todo tipo de ordenamento individual ou grupal destinado a atividades autograticantes ou de caráter beneficente, não necessariamente estruturado de acordo com regras formais”. Analogamente, conforme discute Misoczky (2012), contrapondo o conceito hegemônico de organização, é relevante delimitar que tal conceito reflete um sistema coletivo de produção e reprodução de práticas sociais de vida, guiadas pela liberdade de ação e de expressão (MISOCZKY, 2012), cujo “êxito não é o do meio-fim formal, mas o do pleno desenvolvimento da vida de todos: seu exercício realiza a ação transformadora” (MISOCZKY, 2012, p. 4).

As reflexões acerca do conceito de Organização, visando romper com categorizações atualmente aceitas e continuamente reproduzidas em diferentes estudos, contribuiriam para o reconhecimento da multiplicidade de formas e práticas organizacionais dotadas de singularidades que as tornam distintas entre si, de modo

que a flexibilidade do arcabouço teórico acarretaria em uma compreensão múltipla dos fenômenos sociais da área de Estudos Organizacionais em Administração.

No contexto brasileiro, conforme discutido por Vizeu (2011), a influência dos elementos formadores do patrimônio histórico-cultural sobre o modelo de gestão nacional, demonstram que a herança colonial foi definidora do modelo industrial no país. Reforçado por dois postulados essenciais, o protecionismo político e o oferecimento de privilégios, bem como a figura do patriarca, ao qual se submetia o gestor profissional. Elementos singulares, cuja compreensão, respeitando-se sua construção histórica, demanda dos pesquisadores, abordagens teórico-metodológicas destituídas dos pressupostos assumidos como padrão nas pesquisas da área de Administração.

Vizeu (2008, p. 17) destaca que “no Brasil, pesquisadores locais se deparam com o desafio de entender a singularidade das práticas organizacionais do país, exercidas em um contexto significativamente diverso daquele onde se constitui a grande maioria dos modelos de gestão aqui adotados”. Desafio que se torna diverso, a medida em que o meio rural brasileiro é repleto de manifestações sociais de formas não convencionais de organização e de manutenção do cotidiano, como as comunidades de Babaçuais, Quebradeiras de Coco, Fundos de Pastos, Sistemas Faxinais, Quilombolas, Tribos Indígenas e Comunidades Ribeirinhas de Pescadores que, pelas características singulares, em termos de organização, produção e convívio social, congregam amplas possibilidades de investigação na área de Estudos Organizacionais em Administração.

Contudo, a dificuldade encontrada no campo de Estudos Organizacionais em Administração, inclusive em relação às perspectivas críticas (MIR; MIR, 2012; MISOCZKY; VECCHIO, 2006), com relação a desconstrução de um núcleo teórico conceitual predominante, permitindo a promoção de pensamentos científicos reflexivos e livres, diz respeito, conforme afirmam Misoczky e Vecchio (2006, p. 2) à “incapacidade da maioria de seus personagens de aceitar a provocação para pensar a possibilidade de que possam existir arranjos organizacionais e políticos diferentes dos atuais”. Visão de mundo que, além de legitimar o pensamento científico que, confortavelmente, se apresenta como dominante e hegemônico, reproduz princípios e valores constituídos nas bases de um mundo moderno (MIR; MIR, 2012), cujos

valores e práticas rechaçam a lógica substantiva de vida humana associada, discutida por Guerreiro Ramos (1989).

Assim, o estudo de comunidades organizadas a partir de uma racionalidade substantiva permitiriam a compreensão de modelos de organização correspondentes à identidade cultural na qual se inserem, sendo reconhecidas como representantes de Formas Não Convencionais de Organização. Reflexão apresentada por Misoczky e Amantino-de-Andrade (2005, p. 194) ao afirmarem ser de “grande importância a existência de uma produção acadêmica que contribua para o desafio à ordem dominante”, tendo respeitado a individualidade das pessoas envolvidas, bem como a liberdade de pensamento e ação nas diferentes esferas da Sociedade.

Provocação que, na concepção de Misoczky (2006), perpassa ainda pela análise de um fenômeno comum e específico das populações na América Latina, que seria a organização de movimentos sociais de resistência, destinados à luta por direitos de viver em liberdade. Assim, múltiplas são as experiências de articulação do confronto em diferentes países, sendo comum o sentido coletivo do comportamento dos indivíduos, que buscam garantir direitos sociais, muitas vezes extirpados por organizações capitalistas e pelo governo.

Desse modo, conforme salientam Misoczky, Flores e Böhm (2008, p. 182), “estudiosos críticos das organizações têm como uma das tarefas políticas mais urgentes explorar os processos de organização da resistência e das lutas sociais que tendem a ser ignorados pelo discurso organizacional contemporâneo”. Perspectiva que permite a articulação de abordagens teóricas provenientes de diferentes áreas do conhecimento (ex. Geografia, Sociologia, Antropologia, História, além da própria área de Estudos Organizacionais em Administração), tendo em vista a dinamicidade dos movimentos sociais, bem como, a multiplicidade de práticas coletivistas de organização (MISOCZKY, FLORES; SILVA, 2008). Porém, considerando-se a existência de contribuições e também de limitações em cada uma das diferentes áreas do conhecimento.

Nesse sentido, Misoczky e Vecchio (2006, p. 10) afirmam que:

Precisamos mergulhar em algumas organizações que experimentam formas não-gerenciais de convivência em nosso contexto de formação social periférica, para a partir da vivência dessas práticas, alimentarmos nossas reflexões teóricas e podermos, assim, usar nosso fazer acadêmico como uma contribuição para novos agenciamentos e para a disseminação da esperança.

Diante das reflexões apresentadas, entende-se que as investigações acerca de comunidades tradicionais características do campo de Estudos de Comunidades, representam fenômenos sociais possíveis e relevantes para compor o rol de objetos de análise a disposição de pesquisadores, críticos ou não, no campo de Estudos Organizacionais em Administração. Fenômenos que, em função das características, se tornariam foco de estudos interessados no rompimento com o pensamento científico dominante, reflexo da lógica instituída pela Sociedade Moderna.

Contudo, seria ingenuidade acreditar que a proposta é capaz de romper com a visão acrítica nos Estudos Organizacionais em Administração, embasada nos pressupostos Positivistas, densamente aderidos às estruturas sociais do mundo moderno. O que de fato também não representa o propósito central da presente discussão. A proposta busca fortalecer o movimento intelectual já vigente, endossado pelas reflexões de Misoczky (2006; 2012) e Vizeu (2008; 2011), respaldando-se nas reflexões de Guerreiro Ramos (1989), Polanyi (2000) e Santos (2004), que questiona a supremacia, no Brasil, de análises em torno de organizações formais, desconsiderando formas de organização e gestão não convencionais, particularizadas por contextos sociais singulares.

Finalmente, assume-se a necessidade de rompimento com o pensamento científico alinhado à perspectiva hegemônica do modelo de gestão dominante. Pensamento cujos pressupostos impõem limites às riquezas sociais e culturais, advindas da multiplicidade de saberes e práticas tradicionais, decorrentes dos contextos de comunidades, na medida em que defende a generalização de ideias e pensamentos, direcionados à manutenção de sua lógica utilitarista. Assim, justifica-se a proposição de uma investigação acerca do modo de vida, forma de organização e práticas de produção em Comunidades Tradicionais, como por exemplo nas Comunidades Tradicionais de Faxinais, concebidas historicamente na região Sul do Brasil e atualmente predominantes no Paraná.

2.2 COMUNIDADES TRADICIONAIS

O termo tradicional atrelado às Comunidades Tradicionais conduz a compreensões e reflexões atreladas a ideia de atrasado e antigo, cuja aplicabilidade não encontraria fundamento nos dias de hoje, tendo em vista os desdobramentos de uma sociedade moderna. Nesses termos, o olhar sobre as comunidades tradicionais estaria imbuído de pura admiração de algo que um dia foi predominante no mundo,

sem qualquer possibilidade de aderência no contexto social atual. Assim, a sociedade moderna imprimi uma visão depreciativa das comunidades tradicionais (FARIAS JUNIOR, 2009).

Conforme discute Oliveira (2011), o tradicional, decorrente de diferentes comunidades materializa-se na condução de práticas sociais e de produção, que embora imbuídas de elementos culturais arraigados às origens do grupo e alinhadas a conhecimentos e saberes compartilhados que dignificam a identidade coletiva, se transformam e evoluem de acordo com os interesses e necessidades dos indivíduos, enriquecendo-se com novas práticas e instrumentos. Costa Filho, Almeida e Melo (2009, p. 4) enfatizam que:

Quanto ao sentido de tradição, percebemos que o que é tradicional não são os conhecimentos ou as práticas em si, mas a maneira de produzi-los e utiliza-los. Nesse sentido, a tradição é um processo e um laboratório coletivo. Os conhecimentos são materializados em dispositivos de ação, em regras, em normas, em formas de reconstruir a natureza.

Nesse sentido, em função de suas particularidades – modo de vida coletivo e solidário, uso comum da terra e dos fatores de produção, bem como a interação harmônica com os recursos naturais – comunidades tradicionais passaram a ser observadas de forma mais detalhada por pesquisadores, por representantes públicos e por indivíduos da sociedade que compartilham de seus princípios e valores (TERRA; DORSA, 2011), ou que de certa forma se inspiram, assumindo em seu cotidiano práticas atribuídas às comunidades tradicionais.

No Brasil essa aproximação é múltipla, tendo em vista que o meio rural brasileiro é composto por uma diversidade de etnias. Cada qual com uma dinâmica específica, tendo princípios e valores culturais como fatores essenciais na conformação de práticas sociais e ambientais, ligadas à conservação e manutenção da biodiversidade (MAFRA; STADTLER, 2007; ABIRACHED; BRASIL; SHIRAISHI, 2010; GRZEBIELUKA, 2012). Fatores que refletem ainda na adoção de práticas de produção para subsistência, sendo autodeterminado por esses povos limite adequado na produção, que reflete na manutenção de uma lógica tradicional de trabalho e de relações sociais, distanciadas da lógica de mercado vigente.

Almeida (2007, p. 16) enfatiza que “a heterogeneidade aponta para diferenciações sociais, econômicas e religiosas entre esses povos”. Contudo o autor

observa que mesmo distintos e distantes, representam significativa unicidade de propósitos, tendo em vista os “critérios político organizativos e por modalidades diferenciadas de uso comum dos recursos naturais” (ALMEIDA, 2007, p. 16). Essa diversidade cultural pode ser traçada como resultado da colonização do Brasil, que historicamente esteve concentrada no eixo Sul e Sudeste. Criando-se áreas no interior do país, que foram palco da consolidação de comunidades tradicionais compostas por indivíduos, que muitas vezes tiveram seus bens, patrimônios ou recursos expropriados por colonizadores, ou ainda, investiram fugas dos meios de produção nos quais eram explorados sem qualquer manifestação de respeito ou conservação de suas identidades.

Aspectos reforçados por Grzebieluka (2012) ao destacar que o relevo e as densas florestas que ligavam o litoral ao interior foram determinantes na consolidação das comunidades tradicionais no Brasil. Inibiam as investidas de desbravadores na busca por novas terras produtivas e tornavam-se barreiras ao processo de comunicação, muitas vezes responsável pela propagação da ideologia de uma Sociedade de Mercado. Como por exemplo os remanescentes de Quilombos, que se localizavam em territórios isolados em terras livres, que foram ocupadas em função da inexistência de proprietários (ANDRADE; ESTEVES; QUEIROZ, 2010).

Assim, cada grupo possui características específicas que os distinguem entre si, desdobrando-se em uma multiplicidade de territórios tradicionais (OLIVEIRA; BLOS, 2012). Contextos em que as relações sociais e o modo de organização do cotidiano de vida são guiados por uma lógica própria. Lógica inserida em um sistema complexo de reprodução de valores, princípios e costumes decorrentes da identidade do grupo (PEREIRA JUNIOR, 2011), que contribuiria para a sobrevivência de diferentes comunidades tradicionais, desafiando os ditames impostos pelo mundo moderno.

Desse modo, é possível perceber que os conhecimentos específicos atrelados às comunidades tradicionais, bem como crenças e costumes, elevam as mesmas ao status de patrimônio histórico/cultural (GRZEBIELUKA, 2012), enquanto representantes da riqueza e da diversidade sociocultural de um país. Especificamente, têm-se as diferentes etnias indígenas que tiveram influência na cultura brasileira, contribuindo, significativamente, com movimentos de arte, dança,

música, folclore, culinária, vestuário e linguagem (TEIXEIRA; SANTOS; OLIVEIRA, 2009).

Portanto, para a análise das comunidades tradicionais, torna-se relevante considerar, que a inserção de práticas capitalistas no contexto socioeconômico desses grupos, além de provocar disparidades em termos de esgotamento dos recursos ambientais disponíveis, influencia, de certo modo, no relacionamento entre os indivíduos, bem como no modo de produção (OLIVEIRA, 2011). Percebe-se ainda uma inversão da lógica vigente, que questiona princípios e valores reproduzidos pela comunidade, oferecendo-lhe um emaranhado de atrativos mercadológicos, que ao seduzir parte da população, enfraquece a sinergia e a identidade do grupo.

Como exemplo, destaca-se o caso de famílias de pescadores a partir dos estudos de Oliveira (2011), em que membros foram obrigados a aceitar postos de trabalhos em frotas de pesca industrial. Em função da extinção de peixes em áreas antes dominadas pela prática da pesca artesanal, pessoas substituíram seus conhecimentos tradicionais, acerca da atividade, por procedimentos padrões, tecnologicamente desenvolvidos. Relação que muitas vezes obriga os indivíduos das comunidades tradicionais a abandonarem seus territórios e sucumbir às práticas das organizações, representantes de uma sociedade capitalista. A força de trabalho, antes tida como meio de sobrevivência, aplicada na transformação da natureza em produtos e artefatos de subsistência, se torna moeda de troca no mercado.

Nesse sentido, a igualdade em termos econômicos, sociais, políticos, culturais e religiosos, define os limites de uma comunidade tradicional de fato. Em que o compartilhamento e a ação coletiva se constituem em valores corriqueiros que determinam as práticas dos indivíduos no cotidiano de um grupo (MINDLIN, 1984).

Na sequência são descritos seis tópicos destinados à caracterização e análise teórica do tema Comunidades Tradicionais, de modo que ao final do subcapítulo se perceba a delimitação de um fenômeno social, assumido no estudo como realidade cuja lógica de constituição e manutenção diverge dos pressupostos reproduzidos pela Sociedade de Mercado. Para tanto, o texto envolve a apresentação de conceitos, características, princípios essenciais, práticas de organização, gestão e produção, relação com a natureza e fatores que têm levado historicamente diversos grupos à desarticulação.

2.2.1 Elementos Definidores e Caracterizadores

Historicamente, a definição do termo comunidades tradicionais foi tratada informalmente por pessoas e instituições de acordo com os interesses manifestados em relação a diferentes agrupamentos humanos. Portanto, a multiplicidade de conceitos tornou-se comum. Fato que dificultou a construção de um alinhamento de ideias referentes ao significado de comunidade tradicional.

O meio acadêmico foi responsável por parte dos conceitos apresentados, embora nesse campo, a diversidade de pensamento também se faz presente. Na sociedade em geral, principalmente em termos de instrumentos políticos e regulatórios, grupos étnicos foram mantidos alheios ao núcleo central da vida moderna. Essencialmente, pelo fato de que as características de tais grupos chocavam-se às propostas progressistas de desenvolvimento, presentes no discurso dominante.

Assim, considerando a multiplicidade de elementos relacionados à delimitação conceitual das comunidades tradicionais, na sequência é apresentada uma discussão, a partir de diferentes autores, que resgata os elementos centrais na definição e caracterização desses fenômenos sociais.

Partindo-se do aparato legal vigente destaca-se, que a legislação brasileira estabeleceu legalmente, pelo Decreto Presidencial n. 6040 de 07/02/2007, a definição de povos e comunidades tradicionais. Por meio do Artigo 3 do documento, povos e comunidades tradicionais, que até então viviam na invisibilidade do sistema social, econômico e político, passam a ser definidos como:

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007, p. 1).

A OIT propôs em junho de 1989 a Convenção n. 169 destinada aos povos indígenas e tribais, descrevendo uma série de características correspondentes ao cotidiano cultural dessas populações. Delimitou ainda a postura a ser seguida, bem como os aspectos a serem observados com respeito ao tratamento dado aos povos indígenas e tribais (OIT, 2011). Para tanto, reconhecem “as aspirações desses povos de assumir o controle de suas próprias instituições e formas de vida e de seu

desenvolvimento econômico e de manter e fortalecer suas identidades, línguas e religiões” (OIT, 2011, p. 13).

Por meio de um Manual de Operações, o Banco Mundial apresentou, em setembro de 1991, a Diretiva Operacional n. 4.20. O documento composto por cinco páginas, apresentava as políticas e os procedimentos a serem seguidos pela instituição em relação aos projetos relacionados às populações indígenas (BANCO MUNDIAL, 1991). Nesse sentido, constata-se, que a denominação apresentada pela Normativa Federal de 2007 alinhou-se à proposta já retratada em 1991 pelo Banco Mundial e em 1989 pela Organização Internacional do Trabalho – OIT, ampliando seu foco para outras etnias além da indígena.

Diegues (2000) destaca que a Diretiva Operacional n. 4.20 já representava uma visão diferenciada, por promover a substituição do termo ‘povos tribais’ por ‘povos nativos’, embora aglutinando, na visão do Banco Mundial, “populações indígenas”, “grupos tribais” e “tribos inventariadas”, como “grupos sociais detentores de uma identidade social e cultural diferente da sociedade dominante” (BANCO MUNDIAL, 1991, p. 1). Embora não tenham se preocupado com as especificidades étnicas entre os diferentes grupos tradicionais existentes, o conceito assumido se aplicaria a aqueles povos que vivem em áreas geográficas particulares que demonstram, em vários graus, as seguintes características comumente aceitas:

- (a) estreita vinculação a territórios ancestrais e recursos naturais nessas áreas; (b) auto-identificação e identificação por parte de outros como membros de um grupo cultural distinto; (c) um idioma indígena, muitas vezes diferente da língua nacional; (d) presença de instituições sociais e políticas costumeiras; e (e) produção orientada primariamente para a subsistência (BANCO MUNDIAL, 1991, p. 1).

Guiados por certa disfunção conceitual, Costa Filho, Almeida e Melo (2009) enfatizam, que o termo comunidades tradicionais, embora represente grupos sociais historicamente residentes em diferentes regiões, teve seu conceito construído e legalmente formalizado recentemente. Fato que se deu em decorrência dos debates ambientais envolvendo a delimitação das Unidades de Conservação e das Áreas Especiais de Uso Regulamentado. Áreas em que, normalmente encontravam-se territórios de comunidades tradicionais Indígenas, Faxinalenses, Quilombolas, Extrativistas e Pescadores, cujo cotidiano estava atrelado ao uso desses espaços.

O Decreto Presidencial n. 6040 de fevereiro de 2007 delimitou ainda os contornos dos territórios tradicionais, que a partir dos relatórios da Política Nacional de Povos e Populações Tradicionais e da Comissão Nacional de Povos e Populações Tradicionais, foram reconhecidos como: i) Terras Indígenas; ii) Territórios Quilombolas; iii) Reservas Extrativistas; e iv) Reservas de Desenvolvimento Sustentável (ABIRACHED; BRASIL; SHIRAIISHI, 2010). Contudo, considerando-se a multiplicidade de comunidades tradicionais encontradas no Brasil, é relevante questionar a validade da presente delimitação legal, tendo em vista a possibilidade de exclusão de algumas etnias, por não se identificarem com as características assumidas pela classificação dos quatro territórios tradicionais reconhecidos.

Portanto, “a auto-identificação, o ‘reconhecer-se como pertencente’, é uma das mais importantes características para o reconhecimento destas comunidades enquanto povos tradicionais” (DIEGUES; VIANA, 2004, p. 87-88). Indígenas, Quilombolas, Fundos de Pastos, Benzedeiras, Sistemas Faxinais, Pescadores Artesanais, Extrativistas, Quebradeiras de Babaçu e Ribeirinhos representariam povos e comunidades tradicionais, que possuem diversidade de elementos constituintes, como cultura, práticas, crenças, língua, modo de vida e relação com a natureza e com o território. Fatores determinantes da heterogeneidade desses grupos, distinguindo-os dos demais contextos sociais.

Desse modo, diferentes agrupamentos humanos podem ser conceituados como comunidades tradicionais por apresentarem características que os distinguem das normas gerais da sociedade moderna. São reconhecidos como “grupos sociais portadores de identidade étnica e coletiva” (SHIRAIISHI NETO, 2007, p. 25). Porém, é importante ressaltar, conforme aponta Little (2002, p. 23), que o “conceito de povos tradicionais contém tanto uma dimensão empírica quanto uma dimensão política, de tal modo que as duas dimensões são quase inseparáveis”. Dimensões que nos dias de hoje tornam-se primordiais, em função da busca das comunidades tradicionais pela manutenção de uma identidade singular.

Diegues (2000) reforça ainda que, na dimensão marxista, as comunidades tradicionais representariam o berço de elementos culturais que caracterizam um modo de produção particular, símbolo de uma sociedade pré-capitalista. Embora se perceba uma aproximação dos atores sociais com o mercado, comunidades

tradicionais buscariam, por meio de uma identidade coletiva, não sucumbir aos ditames da proposta capitalista.

Entende-se que a análise das comunidades tradicionais exige a compreensão da prática atrelada a um contexto com especificidades particulares. Principalmente em relação ao manejo dos recursos naturais e à manutenção de princípios culturais e sociais, coletivamente compartilhados, elementos que regem as ações práticas dos indivíduos no cotidiano do grupo. Constituem uma produção de subsistência, destinada à manutenção da sobrevivência das famílias, sem intenção de mercantilização, cuja natureza se torna fator preponderante para sua ocorrência, em função do respeito dos indivíduos aos ciclos naturais (DIEGUES, 1983; 2000). Trabalho, que nas comunidades tradicionais, é tido como dom, sendo aplicado na manutenção da vida humana associada, condicionado a princípios e valores compartilhados por todos os membros do grupo.

Com base em seus pressupostos, Diegues (2000, p. 21-22), define um conjunto de fatores que caracterizam as comunidades tradicionais, que são:

a) pela dependência frequentemente, por uma relação de simbiose entre a natureza, os ciclos naturais e os recursos naturais renováveis com os quais se constrói um modo de vida; b) pelo conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos que se reflete na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais. Esse conhecimento é transferido por oralidade de geração em geração; c) pela noção de território ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente; d) pela moradia e ocupação desse território por várias gerações, ainda que alguns membros individuais possam ter se deslocado para os centros urbanos e voltado para a terra de seus antepassados; e) pela importância das atividades de subsistência, ainda que a produção de mercadorias possa estar mais ou menos desenvolvida, o que implica uma relação com o mercado; f) pela reduzida acumulação de capital; g) importância dada à unidade familiar, doméstica ou comunal e às relações de parentesco ou compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais; h) pela importância das simbologias, mitos e rituais associados à caça, à pesca e a atividades extrativistas; i) pela tecnologia utilizada que é relativamente simples, de impacto limitado sobre o meio ambiente. Há uma reduzida divisão técnica e social do trabalho, sobressaindo o artesanal, cujo produtor (e sua família) domina o processo de trabalho até o produto final; j) pelo fraco poder político, que em geral reside com os grupos de poder dos centros urbanos; l) pela auto-identificação ou identificação pelos outros de se pertencer a uma cultura distinta das outras.

A delimitação das comunidades tradicionais é retratada ainda por autores como Arruda (1999), Ramos (2010), Oliveira e Blos (2012) e Montenegro (2012), que

atribuíram a tal fenômeno social a prática de atividades produtivas direcionadas à subsistência, conduzidas de forma coletiva pela família, que representa o elemento central na delimitação das comunidades tradicionais, pois implica no uso consciente dos recursos naturais, na ocupação do território, condicionada às características físicas do mesmo, no distanciamento das relações comerciais, comumente provenientes da Sociedade de Mercado e no fortalecimento das relações sociais. Nessa reflexão, Montenegro (2012) enfatiza que tradição, autodefinição e território apresentam-se, de forma articulada, como elementos essenciais para a compreensão das comunidades tradicionais.

Tradição, entendida não como algo arcaico que remete a um período antigo e estático do grupo, mas, como à produção e reprodução de elementos culturais responsáveis pela construção de uma identidade coletiva que caracteriza as especificidades de uma comunidade, guiando suas práticas no sentido de garantir que seu modo de vida seja mantido e respeitado (MONTENEGRO, 2012). Tomando como exemplo o estudo de Oliveira (2005), ao investigar o cotidiano de uma tribo indígena no interior de Santa Catarina, teria constatado que “a identidade é construída de acordo com os contextos históricos que o grupo vivencia” (OLIVEIRA, 2005, p. 74), em que são articulados artefatos, atores sociais e instituições do passado e do presente (OLIVEIRA, 2005).

Contexto em que a autodefinição, apontada por Montenegro (2012) como central no processo de delimitação das comunidades tradicionais, representaria a forma de se relacionar com a terra e com a natureza, os relacionamentos e a organização social do grupo, crenças, costumes, mitos e simbologias, instituindo uma condição que representa a percepção dos próprios indivíduos.

Conseqüentemente, o território se apresenta como um mecanismo de continuidade e identidade entre os membros do grupo. Possibilita que, mesmo com a evolução da sociedade, a comunidade se mantenha coesa, transformando-se alinhada aos contornos culturais de sua origem. O território, enquanto espaço simbólico de promoção da tradição, identidade e autodefinição de uma comunidade tradicional, insere-se na dinâmica social em um movimento recursivo, reconstruindo-se a partir de demandas internas e pressões externas, respeitando, contudo, a identidade cultural da comunidade (OLIVEIRA; BLOS, 2012; MONTENEGRO, 2012).

Cabe destacar que esses elementos não são estáticos. Oliveira e Blos (2012) enfatizaram que o modo de vida particular encontrado em comunidades tradicionais, caracterizado pela promoção do equilíbrio entre as dimensões social, econômica e ambiental, ao longo dos anos tem se distanciado de sua identidade originária, em função da aproximação com as relações sociais provenientes da Sociedade de Mercado, cujo princípio central é o interesse utilitarista.

Contudo, é visível o movimento de resistência dos povos tradicionais que buscam manter intactas suas características culturais manifestadas no modo de produção para subsistência, tendo a terra como um bem comum e respeitando os limites da biodiversidade. Características que se posicionam contrárias às organizações formais, que guiadas pela lógica dominante de acumulação de capital têm no uso da terra uma fonte de recursos para a promoção de seus interesses. Além de assumirem a perspectiva de exploração e descarte de áreas ineficientes e aquisição indiscriminada de territórios.

Percebe-se, que a denominação populações, povos e comunidades tradicionais, por legisladores, pesquisadores e a sociedade em geral, muitas vezes remetem a uma série de significados difusos, cujas especificidades inerentes a cada grupo tende a se confluir em uma categorização homogeneizadora, enfraquecendo a identidade de cada conjunto social. Para tanto, Grzebieluka (2012) pontua, que em função da diversidade cultural as comunidades tradicionais, enquanto objetos de estudos, necessitam ser investigadas considerando-se suas singularidades e suas identidades individuais.

2.2.2 Memória, Oralidade, Conhecimentos e Práticas Tradicionais

A memória coletiva representa um elemento na construção do sentimento de pertencimento com o espaço geográfico em que se insere a comunidade tradicional. A memória, tanto em termos de conhecimentos e práticas, quanto costumes e valores, tende a ser reproduzida e transmitida oralmente entre gerações, solidificando os elementos culturais responsáveis pela autorregulação e organização do grupo (BRANDT; NODARI, 2011). Normas que são de propriedade coletiva, não passíveis de apropriação individual (BATISTA, 2005; VALENTIM; TRINDADE, 2011).

Nesse contexto, a oralidade pode ser entendida como o mecanismo central na transmissão de conhecimentos, que constituem a sabedoria acumulada ao longo

dos anos, por meio das experiências vivenciadas e compartilhadas pelos atores sociais. Esse saber fazer diz respeito às técnicas de produção agrícola, à confecção de ferramentas e equipamentos necessários ao dia a dia, ao domínio dos ciclos da natureza, que influenciam diretamente as práticas de plantio, e a aspectos ligados à religião e saúde (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2009).

A oralidade caracteriza-se ainda como o elo de ligação entre o passado e o presente. A prática de transmissão dos conhecimentos entre diferentes gerações de um povo, permite não só promover a adoção dos costumes e tradições desse povo (TERRA; DORSA, 2011), mas principalmente, reforçar a identidade coletiva. Porém, como mecanismo responsável pela transmissão de conhecimento, Toledo e Barrera-Bassols (2009) reforçam que a oralidade, depende da qualidade dessa transmissão. Subordina-se à proximidade entre os indivíduos envolvidos, tendo em vista que o contato direto entre o detentor do saber e o sujeito que recebe esse conhecimento, determina seu compartilhamento.

Como exemplo, com base nos relatos narrados por moradores de antigas comunidades, Brandt e Nodari (2011) perceberam, que na dinâmica de vida da população cabocla, práticas lúdico-religiosas, de compadrio e de auxílio mútuo, além da criação conjunta de animais se constituem em atributos da memória coletiva, que davam significado ao sentimento de pertencimento ao território e ao modo de vida.

Nesse sentido, o modo de vida e de organização das comunidades tradicionais torna-se essencial para a promoção do diálogo entre os sujeitos (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2009). Matta (2010) reforça que o saber tradicional, elemento que diferencia o modo de vida das comunidades tradicionais e o sistema de produção da sociedade capitalista, é construído continuamente em um processo de investigação prática mediado pela observação e a experiência vivida. Fatores que são reforçados por ações realizadas no passado, inerentes à realidade local (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2009), cujo significado mantém-se historicamente no cotidiano de grupos.

Considerando-se a diversidade de comunidades tradicionais urbanas ou rurais, Dourado (2010) enfatiza, que o termo 'conhecimento tradicional' apresenta múltiplos significados. Polissemia que estaria relacionada às especificidades de cada agrupamento humano, refletindo valores, costumes e identidade próprios. Ainda que

se apresente múltiplo, é notável sua manifestação no cotidiano das comunidades tradicionais.

Conforme observam Toledo e Barrera-Bassols (2009), nas comunidades tradicionais os indivíduos possuem o que pode ser denominado de 'catálogo de conhecimento', um conjunto de saberes sobre diferentes questões, construído historicamente, atrelado ao cotidiano e condicionado à identidade cultural da comunidade (MIGUEZ; FRAXE; WITKOSKI, 2007; MATTA, 2010; SILVESTRE; MOREIRA, 2011). Reconhecidos como patrimônio cultural de um povo, preservados e transmitidos entre gerações (VILCAPOMA, 2010), sendo ampliados cotidianamente pelas experiências vivenciadas pelos membros do grupo.

Parte desses conhecimentos, se alinham à visão de mundo de membros das comunidades, em que o respeito ao ser humano e a natureza são preponderantes. O isolamento geográfico dos povoamentos, muitas vezes, reforça a construção de um saber condicionado aos recursos disponíveis e às características físicas do solo e vegetação (GRZEBIELUKA, 2012). Contudo, representa um conhecimento que não só se condiciona aos fatores físicos, mas estaria intimamente alinhado a elementos sociais e culturais. Conhecimento, cuja riqueza e diversidade, conforme apontam Mendonça et al. (2007, p. 96), justifica-se por ser "um saber alicerçado na vivência dos indivíduos, nas suas relações pessoais, sociais e também com o ambiente. Pode-se afirmar que o conhecimento tradicional é fruto do trabalho e das descobertas de um grupo".

Analogamente, Saldanha (2005) aponta que o conhecimento prático adquirido a partir da experiência vivida pelos membros de um grupo, torna-se saber tradicional a partir de sua acumulação e transmissão entre as várias gerações da comunidade, tendo como elementos centrais de sua produção, a intuição, a percepção e a vivência (CHIMALLI; BATITUCCI, 2011). Mendonça et al. (2007) descrevem, que as relações de parentesco, em primeira instância, configuram mecanismo de transmissão e reprodução do conhecimento acumulado por uma comunidade. O convívio diário permite ainda que esse conhecimento seja consolidado de forma coletiva no grupo.

A observação, reprodução e codificação da prática tornam-se conhecimento com sua acumulação e compartilhamento entre os membros do grupo, sendo

projetado, conforme apontam Toledo e Barrera-Bassols (2009), em duas dimensões: espaço e tempo.

Espacialmente, representa a projeção conquistada pelo saber tradicional, podendo se estender, após exposto pelo indivíduo, desde o ambiente familiar, a comunidade a qual esse indivíduo pertence e ainda a sociedade na qual a comunidade se insere. A apreensão, aceitação e reprodução desse conhecimento porém, está relacionada aos aspectos subjetivos de cada indivíduo por ele atingido, bem como, o papel dos mesmos na organização e estrutura da comunidade, condicionando-se à identidade coletiva (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2009).

Em termos históricos, dimensão tempo, o conhecimento tradicional, dominado por um indivíduo, manifesta-se a partir da articulação de três princípios, que de acordo com Toledo e Barrera-Bassols (2009, p. 35-36) são:

i) a experiência historicamente acumulada e transmitida por meio de gerações por uma cultura rural determinada; ii) a experiência socialmente compartilhada pelos membros de uma mesma geração (ou um mesmo tempo generacional); e iii) a experiência pessoal e particular do próprio produtor e sua família, adquirida pela repetição do ciclo produtivo (anual) paulatinamente enriquecido por variações, eventos imprevistos e surpresas diversas.

Desse modo, o conjunto de conhecimentos se manifesta pelo respeito às limitações da biodiversidade, levando-se em consideração a capacidade de regeneração de plantas e animais, haja vista a continuidade do uso para a manutenção da comunidade (DIEGUES, 2000). Reconhecidos ainda, conforme aponta Vilcapoma (2010), como imateriais, cujo sentido está atrelado à “manifestação da cultura, capacidade criadora nos âmbitos espirituais, emocionais, materiais e nos ciclo de vida” (VILCAPOMA, 2010, p. 50). Portanto, mais do que a simples experiência de saber fazer, por meio de princípios, crenças, símbolos e valores, socialmente compartilhados, conhecimentos tradicionais reforçam a formação histórica do grupo e conferem significado ao sentido de comunidade (DIEGUES, 2000).

Conhecimentos que, na concepção de Farias Junior (2009), não se limitam às necessidades de subsistência do povo, mas se estendem às inter-relações e interdependência entre os diferentes elementos da biodiversidade, bem como, da relação homem-natureza.

Brandenburg (2010) reconhece nesse contexto o domínio de conhecimentos atrelados às leis naturais, integrando os ciclos ecológicos com as ações dos indivíduos, de forma que não se prejudique a manutenção ou reprodução do meio ambiente, bem como as atividades de subsistência dos membros da comunidade. Fatores reconhecidos nas discussões de Martins (2010a) acerca do saber tradicional das quebradeiras de coco babaçu na Amazônia, que fazem uso da madeira descartada pelos grandes fazendeiros para produzir o machado, instrumento aplicado na atividade produtiva, que assegura “a autonomia econômica e a persistência identitária” (MARTINS, 2010a, p. 40).

Do mesmo modo, o conhecimento das comunidades tradicionais acerca das principais espécies de animais, aves, plantas e árvores que são alvo da exploração excessiva do homem pode contribuir para práticas de preservação adequadas às diferentes realidades do campo. Uma vez que essas comunidades, com o domínio de um saber prático, defendem princípios de um manejo sustentável dos fatores da natureza (CHIMALLI; BATITUCCI, 2011). Conhecimento que se distingue da ciência moderna por não se preocupar em separar o saber da cultura. Sua ação se limita em conceituar e explicar a realidade de fenômenos sociais nos limites de seu território (PANTOJA; MATTOS, 2012).

Como ilustração destaca-se ainda o estudo de Silvestre e Moreira (2011), que ao investigarem as práticas desenvolvidas na agricultura pelos membros da comunidade de Caiana dos Crioulos, comunidade quilombola localizada no estado da Paraíba, observaram a importância da transmissão de conhecimentos entre pais e filhos, tendo em vista que o saber fazer na atividade agrícola desse povo, envolve até mesmo o uso de ferramentas rústicas e reflete uma perspectiva de sustentabilidade no uso da terra e do meio ambiente. O conhecimento tradicional, produzido e reproduzido pela tradição, costumes e memória, permite que as práticas de cultivo do grupo sejam adaptadas às características específicas das áreas destinadas às plantações.

Assim, o predomínio de uma economia de subsistência em detrimento da lógica dominante de mercado possibilitou que o grupo mantivesse um processo contínuo de aprendizagem, tendo como foco a difusão dos conhecimentos tradicionais, amparada pela observação e pela experiência vivida. Indivíduos são levados a reproduzir as práticas de cultivo, que, historicamente, fizeram parte do

modo de produção da comunidade, reforçando a identidade coletiva do grupo (SILVESTRE; MOREIRA, 2011).

Portanto, a identidade coletiva dos Caianenses pode ser entendida como pilar de um movimento de resistência em que lutam contra a adoção de práticas, ferramentas e tecnologias advindas da sociedade moderna, pela possibilidade de serem ceifadas as tradições ancestrais responsáveis pela caracterização da comunidade. Reflexão, que pode ser atribuída a outras comunidades tradicionais, considerando-se o avanço da modernidade e do progresso.

2.2.3 Organização e Gestão do Cotidiano Comunitário

A auto-organização e autorregulação das comunidades tradicionais estão atreladas à riqueza da biodiversidade encontrada em seus territórios. As características de relevo e vegetação, bem como a disponibilidade de recursos ambientais e animais possibilita, que os indivíduos estabeleçam uma dinâmica de vida comunitária, obtendo na natureza os fatores necessários para a sobrevivência. A gestão coletiva desses recursos torna-se então a base da auto-organização e da autorregulação (COLAÇO; SPAREMBERGER, 2010). Características cujo significado está atrelado “a existência de coesão social nas relações estabelecidas por seus membros garante a organização social, evidenciada pela estreita ligação dos laços pessoais e pela constituição de uma rede de relações econômicas, sociais e culturais” (RAMOS, 2010, p. 4).

Coesão, característica essencial para a formação e configuração de comunidades tradicionais, estaria relacionada a fatores como grau de parentesco, formação e difusão de mitos, crenças religiosas, origens étnicas, ou ainda situações de conflitos em comum, vivenciadas pelos membros do grupo. Tais fatores, além de caracterizar a origem da comunidade, tendem a balizar práticas sociais, de produção e de comercialização entre membros (MINDLIN, 1984; SANTOS, 2009), constituindo código de ética e conduta, específicos do grupo, que o distingue de outras comunidades tradicionais (SANTOS, 2001a), com reflexo na determinação do comportamento dos indivíduos.

Desse modo, a gestão coletiva de bens comuns manifesta-se no contexto de comunidades tradicionais a partir dos princípios de comunhão e partilha, corporificado nas relações sociais entre indivíduos de um grupo. Os fatores

normativos responsáveis pela efetivação dos propósitos coletivos estão amparados em valores éticos e morais (SCHMITZ; MOTA; SILVA JÚNIOR, 2009). Santos (2001) constata ainda, que condições de escassez e limitações de acesso a recursos necessários à sobrevivência, promovem práticas de solidariedade aproximando pessoas distintas, com o propósito comum de fomentar a produção, elevando a independência coletiva advinda de um sistema comunitário de subsistência.

Analogamente, no sistema de trabalho predomina a prática de atividades artesanais e de subsistência. O sujeito, individual ou coletivamente, atua ativamente em toda a extensão das tarefas. O domínio do processo torna-se possível pela apreensão de um amplo conjunto de conhecimentos, a partir da vivência prática no cotidiano da comunidade, muitas vezes transmitido pelos mestres mais antigos do grupo (ANDREOLI, 2009).

Tarefas, que Pereira Junior (2011) identificou serem claramente distribuídas entre homens e mulheres, ao analisar a produção de louça em uma comunidade no Maranhão. O autor reforça que o grupo de pessoas envolvido na produção, exclusivamente as mulheres, trabalha em sistema de turnos diários. Mesmo não estando todas juntas rotineiramente, o conhecimento acumulado acerca da louça é compartilhado coletivamente. Na concepção das moradoras, tal conhecimento não lhes pertence, mas sim, é um patrimônio da comunidade, acumulado historicamente, muitas vezes aplicado na realização de tarefas coletivas.

Essa solidariedade em termos de colaboração nas atividades de produção é denominada de mutirão, ou em outros contextos de puxirão. Prática comum em comunidades tradicionais do Brasil em que grupos se organizam para colaborar nas atividades produtivas ou de manutenção. Para tanto, é fixado um calendário de ação, em que a família recebe, de acordo com suas prioridades, o apoio dos demais membros da comunidade, reforçando princípios de solidariedade, ajuda-mútua, dádiva e cooperação, guiados por uma racionalidade substantiva da ação humana.

Ao investigar uma comunidade na Amazônia, Oliveira (2008, p. 97) aponta, que “os laços de solidariedade e de coesão social ocorrem a partir do uso comum dos recursos”. Assim, no contexto ribeirinho da Amazônia, o modo de produção de comunidades tradicionais está atrelado a atividades agrícolas, extrativismo vegetal, para fins alimentícios, medicinais e artesanais, e animal, com a criação de animais de pequeno porte e pesca. Propósito relacionado à subsistência, troca entre

indivíduos de um mesmo grupo ou de grupos próximos e, sem a intenção de lucro, a venda do excedente nos comércios locais (MIGUEZ; FRAXE; WITKOSKI, 2007). Atividade que embora possa ser traduzida em uma prática de mercado, muitas vezes contribui para a sobrevivência de famílias cuja produção se apresenta escassa e os recursos limitados.

Também investigando comunidades tradicionais da Amazônia, Ribeiro et al. (2007) perceberam, que o extrativismo de madeira, frutas e plantas medicinais, a captura e a caça de animais diversos, bem como a pesca, são realizadas cotidianamente nesses grupos. Destacam ainda os autores, que a subsistência é o princípio central que conduz essas práticas, sendo resguardados, para tanto, os cuidados necessários com a preservação dos recursos naturais disponíveis nas regiões investigadas. O distanciamento das relações comerciais contribui ainda para a manutenção da lógica de subsistência responsável pelo uso consciente da fauna e da flora. Diegues (1998) observa, que práticas de gestão conduzidas por comunidades tradicionais nas florestas e ambientes aquáticos colaboram com a manutenção e reprodução de plantas e animais.

Em outro estudo, Chimalli e Batitucci (2011) analisaram as práticas de uma comunidade tradicional, que em virtude das características da sociedade em seu entorno, acesso difícil e inexistência de instituições de saúde, especializou-se na produção e uso de plantas medicinais para a prevenção e tratamento de enfermidades. No mesmo sentido, Lopes (2010) havia se dedicado ao estudo do conhecimento etnobotânico de uma comunidade quilombola, do interior do Paraná. Em seu estudo, verificou que o grupo conhece “112 espécies de vegetais, distribuídas em 9 categorias de uso, com destaque para o uso terapêutico das espécies” (LOPES, 2010, p. 123). A amplitude desse conhecimento pode ser percebida na prática de prevenção e tratamento humano utilizadas pelo grupo (LOPES, 2010).

No entanto, os resultados obtidos no estudo de Chimalli e Batitucci (2011) evidenciaram, que a comunidade, ao longo dos anos, se deparou com a escassez de recursos naturais – determinada pelo reduzido número de algumas espécies e pelo uso de partes essenciais de outras –, vendo-se obrigada a desenvolver práticas de conservação das espécies remanescentes, bem como agregar novas espécies de plantas ao uso cotidiano do grupo.

Assim, Oliveira (2008) destaca, que o processo de desagregação de muitas comunidades tradicionais promove a quebra do elo de ligação entre passado e presente. Os mais velhos, detentores de conhecimentos sobre a natureza e práticas cotidianas, que acompanham o grupo historicamente, são afastados dos mais jovens, que seriam os responsáveis por manter vivos valores, tradições e costumes. A identidade do grupo se perde por não ser transmitida. Em certa medida esses fenômenos são potencializados pela ação do modelo de organização dominante vigente na Sociedade de Mercado, promotora de princípios homogeneizadores.

Guarim (2000) observa, que muitas práticas e saberes tradicionais têm sido substituídos por programas políticos, tidos como promotores do desenvolvimento e do progresso, colocando em risco a harmonia pertinente às comunidades tradicionais. Propostas generalistas e homogêneas, que se chocam com as singularidades características das mesmas.

O estudo apresentado por Meneghetti e Faria (2012) ilustra tal reflexão. Ao analisarem uma comunidade de pescadores no litoral do Paraná, Meneghetti e Faria (2012) identificaram, que embora a atividade artesanal de pesca seja uma prática secular, que acompanha a vida da população, sendo essencial para a sobrevivência e a subsistência de muitas famílias, nos últimos anos os pescadores têm enfrentado, com certas dificuldades a concorrência da atividade exploratória e intensiva de navios pesqueiros, advindos dos Estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.

No caso das comunidades tradicionais de pescadores, a biodiversidade marítima é vista como meio de sobrevivência com possibilidades finitas, necessitando de respeito para sua regeneração. Porém, na concepção das indústrias pesqueiras, o propósito central é a acumulação de capital, sendo necessário para tanto desconsiderar qualquer preocupação com a natureza.

Os autores observam que a pesca artesanal no litoral paranaense remonta aos povos indígenas Caiçaras, constituindo-se em uma prática anterior ao modo de produção capitalista, ligada, em suas origens, à subsistência do grupo (MENEGETTI; FARIA, 2012). Prática que consolida um saber tradicional repassado dos mais velhos para os mais novos, cuja responsabilidade de prover as famílias tende a ser encarada, pelos indivíduos escolhidos, como uma graça divina sendo desempenhada em prol da identidade coletiva.

Considerando-se o sentido transitório da sociedade e a identificação do indivíduo com o território, aqui entendido não somente pelo significado material, mas também pela importância simbólica de pertencimento, o conhecimento tradicional atrelado à atividade pesqueira foi protegido por seu povo. Mesmo com a desestruturação, num primeiro momento, e posterior extinção da cultura indígena na região descendentes de Caiçaras permaneceram no local. Em função da força de uma tradição, conservaram a atividade da pesca artesanal, que, com a aproximação entre índios e brancos, pôde ser mantida a partir da reprodução de seus artefatos culturais, transmitidos oralmente por esses descendentes diretos de índios (MENEGETTI; FARIA, 2012).

No entanto, é visível o movimento de resistência das comunidades tradicionais, que se apoiando em elementos ligados à sua identidade, buscam manter coesos princípios e práticas cotidianas. Assim, como ilustração, Silva e Salgado (2009) ao investigarem o cotidiano dos Xakriabás, localizados em São João das Missões, no estado de Minas Gerais, perceberam que as comunidades locais, bem como populações tradicionais do cerrado, buscam promover ações que possam, com base em suas crenças e costumes, anular os ditames impostos pela lógica dominante do sistema capitalista garantindo a supremacia de um povo historicamente constituído.

Para os autores, fatores como solidariedade e dádiva, considerando-se tanto a sociedade, quanto o meio ambiente, tem como princípio à manutenção da identidade cultural dos Xakriabás. Reconhece-se ainda a realização de rituais religiosos e festivos, bem como o ensino da língua local como elementos que contribuem para a manutenção do cotidiano de vida nas comunidades tradicionais (SILVA; SALGADO, 2009).

Investigando os Caiçaras de Ilhabela, litoral norte de São Paulo, Pirró (2011) descreve, que as atividades centrais do grupo estão relacionadas à pesca artesanal, sendo o domínio da técnica de produção de canoas a partir de um único tronco de madeira, um conhecimento ancestral do grupo, que os distingue de outras comunidades de pescadores e é repassado de geração em geração, como símbolo de identidade do grupo (PIRRÓ, 2011). Prática que contribui para a preservação da vegetação local tendo em vista que o corte é feito somente em função da

possibilidade de aproveitamento da madeira, sem falar no fato de que uma canoa apresenta durabilidade elevada.

Outro fator determinante na organização e manutenção da vida cotidiana do grupo é a família. Como é reduzido o número de famílias a integração entre elas, por meio do cotidiano de vizinhança, é coesa, o que possibilita a ocorrência de práticas coletivas de ajuda-mútua (PIRRÓ, 2011). Na região da Amazônia, Begossi (2001, p. 214) afirma, que o conhecimento tradicional dos Caiçaras é “uma mistura de traços velhos e novos que podem ter sido adquiridos através do contato com outros pescadores que vêm de fora em um típico sentido neotradicional”.

Nesse sentido, cabe inferir, que mesmo tendo, historicamente, sua estrutura e organização desarticuladas pela prática impiedosa de instituições alinhadas ao modelo dominante do Capitalismo, a identidade cultural, bem como crenças, princípios, valores, costumes e tradições de uma comunidade, encontrando aceitação e significado por seus membros, tendem a permanecer intactos e ativos.

2.2.4 Natureza e Ação Coletiva nas Comunidades Tradicionais

O uso atribuído à natureza diferencia-se em termos de comunidades tradicionais e a sociedade moderna. As sociedades industrializadas refletem práticas alinhadas ao uso exacerbado do meio ambiente, prezando pela máxima produtividade e acumulação financeira; o que por sua vez, não se manifesta no cotidiano dos povos tradicionais, cuja relação com a natureza é guiada por elementos simbólicos e místicos, representados pelo respeito dos indivíduos para com a biodiversidade. Tendo em vista a necessidade de sua perpetuação, a comunidade mantém com o meio ambiente relação de reciprocidade, resguardando-se a subsistência coletiva (SILVESTRE; MOREIRA, 2011).

Assim, visões de mundo distintas reforçam a disparidade entre a racionalidade instrumental, predominante no modo de produção capitalista, com o sujeito como mero expectador dos acontecimentos sociais e a racionalidade substantiva, comum nas comunidades tradicionais em que o sujeito torna-se central nas práticas dominadas por interesses coletivos.

Lógica substantiva a partir da qual as comunidades tradicionais compreendem a biodiversidade, com base em suas próprias categorias e nomenclaturas, muitas vezes atreladas aos conhecimentos tradicionais acumulados.

Classificação distinta para cada agrupamento humano, refletindo os elementos de uma cultura própria e diferenciada, correspondente à identidade da comunidade. Conhecimento que se distancia das denominações provenientes de investigações acerca da relação homem e natureza propostas pela ciência (MAFRA; STADTLER, 2007; BRANDEMBURG, 2010).

Desse modo, indivíduos assumem a dependência de seu povo em relação aos fatores disponíveis na natureza, colocando em prática um conjunto de conhecimentos que prezam pela conservação e proteção ambiental (GUARIM, 2000; BATISTA, 2005; ANDREOLI, 2009; COLAÇO; SPAREMBERGER, 2010). Autores como Diegues (1997), Lima e Bozzobon (2005), Cañete e Ravena-Cañete (2010), Colaço e Sparemberger (2010) e Amarante (2011) salientam, que as práticas das comunidades tradicionais respeitam o ritmo e os ciclos da natureza, considerando a finitude dos recursos ambientais, bem como a capacidade de regeneração.

Com atividades guiadas pelo uso consciente da natureza, comunidades tradicionais reproduzem práticas atreladas a interesses sociais. Refletem um comportamento, que é determinado por limites intrínsecos aos ciclos da própria natureza (DIEGUES; VIANA, 2004; GRZEBIELUKA, 2012), garantindo a “utilização de recursos por sucessivas gerações” (DIEGUES; VIANA, 2004, p. 87), tendo em vista a necessidade de subsistência dos membros (DIEGUES; VIANA, 2004). Caracteristicamente, “as atividades que desenvolvem são de baixo impacto ambiental e de baixa articulação com o mercado, sendo em sua maioria atividades para a própria subsistência” (DIEGUES; VIANA, 2004, p. 87).

Como exemplo, o estudo conduzido por Fernandes (2007) aponta, que esse processo é claramente percebido em uma comunidade de pescadores artesanais do Espírito Santo. A autora identificou, que a relação homem e natureza reflete a reprodução de relações sociais alinhadas aos anseios da sociedade moderna. A biodiversidade local, historicamente preservada pelo modo de vida dos pescadores locais, tem sido continuamente devastada, primordialmente, pela invasão de terras e a construção desordenada de residências. A escassez de recursos costeiros, base das atividades de subsistência das comunidades locais, tem levado as famílias a enfrentarem dificuldades de sobrevivência.

Analogamente, Rodrigues, Almeida e Farias Filho (2012) ao investigarem o cotidiano de remanescentes de quilombos, na comunidade de Contenda, em que os

elementos da natureza estão condicionados ao regime de uso comum, descreveram uma série de práticas de gestão atreladas à atividade agrícola. Atividades, que se iniciam já no processo de seleção das áreas a serem utilizadas para o plantio, com base no calendário agrícola da comunidade, ou seja, a escolha do espaço deve ser anterior ao mês de agosto, período em que se desenvolve a derrubada da vegetação, conhecida como prática de roçar. Após essa primeira limpeza, no mês de outubro a comunidade ocupa-se da queimada do material que não tem utilidade para finalizar o preparo da terra. Entre novembro e dezembro, são levantadas às cercas para proteção da lavoura, utilizando-se a própria madeira do roçado. Finalizado esse processo, em meados do mês de dezembro, cuidando-se para ser finalizado antes das festas natalinas, se dedicam ao plantio do milho, tendo em vista que pelo conhecimento tradicional do grupo, esse período garante uma produção adequada, atendendo às necessidades de subsistência dos residentes da comunidade.

Os resultados apontaram ainda, que todo o processo é discutido pela comunidade antes de qualquer ação prática, tendo em vista que o fogo descontrolado pode atingir proporções, queimando vegetação e árvores, além do espaço delimitado para a produção agrícola (RODRIGUES; ALMEIDA; FARIAS FILHO, 2012). Atitude que representa a preocupação da comunidade com a preservação de espécies nativas, tanto vegetais como animais, garantindo o equilíbrio da biodiversidade no território coletivo.

A partir de um estudo com grupos ribeirinhos da Amazônia, Miguez, Fraxe e Witkoski (2007) salientam, que a agricultura de subsistência é realizada a partir da derrubada e queimada de partes da floresta. Após o cultivo de culturas com curto ciclo produtivo, a área é deixada em repouso para recuperação do solo, caracterizando um sistema de 'roça itinerante'. Embora a primeira vista possa se mostrar uma prática de exploração que promove a destruição do meio ambiente, percebe-se no seu significado o respeito e a preocupação pelo uso consciente.

Assim, com base nas reflexões de Diegues (1997), Lima e Bozzobon (2005), Mafra e Stadtler (2007) e Cañete e Ravena-Cañete (2010) percebe-se, que nas comunidades tradicionais a manipulação da natureza se processa a partir de uma lógica substantiva, cujo propósito se alinha às necessidades de subsistências de seus membros. O uso se dá de forma consciente, respeitando-se ciclos e limites do meio ambiente. Na sociedade industrializada, a natureza é extirpada de sua

essência mística, tornando-se matéria-prima relegada à exploração, com o propósito de promoção de interesses econômicos. Fatores muitas vezes atrelados à lógica de não propriedade no que se refere ao uso do território nas comunidades tradicionais.

2.2.5 Território e Lógica de Não Propriedade

Território, no contexto de um grupo social, pode ser entendido como a arena em que se processam relações comerciais de troca e relações sociais de parentesco, amizade e vizinhança, bem como as manifestações religiosas e espirituais dos indivíduos. Representa o sentimento de pertencimento e de identidade entre membros de um grupo, que tem na sinergia e coesão o significado da vida comunitária (SANTOS, 2004). Nesse sentido, na relação entre sujeito e território, inseridos em um processo histórico-cultural, Santos (2004, p. 97) afirma, que “um faz o outro”.

De acordo com as reflexões de Costa Filho, Almeida e Melo (2009) e Colaço e Sparemberger (2010) para as comunidades tradicionais, representa a manutenção, na memória e nas práticas sociais e de produção, do saber tradicional que acompanha seu povo desde sua constituição, reproduzidos em acontecimentos e fatos históricos que marcaram sua trajetória. O território contribui ainda para que normas e convenções sociais sejam aceitas e respeitadas por todos. Nos territórios encontram-se ainda os sítios sagrados dos povos tradicionais, tendo em vista, a crença na força dos ancestrais.

Nesse sentido, o arcabouço legal brasileiro estabelece, que os territórios tradicionais caracterizam-se como “os espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária” (BRASIL, 2007, p. 1). Colaço e Sparemberger (2010, p. 216) afirmam, que “os símbolos, mitos e atributos sagrados são característicos do modo de vida tradicional e de sua intrínseca relação com o meio em que vivem”.

Contudo, Little (2002) descreve, que o território, em suas dimensões físicas ou simbólicas, não deve ser percebido de forma estática. Inserido em uma dinâmica de relações sociais e comerciais, tanto internamente, quanto para além de seus limites geográficos, o espaço é constantemente afetado por uma série de forças, caracterizadas como mecanismo de pressão, que, ao longo do tempo, exercem

relevante influência sobre as mudanças do território. Vergara (2007; 2009) descreve o território como um sistema dinâmico de acontecimentos e relações. Componente da condição humana, assim como a espiritualidade e a historicidade.

Little (2002) e Haesbaert (2007) enfatizam, que mais do que uma porção de terra, o território representaria uma arena em que as relações sociais, de parentesco ou não, se manifestam; crenças, princípios, valores, artefatos e símbolos são compartilhados por todos por meio das práticas cotidianas em espaços de moradia, trabalho, lazer, religião, educação, saúde e política. Assim, na perspectiva de Ther Ríos (2011) reflete, uma contraposição entre elementos materializados na concepção de tradicional e moderno. Perspectiva na qual as comunidades tradicionais, em função de uma identidade coletiva sólida, estariam condicionadas a fatores tradicionais, memória, valores, princípios, crenças e costumes. Contudo, próximas a elementos novos e emergentes, responsáveis pelas transformações e adaptações no contexto social do grupo.

Portanto, a percepção de território ressalta, além do sentido materialista, muitas vezes atribuído por uma sociedade moderna, o sentido subjetivo enquanto arena social de práticas e experiências coletivas, em que o sujeito reproduz práticas sociais percebidas e aceitas (HAESBAERT, 2007; MUÑOZ, 2011). Desse modo, o território não se restringe a uma área geográfica pré-determinada. A prática coletiva de trocas solidárias pode ser apontada como um aspecto relacionado à delimitação do território nas comunidades tradicionais, tendo em vista que essas relações não estão limitadas aos membros das famílias, mas entre as famílias do grupo. Estendem-se ainda, de certo modo, às famílias da comunidade e indivíduos que vivem em seu entorno, mesmo não sendo reconhecidamente membros do grupo (HAESBAERT, 2007).

Considerando-se as múltiplas atividades das comunidades tradicionais, Mafra e Stadtler (2007) e Brandenburg (2010) apontam, que o território é organizado de acordo com as necessidades do grupo, bem como em função das características físicas predominantes no relevo e na vegetação.

Diegues (2001) e Saldanha (2005) enfatizam que as comunidades tradicionais vivenciam ainda sistemas de propriedade comum da terra e compartilham direitos, deveres e obrigações em relação à proteção, manutenção, gestão e exploração do espaço, bem como da biodiversidade circunvizinha

(DIEGUES, 2001; SALDANHA, 2005). Contudo, conforme destaca Oliveira (2008, p. 97), “o uso comum não floresce por si, antes é resultado de relações de reciprocidade socialmente construídas em cada situação concreta”, correspondente ao significado compartilhado pelos membros da comunidade.

Mckean e Ostrom (2001) e Feeny et al. (2001) pontuam, que duas categorias são importantes na compreensão da lógica de propriedade comum, no que se refere ao uso de recursos. A exclusividade e a subtração. A ideia de exclusividade, na concepção dos autores, remete ao controle de acesso. As características de determinados recursos dificultam que os membros de uma comunidade possam garantir o controle de acesso a eles. Indivíduos externos ao grupo podem fazer uso desses recursos, sem a possibilidade de exclusão pela comunidade.

Com relação à subtração, ou rivalidade, os autores apontam que, mesmo convivendo em uma dinâmica comunitária de produção e partilha coletiva, o acesso a determinado recurso por um membro da comunidade, em quantidade superior, reduz, automaticamente, a possibilidade de acesso a esse mesmo recurso, para os demais membros nas mesmas proporções (FEENY et al., 2001; MCKEAN; OSTROM, 2001). Para Feeny et al. (2001, p. 20) a subtração constitui-se em “fonte de divergências potenciais entre racionalidades individual e coletiva”, uma vez que as “unidades de recursos exploradas por um indivíduo deixam de estar disponíveis a outros” (MCKEAN; OSTROM, 2001, p. 81). Porém, cabe salientar, que nesse caso manifesta-se o uso individual em detrimento da coletividade. Tem-se assim a desarticulação de princípios e valores responsáveis pela coesão do grupo.

Colaço e Sparemberger (2010) enfatizam, que corromper os territórios tradicionais, implica na vulnerabilidade dos povos e comunidades tradicionais, bem como no enfraquecimento de suas instituições basilares. Resulta na sujeição da lógica tradicional aos pressupostos da Sociedade de Mercado, amparados em certa medida pela ação dos representantes governamentais, responsáveis pela promoção de políticas públicas assistencialistas, que reforçam os elos de dependência das comunidades tradicionais.

Assim, a desagregação dos territórios em comunidades tradicionais tem promovido a desestruturação dos princípios da lógica de não propriedade e do uso comunitário da terra e dos recursos disponíveis. Os discursos atrelados à anulação

da lógica de propriedade comum, conforme reforçam Mckean e Ostrom (2001, p. 80), amparam-se, principalmente, no “argumento de que a propriedade individual ou pública aumentaria a eficiência do uso e da proteção de longo prazo de recursos naturais”.

No entanto, nota-se, que ao longo da história, comunidades tradicionais têm promovido um movimento de resistência com o propósito de garantir a permanência do grupo em seus territórios, bem como proteger seus costumes, crenças e tradições (RODRIGUES; ALMEIDA; FARIAS FILHO, 2012; GRZEBIELUKA, 2012). Conflitos, que visam contornar o avanço da “desestruturação da gestão comunitária dos recursos naturais, que tradicionalmente têm sido mantidos sob procedimentos de uso comum” (ALMEIDA, 2010, p. 10), bem como, permitir, que diferentes comunidades tradicionais, como no caso da Amazônia, foco dos estudos do autor, possam reproduzir práticas sociais e de produção, nos limites de seu território, físico e simbólico (ALMEIDA, 2010).

A invasão da lógica dominante de exploração e acumulação, proveniente do modo capitalista de produção, desrespeitaria os limites materiais e simbólicos do espaço geográfico habitado por diferentes gerações pelas comunidades tradicionais (RODRIGUES; ALMEIDA; FARIAS FILHO, 2012; GRZEBIELUKA, 2012). O que acarreta na substituição da lógica de “*propriedade comunitária, tribal e popular*”, pela perspectiva de “*propriedade privada da terra*” (SOUZA, 2011, p. 18), base da sociedade industrializada, que, para promoção de seus propósitos, confronta-se com movimentos coletivos de defesa do território.

Nesse sentido, conforme enfatiza Little (2002), a resistência deve ser entendida como central no processo de formação dos territórios tradicionais. Grupos lutaram (ex. indígenas e quilombolas), ao longo da história, em defesa de seus espaços geográficos, tidos como símbolos primordiais da coesão entre os membros da comunidade, bem como do sentimento de pertencimento, que permeia os valores compartilhados.

Sá (2010, p. 158) afirma, que “as lutas territoriais das comunidades tradicionais contra aqueles que detêm os títulos de propriedade apresentam motivos que vão além da necessidade puramente econômica porque também integra a resistência a um tipo de linguagem histórica do grupo”. Contudo, o processo de resistência não se caracteriza pela manutenção da propriedade coletiva do território

físico, mas de forma mais significativa, pela proteção do valor simbólico desse espaço, correspondente aos artefatos culturais de um povo. Cujas racionalidades permitem que o espaço social e familiar seja ocupado de modo que se garanta a reprodução física e social, bem como a preservação do patrimônio histórico-cultural e natural (BRANDEMBURG, 2010).

Também representam uma arena de relacionamentos em que as convergências e divergências entre os membros do grupo condicionam-se a elementos de uma cultura que se consolidou ao longo de anos. Institui crenças, princípios, valores, ritos, artefatos, simbologias e práticas particulares à comunidade, que muitas vezes delimitam suas especificidades distintivas em relação a outros povos tradicionais. As dinâmicas e conflitos que emergem, estão em constante interação com aspectos individuais e coletivos, delimitando produção e reprodução da identidade do grupo (THER RÍOS, 2011).

Almeida (2008, p. 133) enfatiza, que a prática de gestão do território nesses grupos, apresenta normas que estão “além do código legal vigente e acatadas, de maneira consensual, nos meandros das relações sociais estabelecidas entre vários grupos familiares, que compõem uma unidade social”. Assim, conforme destaca Ther Ríos (2011), embora percebam o território como elemento central na solidificação da identidade do grupo, o espaço característico de comunidades tradicionais demanda postura investigativa plural, tendo em vista a diversidade de elementos que se manifestam em seu contexto.

2.2.6 Contradições no Contexto de Comunidades Tradicionais

A desmistificação da atmosfera em torno das comunidades tradicionais tem reforçado a ideologia do crescimento, do desenvolvimento, da massificação do mercado e do consumo exacerbado, rompendo a lógica de subsistência desses povos. Conforme enfatiza Grzebieluka (2012) costumes, princípios e valores inerentes ao cotidiano das comunidades tradicionais, representam barreiras de proteção frente aos propósitos da Sociedade de Mercado. A base dessa identidade está atrelada aos relacionamentos entre os indivíduos, a forma de aproximação e uso da natureza, bem como aos conhecimentos e técnicas construídos historicamente e transmitidos entre as gerações no grupo.

Transformações conduzidas pela Sociedade de Mercado, se inserem em diferentes contextos sociais, tornando-se hegemônicas, com a imposição de pressupostos homogêneos (GRZEBIELUKA, 2012). Desse modo, comunidades tradicionais muitas vezes são pressionadas, inclusive pelas instituições públicas, cujos recursos e instrumentos, tornaram-se mecanismos de promoção dos propósitos das organizações dominantes.

Diegues (1998, p. 93) enfatiza, que “sistemas tradicionais de acesso a espaços e recursos de uso comum começaram a ser ameaçados pelo processo de incorporação desses territórios pela expansão urbano-industrial, e pelo avanço da fronteira agrícola”. Portanto, a aproximação entre seus membros e a cultura ocidental, teria promovido nas comunidades tradicionais, ao longo dos anos, a desarticulação. Principalmente, por esses indivíduos perderem a identificação com o território, o que representa o enfraquecimento da cultura local, elementar na reprodução da comunidade.

Ainda que as comunidades tradicionais tenham sido capazes de constituir uma dinâmica diferenciada de vida, criando inclusive instituições destinadas a garantir o efetivo cumprimento de suas normas internas, percebe-se que ao longo da história, a invasão de agentes externos, tem dificultado a reprodução de princípios como solidariedade, partilha, uso comum de bens e propriedades, além do respeito aos interesses coletivos (SCHMITZ; MOTA; SILVA JÚNIOR, 2009).

Situação, anteriormente descrita na etnografia conduzida por Branco (1983), ao investigar o cotidiano de comunidades tradicionais na Ilha da Madeira. O autor relata, que o contexto externo, principalmente na figura do Estado, promoveu a desestruturação de muitas comunidades tradicionais rurais, pela substituição de práticas tradicionais de gestão e cultivo da terra, por técnicas e mecanismos de produção em larga escala (BRANCO, 1983). Fato que culminou no “fim da predominância da produção de cereal para autoconsumo e como base fundamental da coesão do agrupamento doméstico” (BRANCO, 1983, p. 644).

Sobrinho (2006), estudando comunidades camponesas no Vale do São Francisco, identificou o Estado como agente central no processo de desestruturação das comunidades locais. O autor aponta, que de forma impositiva, o poder público defende e incentiva a modernização de práticas agrícolas, promovendo a desagregação de conhecimentos e práticas tradicionais, bem como, o

enfraquecimento das atividades de subsistência, base da atividade econômica das famílias. Essa última, substituída pela produção extensiva de monoculturas exportadoras (SOBRINHO, 2006).

Panorama, que não é exclusivo dos grupos estudados por Branco (1983) e Sobrinho (2006), mas vivenciado por inúmeras comunidades tradicionais, conforme apontado por Diegues (1999), tendo em vista ainda os impactos acarretados pelos 'grandes projetos', conduzidos por instituições públicas (DIEGUES, 1997). Mecanismos ideológicos utilizados por governantes e a elite dominante, principalmente em países de terceiro mundo, como estratégia para a conquista de apoio financeiro externo (DIEGUES, 1998) para a concretização das propostas públicas, invariavelmente alinhadas aos interesses privados.

Nesse sentido, Diegues (1998) e Schmitz, Mota e Silva Júnior (2009) apontam, que os principais riscos para comunidades tradicionais estão atrelados às invasões de seus territórios que são reduzidos pela apropriação indevida de agricultores; ao crescimento das atividades de extração de madeira envoltas a uma lógica de exploração comercial desenfreada, desconectadas de preocupações com a natureza, resultando no desequilíbrio ambiental, bem como na redução das áreas de reprodução das atividades de subsistência das comunidades tradicionais, como plantio e criação de animais; ainda percebe-se que a adoção de práticas comerciais e agrícolas modernas, favorece o abandono dos costumes tradicionais do povo e representa ameaça à sua identidade.

Intervenções do poder público provocam a retirada das pessoas de seus territórios, considerando que a atividade de subsistência, lavoura, caça e pesca, tem impacto direto na conservação da biodiversidade. Por outro lado, muitas comunidades vivenciam ainda a instalação de complexos industriais e empresariais em ecossistemas protegidos, sem qualquer preocupação dos envolvidos com os impactos gerados, tanto para a fauna e flora, bem como para o cotidiano de povos tradicionais, que em uma relação harmônica, retiram desses ambientes a subsistência de suas famílias (DIEGUES, 1998).

Finalmente, considerando-se as reflexões acerca das contradições manifestadas no contexto das comunidades tradicionais é possível destacar, condizente ao exposto por Costa Filho, Almeida e Melo (2009) e Colaço e Sparemberger (2010), que um considerável número de comunidades tradicionais

encontra-se na invisibilidade, subjugadas às pressões econômicas e fundiárias, bem como a processos políticos e jurídicos discriminatórios, tornando-se socialmente marginalizadas. Situação comum nas Comunidades Tradicionais de Faxinais que, mesmo sendo reconhecidas como representantes de grupos que historicamente se mantêm alheios aos ditames impostos pela Sociedade de Mercado, reproduzem um contexto social comunitário.

2.3 COMUNIDADES TRADICIONAIS DE FAXINAIS

Comunidades Tradicionais de Faxinais distinguem-se das demais formas de organização comunitária no meio rural, por apresentar uma série de características específicas, como “a forma própria de uso e posse da terra, o aproveitamento ecológico dos recursos naturais, o cultivo da vida comunitária e a preservação de certa memória comum” (CAMPIGOTO, 2008, p. 1).

Características singulares que, nos contornos históricos de uso da terra no país, Löwen Sahr e Cunha (2005) estabelecem como centrais na delimitação das comunidades tradicionais de Faxinais, enquanto modalidade de organização rural que remonta ao Brasil Colonial. Grupos que testemunharam o desenvolvimento de uma identidade socioeconômica peculiarmente brasileira, atrelada à prática produtiva de subsistência. Articula, de forma harmoniosa, a essência humana e a conservação da natureza, que se mantém alheia aos ditames técnicos, operacionais, estruturais e sociais impostos pela elite formada pelos proprietários, com a prática extensiva de produção individual e o uso indiscriminado da terra.

No Paraná, as comunidades tradicionais de Faxinais representam, juntamente com comunidades tradicionais de outras etnias ainda remanescentes – aqueles que mantêm a organização social típica da paisagem de matas de Araucária (TOLEDO; CAMPIGOTO, 2010), – um contra movimento cultural. Essencialmente, tendo em vista, o aspecto de comunidade isolada, constituída sob costumes, crenças e regras que destoam de um movimento cultural totalizante, evidente em qualquer sociedade. Fixam-se como territórios marginais (SCHÖRNER; STELMARSCZUK, 2010) e passam a “constituir uma zona de opacidade no tecido social” (SCHÖRNER, 2010, p. 231).

Visando descrever o processo histórico de formação dos Faxinais, bem como os princípios inerentes ao modo de vida, organização e produção no cotidiano

dos faxinalenses, na sequência são apresentados quatro tópicos de discussões conceituais, entremeados a uma série de exemplos de resultados de diferentes pesquisas conduzidas nas comunidades tradicionais de Faxinais, organizados da seguinte forma: inicialmente optou-se por uma discussão dos conceitos centrais relacionados a Faxinais, Sistemas Faxinais e Comunidades Tradicionais de Faxinais, reconstruindo os fundamentos históricos correspondentes ao surgimento desses grupos na região Sul do Brasil; na sequência são descritos os princípios que demarcam o modo de vida e de organização dos Faxinais, como um sistema singular de comunidade; e finalmente, fatores aos quais, historicamente, tem sido atribuído o processo de desarticulação das Comunidades Tradicionais de Faxinais.

2.3.1 Sistema Faxinal: Discussão Conceitual

Faxinal é um termo comumente utilizado para representar um tipo específico de vegetação. Seu significado popular também corresponde a ideia de vegetação mais densa, quando comparado com as áreas de vegetação rasteira ou de campos, que eram referência da população campestre do sul do Brasil (LUPEPSA; SCHÖRNER, 2010). Etimologicamente, Chang (1988) destaca, que 'Faxinal' apresenta um significado específico, remetendo a ideia de vegetação rasteira com espécies variadas ou braço de campo com árvores esguias que penetram as matas.

Na concepção de Antoneli (2011, p. 106) "Faxinal representa aquelas áreas que apresentam resquícios paisagísticos como vegetação esparsa, sem regeneração e, que servem de locais para criação de animais de forma extensiva". Tais características paisagísticas são predominantes nos territórios dos Sistemas Faxinais (ANTONELI, 2011). Carvalho (1984) propõe, que o termo Faxinal possivelmente surgiu em decorrência da prática de 'faxina'. Limpeza sob o bosque que a criação solta de animais promove, que, no caso do Sistema Faxinal, seriam as áreas ao redor das moradias, onde se encontram os criadouros comunitários.

Por sua vez, Sistema Faxinal, corresponde a uma forma de organização social e coletiva camponesa, característica da região Sul do Brasil (FURTADO et al., 2003; OLIVEIRA, 2008; PEREIRA; SOCHODOLAK, 2009; SCHÖRNER, 2010). Atualmente, com predominância no Estado do Paraná, mais especificamente na região Centro-Sul do Estado (SCHUSTER; LÖWEN SAHR, 2009). Em épocas mais remotas, também presentes em regiões de Santa Catarina e Rio Grande do Sul (LÖWEN SAHR, 2005; LÖWEN SAHR; CUNHA, 2005; TAVARES, 2008).

A partir do Decreto nº. 3446 de 14 de agosto de 1997, às Comunidades Tradicionais de Faxinais, são atribuídos três elementos essenciais para sua caracterização pelo Estado, que são: i) produção animal coletiva, à solta, por meio dos criadouros comunitários; ii) produção agrícola caracterizada pela policultura alimentar de subsistência para consumo e comercialização; e iii) extrativismo florestal de baixo impacto – com especial atenção ao manejo de erva-mate, de araucária e outras de espécies nativas (PARANÁ, 1997).

Analogamente, a Lei Estadual nº. 15.673, de 13 de novembro de 2007, estabelece um quarto elemento, relacionado à existência de uma cultura própria, laços de solidariedade comunitária e preservação de suas tradições e práticas sociais (PARANÁ, 2007). Possivelmente, por corroborar com a ideia de que os Faxinais representam “uma antiga formação sócio-espacial agrícola que possui uma história e uma cultura própria” (LÖWEN SAHR, 2008). O Decreto nº. 3446, de 14 de agosto de 1997, estabeleceu ainda que os Faxinais sejam reconhecidos legalmente como Áreas Especiais de Uso Regulamentado – ARESUR, equiparando-os as Áreas de Proteção Ambiental – APAS, estando sujeitos ainda às mesmas normativas jurídicas (PARANÁ, 1997).

Apesar deste caráter utilitarista, observado pela normativa legal que regulamenta os Faxinais, autores como Tavares (2008) e Cordeiro (2011) destacam contornos de uma racionalidade substantiva, arraigada a esse modo de organização. Os autores apontam que os Faxinais são caracterizados pelas peculiares práticas, sociais e culturais, dos camponeses, sujeitos conscientes desta identidade e que se autodenominam como faxinalenses (TAVARES, 2008; CORDEIRO, 2011; OLESKO, 2011). Nesse sentido, segundo a legislação vigente:

Entende-se por identidade faxinalense a manifestação consciente de grupos sociais pela sua condição de existência, caracterizadas pelo seu modo de viver, que se dá pelo uso comum das terras tradicionalmente ocupadas, conciliando as atividades agrosilvopastoris com a conservação ambiental, segundo suas práticas sociais tradicionais, visando a manutenção de sua reprodução física, social e cultural (PARANÁ, 2007).

Portanto, o fator decisivo a caracterizar a organização social dos Faxinais é o uso coletivo da terra, localizando-se em regiões que, invariavelmente, ocupam áreas com relevos amenos ao longo dos vales dos rios (LÖWEN SAHR; CUNHA, 2005; GRZEBIELUKA, 2010). As áreas de plantio e pastagem dos Faxinais são

delimitadas pela instalação de cercas coletivas em que cada faxinalense é responsável pela manutenção de um trecho específico (PEREIRA; SOCHODOLAK, 2009). Como prática solidária de organização social, os Faxinais representam, “um modo de habitar o mundo que articula uso comum e apropriação privada da terra” (BERTUSSI, 2010, p. 10), caracterizado pela forma como são conduzidas as atividades de produção animal, produção agrícola e coleta de erva-mate (FRANCESCONI, 2000).

Domingues (1999, p. 1) aponta o Faxinal como um “sistema agrossilvopastoril secular, com características singulares de uso da terra”. Eles tradicionalmente encontram-se inseridos em vales no domínio da Floresta com Araucária (SAHR; LÖWEN SAHR, 2009). Localizados no espaço rural, que se divide em terras de plantar individuais, nas quais pratica-se a agricultura familiar de subsistência, e terras de criar comunitárias, ou seja os criadouros comuns – reconhecidos como predicado característico do sistema (GAPINSKI; CAMPIGOTO, 2010; VILPOUX, 2011). Área em que há preservação de Florestas com Araucária, instalação das residências e criação de animais para consumo e trabalho (OLIVEIRA, 2008; TAVARES, 2008; SCHUSTER; LÖWEN SAHR, 2009a; SAHR; LÖWEN SAHR, 2009; CORDEIRO, 2011).

Essa dicotomia, entre o espaço de uso comum e a área de uso particular, torna o Faxinal um modelo de organização social misto e complexo, no qual os camponeses lidam cotidianamente com questões que confrontam a coletividade e a individualidade (BERTUSSI, 2010), sendo ainda percebidos conflitos cotidianos resolvidos, possivelmente, em função dos princípios aos quais atrelam-se a constituição e a manutenção da convivialidade entre os indivíduos residentes em um Faxinal.

Promove-se, conforme destacam Moreira et al. (2011), um processo comunitário de tomada de decisões e de realização das tarefas, no que diz respeito às lavouras, criação de animais e bem estar social, ancorados em princípios de respeito aos indivíduos. Conforme aponta Hauresko (2009, p. 208) “o estilo de vida, o sistema de valores, as particularidades técnicas e as inovações que os acompanham se conjugam para fortalecer a estabilidade do sistema sócio-econômico e cultural dos faxinalenses”.

Articulando o conceito de território social à definição de Faxinal Löwen Sahr e Cunha (2005) descrevem, que nessa forma de organização coletiva estão implícitas dimensões culturais, políticas e econômicas. Comunidades Tradicionais de Faxinais, assim, podem ser entendidas como:

i) Território cultural, porque é um espaço em que vive uma comunidade com identidade e memória coletiva específica e de caráter socioespacial; ii) Território econômico, porque a reprodução social da comunidade é territorializada, existindo uma dependência do espaço e um vínculo econômico com ele; e iii) Cada vez mais, transforma-se em território político, devido às disputas pelo patrimônio econômico e produtivo, que constituem-se atualmente ou que podem constituir-se no futuro (LÖWEN SAHR; CUNHA, 2005, p. 100).

Percebe-se assim, que coletividade, solidariedade e união são elementos predominantes nos diferentes conceitos acerca do Faxinal. Esses elementos reforçam a substantividade da lógica atrelada a essência desse modo de organização social. Para Gevaerd Filho (1986), em função dos princípios de comunhão acerca do uso da terra, as comunidades faxinalenses podem ser também definidas como ‘compáscuos’, haja vista que, “os pastos comunais existentes ancestralmente e que se constituíram, desde sempre, como sistema agrossilvopastoril são capazes de abrigar, sob aspecto de sobrevivência, inúmeras famílias de modestos trabalhadores rurais” (GEVAERD FILHO, 1986, p. 45).

Atrelada a uma racionalidade não instrumental, observa-se uma outra conceituação acerca do Faxinal. Apresentada pelas reflexões de Löwen Sahr (2005) e Campigoto (2008), agrega elementos que expressam a tradicionalidade de um povo e o uso social de seu território, como: i) uso integrado do território para a prática da pecuária, agricultura e extrativismo vegetal; ii) organização espacial por meio da delimitação das terras de criar, coletivas, e das terras de plantar, individuais; iii) busca pelo respeito, preservação e difusão das tradições, costumes e valores que promoveram a sinergia do grupo ao longo dos anos; iv) existência de uma história e cultura próprias, correspondentes à formação dos diferentes grupos; v) predominância de uma vida comunitária, solidária e coletiva; e vi) uso consciente dos recursos naturais, atrelado a prática de conservação.

Como exemplo, em um estudo realizado no Estado do Paraná, com o intuito de promover um mapeamento social do Faxinais, Souza (2009a) constrói uma proposta de classificação para os Faxinais, levando-se em consideração aspectos

territoriais dessas comunidades, que se apresentam como: i) Faxinais com uso comum – ‘criador comum aberto’: diferentes animais criados de forma solta com acesso irrestrito aos recursos naturais e hídricos; ii) Faxinais com uso comum – ‘criador comum cercado’: animais são criados em áreas delimitadas, mas ainda comuns a todos os membros do grupo; iii) Faxinais com uso comum – ‘criador com criação grossa ou alta’: Áreas comuns destinadas aos animais altos, às criações ditam baixas, são reservadas áreas particulares para cada família; e iv) Faxinais sem uso comum – ‘mangueiros’ e ‘potreiros’: o uso comum das terras de criar está relacionado apenas ao grupo familiar, sendo assim, cada família seria responsável por cercar e cuidar de sua área.

Considerando-se que os recursos naturais estão dispostos em fontes finitas, tem-se Comunidades Tradicionais de Faxinais como modelo de organização, social e produção, que mais promove a preservação das condições ambientais, comparada a outras formas organizacionais de produção instituídas por uma lógica de apropriação indiscriminada dos recursos naturais (OLIVEIRA, 2008). Porém, ingênuo seria acreditar que exploração não se manifesta no território faxinalense, principalmente por ser a terra meio basal de sobrevivência dos moradores.

Ainda assim, conforme asseveram Grzebieluka e Löwen Sahr (2009), a exploração predominante é guiada por uma racionalidade não instrumental em que o homem interage de forma não predatória com a natureza, visando garantir que os recursos, além de se renovarem, estejam disponíveis para as futuras gerações, principalmente diante da realidade de escassez que se apresenta no mundo. Postura apoiada pela prática da diversificação nas atividades produtivas agrícolas.

Finalmente, a multiplicidade de conceitos acerca de Sistema Faxinal, muitas vezes, referenciados como Faxinal, faxinalenses, comunidades faxinalenses e povos de faxinais, demonstra a amplitude e a complexidade inerentes à definição do que realmente o representa. Contudo, o que se apresenta comum em termos de delimitação conceitual diz respeito ao fato de que esse movimento, característico da região Sul do país, é representante de desdobramentos e transformações sociais e culturais históricas. Desse modo, a conceituação de Faxinal estaria relacionada à prática social e aos significados compartilhados pelos atores sociais inseridos no território faxinalense correspondente a cada grupo.

2.3.2 Fundamentos Históricos

As Comunidades Tradicionais de Faxinais representam uma experiência autossustentada de vida comunitária no meio rural, com importância histórica, sociocultural e ecológica, principalmente na região Centro-Sul do Estado do Paraná, podendo ainda ser encontrado nos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul (TÚLIO, 2004). Entre 1900 e 1950 o Sistema Faxinal ocupava 20% do território do Estado do Paraná. Representaram até a metade do século XX a forma predominante de organização das atividades agrícolas, bem como do modo de viver no meio rural (SILVA, 2005).

Como já mencionado, as Comunidades Tradicionais de Faxinais são caracterizadas como um modelo de organização social no meio rural exclusivo do Brasil. Atualmente predominantes no Estado do Paraná, percebe-se que três vertentes distintas buscam explicar suas origens, discutindo elementos que possam ter contribuído para sua formação histórica, bem como sua consolidação no território paranaense. Um primeiro argumento se refere à herança indígena e às Reduções Jesuítas, o segundo movimento está relacionado às fazendas destinadas ao cultivo da erva-mate e a terceira corrente atribui a origem das Comunidades Tradicionais de Faxinais ao movimento social coletivista no interior do Paraná.

2.3.2.1 Herança indígena e Reduções Jesuítas

A primeira abordagem, conforme apontam Nerone (2000), Novak e Fajardo (2008), Hauresko (2008), Löwen Sahr (2008) e Gapinski e Campigoto (2010), atribui a origem dos Faxinais às Missões provenientes da Península Ibérica, comandadas por Jesuítas Espanhóis, que se instalaram no Paraná por volta do século XVII. Inicialmente, relata-se que o intuito foi promover a experiência de vida comunitária consolidada no continente europeu. Ao ser inserida no contexto brasileiro, sofreu uma série de adaptações, principalmente por estar atrelada aos povos indígenas, com costumes, princípios e tradições próprios de seus troncos culturais e etnias.

Os primeiros povos com os quais os Jesuítas tiveram ligação foram os índios Guaranis, que ocupavam pequenas áreas de terras próximas aos vales de rios e sobreviviam da caça, da pesca e da agricultura de subsistência e extração de vegetais. O modo de vida tradicional dos índios aos poucos foi sendo substituído

pela prática organizada de produção promovida pelos Jesuítas, vinculada ao discurso de proteção dos índios (LÖWEN SAHR; CUNHA, 2005).

Para Nerone (2000, p. 17) a perspectiva que atribui às Reduções Jesuíticas a origem dos Faxinais fundamenta-se nos seguintes fatores:

- i) a Redução tinha funções nitidamente comunitárias, e incluía, assim, índios da família linguística tupi-guarani e algumas práticas comunitárias; ii) as terras, na Redução, eram também de uso comunal; iii) a criação de gado era feita sob o regime de *compáscuo*; iv) as atividades econômicas, além da agricultura de subsistência, de forma geral, estavam conectadas à coleta e produção da erva-mate; e v) a autoridade, na Redução, era exercida nas funções de alcaide, incumbida dos assuntos administrativos, e corregedor, encarregado dos assuntos judiciários, cargos esses auxiliares e subordinados ao Padre Diretor.

Nesse sentido, a prática empreendida pelos Jesuítas atribuía aos índios, “além da religião, novas técnicas agrícolas (ex. arado), a criação de animais (equinos, bovinos, ovinos e suínos) e também intensificavam, ao mesmo tempo, a produção de mate dos índios” (LÖWEN SAHR; CUNHA, 2005, p. 93).

A tradição no cultivo da terra decorrente dos índios Guarani e as práticas trazidas pelos Jesuítas espanhóis, por meio das Missões, ofereceram elementos e princípios que, integrados, explicariam os contornos da cultura própria do Faxinal (NERONE, 2000; SAHR; LÖWEN SAHR, 2009). Neste ponto, supõe-se ser uma herança da cultura indígena a relação e o respeito com a terra e os recursos naturais, as crenças religiosas miscigenadas e o misticismo, bem como os princípios do convívio comunitário e o respeito entre os membros da comunidade. A herança dos Jesuítas, por sua vez, estaria atrelada às técnicas de organização social das famílias, formalização da religião católica e, ainda, técnicas inovadoras de produção de alimentos e de criação de animais.

O conhecimento introduzido pelos Jesuítas nas comunidades indígenas, teve continuidade após a retirada dos Jesuítas. Tornou-se uma prática institucionalizada no modo de vida dos indígenas. Estes, ao se aproximarem de etnias não indígenas, ainda caracteristicamente rurais, promoveriam a transmissão do que havia sido aprendido com os espanhóis em termos de práticas de produção agrícola e extração da erva-mate. Além da reprodução dos princípios de convívio comunitário, fortalecendo e ampliando os elementos que viriam a ser a essência das primeiras comunidades faxinalenses (NERONE, 2000; SCHÖRNER, 2010a).

Sahr e Löwen Sahr (2009) enfatizam, que a tese historiográfica dos Faxinais, com origem nas Missões Jesuíticas, é reforçada pelo fato de que o Faxinal pouco teria se desenvolvido no século seguinte. Segundo os historiadores desta corrente, isso se deve a intensificação das ações dos Bandeirantes na região, em meados de 1630, que atacaram e combateram as Missões Jesuíticas e, conseqüentemente, contribuíram para a desintegração destes primeiros movimentos sociais rurais comunitários reconhecidos como a gênese das comunidades faxinalenses.

Após esse acontecimento, 100 anos se passaram, e, uma considerável lacuna é percebida no que diz respeito às transformações enfrentadas pelos Faxinais, que retornaram com mais destaque por volta do século XVIII, com a intensificação das comunidades na região dos Campos Gerais. Eles eram formados por grupos de famílias que se dedicavam às atividades de produção e ao extrativismo vegetal, além da prática da caça e pesca, dentro de uma lógica de consumo de subsistência, respeitando os recursos naturais disponíveis na terra (SAHR; LÖWEN SAHR, 2009).

Esse movimento de constituição das comunidades faxinalenses, no decorrer do século XVIII, tem relação direta com a delimitação do caminho dos 'Tropeiros' (denominação do vaqueiro responsável pela condução de gado da região Sul para o Sudeste no Brasil), responsáveis pelo abastecimento de animais para o auxílio das atividades dos exploradores de ouro e pedras preciosas na região (TAVARES, 2005). As comunidades rurais formadas no contorno das matas promoveriam o escoamento de sua produção, sendo essas consideradas suas primeiras atividades comerciais. Inicialmente endereçadas para os tropeiros e as fazendas, e, posteriormente, para as cidades tropeiras, formadas por indivíduos que abandonaram o tropeirismo e estabeleceram moradia nas terras ao longo do caminho das tropas.

Contudo, é com a decadência do tropeirismo na segunda metade do século XIX que se tem início outro ciclo para os Faxinais, tendo em vista que os latifundiários iniciam um processo de invasão do território das comunidades faxinalenses, visando ampliar a extração da erva-mate e, assim, obter maiores retornos financeiros, bem como aumentar a área geográfica destinada para a criação de gado, expandindo a atividade para as matas (CHANG, 1988). Movimento histórico que promoveu a heterogeneidade dos Faxinais na época, em virtude da

contradição entre o Faxinal, visto como uma atmosfera econômica inserida em um ambiente ecológico (SAHR; LÖWEN SAHR, 2009).

Assim, contrária à perspectiva de gênese dos Faxinais nas reduções jesuíticas, as fazendas e as plantações de erva-mate, também são assumidas como contexto social que, historicamente, posicionou-se como fenômeno social gerador das primeiras comunidades faxinalenses.

2.3.2.2 Grandes fazendas e plantação de erva-Mate

A segunda corrente historiográfica que discute o surgimento dos Faxinais na região Sul do Brasil de acordo com Novak e Fajardo (2008) está relacionada à organização campesina associada à concentração de áreas de terras. Em sua essência pastagens e matas de Araucária, que se encontravam em propriedade de uma única família, o que fazia com que a área passasse a ser conhecida pelo nome da família (ex. Faxinal dos Guedes, Faxinal dos Andrades e Faxinal dos Ferreiras).

Conforme reforça Souza (2009a, p. 26) o nome dos Faxinais está, invariavelmente, relacionado a: “i) Referências geográficas ou naturais; ii) Nomes de famílias que ocupavam inicialmente essas localidades; e iii) Nomes de santos ou santas padroeiras”. Destaca-se assim, que muitas vezes, o nome tornava-se elemento para a promoção da identificação dos moradores com a comunidade, bem como para a integração e sinergia do grupo, fortalecendo os vínculos de convivência comunitária (NOVAK; FAJARDO, 2008; BERTUSSI, 2008). Vínculos, que, em certa medida, representavam a relação de dependência entre os proprietários das terras e as famílias de lavradores, que se instalavam nas propriedades.

Nestas propriedades rurais, a necessidade dos proprietários em relação ao manuseio das pastagens e da produção de erva-mate, principais atividades da região naquela época, fez com que recebessem famílias de colonos que tinham o direito de moradia, de plantio e de criação de animais para sua subsistência. Devendo para tanto, se dedicar ao trabalho na propriedade, em uma espécie de relação servil feudal. Essa iniciativa seria responsável pela formação dos primeiros Faxinais, haja vista que, pelo tamanho das propriedades, verificava-se a existência de até duzentas famílias compartilhando um mesmo território (CHANG, 1985; 1988; NOVAK; FAJARDO, 2008).

Ainda que se manifestasse o uso comunitário da terra, Gapinski e Campigoto (2010) observam, que a posse legal permanecia nas mãos de um único proprietário, o qual, era responsável pela organização social das famílias. A sinergia entre a família proprietária e as outras famílias muitas vezes se constituíam em torno da necessidade de defesa dos interesses do grupo e do território ao qual pertenciam, frente às pressões econômicas e políticas da época, determinadas especialmente pelo movimento dos Tropeiros e pelo ciclo da erva-mate.

Nesse contexto, percebe-se que a prática adotada pelos fazendeiros decorreria das condições sociais e econômicas de uma época em que o mercado de trabalho apresentava-se desestruturado, dificultando assim a contratação de trabalhadores. Em conformidade com esse entendimento, Chang (1985; 1988) e Toledo e Campigoto (2010) lembram, que a permissão para a criação de animais, configurando-se no uso coletivo da terra, garantia aos proprietários à permanência da mão-de-obra e a sobrevivência das famílias na entressafra da erva-mate. Nesse sentido, Schuster (2007, p. 13) considera, que “o Sistema Faxinal é fruto de uma época onde sua formação era lucrativa para todos os seus integrantes, desde o fazendeiro até o agregado”.

Agregados eram sujeitos que, individual ou coletivamente, desprovidos de recursos financeiros, dependiam da relação estreita que mantinham com os proprietários de fazendas. Estes desenvolvem atividades de manutenção das estruturas, do plantio e colheita de diferentes lavouras e da extração de erva-mate, bem como na lida com animais (CHANG, 1988; SOUZA, 2010; BARRETO; LÖWEN SAHR, 2007; GRZEBIELUKA; LÖWEN SAHR, 2009). Em função da forma comunitária de organização social, do respeito aos costumes e tradições e do elo com a terra, tornaram-se inspiração para a multiplicação das comunidades faxinalenses, principalmente, na região Centro-Sul do Estado.

Concomitantemente, Toledo e Campigoto (2010) enfatizam, que é necessário estar ciente de que além da origem histórica do Faxinal no Paraná, cada comunidade faxinalense possui uma história singular de formação, transformação e consolidação, muitas vezes atrelada aos acontecimentos históricos da localidade na qual estavam inseridas.

Para tanto, Nerone (2000) observa, que a ocupação do meio rural na Região Centro-Sul do Paraná potencializou-se com a chegada de pessoas que fugiram de

terras na região de divisa entre os estados do Paraná e Santa Catarina, local que foi palco da Guerra do Contestado. Conflito armado entre os caboclos da região e os fazendeiros que tinham como foco a posse das terras ocupadas. Famílias esgotadas pela insegurança na área, decidiram partir em busca de terras mais seguras e produtivas, encontrando na região Centro-Sul do Paraná a erva-mate com elevada produção e, ainda, baixa extração, originando a formação dos povoados que futuramente viriam a se tornar Faxinais.

Por sua vez, Campigoto (2008) questiona o fato de autores defenderem a proposta de que a origem dos Faxinais está relacionada à cultura européia. Evidenciada na ideologia promovida pelas Reduções Jesuíticas que se instalaram no Paraná e trataram de se aproximar dos povos indígenas que viviam na região, interferindo assim no modo de vida tradicionalmente local.

Autores como Campigoto (2008) e Campigoto e Bona (2009) entoam o coro de que as culturas indígenas situadas na região Sul do país apresentavam elementos essenciais que teriam sido base para a constituição das comunidades faxinalenses no Paraná. Manifestando-se o uso coletivo da terra como uma das principais práticas desses povos, que deve ser reconhecida pelos estudiosos do assunto, e não descartadas em prol da valorização de uma cultura externa.

2.3.2.3 Movimento social coletivista

A terceira vertente que busca explicar as origens dos Faxinais corresponde a ideia do surgimento desta forma de organização, por meio da formação de um movimento social coletivista. Iniciado por caboclos habitantes na região, e, posteriormente, seguidos por imigrantes do Leste Europeu (NOVAK; FAJARDO, 2008).

A demarcação de volumes de terras em princípio não reclamadas por outros habitantes, destinou-se à formação de assentamentos de propriedade coletiva, iniciando ali, além das moradias das famílias, a produção de bens e outros recursos de subsistência, tais como a criação de animais para consumo, transporte e trabalho. A prática de autoridade no território constituído era realizada por líderes religiosos, que se destacavam pelas suas atividades cerimoniais de cura e ganhavam notoriedade entre os outros membros da comunidade (NOVAK; FAJARDO, 2008).

Brandt e Campos (2008) destacam, que a população de caboclos que viviam em áreas de matas e próximo às fazendas era extremamente miscigenada, composta em sua maioria por índios, brancos e negros. Apesar desta heterogeneidade, essas distintas etnias viviam de forma harmoniosa naquela região. Esse grupo constituiria a base social da população da região de divisa entre os estados do Paraná e Santa Catarina, de onde seriam provenientes as primeiras comunidades faxinalenses.

Esses povos teriam se instalado no caminho das tropas, em função do movimento tropeirismo, que demandava uma série de atividades por onde passava. Por sua vez, diversas famílias deslocaram-se da região para o interior do Paraná na busca de condições adequadas de sobrevivência, haja vista que uma guerra civil na região entre os dois estados promoveu uma atmosfera de insegurança para os caboclos. Essa mistura de povos, para enfrentar as adversidades e adaptar-se às condições naturais da região, desenvolveu um conjunto peculiar de práticas agropecuárias e agrícolas que dariam origem aos Faxinais (LÖWEN SAHR; CUNHA, 2005).

Por vezes, a cultura cabocla é considerada como um conjunto de práticas primitivas que se contrapõem ao que seria o grau de conhecimento acumulado no mundo urbano e que se desenvolve por meio da educação, ou melhor, da escolarização. Considerada como meio de libertação, uma vez que desenvolve a capacidade de pensar e discernir, teria sido negada aos eslavos que migraram para a região dos Pinhais. Eles, oriundos de regiões rurícolas, consideradas como arcaicas, foram assentados em áreas não urbanas, o que perpetuou a reprodução dos 'costumes'. Passaram a viver, em certos casos, rodeados pelo matagal, sempre imbuídos de uma 'religiosidade supersticiosa' herdada dos antepassados que se explica recorrendo à história progressa (SCHÖRNER; CAMPIGOTO, 2009, p. 202).

Löwen Sahr (2008, p. 214) enfatiza, que “os faxinais representam uma história multicultural e global, com uma unicidade local e cultural na sua expressão”, materializada em uma experiência “auto-sustentada de relevante importância ecológica, social, histórica e cultural da região centro-sul do Paraná” (LÖWEN SAHR, 2005b, p. 42). Cujas essência, como um sistema coletivo de produção com princípios próprios, existia no Brasil já com os caboclos antes mesmo da imigração européia (OLIVEIRA, 2008), ainda que imigrantes Ucrânicos e Poloneses que, em sua maioria, se instalaram na região Centro-sul do estado tenham se adaptado à

filosofia do Faxinal, adotando o estilo de vida comunitário dos faxinalenses (MONTEIRO, 2009).

Chang (1988), reconhecida como uma das primeiras autoras a estudar os Faxinais no Paraná, teria assumido a vertente de que o Faxinal é fruto do choque entre duas culturas divergentes, a dos povos nativos da região de Floresta de Araucária, desde o século XVIII, com a dos imigrantes europeus que se instalaram na região, com mais força, entre os séculos XIX e XX. Essa aproximação, teria levado Ucrânios e Poloneses, caracteristicamente povos que viviam da terra, com identificação e sinergia entre si, a criar núcleos comunitários com o intuito de manter acesas suas tradições, originando assim os Faxinais (LÖWEN SAHR; IEGELSKI, 2003).

Desse modo, é possível sugerir que os imigrantes de origem eslava caracterizam-se como os principais responsáveis pelo processo de hibridação de um tronco cultural que viria a se tornar à essência do Faxinal (CAMPIGOTO; BONA, 2009). Contudo, Rupp e Martins (2008) ao estudar uma comunidade faxinalense no município de Rebouças observaram, que independente das origens atribuídas aos Faxinais, percebe-se que os criadouros comunitários, criados no final do século XIX, surgiram em função de um modo de vida comunal que se manifestava na região.

Assim, perspectivas múltiplas são percebidas na descrição dos contornos históricos dos Faxinais no Brasil. De um lado, a versão contada pelos povos faxinalenses, construída na experiência vivida de cada um; de outro, os historiadores teóricos que se dedicam à investigação empírico-científica com base em documentos diversos e nos relatos dos diferentes atores da prática social. Diferentemente dos pesquisadores, os faxinalenses constroem suas evidências no cotidiano, sem preocupação com a veracidade das fontes, bem como, com a interdependência entre as variáveis envolvidas na delimitação da gênese dos Faxinais. Portanto, caberia aos historiadores o papel de revelar os contornos históricos da cultura faxinalense, bem como as conexões entre sujeito, ambiente e a própria história (SCHÖRNER, 2010a).

História que apresenta elementos culturais, sociais, econômicos e políticos dos três estados da região Sul do país, sendo predominante no estado do Paraná, possivelmente, em virtude de um conjunto de acontecimentos históricos, específicos dessa região (OLIVEIRA, 2008; TAVARES, 2008). Condições atreladas aos

elementos culturais e étnicos de diferentes povos, que buscavam, além de cultivar a terra para subsistência, manter ativos princípios, valores, costumes e crenças, coletivamente construídos e compartilhados pelos membros do grupo.

Portanto, com esse breve regaste histórico, acerca das possíveis origens das Comunidades Tradicionais de Faxinais, percebe-se que, independente da perspectiva assumida, uma série de princípios constitutivos de sua estrutura, funcionamento e organização, se faz presente, delimitando as especificidades de um modo de organização da vida comunitária no campo, distinto de outros movimentos sociais históricos.

2.3.3 Princípios e Modo de Organização

Comunidades Tradicionais de Faxinais estruturam-se, econômica e socialmente, a partir de dois aspectos centrais, as terras para criar e as terras para plantar. As áreas destinadas ao plantio caracterizam-se como espaços particulares, em que são cultivados alimentos essenciais para a subsistência do núcleo familiar, separadamente dos demais membros da comunidade. São mantidas cercadas para proteção da invasão dos animais que habitam as áreas destinadas à criação. As terras para os animais (pastagens) são, por sua vez, terras de uso coletivo, nas quais os moradores criam seus animais destinados ao consumo próprio, mas também para a comercialização – como o caso dos porcos – e para o apoio nas atividades de trabalho e transporte. As famílias são responsáveis pela marcação dos animais, de modo que, mesmo sendo criados em manadas comunitárias, não ocorre confusão em termos de propriedade dos mesmos (NEIVERTH; LÖWEN SAHR, 2005; NOVAK; FAJARDO, 2008; BRANDT; CAMPOS, 2008).

Brandt (2007), Novak e Fajardo (2008) e Bertussi (2009) observam, que as terras de criar e de plantar distinguem-se ainda em termos de localização no entorno das comunidades. Regiões mais íngremes, caracterizadas por elevada concentração de matérias orgânicas e propícias à produção agrícola, são destinadas às áreas de plantio. Áreas mais próximas aos cursos de águas, planas e predominadas por uma vegetação de capoeira e de florestas de araucárias, conhecidas como criadouros, são aplicadas às práticas de criação de animais, tendo em vista a fartura de alimentos e água, não demandando preocupações por parte dos proprietários. Ferreira (2009) destaca, que as terras de criar, dominadas pelo exercício do uso

comunitário, constituem-se em um elemento para a prática da partilha entre os membros do Faxinal.

Tradicionalmente, as práticas de separação entre as áreas de plantar e de criar giravam em torno do uso de cercas, contudo, os materiais aplicados nas cercarias são distintos. Muitas vezes percebe-se o uso corriqueiro dos ‘rachões’, estrutura feita por lascas dos pinheiros; as toras dos pinheiros também são constantes, além de tábuas de árvores diversas; bem como o uso de xaxim. Em épocas mais remotas, utilizavam-se muros de pedras para delimitação dos espaços nos Faxinais; bem como, ‘valões’, buracos construídos entre o espaço das criações e as plantações, que impediam as invasões nas lavouras (BRANDT, 2005).

Nesse sentido, destaca-se que o sistema econômico, embora atrelado às questões sociais e às práticas de convívio comunitário, apresenta-se atrelado a três aspectos fundamentais: ao cultivo de culturas de ciclo anual, a criação de animais e a exploração da erva-mate (SCHMITZ; MOTA; SILVA JÚNIOR, 2005). Reforçados pela localização ao longo dos vales dos rios, em que os faxinalenses praticam “um sistema de uso integrado da terra que abrange a atividade silvopastoril comunitária, a extração de madeira e erva-mate e também a agricultura de subsistência” (LÖWEN SAHR, 2005a, p. 1).

Para Barreto (2008) a forma de organização e produção encontrada nos Faxinais, reflete um conjunto de práticas socialmente aceitas e compartilhadas por seus membros, cujo foco central encontra-se na busca pela reprodução do modo de vida, no qual se estruturam essas comunidades. Albuquerque (2000) pontua, que o sistema de produção predominante nas Comunidades Tradicionais de Faxinais integra atividades de agricultura familiar destinadas à subsistência, com atividades agrosilvopastoris, que congregam em uma área de florestas, práticas de extrativismo vegetal, lavoura e criação de animais.

Tendo em vista que o plantio é uma prática para manutenção de subsistência das famílias, as áreas utilizadas para esse fim são reduzidas (BRANDT, 2005). Assim, o princípio da economia de subsistência é significativo, tendo em vista que estão localizados em áreas rurais isoladas, afastadas de centros urbanos. “Teriam como fundamento não o valor de troca, mas sim o valor de uso, ou seja, sua produção estaria voltada para a auto-suficiência dos indivíduos e famílias que compõem tais comunidades” (ANTUNES; SOCHODOLAK, 2010, p. 136). Suas

práticas são guiadas por uma lógica econômica não mercantilista e substantiva de vida, contrária à racionalidade utilitária, dominante no mundo capitalista moderno.

Nerone (2000) discute com relação às áreas de plantio, que as primeiras comunidades faxinalenses, serviram-se da prática agrícola de pousio, promovendo o rodízio das áreas destinadas às lavouras, de modo que a mesma tivesse tempo de se recuperar em relação à fertilidade do solo, bem como de possíveis erosões. A técnica envolvia o descanso de determinada região por um período de 4 a 5 anos, após o término da colheita. O pousio era popular nos Faxinais em épocas remotas, pelo fato de que as comunidades tinham a sua disposição extensões de terras devolutas. Contudo, tornou-se inviável seu uso com o avanço da agricultura intensiva dos latifundiários, que instituíram a redução dos territórios faxinalenses, com a prática da propriedade privada, amparada pelos dispositivos legais da época.

Por sua vez, nos criadouros comunitários, predominam florestas de árvores que fornecem madeira, bem como árvores frutíferas de porte médio e os ervais nativos. A preservação da erva-mate determinou o surgimento das terras de criar nos Faxinais, pois os faxinalenses, que tinham no extrativismo da planta sua principal atividade econômica, perceberam que ao instalar cercas nessas áreas, poderiam explorar as pastagens e as fontes de água com a criação de animais, sem qualquer impacto na produção de erva-mate (TÚLIO, 2004). Silva (2005, p. 36) enfatiza, que “a sustentabilidade social dos criadouros comuns está alicerçada em três pilares, quais sejam: a propriedade da terra, a construção das cercas e a sua manutenção”, cuja essência é a ação coletiva alinhada a princípios de solidariedade e ajuda mútua.

Contudo, apesar do caráter tradicional, Ramos (2009) pontua, que com as transformações vivenciadas pelos faxinalenses, em muitas comunidades foi adotado o critério de delimitação do número de animais que cada família poderia manter na área do criadouro comunitário. Decisão tomada de forma coletiva, tendo em vista que, o excesso de animais nessas áreas, que com o passar dos anos, gerou impactos para vegetação, ameaçando a sobrevivência dos faxinalenses que trabalhavam com a extração da erva-mate. Prática, que viria afetar a essência dos Faxinais, pois, “para os faxinalenses o mundo é o mundo do Faxinal. No qual se cria os animais soltos e coletivamente e onde há uma área fora do criadouro para o

plântio das roças. É inconcebível para eles, um espaço rural em que os animais têm que permanecerem fechados” (RAMOS, 2009a, p. 181).

Na dinâmica de princípios e práticas tradicionais nas comunidades faxinalenses, a forma como são organizadas as residências nos territórios, bem como o seu entorno, refletem também a identidade singular desses grupos. Assim, Soares (2012) discute, que as residências nas comunidades faxinalenses tradicionalmente são construídas próximo às fontes de águas e às estradas disponíveis no território. Prática que se explica pela facilidade de condução da água até as moradias, atendendo as necessidades diárias das famílias, bem como possibilitando a instalação das moendas, necessárias para o processamento do milho. A proximidade com estradas, nas partes baixas das comunidades, facilita a locomoção das pessoas, que muitas vezes é feita com o transporte animal.

No entorno às residências são instaladas as estruturas denominadas ‘paiol’, que servem de apoio aos faxinalenses. Espaço utilizado como depósito para ferramentas, insumos agrícolas, ração destinada aos animais e produtos provenientes das colheitas, mas que são destinados ao consumo próprio, além de matéria-prima aplicada na manutenção e construção de benfeitorias (BERTUSSI, 2009).

Um aspecto peculiar destacado por Nerone (2000) com relação à forma de organização social das moradias dos faxinalenses, diz respeito ao fato de que o espaço destinado para as construções nas terras de criar, junto às fontes de água, florestas e animais, transmite a imagem de uma aldeia de camponeses rurais. Ambiente no qual se manifesta um conjunto de relações sociais de produção, convívio e comemorações. Assim, a forma como se promove o uso da terra, reforça a manifestação de elementos correspondentes à confiança, respeito e convívio harmonioso, haja vista que é um costume arraigado às origens do Faxinal (NOVAK; FAJARDO, 2008).

Para Barbosa (2010), a conexão consistente entre o meio natural e a forma de organização social, encontrada nos Faxinais, determina a identidade cultural de um grupo que acompanhou as transformações da sociedade. Mantém vivas suas tradições por reproduzir e compartilhar, em seu cotidiano, elementos como “experiência de vida comunitária, religiosidade, principalmente o catolicismo popular,

relação de compadrio, uso coletivo do espaço e estrutura familiar” (BARBOSA, 2010, p. 18).

Cotidiano aqui compreendido como o conjunto de relações destinadas ao convívio social, atividades produtivas, festividades e trocas em comunhão, atreladas a coesão e sinergia. Como destaca Silva (2005), fatores que reforçam os laços de solidariedade entre os membros das comunidades, expandindo-se para contextos externos ao território. Influencia as relações sociais do grupo com o seu entorno. Constrói um estilo de vida comunitária, ancorado na união, entre os faxinalenses (SIMÕES, 2009).

Nerone (2000) observa, que as relações sociais e o convívio comunitário nos territórios faxinalenses tornavam-se mais coesos em função dos laços de compadrio. Normalmente o apadrinhamento implicava no reforço das amizades, bem como na instituição de compromissos e comportamentos perante a sociedade. A base dessas relações era o respeito e a consideração entre os membros das famílias envolvidas. No entanto, muitas vezes, a escolha dos padrinhos se dava em virtude das posses do indivíduo, reforçando laços de poder e dependência entre os diferentes papéis sociais na estrutura dos Faxinais, manifestados, inclusive, no que tange a política.

Finalmente, o modo de vida comunitário, característico das Comunidades Tradicionais de Faxinais, é representado pela forma de ocupação do espaço e pelos elos de convívio coletivo. Como prática tradicional de vida, representa a cultura de um povo que, mesmo com as transformações da sociedade, busca manter suas tradições e costumes vivos (BERTUSSI, 2008a; NOVAK; FAJARDO, 2008). Elementos – Lógica de Não Propriedade, Representantes Comunitários: Segurança, Gestão, Política e Religião e Prática de Mutirão (Puxirão) e Doações entre Membros – que representam a identidade sociocultural de um povo, cujas características singulares são discutidas na sequência de forma detalhada.

2.3.3.1 Lógica de não propriedade

Comunidades tradicionais, predominantemente rurais, possuidoras de territórios em que as famílias de seus membros se instalam, vivenciam sistemas de propriedade comum da terra. Compartilham direitos, deveres e obrigações em relação à proteção, manutenção, gestão e exploração do espaço. Condicionados a princípios culturais que promovem a identidade do grupo (SALDANHA, 2005)

distanciando-se da prática de propriedade individual e privada, base da Sociedade de Mercado.

Portanto, embora o território de uma comunidade tradicional represente o elo de sinergia e identificação entre os indivíduos do grupo, torna-se essencial perceber que esse território, muitas vezes simbólico, não se restringe a uma área geográfica determinada em que se encontram instaladas as famílias da comunidade. O espaço deve ser entendido como o local em que se concretizam as relações sociais, políticas e econômicas do grupo, atreladas à perspectiva de subsistência, ainda que circunscrevam áreas geográficas além das áreas de uso coletivo.

Por sua vez, a prática coletiva de trocas solidárias pode ser apontada como um aspecto relacionado à delimitação do território nas comunidades tradicionais. Essas relações não estão limitadas aos membros das famílias, mas entre as famílias do grupo e, de certo modo, às famílias da comunidade e indivíduos que vivem em seu entorno, mesmo não sendo reconhecidamente membros do grupo.

Nesse sentido, uma característica das Comunidades Tradicionais de Faxinais, que reforça a orientação não utilitarista desse modelo de organização sócio-econômica, diz respeito ao fato de que nas comunidades faxinalenses habitam indivíduos que detêm a propriedade das terras e também pessoas que não possuem terras. Estando ambas, indistintamente, integradas e atreladas a princípios de convivência coletiva (NOVAK; FAJARDO, 2008; BERTUSSI, 2009). Reforçados pela manutenção das tradições e costumes, que promovem, atualmente, embates com os interesses individualistas de uma sociedade capitalista, responsável pelo completo desaparecimento de comunidades (BRANDT; CAMPOS, 2008).

Assim, como parte das famílias não possui a terra de fato, inserindo-se na dinâmica de agregado, o Faxinal constituiu-se na oportunidade para obter da lavoura a sobrevivência de seus familiares. Encontrando nesse território uma atmosfera propícia ao desenvolvimento de práticas comunitárias de vida (TOLEDO, 2008). A lógica de não propriedade é reforçada, tendo em vista que se percebe nos relatos de Toledo (2008), que os faxinalenses detentores dos direitos de propriedade das terras, manifestam a preocupação com as famílias que não possuem propriedades rurais, considerando-se a possibilidade de extinção do grupo.

Nesse sentido, a terra é tratada no contexto das comunidades faxinalenses como um bem comum, de uso coletivo, sem qualquer atribuição de valor para a

propriedade privada e individual (SOUZA; BERTUSSI, 2005). Conforme enfatiza Souza (2009, p. 11) “o acesso a terra para este grupo social, não estava obrigatoriamente condicionado ao título de propriedade”. Portanto, a lógica interna do grupo se desvincula da prática fundiária da sociedade, institucionalizando princípios de uso coletivo da terra. A lógica da propriedade privada implica em conflito com o livre acesso a terra, elemento central na delimitação das comunidades faxinalenses.

Desse modo, percebe-se, que com o uso coletivo da terra, o “princípio da solidariedade se expressa dentro de uma lógica em que a figura do ser humano passa a ter mais valor do que a dos objetos materiais” (BARRETO, 2008, p. 35), representando para muitas famílias, que não possuíam condições de comprar terras, a oportunidade para se fixar no meio rural e dele obter sua sobrevivência (ANTONELI, 2011).

Contudo, “uso comum ou terras de uso comum não significa que seja de acesso público, no sentido de qualquer cidadão ou pessoa, mas de quem compartilha da ideia de moralidade e de justiça própria dos faxinalenses” (RAMOS, 2009a, p. 36). Embora questionada pela sociedade moderna, o uso comum constitui-se “em oposição à propriedade privada, em expansão com o desenvolvimento da agricultura do Estado” (SHIRAISHI NETO, 2009, p. 22), reforçando princípios que contribuem para a manutenção e sobrevivência das Comunidades Tradicionais de Faxinais, uma vez que, conforme observa Brandt (2005), o processo de submissão das terras de uso comum aos princípios de propriedade privada, amparado pelos movimentos de cercamentos para agricultura extensiva, colonização e exploração de madeira, determina a precarização da lógica de não propriedade, essencial para a manutenção do modo de vida comunitário, característico dos Faxinais.

2.3.3.2 Representantes comunitários: segurança, gestão, política e religião

Nerone (2000) relata, que o processo de liderança nas comunidades faxinalenses é desempenhado por atores sociais que, escolhidos de forma coletiva, assumiam os papéis de Inspetor de Quarteirão, Inspetor Municipal, ou ainda, com maior poder de influência, o de Líder Político. Este, representava a figura de orientação dos demais membros da comunidade com relação às questões políticas que, de alguma forma, aproximavam-se ao cotidiano do Faxinal, principalmente nos períodos de eleição.

Embora haja uma prática de coletivizar as questões políticas nas comunidades faxinalenses, Cordeiro (2011) enfatiza, que a presença feminina nas discussões políticas em algumas comunidades é mínima. Reforça as disfunções de gênero em algumas comunidades, predominantemente, nas relações de poder e divisão das tarefas entre homem e mulher, bem como nos processos de tomada de decisões familiares ou da comunidade.

Assim, baseados no convívio comunitário harmonioso, conflitos internos se manifestavam em virtude de alguns indivíduos não obedecerem às determinações dos inspetores, gerando desequilíbrios nas relações sociais dos Faxinais. Nesse contexto, ordem e segurança nos territórios faxinalenses eram garantidas pela figura do inspetor de quartirão, que tinha o poder de polícia reconhecido pela comunidade (RAMOS, 2009). Portanto, Novak e Fajardo (2008) apontam, que devido à falta de autoridades formais designadas pelo Estado, os crimes e outras ocorrências que exigiam ação policial eram resolvidos pelos próprios moradores e os envolvidos. Sem interferência de grupos externos à comunidade, levando-se em consideração um conjunto de normas religiosas e morais próprias dos Faxinais.

Nesse sentido, ao inspetor de quartirão cabiam as questões relativas ao descumprimento de normas internas de organização e funcionamento do Faxinal, prezando sempre pela harmonia e o convívio social das famílias residentes. Todo questionamento apresentado ao inspetor de quartirão era analisado, tendo como guia, os costumes tradicionais do grupo, que por representar a identidade cultural da comunidade, eram aceitos e compartilhados por todos, sem posturas contrárias (NERONE, 2000).

Por sua vez, Nerone (2000) observa, que o cargo de inspetor municipal tinha como responsabilidade a coordenação das atividades de mutirão para a manutenção da estrutura das estradas, porteiras, mata burros e cercas, além do plantio e da colheita, executados de forma coletiva. Cabia ainda ao inspetor municipal representar a comunidade junto ao município a que estavam ligados, buscando a efetivação de seus direitos, ainda que não contemplados na legislação brasileira.

A importância desses representantes para as Comunidades Tradicionais de Faxinais, pode ser percebida conforme destaca Nerone (2000) e Novak e Fajardo (2008), em função de serem seus executores escolhidos pelo grupo de forma coletiva. Estes estavam subordinados aos representantes legais da sociedade. No

caso do inspetor de quarteirão, ao delegado, e o inspetor municipal, ao Prefeito Municipal, sendo “reconhecidos formalmente como autoridades locais” (NERONE, 2000, p. 121).

Do mesmo modo, com relação às questões religiosas, Simões (2009) observa que até meados dos anos de 1940 e 1950, as comunidades faxinalenses não tinham acesso às instituições religiosas oficiais. Principalmente, por ser o acesso a estas comunidades dificultado pela inexistência ou precariedade das estradas. Às pessoas que desempenhavam atividades religiosas ou de cura, benzedeiros(as) e curandeiros(as) era atribuído o papel de representante máximo da comunidade, exercendo assim a autoridade de organização do grupo, zelando pela ordem e tranquilidade dos moradores (NOVAK; FAJARDO, 2008).

Nerone (2000) enfatiza, que representantes religiosos como padre, capelão, benzedor e o dirigente do terço dominical, bem como as parteiras, exerciam certa autoridade de liderança nas comunidades faxinalenses, tendo em vista que estavam em constante interação com as famílias. Desempenhavam funções no cotidiano do grupo, atuando na orientação das pessoas. Seriam responsáveis ainda pela organização das festividades.

Portanto, conforme discutem Nerone (2000) e Hauresko (2011), as manifestações culturais e religiosas representam um aglutinador no cotidiano das comunidades faxinalenses, tanto no decorrer dos eventos, como principalmente no planejamento e organização dos mesmos. Exige dos moradores sinergia nas atividades e ação coletiva. Esses acontecimentos são promovidos também com o propósito de manter vivas tradições, costumes e memória de um povo, especialmente no que se refere ao modo de vida rural/tradicionalista, que sofre constantes pressões de uma sociedade moderna, e, que é questionado por tais pressões quanto a sua identidade.

2.3.3.3 Prática de mutirão (puxirão) e trocas

Como já mencionado, a produção de subsistência é uma característica predominante nos Faxinais. É praticada especialmente nas terras de plantar, onde as famílias se dedicam à produção de arroz, feijão, milho, batata e mandioca, além de hortaliças (SOCHODOLAK; MANEIRA, 2011). Muitas vezes, o excedente desta

produção de subsistência é utilizado pelos moradores como moeda de troca entre si, visando a aquisição de alimentos que não são produzidos por eles.

Na concepção de Sochodolak e Maneira (2011), também se manifesta nos Faxinais à doação do excedente de carne, oriunda da produção de suínos, realizada, principalmente, entre os vizinhos próximos. Orientados por um princípio de reciprocidade, que fortalece os laços de amizade e de convívio entre os moradores. Em épocas mais remotas, essa característica era reforçada pela inexistência de técnicas de conservação de alimentos nas comunidades (por exemplo, o uso de geladeira), tornando necessário que os alimentos fossem consumidos ainda frescos, pelo risco de desperdício (BERTUSSI, 2009).

O 'mutirão', também conhecido como 'puxirão' ou 'pitoco', constitui-se de outra prática social presente nas comunidades faxinalenses. Considerando sua natureza coletivista e solidária, o mutirão reforça os laços de convívio social (NERONE, 2000; BRANDT; CAMPOS, 2008; HAURESKO, 2011). Essa prática consiste na reunião dos membros da comunidade em prol de auxiliar alguém na execução de tarefas que exigem desgaste físico ou tempo, de modo que o responsável direto não tenha dificuldades com sua realização (NERONE, 2000; BRANDT; CAMPOS, 2008; HAURESKO, 2011).

Geralmente o mutirão é praticado para a construção de casas, colheitas, para matar os animais de grande porte, entre outras atividades que demandam esforço e trabalho. Essa forma de ação cria um ciclo em que todos aqueles que participarem nas tarefas também serão ajudados nos momentos que necessitarem, ou seja, para as famílias que forem atendidas pelo mutirão, torna-se imperativo a ajuda de outras famílias quando estas necessitam (NERONE, 2000; BRANDT; CAMPOS, 2008; HAURESKO, 2011). Contudo, mesmo sendo uma prática comum, os mutirões não são exclusivos das comunidades faxinalenses, podem ser encontrados, com certa frequência, em diferentes comunidades tradicionais, no meio rural ou urbano (CALDEIRA, 1956).

De acordo com Rupp e Martins (2008) a prática do puxirão nas comunidades faxinalenses está intimamente ligada às atividades de limpeza de estradas e caminhos na área interna do território dos Faxinais. As cercas, essenciais para a manutenção do modo de vida comunitário, são conservadas pelos próprios

moradores. Cada um é responsável por cuidar de um trecho específico, mantendo-o em condições adequadas de uso.

Toledo (2008) investigando uma comunidade faxinalense da região Centro-Sul do Paraná, observou pelos relatos dos moradores, que a prática do puxirão se manteve presente com maior proeminência até meados de 1970. Atividades de plantio, colheita e limpeza das áreas de lavoura eram normalmente realizadas de forma coletiva, sendo a família residente naquela área, responsável por organizar a realização das tarefas.

Nerone (2000) destaca, que ao final do puxirão, seus participantes já aguardavam ansiosamente a realização do baile para comemoração. Essa confraternização além de reforçar a identidade faxinalense, contribuía para tornar mais coesos os laços de amizade entre as famílias da comunidade. Ao indivíduo que, sendo convidado a participar do puxirão, negou, mas ainda assim compareceu ao baile oferecido aos participantes, é atribuído o apelido de *carancho*, devendo ainda contribuir com uma taxa, reconhecida como uma espécie de multa, por ter se recusado a participar das atividades coletivas (NERONE, 2000).

A discriminação aí empreendida tinha a função de sanção ao sujeito individualista, que mesmo não contribuindo com a comunhão do grupo, optou por partilhar da confraternização que é consequência de uma conquista coletiva (NERONE, 2000). Desse modo, evitava-se, possivelmente, que fosse criado um ciclo de negações, tornando inviável a realização dos mutirões pelo reduzido número de indivíduos que se colocavam a disposição do inspetor municipal para contribuir com as atividades coletivas de ajuda-mútua.

Ao estudar uma comunidade faxinalense da região metropolitana de Curitiba, Tavares (2008) percebeu, que as atividades de extração de erva-mate, nas áreas do criadouro comunitário, eram realizadas por meio da organização de mutirões – puxirão – sendo o resultado do trabalho dividido de forma igualitária, independentemente a quem pertença à propriedade legal da área. Essa forma de organização da vida nos Faxinais, demonstra as especificidades de um povo que se constituiu no meio rural paranaense.

Nerone (2000) destaca, que o convite para contribuir nas atividades de um puxirão destinado a outro morador, quando negado, tornava-se uma marca social negativa, da qual, todos se lembrariam quando o indivíduo que não contribuiu,

solicitasse o apoio de um mutirão em sua lavoura. Nesse sentido, a retribuição e a reciprocidade representam a base para a manutenção do convívio comunitário e a harmonia social do grupo. Segundo Nerone (2000, p. 129) “quando o mutirão não contava com baile, chamava-se *pitoco*: era o trabalho coletivo organizado pelos mais pobres, transparecendo, assim, a diferença social”.

No passado, a lógica interna de organização do trabalho em mutirões, também era percebida nas práticas dos fazendeiros que, em formato de parceria, cediam seus agregados para o trabalho nas lavouras dos vizinhos, com o direito de posteriormente utilizar agregados dos vizinhos em suas atividades (TOLEDO, 2008).

No entanto, Souza (2009a) e Soares (2012) observam, que as tradições que envolvem a realização de mutirões para construção e manutenção das cercas, têm sido enfraquecidas em virtude do desinteresse de faxinalenses em se dedicar a essas práticas comunitárias, principalmente em virtude da precariedade de ferramentas disponíveis para esse trabalho, bem como pela limitação de material necessário para sua consecução.

Em síntese, conforme discutem Sahr e Löwen Sahr (2009) as Comunidades Tradicionais de Faxinais organizam-se apoiadas na articulação de diferentes espaços, delimitados por aspectos sociais, econômicos, ambientais e religiosos. Em termos sociais, percebe-se a manifestação de elos de relacionamentos que dão significação ao princípio de comunidade, promovendo assim a convivência entre os membros do grupo. A questão econômica é atrelada à necessidade de subsistência das famílias, que tinham na produção da erva-mate o principal meio de sobrevivência, diferentemente da lógica economicista com o propósito de acumulação de capital. O vínculo com o fator ambiental, de modo que as práticas de produção e extração da erva-mate são guiadas com um senso de responsabilidade, respeitando a natureza. A crença por sua vez, constitui-se em um elemento central na vida dos faxinalenses e sempre esteve inserida em todas as atividades e relações das comunidades.

Contudo, ainda que se perceba, no contexto das Comunidades Tradicionais de Faxinais, a predominância de fatores sociais, econômicos, ambientais e religiosos alinhados à lógica substantiva de vida comunitária, percebe-se, que muitas comunidades faxinalenses têm enfrentado uma série de conflitos internos e externos que, culminam na desarticulação de alguns grupos e de forma mais negativa, na

extinção de outros. Para tanto, na sequência serão discutidos os acontecimentos centrais que contribuem para as contradições percebidas no contexto de comunidades faxinalenses.

2.3.4 Desarticulação das Comunidades Tradicionais de Faxinais

Conforme relatam Rupp e Martins (2008), Toledo (2008) e Souza e Seidel (2009), nas últimas décadas, percebe-se, que os Faxinais têm sido alvos de uma série de problemas, considerados pelos faxinalenses 'abusos' e 'desrespeitos' contra os aspectos culturais e tradicionais de formação do povo, bem como do modo de vida comunitário manifestado. Assim, as Comunidades Tradicionais de Faxinais, que surgiram como um modo de vida no campo, característico da região Sul do Brasil, atualmente, se encontram restritos a um número restrito de municípios do Paraná (RUPP; MARTINS, 2008; TOLEDO, 2008).

Embora sejam constituídos em princípios e costumes tradicionais de vida comunitária, nas últimas décadas têm experimentado a força do desenvolvimento agrícola. Concebido na busca por produtividade, impinge suas fronteiras produtivas para áreas anteriormente ocupadas por comunidades faxinalenses. Destituindo esses povos de seus territórios, bem como promovendo a substituição da produção de subsistência pela produção para o mercado consumidor (ALBUQUERQUE, 2000), principalmente de fumo, soja, milho e trigo.

Em alguns casos, os conflitos assumem um caráter de 'luta' de fato, de modo que a segurança de membros das comunidades é ameaçada. Certos grupos sofrem com práticas criminosas, como a morte das criações, a destruição das cercas, porteiras e mata-burros (SOUZA; SEIDEL, 2009). Fatores, que implicam não só em prejuízos financeiros, mas, no enfraquecimento social do Faxinal. Diante disso, muitas famílias preferem abandonar esse contexto conturbado e migrar para outras regiões, em que não tenham que lidar, cotidianamente, com situações de embates e desordem.

Túlio (2004) enfatiza, que o processo de desarticulação dos Faxinais foi potencializado por uma série de episódios históricos, atrelados a perspectivas desenvolvimentistas, que são: i) declínio das atividades comerciais da erva-mate, iniciado por volta de 1920, primeiramente pelo volume de oferta do produto no mercado, em função do número de produtores; em seguida pela baixa qualidade da

erva-mate comercializada, que passou a ser misturada com muitas outras ervas, tendo sua qualidade questionada pelo mercado, que deixa de consumi-la; ii) potencialidade das atividades de exploração da madeira, que no início do século XX era farta, levando muitas famílias a obter lucros em curto período de tempo, atraindo o interesse de todos no campo. Contudo, a atividade também deixou de ser atrativa, por fatores óbvios, que seria a devastação das matas, provocando a venda de propriedades rurais como forma de cumprimento dos compromissos assumidos; iii) redução das propriedades rurais, que foram desmembradas em várias pequenas propriedades, para que os filhos pudessem ter direito às suas partes na herança da família. Como as áreas dos Faxinais localizavam-se dentro das propriedades e eram protegidas pelos patriarcas, em função de parcerias firmadas com os colonos, a partilha provocava a desarticulação das comunidades faxinalenses por ser o território coletivo, distribuído como propriedade privada, sob o domínio de um indivíduo, o herdeiro; e iv) o avanço tecnológico das práticas agrícolas, articulado com o desenvolvimento industrial no Brasil, iniciando a agricultura extensiva, baseada na monocultura de produtos destinados ao mercado consumidor, em sua maioria para exportação, chocando-se com princípios de subsistência, conduzidos pelos povos faxinalenses.

Nesse sentido, discutindo-se o contexto atual encontrado, a partir de um levantamento realizado pelos gestores públicos do município de Rebouças, no ano de 1998, em comunidades faxinalenses que adotam o criadouro comunitário, Albuquerque (2000) descreve alguns possíveis problemas enfrentados por esses grupos, dentre os quais destacam-se: i) ausência de assistência técnica; ii) trechos de cercas inexistentes e com conservação deficitária; iii) saneamento básico precário; iv) falha no manejo sanitário dos animais; v) limitação genética dos animais; vi) área de pastagens inadequada para o número de animais existentes; vii) manutenção de número de equinos superior às necessidades diárias de trabalho do grupo; viii) limitações financeiras no que diz respeito aos investimentos em mudas; ix) falta de planejamento para reposição das árvores frutíferas nativas; x) alimentação suplementar para os animais inexistente; xi) falta de controle de ervas daninhas; e xii) conflitos entre os membros do grupo, com relação aos princípios estabelecidos para a manutenção dos criadouros comunitários.

Problemas de natureza fundiária, ligados à regularização, limitação e acumulação de terras, ambientais, em virtude da extinção de recursos naturais, pelo uso indevido ou a aplicação de produtos químicos e de natureza jurídica; o desconhecimento do arcabouço legal acerca do funcionamento dos Faxinais, cujas decisões chocam-se com as práticas internas e tradições do grupo, são apresentados por Souza e Bertussi (2005) como alguns fatores ligados ao processo de desagregação das comunidades faxinalenses. Cujos principais prejudicados são os faxinalenses, que embora utilizem a terra de modo comunitário, não detêm a propriedade legal das mesmas, sendo obrigados assim a migrar para outras regiões rurais. Ou, em outras situações, optar pelos centros urbanos, onde nem sempre as situações são as mais adequadas (DOMINGUES, 1999).

Assim, considerando-se as reflexões de autores que investigaram os fatores que têm contribuído com a desarticulação de muitas Comunidades Tradicionais de Faxinais, na sequência são discutidos alguns aspectos centrais desse processo, como os cercamentos e as reduções dos territórios faxinalenses, as transformações na agricultura e o avanço tecnológico percebido, as crises com a erva-mate e a fumicultura, bem como a atuação do poder público e a legislação vigente.

2.3.4.1 Cercamentos e redução dos territórios faxinalenses

A racionalidade inerente aos Faxinais, cujo uso coletivo da terra se torna à base de organização das comunidades, tem sido continuamente agredida pela perspectiva de propriedade privada e uso extensivo da terra para monocultura. Silva (2005, p. 42) aponta, que tal fato ocorre “pela superação da forma ‘tradicional’ de produção por uma mais ‘moderna’ e tecnificada, mais racional, dentro da lógica da acumulação capitalista”. Processo que Souza (2009, p. 8) conceitua como “privatização do uso comum da terra”, tendo em vista que, “a cerca coletiva é vital para a manutenção do Sistema Faxinal, porém o cercamento individual supõe a morte do sistema, pois secciona um espaço que a princípio é de uso coletivo” (NERONE, 2000, p. 186).

Em alguns casos, pela forma de organização social e do uso da terra, as comunidades faxinalenses enfrentam problemas com o crescimento da população no território. Novas residências implicam no cercamento de porções de terras para a delimitação dos quintais utilizados na instalação das hortas particulares, o que, conseqüentemente, implica na redução da área total do criadouro comunitário

(SOARES, 2012). Conduto, não se manifesta um movimento de desarticulação das comunidades, tendo em vista que os Faxinais se adaptam continuamente a essas demandas, promovendo a manutenção do convívio social coletivo. Pois, conforme relata Bertussi (2009, p. 154) “o território é para povos tradicionais condição de existência e continuidade”.

“O elemento fundamental desse conflito está sob a forma do entendimento e do uso da terra: os povos de faxinais prezam o uso coletivo no criadouro comunitário, o modelo de agricultura moderna incentiva o individual, o primeiro visa à continuidade das práticas e acordos coletivos e o segundo preza a lei do capital” (BERTUSSI, 2009, p. 152), garantida pela expansão das áreas de plantio nas fazendas, com base na delimitação de cercas (RAMOS, 2009).

Assim, a ampliação das áreas de plantio e a conseqüente redução dos espaços destinados aos criadouros comunitários, constitui-se no principal fator de desarticulação dos Faxinais. Desse modo, Silva (2012, p. 48) reforça, que esse processo “atinge a centralidade do imaginário coletivo de comunidade faxinalense (os interesses individuais sobre o projeto coletivo), desarranjando parcialmente os códigos de solidariedade da população”.

Na concepção dos povos faxinalenses, conforme descrevem Souza e Seidel (2009) a devastação das Comunidades Tradicionais de Faxinais é potencializada pelo uso indiscriminado dos recursos naturais e pela redução dos territórios. Ocasionalmente pela expansão das plantações de pinus, eucalipto, soja, milho e trigo. Percebe-se ainda, o aumento no número de chácaras de lazer no interior dos Faxinais, chocando assim princípios tradicionais da comunidade, com práticas dos chacareiros, que embora ocupem uma área no espaço físico, não compartilham da identidade faxinalense historicamente construída. Relatam-se ainda, os conflitos com órgãos públicos, que, além de manter as comunidades faxinalenses na invisibilidade política, descumprem os direitos já conquistados por esses grupos.

Os estudos de Rupp e Martins (2008) e Souza (2009) apontam, que as comunidades faxinalenses da região de Rebouças passaram, por volta de 1980, por um processo de desarticulação acelerada, em virtude da chegada de famílias de pequenos agricultores vindas do Rio Grande do Sul. Essa migração representou uma tentativa das pessoas em buscar condições adequadas de sobrevivência, haja vista que a política de crédito do Regime Militar, privilegiava agricultores que tinham

condições de oferecer garantias ao governo, limitando o acesso dos camponeses que viviam de práticas de subsistência.

A escolha das terras de Faxinais se deu em virtude do preço menor ao praticado no Rio Grande do Sul, permitindo assim que os camponeses migrantes comprassem maiores extensões, com o intuito de ampliar a produção agrícola, e aumentar o retorno financeiro com a atividade no campo. O fator cultural contudo, foi o responsável pela pressão sofrida pelos Faxinais. Os migrantes gaúchos conduzidos por princípios diferentes das comunidades, passaram a ser vistos como latifundiários, adotando uma série de práticas agrícolas que se chocavam com as tradições faxinalenses. Esse conflito cultural, amparado por um sistema legal que não atendia aos interesses dos faxinalenses, originou um movimento de venda dos terrenos do território de alguns Faxinais e a consequente extinção de muitas comunidades na região Centro-Sul do Paraná (RUPP; MARTINS, 2008).

Ferreira (2008) enfatiza que em muitas regiões, as áreas de plantar são mais valorizadas do que as áreas de criar. Assim, os faxinalenses optam por vendê-las, transferindo o plantio para parcelas de terras pertencentes ao criadouro comunitário. Considerando-se que nas áreas de plantar predomina uma lógica individual, o impacto para os Faxinais é danoso, pois implica na quebra de sua essência comunitária, enfraquecendo a identidade cultural coletiva do grupo, além de provocar o abandono de costumes e práticas tradicionais.

Portanto, para Barreto (2008) a preocupação central para os Faxinais, diz respeito ao processo de sujeição do território físico, coletivamente estruturado, aos interesses econômicos de acumulação financeira de latifundiários e, nas últimas décadas, de grupos empresariais. Embora, para os atores sociais envolvidos, represente somente a constituição de propriedade privada de determinada área geográfica, para as comunidades faxinalenses significa o aprisionamento de seu território simbólico, que historicamente reforçou os princípios de um modo de vida camponesa, singular do Sul do Brasil.

2.3.4.2 Transformações na agricultura e avanço tecnológico

Transformações nas Comunidades Tradicionais de Faxinais estão ligadas ainda às práticas agrícolas, que são invadidas por instrumentos e mecanismos alinhados à busca por maior produtividade. Silva (2012) enfatiza, que atualmente as

comunidades faxinalenses convivem com uma série de contradições, que implicam nas transformações de suas práticas. Observa-se a manutenção das hortas para subsistência, no entorno das residências, acompanhada de monoculturas, destinadas à comercialização. As casas são construídas com características tradicionais, mas amparadas por elementos modernos. Na agricultura observa-se o uso de máquinas e equipamentos.

Desse modo algumas famílias, residentes nos Faxinais, promovem a substituição de suas práticas e conhecimentos tradicionais, por técnicas e equipamentos oferecidos por instituições representantes da sociedade moderna, que vêm na propriedade privada, a base de suas ações (RAMOS, 2009).

Portanto, a transformação nas práticas de utilização do meio natural, tem se apresentado como fator de embates com a identidade faxinalense, tendo em vista a ampliação das áreas de plantar para os criadouros comunitários (BARBOSA, 2010). O abandono das práticas tradicionais na agricultura dos Faxinais tem sido provocado, peculiarmente, pelo avanço do discurso da sociedade moderna, que valoriza aspectos técnicos e científicos para a produção agrícola (SIMÕES, 2009). Focando na monocultura extensiva, como base para o desenvolvimento rural.

Schuster (2010) destaca, que a produção agrícola intensiva, baseada na monocultura, choca-se com a prática tradicional que tem na policultura a base da subsistência nos Faxinais. A ação passa a ser conduzida pela busca da acumulação financeira, com a produção sendo destinada ao mercado consumidor. Percebe-se que a expansão das atividades de soja, fumo e eucalipto, tornaram-se a principal fonte dos conflitos sociais inerentes às comunidades faxinalenses (SHIRAISHI NETO, 2009). Refletem uma lógica de ação que choca com os princípios culturais inerentes à identidade dos Faxinais.

Souza (2009a) e Souza e Seidel (2009) observam, que o avanço tecnológico da agricultura tem se apresentado como elemento de desarticulação dos Faxinais, impactando diretamente nos criadouros comunitários, transformando suas áreas em terras para o plantio de monoculturas diversas, direcionadas ao comércio. Esse avanço se dá conforme aponta Barreto (2008), pelo fortalecimento das atividades de agronegócio sobre as áreas dos criadouros comuns, instituindo o surgimento de novas formas de organização das atividades agrícolas, muitas vezes adotadas por membros dos Faxinais.

Nesse sentido, como discutido por Toledo (2008), o avanço tecnológico da atividade agrícola nas fazendas acelerou o processo de desarticulação de alguns Faxinais, tendo em vista que os proprietários, não necessitando mais da força de trabalho, dos agregados que residiam na propriedade em formato de parceria, passaram a exigir a retirada dos mesmos e transformaram seus territórios em áreas de produção extensiva. Com a expulsão, os colonos faxinalenses foram obrigados a se inserir em outras comunidades ou migrar para centros urbanos. As terras de criar, quando não extintas, foram reduzidas ao máximo possível para atender aos propósitos dos fazendeiros, tornando assim inviável a vida nos Faxinais.

A marginalização das tradições culturais, passadas de geração em geração, entre os membros das comunidades faxinalenses, representa na concepção de Barbosa (2010) o principal fator da desarticulação das Comunidades Tradicionais de Faxinais na região Sul do país. A perpetuação do modo de vida desses grupos se apresenta ameaçado, pela aproximação com elementos culturais de uma sociedade moderna, baseada na lógica de mercado; bem como, pela inserção de indivíduos com valores e tradições distintos dos princípios dos Faxinais.

2.3.4.3 Histórico de crises no campo: erva-mate e fumicultura

Historicamente, alguns momentos de crises que envolveram as comunidades faxinalenses, foram decorrentes de dificuldades com as atividades agrícolas. Dependentes do meio ambiente para o plantio e colheita, em algumas situações, como em 1946, crise do gafanhoto, e 1947, crise suína, os faxinalenses perderam a produção ou as criações, tendo dificuldades para garantir a sobrevivência de suas famílias. Com condições adversas, muitas famílias teriam optado pelo abandono do território (SCHUSTER, 2010).

O uso indiscriminado de recursos naturais, tidos como base para a manutenção dos Faxinais, tem provocado nas últimas décadas a desarticulação de muitas comunidades. As florestas nos territórios dos Faxinais, sempre foram alvo de interesses de indivíduos, por representarem uma fonte farta de madeira; bem como, por ocuparem extensões de terras que, se adequadamente limpas, podem servir aos propósitos da monocultura de soja, milho e trigo (ALBUQUERQUE; GOMES; BURAK, 2005), acompanhadas da fumicultura (BARBOSA, 2010).

Albuquerque (2000) e Túlio (2004) reforçam, que o extrativismo da erva-mate, que foi uma das principais fontes de renda para as famílias residentes nos Faxinais, desde o momento de surgimento dos mesmos, foi marcado por uma grave crise por volta de 1930. Este perdeu espaço para as atividades que antes eram tidas como complementares para os faxinalenses, como a agricultura e a produção animal (ALBUQUERQUE, 2000). Haja vista que, uma parte da produção de erva-mate era destinada ao comércio local, instituindo-se como fonte de arrecadação financeira para as comunidades. Albuquerque (2000) destaca ainda, que nesse período, algumas famílias assumiram a atividade de exploração de madeira para comercialização, que até esse momento não compunha a prática dos faxinalenses.

Conforme reforça Antoneli (2011), o avanço da fumicultura tornou-se uma ameaça à manutenção das comunidades faxinalenses. Sua prática implicava no cercamento dos terrenos utilizados como criadouro comunitário, determinando o fim do convívio coletivo no grupo. A ampliação das áreas particulares de plantio, determinava a redução no número de animais. Esse processo gerava conflitos sociais, pois aqueles que cercavam as terras eram questionados por aqueles que defendiam o uso comum, sem avançar sobre ela a produção agrícola.

Desse modo, a produção de fumo teve impacto no território dos Faxinais. Promoveu a instalação de estufas nas proximidades de suas residências. Sua prática instituiu o cercamento particular de áreas coletivas, antes destinadas à circulação livre dos animais existentes no Faxinal (SOARES, 2012).

Assim, a atividade de fumicultura, resultado do processo de surgimento de sub-territorialidades no contexto dos Faxinais, representa uma prática de degradação das comunidades. Não somente pelo uso intensivo de tecnologia avançada, como máquinas e equipamentos, e produtos químicos, para o combate de pragas, mas também pela desarticulação da vida humana associada, tendo em vista que o trabalho com o fumo exige dos agricultores extensos períodos de dedicação ininterrupta. Fato que provoca o enfraquecimento das relações sociais, base do convívio comunitário nos Faxinais (HAURESKO, 2005; BARRETO, 2008).

Analogamente, Hauresko (2005) e Barreto (2008) apontam, que os faxinalenses que têm como base à cultura do fumo, se sujeitam aos ditames de empresas interessadas na produção. Tendo perdido o controle das decisões referentes às suas atividades, substituindo a produção de subsistência, pela lógica

econômica de mercado. Perspectiva que na concepção de Barreto (2008) é responsável pela monopolização das terras nos territórios faxinalenses, muitas vezes apoiada pela postura dos gestores públicos, que historicamente têm servido aos propósitos de instituições privadas, visando obter recursos financeiros para fomentar ações governamentais.

2.3.4.4 Gestores públicos e aparato legal

Toledo (2008) e Souza (2009a) apontam que problemas enfrentados pelos Faxinais no Sul do Brasil podem estar relacionados ao desconhecimento da população externa acerca das especificidades inerentes a essa forma secular de organização da vida no campo. Autoridades locais, regionais ou mesmo estaduais, demonstraram reduzido conhecimento sobre a existência dessas comunidades em seus municípios, bem como acerca da identidade cultural desse povo.

Como é um sistema pautado na organização social coletiva, em que regras e princípios são instituídos e compartilhados oralmente, pelos membros do grupo, a inexistência de legislação específica, direcionada a proteção dos direitos das comunidades faxinalenses, permitiu ao longo dos anos a desarticulação de Faxinais. Concomitantemente, percebe-se a instituição de ações políticas alinhadas aos interesses dos latifundiários e de industriais, conflitando com seus interesses tradicionais (RUPP; MARTINS, 2008). Simões (2009) aponta, que tal desestruturação se dá pela promoção de políticas públicas homogeneizadoras, que corrompem os princípios culturais, específicos dos faxinalenses.

Constata-se que por volta de 1850, época em que as Comunidades Tradicionais de Faxinais instituíam-se em extensões de terras, normalmente, consideradas devolutas, diferentes mecanismos legais, apoiados na época pelos Barões do mate e pelos Empresários da madeira, deram origem a uma nova política de terras. Arraigada ao princípio de propriedade privada, ameaçou a manutenção dos Faxinais, que se viram invadidos por um processo contínuo de instalação de cercas em áreas que antes eram utilizadas para a criação de animais. O apoio do aparato legal, levou os latifundiários a ampliar suas terras demasiadamente, inibindo o surgimento de novas comunidades faxinalenses. Considerava-se que o modo de organização social das mesmas chocava-se com os princípios legais referentes ao uso da terra (TAVARES, 2008; SOUZA, 2010).

Segundo Tavares (2008) e Souza (2010) o reforço dessa lógica veio, no ano de 1890, com a ação da República na delimitação das leis agrárias, mantendo ativa a perspectiva de propriedade privada. A articulação do poder público com os representantes da burguesia, estabelece, mesmo que de forma não velada, os limites de ação dos Faxinais. Interesses econômicos puderam avançar sobre seus territórios sem o risco de serem classificados como inapropriados.

Por um século, 1850 a 1950, o meio rural brasileiro, e mais especificamente, paranaense, foi palco de uma série de conflitos, marcados pela busca dos povos faxinalenses em conseguir manter viva sua identidade. Ainda que não se enquadrassem nos ditames legais do aparato jurídico referente ao uso da terra. Nessa dinâmica, é visível a adaptação dos Faxinais, reproduzindo sua cultura para territórios que permaneciam desocupados, ou que não eram do interesse dos agentes econômicos. Suas práticas ganhavam força nos momentos de crise das atividades econômicas da elite burguesa (TAVARES, 2008; SOUZA, 2010). Porém, cada vez mais relegados à marginalização na sociedade, definidos como modelos atrasados de organização da produção, passam a ser vistos, como barreira ao desenvolvimento e progresso do Paraná (SHIRAISHI NETO, 2009).

A partir de 1950, a prática predatória do meio rural é reforçada por um conjunto de políticas públicas adotadas pelo governo do estado com o intuito de promover o seu desenvolvimento. A base desse plano de desenvolvimento foi a colonização de regiões do Paraná com reduzido número de habitantes. Articulado com um processo de industrialização maciça dessas regiões, visando garantir o crescimento econômico. O fortalecimento da agricultura intensiva, conduzida por apoio de máquinas e equipamentos, com tecnologia avançada, tornou-se o discurso dominante dos gestores públicos e das corporações capitalistas (NERONE, 2000; TAVARES, 2008; SOUZA, 2010).

Nesse sentido, percebe-se que, enquanto modelo dominante, para a consolidação de seus pressupostos hegemônicos, para o modo de produção capitalista “é de fundamental importância apropriar-se, sobretudo do solo com a riqueza que esse contém de minerais, pastos, bosques e reservatórios de água; bem como dos rebanhos” (TAVARES, 2008, p. 73). Conforme ainda destaca Tavares (2008), para que essa filosofia se tornasse realidade, instaurou-se no meio rural uma política de desagregação das comunidades camponesas, extirpando das mesmas

seus territórios tradicionais, colocados à disposição do capital financeiro com o propósito de gerar novas riquezas.

Finalmente, Barreto (2008) aponta, que o plano de desenvolvimento do meio rural no estado do Paraná, consolidou-se como uma ameaça significativa para a manutenção do modo de organização da vida nas Comunidades Tradicionais de Faxinais. Inicialmente por estabelecer um conjunto de propostas conflitantes com os valores e costumes tradicionais das comunidades faxinalenses; em um segundo momento, pela incursão de um discurso desenvolvimentista de progresso e crescimento industrial, provocando mudanças no pensamento e no comportamento de atores sociais da sociedade e de representantes públicos, vislumbrados com a proposta de prosperidade.

CAPÍTULO III – SÍNTESE DA CONSTRUÇÃO TEÓRICA DO ESTUDO

A construção teórica do presente estudo teve como propósito apresentar os pressupostos teóricos que guiaram as reflexões acerca da gênese da Sociedade de Mercado como modelo dominante no mundo, bem como as potencialidades da Teoria da Vida Humana Associada nas bases da racionalidade substantiva, como proposta de ruptura à hegemonia da racionalidade instrumental, tomando-se como contexto empírico de investigação a tensão entre racionalidades decorrente da aproximação entre as Comunidades Tradicionais de Faxinais e os propósitos de atores sociais representantes do discurso ideológico de crescimento, progresso e desenvolvimento.

A ideia de cisão pode ser traçada como o pressuposto central que acompanhou a construção teórico-conceitual apresentada no estudo até este ponto. Cisão porque se discute ao longo do texto a delimitação dos princípios e fenômenos que originaram a Sociedade de Mercado a partir de movimentos sociais, políticos e econômicos, marcados por uma série de divisões e polarizações, que a tornaram hegemônica e dominante diante de outras formas de agrupamentos humanos.

Para tanto, procurou-se contextualizar os pilares de uma Sociedade que tornou-se referência, instituindo uma série de princípios balizadores para as outras formas de Sociedade, especialmente aquelas que, por razões históricas e pela identidade cultural coesa, mantiveram modo de vida, organização e produção atreladas a aspectos tradicionais.

Como nomenclatura mais correta para representar o movimento de gênese de um mundo moderno, pode-se citar a ideia de ideologia revolucionária, tendo em vista que, em sua essência, “implicava na abolição de uma ordem política e social vigente na maior parte da Europa” (HOBSBAWM, 1977, p. 38). Realidade que determinou o surgimento de uma Sociedade de Mercado (HOBSBAWM, 1988; 1996; POLANYI, 2000), cuja sustentação exigiu o rompimento com princípios tradicionais coletivos e comunitários, que regiam a forma de vida, as relações sociais e a interação homem-natureza, em diferentes agrupamentos humanos.

Como observado na discussão teórica, o meio rural, antes território de práticas de subsistência, em meados do século XIX foi dominado por propriedades capitalistas. Nesse contexto, a produção destinava-se ao mercado consumidor e o

volume produzido determinava a rentabilidade do negócio. Com o desenvolvimento do Capitalismo o mercado consumidor de alimentos cresceu em função do número de pessoas que passou a vender a força de trabalho nos centros urbanos (HOBSEBAWM, 1977; 1988; 1996). Conseqüentemente, o modo de vida, de organização e de produção que determinava as atividades produtivas nas Sociedades Preindustrializadas teve seu limite invadido pela lógica de mercado, o que provocou a desarticulação da lógica comunitária e tradicional vigente, passando a ser conduzido por princípios utilitaristas.

Neste cenário, as distâncias que até esse período dificultavam o avanço das práticas mercadológicas tornaram-se irrelevantes com as ferrovias e a navegação a vapor, responsáveis por aproximar desde centros urbanos, até as regiões mais remotas da Terra (HOBSEBAWM, 1977).

Desse modo, as relações sociais e os comportamentos nas bases da Sociedade de Mercado, passam a ser mediados por princípios economicistas, em que os indivíduos assumem posturas individualistas condicionadas à possibilidade de ganho financeiro. Tem-se, a partir de sua promoção, a desarticulação da vida humana associada nas bases da racionalidade substantiva. Portanto, a substantividade do ser humano é substituída pela instrumentalidade do indivíduo, tornando-o parte de um processo dinâmico, em que a acumulação financeira é assumida como propósito central de suas práticas e relações.

Por conseguinte, o modo de vida no qual o sujeito estava inserido foi substituído por trabalhos mecanizados e padronizados inseridos em modernas fábricas. As atividades cotidianas foram abruptamente adaptadas ao sistema formal de trabalho, decorrente dos processos produtivos vigentes.

O abandono do modo de vida, de organização e de produção tradicional foram potencializados pela promoção do discurso ideológico de pressupostos instrumentais, que seriam capazes de conduzir a Sociedade Moderna a um patamar de qualidade de vida e felicidade até então não experimentado pela população. Sob a nomenclatura de Desenvolvimento, criou-se na Sociedade de Mercado a ideia de que a prosperidade social e econômica acarretaria em igualdade a todos.

Cabe salientar ainda que os promotores do discurso de Desenvolvimento historicamente tem se aproximado ao poder público, visando a potencializar as condições necessárias para a manutenção dos interesses capitalistas. Assim, de

acordo com Santos (2010), o ‘fazer política’ contemporâneo está condicionado às forças do capital e serve aos negócios e postulados das organizações formais burocráticas que, utilizam o poder financeiro para direcionar as práticas de mercado condizentes com seus propósitos.

Justifica-se, assim, pela estreita relação que representantes públicos mantêm com instituições capitalistas, a lógica desenvolvimentista que predomina em todas as Sociedades. Na concepção de Oliveira (1998), essa lógica se sustenta especialmente pela promoção da crença de que as corporações seriam capazes de gerar riquezas infindáveis para uma nação prover condições a todos seus habitantes. Todavia, tal argumento desconsidera o fato de que as práticas do capital têm se mostrado devastadoras. Mesmo assim, percebe-se que se constitui como uma ideologia normalizadora, que mantém tais contradições não evidentes impedindo a mobilização daqueles que sofrem as consequências de tal imposição.

Portanto, tendo em conta que tal lógica não tem condições de se inserir por si só em todas as esferas da Sociedade, assumiria o Estado a função primordial de possibilitar às práticas do capital tal penetração. Dessa forma, o Estado viabiliza ações políticas e normativas legais que permitam a imbricação do Desenvolvimento em diferentes contextos de modo que possa manter ativo seu sistema dinâmico de reprodução, ampliando os resultados financeiros conquistados.

De acordo com Santos (2008a) e Santos e Silveira (2010), optando-se pela manutenção da lógica dominante desenvolvimentista, o Estado é conduzido para uma situação em que seu domínio e controle se reduzem continuamente. Isso implica na disfunção do próprio papel do Estado como promotor de bem-estar social. Condição que se manifesta em virtude de ter que conceder cada vez mais recursos e poder à elite econômica para responder a uma modernização cumulativa.

Embora sejam evidentes os seus elementos de contradição, ao redor do mundo observa-se um movimento generalizado de rendição das economias aos ditames circunscritos de um planejamento social e econômico, cada vez mais formal, burocrático e generalizado, que desconsidera as especificidades sociais e culturais das populações. Mais uma vez, salienta-se que o propósito desse movimento está relacionado à crença nos ganhos proporcionados pelo chamado Desenvolvimento (SANTOS, 2007), implicando na “venda da ideologia do crescimento aos Estados”

(SANTOS, 2007, p. 15), que ao ser assumida resulta na “imposição de uma ideologia de sociedade de consumo às populações” (SANTOS, 2007, p. 15).

Sob o ponto de vista organizacional, Bulgacov e Castiglia (2003) apontam que a invasão das arenas sociais pela racionalidade instrumental potencializou a desarticulação da vida humana associada, tendo em vista que a ação social passa a ser conduzida pelo cálculo utilitário de consequências. Indivíduos foram levados a avaliar possibilidades de ganhos a partir das interações sociais promovidas. O convívio social deixou de ser uma prática natural do ser humano e passou a ser condicionado pelos interesses financeiros, de modo que, como discutido por Guerreiro Ramos (1989), valores humanos são substituídos por um *ethos* utilitarista e a coletividade é substituída pela individualidade.

Todavia, verifica-se no percurso teórico que o processo de transposição da vida tradicional para um mundo moderno não foi isento de resistência. Neste sentido, o processo de retomada da ação dos socialmente excluídos perpassa pela valorização de práticas das minorias, conforme discutido por Guerreiro Ramos (1989), Santos (2004), Misoczky (2006; 2012) e Vizeu (2008; 2011). É importante considerar que essas práticas são localmente inseridas, historicamente constituídas, dominadas por valores sociais coletivos guiados por um movimento de baixo para cima, conforme apontou Santos (2008; 2010).

Por outro lado, esse movimento de resistência representa o esforço pela retomada do ser humano como foco central das demandas sociais, econômicas, ambientais e políticas, como o caso de comunidades tradicionais. Nesse contexto, a vida humana associada se reproduz nas bases da racionalidade substantiva, como destacado por Guerreiro Ramos (1989), constituindo-se em povos que constroem sua resistência à hegemonia da Sociedade de Mercado amparados pelas tradições culturais e pelas práticas sociais coletivistas compartilhadas.

Neste sentido, a resistência das práticas tradicionais reflete o embate entre o modo substantivo e o modo instrumental de agir, e determina a tensão entre racionalidades (GUERREIRO RAMOS, 1989; SERVA, 1996; 1997; SANTOS, 2012; SIQUEIRA, 2012). Fenômeno comum em diferentes contextos sociais tradicionais invadidos pela lógica utilitarista proveniente da Sociedade de Mercado. Santos (2012) e Siqueira (2012) reforçam que essa tensão é responsável por contradições que afetam a dinâmica cotidiana das comunidades tradicionais.

Como enfatizado, essa situação é encontrada nos Faxinais. Esses grupos ao longo dos anos tiveram representativa importância na formação do Estado do Paraná (SCHUSTER, 2010), mas, viram-se imersos num embate constante por assumir em suas práticas cotidianas pressupostos de uma racionalidade substantiva contrária e questionadora da proposta da racionalidade instrumental condutora do discurso ideológico desenvolvimentista proveniente do governo paranaense (FERREIRA, 2008; TAVARES, 2008; SIMÕES, 2009).

Assim, Nerone (2000) e Ramos (2009) enfatizam que a forma de organização social das Comunidades Tradicionais de Faxinais é desafiada pela inserção de princípios economicistas do avanço desenvolvimentista paranaense, estabelecendo um desequilíbrio que provoca a desagregação do modo de vida das comunidades faxinalenses.

Consequentemente, a compreensão dos processos de resistência de ações isoladas de grupos marginalizados na sociedade conquista cada vez mais representatividade em relação aos atores públicos e privados dominantes. Esses grupos marginalizados manifestam-se coletivamente em torno de seus interesses, priorizando a inserção ou a reintegração do ser humano ao centro das práticas sociais, econômicas e políticas. Resgate possibilitado pela retomada de laços de solidariedade, até então entendidos como princípios essenciais para a manutenção da vida comunitária.

Diante de tais constatações, a presente proposta de investigação guia-se pela seguinte argumentação: o sistema de produção capitalista determinou a passagem de um mundo tradicional para um mundo moderno, traduzido na instituição da Sociedade de Mercado detentora de princípios de organização e de gestão que se tornaram hegemônicos. A supremacia dos pressupostos de Progresso, Crescimento e Desenvolvimento foi possível pelo potencial de cooptação de diferentes atores e instituições pelo modelo dominante.

Assim, ações guiadas por uma racionalidade instrumental têm se chocado com a lógica substantiva predominante na forma de organização e nas atividades nas Comunidades Tradicionais de Faxinais, gerando uma série de contradições no contexto dessas Formas Não Convencionais de Organização, resultando na desestruturação social e territorial de muitas comunidades.

Contudo, torna-se evidente a existência de uma série de elementos correspondentes ao modo de vida, de organização e de produção dos faxinalenses que, construídos historicamente, a partir de uma dinâmica de convívio comunitário coletivo, têm permitido, como um processo de resistência, a sobrevivência e a manutenção das Comunidades Tradicionais de Faxinais no Estado do Paraná.

Portanto, a contraposição entre interesses coletivos comunitários e propósitos economicistas e individualistas delimita a tensão entre racionalidade substantiva e racionalidade instrumental. Tensão reforçada pelo fato de que nas comunidades faxinalenses a pessoa é capaz de refletir de forma consciente sobre seu comportamento e suas ações em relação ao grupo.

Contrariamente, no contexto da Sociedade de Mercado o comportamento do indivíduo apresenta-se condicionado a fatores externos, impostos por atores sociais dominantes. Processo cuja compreensão se torna limitada a partir do arcabouço teórico instituído pela moderna Teoria das Organizações, abrindo espaço para uma reordenação conceitual na área de Estudos Organizacionais em Administração, cujas diretrizes múltiplas e inclusivas estariam alinhadas à Abordagem Substantiva das Organizações.

CAPÍTULO IV – ENFOQUE METODOLÓGICO

A delimitação do enfoque metodológico consiste na aproximação entre o pesquisador e a realidade estudada, intermediada pela exposição de um problema de pesquisa e dos consequentes objetivos para a sua consecução. Possibilita que sejam traçadas trajetórias científicas inovadoras; reformulados pressupostos teóricos existentes; e construídos novos arcabouços conceituais (VERGARA, 2005).

Nesse sentido, a seguir estão detalhados elementos para a compreensão dos postulados metodológicos assumidos no estudo, como: questões de pesquisa, classificação e delineamento do estudo, contexto e atores sociais envolvidos, fontes de evidências, temáticas encontradas e procedimentos de coleta e de análise de dados. Porém, inicialmente faz-se necessário discorrer sobre os pressupostos orientadores.

4.1 PRESSUPOSTOS INERENTES AO ESTUDO

A argumentação assumida no decorrer da apresentação inicial do estudo, no capítulo de Introdução, bem como nos capítulos de articulação teórica, apontam as premissas epistemológicas, que orientaram o presente estudo. Parte-se da historicidade do fenômeno social investigado e de uma postura crítica sobre o conhecimento hegemonicamente estabelecido sobre tal fenômeno.

Na reconstrução histórica da tensão entre racionalidade substantiva e racionalidade instrumental nas Comunidades Tradicionais de Faxinais, pode-se constatar suas bases num processo histórico mais amplo, dialético e centrado em fatores econômicos, sociais e políticos que determinaram a passagem de uma Sociedade tradicional para uma Sociedade moderna. Neste sentido, interessam particularmente os atributos desse processo que têm provocado a desarticulação de um modo particular de vida no meio rural, guiado pela produção para subsistência e de uma lógica de convívio comunitária, sem o predomínio de interesses econômicos mercantil-capitalista.

Por trás desse processo de desarticulação, persiste um discurso de desenvolvimento, crescimento e progresso, difundido como base para o avanço da Sociedade e a conquista de uma vida 'melhor' e mais 'feliz'. Essa ideologia tem provocado o desmantelamento de muitas comunidades tradicionais, seja por apropriação da força de trabalho disponível, dos meios de produção e das terras, ou

pela ilusão dos camponeses que abandonaram seus territórios vislumbrados com as promessas de um novo horizonte social.

Assim sendo, para a compreensão da tensão entre racionalidade substantiva e racionalidade instrumental nas Comunidades Tradicionais de Faxinais, adotou-se uma postura histórico-crítica do fenômeno, inspirada na compreensão das estruturas sociais que constituem o modo de vida e de produção das Comunidades Tradicionais de Faxinais, demarcado pelas contradições evidenciadas.

De forma contundente, a adoção de uma perspectiva histórica na área de Estudos Organizacionais em Administração, apesar de não ser nova, ainda é limitada, especialmente por conta da herança (e presença) do Funcionalismo Sociológico Norte-americano nessa área (VIZEU, 2010). O reposicionamento da perspectiva histórica nos Estudos Organizacionais foi discutido por autores como Üsdiken e Kieser (2004), Clark e Rowlinson (2004), Burke (2005) e Booth e Rowlinson (2006). A história, categoria que até recentemente era considerada de forma putativa (JACQUES, 2006) ou mesmo inexistente (VIZEU, 2010) nos estudos sobre Organizações, retoma seu papel de destaque, sendo vista como central e determinante na compreensão de fatores intrínsecos a diferentes fenômenos sociais.

Booth e Rowlinson (2006) salientaram que a retomada da perspectiva histórica no fenômeno organizacional representou uma transposição da posição objetivista, clássica nas ciências sociais, para uma abordagem subjetivista sobre esse fenômeno. Assume-se que os contornos históricos representam a construção de uma realidade impregnada de relações sociais, envolvendo diferentes indivíduos, contextos e trajetórias políticas. Neste ponto, torna-se evidente a inclinação na qual o foco está em toda atividade humana, assumindo-se que o homem é um ser social historicamente inserido, constituindo e sendo constituído pelo meio.

Além disso, a análise dos fenômenos organizacionais passa a ser direcionada às estruturas sociais, mas sem deixar de considerar as pessoas comuns e suas experiências vividas. Este último ponto é obtido particularmente pelo desvelamento da perspectiva de baixo para cima (LE GOFF, 1998). Assim, preza-se pelos diferentes e complementares questionamentos, direcionados ao indivíduo, ao coletivo e aos acontecimentos e tendências sociais. Estas distintas dimensões são permeadas por uma visão relativa, em que os fatos estão atrelados à percepção dos

pesquisadores (BURKE, 1992), da qual decorrem reflexões conceituais que fundamentam a análise.

Burke (2005) aponta ainda que o olhar histórico na pesquisa social observa as sociedades humanas no plural, destacando-se diferenças e mudanças ocorridas ao longo do tempo. Neste estudo, essa situação é observada no contexto das Comunidades Tradicionais de Faxinais do Paraná tendo em vista que a origem desse movimento social coletivista de organização da vida em comunidade remonta a segunda década do século XVI. A partir daí, verifica-se que o desenvolvimento histórico dos territórios faxinalenses é marcado por uma série de acontecimentos conflitantes e transformações internas e externas responsáveis pela configuração do comportamento dos indivíduos.

Ainda de acordo com a perspectiva de análise adotada, Hobsbawm (1998) destaca que a compreensão dos padrões e mecanismos da mudança histórica nas sociedades humanas é possível pela concepção materialista da história, conforme apontado por Karl Marx. O autor argumenta que as investigações de historiadores tendiam a ser repletas de relatos inocentes acerca da história, ingenuidade que se manifestava na seleção dos fatos investigados, isolando-os de seus contextos sociais, políticos e econômicos (HOBSEAWM, 1998).

Prezando pela generalização das constatações efetuadas, o que desvaloriza as particularidades de cada contexto social, essa prática de investigação histórica ficou conhecida como história positivista, tendo em vista a crença na possibilidade de se isolar os acontecimentos políticos dos fatos econômicos, sociais e culturais nos quais se encontra imersa a Sociedade (HOBSEAWM, 1998; LE GOFF, 1998). Abordagem que, embora tenha encontrado defensores e seguidores no meio acadêmico, foi duramente questionada pelo materialismo histórico (BOURDÉ; MARTIN, 1983), por desconsiderar conflitos e contradições como mecanismos relevantes para compreensão da realidade.

A mudança na perspectiva histórica, abandonando tal inocência, deu-se em função de uma historiografia constituída com base nas ideias de Marx. Hobsbawm (1998) relata que a contribuição central de Marx, que o distingue de uma postura positivista e promove a reformulação da historiografia, está relacionada à ideia de que a Sociedade é formada por distintos níveis estruturais e que esses níveis estão

em constante interação, tendo a história o papel de compreender essa dinâmica social em diferentes épocas.

Bourdé e Martin (1983) reforçam que a perspectiva do materialismo histórico configura-se sobre a máxima de que o modo de produção material das civilizações caracteriza-se como estrutura determinada e determinante da vida social dos indivíduos. Os autores enfatizam ainda que, na concepção de Marx, a forma como as pessoas compreendem e dão significado à realidade é determinada pelos detentores dos meios de produção, capazes de impor princípios, valores e normas, alinhados aos seus interesses (BOURDÉ; MARTIN, 1983).

Dados esses aspectos, a adoção de uma perspectiva histórico-crítica no estudo das Comunidades Tradicionais de Faxinais tornou-se particularmente desafiadora. Como são descritos, Faxinais constituem forma de vida singular que compõe proposta de convívio social comunitário. Atrelados a princípios históricos de organização e manutenção da produção para subsistência, configuram condições flexíveis de vida se comparados às formas capitalistas de organização. Representam ainda possibilidades concretas de emancipação, autonomia, soberania alimentar e cultural, que, embora atreladas a princípios e valores de uma identidade sólida, transformaram-se ao longo do tempo. Mudanças que foram responsáveis pela solidificação dos contornos correspondentes aos diferentes períodos vividos pelas comunidades faxinalenses.

Este contexto histórico se torna relevante na medida em que, nas comunidades faxinalenses, têm sido reproduzidos, ainda que nos últimos anos de forma limitada, princípios de convívio que não primam pela competitividade e sim pela cooperação e ajuda mútua. Além disso, caracteristicamente a propriedade não é percebida como elemento de sucesso e diferenciação e se assume o uso do território, físico e simbólico, de forma igualitária.

Em contrapartida, entende-se que o paradigma dominante e a Sociedade globalizada, como reforça Santos (2005), pressionam qualquer forma de organização não convencional proposta. Tanto pelo fato de que tais configurações são percebidas como incapazes de garantir crescimento e desenvolvimento constantes das estruturas econômicas vigentes, quanto por conta de conflitarem com a ideia de sucesso individual, com base no ganho particular e no

estabelecimento da imagem a partir de símbolos característicos de consumo, lucro, propriedade privada e acumulação de capital.

Por isso, para a discussão acerca dos fatores atrelados a formação, desenvolvimento, consolidação e, mais recentemente, desarticulação das Comunidades Tradicionais de Faxinais no Paraná, torna-se essencial considerar o contexto de manifestação de ideias, ações ou relações sociais a partir das pressuposições dos próprios faxinalenses e de outros atores sociais envolvidos.

4.2 CONTEXTO EMPÍRICO DE INVESTIGAÇÃO

Conforme dados do Instituto Ambiental do Paraná, referentes ao ano de 2014, o Estado do Paraná possui 22 Faxinais, regularmente registrados e reconhecidos como Unidades de Conservação (IAP, 2015).

Precisar o número de Comunidades Tradicionais de Faxinais existentes no estado não só é uma tarefa difícil, como também arriscada, tendo em vista a inexistência de informações concretas de registros dessas comunidades no território paranaense. Possivelmente muitas comunidades que se reconhecem como Faxinais não estão catalogadas nas instituições oficiais envolvidas.

Contudo, apesar da complexidade que envolve a questão a pesquisa intitulada Mapeamento Social dos Faxinais no Paraná, coordenada pelo Instituto Equipe de Educadores Populares – IEEP, pela Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses e pela Pastoral da Terra da Diocese de Guarapuava, revelou a existência de 227 Faxinais no Paraná (SOUZA, 2009a). Fato que comprova a relevância dessas comunidades tradicionais no contexto rural paranaense.

A chamada desagregação das Comunidades Tradicionais de Faxinais, percebida, com mais voracidade, a partir de meados do século XX, para Nerone (2000), tornou-se evidente com a redução das áreas de lavoura. Processo marcado pelo avanço das propriedades rurais sobre os territórios dos Faxinais. Determinou-se, assim, que as comunidades faxinalenses, em função da necessidade de subsistência, transferissem suas plantações para espaços reservados à criação de animais, prejudicando a reprodução do símbolo central da identidade cultural dos Faxinais, que seriam as terras destinadas aos criadouros comunitários, nas quais, historicamente, são realizadas as atividades de criação de porcos à solta.

Chang (1985; 1988), Doretto (1991) e SEPL (1994) apontam que o incentivo da agricultura extensiva, apoiada pelas agroindústrias do interior do Paraná e amparada pela política de desenvolvimento do governo do Estado, implicou no avanço da monocultura sobre as terras de criar das comunidades faxinalenses. Fato que determinou a redução das áreas de criadouros comunitários e, conseqüentemente, das condições de criação de animais de pequeno porte, até então atividade base do modo de vida dos faxinalenses.

Os espaços restantes para a criação dos animais teriam sido prejudicados ainda pelo avanço da ação de camponeses dedicados à exploração de madeira, o que tornou limitada a produção de erva-mate, base das relações econômicas nas comunidades faxinalenses (NERONE, 2000). Isso também foi determinante para que as áreas de criadouros comunitários passassem a ser constantemente lapidadas pela lógica de propriedade privada por camponeses instalados no entorno dos Faxinais. Basicamente, esses eram produtores rurais que visavam à ampliação de suas áreas de plantio extensivo e extração de madeira. Buscavam ainda obter retornos financeiros com a negociação de terras compradas no interior das comunidades faxinalenses (DORETTO, 1991; SEPL, 1994).

O crescimento das atividades de produção agrícola extensiva e de exploração madeireira foi de grande impacto na lógica organizacional cotidiana das Comunidades Tradicionais de Faxinais. Provocou a sobreposição dos princípios de propriedade privada a um contexto social alicerçado na prática do uso coletivo da terra, “circunstância em que se rompe o elo vital da forma coletiva de organizar a vida, suprimindo-se o espaço socializado, pelo cercamento da propriedade privada” (NERONE, 2000, p. 182). A manutenção da vida coletiva nos Faxinais sofreu assim certa desarticulação, uma vez que os faxinalenses, adaptando-se a uma nova realidade territorial, foram obrigado a reduzir as atividades de criação à solta de porcos, base das práticas de subsistência e das atividades econômicas das comunidades.

Sobre essa questão, Chang (1985) enfatiza que a orientação produtivista da política de modernização paranaense entende a “agricultura como um setor para servir aos interesses dos capitais industriais” (CHANG, 1985, p. 321), instituindo à atividade agrícola o papel de consumidora e de fornecedora: consumidora de

insumos, máquinas e equipamentos destinados à produção; e fornecedora de alimentos em larga escala e de matéria-prima industrial (CHANG, 1985).

Finalmente, Nerone (2000) destaca que historicamente as propostas de desenvolvimento paranaense massificaram o uso de tecnologia avançada no meio rural. Foi imposta uma lógica de polarização no campo, em que, de um lado, posicionavam-se as modernas empresas agrícolas, que aderiram às propostas desenvolvimentistas com a perspectiva de progresso em função do crescimento individual; de outro, as comunidades tradicionais, como os Faxinais, cuja tradição implicava na manutenção de práticas de produção atreladas aos valores e costumes historicamente constituídos. Nesse sentido, as Comunidades Tradicionais de Faxinais têm sido, incessantemente, consideradas pelos latifundiários e outros interessados no processo de desenvolvimento e progresso como atrasadas. Representantes de obstáculos à modernização paranaense.

Tem-se, assim, um contexto empírico de investigação em que são reforçados os postulados de Santos (2008) quando estabelece que “a ordem global busca impor, a todos os lugares, uma única racionalidade. E os lugares respondem ao mundo segundo os diversos modos de sua própria racionalidade” (SANTOS, 2008, p. 170). Configurando-se um movimento característico das ordens populacionais relegadas à submissão política, econômica e social, de reversão da situação, tendo como princípio deflagrador e de resistência costumes, princípios, valores e tradições.

Portanto, faxinalenses (assim como outros camponeses) têm substituída sua independência no campo por uma lógica de dependência e dominação. Equivalente que corresponde historicamente à dominação característica do trabalho assalariado nas empresas capitalistas. Nesse processo de desarticulação, tornam-se vigentes as contradições entre o modo de vida tradicional das Comunidades Tradicionais de Faxinais e as propostas de modernização e industrialização do meio rural, promovidas por atores e instituições da Sociedade de Mercado, delimitando o campo da tensão entre racionalidade substantiva e racionalidade instrumental.

4.3 PERGUNTAS DE PESQUISA

As perguntas de pesquisa podem ser entendidas como planos definidos de forma a orientar as ações do pesquisador. Para tanto, devem ser precisas, claras e

objetivas, anulando possibilidades de dúvidas quanto ao fenômeno social investigado, bem como à forma de sua abordagem (TRIVIÑOS, 1987). Boaventura (2004, p. 40) salienta que “as questões possibilitam melhor operacionalização e consequente compreensão da funcionalidade do problema”. Nesse sentido, em função dos objetivos propostos, as perguntas de pesquisa adotadas foram:

- Como se dá o modo de organização e a forma de condução da atividade de criação de porcos à solta em Comunidades Tradicionais de Faxinais no Paraná?
- Quais foram as implicações e as transformações em decorrência do avanço do Capital na atividade de criação de porcos à solta nas Comunidades Tradicionais de Faxinais no Paraná?
- Como se manifesta a tensão entre racionalidade substantiva e racionalidade instrumental na atividade de criação de porcos à solta em Comunidades Tradicionais de Faxinais no Paraná?

4.4 DELIMITAÇÃO E *DESIGN* DA PESQUISA

Em função de sua proposta, este estudo pode ser classificado como de caráter qualitativo. Optou-se pela adoção de técnicas de coleta e análise de dados que tem como meta gerar resultados a partir de significados contidos no fenômeno estudado, sem a manifestação de preocupações com a frequência que se repetem no contexto. Os sujeitos de pesquisa foram levados a refletir sobre suas ações e sobre as consequências dessas ações para a realidade na qual estão inseridos.

Denzin e Lincoln (2006, p. 16) enfatizam que a abordagem qualitativa permite que pesquisadores “estudem as coisas em seus cenários naturais, tentando entender, ou interpretar, os fenômenos em termos dos significados que as pessoas conferem a eles”. Neste sentido, sua relevância pode ser percebida por fatores como “a fidelidade em relação aos fenômenos, o respeito pela experiência de vida e a atenção aos finos detalhes do cotidiano” (SCHWANDT, 2006, p. 194).

A presente pesquisa pautou-se, conforme sugere Neuman (1997), na descrição de processos, mecanismos e relacionamentos existentes na realidade das comunidades faxinalenses, utilizando para tanto um conjunto variado de temáticas conceituais. Considerando o problema de pesquisa, a descrição foi necessária não somente para circunscrever o processo de constituição das Comunidades

Tradicionais de Faxinais – destacando-se os princípios e valores condicionantes de sua lógica comunitária de vida – mas também para identificar os fatores atrelados às transformações históricas vivenciadas pelos faxinalenses.

Sob o ponto de vista explicativo, um dos pressupostos analíticos foi a tensão da relação entre a lógica substantiva, característica das Comunidades Tradicionais de Faxinais, e a lógica instrumental, decorrente da Sociedade de Mercado. Neste ponto, Saunders, Lewis e Thornhill (2000) destacam que as pesquisas de cunho explicativo possuem por natureza o objetivo de determinar, pelo confronto de temáticas analíticas, fatores ou causas que influenciam a manifestação de determinados fenômenos.

Considerando-se que o processo de desarticulação das Comunidades Tradicionais de Faxinais tem sido delimitado desde meados de 1950, o delineamento adotado foi a pesquisa historiográfica. Assim, assume-se como perspectiva temporal o período que se inicia por volta de 1960, momento de efervescência das ideias desenvolvimentistas no Paraná, que impactaram no modo vida, organização e produção das comunidades faxinalenses.

Nesses termos, tem-se como ordenadora do levantamento de dados a perspectiva histórica. Perspectiva que se constitui numa abordagem que valoriza a atmosfera da época de ocorrência dos fenômenos investigados, permitindo adequada sistematização e compreensão dos saberes. Além disso, é observada a articulação dos mesmos com as instituições constituintes da estrutura social de uma época, revelando transformações (MACHADO, 2004).

Transformações marcadas pela adoção de novas práticas, que embora tenham substituído as tradicionais, possivelmente foram conectadas aos valores culturais determinantes da identidade do grupo. A partir dessa perspectiva, observa-se que as formas de organização, as práticas de produção e as atividades de criação das Comunidades Tradicionais de Faxinais estão inseridas numa dinâmica de episódios históricos interdependentes, dos quais emergem diferentes significados e um conjunto específico de relações de poder.

Por fim, outro elemento a ser considerado numa perspectiva arqueológica de pesquisa historiográfica diz respeito às fontes históricas não convencionais. Segundo Del Priore (1997, p. 379), “através da arqueologia o historiador se veria compelido a estudar a cultura material e os vestígios de práticas capazes de lhe

explicar a vida diária das populações”. Portanto, na investigação das comunidades faxinalenses, optou-se por levantar os dados por meio de artefatos materiais, documentos públicos, relatos históricos escritos, entrevistas, registros físicos de acontecimentos, bem como vídeos, práticas de convívio comunitário, distribuição e organização das atividades cotidianas, além de conhecimentos atrelados às atividades de agricultura e pecuária.

4.5 COLETA DE DADOS

O estudo iniciou-se com levantamento e organização de material documental. Nessa primeira etapa, o foco foi a busca de registros históricos que representariam potenciais fontes de informações sobre os processos em análise. Assim, foi encontrado e organizado um *corpus* de material documental referente, direta ou indiretamente, às Comunidades Tradicionais de Faxinais, capazes de auxiliar na delimitação de fatos atrelados ao modo de vida dos faxinalenses, bem como às mudanças e transformações ocorridas. Da mesma forma, foram encontrados e organizados registros pertinentes ao processo de desarticulação do modo de vida e dos territórios das comunidades faxinalenses. Em complemento ao levantamento e organização de registros históricos documentados, foi empreendida a coleta de dados por meio de entrevistas, pela técnica da história oral.

4.5.1 Coleta de dados por registros documentais

O levantamento documental foi fundamental para o resgate de fatos e acontecimentos, delimitando as condições sociais, econômicas e políticas da época em que ocorreram, bem como o reflexo desses momentos no contexto social e nas transformações percebidas nos Faxinais. Conforme apontam Corbetta (2003) e Berg (2007), em estudos longitudinais que tenham como foco a compreensão histórica da estrutura sócio-cultural de determinado grupo, o tratamento documental apresenta-se relevante.

Contudo, cabe destacar que a análise de documentos orais (áudios e vídeos), compostos por depoimentos, muitas vezes pode ser considerada uma técnica que contribui de forma mais significativa com a pesquisa do que a análise de documentos escritos. Documentos orais possibilitam ao pesquisador observar expressões dos atores sociais envolvidos. A partir da postura dos depoentes acerca

de determinados fatos, é possível avaliar a relevância das informações (CORBETTA, 2003; BERG, 2007).

Nesse sentido, tendo em vista que o período de determinados documentos e a impossibilidade de dialogar com seus produtores ou com os concedentes dos relatos, a veracidade das informações foi garantida a partir da triangulação. Corbetta (2003) e Berg (2007) apontam que a triangulação se dá em termos de dados, de fontes ou de instrumentos de coleta. Visa a garantir a confiabilidade dos resultados gerados, refletindo a realidade do fenômeno social investigado.

Uma barreira aos estudos que se dedicam à análise de documentos históricos diz respeito ao número restrito de arquivos, públicos ou privados, que possuam séries históricas de documentos ou materiais confiáveis disponíveis para consulta. Dificuldade percebida em relação aos Faxinais no Paraná, cujos principais registros históricos são monografias apresentadas em cursos de Geografia, História e Sociologia, ou relatórios de levantamentos realizados por organizações não governamentais envolvidas com a dinâmica social das comunidades faxinalenses.

Quadro 6: Composição dos registros documentais do estudo

Composição Inicial	Composição Final ³
<ul style="list-style-type: none"> ▪ 195 documentos <ul style="list-style-type: none"> ○ 24 sobre comunidades tradicionais e Faxinais ○ 33 reportagens de jornais ○ 41 leis, resoluções, decretos, portarias e normativas ○ 97 relatórios, regulamentos e mensagens do governo ▪ 15 materiais audiovisuais <ul style="list-style-type: none"> ○ 7 documentários de eventos ○ 2 reportagens de televisão ○ 6 documentários diversos 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 101 documentos <ul style="list-style-type: none"> ○ 16 sobre comunidades tradicionais e Faxinais ○ 13 reportagens de jornais ○ 21 leis, resoluções, decretos, portarias e normativas ○ 51 relatórios, regulamentos e mensagens do governo ▪ 10 materiais audiovisuais <ul style="list-style-type: none"> ○ 5 documentários de eventos ○ 2 reportagens de televisão ○ 3 documentários diversos

Fonte: Construído pelo autor (2014).

A busca por registros históricos foi realizada em fontes documentais, impressas e audiovisuais, como monografias, jornais, revistas, relatórios de levantamentos sociológicos, relatos de expedições, documentos legais Federais, Estaduais e Municipais, atas de reuniões de organizações comunitárias e instituições

³ Após leitura e avaliação do conteúdo apresentado pelos registros documentais iniciais, foram selecionados somente aqueles que correspondiam aos interesses do estudo, formando a composição final. O corte de uma série de documentos se deve ao fato de que embora os títulos representassem relação com o tema (Comunidades, Comunidades Tradicionais, Sistemas Faxinais, Agricultura e Pecuária e Suinocultura), na leitura foi possível perceber que o conteúdo não tinha essa correspondência, tornando o documento não aplicável a pesquisa.

públicas, áudios de reuniões, áudios de entrevistas, documentários e vídeos. Finalizada a busca e coleta dos registros documentais, a composição do material se apresenta conforme Quadro 6.

O conjunto final dos registros documentais utilizados na pesquisa pode ser encontrado detalhadamente no Apêndice 2, que trata da caracterização dos documentos, e no Apêndice 3, que apresenta a caracterização do material audiovisual. Material cujo levantamento se deu nas fontes de dados relacionadas no Quadro 7.

Quadro 7: Fontes de dados dos registros documentais

- | |
|---|
| <ul style="list-style-type: none">▪ Instituto de Terras, Cartografias e Geociências – ITCG (internet)▪ Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – CNPCT (internet)▪ Arquivo Público do Paraná (internet)▪ Projeto da Nova Cartografia Social da Amazônia (internet)▪ Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais (internet)▪ Instituto Equipe de Educadores Populares de Irati▪ Prefeituras Municipais▪ Câmaras Municipais (internet)▪ Instituto Ambiental do Paraná – IAP (internet)▪ Jornal Gazeta do Povo (internet)▪ Jornal Tribuna do Paraná (internet)▪ Jornais Municipais (internet)▪ Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (internet)▪ Agência de Defesa Agropecuária do Paraná – ADAPAR (internet)▪ Biblioteca da Secretaria do Planejamento e Coordenação-Geral – SEPLAN▪ Assembléia Legislativa do Estado do Paraná (internet)▪ Sítio do <i>Youtube</i> para baixar os materiais audiovisuais |
|---|

Fonte: Elaborado pelo autor (2014).

Parte do material encontrado foi registrada por meio digital (máquina fotográfica), de fotocópia dos originais, a partir de *download* de arquivos em *Word* e *pdf*, diretamente nos sítios das fontes indicadas e o restante do material encontra-se em versão original, concedida por seus respectivos responsáveis.

4.5.2 Coleta de dados por entrevistas

Em complemento à etapa de levantamento de documentos e registros audiovisuais, o passo seguinte consistiu em conduzir entrevistas com atores sociais que pudessem fornecer informações relevantes acerca do cotidiano das Comunidades Tradicionais de Faxinais.

As entrevistas foram empreendidas focando diferentes sujeitos de pesquisa que, em maior ou menor grau, têm vivenciado fatos para esclarecer o processo histórico de desarticulação do modo de vida das Comunidades Tradicionais de Faxinais. Assim, no estudo foram utilizadas quinze entrevistas, quatorze realizadas

pelo próprio pesquisador e uma cedida pelo entrevistado que possuía o arquivo de áudio de uma entrevista que ele havia feito com outra pesquisadora da área de Sociologia, mas que também tratava das comunidades faxinalenses e sua organização. A composição final das entrevistas, cuja caracterização detalhada pode ser observada no Apêndice 1, foi: 12 faxinalenses; e 3 agentes públicos.

As entrevistas foram realizadas no período entre maio e agosto de 2014. Os depoentes faxinalenses, a partir do segundo, foram selecionados pela técnica de bola de neve, com base nas indicações do primeiro entrevistado, também faxinalense. A escolha do primeiro entrevistado se deu a partir de um encontro num evento na Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, em 2013. Nesse momento o pesquisador apresentou sucintamente sua proposta de estudo e conseguiu o contato do representante faxinalense, que se tornou depoente da pesquisa e ainda foi responsável pela indicação de outros possíveis entrevistados, auxiliando inclusive no contato com eles. No caso dos agentes públicos a seleção se deu por conveniência, a partir de visitas às instituições, considerando que suas atividades estavam relacionadas aos Faxinais.

Tendo em conta o objeto de análise se tratar de eventos passados, como técnica de orientação e condução das entrevistas foi adotada a abordagem da História Oral, procedimento que se baseou no resgate da memória dos depoentes acerca de suas experiências, buscando reconstruir os fenômenos sociais relacionados ao tema de estudo. O foco da investigação não foi o sujeito, mas os acontecimentos que vivenciou durante sua vida (LANG, 1996). As entrevistas foram iniciadas sempre com o depoente sendo instigado a contar sua própria história, com base na qual se construía o restante dos questionamentos, determinando assim a inexistência de um roteiro preestabelecido pelo pesquisador.

Meihy (1996, p. 45) enfatiza que a pesquisa realizada por meio da História Oral deve apresentar características como o uso de “fontes orais obtidas em um processo de interação pesquisador-pesquisado; trabalha com o resgate da memória; cria documentos através das fontes orais coletadas; a reflexão e a análise acompanham o processo”.

Considerando-se que as Comunidades Tradicionais de Faxinais são caracterizadas por um modo de vida comunitário, em que atividades sociais, religiosas e produtivas são realizadas coletivamente, cabe considerar, conforme

aponta Lang (1996), que embora a História Oral tenha sido contada pelo indivíduo, ela reflete a construção social do grupo, caracterizando assim a perspectiva sociológica da História Oral (MEIHY, 1996).

Considerando-se a adoção da História Oral, conforme discutido por Alberti (2005), para aproveitamento das informações e para facilitar o processo de registro dos dados, a maioria das entrevistas foi realizada com o apoio de gravador. Posteriormente, os conteúdos foram transcritos para análise, elevando os depoimentos orais ao *status* de documentos. Somente em uma das entrevistas não foi permitido efetuar a gravação, sendo a conversa transcrita posteriormente pelo próprio pesquisador.

Buscando garantir a confiabilidade dos resultados, foi conduzida no decorrer da apresentação e análise dos dados uma triangulação a partir do uso de múltiplas fontes de registros documentais, como pode ser observado no Apêndice 2 e no Apêndice 3, com as quinze entrevistas que foram realizadas, conforme Apêndice 1. Tal procedimento permitiu o cruzamento de dados apontando divergências e convergências das informações relacionadas ao contexto das Comunidades Tradicionais de Faxinais.

Ainda para a confiabilidade dos resultados, após a transcrição das entrevistas foram escolhidos por conveniência – aqueles com maior facilidade de serem encontrados na comunidade – seis depoentes para leitura e revisão das informações contidas nos relatos. Esse processo permitiu que os entrevistados verificassem se as informações concedidas estavam corretas, efetuando ajustes e complementações quando necessário. A leitura era feita pelo pesquisador e os depoentes apontavam as devidas alterações. Por fim, após a organização do *corpus* de pesquisa – 15 entrevistas, 101 documentos e 10 materiais audiovisuais – procedeu-se à construção das temáticas do estudo.

4.6 TEMÁTICAS DO ESTUDO

Inicialmente foi realizada a leitura detalhada do material. No decorrer da leitura foram sendo levantados os temas emergentes do conteúdo, que correspondem às Temáticas Primárias da pesquisa. Ao final do processo foram encontradas 350 Temáticas Primárias, compostas por 120 temas emergentes nas entrevistas, 158 temas emergentes nos documentos e 72 temas emergentes no

material audiovisual. Os temas emergentes, conforme exposto no Apêndice 4, correspondem a trechos de frases ou frases inteiras do *corpus* de pesquisa, extirpados sem qualquer critério de organização ou categorização, mas escolhidos por expressar aspectos ligados aos objetivos do estudo.

Na sequência, as Temáticas Primárias passaram por um processo de codificação, em que foi realizado o agrupamento delas de acordo com os assuntos aos quais estavam relacionadas, mantendo-se ainda, como forma de organização, a identificação da origem, entrevista (E), documento (D) ou audiovisual (AV). Integrados os temas semelhantes foi elaborada uma descrição conceitual para cada grupo, retratando de forma clara e resumida o significado comum correspondente aos itens. Em seguida, cada agrupamento recebeu uma nomenclatura, delimitando assim as Temáticas Intermediárias do estudo.

Foram encontradas 16 Temáticas Intermediárias (Apêndice 5): i) Transformações na agricultura e pecuária (24⁴); ii) Cercamentos e Redução dos Territórios (14); iii) Invasão dos Territórios (7); iv) Problemas de Vizinhança (4); v) Mobilização e Reação Coletiva (24); vi) Necessidades e Demandas para Proteção e Manutenção das Comunidades (24); vii) Problemas Ligados à Questão Territorial (5); viii) Princípios, Valores e Práticas Tradicionais (52); ix) Problemas Ligados à Questão Ambiental (10); x) Desestruturação do Modo de Vida Tradicional (33); xi) Criação de Porcos à Solta e Lógica de Não Propriedade (14); xii) Barreiras à Manutenção da Criação de Porcos à Solta (30); xiii) Problemas Ligados à Questão Política (21); xiv) Problemas Ligados à Questão Legal (12); xv) Propostas Governamentais e Políticas Públicas (60); e xvi) Enfraquecimento da Cultura Tradicional (16).

Finalmente, um rearranjo foi feito. As dezesseis Temáticas Intermediárias foram organizadas de acordo com as similaridades formando seis novos grupos, os quais receberam uma descrição conceitual, delimitando o significado presente, e uma nova denominação, constituindo as Temáticas Finais do estudo. O Quadro 8 a seguir apresenta detalhadamente a construção das Temáticas Finais.

⁴ Os números aqui apresentados entre parênteses indicam quantas Temáticas Primárias formam cada uma das Temáticas Intermediárias. Para mais detalhes verificar Apêndice 5.

Quadro 8: Construção das temáticas finais

Temáticas Intermediárias	Descrição Conceitual	Temáticas Finais
8. Princípios, Valores e Práticas Tradicionais (52)	Caracteriza os elementos culturais que representam a singularidade encontrada no contexto das comunidades faxinalenses.	I. Uso do Território, Ação Coletiva e Lógica de Produção para Subsistência (2/66)
11. Criação de Porcos à Solta e Lógica de Não Propriedade (14)		
13. Problemas Ligados à Questão Política (21)	Delimita uma série de conflitos, incoerências e desacordos com os quais as comunidades faxinalenses têm se deparado nos últimos anos.	II. Contradições e Desafios no Cotidiano Comunitário (4/48)
14. Problemas Ligados à Questão Legal (12)		
9. Problemas Ligados à Questão Ambiental (10)		
7. Problemas Ligados à Questão Territorial (5)		
1. Transformações na Agricultura e Pecuária (24)	Indica o embate constante entre o modo de vida tradicional das comunidades faxinalenses e os propósitos desenvolvimentistas de atores públicos e privados	III. Substituição da Prática de Subsistência pela Produção para o Mercado (2/84)
15. Propostas Governamentais e Políticas Públicas (60)		
12. Barreiras à Manutenção da Criação de Porcos à Solta (30)	Evidencia fatores que impõem dificuldades para a continuidade da prática de criação de porcos à solta, desestimulando a atividade nas comunidades faxinalenses.	IV. Desagregação dos Criadouros Comunitários e da Prática de Criação à Solta (4/55)
2. Cercamentos e Redução dos Territórios (14)		
3. Invasão dos Territórios (7)		
4. Problemas de Vizinhaça (4)		
16. Enfraquecimento da Cultura Tradicional (16)	Demonstra um processo de fragmentação do modo de vida coletivo que dá lugar a uma prática cotidiana individualista.	V. Ameaças à Identidade Coletiva (2/49)
10. Desestruturação do Modo de Vida Tradicional (33)		
5. Mobilização e Reação Coletiva (24)	Retrata processos e medidas que estão sendo encaminhados pelos faxinalenses na busca por garantir seus direitos étnicos e proteger seus territórios.	VI. Organização e Representação dos Povos de Faxinais (2/48)
6. Necessidades e Demandas para Proteção e Manutenção das Comunidades (24)		

Legenda: Os números entre parênteses nas Temáticas Intermediárias correspondem ao número de Temáticas Primárias que as compõem. Os números entre parênteses nas Temáticas Finais correspondem respectivamente ao número de Temáticas Intermediárias e Primárias que as compõem.

Fonte: Entrevistas, documentos e materiais audiovisuais coletados pelo autor (2014).

As seis Temáticas Finais foram utilizadas na construção dos conteúdos de apresentação dos dados levantados e na análise social do discurso.

4.7. PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DE DADOS

Os dados coletados foram analisados por meio da interpretação das percepções dos diferentes atores sociais considerados no estudo, a partir da técnica de análise de discurso. Neste sentido, buscando organizar o *corpus* de pesquisa – documentos, entrevistas e materiais audiovisuais – diante das seis Temáticas Finais

(Quadro 8), foi adotada a técnica de Mapa de Associação de Ideias, conforme exposição de Spink e Lima (2000; 2013).

O procedimento Mapa de Associação de Ideias, proposto por Spink e Lima (2000; 2013), insere-se na proposta teórico-metodológica de práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano, uma perspectiva da psicologia social que é alinhada aos pressupostos do construcionismo (SPINK; FREZZA, 2013). Assume-se aqui o princípio de que, conforme enfatizaram Spink e Gimenes (1994, p. 150), “conhecer é dar sentido ao mundo”, o que demanda dos pesquisadores uma postura ativa diante dos fenômenos sociais investigados, do arcabouço teórico pertinente ao estudo, bem como do conteúdo resultante dos diálogos com os diferentes interlocutores na realidade estudada (SPINK; GIMENES, 1994).

Assim, a orientação metodológica adotada compreende a relevância das práticas discursivas por considerar que o sujeito está inserido em uma dinâmica de relações sociais, compostas, por aquilo que denominam de “produções sociais” (SPINK; FREZZA, 2013, p. 20). Neste sentido, linguagem, ações, intenções, escolhas e o próprio contexto, com sua historicidade, são aspectos empíricos relevantes, e devem ser analisados a partir de processos de transformações e contradições (SPINK; FREZZA, 2013; SPINK; MEDRADO, 2013).

O sentido, por sua vez, é entendido como “uma construção social, um empreendimento coletivo” (SPINK; MEDRADO, 2013, p. 22), capaz de fornecer aos indivíduos artefatos com significados culturalmente localizados e compartilhados, para ajudá-los na compreensão da realidade na qual estão inseridos (SPINK; MEDRADO, 2013). Conseqüentemente, as práticas discursivas são percebidas como “linguagem em ação, ou seja, as maneiras a partir das quais as pessoas produzem sentidos e se posicionam em relações sociais cotidianas” (SPINK; MEDRADO, 2013, p. 26).

Para tanto, a proposta das práticas discursivas e produção de sentido emerge nas lacunas pertinentes às diferentes abordagens teórico-metodológicas que se propuseram a tornar possível conhecer os fenômenos sociais a partir da linguagem, especialmente dos aspectos da sintaxe e da semântica. De acordo com a perspectiva de Spink e de seus colaboradores, tais propostas analíticas apresentam-se como limitadas na explicação de sentidos, pois não contemplam de forma satisfatória o senso comum, que é base do conhecer, e que atua ativamente

na esfera de produção do conhecimento. Além disso, as análises centradas exclusivamente na linguística abarcam o problema da despolitização do conhecimento gerado (SPINK; FREZZA, 2013).

A adoção da técnica de Mapa de Associação de Ideias permite uma condução livre, subjetiva e ligada aos interesses dos pesquisadores; contudo, conforme apontam Spink e Gimenes (1994), as práticas discursivas são atreladas a determinado contexto cultural e histórico e estabelecem os parâmetros e o rigor envolvidos na análise de sentidos. Assim, os repertórios interpretativos apresentam-se como referência na compreensão de fenômenos sociais cotidianos (SPINK; MEDRADO, 2013). Desse modo, a técnica foi operacionalizada a partir de planilhas, com o cruzamento de colunas e linhas.

Cada Mapa de Associação de Ideias é composto por cinco colunas, nomeadas como *Fonte*, *Associações de 1ª Ordem*, *Associações de 2ª Ordem*, *Associações de 3ª Ordem* e *Explicações das Associações*. Na coluna *Fonte* foram inseridas as informações referentes à fonte a que correspondem os conteúdos expostos no Mapa. Nas colunas das *Associações de 1ª, 2ª e 3ª Ordens* foram inseridas, respeitando-se a ordem de expressão, as informações associadas à temática correspondente a cada Mapa de Associação de Ideias apresentado. Finalmente, a coluna de *Explicações das Associações* contém aqueles conteúdos dos materiais que representam esclarecimentos das respectivas *Associações de 1ª, 2ª e 3ª Ordens*.

Assim, seis Mapas de Associação de Ideias foram construídos a partir das Temáticas Finais, a saber: i) Mapa 1 – Uso do Território, Ação Coletiva e Lógica de Produção para Subsistência (Apêndice 6), composto por 12 entrevistas (11 faxinalenses e 1 agente público), 27 documentos e 7 materiais audiovisuais; ii) Mapa 2 – Contradições e Desafios no Cotidiano Comunitário (Apêndice 7), composto por 14 entrevistas (11 faxinalenses e 3 agentes públicos), 16 documentos e 2 materiais audiovisuais; iii) Mapa 3 – Substituição da Prática de Subsistência pela Produção para o Mercado (Apêndice 8), composto por 9 entrevistas (7 faxinalenses e 2 agentes públicos), 73 documentos e 5 materiais audiovisuais; iv) Mapa 4 – Desagregação dos Criadouros Comunitários e da Prática de Criação à Solta (Apêndice 9), composto por 12 entrevistas (10 faxinalenses e 2 agentes públicos), 20 documentos e 3 materiais audiovisuais; v) Mapa 5 – Ameaças à Identidade Coletiva

(Apêndice 10), composto por 12 entrevistas (9 faxinalenses e 3 agentes públicos), 17 documentos e 4 materiais audiovisuais; e vi) Mapa 6 – Organização e Representação dos Povos de Faxinais (Apêndice 11), composto por 8 entrevistas (6 faxinalenses e 2 agentes públicos), 36 documentos e 5 materiais audiovisuais.

Os seis Mapas de Associação de Ideias serviram de base para a análise qualitativa de dados, atrelada à perspectiva de interpretação social dos discursos. Nesse sentido, conforme delimitado por Godoi (2010, p. 382), “o que se trata de organizar é a reconstrução dos sentidos dos discursos em sua situação – micro e macrossocial – de enunciação”. Afasta-se de uma abordagem quantificada da realidade. Não representa uma busca pela contabilização dos termos e sim de seus significados no decorrer do discurso (GODOI, 2010).

Atrelada a uma perspectiva crítica da Sociedade, por meio da interpretação social dos discursos, perseguem-se “as relações de produção do sentido, o estudo dos discursos e suas determinações e motivações” (GODOI, 2010, p. 383). Portanto, para Heracleous (2006) o discurso pode ser de vários textos ou de uma linguagem significativa empregada em uma discussão ou entendimento. Porém, se centraliza em determinado contexto, no qual é possível estabelecer julgamentos a partir do enfoque assumido na construção do sentido.

Assim, assumindo a abordagem crítica, o discurso pode ser conceituado como relações de poder mediante o prévio conhecimento das identidades dos sujeitos e das estruturas sociais vigentes. Discurso que provém da racionalidade atribuída às elites dominantes, integrando-se às relações políticas marcadas por conflitos de interesses (HERACLEOUS, 2006).

Perspectiva reforçada nas discussões de Iñiguez (2004) que define o discurso como uma prática social não distinta das demais ações práticas comuns no cotidiano dos indivíduos. Abandona-se a ideia de que os discursos servem como lente inocente para revelar uma realidade, pura e simplesmente como esta se apresenta no contexto. Devem ser percebidos como atributos da realidade, dotados de intencionalidade, condicionados a um contexto social historicamente constituído, agentes ativos da construção e da transformação dessa realidade (GODOI, 2008). “Falar não só é algo mais como também é algo diferente de exteriorizar um pensamento ou descrever uma realidade: falar é fazer algo, é criar aquilo de que se fala, quando se fala” (IÑIGUEZ, 2004, p. 95).

Spink e Menegon (2013) debatem o uso do discurso, como prática discursiva, como estratégia de ação política no que se refere ao sentido da linguagem de risco em documentos públicos. Para tanto, retomam as discussões de Bakhtin acerca da presença de interlocutores presentes, passados e futuros, para reforçar que textos escritos possam ser compreendidos como práticas discursivas, uma vez que representam sujeitos, individuais ou coletivos, tendo sido produzidos endereçados a outros sujeitos. Como ação delimitam locutor, interlocutor e enunciado, reproduzindo discursos (linguagens sociais) que representam não só determinados grupos, mas também épocas e contextos específicos.

Portanto, a análise social do discurso contido no *corpus* de pesquisa – 15 entrevistas, 101 documentos e 10 materiais audiovisuais – visando a compreender a tensão entre racionalidade substantiva e racionalidade instrumental no contexto das Comunidades Tradicionais de Faxinais foi conduzida tendo como elementos balizadores, os critérios apresentados no Quadro 9.

Quadro 9: Definição de critérios para a análise do discurso

Critérios	Elementos Caracterizadores
Expressão linguística	Prática social dotada de intencionalidade; forma como o indivíduo captura, interpreta e expressa a realidade na qual está inserido, conferindo significado ao seu papel e dos demais envolvidos.
Expressão de poder	Manifestação de atos sociais, delimitados por conflitos de interesses, que têm como propósito central o abuso de poder, a busca de dominação, a prática do controle, a ação de intimidação social, a promoção de desigualdades, além de discriminação, marginalização e exclusão social.
Conteúdo historicamente circunscrito	Contexto social e momento histórico no qual os sujeitos, historicamente constituídos, estão inseridos, tendo como condicionantes crenças, rituais, princípios, valores e artefatos culturalmente compartilhados.
Representação de pessoas e/ou grupos	Ação prática do sujeito, individual ou coletivo, endereçada a outros, que retrata interesses e polaridades a partir de posicionamentos nas múltiplas interações sociais em que esteja inserido, envolvendo determinados episódios constituintes da realidade.

Fonte: Construído pelo autor a partir de Spink e Gimenes (1994), Spink e Menegon (2013), Iñiguez (2004), Godoi (2008; 2010), Heracleous (2006), Spink e Frezza (2013), Spink e Medrado (2013).

Nesse sentido, modo de vida, forma de organização e práticas de produção das Comunidades Tradicionais de Faxinais, embora representantes de uma identidade local singular, inserem-se numa rede de relações sociais, políticas e econômicas, ampla, a Sociedade. Formam um contexto social dinâmico em que a integração de princípios, valores, contradições, conflitos e transformações representam elemento central na interpretação social dessa realidade.

4.8 LIMITAÇÕES E ASPECTOS ÉTICOS ENVOLVIDOS NA PESQUISA

Como qualquer outro trabalho de caráter científico, este estudo não representa o esgotamento das discussões acerca da tensão entre racionalidade substantiva e instrumental no cotidiano das Comunidades Tradicionais de Faxinais. Embora possam ser percebidas limitações relacionadas ao fenômeno investigado e ao enfoque de pesquisa adotado, busca elucidar formas de minimizar tais limites.

As limitações quanto ao estudo histórico de fenômenos sociais dizem respeito à possibilidade de inexistência de fontes de dados relevantes. No caso dos Sistemas Faxinais esse fator se apresentou como um agravante, tendo em vista que os registros, embora existam em volume representativo, datam de período recente, a partir de 1980, e não possuem continuidade. São relatos, descrições, levantamentos ou diagnósticos de comunidades faxinalenses construídos individualmente e correspondem a momentos específicos da história desses grupos.

Percebeu-se ainda que documentos refletem a percepção de seus autores acerca de diferentes fatos, desconsiderando-se a complexidade do cotidiano histórico dos Faxinais. Nesse sentido, para minimizar os efeitos de tal limitação, foi conduzida a triangulação de fontes e de dados. Entende-se que esse procedimento contribuiu para elucidar possíveis aspectos contraditórios obtidos numa determinada fonte, resguardando a confiabilidade dos resultados.

Da mesma forma, o resgate de momentos passados, por meio das entrevistas, apresenta-se como limitação. Tal condição ocorreu considerando-se que as informações foram geradas a partir das percepções dos diferentes depoentes, marcadas por dúvidas e esquecimentos entre o real e o percebido.

Por fim, cabe destacar que a investigação de acontecimentos envolvendo Comunidades Tradicionais de Faxinais exigiu do pesquisador uma postura atenta e equilibrada, ao analisar relatos provenientes de documentos, entrevistas e vídeos, haja vista que certos trechos do conteúdo apresentavam-se permeados por interesses de natureza política.

Finalmente, fatores éticos que estão ligados à postura dos pesquisadores em relação ao agrupamento humano no qual se inserem, com respeito às características culturais do contexto investigado, sem a manifestação de preconceções; aos procedimentos utilizados para conduzir a coleta de dados, quando essa postura envolveu indivíduos; e em relação ao tratamento dos dados e

divulgação dos resultados, promovendo o retorno do estudo aos participantes, bem como respeitando a privacidade de todos no que se refere a possíveis implicações para suas vidas no processo de investigação.

Assim, visando a cumprir o compromisso ético, nas visitas de campo, para coleta de dados documentais ou entrevistas, foram expostos os propósitos e as condições necessárias para a realização da pesquisa. Procedimento necessário para que instituições e atores sociais envolvidos estivessem cientes das implicações do trabalho de campo. Na construção do relatório de estudo, foram resguardadas ainda quaisquer informações que possam ser utilizadas para identificação dos depoentes ou de suas comunidades e instituições.

Ainda, com o intuito de formalizar esta ciência, foi efetuada a entrega de declaração fornecida pela Coordenação do Programa de Doutorado em Administração, descrevendo em linhas gerais o estudo e suas justificativas, bem como os dados de contato do pesquisador e do programa de pós-graduação ao qual está vinculado, comprovando que o pesquisador era aluno da respectiva Instituição de Ensino Superior e que o estudo possui fins acadêmicos.

CAPÍTULO V – (DES)ENCONTROS REVELADOS NAS COMUNIDADES TRADICIONAIS DE FAXINAIS

Neste capítulo são apresentados os resultados da pesquisa. O texto foi construído a partir de dois eixos centrais: realidade vivida no contexto comunitário dos faxinalenses: entre o coletivo e o individual; e manifestação da tensão nas comunidades faxinalenses: construção histórica e discursos promotores. O conteúdo que compõe os dois tópicos reflete o que foi revelado pela composição final do *corpus* de pesquisa (15 entrevistas, 101 documentos e 10 materiais audiovisuais).

A forma de organização do conteúdo acompanha as seis Temáticas Finais (Quadro 8), construídas a partir da codificação das Temáticas Primárias (Apêndice 4) e das Temáticas Intermediárias (Apêndice 5), assumidas como base para descrição e análise dos resultados, quais sejam: i) *Uso do Território, Ação Coletiva e Lógica de Produção para Subsistência*; ii) *Contradições e Desafios no Cotidiano Comunitário*; iii) *Substituição da Prática de Subsistência pela Produção para o Mercado*; iv) *Desagregação dos Criadouros Comunitários e da Prática de Criação à Solta*; v) *Ameaças à Identidade Coletiva*; vi) *Organização e Representação dos Povos de Faxinais*. Na sequência segue apresentação da realidade vivenciada pelos faxinalenses no contexto das Comunidades Tradicionais de Faxinais.

5.1 REALIDADE VIVIDA NO CONTEXTO COMUNITÁRIO DOS FAXINALENSES: ENTRE O COLETIVO E O INDIVIDUAL

A apresentação dos dados foi conduzida por meio de uma abordagem descritiva da realidade encontrada no contexto social das Comunidades Tradicionais de Faxinais. Os dados estão expostos de acordo com o que foi encontrado no material coletado ou por meio das entrevistas realizadas. Como suporte para organização e exposição do conteúdo foram utilizados os seis Mapas de Associação de Ideias, correspondentes às Temáticas Finais. Nessa apresentação apenas alguns fragmentos dos respectivos Mapas de Associação de Ideias foram utilizados com o intuito de ilustrar a realidade das Comunidades Tradicionais de Faxinais. Estes constam na íntegra do apêndice 6 ao 11.

5.1.1 Uso do território, ação coletiva e lógica de produção para subsistência

Os dados referentes a este tópico caracterizam os elementos culturais que representam a singularidade encontrada no contexto das Comunidades Tradicionais

de Faxinais. Dois fatores foram revelados na construção do Mapa de Associação de Ideias 1 (Apêndice 6), as características que representam o cotidiano comunitário dos faxinalenses e os elementos que envolvem a prática do uso coletivo do território para a criação de animais à solta.

Com relação às características singulares das comunidades faxinalenses foi possível constatar a relevância da forma tradicional e histórica de uso comunitário do território para os faxinalenses. Conforme observado nos fragmentos do relato do *Faxinalense J* (Quadro 10), tal singularidade está relacionada a atividades que envolvem um costume próprio de criação de animais à solta, nas terras de plantar, e da apropriação consciente dos recursos naturais, tendo em vista a importância dessa biodiversidade para a manutenção dos criadouros comunitários e a subsistência das famílias.

Quadro 10: Trechos do relato do Faxinalense J

Fonte	Associações de 1ª Ordem	Associações de 2ª Ordem	Associações de 3ª Ordem	Explicações das Associações
Faxinalense J	Faxinalense é um costume próprio tradicional, uma cultura nossa que tem como marca principal o uso comum dos recursos naturais, procriando os animais.	Baseado também na nossa renda da criação do rebanho, e no extrativismo de erva-mate, pinhão, essas coisas.	Outra coisa que marca bastante no nosso costume é a preservação da natureza, a preservação das águas, a gente se beneficia dos recursos naturais sem causar impacto ambiental, danos.	Então isso é uma coisa muito sagrada do nosso seguimento faxinalense.

Fonte: Mapa 1 – Uso do Território, Ação Coletiva e Lógica de Produção para Subsistência (Apêndice 6).

Do mesmo modo, como enfatizado pelas palavras do *Agente Público A* (Quadro 11), que a anos tem acompanhado as discussões que envolvem as comunidades tradicionais no Paraná, Comunidades Tradicionais de Faxinais apresentam uma lógica que não está atrelada ao lucro e acumulação financeira, pode ser entendida como uma lógica que preza pela preservação da natureza, tendo em vista que dela dependem para a sobrevivência.

O cotidiano dos faxinalenses possui uma série de princípios particulares que os distinguem das demais formas de organização existentes no contexto da

Sociedade de Mercado e ainda das demais comunidades tradicionais. Sua lógica interna estaria condicionada aos ciclos da natureza, respeitando não só a finitude da biodiversidade, mas também os fatores impostos por ela, que passam a ser percebidos pelos faxinalenses como determinantes nas escolhas referentes ao modo de organização e de condução da produção agrícola e da criação de animais.

Quadro 11: Trechos do relato do Agente Público A

Fonte	Associações de 1ª Ordem	Associações de 2ª Ordem	Associações de 3ª Ordem	Explicações das Associações
Agente Público A	<p>Tem uma forma diferente de ver, de viver e de ser.</p> <p>Há uma diversidade que existe ela tá aí e o Estado tem que respeitar essa diversidade e o segmento das pessoas, as suas particularidades, suas características, o Estado não pode querer transformar as pessoas, tem que apoiar as pessoas naquilo que elas são por tradição, por cultura, por opção.</p> <p>Os faxinalenses têm uma lógica que não é necessariamente a lógica do lucro ou da acumulação, é uma lógica da sustentabilidade, né? Ele não quer muitas vezes, alguns faxinais que eu conheci, lucro com a criação do porco, eles querem aquela criação pra garantir as necessidades nutricionais deles, a segurança alimentar.</p> <p>A dimensão de tempo pra essas populações, e vale pra todas elas, é uma dimensão diferente, porque a dimensão de quem quer acumular é um negócio muito mais, é uma dinâmica que foge a dinâmica do tempo natural, a dinâmica de quem quer sustentabilidade é a dinâmica do dia e da noite.</p>	<p>Um grupo de pessoas que compartilha uma área, que cria lá galinha, porco.</p> <p>Entender essa diversidade é importante porque se não você não consegue executar, apoiar o estado não vai conseguir prestar o apoio necessário.</p>		

Fonte: Mapa 1 – Uso do Território, Ação Coletiva e Lógica de Produção para Subsistência (Apêndice 6).

Assim sendo, essa forma de interação com o mundo a sua volta representa a identidade coletiva dos faxinalenses. Identidade cuja força se encontra no

autorreconhecimento, materializado em princípios, valores e crenças praticados de forma coletiva no dia a dia dos territórios nas comunidades. Como pode ser percebido em diferentes trechos de *Documentos* (Quadro 12), tal identidade está vinculada à própria existência das pessoas e de seus antepassados no território faxinalense, cuja vontade de conservação envolve a percepção de que o Faxinal representa um lugar em que ocorre a reprodução da vida em família.

Quadro 12: Trechos de diferentes documentos da pesquisa

Fonte	Associações de 1ª Ordem	Associações de 2ª Ordem	Associações de 3ª Ordem	Explicações das Associações
Reportagem "Em busca de uma identidade"	O nome é desconhecido para a maioria dos habitantes desses municípios, que chamam as terras destinadas ao uso compartilhado dos agricultores de "criadouros", ou simplesmente "criadores".	A criação animal mantida solta junto à dos vizinhos.	A vantagem desse sistema é permitir uma pecuária mais extensiva sem a necessidade de possuir grandes áreas de terra.	
Reportagem "Faxinais ganham status ambiental"	Faxinais possuem um sistema alternativo de produção. Os moradores têm a posse de bens, animais e plantação, mas a terra é de uso coletivo.	Não há cercas entre uma propriedade e outra. Apenas mata-burros (valas com estrados de madeira) impedem a fuga da criação que vive solta.		
Vídeo "Faxinais – comunhão da terra história de um povo"	Os faxinalenses possuem um profundo espírito de respeito pela natureza e não têm em sua índole a ideia de acúmulo.	A percepção que o faxinalense tem sobre a terra é de considerá-la como espaço e lugar de trabalho para a produção e reprodução familiar e de vida.		
Documento "Cartilha Nova Cartografia social dos povos e comunidades tradicionais do Brasil: Faxinalenses no Setor Sul"	Faxinal é aquela identidade que nós construímos desde o tempo de nossos avós e hoje nós queremos conservar.	É o lugar onde a gente nasceu, cresceu e vive aqui e tira sustento daí, e o que a gente pretende conservar para o futuro.		

Fonte: Mapa 1 – Uso do Território, Ação Coletiva e Lógica de Produção para Subsistência (Apêndice 6).

Contudo, ainda que sejam historicamente reconhecidas no Sul do Brasil, conforme pode ser percebido em trechos do relato do *Faxinalense G* (Quadro 13) houve uma mudança em relação à nomenclatura utilizada para denominar as comunidades faxinalenses. Tudo indica que antes da legislação que reconhece e descreve suas práticas tradicionais, esses grupos eram reconhecidos como criadouros comunitários, principalmente pela forma de criação de porcos a solta, posteriormente foi assumido o termo Sistema Faxinal.

Concomitantemente, juntamente com a mudança na forma de se referir as comunidades faxinalenses, tendo em vista o fortalecimento do debate sobre os direitos das comunidades tradicionais, foi fortalecido o movimento de luta e resistência frente as pressões exercidas por agentes públicos e privados sobre o território e o cotidiano nos Faxinais.

Quadro 13: Trechos do relato do Faxinalense G

Fonte	Associações de 1ª Ordem	Associações de 2ª Ordem	Associações de 3ª Ordem	Explicações das Associações
Faxinalense G	Ali era chamado de criadouro, que daí depois alguns moradores, agricultores começaram a ir “em” algumas reuniões, daí foi, como se diz diagnosticado, que estas comunidades eram povos tradicionais e se deu o nome de <i>faxinalenses</i> .	Devido à gente ter os nossos animais à solta, como eu posso ter um alqueire e o outro pode ter 1 litro de chão, então o meu animal vai pastar mesma coisa o dele também, por isso a gente tinha a visão de criadouro.	Porque o próprio animal ele faz faxina por onde ele anda, então não precisaria “tá” lá o homem roçando pra evitar outras espécies de bicho como cobra e outras coisas.	Daí ficou esse nome e a gente começou a ter conhecimento dos direitos desses povos que já existiam há muitos e muitos anos e onde o poder público, tanto pra ter a formação e ter o conhecimento ou qualquer ajuda que fosse ou qualquer apoio.

Fonte: Mapa 1 – Uso do Território, Ação Coletiva e Lógica de Produção para Subsistência (Apêndice 6).

Percebe-se ainda, conforme trechos do relato do *Faxinalense C* (Quadro 14), que os faxinalenses podem ser retratados por fatores como convívio social,

coletividade, elos coesos de parentesco, vizinhança e amizades. Seja na residência, na escola, nas festividades, nas atividades da lavoura e na criação de animais ou ainda nas questões religiosas, a ideia de grupo persiste.

Era comum ainda nas comunidades faxinalenses a realização do chamado puxirão, antigamente 'pixirum', representando uma ação conjunta dos moradores para realização de determinadas atividades que poderiam ser de interesse de uma família ou de todos no grupo.

Quadro 14: Trechos de relatos do Faxinalense C

Fonte	Associações de 1ª Ordem	Associações de 2ª Ordem	Associações de 3ª Ordem	Explicações das Associações
Faxinalense C	<p>A linguagem correta que era, era "pixirum", daí o povo foi entendendo pixirum, que é o mesmo que puxirão, que é o mesmo que mutirão.</p> <p>O pessoal tinha um porco pra matar, avisava alguns pra ajudar a matar o porco, daí fazer todo o trabalho de descarnar e tudo, daí fazia, tipo um mutirão, né?</p>	<p>O povo se reunia lá, o vizinho tinha uma lavoura e precisava capinar, aí ele convidava as pessoas, os amigos, os moradores iam tudo lá limpar a lavoura pra ele, era o pixirum, aí eles trabalhavam durante o dia, aí à noite eles matavam porco, aí eles faziam uma festa de noite, até um baile faziam de noite.</p> <p>Aí também ele presenteia as pessoas, na verdade nem é presente, é uma troca, eu mato um porco, mas daí eu pego e levo um pedaço pro vizinho, pro outro, pro outro e pro outro, aí quando ele mata o porco também ele faz o mesmo que eu fiz, eu vou recebendo aquilo de volta de novo, é uma troca, né? Aqui ainda tem essa prática.</p>	<p>Em contrapartida o outro se precisasse também aquela pessoa ia lá também participar desse pixirum.</p> <p>Nós mesmos fazemos, os vizinhos também fazem, né? Têm uns que vieram de fora que acharam que era algo assim que era bom, também adotaram isso daí, ainda é assim, ainda existe.</p>	

Fonte: Mapa 1 – Uso do Território, Ação Coletiva e Lógica de Produção para Subsistência (Apêndice 6).

Contudo, nos dias de hoje a atividade tem se tornado cada vez menos comum, ocorrendo somente em ocasiões especiais, como comemorações, tendo ainda a participação restrita a um número de faxinalenses, normalmente aqueles que ainda mantêm um modo de vida tradicional, cuja sobrevivência está ligada as atividades nos criadouros comunitários.

Nesse contexto fica evidente ainda a partir de trechos de relatos dos *Faxinalenses D* e *G* (Quadro 15), a realização de trocas entre os moradores próximos no interior das comunidades. Trocas não só de serviços, mas de alimentos diversos de acordo com os excedentes das lavouras e da criação de animais. Considerando as necessidades de algumas famílias, existia ainda o empréstimo desses alimentos entre os moradores, que posteriormente era pago com a devolução daquilo que recebeu dos vizinhos.

Quadro 15: Trechos de relatos dos Faxinalenses D e G

Fonte	Associações de 1ª Ordem	Associações de 2ª Ordem	Associações de 3ª Ordem	Explicações das Associações
Faxinalense D	Antigamente era uma vida boa, porque tudo tinha paz, tinha amizade, combinação, ajuda de um pelo outro. Às “vez” o porco era grande, outro precisava, aí... olha, eu vou matar um porco. Se você precisa, eu te empresto, emprestava metade do porco.			
Faxinalense G	No caso tem ainda essas trocas porque em vários momentos a gente sempre fala que isso é uma cultura que nós temos que carregar e lembra, porque dificilmente existe alguém que não teve o seu pai que plantou, ou seu pai ou seu bisavô, e que antigamente “tinha” as histórias.	Meu tio mesmo falava assim, eu lembro, contando os “causo”, né, que o fulano, quando matava o porco, que o vizinho lá na outra chácara escutava os gritos que “tava” matando e já falava: “oba, hoje nos vamos ter carne de porco”, né, se era um boi, a mesma coisa. Era uma troca.	Então ... quer dizer, mesmo o vizinho mais afastado, ele não ficava sem comer uma carne de porco ou de gado, porque se o fulano matasse o porco, haveria sempre aquela troca.	

Fonte: Mapa 1 – Uso do Território, Ação Coletiva e Lógica de Produção para Subsistência (Apêndice 6).

Considerando ainda as singularidades na forma de organização, manutenção e condução das atividades cotidianas de agricultura e criação de animais, a importância dos Faxinais para os faxinalenses pode ser percebida na atividade de criação de porcos à solta, como observado nos trechos de relatos dos *Faxinalenses B e E*, do *Agente Público A* e de *Documento* (Quadro 16). Essa atividade pode ser percebida assim como um prática central na classificação de uma Comunidade Tradicional de Faxinal por ser constituída pelo regime de criação livre e comunitária e pela lógica de não propriedade do território.

Quadro 16: Trechos de relatos dos Faxinalenses B e E, do Agente Público A e de Documento

Fonte	Associações de 1ª Ordem	Associações de 2ª Ordem	Associações de 3ª Ordem	Explicações das Associações
Faxinalense E	Criação era tudo solta.	Tinha a mangueira pra “catar ele”, recolhia na mangueira porque cada vizinho tinha os “porco” que vinha nas casas “certa”, né, então os porcos ficavam “tudo solto”.	Tratava de manhã e de tarde.	
Agente Público A		Ele cria lá o porco dele e ele sabe quando ele precisa de um porco, aí ele vai lá, aí ele vai retirar um porco pra alimentação da família e ao mesmo tempo ele se preocupa em manter aquela criação de porco, nos níveis que não falte. Ele contribui pra manutenção da criação de porcos e das galinhas e ele tem a garantia de que, quando ele precisar, ele vai ter.	Ele não quer ter lucro e ele não quer ter mais do que o outro.	
Faxinalense B	Realmente as famílias tinham um, o número de criações era bem grande, né, as próprias matrizes reprodutoras eram já várias por família e o sistema era o mesmo, né, tudo solto, daí à noite alguém fazia um cercado pequeno ou até mesmo um chiqueiro próximo à casa para, antes do abate, “fosse fechado”, né, os animais por um período.			
Vídeo “Os Faxinais uma história de luta e amor à terra”	A criação era “tudo solto”, né? A minha ia lá na casa dele, a dele vinha aqui, não tinha cerca nenhuma.			

Fonte: Mapa 1 – Uso do Território, Ação Coletiva e Lógica de Produção para Subsistência (Apêndice 6).

Historicamente, independente da posse formal da terra, todos as famílias de faxinalenes ocupantes de determinado território têm direito de uso compartilhado das áreas destinadas aos criadouros comunitários. A forma de uso dessas áreas comuns reforça os elos de comunhão entre as pessoas, principalmente porque os proprietários legais das terras embora possam, pelos princípios da Sociedade de Mercado, fazer uso privado desse bem, no contexto das comunidades faxinalenses respeitam princípios da coletividade, permitindo o uso coletivo para a criação a solta de porcos. O que de certa forma tem garantido a sobrevivência dos faxinalenses que são detentores de pequenas áreas ou que não possuem nenhuma terra.

Portanto, como relatam os *Faxinalenses E, F e H* (Quadro 17) a partir dos dados é possível inferir que a atividade de criação de porcos à solta desde o surgimento dos Faxinais tornou-se essencial para a sobrevivência das famílias. Além de a criação ser utilizada para o consumo próprio das famílias, com o excedente promoviam-se, em pequena escala, atividades de comercialização.

Nessas atividades realizava-se a venda em localidades próximas com certa urbanização, uma vez que em centros urbanos, mesmo que pequenas vilas, as pessoas não tinham o costume de criação de porcos. Algumas vendas eram realizadas ainda na própria comunidade, onde pessoas que conheciam a cultura dos faxinalenses procuravam pelos criadores.

Além de pequenas trocas/vendas no entorno dos Faxinais e da prática da subsistência, a criação de porcos a solta foi uma importante atividade comercial para a economia paranaense, com maior representatividade na primeira metade do século XX. Nesse período, comunidades, produtores e colonos se dedicavam ao tropeirismo do porco, transportando pelas estradas, por meio de comitivas, do interior para centros urbanos de referência, número considerável de animais destinados ao abastecimento de um mercado consumidor que crescia continuamente.

Desse modo, inseridos em extensões de terras, com o uso comunitário dos criadouros, os faxinalenses apresentavam-se como produtores de suínos no Paraná, integrando-se a economia do estado.

Contudo, é possível perceber que nos dias atuais a atividade tornou-se reduzida em termos de quantidade de animais criados à solta. Redução que pode estar diretamente relacionada as constantes reduções dos territórios comunitários que têm afligido os faxinalenses, ou ainda por normativos legais impostos pelo poder

público, que acabam criando uma série de barreiras e dificuldades para a manutenção da atividade de criação de porcos a solta.

Quadro 17: Trechos de relatos dos Faxinalenses E, F e H

Fonte	Associações de 1ª Ordem	Associações de 2ª Ordem	Associações de 3ª Ordem	Explicações das Associações
Faxinalense H	É pra comer, né, pra mim e pra família. Pra família também, meus filhos não criam então eu crio pra eles, né?	Antigamente, sim, vendia pro pessoal, né, pessoal aí de Curitiba, pessoal vinha aí comprar um leitão, então vendia.		E ainda vem ainda. Ainda vem um pessoal aí de fora que conhece, que tem conhecimento vem aí.
Faxinalense F	É vendido para alguém que compra pra engordar, pra abater, né?	Porque eu mesmo hoje não engordo. Eu vendo o leitão.	Aqui vende tudo para o particular. Um aparece e quer comprar 2 ou 3 para engordar pro corte, né?	Eles engordam fechado. Compram e engordam fechado.
Faxinalense E	Não muito. Pro gasto.	“Sobra uns” que “vende” “pros amigo” aí, pro pessoal de Curitiba que vem comprar “uns leitão”, mas é pouco.	Antigamente era assim: você tinha 5, 6, 8 “criadeira”, criava “os leitão”, cortava “os porquinho”, deixava “eles solto” e ia “catandinho”... dava uma, duas “espiga” de milho no dia ele ia crescendo e você engordava o porco de um ano em diante.	Só vendia o porco com um ano e meio, mais ou menos, um ano e “cinco mês, quatro mês”.

Fonte: Mapa 1 – Uso do Território, Ação Coletiva e Lógica de Produção para Subsistência (Apêndice 6).

Conforme descrito pelo *Faxinalense F* (Quadro 18), a agricultura nesse caso, caracterizada pelo cultivo de milho, sempre esteve atrelada à prática de criação de porcos à solta. Integrado à alimentação natural encontrada pelos animais nas florestas dos criadouros comunitários, o milho sempre foi utilizado pelos faxinalenses como complemento alimentar. Suporte que no período de inverno permitia a manutenção da atividade em função da escassez de vegetação natural, como pode ser observado no trecho do *Documento* (Quadro 18).

Quadro 18: Trechos de relatos do Faxinalense F e de Documento

Fonte	Associações de 1ª Ordem	Associações de 2ª Ordem	Associações de 3ª Ordem	Explicações das Associações
Faxinalense F	Nós temos a lavoura para a criação de porco.	O milho que nós produzimos aí é tudo para o consumo, porco, galinha e cavalo.	O porco solto lá no mato inteiro ele come uma fruta no mato que dá, né, ele come pinhão, quando tem pinheiro, que cai pinhão, ele come. Ele fuça e come uma raiz, que tem na terra, ele come. Pasta, come grama.	O porco come grama também. Tem hora que ele fuça e tem hora que ele come grama.
Vídeo "Globo Rural. Reportagem sobre Faxinais, parte 1"			O milho produzido só pra criação, se não tiver o milho não tem criação, não tem nada, não tem o leite, não tem o ovo, não tem frango, não tem nada.	

Fonte: Mapa 1 – Uso do Território, Ação Coletiva e Lógica de Produção para Subsistência (Apêndice 6).

A diminuição da prática de criação de porcos à solta nas Comunidades Tradicionais se deve a uma série de fatores internos e externos, como constatado no relato dos *Faxinalenses C e K* (Quadro 19). Internamente, os dados revelam que a redução, forçada ou não, das áreas destinadas à criação provocou ao longo dos anos uma queda no número total de animais e de certo modo, no tamanho dos rebanhos.

Como os animais dependiam da alimentação natural para atingir tamanho e peso de consumo, sem florestas ou árvores frutíferas, os faxinalenses passaram a ter mais gastos com alimentação. Do mesmo modo, menores criadouros comunitários exigiram uma adaptação no número de animais mantidos por família, para que todos pudessem participar da atividade de forma igualitária.

Por outro lado, as comunidades faxinalenses, que até determinada época podiam efetuar o comércio de seus animais de forma livre, passaram a enfrentar barreiras legais em relação à questão sanitária. Aspecto muitas vezes ligado à inexistência de abatedouros regulamentados, que passaram a ser exigidos por instituições públicas municipais, estaduais e federais, que questionavam a qualidade da carne produzida de porco oriunda das criações mantidas pelos faxinalenses. Assim, comunidades faxinalenses embora não tivessem mais permissão para comercializar os porcos, mantiveram ativamente a atividade de criação destinada à subsistência.

Quadro 19: Trechos de relatos dos Faxinalenses C e K

Fonte	Associações de 1ª Ordem	Associações de 2ª Ordem	Associações de 3ª Ordem	Explicações das Associações
Faxinalense C	Antigamente era o território maior, tinha diversidade mais rica e aqui era muito rico de pinheiro, né?	Nossa, o pinheiro dominava muito aqui, e o pessoal “criavam” porco, aquele porco alçado, mesmo que as pessoas “tinham” o porco e não conheciam os animais que tinham	Porcos enfiavam no mato e daí não vinham pra casa, tinham comida à vontade na época de pinhão, e daí iam pegar o porco lá a cachorro.	
Faxinalense K	Pro consumo próprio e pro comércio. Vivo, porco vivo, o pessoal compra e leva vivo ele, um ou outro pede pra gente abater, mas ele vai fazer o preparo dele na sua propriedade, né?	Pro comércio também, né? Tem uma procura grande, agora pela questão do porco comum, né, produzido nos faxinais. Não tem abatedouro e não tem acompanhamento de médico veterinário nenhum, né? Quando “nós tinha” o território grande, “nós tinha” a criação de animal à solta com qualidade, o custo pra se manter um animal era bem baixo.		Até porque se fosse pra vender abatido tinha que ter um abatedouro. Hoje você tem que tratar 4, 5 meses no inverno, bem, pra você não perder ele, porque ele morre, não tem o que comer.

Fonte: Mapa 1 – Uso do Território, Ação Coletiva e Lógica de Produção para Subsistência (Apêndice 6).

Como forma distinta de vida no meio rural as Comunidades Tradicionais de Faxinais possuem ainda um conjunto de princípios que normatizam sua organização no território, bem como regem as atividades cotidianas e as relações sociais entre seus membros. Caracterizadas pela ação em grupo, as comunidades fazem uso de Acordos Comunitários construídos coletivamente.

Conforme enfatizam os relatos dos *Faxinalenses B e C* e os trechos do *Documento* (Quadro 20), por meio dos Acordos Comunitários os faxinalenses estabelecem os elementos que caracterizam historicamente a vida comunitária nos

Faxinais, além dos direitos e deveres dos moradores das comunidades, bem como algumas punições caso sejam realizadas ações que firam a manutenção do cotidiano coletivo no grupo.

Quadro 20: Trechos de relatos dos Faxinalenses B e C e de Documento

Fonte	Associações de 1ª Ordem	Associações de 2ª Ordem	Associações de 3ª Ordem	Explicações das Associações
Faxinalense C	Foi feito um mutirão se não me engano em 2008 e o outro em 2010.	la pondo essas normas também, aí a gente vê questão de limite das terras, animais, o que pode e o que não pode, pra gente ter um controle, né, porque se não você perde o controle.		Por isso que a gente achou por bem trabalhar com o acordo comunitário.
Faxinalense B	Cada Faxinal é elaborado, aí o que nós chamamos de acordo comunitário e a própria lei estadual que ampara os faxinalenses, a lei 15.673 de 2007, ela está já dando ênfase à questão dos acordos comunitários, os acordos comunitários estarem amparado na lei estadual	a comunidade se reúne, é debatido ponto por ponto e os interessados assinam o acordo e no nosso acordo aqui pode cercar até 20% da área, que daí a pessoa pode ter uma horta e também à noite, pra deixar os animais mais "próximo" da casa também.		
Documento "Cartilha para uma Instrumentalização dos Direitos Faxinalenses"	Acordos comunitários são práticas do direito consuetudinário ou costumeiro, consensuadas pelo grupo social faxinalense a fim de garantir o modo de uso comum dos recursos naturais e sua conservação.	Acordos devem ser cumpridos por todos os residentes ou que frequentam o Faxinal.	Aqueles que não souberem dos acordos devem ser avisados e advertidos pelos faxinalenses para que os acordos sejam cumpridos.	

Fonte: Mapa 1 – Uso do Território, Ação Coletiva e Lógica de Produção para Subsistência (Apêndice 6).

Desse modo, pode-se inferir que o interesse pelos Acordos Comunitários reside na necessidade de condicionar as ações de pessoas que por ventura passam a residir em áreas dos criadouros comunitários e que desconheçam a cultura local.

Por outro lado, podem indicar ainda uma tendência entre os próprios faxinalenses de descumprimento das regras coletivas socialmente concebidas e aceitas, resultando na possibilidade de desestruturação do modo de vida tradicional e comunitários nas comunidades faxinalenses.

Assim, de forma descritiva, os dados revelam o cotidiano das Comunidades Tradicionais de Faxinais com relação ao *Uso do território, ação coletiva e lógica de produção para subsistência*. Um cotidiano dominado por princípios e práticas tradicionais que reproduzem uma singularidade própria dos faxinalenses e os distinguem das demais comunidades tradicionais, bem como dos agrupamentos humanos inseridos na Sociedade de Mercado.

Entretanto, embora historicamente consolidados, os Faxinais têm enfrentado nas últimas décadas uma série de problemas e dificuldades, que muitas vezes afetam a sobrevivência das famílias nos criadouros comunitários. Nesse sentido, no próximo tópico essa realidade é revelada de forma detalhada.

5.1.2 Contradições e desafios no cotidiano comunitário

O Mapa de Associação de Ideias 2 (Apêndice 7) descreve uma série de fatores que revelam *Contradições e Desafios no Cotidiano Comunitário* das Comunidades Tradicionais de Faxinais. Essa realidade pode ser compreendida a partir de quatro descritores conceituais, que seriam: relação conflituosa e distanciamento entre as instituições públicas e as comunidades faxinalenses (problemas ligados à questão política); controvérsias relacionadas à legislação vigente (problemas ligados à questão legal); dificuldades ligadas ao meio ambiente (problemas ligados à questão ambiental); configuração delicada da questão territorial (problemas ligados à questão territorial).

A descrição dos dados, que constam na íntegra no Mapa de Associação de Ideias 2 (Apêndice 7) foi construída a partir de quinze entrevistas, dezesseis documentos e dois materiais audiovisuais.

As questões políticas apontadas pelos trechos dos relatos dos *Faxinalenses A e B* e do *Agente Público B* (Quadro 21) estão ligadas às relações entre instituições públicas, das esferas federal, estadual e municipal, e as comunidades faxinalenses, claramente retratadas no material como problemas que são enfrentados pelos faxinalenses nos dias atuais. Alguns aspectos revelam que os representantes

públicos tendem a se manter alheios e neutros em relação às necessidades, demandas e dificuldades que envolvem os Faxinais.

De outro modo, quando não ocorre certo distanciamento, esses representantes assumem posição contrária às comunidades faxinalenses, em resposta a determinadas indagações das famílias, ou ainda por interesses próprios correspondentes ao plano político de determinados grupos.

Quadro 21: Trechos de relatos dos Faxinalenses A e B e do Agente Público B

Fonte	Associações de 1ª Ordem	Associações de 2ª Ordem	Associações de 3ª Ordem	Explicações das Associações
Agente Público B	A prefeitura não tem qualquer ligação com os Faxinais, nada é feito, nenhuma atividade.	São feitos os licenciamentos ambientais e atividades ligadas a liberações e fiscalizações, nada mais que isso.		
Faxinalense A	Poder público fica assim, em cima do muro, porque o eleitor, aquele que quer o Faxinal, é o mesmo voto daquele que não quer. Então o poder público tem ficado ausente.	O poder público municipal tem ajudado mais na questão de estradas, na questão de mata-burro.		Daí é um dever do município quando quebrou lá o mata-burro, daí o ônibus não “tá” passando nesses faxinais.
Faxinalense B	Mas uma questão que eu tenho colocado é porque talvez seja região metropolitana, né? A ideia de quem faz parte do poder público é urbanizar tudo, né, ou fazer loteamentos, ou fazer indústrias.	E assim, quando a gente vai conversar com eles, eles dizem: <i>ah sim, vamos apoiar no que for possível.</i> Mas aí, infelizmente, eles agem do contrário daquilo que falam e daquilo que nós temos direito.	Várias reuniões que a gente faz é mandado convite pra eles e eles nunca comparecem pra tomar mais conhecimento daquilo que é a luta, a organização do faxinalense.	

Fonte: Mapa 2 – Contradições e Desafios no Cotidiano Comunitário (Apêndice 7).

As comunidades faxinalenses seriam ainda vistas por diferentes instituições públicas, conforme trechos do relato do *Faxinalense J* e do *Documento* (Quadro 22)

como formas atrasadas e inadequadas de organização da vida no campo. Esses mesmos relatos entendem a identidade coletiva das comunidades faxinalenses, histórica e coletivamente construída, como barreira para a realização de políticas públicas que tem como foco central o desenvolvimento econômico da região, bem como defendem a melhoria da qualidade de vida dos próprios faxinalenses.

Quadro 22: Trechos de relatos dos Faxinalenses B e J e de Documento

Fonte	Associações de 1ª Ordem	Associações de 2ª Ordem	Associações de 3ª Ordem	Explicações das Associações
Faxinalense B	A questão da Emater nós consideramos que é praticamente contra a luta	Vigilância sanitária também é pra falar que não pode.		Na maioria de onde tem o Faxinal tem a reclamação dos técnicos da Emater que não levam em conta o modo de vida.
Documento "Relatório de Evento Externo – Seminário Local de Direitos Éticos e Coletivos"	É preciso trabalhar certos órgãos públicos que enxergam os faxinais como modo atrasado de vida.	Prefeito Municipal não recebe os faxinalenses para a oitiva de seus pleitos.	Escrivão da polícia civil recusa-se a registrar as ocorrências relatadas pelos faxinalenses. Delegado da Polícia Civil ignora a comunidade faxinalense.	
Faxinalense J	Os prefeitos, o poder público local "tão" muito ainda "atrasado", sabe, na discussão das várias alternativas, das várias camadas sociais, das diversas formas de fazer agricultura.			

Fonte: Mapa 2 – Contradições e Desafios no Cotidiano Comunitário (Apêndice 7).

Um aspecto que se torna relevante a partir da observação dos dados nos trechos dos relatos dos *Faxinalenses A, C e G* (Quadro 23) é o fato de que teria ocorrido uma mudança na visão do poder público sobre as Comunidades Tradicionais de Faxinais após o seu reconhecimento e do reconhecimento de sua territorialidade pela Lei 15.673 de 2007, do Paraná.

Na concepção dos próprios faxinalenses a relação com o poder público se tornou mais difícil a partir do momento em que as comunidades faxinalenses, amparadas por dispositivos legais, passaram a exigir direitos que até então não eram conhecidos pelos próprios faxinalenses. Desse modo, instituições públicas

passaram a questionar a validade das exigências feitas pelas comunidades, uma vez que até recentemente essas cobranças não existiam e a relação entre ambos era ligada ao cotidiano de manutenção das comunidades faxinalenses.

Quadro 23: Trechos de relatos dos Faxinalenses A, C e G

Fonte	Associações de 1ª Ordem	Associações de 2ª Ordem	Associações de 3ª Ordem	Explicações das Associações
Faxinalense A	O conflito foi quando saiu a lei do estado reconhecendo toda esta área como Faxinal, o que não é verdade, né? Foi uma lei aí que inclusive ela foi derrubada há dois anos "atrás".			
Faxinalense C	Como comunidade aí é tranquilo, como comunidade comum, seja uma comunidade qualquer, aí você consegue com a prefeitura, com a câmara.	Mas como faxinais ou criadouro, não, até mesmo criadouro às vezes consegue alguma coisa, mas como faxinais aí já dificulta muito.	Como faxinais que "veio" depois, não faz muito tempo, aí pra eles já dificulta mais, até mesmo por causa da organização do movimento, movimento da organização até isso já pra eles dificulta mais, pra ter esses trabalhos, pra dar mais assistência	Daí até mesmo ele falou, não carece de ter uma associação faxinalense pra você conseguir recurso e isso e aquilo, querendo que 'nós mude' a associação, até mesmo o estatuto da associação, eles queriam que 'nós mudasse' o estatuto.
Faxinalense G		Antes a gente ser só criador tudo bem né, vivia ali normal né, ninguém tinha aborrecimento com nada, no caso um não era contra o outro, mas depois que a gente começou a saber que esta comunidade poderia ser melhorada poderia ser mais preservada		
Faxinalense A	Hoje fala-se Faxinal, mas na época a gente tinha ele como criadouro que a família vivia da agricultura e também da criação de animais.			

Fonte: Mapa 2 – Contradições e Desafios no Cotidiano Comunitário (Apêndice 7).

Do mesmo modo, os dados indicam ainda a falta de políticas públicas específicas que respeitem a singularidade das Comunidades Tradicionais de

Faxinais, como evidenciam os trechos do relato do *Faxinalense B* e dos *Documentos* (Quadro 24)

Nesse sentido, diferentes mecanismos são reconhecidos como responsáveis pela regulação das relações entre agentes públicos e faxinalenses, bem como o contato com a Sociedade de Mercado, condicionando questões que perpassam em certa medida pela busca de reconhecimento, resgate cultural e respeito às tradições, às crenças e aos valores praticados pelos faxinalenses.

Quadro 24: Trechos do relato do Faxinalense B e de Documentos

Fonte	Associações de 1ª Ordem	Associações de 2ª Ordem	Associações de 3ª Ordem	Explicações das Associações
Documento "Cartilha Nova Cartografia social dos povos e comunidades tradicionais do Brasil: Faxinalenses no Setor Metropolitano de Curitiba"	A falta de apoio de políticas públicas específicas para os faxinais para resgatar e apoiar essa cultura essa diversidade que tem. Falta cuidar para que continue essa riqueza			
Reportagem "Faxinais pedem políticas públicas específicas"	Inexistência de políticas públicas específicas vem contribuindo com o desaparecimento dos faxinais			
Faxinalense B	eles não levam em conta aquele que é a prática da comunidade, e pra questão do desenvolvimento não precisa trazer pra cá grandes indústrias, ou loteamentos, se você tiver uma política pública de amparo né, de apoio o próprio modo de vida pode desenvolver e gerar mais renda para as famílias			

Fonte: Mapa 2 – Contradições e Desafios no Cotidiano Comunitário (Apêndice 7).

Além dos problemas políticos, é possível perceber que as evidências, conforme relato do *Faxinalense I* e de trechos de *Documentos* (Quadro 25), apontam para a existência de uma série de questões ligadas à legislação que acabam implicando em dificuldades para a forma de organização e o modo de produção no cotidiano dos faxinalenses.

Alguns aspectos de natureza jurídica decorrem da inexistência de mecanismos legais que regulem tanto as atividades internas, que são realizadas pelos moradores das comunidades, quanto às ações externas, conduzidas por instituições públicas ou privadas. Assim as comunidades faxinalenses se tornam

frágeis em relação à proteção de seus conhecimentos e práticas tradicionais, cuja lógica está atrelada a princípios próprios e singulares dessas comunidades, bem como de seus direitos reconhecidos por legislação específica.

Quadro 25: Trechos do relato do Faxinalense I e de Documento

Fonte	Associações de 1ª Ordem	Associações de 2ª Ordem	Associações de 3ª Ordem	Explicações das Associações
Faxinalense I	Do criadouro, tudo criadouro.	Nós temos cartografia, cartilha, Lei Estadual, Lei Federal, tem uma portaria do IAP, 34, nós temos "tudo essas" leis.	Até aqui ainda não ajudou em nada.	Porque se existisse uma lei que ajudasse nós, esses fechos que a turma "fizeram" aqui não tinha, não poderia ser feito.
Reportagem "Faxinais em risco de extinção"	Falta de leis protecionistas faz com que comunidades tradicionais vão aos poucos desaparecendo do mapa paranaense.	Como não há leis que preservem o sistema, as comunidades estão se extinguindo.		

Fonte: Mapa 2 – Contradições e Desafios no Cotidiano Comunitário (Apêndice 7).

Do mesmo modo, conforme trechos do *Documento* (Quadro 26) percebe-se ainda a promoção de dispositivos legais que, direta ou indiretamente, acabam refletindo negativamente no contexto das comunidades faxinalenses.

As contradições decorrentes da legislação surgem em função do descompasso entre a identidade coletiva e os interesses dos faxinalenses, atrelados a uma lógica substantiva coletiva, e os propósitos defendidos pelos gestores públicos, que alinham-se a uma racionalidade instrumental guiada pelo utilitarismo e o individualismo social.

Considerando esse choque de interesses, como o fazer política pode ser traçado como uma ação de cima para baixo, com os gestores impondo aos diferentes enclaves sociais uma dinâmica de vida atrelada a determinados limites, os faxinalenses veem-se prejudicados uma vez que, muitas determinações públicas criam barreiras a manutenção dos costumes e práticas tradicionais. Como não bastassem os mecanismos públicos inibirem a reprodução cultural nos Faxinais, contribuem para a promoção de instituições privadas e práticas mercantilistas que avançam significativamente sobre os territórios faxinalenses, promovendo a

desagregação dessas comunidades e do modo de vida comunitário praticado pelas famílias residentes.

Quadro 26: Trechos de Documento

Fonte	Associações de 1ª Ordem	Associações de 2ª Ordem	Associações de 3ª Ordem	Explicações das Associações
Vídeo "Articulação Puxirão, 4 Encontro Estadual"	Vocês têm que ficar atentos às mudanças do Novo Código Florestal, atinge diretamente vocês essas mudanças do Novo Código Florestal.	Vai atingir porque hoje quem está conservando aqui no Paraná são as comunidades tradicionais e essa mudança do Código Florestal vai dar carta branca, vai dar permissão para que o agronegócio entre comprando a terra de vocês, pressionando e valorizando a terra de vocês.	E aí tem um dispositivo no Novo Código Florestal que é a compensação de áreas. Quer dizer, o Agronegócio pode desmatar lá no Noroeste do Estado, Maringá, Querência lá em Londrina e aí ele pode comprar áreas aqui em Pinhão, onde tem bastante área de cobertura vegetal. Isso vai gerar uma desagregação muito forte pra vocês.	

Fonte: Mapa 2 – Contradições e Desafios no Cotidiano Comunitário (Apêndice 7).

Em outros casos como sugerem os trechos dos relatos dos *Faxinalenses G e I* e de *Documento* (Quadro 27), percebe-se que a dificuldade encontra-se no cumprimento efetivo da legislação vigente. Assim, tanto Estado quanto Municípios são apontados pelos faxinalenses como descumpridores das normas, não colocando em prática algumas determinações legais que, além de garantir a proteção da cultura tradicional nos Faxinais, poderiam contribuir com o resgate de conhecimentos e práticas que eram comuns entre os faxinalenses, mas que foram se perdendo ao longo dos anos em função do processo de modernização que tem acompanhado o meio rural.

Percebe-se ainda que esse desrespeito pode ser conduzido tanto pela comunidade externa, como pelos próprios faxinalenses, nesse último caso, aqueles que questionam os benefícios oriundos da manutenção dos criadouros comunitários, bem como a prática do uso coletivo de terras, cuja propriedade seria de algumas poucas famílias.

Quadro 27: Trechos de relatos dos Faxinalenses G e I e de Documento

Fonte	Associações de 1ª Ordem	Associações de 2ª Ordem	Associações de 3ª Ordem	Explicações das Associações
Documento "Cartilha para uma Instrumentalização dos Direitos Faxinalenses"	Passividade de um estado que não garante os direitos, nem acompanha as demandas das comunidades faxinalenses.	Ofensiva dos poderes públicos municipais em extinguir os faxinais.	Não aplicação ou repasse dos recursos provenientes do ICMS ecológico nas comunidades.	
Faxinalense G	Por isso que a gente fala, poder público, as leis existem só pra aquele pequeno, pro grande a gente já perdeu a esperança. É coisa que a gente acha muito injusto.			
Faxinalense I	A prefeitura é contra. A Emater é contra Derrubaram a lei do Aresur, né, a uns 2 ou 3 anos atrás ⁵ .	O IAP eles dão uma passada por aí, mas não "faz" nada. Eles alegaram que tinha "muito pouca" gente a favor. Que não tinha muita gente a favor. Que tinha mais gente contra do que a favor, foi o que eles alegaram lá.	Não liberam verba, né, e a verba ela vem na prefeitura. O ICMS ecológico vem na prefeitura e eles não repassam pro Faxinal.	Todo vida foi, nunca foram a favor. Eles são bastante, eles são contra.

Fonte: Mapa 2 – Contradições e Desafios no Cotidiano Comunitário (Apêndice 7).

Portanto, a partir dos dados reproduzidos nos trechos dos *Documentos* (Quadro 28) é possível revelar que a questão territorial representa uma ameaça real para as comunidades faxinalenses, tendo se agravado nos últimos anos.

Além de ser uma necessidade histórica dos faxinalenses, o processo de regularização dos territórios tradicionais tem gerado conflitos nas comunidades em virtude dos processos de partilha por herança, bem como em decorrência do crescimento das famílias que precisam redistribuir continuamente suas terras para a instalação dos filhos casados na proximidade da residência dos pais. Com isso

⁵Faxinalense em sua fala faz referência ao Decreto que tornava a sua comunidade, em particular, uma Área Especial de Uso Regulamentado, permitindo o acesso ao ICMS ecológico.

amplia-se o número de casas e, conseqüentemente, as áreas destinadas aos quintas, no entorno dessas residências, ocasionando na redução de áreas livres para pastagens dos animais.

Quadro 28: Trechos de Documentos

Fonte	Associações de 1ª Ordem	Associações de 2ª Ordem	Associações de 3ª Ordem	Explicações das Associações
Documento "Relatório descritivo dos antecedentes históricos da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais"	A regularização fundiária aparece entre as principais demandas levantadas.	Não há no arcabouço jurídico e legal vigente a possibilidade explícita de proceder à regularização dessas áreas a curto prazo.		
Documento "Ata 3 CNPCT"	Importância da questão fundiária para os faxinais e que é impossível desenvolver qualquer política sem investir e encontrar uma solução para essa questão e para as questões legais que atualmente geram impedimentos.			
Documento "Relatório Final do 1º Encontro dos Povos dos Faxinais"	Falta de regularização das terras dos faxinais (das posses, das terras vendidas, das terras de heranças).			
Reportagem "Terra em transe"	Há ainda o problema que permeia sua história: o complexo processo de legalização das terras.			

Fonte: Mapa 2 – Contradições e Desafios no Cotidiano Comunitário (Apêndice 7).

Contradições em relação à questão das terras surgem ainda em virtude de pessoas que têm se instalado nas áreas dos criadouros comunitários, tomando posse de espaços, ou pela ação de fazendeiros que se colocam como proprietários das terras ocupadas pelos Faxinais. Outro aspecto, com uma perspectiva interna da comunidade, diz respeito às atividades de compra e venda de terras pelos faxinalenses, muitas vezes sem formalização legal.

Por fim, problemas ambientais complementam as Contradições e Desafios constatados no Cotidiano Comunitário dos Faxinais. De acordo com os trechos de *Documentos* (Quadro 29), o uso intensivo de agrotóxicos nas lavouras das próprias comunidades ou em regiões vizinhas tem intensificado a degradação do solo e das nascentes.

Tal fato tem provocado profundas transformações no dia a dia dos faxinalenses, uma vez que muitos passaram a adotar técnicas de agricultura ligadas à aplicação de defensivos, abandonando conhecimentos e práticas tradicionais que vigoraram por décadas no cotidiano das Comunidades Tradicionais de Faxinais. Desse modo, a visão ambiental dos faxinalenses, caracterizada pelo respeito e uso consciente da biodiversidade sofre uma distorção, cedendo espaço para uma visão restrita acerca dos impactos gerados por técnicas de agricultura que estejam em desacordo com o modo de vida tradicional.

Quadro 29: Trechos de Documentos

Fonte	Associações de 1ª Ordem	Associações de 2ª Ordem	Associações de 3ª Ordem	Explicações das Associações
Documento "Cartilha de mobilização popular do 2º Encontro dos Povos dos Faxinais"	Destruição de matas, plantações de soja, provocando envenenamento e destruição das nascentes de água.	Faxinalenses enfrentam ameaças por defenderem os recursos naturais sem contar com o apoio dos órgãos de defesa do meio ambiente, da polícia e de alguns promotores.		
Vídeo "Os Faxinais – uma história de luta e amor à terra"	Na roça eu trabalhava com a minha família, né? Naquela época todos nós "tinha" uma enxada pra carpir. Hoje tá custoso até enxada. O povo "tá" usando veneno, esse agrotóxico, né, e carpir não "querem".			
Vídeo "Articulação Puxirão, 4º Encontro Estadual"	Esse veneno parece que castigou o terreno que não tinha o veneno, acabou com o terreno. Não tinha veneno nem na semente, era debulhado no paiol de milho.	Antigamente você via o sujeito indo pra roça, você via ele com o almoço e uma enxada pra roçar. Hoje você vê o caboclo com a sofateira e veneno nas costas.		

Fonte: Mapa 2 – Contradições e Desafios no Cotidiano Comunitário (Apêndice 7).

O desmatamento também é apontado como um problema que tem afetado as comunidades, conforme trechos dos relatos dos *Faxinalenses A, C e H* (Quadro 30). Como a floresta é a base do sistema de subsistência dos faxinalenses, pois mantém ativos os criadouros comunitários, a redução das áreas de matas gera preocupação nos moradores que possuem atividades de criação à solta de animais,

uma vez que os mesmos veêm ameaçada essa prática que é símbolo dos Faxinais, pela redução de alimentos e áreas de pastagens dos porcos.

Quadro 30: Trechos de relatos dos Faxinalenses A, C e H

Fonte	Associações de 1ª Ordem	Associações de 2ª Ordem	Associações de 3ª Ordem	Explicações das Associações
Faxinalense A	Agora, questão do meio ambiente, se você quer fazer nascente voltar é só não deixar a criação destruir e invadir a nascente.	O prejuízo do meio ambiente “tá” sendo por causa desses animais que fuçam, derrubam árvores.	As nascentes que estão dentro do criadouro, a água “tá” sumindo a cada dia que passa. O grande problema nosso são as plantações de pinos e eucalipto.	Então isso, há 30, 40 anos “atrás”, você derrubava árvore que dava um metro cúbico por árvore, dois metros. Isso tudo foi destruído para plantar pinus e com incentivo, porque diziam que o pequeno agricultor tinha que plantar pinus pra ter lenha pra granja.
Faxinalense H	Teve nascente que drenaram aí pra cima.			
Faxinalense C	Até mesmo a questão do desmatamento, até mesmo aqui dentro, porque com o pouco território que tem foi “tirado” muita madeira aqui.	Madeireiros. Muitas madeiras “tirou”.		

Fonte: Mapa 2 – Contradições e Desafios no Cotidiano Comunitário (Apêndice 7).

O desmatamento apontado tem sido atribuído ao avanço da agricultura extensiva de soja, fumo, milho e trigo com a produção voltada para o mercado consumidor, nacional e internacional, além do plantio de florestas de pinus e eucalipto.

O interesse pela riqueza das florestas dos criadouros comunitários também surge como uma das causas do desmatamento. Considerando que são áreas nas quais existe uma preservação de matas, principalmente pela característica da atividade de criação à solta de animais. Madeireiros individuais ou empresas de processamento de madeira possuem interesse pelos recursos disponíveis, promovendo assim o desmatamento em certas regiões, prática que além de dificultar

a manutenção dos criadouros comunitários afeta nascentes e rios dos territórios faxinalenses.

Nota-se ainda pelos trechos do *Documento* (Quadro 31) que, os problemas ambientais são agravados pelo não cumprimento dos dispositivos legais que regem o uso e a exploração do solo, de matas e nascentes, bem como por problemas relacionados aos órgãos responsáveis pela fiscalização e pelo acompanhamento das atividades no meio rural.

Quadro 31: Trechos de Documento

Fonte	Associações de 1ª Ordem	Associações de 2ª Ordem	Associações de 3ª Ordem	Explicações das Associações
Vídeo "Articulação Puxirão, 4º Encontro Estadual"	Sucateamento dos órgãos ambientais.	Hoje em dia você vê um atrofiamento, um enfraquecimento dos órgãos ambientais.	A política ambiental está virando "de" fachada.	Esses órgãos ambientais são os que estão responsáveis por atender diretamente aos demais de territórios de vocês, e nos últimos 4, 5 anos eles têm sofrido sucateamento, eles não têm funcionários mais.

Fonte: Mapa 2 – Contradições e Desafios no Cotidiano Comunitário (Apêndice 7).

Finalmente, revelados os conflitos, as incoerências e os desacordos com os quais as Comunidades Tradicionais de Faxinais têm se deparado nas últimas décadas, na sequência de apresentação dos dados são descritos dois fatores atrelados ao processo histórico de desarticulação dos Faxinais que seriam, as mudanças percebidas na atividade agrícola e as políticas públicas alinhadas à ideia de modernização, progresso e desenvolvimento, conduzidas por agentes públicos em comum acordo com instituições privadas.

5.1.3 Substituição da prática de subsistência pela produção para o mercado

A partir do Mapa de Associação de Ideias 3 (Apêndice 8) são apresentados os dados que indicam o embate constante entre o modo de vida tradicional, característico das Comunidades Tradicionais de Faxinais, e os propósitos desenvolvimentistas conduzidos por atores e instituições, públicas ou privadas.

Os dados representam a *Substituição da Prática de Subsistência pela Produção para o Mercado* e estão organizados em duas temáticas intermediárias, que são: transformações na agricultura e pecuária e propostas governamentais e

políticas públicas. Na etapa de levantamento de dados o Mapa de Associação de Ideias 3 (Apêndice 8) foi construído com base no conteúdo de nove entrevistas, setenta e três documentos e cinco materiais audiovisuais.

Conforme apontam os dados evidenciados nos trechos dos relatos dos *Faxinalenses A e J* e de *Documentos* (Quadro 32), a modernização percebida no cultivo e na criação de animais é retratada como uma das causas centrais do processo de abandono das práticas e conhecimentos tradicionais, historicamente assumidos pelos faxinalenses. Essas transformações seriam decorrentes ainda do avanço tecnológico que tem implicado na disponibilização, cada vez mais frequente, de equipamentos e máquinas inovadores.

Esses recursos muitas vezes em função das ditas facilidades que proporcionam para o cotidiano no campo, acabam por atrair a atenção de agricultores, levando-os a introduzirem em suas atividades tradicionais práticas cujo propósito se choca com os interesses de subsistência, colocando em risco a manutenção da cultura local dos faxinalenses.

Quadro 32: Trechos de relatos dos Faxinalenses A e J e de Documentos

Fonte	Associações de 1ª Ordem	Associações de 2ª Ordem	Associações de 3ª Ordem	Explicações das Associações
Faxinalense A	Quando começou a mudar o sistema da nossa agricultura, começou a “vim” aí maquinário, começou a “vim” aí tecnologia.			
Faxinalense J	Com o avanço tecnológico aí, desde a revolução verde até hoje, todo esse avanço tecnológico da grande produção da soja, eles foram invadindo territórios dos faxinais.			
Reportagem "Faxinais ganham status ambiental"	Com a modernização da agricultura, os faxinais começaram a se descaracterizar e houve desmatamento da cobertura florestal para introdução de monoculturas.			
Vídeo "1 Encontro dos povos dos Faxinais"	O sistema capitalista e a grande tecnologia é que trouxe isso aí, né?			

Fonte: Mapa 3 – Substituição da Prática de Subsistência pela Produção para o Mercado (Apêndice 8).

Nesse contexto, o meio rural que até então era dominado por uma agricultura familiar de subsistência, diante das novas demandas mercadológicas viu-

se invadido pela produção extensiva de grãos, conduzida muitas vezes por empresas de grande porte.

Assim, conforme descrevem os trechos dos relatos dos *Faxinalenses B* e *G* e de *Documento* (Quadro 33), monoculturas de soja, milho, trigo e fumo são características do Agronegócio, bem como o plantio realizado com o fim de comercialização de pinus e eucalipto que representam as principais ameaças aos territórios faxinalenses. Essa ameaça se concretiza em função de o agronegócio ser percebido como uma atividade que corresponde à lógica de cultivo extensivo, focado em elevada produção.

Quadro 33: Trechos de relatos dos Faxinalenses B e G e de Documento

Fonte	Associações de 1ª Ordem	Associações de 2ª Ordem	Associações de 3ª Ordem	Explicações das Associações
Vídeo "1º Encontro dos povos dos Faxinais"	Há muitos anos nosso modo de vida está ameaçado. Estamos sendo forçados a assumir um tipo de agricultura que acaba prejudicando nossos criadouros comunitários, destruindo nosso modo de vida.			
Faxinalense B	Eles querem fazer o tal do desenvolvimento. Em certas regiões o monocultivo de soja, milho e eucalipto "tá" sufocando os faxinais. Na própria produção do agronegócio, com o uso intensivo do agrotóxico, de transgênicos, que eles "tão" vendo que a transgeniase já não era aquilo que eles "apregoava", que tinha na questão da soja, uma que já era resistente à lagarta e que hoje já acontece.			
Faxinalense G	Os que nós chamamos de capitalistas, eles só "tão" pensando em explorar a terra sem ter nenhum respeito e a gente sabe que ali é rico em nascente, né, e minas de água.	Você vai ver as plantações de pinos e eucalipto. Então as madeireiras, no caso, que são donas, "eles" querem mais terra pra plantar mais pinos e eucalipto.		

Fonte: Mapa 3 – Substituição da Prática de Subsistência pela Produção para o Mercado (Apêndice 8).

Portanto, de acordo com os trechos de relatos de *Documento* (Quadro 34) produtores rurais inseridos na dinâmica do Agronegócio dedicam-se à ampliação

contínua das áreas cultivadas, destinadas ao plantio de monoculturas, visando elevar a produção e desse modo obter maiores ganhos financeiros.

Esse crescimento é percebido pelos faxinalenses como risco para a manutenção do cotidiano comunitário, em decorrência do interesse de fazendeiros pelas terras dos criadouros comunitários, uma vez que são áreas ainda não cultivadas que possuem um solo fértil, além da disponibilidade de fontes de água para irrigação.

Quadro 34: Trechos de Documento

Fonte	Associações de 1ª Ordem	Associações de 2ª Ordem	Associações de 3ª Ordem	Explicações das Associações
Reportagem "Faxinais em risco de extinção"	Avanço do agronegócio faz com que comunidades tradicionais vão aos poucos desaparecendo do mapa paranaense.	Terras estão sendo sondadas pelo agronegócio.	O agronegócio é uma das razões da desagregação dos faxinais no Estado.	Como os faxinais usam as terras planas para moradia e criação de animais, enquanto as íngremes são destinadas para a plantação, os grandes produtores veem nessas áreas planas fontes de investimento.

Fonte: Mapa 3 – Substituição da Prática de Subsistência pela Produção para o Mercado (Apêndice 8).

Analogamente, é perceptível, com base nos trechos do *Documento* (Quadro 35), que além de causar problemas no campo, prejudicando solo, matas e nascentes, o avanço do Agronegócio tem provocado a desestruturação das tradições culturais reproduzidas no cotidiano das comunidades faxinalenses.

Essa desestruturação pode ser entendida como o reflexo da aplicação contínua de técnicas, equipamentos e máquinas que envolvem a lógica do Agronegócio. Quando assumida por faxinalenses a visão utilitarista dominante no contexto da agricultura moderna, resulta na corrosão dos laços sociais e afetivos que reforçam a manutenção da coesão entre os membros da comunidade.

A desconstrução social no contexto faxinalense surge assim pelo choque entre princípios, crenças e valores coletivos compartilhados por todos nas comunidades e a postura individualista, atrelada a princípios econômicos que guia as ações práticas de atores inseridos no Agronegócio, conforme fragmentos do *Documento* (Quadro 35).

Quadro 35: Trechos de Documento

Fonte	Associações de 1ª Ordem	Associações de 2ª Ordem	Associações de 3ª Ordem	Explicações das Associações
Vídeo "1º Encontro dos povos dos Faxinalis"		Esse tipo de agricultura chamada de moderna invadiu nossas comunidades e atropelou nossos costumes e tradições, essa agricultura recebe o nome de agronegócio.	É representada pelo fumo, pela soja, pelo pinus e também pela tecnologia dos venenos, dos adubos químicos e transgênicos.	Quando o agronegócio entra na nossa comunidade, muda nossa tradição, nossos hábitos, nosso jeito de ser e principalmente nossa relação com a terra.

Fonte: Mapa 3 – Substituição da Prática de Subsistência pela Produção para o Mercado (Apêndice 8).

Os dados indicam, como sugerem os trechos do relato do *Faxinalense A* e do *Documento* (Quadro 36), que o avanço do Agronegócio é potencializado também por atividades que são conduzidas no interior dos próprios criadouros comunitários, pelos faxinalenses, acarretando muitas vezes nas desestruturação o modo de vida cotidiano dos faxinalenses.

Atrelado a isso, constata-se a articulação de diferentes atores sociais, públicos ou privados, que munidos de diferentes mecanismos visam facilitar a abertura dos territórios tradicionais para o avanço do capital. Avanço que se processa indiscutivelmente pela expansão da monocultura.

Desse modo, a relação de respeito e uso consciente da biodiversidade que os faxinalenses historicamente têm reproduzido a partir do modo de uso da terra, que constitui os territórios dos criadouros comunitários dá lugar a uma lógica individualista, que percebe a natureza como um recurso a ser aplicado na concretização dos propósitos financeiros, sem qualquer preocupação com a finitude, bem como com a capacidade de regeneração dos mesmos.

Portanto, faxinalenses abandonam, pela pressão de uma visão hegemônica dominante, costumes, crenças e princípios tradicionalmente reproduzidos e historicamente construídos, para assumir em seu cotidiano práticas e atividades alinhadas aos pressupostos utilitaristas difundidos na Sociedade de Mercado. Diante dessa inversão de valores muitas comunidades faxinalenses veem sua identidade

coletiva enfraquecida, e não percebem qualquer possibilidade de reação diante dos elementos responsáveis por sua desconstrução.

Quadro 36: Trechos de relatos do Faxinalense A e de Documento

Fonte	Associações de 1ª Ordem	Associações de 2ª Ordem	Associações de 3ª Ordem	Explicações das Associações
Faxinalense A	A outra a exigência do mundo moderno mesmo, que foram as integrações, né, hoje é o do frango, então o pessoal deixou de criar o porco e começou a criar o frango integrado, dentro da vigilância sanitária, da exigência do mercado, da exportação e assim por diante.	A tecnologia fez com que isso fosse deixando aos poucos o pessoal, não podendo ter mais essa criação porque não tinha comércio e de outra forma os sistemas modernos de criações de integrações, fez com que isso tudo fosse por água a baixo, né?		
Vídeo "Articulação Puxirão, 4º Encontro Estadual"	<p>É quem está pressionando os órgãos estaduais, o governo federal pra não atender com recursos públicos, é a bancada ruralista que não permite que se façam concursos públicos, então a gente vai continuar com esse déficit aí.</p> <p>Vocês estão com uma correlação de forças extremamente negativa. São 230 deputados federais da bancada ruralista.</p>	<p>Uma campanha nova foi lançada pelo Agronegócio há um mês "atrás". O Agronegócio está acusando que o problema da fome é justamente as comunidades tradicionais.</p> <p>Porque não passa nada aqui na assembleia, porque não passa nada na câmara federal.</p>		

Fonte: Mapa 3 – Substituição da Prática de Subsistência pela Produção para o Mercado (Apêndice 8).

Embora retratados, conforme trechos dos relatos dos *Faxinalenses E e J* e *Agente Público A* (Quadro 37), o surgimento do agronegócio e a expansão da monocultura de soja, trigo, milho e fumo no Paraná, como acontecimentos que implicaram em impactos para as Comunidades Tradicionais de Faxinais, foram acompanhados de uma série de propostas governamentais e de determinações políticas que reforçaram a substituição de práticas de subsistência por uma produção para o mercado.

O que se apresenta assim é uma construção ideológica do discurso de desenvolvimento, crescimento econômico e progresso do governo paranaense, que alinhando seus propósitos às ações econômicas dos detentores de capital financeiro, sede aos anseios da Sociedade de Mercado e age de forma indiscriminada sobre aqueles enclaves sociais dominados por racionalidades próprias, distintas da racionalidade instrumental hegemônica e, portanto, questionadoras de suas ações.

Quadro 37: Trechos de relatos dos Faxinalenses E e J e do Agente Público A

Fonte	Associações de 1ª Ordem	Associações de 2ª Ordem	Associações de 3ª Ordem	Explicações das Associações
Faxinalense J	O governo entregou pra essa madeira fazer a, como é que eles diziam, não sei se é colonização, o desenvolvimento econômico e social do município, você se instala lá, vai gerar emprego, vai desenvolver e tal.			
Faxinalense E	Naquela época teve, porque depois que teve aquela lei que nós nem “podia” matar porco pro gasto aqui porque disse que tinha aquele bichinho que ia na cabeça, o verme.	Na época da ditadura, né, de 64 pra cá, que daí não podia mais matar porco, ter, e daí o negócio dos moinhos fechados.		Daí aquilo arruinou muito aí pro pequeno lavrador, diminuiu a atividade.
Agente Público A	Por outro lado os governos, as instituições acabavam atendendo, acabavam atendendo aqueles grupos que pressionam mais, e quem pressiona mais são aqueles que estão mais organizados.			

Fonte: Mapa 3 – Substituição da Prática de Subsistência pela Produção para o Mercado (Apêndice 8).

Portanto, é possível reforçar, por meio dos fragmentos de *Documentos* (Quadro 38), a existência de um alinhamento histórico dos agentes públicos, estaduais ou municipais, com propostas de modernização, desenvolvimento e crescimento. Nesse sentido, o arcabouço de políticas públicas direcionadas à economia Paranaense, muitas vezes, pareceu desconsiderar a existência das Comunidades Tradicionais de Faxinais. Quando não, as propostas têm previsto ações que se chocam com os interesses e as necessidades dos faxinalenses, por apresentar certo desacordo com em relação aos elementos culturais constituintes dos Faxinais.

Quadro 38: Trechos de Documentos

Fonte	Associações de 1ª Ordem	Associações de 2ª Ordem	Associações de 3ª Ordem	Explicações das Associações
Documento "Pladep, análise da economia paranaense"	Fomento à industrialização rural através da criação de condições adequadas à sua implantação e desenvolvimento.	Estímulo ao estabelecimento de indústrias produtoras de utilidades de utilização e interesse agropecuário.		
Documento "Relatório do Fundo de Desenvolvimento Econômico FDE de 1965"	O apoio financeiro da companhia está ativando crescentemente o processo de industrialização do Paraná. Todos os obstáculos que freavam o desenvolvimento da economia industrial do estado estão sendo paulatinamente superados.	A CODEPAR atualmente ocupa a liderança entre os organismos estaduais de desenvolvimento existentes no país. Hoje, as condições oferecidas pelo Paraná ao desenvolvimento industrial são excelentes.	Outro importante passo no sentido de promover a industrialização do estado foi a assinatura de convênio com o Departamento de Assistência Técnica aos municípios através do qual serão aplicados recursos para realização de planos de urbanização, visando à localização racional de indústrias nas cidades paranaenses	
Documento "Mensagem à Assembleia Legislativa do Estado 2003"	Programa Desenvolvimento do Agronegócio, o Governo do Estado busca garantir o aumento da renda do pequeno e do médio produtor por meio de uma agricultura mais forte e competitiva.			

Fonte: Mapa 3 – Substituição da Prática de Subsistência pela Produção para o Mercado (Apêndice 8).

Constata-se ainda a visão negativa e deturpada do governo paranaense em relação à prática de criação à solta de suínos, singularidade presente nas Comunidades Tradicionais de Faxinais e essencial para a subsistência dos faxinalenses, seja para o consumo ou para a comercialização em pequena escala e local.

Os dados demonstram, conforme fragmentos dos *Documentos* (Quadro 39), que essa prática muitas vezes é apontada como uma atividade limitada por fazer uso de técnicas compreendidas como atrasadas. Técnicas que não contribuiriam para a produção de alimentos que possam ser disponibilizados para o mercado consumidor, principalmente por não atender aos parâmetros de qualidade estabelecidos como padrão na Sociedade de Mercado. Fato que na percepção dos agentes públicos constitui-se em barreira ao potencial de comercialização do produto, bem como inibe o desenvolvimento econômico do Estado.

Quadro 39: Trechos de Documentos

Fonte	Associações de 1ª Ordem	Associações de 2ª Ordem	Associações de 3ª Ordem	Explicações das Associações
Documento "Plano de Desenvolvimento do Paraná: SAGMACS"	Substituir as técnicas de criação de suínos de extensiva por intensiva em todo o estado.	Substituir o rebanho tipo banha por tipo carne.		
Documento "Mensagem à Assembleia Legislativa do Estado 1961"	Os estudos que vêm sendo desenvolvidos vão permitir ao governo tomar medidas práticas e concretas para o desenvolvimento da agropecuária paranaense.			
Documento "Mensagem à Assembleia Legislativa do Estado 1962"	A política governamental orienta-se no sentido de diversificar a produção agrícola em função dos mercados local e nacional de alimentos e matérias-primas. Foi iniciada a renovação do plantel suíno do estado, com a aquisição de 350 reprodutores.	Foram reaparelhadas as granjas.		
Documento "Mensagem à Assembleia Legislativa do Estado 1967"	o objetivo da ACARPA é implantar, através de assistência técnica especializada, uma mentalidade técnica ao rurícola, orientar e organizar os sistemas de comercialização, além de financiar a produção com crédito rural educativo.			

Fonte: Mapa 3 – Substituição da Prática de Subsistência pela Produção para o Mercado (Apêndice 8).

Portanto, dentre as atividades propostas pelo governo que se chocam com os interesses e necessidades dos faxinalenses em relação a atividade de criação de porcos à solta, destaca-se, a partir dos fragmentos de *Documentos* (Quadro 40), que em meados de 1965, ocorreu a execução de um programa de fomento à suinocultura paranaense, com foco na modernização das granjas e das técnicas de

manejo, no melhoramento genético dos animais e na atenção com a sanidade e alimentação dos rebanhos.

Quadro 40: Trechos de Documentos

Fonte	Associações de 1ª Ordem	Associações de 2ª Ordem	Associações de 3ª Ordem	Explicações das Associações
Documento "Mensagem à Assembleia Legislativa do Estado 1964"	Foram incorporados ao rebanho suíno do Paraná através de um plano de venda, com vantagens aos criadores, 420 animais das raças Duroc-Jersey, Wessex e Landrace, produzidos pelos plantéis próprios da Secretaria de Agricultura.	Vem o estado enriquecendo seus plantéis a fim de, através de experimentos, melhorar qualitativamente os produtos ofertados aos criadores do estado.		
Documento "Mensagem à Assembleia Legislativa do Estado 1967"	Execução de um programa de fomento à suinocultura de carne, nos mesmos moldes do aplicado à bovinocultura mediante a distribuição de reprodutores suínos de raça, por sorteio e permuta por animais comuns.			
Documento "Mensagem à Assembleia Legislativa do Estado 1988"	No campo da produção animal o governo concentra ações nas áreas de melhoramento genético, sanidade e alimentação animal, pois o descuido com esses fatores compromete seriamente a produtividade.			
Documento "Mensagem à Assembleia Legislativa do Estado 1997"	com relação à suinocultura foram executadas ações de apoio à aquisição de equipamentos para o manejo adequado dos dejetos suínos.			

Fonte: Mapa 3 – Substituição da Prática de Subsistência pela Produção para o Mercado (Apêndice 8).

Do mesmo modo, acompanhando os fragmentos de *Documentos* (Quadro 41), as evidências revelam ainda o apoio recorrente de instituições privadas na execução de programas governamentais direcionados à modernização e ao desenvolvimento da economia paranaense, que perpassaram pela transformação da suinocultura.

Fato que corrobora as dificuldades enfrentadas pelas comunidades faxinalenses, tendo em vista que os atores sociais e instituições que participam, de forma integrada com o poder público, do processo de modernização do meio rural

paranaense são conduzidos por pressupostos correspondentes a uma visão utilitarista, que tem a elevação da produtividade e o consumo em massa como lógica condutora de suas ações. Postura que atribui à lógica de vida dos faxinalenses a culpa por aquilo que definem como baixa qualidade dos produtos provenientes da suinocultura extensiva.

Quadro 41: Trechos de Documentos

Fonte	Associações de 1ª Ordem	Associações de 2ª Ordem	Associações de 3ª Ordem	Explicações das Associações
Documento "Mensagem à Assembleia Legislativa do Estado 1999"	Buscando a melhoria da produtividade das explorações pecuárias, a SEAB tem procurado atuar em parceria com municípios, cooperativas, sociedades rurais, sindicatos rurais, associações de produtores, entidades de ensino e pesquisa e empresas privadas			
Documento "Mensagem à Assembleia Legislativa do Estado 1970"	A expansão da agropecuária paranaense se deve, basicamente, ao esforço da iniciativa privada, que sempre tem correspondido, com sua nunca desmentida compreensão e apoio aos programas traçados e executados pelo governo.	O fomento à cultura da soja foi uma das campanhas ejetadas em 1969, com a colaboração da iniciativa privada, visando ao aproveitamento sempre maior das potencialidades da produção paranaense.		
Documento "Mensagem à Assembleia Legislativa do Estado 1989"	A partir da constatação de que se esgotou o limite material possível para a expansão agropecuária no território paranaense, só resta ao estado a alternativa de intensificar medidas que contemplem o aumento da produtividade agrícola, mediante a integração.			

Fonte: Mapa 3 – Substituição da Prática de Subsistência pela Produção para o Mercado (Apêndice 8).

Assim, dentre as propostas governamentais e as políticas públicas implementadas, é recorrente ao longo dos anos a preocupação do governo com a fiscalização e o acompanhamento da produção suína no Estado do Paraná. Tal fiscalização sugere um alinhamento entre um plano nacional de erradicação da peste suína, visando a criar áreas livres da doença. Consequentemente, observa-se a atenção do governo com as condições físicas que envolvem a criação de suínos, a

sanidade do rebanho em termos de vacinação e as estruturas destinadas ao abatimento e processamento dos derivados da carne suína.

Analogamente, como sugerem os fragmentos dos *Documentos* (Quadro 42), é possível observar a partir dos dados um interesse em elevar a produtividade da suinocultura no Paraná. Esse fato contribuiria para tornar toda a cadeia produtiva mais eficiente, gerando certificações nacionais e internacionais, necessárias para que os produtos pudessem atingir mercados com retornos financeiros. Nesse sentido, seriam acrescentados os índices de renda dos produtores rurais e os indicadores econômicos e financeiros do Estado.

Quadro 42: Trechos de Documentos

Fonte	Associações de 1ª Ordem	Associações de 2ª Ordem	Associações de 3ª Ordem	Explicações das Associações
Documento "Portaria n. 85, 1988 Normas Relativas às Condições Gerais para Funcionamento dos Pequenos e Médios Matadouros"	Estados ou Municípios devem dispor de órgão próprio para a execução de inspeção e fiscalização dos matadouros destinados ao abate de animais de açougue, exclusivamente para abastecimento local.	O projeto de construção ou de reaparelhamento do matadouro deve ser aprovado pelo setor competente do Estado ou Município, observando o contido nas presentes normas e seus códigos de obras e sanitário.		
Documento "Mensagem à Assembleia Legislativa do Estado 2012"	Programa de Inspeção de Produtos de Origem Animal – fiscalizados 1.020 estabelecimentos (matadouros, fábricas de conservas, laticínios, etc.); avaliados 140 projetos; destruídos 12.580 e apreendidos 16.106 kg de produtos impróprios ao consumo; emitidos 865 relatórios em auditorias			
Documento "Instrução Normativa n. 27, 2004 PLANO DE CONTINGÊNCIA PARA PESTE SUÍNA CLÁSSICA"	O Programa Nacional de Controle e Erradicação da Peste Suína Clássica foi implantado em 1992, inicialmente em municípios contíguos pertencentes aos estados Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.			

Fonte: Mapa 3 – Substituição da Prática de Subsistência pela Produção para o Mercado (Apêndice 8).

Portanto, a partir da descrição das transformações recorrentes na agricultura e pecuária, bem como das propostas do governo e políticas públicas desenvolvimentistas, são apresentados os dados que delimitam a Substituição da prática de subsistência pela produção para o mercado. Essas transformações têm

promovido a desarticulação cultural nas Comunidades Tradicionais de Faxinais, com impacto direto na prática de criação de porcos à solta. Realidade que é apresentada de forma detalhada na sequência.

5.1.4 Desagregação dos criadouros comunitários e da prática de criação à solta

Os criadouros comunitários, conhecidos tradicionalmente como terras de criar, e a prática de criação de porcos à solta que, normalmente, nas Comunidades Tradicionais de Faxinais corresponde à suinocultura extensiva, podem ser entendidos como elementos centrais da cultura dos faxinalenses. Contudo, esses dois elementos sofrem continuamente ameaças que têm levado a reduções das áreas destinadas à criação coletiva, bem como ao abandono de práticas tradicionais.

Assim, a descrição do processo de *Desagregação dos Criadouros Comunitários e da Prática de Criação à Solta* se deu por quatro temáticas intermediárias: barreiras à manutenção da criação de porcos à solta; cercamentos e redução dos territórios; invasão dos territórios e problemas de vizinhança. Esses dados são apresentados no Mapa de Associação de Ideias 4 (Apêndice 9), construído por treze entrevistas, vinte documentos e três materiais audiovisuais.

Quadro 43: Trechos de relatos dos Faxinalenses E, H e I

Fonte	Associações de 1ª Ordem	Associações de 2ª Ordem	Associações de 3ª Ordem	Explicações das Associações
Faxinalense H	E agora aqui, Faxinal, aqui "tá" praticamente um miolinho aqui.			
Faxinalense E	Foi mudando, como eu "te" disse, tanto "os porco" como "as lavoura" de 75 a 80 para cá. Hoje a maioria aqui que está no Faxinal, quase mais da metade ou mais, compram porco ao invés de ter.	Daí foi ficando ruim a lavoura para o pequeno agricultor.	Hoje aqui são bem poucos os que têm porco.	
Faxinalense I	Mudou muita coisa desse tempo aí que meus pais morreram.	De 30 anos pra cá que mudou.		

Fonte: Mapa 4 – Desagregação dos Criadouros Comunitários e da Prática de Criação à Solta (Apêndice 9).

Inicialmente, a partir dos trechos dos relatos dos *Faxinalenses E, H e I* (Quadro 43), os dados apontam para as dificuldades que têm sido enfrentadas pelas

Comunidades Tradicionais de Faxinais com relação a manutenção da prática de criação de porcos à solta. Situação que tem se agravado a cada dia, levando faxinalenses ao abandono total de uma atividade que por séculos representou sua singularidade cultural em relação aos demais povos tradicionais, bem como a base da subsistência das famílias nos Faxinais.

Como se percebe nos relatos do *Agente Público A* e do *Faxinalense A* (Quadro 44), a existência de visões contrárias à continuidade dos criadouros comunitários. Percepções que podem ser tanto de faxinalenses, quanto de atores sociais externos ao grupo, muitas vezes interessados em tornar o território das comunidades, bem como as atividades desenvolvidas pelas famílias em práticas lucrativas que potencializem a geração de renda dos produtores.

Quadro 44: Trechos de relatos do Agente Público B e do Faxinalense A

Fonte	Associações de 1ª Ordem	Associações de 2ª Ordem	Associações de 3ª Ordem	Explicações das Associações
Agente Público B	Nos dias atuais já não se mantém essa prática porque muitas pessoas não criam mais animais à solta e a tecnologia utilizada nessa atividade estaria ultrapassada.	Muitos faxinalenses alegam que o criadouro contribui para a preservação de nascentes, rios e florestas, contudo, isso seria um equívoco tendo em vista que a ação dos porcos nas nascentes e beiras dos rios acaba prejudicando a preservação da mata ciliar e dessa forma afeta os rios também.		
Faxinalense A	A gente não é contra. Cada um manda na sua propriedade e o direito da propriedade de cada um ninguém pode invadir. Isso aí "tá" na constituição.	Então a forma hoje não compensa levar de 6 a 7 meses pra você ter um leitão lá de 20, 30 quilos, né, sendo que com 6 meses você tem um porco com 100 quilos. Hoje, no sistema de integração ou um sistema dele mesmo que não seja integração, dentro da sua propriedade, do seu chiqueiro, dentro das vacinas, tudo dentro das normas da vigilância sanitária.		

Fonte: Mapa 4 – Desagregação dos Criadouros Comunitários e da Prática de Criação à Solta (Apêndice 9).

Do mesmo modo, os trechos dos *Documentos* (Quadro 45) permitem enfatizar que a postura do governo paranaense ao longo dos anos, também tem representado uma visão contrária a manutenção dos criadouros comunitários e a continuidade da prática de criação de porcos à solta.

Nesse sentido, muitas ações do poder público tem sido promovidas com o intuito de potencializar a substituição da criação tradicional pela criação profissional, implantando além de equipamentos e máquinas, técnicas de manuseio do rebanho entendidas como inovadoras, bem como animais com genética diferenciada, capazes de elevar a produção e, concomitantemente, atender as exigências de órgãos de controle e fiscalização.

Quadro 45: Trechos de Documentos

Fonte	Associações de 1ª Ordem	Associações de 2ª Ordem	Associações de 3ª Ordem	Explicações das Associações
Documento "Plano de Desenvolvimento do Paraná: SAGMACS"	<p>A produção de carne suína apresenta técnicas de criação atrasadas na maior parte do Estado, produzindo animais de baixo porte e de alta incidência de verminoses e de cisticercose.</p> <p>No Sudoeste a criação é do tipo intensiva, predominantemente de carne e com bom peso por animal, com baixa incidência de moléstias e pragas.</p>	<p>Deve-se melhorar o rebanho paranaense através da introdução de melhores técnicas.</p> <p>No restante do Estado a criação é tipo extensiva, predominantemente de banha, com baixo peso por animal e alta incidência de moléstias e pragas.</p>	<p>Substituir a criação de raças tipo banha por tipo carne.</p>	
Documento "Pro Rural: Projeto Integrado de Apoio ao Pequeno Produtor Rural"	<p>O sistema criatório de suínos é extensivo, com animais de raça indefinida, sem manejo adequado e prevenção de doenças.</p>			
Documento "Programa de Desenvolvimento Rural do Paraná – projeto produção animal"	<p>O criador possui em sua propriedade boas fontes de alimentação e delas faz uso. Desconhece porém certos princípios de nutrição e a análise imperfeita dos resultados que obtém com diferentes alternativas constituem obstáculos à conquista de melhores resultados.</p>			

Fonte: Mapa 4 – Desagregação dos Criadouros Comunitários e da Prática de Criação à Solta (Apêndice 9).

Considerando-se a visão contrária do poder público e as ações conduzidas com o intuito de modernização do meio rural, a dificuldade de comercialização do excedente da produção de suínos também se impõe como uma barreira, conduzindo os faxinalenses ao abandono da prática. Fatores como restrição de acesso aos compradores, fiscalização sanitária punitiva e variedade de produtos oferecidos pelo mercado aos consumidores determinam essa dificuldade, como evidenciado nos trechos dos relatos dos *Faxinalenses A e B* e de *Documentos* (Quadro 46).

Quadro 46: Trechos de relatos dos Faxinalenses A e B e de Documentos

Fonte	Associações de 1ª Ordem	Associações de 2ª Ordem	Associações de 3ª Ordem	Explicações das Associações
Faxinalense A	Se matar um porco hoje você não tem pra quem vender, você não tem abatedouro, você não tem a vigilância sanitária. Não consegue vender mais. A banha você não consegue vender mais.			
Documento "Relatório Final do 1º Encontro dos Povos dos Faxinais"	A dificuldade de comercializar os animais criados em faxinais, que devido ao pequeno porte por viver em um criadouro, não é aceito e é desvalorizado por não estar dentro do padrão determinado para venda.			
Reportagem "O bom exemplo dos Faxinais"	O porco é criado para nós mesmos. Não dá para vender no mercado porque é preciso seguir as normas sanitárias.			
Faxinalense B	Devido à falta de apoio infelizmente a venda é pouca. Você pode até ser preso.	Quem vem comprar são mais aqueles que têm conhecimento das famílias. Um vizinho fazia embutido de porco, e era como eu comentei aqui um dos temas que é bastante debatido, que é a questão da agricultura familiar, e ele trabalhava aqui, ele a mulher e a filha, então que é trabalho de agricultura familiar.	Já não é um mercado aberto que a gente possa matar e chegar em Curitiba anunciando que "tá" vendendo. São pessoas de lá ou são parentes que a família é daqui, ou são bem conhecidas que daí vêm aí pra adquirir os animais.	

Fonte: Mapa 4 – Desagregação dos Criadouros Comunitários e da Prática de Criação à Solta (Apêndice 9).

Os dados contidos nos fragmentos dos relatos dos *Faxinalenses E e K* e de *Documento* (Quadro 47) apontam ainda que a prática da criação de porcos à solta sofreu significativa redução em decorrência das limitações relacionadas à alimentação dos animais criados livremente. A liberdade dos animais na criação à solta proporcionava aos faxinalenses uma redução nos gastos diários, tendo em vista que os animais saíam cedo para pastar e retornavam somente ao final da tarde.

Com pouca alimentação natural nas áreas de florestas, os faxinalenses foram obrigados a ampliar o uso de milho na criação. Contudo, com a redução das áreas de lavoura, no entorno dos criadouros comunitários, a produção de milho tem apresentado diminuição contínua, levando os faxinalenses a comprar o milho no mercado, implicando na inviabilidade de manutenção da criação de porcos à solta.

Quadro 47: Trechos de relatos dos Faxinalenses E e K e de Documento

Fonte	Associações de 1ª Ordem	Associações de 2ª Ordem	Associações de 3ª Ordem	Explicações das Associações
Faxinalense K	Uma boa parte parou de criar porco por falta de espaço pra produzir o milho.			Porque o porco tem que acompanhar de comida, né, até porque sem o território tinha que tratar mais com o milho, né, aí não é viável comprar milho pra criar porco, né, pelo menos pra eles, pra algumas pessoas.
Faxinalense E	A dificuldade é que a gente não planta mais roça, né, então tem que comprar o milho pra ter o porquinho, daí não sai muito barato, né, ele sai carinho.	Porque tem que comprar o milho, mas mesmo assim a gente continua tendo.		
Reportagem "Terra em transe"	A insistência em propriedades abertas e na criação de animais soltos se transformou em problema.	Os que insistiram nas antigas práticas acabaram sem pasto para os animais e se viram obrigados a incluir a ração no custo da criação.		

Fonte: Mapa 4 – Desagregação dos Criadouros Comunitários e da Prática de Criação à Solta (Apêndice 9).

Contudo, não somente as terras de plantar sofreram um processo de redução. A partir dos trechos de relatos dos *Faxinalenses C, I e K* e de *Documento* (Quadro 48) é possível inferir que as ações de desconstrução das áreas destinadas aos criadouros comunitários nas Comunidades Tradicionais de Faxinais também são

comuns. Essa lapidação territorial tem ocorrido em grande medida pela prática de cercamento. Alguns faxinalenses contrários à lógica de propriedade coletiva da terra cercam suas propriedades no interior dos Faxinais, prejudicando a manutenção da criação à solta, que cada vez mais tem menos áreas livres para circulação.

Observam-se também casos em que a redução de terras coletivas se dá pelo processo de herança. Com a constituição de novas famílias, trechos de terras são repassados, novas casas são construídas e do mesmo modo, os chamados quintais são instituídos. Historicamente essa ação indica a multiplicação dos chamados ‘fechos’, áreas que antes eram de uso comum e passaram a ser fechadas para o uso individual.

Quadro 48: Trechos de relatos dos Faxinalenses C, I e K e de Documento

Fonte	Associações de 1ª Ordem	Associações de 2ª Ordem	Associações de 3ª Ordem	Explicações das Associações
Faxinalense K	Outra que foi diminuindo o território e foi perdendo a qualidade dos animais, foi perdendo a pastagem, foi perdendo frutas nativas, a araucária foi muito explorada.	Então foi descaracterizando um pouco e perdendo a qualidade do rebanho.		
Faxinalense I	Vai estreitando, né, vai diminuindo. Ele não quer. Ele não quer as criações, ele é contra.	Prejudica nós e prejudica a criação, porque não tem por onde “as criações andar”. Ele alega que não quer “que anda” no terreno dele.		
Faxinalense C	Arrancaram mata-burro, aí “o pessoal tiveram” que cada um fechar a sua propriedade, daí retalhou tudo.	As terras que eram de uso comum foram tudo retalhadas, aí tiraram mata-burro.		
Documento "Diretoria de biodiversidade e Áreas Protegidas"	O fecho (isolamento acima dos limites acordados) descaracteriza o criadouro comunitário, limitando sua área e provocando, como consequência, maior pressão sobre os recursos remanescentes, especialmente sobre a regeneração da floresta.	A atual situação de conflitos nos faxinais, prejudicando o acesso ao território, tem acarretado a construção de fechos até mesmo pelos prós, tendo em vista a dificuldade destes de prover pastagens a suas criações.		

Fonte: Mapa 4 – Desagregação dos Criadouros Comunitários e da Prática de Criação à Solta (Apêndice 9).

Observa-se ainda que a descaracterização dos criadouros comunitários nas Comunidades Tradicionais de Faxinais tem se acentuado nos últimos anos pela constante construção de chácaras nessas áreas. Essas chácaras muitas vezes pertencem a pessoas externas que fazem uso somente nos finais de semana, desrespeitando os costumes e as tradições dos faxinalenses, como evidenciado nos fragmentos do relatos do *Faxinalense G* e de *Documentos* (Quadro 49).

Assim, comuns se tornam os conflitos entre os faxinalenses e os chacreiros, principalmente nas comunidade que se encontram em regiões rurais próximas aos centros urbanos. Conflitos ligados a instalação de cercas que cerceiam a livre circulação dos animais, bem como a derrubada da vegetação que para os faxinalenses corresponde a fontes de alimentação para a criação à solta de porcos.

Quadro 49: Trechos de relatos do Faxinalense G e de Documentos

Fonte	Associações de 1ª Ordem	Associações de 2ª Ordem	Associações de 3ª Ordem	Explicações das Associações
Documento "Cartilha de mobilização popular do 3º Encontro dos Povos dos Faxinais"	Aumento das chácaras de lazer dentro dos territórios faxinalenses.			
Documento "Cartilha Nova Cartografia social dos povos e comunidades tradicionais do Brasil: Faxinalenses no Setor Metropolitano de Curitiba"	O que mais prejudica é esses chacreiros que entram e cercam as áreas só para eles, roubam criação.	Nossa opressão em primeiro lugar vem dos chacareiros, a exemplo dos dentistas, médicos, pessoas de um bem aquisitivo bom, vêm, compram terras de faxinais, acabando com a cultura desse povo, oprimindo por meio da invasão dessas terras.		
Faxinalense G	O chacreiro que a gente chama é aquela pessoa que sai da cidade grande, quer comprar suas terras, uma chacara no mato, só que lá na cidade ele "tá" todo cercado de muro, com grade e tudo. Quando ele vai pra uma área rural, por exemplo, ele chega lá e quer fazer a mesma coisa.	Sabe, é uma coisa tão sem lógica. Nossa! A gente mora aqui na cidade, mora na prisão, daí o cara vai comprar numa área rural e chega lá e quer cercar, quer fazer a mesma coisa da cidade. Poxa, é aí que acaba isso prejudicando muito a comunidade.		

Fonte: Mapa 4 – Desagregação dos Criadouros Comunitários e da Prática de Criação à Solta (Apêndice 9).

Concomitantemente, com base nos trechos de relatos dos *Faxinalenses A, C, E e F* (Quadro 50) é possível enfatizar que as divergências entre vizinhos nas comunidades faxinalenses têm contribuído para a desagregação dos criadouros comunitários e da prática de criação de porcos à solta. Os conflitos estão relacionados à invasão de áreas de lavouras e dos quintais pelos animais. Ao fato de que alguns faxinalenses questionam a circulação de porcos no interior da comunidade, acusando que estes sujaram terrenos, movimentam terras, prejudicam a preservação das nascentes e provocam o enfraquecimento das árvores.

Desse modo, de um lado se posicionam aqueles que lutam para manter a prática de criação à solta de porcos, questionando essa visão estão os faxinalenses que apontam para a necessidade de que as criações sejam conduzidas em estruturas fechadas, como chiqueiros e granjas, para que as terras possam ser utilizadas de acordo com os interesses de seus proprietários.

Quadro 50: Trechos de relatos dos Faxinalenses A, C, E e F

Fonte	Associações de 1ª Ordem	Associações de 2ª Ordem	Associações de 3ª Ordem	Explicações das Associações
Faxinalense A	Aí começou o pessoal a soltar cachorro pra pegar a criação, vizinho matar animal dentro da propriedade, a cerca que o pessoal fazia já não era uma cerca que segurava todo tipo de criação.	O pessoal que não quer arranca o portão, queima portão.		
Faxinalense F	Tirou os portões, né, “num queriam” mais criação.	Pegou uma bronca com os “parentes meu” lá.		
Faxinalense E	Às vezes dá uma questãozinha quando o porco começa a ir na roça por causa da cerca.	O dono da criação tem que ver se a criação começa a aprender e sair e dar prejuízo pro vizinho. Ele tem que fechar a criação.	Às vezes a cerca “tá” ruim e ninguém arruma e a criação acha um lugarzinho que possa passar.	
Faxinalense C	Meu pai também teve problema com um vizinho. Outra coisa também é ataque de cachorro.	Ele tem uma propriedade aqui, fez uma lavoura, mas só que ele não respeitou o nosso modo de vida com a cerca, a cerca de sempre pra lidar com o porco.		

Fonte: Mapa 4 – Desagregação dos Criadouros Comunitários e da Prática de Criação à Solta (Apêndice 9).

Desse modo, é possível observar que a partir da integração entre as barreiras à manutenção da criação de porcos à solta, dos cercamentos e redução dos territórios, da invasão dos territórios de Faxinais por não faxinalenses e das divergências entre vizinhos, delimita-se um conjunto de elementos que tem promovido a Desagregação dos Criadouros Comunitários e da Prática de Criação à Solta nas Comunidades Tradicionais de Faxinais.

Contudo, de forma complementar, na sequência são apresentados os dados referentes ao processo de enfraquecimento do modo de vida coletivo encontrado nas comunidades faxinalenses. Realidade que muitas vezes representa ameaça à identidade coletiva característica nos Faxinais.

5.1.5 Ameaças à identidade coletiva

O processo histórico de fragmentação do modo de vida coletivo que dá lugar a uma lógica cotidiana individualista pode ser retratado como uma *Ameaça à Identidade Coletiva* das Comunidades Tradicionais de Faxinais. Os dados referentes a essa temática estão organizados no Mapa de Associação de Ideias 5 (Apêndice 10) e foram estruturados a partir de dois fatores, a saber: enfraquecimento da cultura tradicional e desestruturação do modo de vida tradicional. A discussão referente a esses dois aspectos reflete parte do *corpus* de pesquisa, composta por treze entrevistas, dezessete documentos e quatro materiais audiovisuais.

Inicialmente são descritos os dados que apresentam a realidade social enfrentada por muitas Comunidades Tradicionais de Faxinais no Paraná. Situação que historicamente estaria ligada ao processo de saída dos jovens para os centros urbanos, conforme apontam os trechos dos relatos dos *Faxinalenses A, F e K* e de *Documentos* (Quadro 51). Conseqüentemente, percebe-se um menor envolvimento das pessoas nas atividades diárias das comunidades faxinalenses, implicando numa carga maior de trabalho, acumulada para um número cada vez menor de pessoas em condições de executá-los.

Considerando que o cotidiano de vida nos Faxinais é caracterizado pela produção agrícola diversificada e pela criação de animais para a subsistência das famílias, a inexistência de indivíduos trabalhando na lavoura ou com as criações implica em dificuldades no dia a dia para manutenção das famílias. Fator que

determina movimento de migração para as cidades, levando muitas pessoas ao abandono do campo.

Quadro 51: Trechos de relatos dos Faxinalenses A, F e K e de Documentos

Fonte	Associações de 1ª Ordem	Associações de 2ª Ordem	Associações de 3ª Ordem	Explicações das Associações
Faxinalense A	É pouca terra, os filhos já começaram a deixar de participar da atividade da agricultura, da questão dos Faxinais, uns foram embora para Curitiba, ou pra Mandirituba, ou para outras cidades à procura de melhores recursos, não tinha telefone, não tinha água encanada.	A maioria das pessoas hoje trabalha fora, não vivem mais nem de agricultura, nem de criação dos animais como era antigamente.		
Faxinalense K	Boa parte do pessoal saiu, os jovens, né?	Mas os jovens saíram por falta de não questionar o Faxinal, mas sim por falta de assistência técnica, de apoio, políticas públicas.		
Faxinalense F	Muitos vão embora e muitos vão daqui mesmo trabalhar.	Ficam morando, mas não ficam produzindo nada. Mora aqui, trabalha fora e só à noite que "tá" em casa.		
Documento "Cartilha Nova Cartografia social dos povos e comunidades tradicionais do Brasil: fé, conhecimentos tradicionais e práticas de cura"	Falta de interesse pelos jovens, pois acham que é uma coisa de antigamente, o jovem quer só o que é moda, que passa na TV.			
Vídeo "Os Faxinais uma história de luta e amor a terra"	Tinha que ter a participação dos mais jovens, pra lutar mais, ajudar a continuar o trabalho que meu tio começou e eu "tô" fazendo.			

Fonte: Mapa 5 – Ameaças à Identidade Coletiva (Apêndice 10).

De acordo com os fragmentos do relatos dos *Faxinalenses B, E e K* e de *Documentos* (Quadro 52), a saída dos jovens das comunidades faxinalenses seria potencializada pela ideia de que nas Comunidades Tradicionais de Faxinais as oportunidades são limitadas, conduzindo-os a uma vida de privações. Seriam assim atraídos pelas vagas de emprego em indústrias e comércios, por acreditar que o trabalho assalariado possibilitaria mais conforto para a família. De certo modo, outros seriam atraídos ainda por considerar que o trabalho no campo pode

representar uma atividade pesada e que pelas opções oferecidas nas cidades não seria preciso se sujeitar às atividades rurais. E ainda constata-se a falta de apoio e oportunidades para a manutenção dos jovens no campo.

Esses fatores de forma articulada, conforme revelam os trechos dos relatos dos *Faxinalenses B, E e K* e de *Documentos* (Quadro 52), estão atrelados ao processo de desvalorização da cultura tradicional dos faxinalenses. Processo que implica em transformações na realidade social nos Faxinais, uma vez que percebe-se uma redução no número de pessoas que sobrevivem do sistema e compartilham dos costumes e tradições coletivos.

Quadro 52: Trechos de relatos dos Faxinalenses B, E e K e de Documentos

Fonte	Associações de 1ª Ordem	Associações de 2ª Ordem	Associações de 3ª Ordem	Explicações das Associações
Reportagem "O bom exemplo dos Faxinais"	O problema é o mesmo da agricultura familiar, o jovem vê mais opções na cidade, mais conforto.			
Documento "Relatório Final do 1º Encontro dos Povos dos Faxinais"	Desestímulo dos jovens para manter a atividade, pois os programas oficiais não estimulam a cultura.			
Faxinalense K	Os jovens "tão" indo tudo embora, a formação do jovem é pra ir embora, mesmo pra cidade do campo.	Quem tem um pedaço da área de lavoura "tá" conseguindo se manter, e quem não tem "tá" migrando.		
Faxinalense E	Hoje "dos mais velho" trabalhava, mas a juventude não quer pegar numa pá e numa picareta pra fazer uma cerca.	O jovem ele fica na casa dos pais até a hora de sair da escola e estudar ou ir para o exército.	Daí ele já vai se "emprega" e ele não quer saber de pegar no pesado.	
Faxinalense B	Não é "pensado uma política" que venha manter o próprio jovem no campo.	Na fala deles eles sempre falam, né, na questão de que muitos jovens estão saindo pra cidade, mas assim, pensar em algo de concreto pra aqui, que incentive o jovem a ficar no meio rural, infelizmente pouco tem acontecido.		

Fonte: Mapa 5 – Ameaças à Identidade Coletiva (Apêndice 10).

Contudo, embora seja comum, nos últimos anos, o movimento de troca do rural pelo urbano, com base nos trechos dos relatos do *Faxinalense G* e de *Documentos* (Quadro 53) é possível constatar que a ideia de viver nos centros urbanos, diferentemente do que alguns faxinalenses acabam pensando, pode não ser tão fácil. O que os relatos evidenciam é uma realidade bem mais difícil de vida na cidade do que no campo, provocando o retorno de muitas famílias para o meio rural, possivelmente em função da dificuldade de adaptação pelo choque cultural que acabam sofrendo.

Quadro 53: Trechos de relatos do Faxinalense G e de Documentos

Fonte	Associações de 1ª Ordem	Associações de 2ª Ordem	Associações de 3ª Ordem	Explicações das Associações
Faxinalense G	Quantos que não veio e cai na vida aí no caso, e acha que vai melhorar sua vida e acaba piorando e acaba trazendo os pais e vendendo aquele pedaço de chão, né, é "onde" os pais acabam morrendo rápido também.	Porque a pessoa que é da terra ela não sobrevive em outro lugar que não seja a terra. Se ela for pra outra terra, sim. Mas se ela "vim" pra cidade grande ela não sobrevive.		
Reportagem "Faxinais ganham status ambiental"	Foi uma das que se mudaram do Faxinal. Mas diz que não se acostumou ao estilo de vida fora da comunidade.			
Reportagem "Faxinais pedem políticas públicas específicas"	Fora das comunidades os povos perdem seu modo de viver e acabam indo para as periferias das grandes cidades.	Transformam-se em mão de obra barata e enfrentam uma série de dificuldades.		
Vídeo "Os Faxinais no Paraná"	Muita gente saiu daqui e não se deu bem, né? Eram do mato, do interior, né, agricultor que nem nós, né, e aí é difícil porque a pessoa tem pouco estudo e daí não se dá bem na cidade.			
Vídeo "Faxinais: comunhão da terra história de um povo"	Sentiu, né, porque ali dentro do Faxinal ele tinha sua própria criação, ele tinha hora que ele queria ganhar com o porco, e então ele saindo dali ele complicou-se, porque daí se ele quer ter uma carne agora lá ele tem que comprar.			

Fonte: Mapa 5 – Ameaças à Identidade Coletiva (Apêndice 10).

O movimento inverso, da cidade para o campo, como observado nos fragmentos do relatos do *Faxinalense K* e de *Documentos* (Quadro 54) envolvendo faxinalenses que não conseguiram se adaptar à vida nas cidades, assumindo atividades formais em diferentes setores da economia, também tem sido percebido nos Faxinais como risco.

Essa temeridade ocorre em virtude do choque cultural concebido pelo retorno de pessoas da cidade para o meio rural. Essas pessoas mesmo não obtendo o resultado que esperavam com o trabalho na cidade, acabam abandonando costumes e tradições atrelados à identidade faxinalenses e assumem em suas práticas cotidianas os pressupostos de uma sociedade constituída nas bases de relações comerciais, atreladas a princípios de individualidade.

Quadro 54: Trechos do relato do Faxinalense K e de Documentos

Fonte	Associações de 1ª Ordem	Associações de 2ª Ordem	Associações de 3ª Ordem	Explicações das Associações
Faxinalense K	Aí "tá" vindo uma outra migração de fora voltando pro Faxinal, né, mas já não conhece a cultura, já não sabe, né?	Entra, corta tudo, forma chácara, devassa, né, a vegetação ou planta, né, não sabe a cultura de como é viver num Faxinal, né?	São pessoas cuspidas da cidade pro interior de volta, né, que não se adaptam na cidade, que não têm como sobreviver e aí volta pro interior, né?	
Documento "Cartilha Nova Cartografia social dos povos e comunidades tradicionais do Brasil: Povos de Faxinais"	O problema são as famílias que saíram e agora estão voltando e sofreram uma erosão cultural.			
Documento "Cartilha Nova Cartografia social dos povos e comunidades tradicionais do Brasil: Faxinalenses no Setor Metropolitano de Curitiba"	O que mais ameaça os faxinais é o êxodo das pessoas que são do Faxinal pra cidade e o pessoal da cidade que migra da cidade pra cá com ideias diferentes.			

Fonte: Mapa 5 – Ameaças à Identidade Coletiva (Apêndice 10).

Conforme trechos dos relatos do *Agente Público A* e do *Faxinalense B* (Quadro 55), essa situação pode ser reforçada pela visão negativa da sociedade em relação às Comunidades Tradicionais de Faxinais.

Quadro 55: Trechos do relato do Agente Público A e do Faxinalense B

Fonte	Associações de 1ª Ordem	Associações de 2ª Ordem	Associações de 3ª Ordem	Explicações das Associações
Agente Público A	Por outro lado, a sociedade tende a não enxergar esse seguimento.			
Faxinalense B	Infelizmente nós já chegamos a escutar deles, né, frases dizendo que nós estamos defendendo um modo de vida atrasado, coisa que já está ultrapassada.			

Fonte: Mapa 5 – Ameaças à Identidade Coletiva (Apêndice 10).

Analogamente, fatores como desrespeito a princípios, valores e crenças reproduzidos historicamente pelos faxinalenses, uso indevido do território, com a não preservação das matas nas áreas dos criadouros comunitários, bem como a imposição de práticas que se chocam com o cotidiano comunitário nos Faxinais têm contribuído significativamente para o enfraquecimento da cultura tradicional nos Faxinais, como evidenciado nos fragmentos dos relatos dos *Faxinalenses B e K* e de *Documento* (Quadro 56).

Quadro 56: Trechos de relatos dos Faxinalenses B e K e de Documento

Fonte	Associações de 1ª Ordem	Associações de 2ª Ordem	Associações de 3ª Ordem	Explicações das Associações
Faxinalense B	Têm muitos que adquirem área e já pensam em si próprio, né. Eles nem chegam a conversar com as pessoas para saber como é o modo de vida, né, o sistema da comunidade, já mais pensando em ter o lazer deles próprios, infelizmente não levam em conta aquilo que já é prática da comunidade	A maioria deles compra e já pensa em cercar toda a área, né, toda a propriedade adquirida.		
Documento "Cartilha de mobilização popular do 3o Encontro dos Povos dos Faxinais"	Violência contra os bens dos faxinalenses (morte de criações, cortes de cercas, destruição de mata-burros, etc.).			
Faxinalense K	Embora "nós tenha" acordo comunitário, mas as pessoas não respeitam.	O pessoal não dá a mínima de ser Aresur, aquela placa lá pra eles não funciona nada, não tem relevância nenhuma.		

Fonte: Mapa 5 – Ameaças à Identidade Coletiva (Apêndice 10).

Nesse sentido, como apontam os trechos de *Documentos* (Quadro 57), tem-se reforçado um processo que historicamente provoca a desarticulação do modo de vida tradicional encontrado nas comunidades faxinalenses, muitas vezes sendo substituído por outras práticas de produção agrícola e de criação de animais que ameaçam a Identidade Coletiva dos faxinalenses. Ameaça que surge em função de serem essas práticas guiadas por uma lógica utilitarista de produção em larga escala direcionada para o mercado consumidor.

Quadro 57: Trechos de Documentos

Fonte	Associações de 1ª Ordem	Associações de 2ª Ordem	Associações de 3ª Ordem	Explicações das Associações
Reportagem "Faxinais em risco de extinção"	Desestímulo dos agricultores faz com que comunidades tradicionais vão aos poucos desaparecendo do mapa paranaense.	Os animais ainda são criados soltos, mas o sistema produtivo deixou de ser coletivo e passou a ser individual.		
Reportagem "Terra em transe"	Nossa situação melhorou 100% depois que a gente decidiu apostar na pecuária de leite fora do sistema tradicional.			
Documento "Cartilha Faxinalense em Movimento"	Faxinais estão adotando novas técnicas com base em sistemas agroecológicos.			
Vídeo "Faxinais: comunhão da terra, história de um povo"		Hoje o que "tá" faltando pra nós aqui é a união, que "uns se une" e outros não se unem, um é a favor outro é contra, aí é que "tá" trazendo dificuldade pra nós.		

Fonte: Mapa 5 – Ameaças à Identidade Coletiva (Apêndice 10).

A apresentação dos dados organizados no Mapa de Associação de Ideias 5 (Apêndice 10) que corresponde à temática Ameaças à Identidade Coletiva das Comunidades Tradicionais de Faxinais encerra a perspectiva descritiva de fatores que foram apontados como causadores da desestruturação do convívio social e das práticas coletivistas entre os faxinalenses.

Tal realidade foi traçada por quatro temáticas, que são: *Contradições e Desafios no Cotidiano Comunitário* (Temática Final II); *Substituição da Prática de Subsistência pela Produção para o Mercado* (Temática Final III); *Desagregação dos*

Criadouros Comunitários e da Prática de Criação à Solta (Temática Final IV); *Ameaças à Identidade Coletiva* (Temática Final V).

Assim sendo, na sequência são expostos os dados referentes a um movimento que se caracteriza como resposta às contradições até aqui descritas. Ações de resistência nas Comunidades Tradicionais de Faxinais em que faxinalenses buscam, amparados por diferentes instituições Federais, Estaduais e Municipais, organizar coletivamente o grupo, visando à proteção de costumes e tradições culturais e à manutenção de suas atividades tradicionais.

5.1.6 Organização e representação dos povos de faxinais

As Comunidades Tradicionais de Faxinais foram, por um certo período, reconhecidas somente pelas atividades desenvolvidas coletivamente nas terras de plantar e nas terras de criar. Atividades que estiveram restritas aos territórios faxinalenses. Contudo, nas últimas décadas é possível identificar um conjunto de ações, cuja gênese remete tanto ao interior como ao exterior dos Faxinais, que emergiram como reação ao processo de desarticulação da forma de vida comunitária desses povos tradicionais.

Nesse sentido, passaram a ser percebidos também, com maior frequência, em setores políticos de articulação e mobilização nas diferentes esferas municipal, estadual e federal. Além do envolvimento com organizações não governamentais, instituições de ensino e pesquisa e grupos religiosos interessados em apoiar movimentos sociais.

Portanto, *Organização e Representação dos Povos de Faxinais* é uma categoria retratada pelos dados contidos no Mapa de Associação de Ideias 6 (Apêndice 11), composto por nove entrevistas, trinta e seis documentos e cinco materiais audiovisuais. Os dados estão organizados a partir de duas temáticas, que são: mobilização e reação coletiva e necessidades e demandas para proteção e manutenção das comunidades.

Assim, expectativas e anseios que dominam o cotidiano das comunidades faxinalenses nos dias atuais podem ser entendidos como possibilidades de proteção e manutenção da cultura e das práticas tradicionais. A partir de fragmentos do relato do *Faxinalense J* e de *Documentos* (Quadro 58), o reconhecimento representaria o cerne da organização e reação dos faxinalenses, uma vez que promove a

articulação não só dos membros de uma comunidade, como também a integração entre diferentes povos e comunidades tradicionais do estado do Paraná.

Quadro 58: Trechos do relato do Faxinalense J e de Documentos

Fonte	Associações de 1ª Ordem	Associações de 2ª Ordem	Associações de 3ª Ordem	Explicações das Associações
Faxinalense J	Nós existimos já há 300 anos, só que dessa forma sem reconhecimento, sem política pública, sem nada. A gente não tem ainda juridicamente um reconhecimento, então a gente "tá" construindo pra cada vez mais ser reconhecido.			
Reportagem "Em busca de uma identidade"	Os faxinalenses passaram a última década articulando organizações formais com o objetivo de firmar posição como grupo e ganhar músculo para reivindicar o reconhecimento dos faxinais como comunidades tradicionais, o que permitirá a implantação de políticas públicas específicas para o segmento.			
Reportagem "Definindo os faxinais e introduzindo o assunto"	O reconhecimento do Faxinal como uma comunidade tradicional do Brasil incluiu, dessa vez, os aspectos culturais e econômicos dos faxinalenses na história.			
Documento "Cartilha Aresur"	Ser faxinalense basta que você se identifique como faxinalense e que as demais pessoas da comunidade também reconheçam você como faxinalense.			

Fonte: Mapa 6 – Organização e Representação dos Povos de Faxinais (Apêndice 11).

Esse reconhecimento, de acordo com trechos do relato do *Faxinalense J* e de *Documentos* (Quadro 59) pode ser entendido como um caminho para o alcance de maior visibilidade não só na sociedade, como também entre os próprios faxinalenses, resultando no respeito e no resgate dos costumes, tradições e direitos previstos na legislação vigente.

O pretendido reconhecimento, motivo central do movimento de resistência, integra questões sociais, ambientais, econômicas e políticas que passariam pela necessidade de delimitação de políticas públicas específicas não só para as comunidades tradicionais, mas também para os Faxinais.

Políticas que contemplem as características específicas dos faxinalenses não somente respeitando sua singularidade, mas que prezem pela valorização,

proteção e promoção das especificidades que caracterizam a historicidade dos povos de Faxinais.

De acordo com os fragmentos do relato do *Faxinalense J* e de *Documentos* (Quadro 59), tais políticas precisam ainda apontar para o delineamento de mecanismos legais específicos que contribuiriam para a continuidade das ações políticas mesmo com a troca dos agentes públicos envolvidos.

Quadro 59: Trechos do relato do Faxinalense J e de Documentos

Fonte	Associações de 1ª Ordem	Associações de 2ª Ordem	Associações de 3ª Ordem	Explicações das Associações
Faxinalense J		Nós queremos construir um projeto de política pública específico pra cada povo, que atenda à demanda de todos os povos tradicionais do Paraná, e que esse projeto vire uma lei de estado.		
Reportagem "Faxinais são sistemas coletivos de exploração da terra"	O governo federal elaborou uma política pública considerando os faxinalenses como integrantes da Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais ao lado de índios, descendentes de quilombolas, pescadores.			
Documento "Ministério do Desenvolvimento Agrário"	Ao longo da história as políticas públicas foram insuficientes e não desenvolveram estratégias para estimular a inclusão dos Povos e Comunidades Tradicionais como os indígenas, os quilombolas, os extrativistas e os pescadores artesanais, bem como a necessidade de atuar de modo particular junto a esses segmentos sociais.			
Documento "Regimento Interno da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais"	Coordenar a elaboração e a implementação de uma Política Nacional voltada para o desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais.	Apoiar, propor, avaliar princípios e diretrizes para políticas públicas relevantes para o desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais no âmbito do Governo Federal, observadas as competências dos órgãos e entidades envolvidos.		

Fonte: Mapa 6 – Organização e Representação dos Povos de Faxinais (Apêndice 11).

Ainda que se manifeste o movimento de resistência dos faxinalenses em defesa de seus interesses, é possível constatar, com base nos trechos de *Documentos*

(Quadro 60), que esse processo já apresenta certa evolução com o reconhecimento das Áreas Especiais de Uso Regulamento – ARESUR, pelo Decreto Estadual n. 3.446 de 1997, que garante proteção à superfície vegetal das áreas de criadouros comunitários nos Faxinais.

Também pode ser percebido pela Lei n. 15.673 de 2007, em que o Estado do Paraná reconhece os Faxinais e sua territorialidade. E mais recentemente pela Lei Estadual n. 17.425 de 2012, que cria o Conselho Estadual de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais do Estado do Paraná, possibilitando maior participação do povos tradicionais na esfera pública federal.

Quadro 60: Trechos de Documentos

Fonte	Associações de 1ª Ordem	Associações de 2ª Ordem	Associações de 3ª Ordem	Explicações das Associações
Documento "Decreto n. 3446, criação das Áreas Especiais de Uso Regulamento"	Ficam criadas no Estado do Paraná as Áreas Especiais de Uso Regulamento – ARESUR, abrangendo porções territoriais do Estado caracterizados pela existência do modo de produção denominado "Sistema Faxinal", com os objetivos de criar condições para a melhoria da qualidade de vida das comunidades residentes e a manutenção do seu patrimônio cultural, conciliando as atividades agrosilvopastoris com a conservação ambiental, incluindo a proteção da Araucária.			
Documento "Lei 15.673, Dispõe que o Estado do Paraná reconhece os Faxinais"	Será reconhecida a identidade faxinalense pela autodefinição, mediante Declaração de Autorreconhecimento Faxinalense, que será atestado pelo órgão estadual que trata de assuntos fundiários, sendo outorgada Certidão de Autorreconhecimento.			
Documento "Lei 17.425, Conselho Estadual de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais"	Fica criado na estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos – SEJU, no nível de direção superior, o Conselho Estadual de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais do Estado do Paraná – CPECT/PR, órgão colegiado, consultivo, deliberativo e fiscalizador, coordenado pela Secretaria Especial de Relações com a Comunidade.			

Fonte: Mapa 6 – Organização e Representação dos Povos de Faxinais (Apêndice 11).

Além dos mecanismos legais instituídos, percebe-se, a partir dos fragmentos de trechos dos relatos dos *Faxinalenses I, J e K* e de *Documento* (Quadro 61), que

as Comunidades Tradicionais de Faxinais têm promovido ainda um processo interno de mobilização entre os moradores das próprias comunidades.

Tal ação conta com a organização dos próprios faxinalenses em defesa de seus interesses e na busca por conquistar maior respeito e apoio dos poderes públicos locais. Para tanto, foram criados grupos de representação por comunidade, região ou estado que formam a Articulação Puxirão de Povos Faxinalenses – APF.

Quadro 61: Trechos de relatos dos Faxinalenses I, J e K e de Documento

Fonte	Associações de 1ª Ordem	Associações de 2ª Ordem	Associações de 3ª Ordem	Explicações das Associações
Faxinalense J	O nosso movimento que se chama APF, articulação puxirão dos faxinalenses, ela “tá” hoje distribuída em núcleos por várias regiões do estado.	O movimento é construído a partir da base, são as comunidades que “constrói” o núcleo e esses núcleos somam com os demais e aí fazemos o movimento dessa forma.		
Faxinalense K	Tivemos que criar um conselho, uma associação e tal e aí começamos a conhecer um pouco como é que funciona, e correr atrás de informação pra saber como funciona e criar uma associação pra “tá” recebendo esse recurso do ICMS ecológico.	A partir daí fomos pra luta.	Até 2005 que ficamos sabendo do encontro dos faxinais, mas só que a nossa comunidade não foi, só que aí em 2007, que era o segundo encontro, nós fomos. O pessoal participou e achou que seria legal ingressar na articulação puxirão.	
Faxinalense I	Agora com essa associação que nós estamos fazendo aí nós vamos organizar bem, né?			
Reportagem "Terra em transe"	Em reação a outras ameaças à perenidade dos territórios, lideranças faxinalenses de vários municípios criaram, em 2005, a Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses.	Bem, antes de o Puxirão existir, alguns líderes locais já trabalhavam pela melhoria das condições de vida de sua comunidade sem romper com os preceitos de um Faxinal.		

Fonte: Mapa 6 – Organização e Representação dos Povos de Faxinais (Apêndice 11).

Contudo, conforme fragmentos do relato do *Agente Público A* (Quadro 62), ainda que reconheça a existência de um movimento de resistência dos povos e comunidades tradicionais, são perceptíveis algumas dificuldades internas em relação à concretização da proposta de organização dos faxinalenses.

Nesse sentido, de acordo com os trechos do relato do *Agente Público A* e de *Documentos* (Quadro 62), fatores como a falta de comprometimento ou o desinteresse e o desestímulo de parte dos faxinalenses, tem se apresentado como fragilidade para o fortalecimento do movimento de articulação em prol da resistência e proteção da identidade coletiva dos Faxinais.

Quadro 62: Trechos de relato do Agente Público A e de Documentos

Fonte	Associações de 1ª Ordem	Associações de 2ª Ordem	Associações de 3ª Ordem	Explicações das Associações
Agente Público A	Aí me parece que talvez ainda as organizações dos povos e comunidades tradicionais, exemplo dos faxinalenses, me parece ainda que elas ainda são muito frágeis, não se colocam de forma organizada.	Agora a lei existe, mas o que precisa são esses seguimentos ocuparem o espaço pra fazer valer os seus direitos. É isso que talvez ainda no caso específico dos faxinalenses não tenha acontecido.		
Reportagem "Faxinais ganham status ambiental"	A comunidade quase foi extinta por causa da desorganização dos moradores, da mudança de alguns para a cidade e do interesse pela propriedade da terra.	Eles tiveram de se reorganizar para manter o estilo comunitário.		
Vídeo "Imbituba Paraná, Rede Puxirão"	Desistir nunca. Desistir "é palavras" que o povo tradicional não pode se apegar.	Se a gente não se juntar, não somar esforços, não fazer parcerias com quem nos entende não adianta fazer parcerias com instituições ou pessoas que não compreendem o jeito especial de ser.		
Vídeo "Articulação Puxirão, 4 Encontro Estadual"	Vocês têm a necessidade de pensar uma organicidade interna maior do movimento.	Está faltando a formação, a educação, acesso à educação às lideranças.		

Fonte: Mapa 6 – Organização e Representação dos Povos de Faxinais (Apêndice 11).

Assim, reconhecendo possível dificuldades de concretização de suas propostas e de efetivação dos direitos instituídos pela legislação vigente, conforme evidenciam os trechos de relatos dos *Faxinalenses B e G* e de *Documento* (Quadro 63), o processo de mobilização e resistência, traçado com o intuito de garantir a sobrevivência das comunidades faxinalenses, tem se constituído a partir de parcerias com diferentes instituições e grupos.

Quadro 63: Trechos de relatos dos Faxinalenses B e G e de Documento

Fonte	Associações de 1ª Ordem	Associações de 2ª Ordem	Associações de 3ª Ordem	Explicações das Associações
Faxinalense B	A gente tem buscado várias parcerias, né, e agora também, através da parceria com uma ONG de Curitiba, a gente conseguiu um projeto pela Petrobras ambiental, que também começa a mostrar pra eles que nós também estamos preocupados com a questão ambiental, mesmo o que já é preservado, aquilo que a gente conseguir melhorar é de interesse nosso.			
Faxinalense G	Então a gente "tá" só com o apoio do Instituto Equipe que é lá de Irati o IAP nos apoia, né, mas como se diz pouco eles podem "tá" nos ajudando e a UFPR, que nos dá muita força, muito apoio, por alguns professores e alguns estudantes.			
Vídeo "Globo Rural. Reportagem sobre Faxinais, parte 2"	Instituto Guardiões da Natureza inseriu 85 famílias no Programa de Compra de Alimentos da CONAB, Companhia Nacional de Abastecimento.			

Fonte: Mapa 6 – Organização e Representação dos Povos de Faxinais (Apêndice 11).

Portanto, *Organização e Representação dos Povos de Faxinais* retrata uma série de processos e medidas que estão sendo encaminhados pelos faxinalenses na busca de garantir que seus direitos étnicos sejam respeitados e que o livre acesso ao território seja protegido, tendo em vista o risco de extinção das comunidades pela degradação do modo de vida coletivo e comunitário.

Finalizada a apresentação dos dados, no próximo tópico abordou-se a análise e a discussão dos resultados com base nos discursos contidos no *corpus* de pesquisa (entrevistas, documentos e materiais audiovisuais). O texto está estruturado a partir de três tensões evidenciadas nas narrativas: *Tensão Intrínseca aos Elementos Culturais Históricos*; *Tensão Intrínseca ao Acesso e ao Uso dos*

Territórios Comunitários; Tensão Intrínseca a Proteção e a Manutenção da Cultura e do Território.

5.2 MANIFESTAÇÃO DA TENSÃO NAS COMUNIDADES FAXINALENSES: CONSTRUÇÃO HISTÓRICA E DISCURSOS PROMOTORES

A discussão acerca da manifestação da tensão nas Comunidades Tradicionais de Faxinais foi conduzida pela técnica de análise do discurso em que os fatos foram analisados de forma articulada com o arcabouço teórico. Esse procedimento permitiu compreender com maior confiabilidade aspectos relacionados à tensão entre racionalidade substantiva e racionalidade instrumental no contexto das comunidades faxinalenses. Na análise, assumiu-se o cuidado de revelar os elementos internos e externos que evidenciam possíveis convergências, divergências, contradições e implicações no cotidiano comunitário dos faxinalenses.

Os discursos provenientes dos registros documentais e das entrevistas foram analisados a partir das dimensões e dos elementos descritos no Quadro 9, construídos a partir de Spink e Gimenes (1994), Spink e Menegon (2013), Iñiguez (2004), Godoi (2008; 2010) e Heracleous (2006). Dimensões como linguística, poder, historicidade e representação, assumidas como componentes dos discursos, orais ou escritos, foram essenciais para compreensão do processo de construção histórica da realidade dos faxinalenses.

Os conteúdos contidos no texto que discute a realidade vivida pelos faxinalenses (Tópico 5.1) juntamente com os seis Mapas de Associação de Ideias (Apêndice 6, 7, 8, 9, 10 e 11) serviram de suporte para análise das tensões. Diferentemente da descrição contida no item 5.1, em que foram utilizados fragmentos dos Mapas de Associação de Ideias, correspondentes a cada temática, para apoiar e reforçar os apontamentos, na discussão envolvendo a manifestação das tensões serviu-se de trechos dos documentos, dos materiais audiovisuais e das entrevistas para sustentar as evidências e as argumentações propostas.

Para tanto, o texto está estruturado em três subtópicos que delimitam os repertórios interpretativos que refletem o cotidiano vivenciado pelos faxinalenses, retratando as tensões entre racionalidades substantiva e instrumental e os discursos que sustentam e as reproduzem no contexto das Comunidades Tradicionais de Faxinais, que são: i) Tensão Intrínseca aos Elementos Culturais Históricos: Discurso do Descolamento com o Contexto Atual (*Uso do Território, Ação Coletiva e Lógica*

de Produção para Subsistência e Ameaças à Identidade Coletiva); ii) Tensão Intrínseca ao Acesso e ao Uso dos Territórios Comunitários: Discurso da Propriedade Privada e da Eficiência Produtiva (*Contradições e Desafios no Cotidiano Comunitário, Substituição da Prática de Subsistência pela Produção para o Mercado e Desagregação dos Criadouros Comunitários e da Prática de Criação à Solta*); iii) Tensão Intrínseca à Proteção e à Manutenção da Cultura e do Território: Discurso da Mobilização e Resistência (*Organização e Representação dos Povos de Faxinais*).

5.2.1 Tensão intrínseca aos elementos culturais históricos: discurso do descolamento com o contexto atual

Historicamente, a identidade singular das Comunidades Tradicionais de Faxinais pode ser traçada a partir de fatores como a forma de apropriação e uso do território, a ação coletiva atrelada às atividades de manutenção das comunidades, bem como pela lógica de produção para subsistência que tem guiado o cotidiano das famílias faxinalenses. A integração desses elementos constitui o conjunto de valores, crenças, princípios, costumes, conhecimentos e práticas tradicionais que são responsáveis pela manutenção e reprodução da identidade cultural dos Faxinais.

Os resultados reforçam as discussões de autores como Diegues (1997), Santos (2004), Lima e Bozzobon (2005), Mafra e Stadtler (2007), Campigoto (2008) e Cañete e Ravena-Cañete (2010), tendo em vista que são percebidos no contexto dessas comunidades tradicionais elementos que refletem a prática do compartilhamento do território. Território em que manifesta-se a posse e o uso coletivo das terras de criar entre aqueles que são proprietários legais de terras e aqueles que não possuem áreas, com a criação coletiva de porcos, corroborando as discussões de Löwen Sahr e Cunha (2005) e Löwen Sahr (2005).

As narrativas apontam que historicamente as Comunidades Tradicionais de Faxinais se diferenciam das demais comunidades tradicionais pela não manifestação da lógica de propriedade privada na forma de ocupação e no modo de exploração das áreas dos criadouros comunitários. Esse fato reforçaria, corroborando com o que foi apontado por Guerreiro Ramos (1989) e Polanyi (2000), o comportamento social coletivo predominante nas relações de solidariedade, de ajuda mútua e de reciprocidade, aspectos evidenciados nos relatos apresentados a seguir:

“Como comunidades que moram em faxinais temos um modo de vida que nos torna diferentes. Estamos organizados em criadouros comunitários, e temos costumes e normas próprias como o puxirão das cercas e das roças e a solidariedade no uso comum da terra e recursos naturais” (Vídeo “1 Encontro dos povos dos Faxinais”/Mapa 1).

“embora cada sítio tenha um dono, uma matrícula, como se diz por aqui, os animais são criados soltos numa grande área comunitária” (Vídeo “Globo Rural. Reportagem sobre Faxinais, parte 1”/Mapa 1).

“Tem como traço marcante o uso comum da terra para produção animal e a conservação dos recursos naturais” (Documento “Lei 15.673, Dispõe que o Estado do Paraná reconhece os Faxinais”/Mapa 1).

“Todos podem viver e não tem importância de limite de área de terra. Ali a pessoa que tem 50 alqueires e outra tem 2 alqueires, um litro de chão, ela tem o mesmo potencial de criar os seus animais ali e ali sobreviver” (Documento “Cartilha Nova Cartografia social dos povos e comunidades tradicionais do Brasil: Faxinalenses no Setor Centro”/Mapa 1).

“Faxinalense é um costume próprio tradicional, uma cultura nossa que tem como marca principal o uso comum dos recursos naturais, procriando os animais” (Faxinalense J/Mapa 1).

“Faxinais possuem um sistema alternativo de produção. Os moradores têm a posse de bens, animais e plantação, mas a terra é de uso coletivo” (Reportagem “Faxinais ganham status ambiental”/Mapa 1).

“Sistema alternativo de produção em que os moradores têm a posse de seus bens, dos animais e das plantações, mas a terra não é de ninguém: é coletiva⁶” (Reportagem “Faxinais em risco de extinção”/Mapa 1).

Porém, ainda que o discurso represente uma descrição detalhada das especificidades correspondentes às Comunidades Tradicionais de Faxinais, é nítida e constante nas narrativas a intenção de reforço dessas características por aqueles que são os emissores das mensagens. Essa prática social dotada de intencionalidade se coloca presente em função de uma necessidade percebida de promoção ou ainda de proteção das riquezas culturais que historicamente construíram a identidade coletiva dos faxinalenses, que pode ser entendida como elemento responsável pela consolidação de um modo de vida comunitário, destituído de práticas cotidianas individualistas.

Exceto a fala do Faxinalense J, as demais narrativas foram concebidas num período histórico (última década) em que as Comunidades Tradicionais de Faxinais passaram a reagir ao processo de desarticulação pelo qual têm sido ameaçadas. Direcionados aos faxinalenses teriam como propósito requerer o autorreconhecimento, entendido como essencial para a sobrevivência das comunidades no Paraná, resgatando o senso de comunidade entre eles, além de fortalecer o movimento de articulação e resistência, ligado à defesa dos direitos e interesses dos Faxinais.

⁶É importante considerar que, a terra é de uso comum, embora possua proprietário formal que seria o único com permissão para desenvolver a prática de extração da erva-mate.

Do mesmo modo, tendo como foco a sociedade como um todo e representantes públicos municipais, estaduais e federais, o intuito dos promotores desse discurso seria tornar visível o modo histórico e tradicional de vida correspondente aos Faxinais, para conquistar além de respeito, o apoio daqueles que não são faxinalenses, mas que podem, direta ou indiretamente, tornar-se relevantes para a continuidade das Comunidades Tradicionais de Faxinais.

O compartilhamento das terras de criar entre as famílias de faxinalenses implica ainda na manifestação da racionalidade substantiva como condutora do cotidiano dos faxinalenses. Essa lógica reforça a importância do ser humano e de suas relações de convívio social no contexto da comunidade, extirpando das referências habituais das pessoas atributos de individualismo e acumulação. Tal postura pode ser percebida não só em relação aos demais membros da comunidade, mas também pelo conteúdo das narrativas, de forma significativa, no que se refere aos elementos da natureza, como vegetação, solo, nascentes e rios.

Desse modo, constata-se que as Comunidades Tradicionais de Faxinais seriam representantes de agrupamentos humanos em que as práticas cotidianas estão condicionadas a fatores sociais e ambientais. Esses elementos se reproduziriam nas relações de parentesco, de amizade e de vizinhança comuns entre os faxinalenses. Evidências que se assemelham as discussões de Tönnies (1995), quando da investigação das relações sociais em contextos comunitários, bem como de França e Dzimira (1999) e Santos (2004), ao analisarem as comunidades tradicionais.

Do mesmo modo, as atividades coletivas dos mutirões, o respeito e proteção à biodiversidade integrada aos criadouros comunitários e os compartilhamentos e trocas efetivados entre os faxinalenses, se estruturam envoltas a elementos análogos às reflexões de Polanyi (2000), Haesbaert (2007) e Mauss (2008), no que se refere aos princípios que determinam a coesão entre as pessoas que vivenciam experiências em comunidades. Tais apontamentos podem ser observados nos relatos a seguir:

“Os faxinalenses têm uma lógica que não é necessariamente a lógica do lucro ou da acumulação. É uma lógica da sustentabilidade, né, ele não quer muitas vezes, alguns faxinais que eu conheci, lucro com a criação do porco. Eles querem aquela criação pra garantir as necessidades nutricionais deles, a segurança alimentar. Eles têm uma preocupação com a sustentabilidade, com o meio ambiente, com a relação com as pessoas, não é uma relação de competição, mas de cooperação. O fato de você, por exemplo, criar os porcos de forma coletiva, ia ser o melhor dos mundos, porque eu não tenho nada, mas

eu tenho tudo, não tem a lógica de eu querer pra mim, de eu querer ter mais do que você” (Agente Público A/Mapa 1).

“Aqui ‘tudo vizinho’, quando matava um porco, que nem aquele grandão que você viu lá, ‘era dividido os pedacinhos” (Faxinalense I/Mapa 1).

“Faxinalenses não pensam em ter título da terra” (Documento “Cartilha Nova Cartografia social dos povos e comunidades tradicionais do Brasil: Povos de Faxinais”/Mapa 1).

“Faxinal é um território de uso comum, onde o pessoal tem por hábito o uso das terras do território, onde se cultiva, se produz, faz a troca, a integração do homem do campo com a natureza” (Documento “Cartilha Nova Cartografia social dos povos e comunidades tradicionais do Brasil: Faxinalenses do Núcleo Metropolitano de Curitiba”/Mapa 1).

“Muitos faxinalenses veem na terra um bem comum sem dar grande valor à propriedade individual” (Documento “Relatório Final do 1º Encontro dos Povos dos Faxinais”/Mapa 1).

“Entende-se por identidade faxinalense a manifestação consciente de grupos sociais pela sua condição de existência, caracterizada pelo seu modo de viver, que se dá pelo uso comum das terras tradicionalmente ocupadas, conciliando as atividades agrosilvopastoris com a conservação ambiental, segundo suas práticas sociais tradicionais, visando à manutenção de sua reprodução física, social e cultural” (Documento “Lei 15.673, Dispõe que o Estado do Paraná reconhece os Faxinais”/Mapa 1).

“Aí também ele presenteia as pessoas. Na verdade nem é presente, é uma troca. Eu mato um porco, mas daí eu pego e levo um pedaço pro vizinho, pro outro, pro outro e pro outro, aí quando ele mata o porco também ele faz o mesmo que eu fiz, eu vou recebendo aquilo de volta de novo. É uma troca, né, aqui ainda tem essa prática” (Faxinalense C/Mapa 1).

Nesse sentido, o discurso que se apresenta na delimitação dos atributos que constituem as Comunidades Tradicionais de Faxinais retrata a prática da cooperação e ajuda mútua em detrimento da competição e do interesse individual. Essa cooperação reflete a mesma concepção teórica do conceito de Marx, como discutido por Oliveira e Quintaneiro (1995), ao relatar a ação conjunta de vários indivíduos no contexto de agrupamentos humanos primitivos.

Portanto, o uso coletivo dos criadouros comunitários, condicionados a uma lógica de produção para subsistência, fica evidente no conteúdo das narrativas que revelam a importância da prática de criação de porcos à solta para a sobrevivência das famílias residentes nos Faxinais.

Historicamente, os Faxinais estão organizados em torno das terras de plantar e das terras de criar. As áreas destinadas às lavouras estão localizadas no entorno das comunidades, separadas por cercas ou valos das áreas reservadas à prática de criação de porcos à solta. Nos criadouros comunitários está organizada ainda a vida familiar e social dos faxinalenses, tendo em vista que são ali instaladas as residências, pequenas hortas, igrejas, espaços comunitários para confraternizações e, em alguns casos, escolas e postos de saúde.

O discurso revela que os criadouros comunitários têm representado não só a soberania alimentar dos faxinalenses, mas principalmente um atributo cultural,

transmitido ao longo dos anos, que evidencia a razão de existência das Comunidades Tradicionais de Faxinais. A prática de criação de porcos à solta de forma coletiva tem permitido aos faxinalenses, mediados por relações de parentesco, vizinhança e amizade, o exercício e a reprodução de uma lógica de não propriedade, atrelada a princípios de respeito e ajuda mútua na lida com os animais, de trocas e divisão coletiva de ferramentas, conhecimentos e excedentes da produção, de solidariedade com aqueles que possuem poucas terras, além do puxirão para a realização conjunta de atividades de manutenção dos criadouros comunitários.

Aspectos que se assemelham as reflexões de Tönnies (1995), França e Dzimira (1999), Diegues (2000), Polanyi (2000), Santos (2004) e Mauss (2008), que em seus estudos teriam discutido a formação e a manutenção de relações sociais em comunidades, como um atributo que reforça os laços de coletividade entre os membros do grupo.

Além do compartilhamento dos territórios para a criação de animais, percebe-se no contexto dos criadouros comunitários ações que reforçam elos de convívio social e harmonia entre os faxinalenses, desprovidas de qualquer sentido de acumulação ou ganho financeiro. Como por exemplo, a prática dos proprietários de animais conhecidos como reprodutores, que permitem a livre circulação destes entre as matrizes, contribuindo assim para a reprodução dos demais rebanhos e, de certa forma, com a sobrevivência das demais famílias da comunidade.

No entanto, ainda que se materialize como uma prática coletiva e comunitária, é possível perceber no discurso acerca da prática de criação de porcos elementos que revelam na interpretação e expressão da realidade um descompasso entre o passado e o presente das comunidades faxinalenses. O uso recorrente de expressões no tempo passado remete a uma descrição de episódios históricos marcados por fatos e momentos anteriores, que predominaram, por certo período, a forma de organização e o uso atribuído às áreas destinadas aos criadouros comunitários. Essa realidade nos dias de hoje estaria fragmentada no contexto das Comunidades Tradicionais de Faxinais.

Por sua vez, não se pode afirmar que a prática da criação de porcos à solta entre os faxinalenses tenha deixado de existir. As narrativas são construídas com elementos que apontam tão somente para uma possível situação em que a forma

como a atividade é realizada hoje é diferente daquela que foi realizada pelos faxinalenses desde o surgimento das primeiras comunidades. Tais transformações correspondem ao contexto social, econômico e político atual em que os faxinalenses têm se deparado com uma série de ameaças internas e externas que potencializam o processo de desarticulação de Faxinais. Essas evidências podem ser percebidas nos relatos a seguir:

“Às vezes o porco era grande, outro precisava, aí, ‘olha, eu vou matar um porco. Se você precisa, eu te empresto’, e emprestava metade do porco” (Faxinalense D/Mapa 1).

“Não, a prática é a mesma. Ele é criado assim, à solta, como era antes, e ele é tratado de manhã, aí ele vai pro mato, daí de tarde ele volta, trata de novo eles, daí ‘uns deixa’ posar fechado, no outro dia é que vai soltar, daí ele solta de novo. O pessoal tinha um porco pra matar, avisava alguns pra ajudar a matar o porco, daí fazer todo o trabalho de descarnar e tudo, daí fazia tipo um mutirão, né” (Faxinalense C/Mapa 1).

“Por ser de uma boa convivência, né, aquele que tem um reprodutor ele não deixa fechado, né, ele deixa solto pra ele possa cruzar com a matriz das outras pessoas” (Faxinalense B/Mapa 1).

“Devido a gente ter os nossos animais à solta, como eu posso ter um alqueire e o outro pode ter 1 litro de chão, então o meu animal vai pastar mesma coisa, o dele também, por isso a gente tinha a visão de criadouro” (Faxinalense G/Mapa 1).

“Os moradores consentem que o pasto e a mata são de uso de todos os animais e entendem que o quintal do vizinho também é seu, e vice-versa. O Faxinal é um sistema ótimo se todo mundo colabora. Bom para quem herdou a terra e também para quem não tem e precisa de uma” (Reportagem “Terra em transe”/Mapa 1).

“O pasto e a mata são de uso comum, assim como os animais” (Reportagem “Paraná ganha quatro novas áreas de uso sustentável”/Mapa 1).

“Coletivização do uso da terra para a produção animal à solta é uma herança cultural. animais criados nos faxinais vivem geralmente em regime extensivo ou semiextensivo, sendo parte de sua alimentação proveniente do recurso natural” (Documento “Cartilha Faxinalenses em Movimento”/Mapa 1).

“Todos podem viver e não tem importância de limite de área de terra. Ali a pessoa que tem 50 alqueires e outra tem 2 alqueires, um litro de chão, ela tem o mesmo potencial de criar os seus animais ali e ali sobreviver. Nós alimentamos o dos vizinhos também, damos [sal], se no caso da alimentação ‘tá’ junto, come junto, alimenta junto, é assim. O vizinho dá, e aquele que não dá o outro dá o [sal] a comida, vai junto” (Documento “Cartilha Nova Cartografia social dos povos e comunidades tradicionais do Brasil: Faxinalenses no Setor Centro”/Mapa 1).

“O uso da terra é comum. Todos os moradores da comunidade, proprietários de terra ou não, a usam para a criação extensiva de animais, organizando-se na forma de um grande criadouro comunitário” (Vídeo “Faxinais comunhão da terra história de um povo”/Mapa 1).

“Antigamente era o território maior, tinha diversidade mais rica e aqui era muito rico de pinheiro, né. Nossa, o pinheiro dominava muito aqui, e ‘o pessoal criavam’ porco, aquele porco alçado mesmo, que as pessoas tinham o porco e não conheciam os animais que tinham. Porcos enfiavam no mato e daí não vinham pra casa, tinham comida à vontade na época de pinhão, e daí iam pegar o porco lá a cachorro” (Faxinalense C/Mapa 1).

“Realmente as famílias tinham um, o número de criações era bem grande, né, as próprias matrizes. Reprodutoras eram já várias por família e o sistema era o mesmo, né, tudo solto. Daí à noite alguém fazia um cercado pequeno ou até mesmo um chiqueiro próximo à casa para antes do abate fosse fechado, né, os animais por um período” (Faxinalense B/Mapa 1).

A construção social dos costumes e das práticas tradicionais delimitados na atividade de criação de porcos à solta estaria atrelada a uma perspectiva histórica e coletiva dos faxinalenses. O comportamento dos indivíduos no contexto dos territórios tradicionais de Faxinais reflete o assentimento e o compartilhamento de valores, crenças e costumes coletivamente construídos, caracterizando o sistema de consciência coletiva ou comum dos faxinalenses, que reforça a existência de uma solidariedade mecânica ou por similitude, corroborando com as proposições teóricas de Durkheim (1973; 1978).

Sistema social cujo processo de transmissão se dá por meio da oralidade e pela observação diária das experiências vivenciadas nas relações entre os mais velhos e os mais jovens, confirmando os apontamentos expostos nos estudos de Diegues (2000) e Toledo e Barrera-Bassols (2009). Essa integração seria concretizada pela forma de organização do grupo e pelas atividades realizadas no dia a dia das comunidades faxinalenses. Atividades que envolvem a lavoura e a criação de animais, além de eventos religiosos e festivos, imersas numa rede coesa de relações afetivas.

Desse modo, a proximidade constante entre os membros do grupo torna mais coesos os laços sociais vigentes e, conseqüentemente, a reprodução dos princípios culturais que constituem os Faxinais. Por sua vez, cabe destacar que a decisão pela prática cotidiana dos conhecimentos e costumes tradicionais compete ao indivíduo. Mesmo que inserido numa dinâmica comunitária, este seria livre para assumir a personalidade individual como guia central de suas ações, ou, condicioná-la a uma personalidade moral que corresponde às normas comuns de conduta vigentes nas Comunidades Tradicionais de Faxinais, personalidade sob a qual mantêm-se condicionadas as personalidades individuais dos faxinalenses. Aspectos que se alinham as reflexões de Durkheim (1999a) acerca da manutenção do contexto comunitário.

O sentimento de pertencimento ao grupo e a identificação com o território tradicional, físico ou simbólico, podem ser traçados como elementos que potencializam a manifestação da personalidade moral nas comunidades faxinalenses. Nesse contexto, os elementos culturais, representantes da singularidade dos Faxinais, alinhados a uma lógica substantiva de condução do modo de vida comunitário, conferem ao comportamento dos indivíduos a

manifestação de interesses coletivos em detrimento de ações individualistas que tendem a desestruturar a sinergia e a coesão que sustentam a identidade faxinalense.

Ainda que sejam visíveis os atributos culturais que constituem as características específicas das Comunidades Tradicionais de Faxinais em relação ao uso comunitário do território e a lógica de produção para subsistência, a efetivação de Acordos Comunitários apresenta certa relevância nos discursos expressos. O Acordo Comunitário corresponde a um documento formal constituído pela maioria dos faxinalenses de uma comunidade e versa sobre os direitos e deveres daqueles que estejam instalados nos territórios comunitários reconhecidos como terras de Faxinal. Possui personalidade jurídica a partir do momento em que é aprovado em reunião, que conta com a participação do grupo e é devidamente registrado em cartório.

O intuito central das Comunidades Tradicionais de Faxinais com a constituição de Acordos Comunitários seria preservar e fortalecer a cultura faxinalense, que se reproduz por meio dos costumes, das crenças, dos conhecimentos e das práticas tradicionais aceitas e compartilhadas por todos na comunidade. Ao apontar para uma tendência de formalização das normas sociais e culturais que historicamente têm regido o convívio social das comunidades faxinalenses ao longo de sua existência, pode-se inferir que os discursos revelam um possível enfraquecimento da identidade coletiva, comum nos Faxinais.

Essa forma de ação pode ser entendida como uma busca de materialização da personalidade moral criando mecanismos que contribuam para evitar a fragmentação da solidariedade mecânica ou por similitude, característica das comunidades faxinalenses, o que representa a gênese da solidariedade orgânica, marcada por atos correspondentes a um estado de consciência individual, corroborando com os estudos de Durkheim (1973).

Essa percepção é possível, tendo em vista que ao longo dos anos as relações entre os faxinalenses teriam sido regidas por princípios culturais atrelados a uma lógica social de subsistência e segurança das comunidades. As práticas de cooperação e ajuda mútua mantinham a preocupação com o ser humano como elemento de articulação social, materializada no exercício contínuo e coletivo da reciprocidade, da redistribuição e da domesticidade. Apontamentos que reforçam as

reflexões teóricas de Polanyi (2000) e Weber (2004), bem como aos resultados de estudos desenvolvidos por Nerone (2000), Oliveira (2008), Sochodolak e Maneira (2011) e Silvestre e Moreira (2011).

Nesse sentido, embora os faxinalenses, por ocuparem um mesmo território tradicional, estejam próximos fisicamente, têm apresentado certo distanciamento social. O enfraquecimento ou o rompimento dos laços afetivos de convívio comunitário consolida-se como barreira à manutenção da ordem social no modo de vida tradicional dos Faxinais. Tal condição impõe aos faxinalenses a obrigação de adoção de mecanismos formais de punição e recompensa visando ao resgate do comprometimento dos indivíduos com a coletividade para a proteção e a sobrevivência da identidade coletiva do grupo, aspectos que podem ser percebidos nos relatos a seguir:

“Cada Faxinal é elaborado, aí o que nós chamamos de acordo comunitário e a própria lei estadual que ampara os faxinalenses, a lei 15.673 de 2007, ela está já dando ênfase à questão dos acordos comunitários, os acordos comunitários estarem amparado na lei estadual. A comunidade se reúne, é debatido ponto por ponto e os interessados assinam o acordo e no nosso acordo aqui essa, pode cercar até 20% da área, que daí a pessoa pode pra ter uma horta e também à noite, pra deixar os animais mais ‘próximo’ da casa também” (Faxinalense B/Mapa 1).

“A gente tem que ter um acordo comunitário no caso, né? Nesse acordo comunitário ‘pode entrar’ várias formas. Vai de comunidade pra comunidade. Se eu tenho um alqueire, né, então lá no acordo ‘tá’ que eu posso fechar, eu não, todos têm que obedecer né, 40, 50%, né, 60%” (Faxinalense G/Mapa 1).

“Acordos comunitários são práticas do direito consuetudinário ou costumeiro, consensuadas pelo grupo social faxinalense a fim de garantir o modo de uso comum dos recursos naturais e sua conservação” (Documento “Cartilha para uma Instrumentalização dos Direitos Faxinalenses”/Mapa 1).

“Tem-se nos acordos comuns, elaborados pelos faxinalenses para regular o uso e a disposição dos recursos naturais em cada Faxinal, uma norma reconhecida juridicamente pelo Ministério Público e o Poder Judiciário” (Documento “Cartilha Faxinalenses em Movimento”/Mapa 1).

“Faxinalenses usam a expressão acordo de ‘fio de bigode’, em que os acordos eram feitos e respeitados pela comunidade sem precisar estar registrado” (Documento “Cartilha Faxinalenses em Movimento”/Mapa 1).

“Os acordos sobre o uso e acesso aos recursos naturais estão sendo utilizados para controlar abusos de fechos muitos grandes, impedir desmatamentos, contaminação de águas, portões abertos que prejudicam a vida de todos os faxinalenses” (Documento “Cartilha de mobilização popular do 2º Encontro dos Povos dos Faxinais”/Mapa 1).

“A vida no Criador Comunitário é regida através de Acordos Comunitários que são estabelecidos entre os que se utilizam do Criador, sejam eles proprietários ou não” (Documento “Diretoria de biodiversidade e Áreas Protegidas”/Mapa 1).

Assim, a opção pelo estabelecimento de Acordos Comunitários, como demonstrado nas narrativas, pode ser entendida como uma tentativa das Comunidades Tradicionais de Faxinais em promover o resgate de uma consciência

coletiva ou comum, cujo compartilhamento de princípios e valores concretiza a solidariedade mecânica ou por similitude, corroborando com as reflexões teóricas conduzidas por Durkheim (1973; 1978). Esse atributo institui nas comunidades faxinalenses um contexto comunitário em que as ações correspondem ao nível coletivo de consciência, responsável pela manifestação natural de comportamentos semelhantes.

Portanto, revelar a constante ascensão de Acordos Comunitários nos territórios faxinalenses implica em reconhecer a predominância de contradições e conflitos no cotidiano das Comunidades Tradicionais de Faxinais. Esses processos são capazes de colocar em risco a manutenção do convívio comunitário e a identidade coletiva dos faxinalenses, uma vez que atributos e princípios culturais historicamente ajustados às relações sociais e produtivas no contexto dos Faxinais deixam de ser compartilhados pelo grupo.

Desse modo, o processo de enfraquecimento contínuo da identidade coletiva das comunidades faxinalenses pode ser conceituado como uma tensão intrínseca aos elementos culturais históricos, materializada no discurso do descolamento com o contexto atual da sociedade. Trata-se de um movimento cuja origem pode ser observada tanto internamente, como externamente, e tem como implicação a desarticulação social e territorial de muitas comunidades faxinalenses.

Essa desarticulação, além de ter se tornado uma preocupação comum entre os faxinalenses, configura-se como foco de estudo para pesquisadores como Albuquerque (2000), Nerone (2000), Túlio (2004), Souza e Bertussi (2005), Barreto (2008), Ferreira (2008), Rupp e Martins (2008), Toledo (2008), Souza (2009) e Souza e Seidel (2009), que se dedicam à compreensão do cotidiano das Comunidades Tradicionais de Faxinais no Paraná,. Desse modo, a discussão acerca da tensão entre racionalidade substantiva e racionalidade instrumental, atrelada aos elementos culturais, retrata um fenômeno de lapidação das tradições faxinalenses constituinte de um processo histórico amplo na humanidade, que se deu pela transposição de um mundo tradicional para um mundo moderno.

A fragmentação do modo de vida comunitário, que é substituído por uma prática individualista, resulta das ameaças à identidade coletiva das Comunidades Tradicionais de Faxinais. Inicialmente revelam-se aspectos atrelados à realidade social enfrentada por muitas comunidades faxinalenses nos últimos anos, marcadas

pelo desinteresse de jovens em relação à manutenção das atividades tradicionais exercidas no cotidiano, em virtude do fortalecimento de vínculos com o meio urbano.

A análise das narrativas permite revelar que algumas Comunidades Tradicionais de Faxinais têm se deparado com um movimento de descontinuidade de seus costumes, crenças e tradições, fato marcado pela aproximação, cada vez maior, dos faxinalenses com elementos culturais modernos decorrentes dos centros urbanos, seja na realização de atividades de estudo, trabalho ou residência. Observa-se esse episódio frequentemente entre os jovens, corroborando com as reflexões de Oliveira (2008), por meio de evidências que podem ser constatadas nos relatos apresentados a seguir:

“Os jovens ‘tão’ indo ‘tudo’ embora, a formação do jovem é pra ir embora mesmo pra cidade do campo” (Faxinalense K/Mapa 5).

“Muitos vão embora e muitos vão daqui mesmo trabalhar” (Faxinalense F/Mapa 5).

“A juventude não quer pegar numa pá e numa picareta pra fazer uma cerca” (Faxinalense E/Mapa 5).

“O problema é o mesmo da agricultura familiar. O jovem vê mais opções na cidade, mais conforto” (Reportagem “O bom exemplo dos Faxinais”/Mapa 5).

“Falta de interesse pelos jovens, pois acham que é uma coisa de antigamente. O jovem quer só o que é moda, que passa na TV” (Documento “Cartilha Nova Cartografia social dos povos e comunidades tradicionais do Brasil: fé, conhecimentos tradicionais e práticas de cura”/Mapa 5).

“Pois olhe, vai chegar uma época que se for no tipo que ‘tá’ aí vai chegar um tempo que não vai ter mais, né” (Faxinalense F/Mapa 5).

“O pessoal mais novo que já eles vão se empregar e já não querem porque dá trabalho e serviço para cuidar do bichinho e os novos vão se afastando da atividade” (Faxinalense E/Mapa 5).

“Antigamente era mais fácil de lidar com o povo. Antigamente você convocava o povo assim pra trabalhar no mutirão, vinham todos, raramente um não ia. Eu acho que de todos se falhassem era um ou dois. Hoje se você convocar é bem pouco, é bem menos da metade” (Faxinalense C/Mapa 5).

O discurso analisado expõe de forma sutil, nas palavras de alguns faxinalenses, um possível sentimento de angústia, medo e complacência em função da possibilidade de extinção da cultura de um povo que se manteve ativa ao longo de séculos no Paraná. Angústia e medo por possivelmente perceberem que nos últimos anos o desinteresse dos jovens pela vida comunitária no Faxinal tem se tornado cada vez mais comum. Fato que conduz os mais velhos a projetar que num futuro próximo as comunidades faxinalenses podem enfrentar dificuldades em relação à forma tradicional de organização e manutenção dos criadouros comunitários. Essa condição é agravada principalmente pela falta de pessoas, não

só vivendo no Faxinal, mas sobrevivendo das atividades de subsistência realizadas nos territórios faxinalenses, no que se refere à lavoura e à criação de porcos à solta.

Portanto, conforme discutido em Hobsbawm (1977) e em Polanyi (2000), a troca do meio rural pelos centros urbanos é um movimento que não pode ser ingenuamente compreendido como recente na sociedade. Historicamente, desde o surgimento da Sociedade de Mercado, o campo foi continuamente anulado pelas cidades modernas, que assumiram papel central na manutenção da vida das pessoas. Esse movimento provocou o esvaziamento do meio rural e o inchaço das cidades.

Entretanto, no caso específico das Comunidades Tradicionais de Faxinais, aqui objeto de estudo, é necessário compreender que o distanciamento dos jovens em relação à cultura e ao cotidiano das comunidades representa uma iminente ameaça à manutenção da identidade coletiva de um povo. Identidade cujo processo de extinção deve ser compreendido não como a simples desocupação de determinada área no meio rural, mas como a aniquilação de uma cultura tradicional, histórica e coletivamente construída, marcada pela comunhão e pela solidariedade entre seus membros, que têm na lógica substantiva de ação a orientação do comportamento humano.

Daí decorre possivelmente o sentimento de complacência contido no discurso analisado, indicando que faxinalenses podem não acreditar mais na manutenção de seus costumes, crenças e tradições. Estariam assim resignados frente a conflitos e contradições decorrentes da tensão intrínseca aos elementos culturais. Aceitariam que a riqueza social, econômica e ambiental dos Faxinais marcada pela predominância de valores humanos representa uma realidade do passado, não encontrando aderência ao contexto atual da Sociedade de Mercado dominada por princípios e comportamento utilitaristas.

Durante certo período, eram recorrentes os mutirões para manutenção do entorno dos criadouros e dos acessos aos territórios faxinalenses; predominava entre as pessoas o convívio social diário, reforçado pelo fato de todos se conhecerem e compartilharem os mesmos interesses; e ainda por estarem as comunidades condicionadas a uma lógica de produção para subsistência, descaracterizada de sentido utilitarista. Constatações que corroboram com as

discussões evidenciadas nos estudos de Nerone (2000), Brandt e Campos (2008) e Sahr e Löwen Sahr (2009).

Por sua vez, pode-se inferir que mesmo sendo perceptível um sentimento de descrença em relação à situação negativa vivenciada por muitas Comunidades Tradicionais de Faxinais, as narrativas expressam uma realidade marcada por uma disposição dos faxinalenses em defender a manutenção do modo de organização e da forma coletiva de condução das atividades cotidianas, reconhecidamente características singulares atribuídas aos Faxinais.

Tal postura se deve possivelmente em virtude da importância atribuída pelos faxinalenses ao território, físico ou simbólico, que corresponde ao histórico de formação dos Faxinais no Paraná; pelo reconhecimento de que os criadouros comunitários contribuem para a manutenção das tradições culturais e para o resgate de costumes e crenças cujos significados são compartilhados pelo grupo; ou ainda pelo fortalecimento do sentimento de coletividade que por meio do processo de resistência pode ressoar nas práticas cotidianas e nas relações sociais dos faxinalenses.

Consequentemente, o discurso torna-se ferramenta de luta pelos interesses das Comunidades Tradicionais de Faxinais, utilizado com o intuito de conscientizar os demais faxinalenses acerca da situação que vem sendo enfrentada por muitas comunidades no Paraná. Reflete ainda a importância de união dos esforços para conservação da identidade coletiva dos Faxinais.

Pode-se entender esse fenômeno como um movimento de reflexão no nível comunitário, que sendo aceito e apoiado por todos expande seu alcance, constituindo-se num primeiro momento em um processo de resistência direcionado aos direitos das comunidades faxinalenses e, por consequência, numa forma de organização coletiva entre as Comunidades Tradicionais, como por exemplo o caso da Rede Puxirão, frente às tensões que se consolidam no contexto das Comunidades Tradicionais de Faxinais. Movimento que remete as discussões de Santos (2008; 2010) acerca da ideia de ação política de baixo para cima.

Do mesmo modo, atendo-se ao papel de representação assumido pelos envolvidos e ao contexto de construção de tal discurso, este estaria ainda direcionado ao questionamento da postura de agentes públicos federais, estaduais e municipais, cuja atuação tem implicado na imposição de uma invisibilidade social

aos Faxinais. Trata-se de uma circunstância que os condiciona a sobreviver à margem da sociedade, simplesmente abandonados, ou muitas vezes sufocados por ações políticas que colocam em risco suas práticas cotidianas, corroborando com os apontamentos de Toledo (2008), Souza (2009a) e Santos (2007; 2010).

Percebe-se ainda que, embora haja o reconhecimento de que a cultura tradicional dos Faxinais tem sofrido consideravelmente com o abandono do território pelos jovens, o sentido de certas manifestações estaria ligado à tentativa de revelar que nos dias de hoje os Faxinais não têm mais possibilidade de dar continuidade às suas práticas tradicionais. Ou seja, a vida humana associada nas bases de uma racionalidade substantiva, como apontado por Guerreiro Ramos (1989), nos territórios faxinalenses estaria ameaçada, constatação que pode ser comprovada a partir dos relatos a seguir:

“A invisibilidade social é uma das principais características desses grupos, por isso requerem formalmente da existência e preservação ao modo de vida, de cultura e de seus conhecimentos tradicionais” (Documento “Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, Projeto de Lei 567/12”/Mapa 5).

“Tinha que ter a participação dos mais jovens, pra lutar mais, ajudar a continuar o trabalho que meu tio começou e eu ‘tô’ fazendo” (Vídeo “Os Faxinais – uma história de luta e amor à terra”/Mapa 5).

“Desestímulo dos jovens para manter a atividade, pois os programas oficiais não estimulam a cultura” (Documento “Relatório Final do 1º Encontro dos Povos dos Faxinais”/Mapa 5).

“Hoje o que ‘tá’ faltando pra nós aqui é a união, que ‘uns se une’ e outros não se unem, um é a favor, outro é contra. Esse aí é que ‘tá’ trazendo dificuldade pra nós” (Vídeo “Faxinais comunhão da terra história de um povo”/Mapa 5).

“Na fala deles eles sempre falam, né, na questão de que muitos jovens estão saindo pra cidade, mas assim, pensar em algo de concreto pra aqui, que incentive o jovem a ficar no meio rural, infelizmente pouco tem acontecido” (Faxinalense B/Mapa 5).

“É pouca terra. Os filhos já começaram a deixar de participar da atividade da agricultura, da questão dos Faxinais, uns foram embora para Curitiba ou pra Mandirituba, ou para outras cidades à procura de melhores recursos” (Faxinalense A/Mapa 5).

“Esse segmento ele sempre foi, e a história ‘tá’ mostrando isso, a sociedade sempre se manteve distante dele, ora com preconceito, ora não reconhecendo ‘eles como cidadão’, como outro qualquer e talvez durante algum tempo era possível essas comunidades viverem isoladas da sociedade majoritária, se pode ser chamada assim. Agora com a escassez de recursos naturais esses segmentos estão vendo a necessidade de incorporarem, buscarem os benefícios da sociedade para colocar” (Agente Público A/Mapa 5).

“Desestímulo dos agricultores faz com que comunidades tradicionais vão aos poucos desaparecendo do mapa paranaense” (Reportagem “Faxinais em risco de extinção”/Mapa 5).

“A sociedade ‘não ouve eles’, os representantes não ouvem, ou então não dão o tempo necessário pra eles se expressarem, ou não reconhecem a forma deles viverem de uma forma diferente daquilo que está sendo discutido” (Agente Público A/Mapa 5).

“Na verdade as chances acabaram para este tipo de Faxinal que nem o nosso, primeiro porque os mais novos não ficam mais na propriedade, mora e tem a sua porquinha dentro do seu fechado, mas toda a sua família foi embora ou trabalha fora” (Faxinalense A/Mapa 5).

O significado decorrente de uma visão pública que retrata a forma de organização e as atividades dos faxinalenses como sistema social inadequado aos dias de hoje estaria relacionado à crença de que as transformações no mundo em termos de tecnologias e equipamentos disponíveis para a produção agrícola e a pecuária garantem qualidade de vida no campo. Consequentemente, o discurso vigente delimita que a desagregação das Comunidades Tradicionais de Faxinais decorre do fato de que os próprios faxinalenses se mantiveram alheios às transformações na sociedade, resultando em um modo de vida que não encontra aderência nas formas atuais de organização coletiva.

Do mesmo modo, os problemas decorrentes do abandono do campo por muitas famílias teriam como origem, na concepção de agentes públicos e pessoas contrárias a manutenção dos Faxinais, a insistência dos faxinalenses em preservar o modo de vida tradicional característico de sua cultura. Assim, é possível deduzir dessa perspectiva que, na visão de agentes públicos e faxinalenses contrários aos Faxinais, a princípio, caso as comunidades faxinalenses, ao longo dos anos, tivessem sido condescendentes com as mudanças e inovações promovidas pela Sociedade de Mercado, poderiam ter criado condições sociais e econômicas para sua manutenção no território rural.

Contudo, mesmo prezando pela proteção dos elementos culturais que os constituem é visível a tensão no contexto das Comunidades Tradicionais de Faxinais. Num primeiro instante, aqueles que se deslocam para os centros urbanos sofrem com o choque cultural. Pessoas que até então viviam da criação de animais, de pequenas lavouras e da manutenção de hortas no entorno de suas residências, assumem atividades desconectadas de seus princípios culturais, em diferentes setores do mercado. Funções que se apresentam contraditórias às tradições dos Faxinais, exigindo dos faxinalenses o abandono de conhecimentos tradicionais em torno dos quais foram criados e a adoção dos princípios difundidos e consolidados pela Sociedade de Mercado.

Princípios que em decorrência das características hegemônicas que os compõem, agem não só no contexto urbano, mas, com certa continuidade, no próprio meio rural. Consequentemente, o processo de desagregação cultural das comunidades faxinalenses resulta de ações concebidas nas bases de uma racionalidade instrumental, conduzidas por diferentes atores sociais, públicos ou

privados, cujos comportamentos alinham-se aos propósitos utilitaristas vigentes na Sociedade Moderna.

Assim, emitindo um sentimento de contrariedade, as narrativas revelam que a invasão dos territórios faxinalenses por valores e princípios difusos daqueles historicamente praticados por seus membros se dá ainda com o retorno de faxinalenses, que se transferiram para os centros urbanos em busca de possibilidades e em função das dificuldades foram obrigados a regressar. As contradições culturais se agravam ainda na medida em que famílias constituídas no meio urbano se instalam nos territórios faxinalenses, assumindo para a condução de seu cotidiano os pressupostos aos quais estavam sujeitos no período em que viviam na cidade.

Deste modo, os relatos expõem elementos que delimitam os contrastes e os choques culturais provenientes das transformações vivenciadas pelas Comunidades Tradicionais de Faxinais na relação conflituosa que se estabelece entre meio rural e meio urbano, que tem como consequência a desagregação do modo de vida tradicional:

“Sentiu, né, porque ali dentro do Faxinal ele tinha sua própria criação. Ele tinha hora que ele queria ganhar com o porco, e então ele saindo dali ele complicou-se, porque daí se ele quer ter uma carne agora lá ele tem que comprar” (Vídeo “Faxinais comunhão da terra história de um povo”/Mapa 5).

“Porque a pessoa que é da terra ela não sobrevive em outro lugar que não seja a terra. Se ela for pra outra terra, sim. Mas se ela ‘vim’ pra cidade grande ela não sobrevive” (Faxinalense G/Mapa 5).

“Muita gente saiu daqui e não se deu bem, né? Eram do mato, do interior, né, agricultor que nem nós, né, e aí é difícil porque a pessoa tem pouco estudo e daí não se dá bem na cidade” (Vídeo “Os Faxinais no Paraná”/Mapa 5).

“Fora das comunidades os povos perdem seu modo de viver e acabam indo para as periferias das grandes cidades” (Reportagem “Faxinais pedem políticas públicas específicas”/Mapa 5).

“Aí ‘tá’ vindo uma outra migração de fora voltando pro Faxinal, né, mas já não conhece a cultura, já não sabe, né” (Faxinalense K/Mapa 5).

“O problema são as famílias que saíram e agora estão voltando e sofreram uma erosão cultural” (Documento “Cartilha Nova Cartografia social dos povos e comunidades tradicionais do Brasil: Povos de Faxinais”/Mapa 5).

“O que mais ameaça os faxinais é o êxodo das pessoas que são do Faxinal pra cidade e o pessoal da cidade que migra da cidade pra cá com ideias diferentes” (Documento “Cartilha Nova Cartografia social dos povos e comunidades tradicionais do Brasil: Faxinalenses no Setor Metropolitano de Curitiba”/Mapa 5).

“A migração que veio de fora é que foi trazendo a derrubada dos faxinais” (Vídeo “1º Encontro dos povos dos Faxinais”/Mapa 5).

“Também várias pessoas vêm de fora, né, e não ‘entende’ como é a vivência na comunidade, e também as pessoas que até são ligadas à questão das drogas, talvez pra

tentar se esconder 'adquire' propriedade próxima e já vêm também prejudicar a própria comunidade, né, a tranquilidade que era antes" (Faxinalense B/Mapa 5).

Os conflitos entre os moradores dos Faxinais e as pessoas que têm se instalado nos territórios faxinalenses provocam a desarticulação de um elemento central na caracterização dos laços de solidariedade e comunhão, como apontado por Nerone (2000), Hauresko (2005), Barreto (2008) e Novak e Fajardo (2008), que seria o enfraquecimento do convívio social coletivo. Convívio esse apontado por Serva (1993; 1996; 1997), que embora não tenha se dedicado a investigação de comunidades tradicionais, como base da estruturação de formas organizacionais guiadas por uma racionalidade substantiva. Ou ainda, já atrelado ao contexto de comunidades, como destacado por Tönnies (1995), representa um elemento articulador da natureza coletiva de relações sociais.

Portanto, nessas condições contextuais, seria possível observar a prática de coabitação de uma mesma área geográfica entre pessoas com interesses difusos, sem a concretização do compartilhamento de crenças, valores e princípios tradicionais e coletivos. Condição que promove a fragmentação do sistema de consciência coletiva ou comum de um grupo. Sistema que na concepção de Durkheim (1973) pode ser compreendido como regente da vida comunitária.

Consequentemente, regras socialmente aceitas e compartilhadas, capazes de manter prioritária a vontade coletiva em detrimento das vontades individuais, perdem sua personalidade moral e causam divergências no dia a dia dos faxinalenses. Membros de uma comunidade passam a acreditar assim que são capazes de definir suas próprias regras, que invariavelmente se chocam com as normas da coletividade historicamente concebidas. Inferências cujas evidências reforçam as discussões de Guerreiro Ramos (1989), que em seu estudo aponta que a desnaturalização do convívio social se dá a partir do momento em que o homem assume princípios de individualidade como naturais.

O discurso deixa transparecer ainda que a tensão entre racionalidade substantiva e instrumental, intrínseca aos elementos culturais históricos, que ameaça a identidade coletiva das Comunidades Tradicionais de Faxinais, muitas vezes é reforçada por atores sociais que buscam transformar os territórios faxinalenses em áreas rurais economicamente produtivas.

Perspectiva composta por elementos que retratam o cotidiano dos Faxinais com discriminação, classificam suas tradições, práticas e conhecimentos como fatores que correspondem a uma forma de organização social e de produção ultrapassada. Resultados que reforçam as reflexões de Nerone (2000) e Shiraishi Neto (2009) ao investigarem a visão de agentes externos, atrelados a um mundo moderno, sobre o modo de vida tradicional encontrado no Faxinais. Bem como assemelha-se as discussões de Hobsbawm (1977) acerca do Iluminismo, que defendia a libertação dos seres humanos das amarras de um mundo tradicional.

Portanto, as narrativas expressam uma compreensão limitada da realidade, na medida em que a intenção que se apresenta de fato é o reconhecimento do modo de vida comunitário dos Faxinais como fator prejudicial não só aos próprios faxinalenses, como também a população urbana. Meio social que na concepção de seus representantes muitas vezes se vê impedido de atingir índices econômicos diferenciados, em função de certo retrocesso apresentado em determinadas regiões rurais de um município. Ou seja, as atividades produtivas implantadas por instituições públicas e privadas não encontram a expansão necessária para a concretização.

Percepção corroborada pelas manifestações de outros atores sociais que, embora reafirmem a existência de contradições decorrentes dessa visão limitada de não aderência dos elementos culturais tradicionais aos propósitos da Sociedade Moderna, deixam transparecer certa discordância em relação às mesmas, como apontam os relatos delimitados a seguir:

“É uma prática que está ultrapassada, que nos dias atuais não funciona mais, mesmo que reconheça que no passado era algo que funcionava muito bem” (Agente Público B/Mapa 5).

“Transformar essa área em Aresur, eu acho, na minha opinião, que não foi do agrado de todos” (Agente Público C/Mapa 5).

“Ah, esse troço não tem tecnologia. Isso é coisa antiga, é coisa atrasada, quer dizer, discrimina porque faz diferente, não questionam se aquilo é melhor ou não é, mas discriminam” (Agente Público A/Mapa 5).

“Os padres que não respeitam o conhecimento tradicional tratoram a questão das benzedeiças, curandeiras, parteiras, essa questão da medicina alternativa” (Documento “Cartilha Nova Cartografia social dos povos e comunidades tradicionais do Brasil: Faxinalenses no Setor Centro”/Mapa 5).

“A questão dos Faxinais é muito complexa, pois aqueles que defendem sua manutenção querem proibir o cercamento das terras que são de propriedade particular, visando a criar animais à solta e de forma conjunta” (Agente Público B/Mapa 5).

“infelizmente nós já chegamos a escutar deles, né, frases dizendo que nós estamos defendendo um modo de vida atrasado, coisa que já está ultrapassada” (Faxinalense B/Mapa 5).

“Transformar essa área em Aresur, eu acho, na minha opinião, que não foi do agrado de todos. Uma porque a terra é muito produtiva, é muito produtiva, só que nessas áreas de Faxinais têm um grande número de nascentes de água, né, então eu acho que o IAP transformou essas áreas em Faxinais para que fosse preservada, mas agora antes era uma briga muito grande” (Agente Público C/Mapa 5).

“Então, como engenheiro florestal, já tinha feito várias vistorias em faxinais e confesso que não tinha nenhuma simpatia por faxinais. Achava aquele modo de vida esquisito, achava estranho. Eu, como engenheiro florestal, achava uma coisa ilegal, na verdade” (Documento “Ata da 79ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Meio Ambiente”/Mapa 5).

“Ela vê como discriminação, né. Aí o povo fica indignado, né? Meu Deus! Tipo negar uma identidade nossa é discriminação. O povo fica indignado com essa atitude do poder público, né, então pra nós é ruim isso” (Faxinalense C/Mapa 5).

Desse modo, dificuldades e conflitos têm sido vivenciados pelas Comunidades Tradicionais de Faxinais na tentativa de promover a manutenção de seus costumes e tradições. Incoerências se revelam no discurso de atores sociais alinhados aos pressupostos de uma Sociedade de Mercado, cujos interesses utilitaristas demandam uma percepção depreciativa dos faxinalenses e da forma como eles fazem uso do território comunitário para a prática da subsistência. Essa postura reforça a discriminação e a exclusão social das comunidades faxinalenses, contribuindo para o desestímulo dos próprios residentes e para o abandono de conhecimentos e práticas tradicionais que constituem sua identidade coletiva.

O interesse de atores sociais que defendem a necessidade de transformação e modernização do modo de vida e das atividades desenvolvidas pelos Faxinais teria sido concebido em comum acordo com princípios de propriedade privada e acumulação financeira, diferentemente dos faxinalenses que buscam a manutenção das comunidades, atrelados a uma perspectiva de produção para subsistência e uso comunitário do território tradicional, respeitando sua biodiversidade.

Atores sociais norteados pela lógica da racionalidade instrumental movem-se pela crença de que a reserva de áreas de criadouros comunitários para a prática de criação de porcos à solta representa o uso ineficiente de recursos territoriais. Ou seja, a terra, nessa visão, entendida como um recurso propício à geração de ganhos financeiros teria seu potencial limitado pelo uso coletivo. Apontam seus representantes principalmente para a riqueza do solo propício ao plantio extensivo de monoculturas, para a disponibilidade de florestas como reservas consideráveis de madeira e ainda para o volume de água que abastece essas áreas nos Faxinais.

Portanto, as contradições percebidas a partir do discurso analisado indicam uma tensão entre racionalidade substantiva e racionalidade instrumental intrínseca aos elementos culturais históricos das Comunidades Tradicionais de Faxinais, que delimita claramente um conflito de interesses que se manifesta pela representação de um contexto que não encontra aderência na dinâmica da Sociedade de Mercado, assumida como central na conformação do comportamento dos indivíduos e na condução da vida humana.

Desse modo, na sequência são discutidos os resultados que apontam para a promoção de um discurso em defesa da propriedade privada e da eficiência produtiva. Conteúdo responsável pela tensão entre racionalidade substantiva e racionalidade instrumental no acesso e no uso dos territórios comunitários nas Comunidades Tradicionais de Faxinais.

5.2.2 Tensão intrínseca ao acesso e ao uso dos territórios comunitários: discurso da propriedade privada e da eficiência produtiva

A complexidade que envolve a tensão entre racionalidade substantiva e racionalidade instrumental nas Comunidades Tradicionais de Faxinais articula, além da análise do discurso do descolamento entre os elementos culturais históricos dos Faxinais e o contexto atual, a percepção da tensão intrínseca ao acesso e ao uso dos territórios comunitários, promovida por um discurso que agencia a propriedade privada e a eficiência produtiva.

Assim, a realidade que delimita essa tensão é revelada pelas contradições e pelos desafios vivenciados pelos faxinalenses no cotidiano comunitário. O embate constante entre o modo de vida tradicional e os propósitos desenvolvimentistas de atores públicos e privados, que marca a substituição da prática de subsistência pela produção para o mercado, também é entendido como um elemento que reforça essa tensão.

De forma complementar, fatores que impõem a desagregação dos criadouros comunitários e da prática de criação de porcos à solta, ligados aos conflitos com chacreiros e aos conflitos entre os próprios faxinalenses, além da desconstrução territorial, constituem um dos polos da tensão referente ao acesso e ao uso dos territórios comunitários.

A dinâmica de conflitos que passaram a ser comuns no dia a dia das comunidades faxinalenses nos últimos anos, de acordo com o discurso manifestado

no *corpus* de pesquisa, podem ser delimitados como problemas ligados a questões políticas, legais, ambientais e territoriais. Na trajetória histórica das comunidades faxinalenses essas incoerências têm se revelado em momentos distintos, apresentando ações individuais ou integradas.

Contudo, não podem ser considerados fatos isolados ou recentes no contexto dos Faxinais. Representam desdobramentos de um processo histórico de construção imerso em ações municipais, estaduais e federais, envolvendo não só os interesses de atores e instituições públicas, como também os propósitos de agentes privados e, ainda que em menor dimensão, os próprios faxinalenses.

Nesse sentido, faxinalenses interessados em promover a continuidade de suas práticas de criação de porcos à solta e de produção para a subsistência veem-se limitados pelas ações corrosivas de atores sociais interessados em mercantilizar o uso atribuído aos territórios comunitários. Assim sendo, reconhecer a existência de um processo de substituição da prática de subsistência pela lógica de produção para o mercado implica em admitir a manifestação de um movimento de transformação cultural dos faxinalenses.

A ocorrência dessa mudança pode ser atribuída às ações dominantes provenientes das relações econômicas constituintes da Sociedade de Mercado. Trata-se de um contexto marcado pela hegemonia de um sistema segregador que, além de determinar as atividades prioritárias e essenciais para sua consolidação e expansão, condiciona o comportamento dos sujeitos inseridos nessas atividades. Evidências que corroboram com as discussões de Guerreiro Ramos (1989), Hobsbawm (1996) e Polanyi (2000), ao apontarem para a existência de um sistema de mercado promovido como hegemônico na sociedade.

Entretanto, guiadas por uma prática de produção para subsistência Comunidades Tradicionais de Faxinais, mantiveram-se, por anos, à margem das ações decorrentes do modo de produção capitalista, que delimita essa Sociedade de Mercado. Esse distanciamento teria sido possível pelos traços de uma identidade coletiva coesa mantida entre os faxinalenses, cuja sinergia encontraria amparo no compartilhamento de valores, crenças e costumes tradicionais entre as famílias residentes nos Faxinais.

Como por anos o interesse de representantes do sistema dominante foram os centros urbanos, pode-se inferir que a identidade coletiva dos faxinalenses

manteve-se ativa ainda pelo distanciamento físico dos Faxinais, localizados em áreas rurais em relação às cidades. Nesse sentido, relações condicionadas a interesses econômicos não se aproximavam dos contextos tradicionais das comunidades faxinalenses e suas atividades de subsistência mantinham-se constantes, delimitadas pelos limites dos territórios comunitários. Aspectos que corroboram com os apontamentos de Guerreiro Ramos (1989), Polanyi (2000), Little (2002) e Santos (2003), acerca da relevância dos limites geográficos de uma comunidade para a manutenção e proteção de suas práticas.

Assim, a ação dos faxinalenses para além dos limites territoriais ou a aproximação da lógica de mercado ao contexto comunitário teria contribuído para a inversão de valores tradicionais nos Faxinais, transformando seus produtos de subsistência em mercadorias. Nesse contexto se manifesta o enfraquecimento dos laços sociais de solidariedade e de compartilhamento entre os faxinalenses.

Embora reproduzidos nos territórios faxinalenses a partir das atividades de manutenção da comunidade, nas lavouras, na criação de animais à solta, nas relações sociais de festividades, de comemorações e religiosas, esses elos têm sofrido um processo de desarticulação, conforme pode ser percebido no conteúdo das narrativas. Realidade que se aproxima as investigações evidenciadas por Souza (2011), Rodrigues, Almeida e Farias Filho (2012) e Grzebieluka (2012), ao apontarem que a imposição de interesses utilitaristas ao contexto das comunidades faxinalenses provoca um embate constante entre o modo de vida tradicional e os propósitos de exploração e acumulação oriundos da Sociedade de Mercado.

De acordo com evidências do discurso, esse processo se materializa nas transformações da agricultura e da pecuária no Paraná, com o surgimento do agronegócio e com a expansão da monocultura de grãos. A modernização de práticas no meio rural, num primeiro momento, afetaria os faxinalenses por chocar-se com a lógica tradicional das comunidades. Em segundo plano, por promover uma invasão dos territórios faxinalenses, destinados à manutenção das criações de porcos à solta de forma comunitária, fatores evidenciados nos trechos a seguir:

“Quando começou a mudar o sistema da nossa agricultura, começou a ‘vim’ aí maquinário, começou a ‘vim’ aí tecnologia. A coisa mudou tanto que o sistema, muitas granjas foram construídas dentro, dessas granjas de frango, foram construídas dentro ‘desses Faxinal’, onde não era permitida a criação solta. Já não pode mais criar galinha caipira, não pode mais ter o porco perto da granja, e devido ‘às exigência’ sanitárias tudo isso foi se modificando, né, nova tecnologia e sistema de criação integrada” (Faxinalense A/Mapa 3).

“Depois, lá por 95, em 90 já tinha bastante conflito, né, na questão dos Faxinais, ‘os bicho’, né, porque a questão das áreas entrava a monocultura dentro do Faxinal e achava que os bichos ‘tava’ complicando a vida dos proprietários dessas áreas, daí eles entraram para complicar a vida porque é de livre acesso a circulação deles” (Faxinalense K/Mapa 3).

“Com o avanço tecnológico aí, desde a revolução verde até hoje, todo esse avanço tecnológico da grande produção da soja, eles foram invadindo territórios dos faxinais” (Faxinalense J/Mapa 3).

“Eles querem fazer o tal do desenvolvimento. Em certas regiões o monocultivo da soja, milho e eucalipto ‘tá’ sufocando os faxinais. Na própria produção do agronegócio, com o uso intensivo do agrotóxico, de transgênicos, que eles ‘tão’ vendo que a transgeníase já não era aquilo que ‘eles apregoava’, que tinha na questão da soja, uma que já era resistente à lagarta e que hoje já ‘tá’ acontecendo de danos da lagarta na lavoura” (Faxinalense B/Mapa 3).

“O avanço do agronegócio faz com que comunidades tradicionais vão aos poucos desaparecendo do mapa paranaense” (Reportagem “Faxinais em risco de extinção”/Mapa 3).

“Com a modernização da agricultura, os faxinais começaram a se descaracterizar e houve desmatamento da cobertura florestal para introdução de monoculturas” (Reportagem “Faxinais ganham status ambiental”/Mapa 3).

“Avanço do monocultivo de pinus, eucalipto, fumo e soja” (Documento “Cartilha para uma Instrumentalização dos Direitos Faxinalenses”/Mapa 3).

“Destruição dos faxinais a partir do modelo de agricultura convencional denominado agronegócio, com grande impacto negativo no modo de uso e de vida das comunidades faxinalenses” (Documento “Cartilha de mobilização popular do 1 Encontro dos Povos dos Faxinais”/Mapa 3).

“Há muitos anos nosso modo de vida está ameaçado. Estamos sendo forçados a assumir um tipo de agricultura que acaba prejudicando nossos criadouros comunitários, destruindo nosso modo de vida. Esse tipo de agricultura chamada de moderna invadiu nossas comunidades e atropelou nossos costumes e tradições, essa agricultura recebe o nome de agronegócio. É representada pelo fumo, pela soja, pelo pinus e também pela tecnologia dos venenos, dos adubos químicos e transgênicos. quando o agronegócio entra na nossa comunidade, muda nossa tradição, nossos hábitos, nosso jeito de ser e principalmente nossa relação com a terra” (Vídeo “1º Encontro dos povos dos Faxinais”/Mapa 3).

“Porque hoje, se você chegar num Faxinal, tem bastante gente que é contra porque é uma área muito boa, uma área de produção excelente que muitos deles deixam de produzir em terras férteis que é os faxinais e vão produzir em morros, beiradas e áreas com declive bem acentuado deixando a área plana do Faxinal parada, sem uso, sendo que essa área já foi ‘visto’ até pelo IAP que essa área do Faxinal é bem produtiva” (Agente Público C/Mapa 3).

O discurso apresentado revela que as Comunidades Tradicionais de Faxinais vivenciam um contexto marcado por contradições e desafios decorrentes do processo de modernização da agricultura paranaense. Fatores percebidos como ameaça na medida em que colocam em risco a manutenção do modo de vida tradicional dos faxinalenses. Geram desacordos ao se chocar com os elementos culturais que regem a forma de organização e manutenção do território coletivo, bem como com a lógica de produção para subsistência. Esta última, muitas vezes substituída por uma lógica de produção utilitarista, tem nas relações comerciais a inspiração para a condução das atividades.

No conteúdo das narrativas é possível entender ainda como os faxinalenses percebem, interpretam e expressam a realidade vivenciada por eles em relação aos

territórios tradicionais. Ao relatarem as incoerências impostas por técnicas e práticas modernas de agricultura assumem nitidamente uma postura contrária àqueles atores sociais que defendem a necessidade de mudanças no meio rural.

Mudanças muitas vezes retratadas como símbolo de crescimento, progresso e prosperidade, que conduziriam as Comunidades Tradicionais de Faxinais a uma qualidade de vida diferenciada, que dificilmente seria alcançada mantendo-se arraigadas a princípios de organização e manutenção do cotidiano comunitário entendidos como atrasados. Tal visão reforça as ponderações de Schumacher (1977), Hobsbawm (1996), Sachs (1998), Polanyi (2000) e Santos (2010), quando em seus apontamentos teóricos se dedicaram a reflexão da construção e promoção da ideologia e das falácias do discurso de desenvolvimento.

Essas transformações podem ser compreendidas em função dos pressupostos aos quais estão alinhadas, como determinantes para o abandono de conhecimentos e práticas tradicionalmente reproduzidos nas comunidades faxinalenses pelo fato de passarem a ser percebidos como barreiras à consecução dos propósitos de desenvolvimento agrário e, conseqüentemente, econômico de municípios, de estados e da nação.

Por outro lado, indicam a manifestação de um discurso em defesa da modernização da agricultura e da pecuária, concebido em alinhamento com as ideias de eficiência produtiva, decorrente da lógica economicista presente nos princípios difundidos pela Sociedade de Mercado. Discurso cuja intenção corrobora com as reflexões de Guerreiro Ramos (1989) e Santos (2010), e ainda com os resultados dos estudos de Hauresko (2005) e Barreto (2008), delimitando o interesse de fortalecimento do poder financeiro de instituições privadas e de agentes públicos.

Nesse sentido, pode-se apontar que as Comunidades Tradicionais de Faxinais, nos últimos anos, estão imersas num processo de consolidação dos pressupostos de gestão, até então limitados ao contexto das organizações formais atuantes nos centros urbanos, ícones do sistema de produção capitalista. Assim, o campo, que sofreu com o surgimento das fábricas, passou por um processo de desagregação no qual tornou-se fornecedor de mão de obra e de matéria-prima para a transformação de produtos manufaturados, passou a ser saqueado pela expansão dos propósitos de desenvolvimento e progresso.

Propósitos que embora estejam sendo difundidos no meio rural estariam a serviço de empresas capitalistas modernas, dominantes numa dimensão ampla dos setores econômicos. Instituições que perceberam na dinâmica camponesa a possibilidade de elevar seus resultados financeiros e sua representativa no mercado consumidor. Nesse contexto, o discurso transparece que as Comunidades Tradicionais de Faxinais são compreendidas como atrativos para a consolidação dos propósitos utilitaristas de empresas e governos, pelo potencial produtivo do território dos criadouros comunitários.

Portanto, são desconsiderados os fatores de finitude da biodiversidade, bem como a capacidade de regeneração. Florestas, terras, nascentes e rios nos criadouros comunitários seriam apropriados de forma indiscriminada pelo homem que promove técnicas contemporâneas de agricultura e pecuária divergentes das atividades tradicionais conduzidas pelos faxinalenses, cujos conhecimentos e práticas prezam pelo respeito à natureza, tendo o uso limitado às necessidades de sobrevivência das famílias faxinalenses.

Nesse sentido, a tensão entre racionalidade substantiva e racionalidade instrumental intrínseca ao acesso e ao uso dos territórios comunitários nas Comunidades Tradicionais de Faxinais evidencia-se na contraposição entre os interesses promovidos pelos faxinalenses e aqueles propósitos defendidos pelos condutores do processo de transformação da agricultura e da pecuária. Modernização que encontra sustentação num discurso do poder público que revela propostas governamentais e políticas públicas alinhadas à busca do crescimento econômico. Esse contexto corrobora com as discussões de Branco (1983), Diegues (1999), Sobrinho (2006) e Schmitz, Mota e Silva Júnior (2009).

Evidências retratam um processo histórico adotado pelo estado do Paraná em consonância com os pressupostos de planejamento do país, que teria aderido, assim como muitas outras nações, a uma ideologia desenvolvimentista que entende o processo de industrialização e o avanço tecnológico como fatores essenciais para o progresso e o crescimento de uma população. Ideologia já apontada por Santos (2008; 2010), como um fator segregador na sociedade.

Concomitantemente, reforçando as ponderações de Polanyi (2000), os discursos muitas vezes são conduzidos por grupos, representados pelos detentores de capital ou por seus seguidores, de maneira dissimulada, com o intuito de

conquistar o apoio da maioria da população, que ao ser convencida incorpora os elementos caracterizadores dessa ideologia em seu cotidiano, modificando seu comportamento social e suas práticas diárias. Mudanças que no caso das comunidades faxinalenses provocam a fragmentação da identidade coletiva fundamental para a manutenção das relações de convívio social. Tais aspectos podem ser percebidos nos relatos apresentados a seguir:

“A política agrícola municipal será planejada e executada em consonância com as leis agrícolas estadual e federal, com participação efetiva dos produtores e trabalhadores rurais, envolvendo os setores de comercialização, armazenamento e transporte, objetivando o desenvolvimento rural nos seus aspectos econômicos e sociais com a racionalização do uso e preservação do solo e dos recursos naturais e ambientais” (Documento “Lei Orgânica do Município de Quitandinha”/Mapa 3).

“O Município promoverá o desenvolvimento do meio rural consoante às aptidões econômicas, sociais e dos recursos naturais, mobilizando os recursos do setor público em sintonia com as necessidades da atividade privada, executando, conjuntamente com a União e o Estado do Paraná, programas de desenvolvimento” (Documento “Lei Orgânica do Município de Prudentópolis”/Mapa 3).

“Os estudos que vêm sendo desenvolvidos vão permitir ao governo tomar medidas práticas e concretas para o desenvolvimento da agropecuária paranaense” (Documento “Mensagem à Assembleia Legislativa do Estado 1961”/Mapa 3).

“Se por um lado apenas uma política de industrialização pode garantir a mesma taxa de crescimento que o café proporcionou, as potencialidades da agricultura paranaense, hoje o terceiro estado agrícola do Brasil aponta o caminho para um planejamento objetivo de seu aproveitamento” (Documento “Mensagem à Assembleia Legislativa do Estado 1963”/Mapa 3).

“A expansão da agropecuária paranaense se deve, basicamente, ao esforço da iniciativa privada, que sempre tem correspondido, com sua nunca desmentida compreensão e apoio ao programas traçados e executados pelo governo. O fomento a cultura da soja foi uma das campanhas injetadas em 1969, com a colaboração da iniciativa privada, visando ao aproveitamento sempre maior das potencialidades da produção paranaense” (Documento “Mensagem à Assembleia Legislativa do Estado 1970”/Mapa 3).

“A partir da constatação de que se esgotou o limite material possível para a expansão agropecuária no território paranaense só resta ao estado a alternativa de intensificar medidas que contemplem o aumento da produtividade agrícola, mediante a integração cada vez maior das ações do poder público com as iniciativas do setor privado” (Documento “Mensagem à Assembleia Legislativa do Estado 1989”/Mapa 3).

“Implementação de estratégias para assegurar a competitividade dos produtores rurais paranaenses frente às novas imposições do mercado” (Documento “Mensagem à Assembleia Legislativa do Estado 1996”/Mapa 3).

“Programa Desenvolvimento do Agronegócio, o Governo do Estado busca garantir o aumento da renda do pequeno e do médio produtor por meio de uma agricultura mais forte e competitiva” (Documento “Mensagem à Assembleia Legislativa do Estado 2003”/Mapa 3).

“Mostra o esforço realizado pelo governo para dotar o Estado da infraestrutura necessária ao seu desenvolvimento. Foram aprovados durante o ano 76 projetos de financiamento de empresas industriais” (Documento “Relatório de gestão FDE e CODEPAR de 1964”/Mapa 3).

“O apoio financeiro da companhia está ativando crescentemente o processo de industrialização do Paraná. Todos os obstáculos que freavam o desenvolvimento da economia industrial do estado estão sendo paulatinamente superados” (Documento “Relatório do Fundo de Desenvolvimento Econômico FDE de 1965”/Mapa 3).

As propostas de modernização não se restringem somente à agricultura. As atividades de pecuária também constituem interesse dos promotores de ações integradas ao desenvolvimento econômico do Paraná. Assim, ameaças à prática de criação de porcos à solta de forma comunitária nas Comunidades Tradicionais de Faxinais tornam-se evidentes no discurso histórico de modernização e industrialização proveniente de representantes públicos.

Pelas narrativas é possível perceber ainda a manifestação de certa discriminação do estado com relação às práticas tradicionais realizadas no meio rural, desrespeitando elementos culturais históricos das diferentes comunidades tradicionais que têm nos costumes e na sabedoria popular o significado atribuído às suas práticas. Por meio desse discurso atores sociais contrários atribuem à manutenção da produção extensiva as dificuldades de comercialização da carne e dos derivados da suinocultura.

Do mesmo modo, defendem a necessidade de mudanças na forma como se realiza a suinocultura no estado com o intuito de atribuir padrões de qualidade diferenciados aos produtos decorrentes dessa atividade. Demonstram ainda o interesse em elevar a capacidade produtiva dos rebanhos, possibilitando atender não somente ao mercado local, mas inserir a produção no mercado consumidor em todo o território brasileiro e ainda no exterior, por meio de relações comerciais de exportação.

Os conteúdos do discurso edificam a expressão de poder do estado sob as demais instâncias sociais, econômicas e políticas com a proposição de mecanismos e instrumentos de controle das atividades ligadas à suinocultura que, conseqüentemente, estão atrelados à criação de porcos à solta nos Faxinais. Procedimentos ligados à produção, ao transporte, ao abate e à comercialização focam a qualidade do rebanho com relação ao controle de doenças.

Contudo, colocando de lado a ingenuidade e a crença na 'boa' intenção dos atores públicos, é admissível inferir que o interesse do poder público não está atrelado à manutenção de produtos de qualidade para o consumo humano, ação que estaria inserida em uma lógica substantiva. Visam, integrados a uma racionalidade instrumental guiada por um sentido utilitarista, ao atendimento de normas padrões de comercialização internacional, permitindo que produtos

provenientes da suinocultura possam ser inspecionados e aprovados para a exportação, elevando os resultados financeiros do governo.

Esse discurso não pode ser percebido como isolado no tempo e no espaço. Para sua compreensão é necessário refletir que seus elementos caracterizadores conjecturam pressupostos que foram construídos historicamente. Conteúdos imersos em um movimento de transformações econômicas que compõem o plano de desenvolvimento nacional.

Trata-se de uma proposta influenciada por uma ideologia hegemônica, que levou estados a assumir medidas de caráter social, político e econômico, destinadas à concretização das propostas de industrialização, processo que num primeiro momento reproduziu-se nos centros urbanos e, posteriormente, em decorrência da amplitude de suas ações, foi expandido para o meio rural. Portanto, o discurso reflete uma prática social dotada de intencionalidade, destinada a garantir o retorno crescente e contínuo do capital aplicado nas atividades produtivas.

O discurso congrega em si ainda a capacidade de aderência e transmissão, uma vez que, no caso das instituições públicas, os atores sociais envolvidos mantêm uma mesma expressão ideológica acerca da representação da realidade, independente de quem esteja ocupando o papel de representante. Apresenta ainda o poder de dominação e controle, aglutinando atores sociais que ao incorporarem os princípios hegemônicos promovem a readaptação de seus comportamentos para a reprodução e consolidação dos interesses utilitaristas dos detentores de capital na Sociedade de Mercado.

Evidências reforçam as reflexões de Guerreiro Ramos (1989) acerca da subjetividade do ser humano sendo controlada por mecanismos condicionados aos interesses utilitaristas da racionalidade instrumental, central na Sociedade de Mercado. Fatores que se tornam recorrentes e dominantes na medida em que, como discutido por Polanyi (2000) e Santos (2007; 2008; 2010), o poder público se rende aos ditames impostos pelos detentores de capital, condicionando os interesses coletivos aos propósitos individualistas, o que implica na supremacia de um planejamento social e econômico cada vez mais formal, burocrático e generalizado, e na desconsideração das especificidades culturais, sociais e ambientais de diferentes povos.

Nessa dinâmica as Comunidades Tradicionais de Faxinais que se posicionam contrárias aos pressupostos desenvolvimentistas e assumem a prática de criação de porcos à solta de forma coletiva como uma atividade de subsistência, veem-se imersas num contexto social de contradições. Essa tensão emerge como uma evidência da existência de fatores que têm potencializado dificuldades para a continuidade dessa atividade que simboliza a singularidade dos Faxinais no Paraná. Tais elementos podem ser constatados nos trechos a seguir:

“Hoje nós não temos nem galinha caipira, por causa lá da granja não pode ter, porque diz que leva doença. Eles estão muito exigentes, querem muita coisa para fazer” (Faxinalense E/Mapa 3).

“Foi iniciada a renovação do plantel suíno do estado, com a aquisição de 350 reprodutores” (Documento “Mensagem à Assembleia Legislativa do Estado 1962”/Mapa 3).

“Foram incorporados ao rebanho suíno do Paraná através de um plano de venda, com vantagens aos criadores, 420 animais das raças Duroc-Jersey, Wessex e Landrace, produzidos pelos plantéis próprios da secretaria de agricultura” (Documento “Mensagem à Assembleia Legislativa do Estado 1964”/Mapa 3).

“Projeto Piloto de Desenvolvimento da Suinocultura – Micro Região 21. A proposta assegura fundos para o apoio financeiro da atividade agropecuária de 142 suinocultores, os quais se constituem nos mais evoluídos da região eleita para aplicação do programa. O projeto prevê a melhoria do sistema produtivo, estabelecimento de propriedades modelo e elevação qualitativa dos padrões genéticos de rebanho suíno” (Documento “Projeto suinocultura: microrregiões 21”/Mapa 3).

“Cumpra considerar o aspecto qualitativo desse rebanho, o qual ainda é bastante inferior aos padrões técnicos desejados, em virtude das más condições genéticas, manejo deficiente e baixo nível tecnológico adotado no processo criatório” (Documento “Projeto suinocultura: microrregiões 21”/Mapa 3).

“Substituir as técnicas de criação de suínos de extensiva por intensiva em todo o estado. Substituir o rebanho tipo banha por tipo carne. Implantar mercados de animais vivos para dar maior fluidez à comercialização, sob a forma de cooperativas distribuídas em todo o Estado” (Documento “Plano de Desenvolvimento do Paraná: SAGMACS”/Mapa 3).

“Suinocultores com a adoção das alternativas e métodos estudados pelos pesquisadores poderão reduzir o custo de produção e aumentar a rentabilidade da atividade mediante tais tecnologias” (Documento “Mensagem à Assembleia Legislativa do Estado 1981”/Mapa 3).

“Em convênio com a Associação Paranaense de Suinocultores, técnicos da Emater realizaram trabalhos de inspeção de granjas, seleção de reprodutores e orientação em melhoramento zootécnico em suínos” (Documento “Mensagem à Assembleia Legislativa do Estado 1982”/Mapa 3).

“A qualidade sanitária dos produtos de origem animal que são consumidos motivou a criação do Serviço de Inspeção do Paraná, que visa a estimular a criação de abatedouros municipais, ampliando o controle sanitário de produtos pecuários ofertados à população” (Documento “Mensagem à Assembleia Legislativa do Estado 1988”/Mapa 3).

“O trânsito de suídeos, seus produtos e subprodutos, material de multiplicação animal, produtos patológicos e biológicos presumíveis veiculadores do vírus da PSC será amparado por certificação oficial regularmente expedida pelo serviço veterinário oficial ou médico veterinário credenciado, em conformidade com a presente Norma e as demais pertinentes” (Documento “Instrução Normativa n. 6, 2004 Aprovar as Normas para a Erradicação da Peste Suína Clássica (PSC)”/Mapa 3).

“Sistema de identificação de suídeos para que o rastreamento, ação fundamental para a gestão de emergências sanitárias, seja realizado com êxito. Vigilância ativa na suinocultura”

independente, inclusive nas criações de subsistência. Cadastro atualizado dos criadores de suídeos e de transportadores. Monitoramento e avaliação permanentes das atividades de sanidade animal, visando a garantir a padronização das ações” (Documento “Instrução Normativa n. 27, 2004 Plano de Contingência para Peste Suína Clássica”/Mapa 3).

“A comercialização no Território Nacional de suídeos destinados à reprodução, bem como a sua participação em exposições, feiras e leilões, somente será permitida àqueles procedentes de granjas de reprodutores de suídeos certificadas” (Documento “Instrução Normativa n. 35, 2001 Normas a serem observadas para a certificação de granjas”/Mapa 3).

Portanto, o discurso manifesta o claro interesse do estado pela maior eficiência produtiva das atividades ligadas à suinocultura no Paraná. Interesse conduzido por uma lógica econômica em que as ações são definidas a partir de um cálculo utilitário de consequências, corroborando com as reflexões propostas por Weber (2009). Lógica que se agrava na medida em que passa a ser entendida como um padrão de ação na sociedade, invadindo diferentes contextos sociais e provocando a inversão da lógica compartilhada pelos indivíduos de determinado grupo, convergindo com as discussões teóricas de Guerreiro Ramos (1989).

Desse modo, nas comunidades faxinalenses, percebe-se que a imposição dos princípios utilitaristas decorrentes da Sociedade de Mercado determina o abandono das especificidades culturais que historicamente constituíram uma identidade coletiva própria. A subjetividade dos faxinalenses, atrelada aos costumes, crenças e valores sociais choca-se com as características de um contexto moderno, dominado por relações comerciais e pela ação individual do sujeito.

Dinâmica que ao envolver atores e instituições públicas, como demonstrado no discurso. Política que, nas Comunidades Tradicionais de Faxinais, seria conduzida com o propósito de criar condições para a consolidação e expansão de atores sociais detentores de capital financeiro. Agentes responsáveis pela desarticulação de contextos sociais alheios aos propósitos alienantes de desenvolvimento e crescimento econômico do país, como as Comunidades Tradicionais de Faxinais. Realidade que representa aquilo que Santos (2007) classificou como supremacia de uma política de cima para baixo.

Assim, a realidade política vivenciada pelos faxinalenses é resultado de um processo histórico de invasão das instituições públicas pelo capital. Contexto em que interesses econômicos de agentes privados paulatinamente substituíram valores humanos no papel de agentes condutores das políticas públicas, promovendo a expansão de ações econômicas, guiadas por comportamentos utilitaristas, o que

corresponderia ao financiamento do estado por organizações privadas, que requerem posteriormente o retorno do investimento.

Nesse sentido, a vida humana associada, inspirando-se nas reflexões de Guerreiro Ramos (1989), no contexto das comunidades faxinalenses, tem sido continuamente degradada por uma lógica instrumental em que a percepção e o comportamento dos indivíduos na sociedade manifestam-se pela individualidade. Vida humana associada que pode ser reconhecida por princípios de solidariedade, de compartilhamento e de ajuda mútua praticados por laços de parentesco e de vizinhança. Manifesta-se ainda pela coletividade no uso do território dos criadouros e nas atividades de manutenção do Faxinal. Nesse sentido, relações sociais e convívio cotidiano que reforçam a coesão e a sinergia entre faxinalenses, tornam-se rarefeitos e são destituídos de sua essência humana com a aproximação da lógica instrumental.

Portanto, a transformação do modo de vida tradicional nas comunidades faxinalenses, evidenciada pela manifestação da tensão intrínseca ao acesso e ao uso dos territórios comunitários, reproduzida no discurso da eficiência produtiva, é reforçada ainda por uma série de contradições e desacordos vivenciados pelos faxinalenses. Conflitos que representam tanto o distanciamento e o não reconhecimento do poder público e da sociedade em geral, com relação à identidade coletiva dos Faxinais, como o desrespeito dos dispositivos legais vigentes.

Diferentemente do que teriam apontado Toledo (2008) e Souza (2009a), problemas ligados a questões políticas, legais, ambientais e territoriais não podem ser atribuídos exclusivamente ao desconhecimento de agentes externos sobre a existência e as especificidades das comunidades faxinalenses. Pelo contrário, as evidências contidas nas narrativas indicam uma ação consciente de diferentes atores sociais, que desconsiderando as particularidades culturais dos Faxinais, têm provocado a fragmentação de um modo tradicional de vida comunitária histórico no Paraná.

Tais ações impõem o abandono das práticas tradicionais de subsistência e a adoção de uma lógica que tem o mercado como sistema determinante das atividades produtivas e das relações e do convívio social no interior das comunidades faxinalenses, conforme os fatores descritos nos trechos a seguir:

“A prefeitura não tem qualquer ligação com os Faxinais, nada é feito, nenhuma atividade. São feitos os licenciamentos ambientais e atividades ligadas a liberações e fiscalizações, nada mais que isso” (Agente Público B/Mapa 2).

“Poder público fica assim, em cima do muro. Porque o eleitor, aquele que quer o Faxinal, é o mesmo voto daquele que não quer. Então o poder público tem ficado ausente” (Faxinalense A/Mapa 2).

“As leis ambientais ‘tão’ desrespeitando mesmo. Isso não tem, eu posso falar, porque a qualquer momento desrespeita” (Faxinalense K/Mapa 2).

“Um sistema assim, que nunca houve reconhecimento jurídico por parte dos poderes públicos. Quando não tem esse conhecimento, obviamente que não tem política pública, nunca houve política pública específica pra nós. Sempre ‘nós tinha’ que nos enquadrar nos pacotes agrícolas dos atuais governos e que muitas vezes não vinha de encontro com o nosso jeito de lidar na terra com a natureza” (Faxinalense J/Mapa 2).

“Até mesmo a questão do desmatamento, até mesmo aqui dentro, porque com o pouco território que tem foi tirado muita madeira aqui” (Faxinalense C/Mapa 2).

“Mas uma questão que eu tenho colocado é porque talvez seja região metropolitana, né. A ideia de quem faz parte do poder público é urbanizar tudo, né, ou fazer loteamentos, ou fazer indústrias. Eles não levam em conta ‘aquele’ que é a prática da comunidade, e pra questão do desenvolvimento não precisa trazer pra cá grandes indústrias, ou loteamentos. Se você tiver uma política pública de amparo, né, de apoio, o próprio modo de vida pode desenvolver e gerar mais renda para as famílias” (Faxinalense B/Mapa 2).

“Como não há leis que preservem o sistema, as comunidades estão se extinguindo” (Reportagem “Faxinais em risco de extinção”/Mapa 2).

“A inclusão dos faxinais na pioneira Lei do ICMS Ecológico, em 1997, culminou por impor uma visão de que o importante era a mata e não o modo de produção” (Reportagem “Definindo os faxinais e introduzindo o assunto”/Mapa 2).

“Falta de regularização das terras dos faxinais (das posses, das terras vendidas, das terras de heranças)” (Documento “Relatório Final do 1º Encontro dos Povos dos Faxinais”/Mapa 2).

“Vocês têm que ficar atentos às mudanças do Novo Código Floresta. ‘Atinge’ diretamente vocês essas mudanças do Novo Código Florestal. E aí tem um dispositivo no Novo Código Florestal que é a compensação de áreas. Quer dizer, o Agronegócio pode desmatar lá no Noroeste do Estado, Maringá, Querência lá em Londrina e aí ele pode comprar áreas aqui em Pinhão, onde tem bastante área de cobertura vegetal. Isso vai gerar uma desagregação muito forte pra vocês” (Vídeo “Articulação Puxirão, 4º Encontro Estadual”/Mapa 2).

Nesse íterim, massifica-se entre os atores sociais uma atuação que assume o interesse econômico pelos territórios dos criadouros comunitários nos Faxinais. Tal postura utiliza uma série de mecanismos para potencializar o avanço da agricultura e da pecuária, bem como a própria industrialização sobre essas comunidades. Esse processo envolve a submissão de terras coletivas à lógica de propriedade privada, tanto por faxinalenses contrários à manutenção dos criadouros, quanto por pessoas vindas de fora, cuja cultura corresponde a um sentido de individualidade.

Assim, a tensão se manifesta na medida em que o princípio de propriedade privada, reconhecidamente característico da Sociedade Moderna amplia de forma irrestrita suas ações, invadindo o contexto das Comunidades Tradicionais de

Faxinais, historicamente constituídas por uma lógica de propriedade coletiva e uso comum dos territórios. Isso provoca a perda de identificação com o território pelo deslocamento de uma forma de organização e manutenção atrelada a valores humanos para valores econômicos, corroborando com as reflexões de Diegues (1998), Nerone (2000), Brandt (2005), Barreto (2008) e Souza (2009).

Nitidamente essa inversão de princípios implica na redução dos territórios faxinalenses que passaram a ser retalhados por práticas de cercamentos, tendo em vista que muitas famílias passaram a instalar cercas em suas terras, instituindo uma lógica de propriedade privada que limita a ação coletiva dos faxinalenses.

No caso das Comunidades Tradicionais de Faxinais, áreas até então destinadas ao uso comum tornam-se restritas àqueles que por lei detêm os direitos legais de posse. Como consequência, percebe-se o enfraquecimento da prática de criação de porcos à solta, uma vez que se reduz a disponibilidade de áreas para a circulação livre dos animais. Tem-se ainda a diminuição das fontes de alimentos para os animais, o que eleva os custos de manutenção das criações.

Tais práticas de cercamentos já foram discutidas nos estudos de Nerone (2000), Souza (2009), Antoneli (2011) e Soares (2012), que apontaram as divergências para a manutenção das comunidades faxinalenses. Concomitantemente, os cercamentos foram relatados por Polanyi (2000) como uma prática que historicamente tem acompanhado o movimento de expansão e consolidação dos propósitos de exploração e acumulação de representantes públicos e privados da Sociedade de Mercado.

Deste modo, as narrativas revelam que a sobrevivência das comunidades faxinalenses se torna ameaçada, não só pela restrição de alimentos com a redução de animais, mas de forma mais significativa pela desarticulação de uma atividade tradicional histórica, cujo significado coletivo corresponde à existência dos Faxinais. A prática de criação de porcos à solta por anos tem representado a base de manutenção da ordem social no sistema de vida comunitária dos faxinalenses. Essa atividade constitui-se numa arena social em que são reproduzidos princípios culturais que reforçam os valores humanos associados.

O uso coletivo do território para a criação de animais não representa somente o compartilhamento de um espaço físico, mas, o reconhecimento do outro e de suas práticas como elementos essenciais para a vida humana associada.

Atributos que corroboram com as reflexões de Guerreiro Ramos (1989). É o entendimento de que a vida comunitária pauta-se em princípios de solidariedade e de reciprocidade, que atribui ao território faxinalense a relevância simbólica de integração desses valores humanos às relações sociais de parentesco, vizinhança e amizade.

Portanto, os territórios dos criadouros comunitários nos Faxinais representam as fronteiras de ação de costumes, crenças e valores compartilhados pelos faxinalenses, bem como das relações produtivas de subsistência. Tratam-se de elementos culturais cujos significados encontram correspondência somente no contexto das Comunidades Tradicionais de Faxinais, nos laços de afetividade e de interdependência constituídos entre os faxinalenses, dos quais dependeria a sobrevivência do grupo.

Destituídos dos territórios comunitários, que estão invadidos por uma lógica de propriedade privada, os faxinalenses têm os elos de convívio social rompidos, provocando o enfraquecimento de uma identidade coletiva historicamente construída. Essa identidade, no entanto, depende desses mesmos territórios para sua reprodução e transmissão a partir das experiências compartilhadas pelos faxinalenses no dia a dia das comunidades.

Assim sendo, o discurso da propriedade privada, conduzido tanto por pessoas externas como por faxinalenses, reforçam as evidências da tensão intrínseca ao acesso e ao uso dos territórios comunitários. A polaridade de interesses descreve um contexto marcado pela desconstrução territorial das comunidades faxinalenses.

Esse processo é marcado pelo crescente movimento de cercamento de áreas comuns, pela redução das terras destinadas à criação de animais à solta, pela construção de chácaras de lazer e por divergências entre vizinhos com relação à forma de organização do grupo e do modo de condução das atividades realizadas nos Faxinais. Revelam-se esses aspectos nos trechos a seguir:

“Muitas pessoas vêm de fora, ‘compra’ terras no interior dos Faxinais e ‘levanta’ cercas em sua propriedade, o que acaba gerando conflitos com os faxinalenses, pois há uma redução do território do criadouro. Território que nos dias de hoje não suportaria ainda o número de pessoas que vivem em seu interior” (Agente Público B/Mapa 4).

“Chegou um ponto que não teve mais como criar porco, por causa dos conflitos. Os chacreiros compraram as áreas e começaram a produzir plantar dentro do Faxinal onde era área do criadouro” (Faxinalense K/Mapa 4).

“Pois sei lá porque o pessoal aqui ‘tá’ vindo, muito chacreiro. Os criadouros diminuem bastante por causa ‘dos chacreiro’, ‘os chacreiro’ de Curitiba ‘compra’. Tanto faz comprar 1, 2, 3 alqueires e eles querem fechar tudo, daí diminui ‘pras criação’” (Faxinalense E/Mapa 4).

“Porque nós tínhamos um criador grande, aí ‘começou a entrar’ os chacreiros e eles começaram a cercar. Você pode ver como é tudo cheio de cerca na beira da estrada. Os caras vieram de Curitiba e começaram a cercar e começou a diminuir o criadouro” (Faxinalense I/Mapa 4).

“Arrancaram mata-burro, aí ‘o pessoal tiveram’ que cada um fechar a sua propriedade, daí retalhou tudo. As terras que eram de uso comum foram tudo retalhadas, aí tiraram mata-burro” (Faxinalense C/Mapa 4).

“Diminuir território é diminuir mais recursos naturais também. E se todo mundo criar como criava antes, que era um território imenso e tinha mais recursos naturais, era mais fácil, porque tinha alimento de sobra. Hoje tipo com um território pequeno com escassez, aí você não consegue criar os porcos em grandes escalas de animais” (Faxinalense C/Mapa 4).

“Na verdade eles acham, assim, que o modo deles lá é completamente diferente. Chega aqui, dentro dessas áreas abertas com os animais, né, aí ele diz assim: eu comprei, eu paguei, eu posso fazer o que bem quero. Aí eu vou cercar ou não, eu vou fazer o que pra mim interessa, né, foi isso que gera esses conflitos, não respeitam o modo de vida do povo” (Faxinalense C/Mapa 4).

“Hoje já empresários estão comprando ‘tudo essas áreas’ para ‘transformar elas’ em chácaras, então é isso que tá dando um conflito muito grande também porque os empresários aqui compram pequenas áreas. 2, 3 alqueires, e ‘transforma’ em chácara. Cercam a área do Faxinal que é proibido, aí vai começando a gerar conflitos, porque tem gente lá dentro que é a favor e esses que tão vendendo são contra, então o conflito tá dando aí” (Agente Público C/Mapa 4).

“Têm pessoas que seus pais se criaram nesse mesmo modo de vida, mas talvez porque a pessoa tem um poder aquisitivo um pouco maior hoje, né, que não depende do criador, já começa a lutar contra. Até articular o próprio poder público pra que não apoie. A gente não tem apoio do poder público pra tentar resolver essa questão e a gente pode falar com certeza que hoje das famílias que mais tão lutando contra. A área deles ‘tá’ praticamente toda fechada, então a gente não consegue entender porque eles lutam tanto contra” (Faxinalense B/Mapa 4).

“Os novos donos não concordavam com o sistema Faxinal. Tinham outros interesses. Queriam apenas cuidar de outras culturas comerciais e não de criação de animais. Colocaram, então, cercas para impedir que os eles passassem para suas propriedades e invadissem as plantações, mas os impedia que pastassem livremente pela parte do criatório comunitário, dificultando o processo de criação” (Reportagem “Faxinais são sistemas coletivos de exploração da terra”/Mapa 4).

“Muitos conflitos surgem porque algumas famílias moradoras dos faxinais cercam suas terras⁷” (Documento “Cartilha Faxinalenses em Movimento”/Mapa 4).

“A produção de carne suína apresenta técnicas de criação atrasadas na maior parte do Estado, produzindo animais de baixo porte e de alta incidência de verminoses e de cistecercose. Deve-se melhorar o rebanho paranaense através da introdução de melhores técnicas” (Documento “Plano de Desenvolvimento do Paraná: SAGMACS”/Mapa 4).

“O sistema criatório de suínos é extensivo, com animais de raça indefinida, sem manejo adequado e prevenção de doenças” (Documento “Pró-Rural: Projeto Integrado de Apoio ao Pequeno Produtor Rural”/Mapa 4).

Finalmente, com base nas narrativas, é pertinente salientar que o reconhecimento da tensão intrínseca ao acesso e ao uso do território comunitário, decorrente do discurso da propriedade privada e da eficiência produtiva, implica no

⁷Esse cercamento se refere as áreas de uso comum nos criadouros comunitários.

desvelamento de fatores que reforçam as barreiras à manutenção da prática de criação de porcos à solta nas Comunidades Tradicionais de Faxinais, ameaçando o modo comunitário de organização social dos faxinalenses.

Nesse contexto, os faxinalenses deparam-se com a supressão dos elos sociais de parentesco, amizade e vizinhança responsáveis pela conservação da harmonia e união entre seus membros, desarticulando acordos coletivos e práticas comunitárias, o que reforça as reflexões de Silva (2012), uma vez que imputar aos territórios tradicionais dos Faxinais uma lógica de propriedade privada implica em potencializar a desfiguração dos princípios de solidariedade e de comunhão vigentes entre os faxinalenses.

Por fim, a desagregação dos criadouros comunitários, ou seja, a desconstrução das terras de criar pode ser percebida a partir de duas dimensões, uma física e a outra simbólica, corroborando com as discussões de Wagley (1954) e Nogueira (1955) ao apontar o espaço, físico ou simbólico, como o elemento central na delimitação de uma comunidade, ou com as reflexões de Hobsbawm (2000) sobre a ação da ideologia do progresso sobre o território, físico e simbólico, de povos antigos.

Fisicamente corresponde ao cercamento e redução do território comunitário, que passa a ser mantido individualmente por seus proprietários, fragmentando assim atividades ligadas à produção de subsistência dos faxinalenses. Em termos simbólicos, pelo processo de aprisionamento da consciência coletiva em que a personalidade moral compartilhada pelos membros da comunidade tem sua centralidade destituída. Consequentemente, comportamentos e condutas sociais são condicionados a normas e princípios individuais gerando uma série de conflitos e contradições no cotidiano das Comunidades Tradicionais de Faxinais.

No próximo tópico são apresentados elementos que evidenciam a tensão intrínseca ao processo de proteção e de manutenção da cultura e do território faxinalense, por meio de contradições que se manifestam no discurso de mobilização e resistência das Comunidades Tradicionais de Faxinais frente ao processo de desarticulação social e territorial ao qual as comunidades estão historicamente expostas.

5.2.3 Tensão intrínseca à proteção e à manutenção da cultura e do território: discurso da mobilização e resistência

Historicamente, contradições e conflitos decorrentes da tensão intrínseca aos elementos culturais históricos e da tensão intrínseca ao acesso e ao uso dos territórios comunitários têm acentuado o processo de desarticulação das Comunidades Tradicionais de Faxinais no Paraná. Por certo período, possivelmente em função do modo singular de organização e de condução do cotidiano comunitário, embora fossem perceptíveis os impactos para a identidade cultural dos Faxinais, os faxinalenses mantiveram-se alheios aos ditames impostos por atores sociais guiados por uma racionalidade instrumental.

Entretanto, nos últimos anos as comunidades faxinalenses iniciaram um movimento de reação às provocações que discriminam e marginalizam o modo de vida tradicional nos Faxinais, resposta guiada pelos mesmos valores humanos que desde o surgimento das comunidades faxinalenses têm atribuído a elas uma forma substantiva de manutenção do cotidiano. Assim, o movimento de reação dos faxinalenses representa uma resistência coletiva com o intuito de proteção cultural e de acesso livre aos territórios comunitários, visando à reprodução e ao compartilhamento de crenças, costumes, valores, conhecimentos e práticas.

O processo de organização da representação dos faxinalenses frente às demandas sociais, econômicas, políticas e ambientais que se impõem ao cotidiano das comunidades está atrelado a um discurso de mobilização e resistência. Embora esse discurso possa ser entendido como uma ação correspondente à sobrevivência das Comunidades Tradicionais de Faxinais no Paraná, as narrativas revelam uma tensão intrínseca ao processo de proteção e de manutenção da cultura e do território faxinalense.

Um primeiro aspecto que evidencia essa tensão está relacionado à manifestação da necessidade de reconhecimento dos Faxinais, o que contribuiria para uma maior visibilidade e, conseqüentemente, para a sobrevivência cultural das comunidades faxinalenses, tendo em vista que estariam amparados por dispositivos legais assim como os demais contextos sociais da população.

Nesse sentido, apresenta-se um discurso interessado, em que os faxinalenses revelam acreditar que pela situação atual vivenciada por muitas comunidades no Paraná o reconhecimento e o autorreconhecimento seriam os

mecanismos mais viáveis para garantir a promoção de políticas públicas alinhadas às singularidades culturais das Comunidades Tradicionais de Faxinais.

As evidências corroboram com as reflexões de Diegues e Viana (2004), ao permitir a constatação de que o reconhecimento representa um elemento central na delimitação dos grupos que podem ser denominados como povos tradicionais. Esses aspectos são enfatizados nos trechos a seguir:

“Nós existimos já há 300 anos, só que dessa forma, sem reconhecimento, sem política pública, sem nada” (Faxinalense J/Mapa 6).

“A gente não tem ainda juridicamente um reconhecimento, então a gente ‘tá’ construindo pra cada vez mais ser reconhecido” (Faxinalense J/Mapa 6).

“Então há a necessidade de você ter políticas que reconheçam e entendam essa lógica, e aí você precisa ter equipes específicas pra fazer isso, né?” (Agente Público A/Mapa 6).

“Os faxinalenses passaram a última década articulando organizações formais com o objetivo de firmar posição enquanto grupo e ganhar músculo para reivindicar o reconhecimento dos faxinais como comunidades tradicionais, o que permitirá a implantação de políticas públicas específicas para o segmento” (Reportagem “Em busca de uma identidade”/Mapa 6).

“O reconhecimento do Faxinal como uma comunidade tradicional do Brasil incluiu, dessa vez, os aspectos culturais e econômicos dos faxinalenses na história” (Reportagem “Definindo os faxinais e introduzindo o assunto”/Mapa 6).

“Ser faxinalense basta que você se identifique como faxinalense e que as demais pessoas da comunidade também reconheçam você como faxinalense” (Documento “Cartilha Aresur”/Mapa 6).

“Lutando para o reconhecimento junto aos órgãos públicos da função social dessas práticas e de seus agentes” (Documento “Cartilha Nova Cartografia social dos povos e comunidades tradicionais do Brasil: fé, conhecimentos tradicionais e práticas de cura”/Mapa 6).

“Ao longo da história as políticas públicas foram insuficientes e não desenvolveram estratégias para estimular a inclusão dos Povos e Comunidades Tradicionais como os indígenas, os quilombolas, os extrativistas e os pescadores artesanais, bem como a necessidade de atuar de modo particular junto a esses segmentos sociais” (Documento “Ministério do Desenvolvimento Agrário”/Mapa 6).

“Coordenar a elaboração e a implementação de uma Política Nacional voltada para o desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais. Apoiar, propor, avaliar princípios e diretrizes para políticas públicas relevantes para o desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais no âmbito do Governo Federal, observadas as competências dos órgãos e entidades envolvidos” (Documento “Regimento Interno da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais”/Mapa 6).

“Reconhecer, com celeridade, a autoidentificação dos povos e comunidades tradicionais, de modo que possam ter acesso pleno aos seus direitos civis individuais e coletivos” (Documento “Deliberação CNPCT n°001”/Mapa 6).

“Lutar pelo reconhecimento jurídico da organização social dos faxinais” (Vídeo “1º Encontro dos povos dos Faxinais”).

“O reconhecimento, a valorização e o respeito à diversidade socioambiental e cultural dos povos e comunidades tradicionais, levando-se em conta, dentre outros aspectos, os recortes étnia, raça, gênero, idade, religiosidade, ancestralidade, orientação sexual e atividades laborais, entre outros, bem como a relação desses em cada comunidade ou povo, de modo a não desrespeitar, subsumir ou negligenciar as diferenças dos mesmos grupos, comunidades ou povos ou, ainda, instaurar ou reforçar qualquer relação de

desigualdade” (Documento “Decreto 6.040 de Fevereiro de 2007 da Presidência da República”/Mapa 6).

“Será reconhecida a identidade faxinalense pela autodefinição, mediante Declaração de Autorreconhecimento Faxinalense, que será atestado pelo órgão estadual que trata de assuntos fundiários, sendo outorgado Certidão de Autorreconhecimento” (Documento “Lei 15.673, Dispõe que o Estado do Paraná reconhece os Faxinais”/Mapa 6).

“Fica definido o procedimento administrativo para a outorga da Certidão de Autorreconhecimento Faxinalense, cuja finalidade é oferecer mecanismo de visibilidade social e proteção à identidade e territorialidade específica dos faxinalenses. A identidade faxinalense, critério para determinar as comunidades tradicionais que integram essa territorialidade específica, nos termos do art. 2º da Lei Estadual nº 15.673, de 13 de novembro de 2007, deve ser anunciada por meio da manifestação consciente de autodefinição dos grupos sociais mediante Declaração de Autorreconhecimento Faxinalense” (Documento “ITCG/GP, Portaria Nº 023/2010”/Mapa 6).

A contradição, embora não seja explícita, manifesta-se neste discurso ao se questionar que as Comunidades Tradicionais de Faxinais originaram-se, como apontado por Nerone (2000), Novak e Fajardo (2008), Hauresko (2008) e Gapinski e Campigoto (2010), por volta do século XVII. Transmitem uma historicidade robusta e consolidada que acompanhou a construção da sociedade atual. Assim, incoerente se torna tanto a busca pelo autorreconhecimento como pelo reconhecimento, uma vez que seriam mais condizentes com a novidade que se apresenta perante um contexto já existente.

O sentimento de pertencimento no caso dos Faxinais, representaria o elemento cultural responsável pela coesão dos laços de parentesco, de amizade e de vizinhança mantidos no contexto comunitário dos faxinalenses, corroborando com as discussões de Diegues e Viana (2004) acerca do autoreconhecimento como elemento central para a delimitação de comunidades tradicionais.

Portanto, na investigação do movimento que clama pelo autorreconhecimento e pelo reconhecimento das Comunidades Tradicionais de Faxinais é pertinente apontar que historicamente estaria ocorrendo um enfraquecimento do sentimento de pertencimento dos faxinalenses como um grupo social coeso e singular, sentimento que culturalmente corresponderia à sobrevivência das comunidades faxinalenses no território paranaense.

Assim, a manutenção do convívio cotidiano entre os faxinalenses, mediado pelo compartilhamento de uma identidade cultural coletiva, seria o suficiente para se atingir o reconhecimento do grupo, entendido, conforme sugerido por Little (2002), como uma dimensão empírica do conceito de comunidades tradicionais, uma vez

que retrata a realidade social vivenciada pelos faxinalenses em seus territórios comunitários.

Por outro lado, as narrativas expostas assumem uma dimensão política na medida em que autorreconhecimento e reconhecimento são tratados como condições para que as Comunidades Tradicionais de Faxinais possam se tornar visíveis aos agentes públicos e acessar os dispositivos legais vigentes. Desse modo, o ajustamento conduziria os faxinalenses ao enquadramento a determinados padrões de organização e de comportamento impostos por agentes e instituições públicas.

Considerando-se que no contexto atual os interesses do poder público estão alinhados aos propósitos utilitaristas dos representantes da Sociedade de Mercado, a imposição de demandas que desconsideram as singularidades sociais e culturais dos faxinalenses choca-se com o modo tradicional de vida das Comunidades Tradicionais de Faxinais, promovendo sua desarticulação.

Consequentemente, a tensão intrínseca à proteção e à manutenção da cultura e do território se manifesta na condução de um discurso de organização e representação das Comunidades Tradicionais de Faxinais concebido com o interesse de acesso a políticas públicas que garantiriam a sobrevivência dos faxinalenses, medida que implica em riscos para os Faxinais, uma vez que, ainda que sejam amparadas por dispositivos legais específicos, as comunidades passam a ser regidas pelas mesmas normas e regras dos demais agrupamentos humanos.

Assim, sob a tutela de representantes municipais, estaduais e federais, comunidades faxinalenses afastam-se de suas singularidades. Tratadas sem distinção, são incorporadas por uma visão generalista e homogênea que se impõe aos diferentes contextos sociais com o intuito de promover pressupostos de progresso, crescimento e desenvolvimento que reforçam a idolatria a Sociedade de Mercado.

Nesse contexto, as Comunidades Tradicionais de Faxinais são inseridas numa dinâmica social em que pensamentos e comportamentos são constituídos a partir de um padrão homogêneo, no qual a pessoa se enquadra sem possibilidade de reflexão crítica, ação decorrente das transformações dominantes impostas pela Sociedade de Mercado, corroborando com as discussões conduzidas por Guerreiro Ramos (1989), bem como com os resultados apresentados por Grzebieluka (2012).

Os dispositivos legais emitidos pelo poder público para atender às expectativas e aos anseios dos faxinalenses no que diz respeito à proteção da identidade coletiva e ao acesso ao território comunitário podem ainda ser percebidos como a manifestação de atos sociais com a intenção de delimitar mecanismos de controle e dominação a serviço de governantes. Tais atos reforçam a submissão de um modo de vida tradicional historicamente constituído aos propósitos modernistas de representantes da Sociedade de Mercado, condição que revela, como apontado por Santos (2007), a existência de um circuito inferior e de um circuito superior interligados por uma relação de dependência.

Assim, as transformações decorrentes das propostas públicas cerceiam os direitos étnicos garantidos aos faxinalenses e reforçam as bases ideológicas de instituições privadas atuantes no sistema capitalista de produção. O contexto substantivo das comunidades faxinalenses é invadido pela racionalidade instrumental dominante nas ações do poder público com a função primordial de promover o crescimento econômico e a acumulação financeira.

O aspecto financeiro também pode ser percebido nas narrativas sobre o processo de mobilização e de resistência. Não aquele discurso que preza pelo ganho econômico e pela acumulação contínua de capital, mas a expressão que revela uma intencionalidade de adequação e adaptação social para o atendimento de requisitos que possibilitam o acesso e a aplicação de recursos provenientes do poder público, com evidências que podem ser constatadas nos trechos a seguir:

“Tivemos que criar um conselho, uma associação e tal, e aí começamos a conhecer um pouco como é que funciona, e correr atrás de informação pra saber como funciona e criar uma associação pra ‘tá’ recebendo esse recurso do ICMS ecológico” (Faxinalense K/Mapa 6).

“Aí o governo naquela época decretou uma política no estado de marcar um território, de marcar uma área e cadastrar na secretaria do meio ambiente e ali o estado vai investir recurso público nessa comunidade pra desenvolver a chamada área especial de uso regulamentado. Os prefeitos ficaram recebendo o ICMS ecológico dessas áreas, que na época eram 19 áreas no estado, mas não havia o repasse como deveria ser pra comunidade, então o prefeito acaba repassando 10, 15% só e ficavam com o resto do recurso, sendo que este recurso ele vai direcionado pra essas comunidades” (Faxinalense J/Mapa 6).

“Até ontem nós tivemos uma reunião pra fazer uma associação. Pra ‘vim’ verba, pra ter recursos, porque se não tiver uma associação, não tem recursos. Tanto do governo, quanto da prefeitura. Da prefeitura também não vem se não tiver uma associação” (Faxinalense I/Mapa 6).

“Os faxinais eles têm uma avaliação pelo IAP do dia 30 de abril a 30 de abril do ano seguinte, então cada mês de abril de cada ano a gente tem um plano de aplicação que a gente tem que cumprir. Esses planos de aplicação são o que eles querem que a prefeitura repasse com os recursos que vem do Estado. Fazem as reuniões deles, eles têm as metas que eles põem pra secretaria e a secretaria tem que cumprir de forma a atender 100%, não

necessariamente atender 100%, mas quanto mais a prefeitura investe nesses faxinais, digamos, se eles pedem um número x de algum produto, se a prefeitura atender de forma satisfatória, o índice do ICMS deles continua crescendo, se não, começa a baixar” (Agente Público C/Mapa 6).

“Reconhecido como Área Especial de Uso Regulamentado (Aresur), o que permite à comunidade gerar o ICMS ecológico” (Reportagem “Em busca de uma identidade”/Mapa 6).

“O mais importante é que esses novos recursos garantam a permanência da comunidade. Para isso, precisamos melhorar nossa estrutura. Entre as prioridades está a reconstrução de cercas” (Reportagem “Paraná ganha quatro novas áreas de uso sustentável”/Mapa 6).

“Aresur pode trazer vários benefícios para a comunidade, como por exemplo, o financiamento de projetos propostos pela comunidade, visando ao desenvolvimento social, econômico e ambiental” (Documento “Cartilha Aresur”/Mapa 6).

“Com o repasse do ICMS ecológico, a construção, o plano de aplicação que agora é o termo de compromisso, né, com o repasse dos recursos e toda a parte, tipo assim do que precisar de infraestrutura como o setor de obras, a prefeitura disponibiliza maquinário, tudo o que precisar lá pra fazer. A prefeitura, na verdade o IAP, fiscaliza todo ano e a prefeitura nós temos prestação de conta pra fazer, pro Conselho de Desenvolvimento do Meio Ambiente, todo ano, cada ano” (Agente Público C/Mapa 6).

“Após a criação dos Conselhos Gestores em cada município, seus membros deverão providenciar a elaboração, de forma integrada e participativa dos Planos de Uso Sustentável dos Faxinais no prazo máximo de 18 meses” (Documento “Portaria n. 28, dispõe sobre a criação de Conselho Gestor dos Faxinais”/Mapa 6).

Mesmo que tido como essencial para a sobrevivência de muitas famílias, atribuir a possibilidade de acesso a recursos públicos como um dos propósitos do movimento de mobilização e reação coletiva das Comunidades Tradicionais de Faxinais implica na racionalização instrumental do modo de vida tradicional dos faxinalenses. Desse modo, como evidencia o discurso, a forma de organização e as práticas cotidianas, conduzidas por crenças, costumes e valores humanos, característicos dos Faxinais, passam a ser condicionadas a fatores como planejamento, projeto, percentual, planos de aplicação, fiscalização e prestação de contas.

Alinhar-se aos propósitos utilitaristas determina que a identidade coletiva condutora do cotidiano nos Faxinais perde representatividade. O comportamento dos faxinalenses passa a refletir princípios que os mantêm adequados aos requisitos impostos para o recebimento dos recursos do governo. Desse modo, a ação prática não se submete mais às normas coletivas correspondentes à personalidade moral do grupo.

Coletiva ou individualmente, as ações representam assim a intenção de atender às exigências de instituições públicas responsáveis por garantir o repasse de recursos para a manutenção das comunidades faxinalenses. Nesse sentido, os faxinalenses podem ser inclusive questionados, por seus pares, em relação ao

atendimento dessas regras, pelo risco de o Faxinal ser desabilitado de programas de fomento governamental.

Conseqüentemente, a contradição se revela na medida em que o interesse econômico se sobrepõe, não de forma geral, aos propósitos coletivos de condução do cotidiano comunitário. Nesse contexto, a instituição no Paraná do Decreto 3.446 de 1997, que criou as Áreas Especiais de Uso Regulamentado, potencializou a inversão de valores nas Comunidades Tradicionais de Faxinais por promover o acesso ao ICMS Ecológico, benefício financeiro atribuído a muitas comunidades faxinalenses que atendem a alguns requisitos estabelecidos na legislação, como recompensa pela proteção da mata de Araucária.

Apontamentos que corroboram com os resultados evidenciados no estudo de Vidal et. al. (2004), que investigaram as transformações vivenciadas por organizações substantivas, percebendo no contexto delas a inversão de valores pela aproximação com a lógica instrumental de gestão e organização. Contudo, mesmo visível a aproximação com princípios da racionalidade instrumental, o núcleo central de articulação do movimento de organização e proteção dos Faxinais mantém-se arraigado à racionalidade substantiva.

Portanto, ceder aos contornos financeiros, muitas vezes se explica, como discutido por Ribeiro (2005) e Oliveira (2011), pelo conjunto de fatores que promovem a desagregação de Comunidades Tradicionais, dificultando a sobrevivência de suas famílias a partir de suas práticas e conhecimentos tradicionais.

Assim, elementos pertinentes ao discurso retratam que o processo de mobilização e reação coletiva para proteção e manutenção das tradições e territórios comunitários nas comunidades faxinalenses não pode ser analisado somente pelas dimensões política e econômica. Evidências apontam para a dimensão social de luta e resistência, dimensão em que é nítido o papel dos representantes faxinalenses que buscam reforçar a importância da participação coletiva na articulação de um movimento que torne mais visível tanto o território comunitário dos Faxinais, como os elementos culturais que constituem sua identidade coletiva.

Ações que de forma integrada seriam julgadas como capazes de promover a proteção e a sobrevivência das comunidades faxinalenses frente à tensão intrínseca aos elementos culturais históricos e à tensão intrínseca ao acesso e ao uso dos

territórios comunitários, movimento coletivo materializado na Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais que a partir de 2008, integrado à Articulação Puxirão de Povos Faxinalenses – APF, consolidou-se como espaço sociocultural de debate e construção coletiva. Tais aspectos podem ser constatados nos trechos a seguir:

“O nosso movimento, que se chama APF, Articulação Puxirão dos Faxinalenses, ela tá’ hoje distribuída em núcleos por varias regiões do estado. O movimento é construído a partir da base, são as comunidades que ‘constrói’ o núcleo e esses núcleos somam com os demais e aí fazemos o movimento dessa forma” (Faxinalense J/Mapa 6).

“Tem a questão do próprio IAP, que no departamento socioambiental é o que mais trabalha em parceria com os faxinalenses. Eles que dão, daí, o suporte na questão de cumprir tudo que vem tirar a característica do Faxinal e do fecho” (Faxinalense B/Mapa 6).

“Nós achávamos que nós no mínimo ‘tinha’ que nos ‘conhecer’ com todos os povos tradicionais do Paraná. Nós não conhecíamos uns aos outros, mas temos muita coisa em comum, da nossa forma de viver, os nossos costumes tradicionais, muita coisa em comum. Então fizemos aí, propusemos um primeiro encontro em 2008 na região de Guarapuava, chamando todos os povos tradicionais do Paraná pra esse encontro, e o povo viu e foi no encontro e lá nós criamos a rede Puxirão. É um espaço, não é uma organização, é um espaço que proporciona um debate entre todos os povos do Paraná, pra discutir as suas demandas, suas políticas, seus conflitos, encaminhar pautas coletivas junto ao governo” (Faxinalense J/Mapa 6).

“Operamos ações coletivas no movimento social da APF para defesa dos faxinais, por meio do reconhecimento dos sujeitos faxinalenses e do território que envolve nossa existência” (Documento “Cartilha para uma Instrumentalização dos Direitos Faxinalenses”/Mapa 6).

“Articulação puxirão é o movimento dos faxinalenses que agrega as comunidades de faxinais e discutem juntos com os faxinais” (Documento “Cartilha Nova Cartografia social dos povos e comunidades tradicionais do Brasil: Povos de Faxinais”/Mapa 6).

“O movimento é um espaço onde nós colocamos nossas angústias, nós lutamos, fazemos resistência, mas de uma forma organizada, não só na comunidade, no Faxinal, mas numa luta mais coletiva de outros faxinais, mostrando mais força” (Documento “Cartilha Nova Cartografia social dos povos e comunidades tradicionais do Brasil: Faxinalenses no Setor Centro”/Mapa 6).

“Aí me parece que talvez ainda as organizações dos povos e comunidades tradicionais, exemplo dos faxinalenses, me parece ainda que elas ainda são muito frágeis, não se colocam de forma organizada” (Agente Público A/Mapa 6).

“Com o apoio do Instituto Equipe de Educadores Populares, uma associação sediada em Iriti, os primeiros faxinais começaram a se unir no Puxirão, que caminha a passos lentos, porém firmes” (Reportagem “Em busca de uma identidade”/Mapa 6).

“A comunidade quase foi extinta por causa da desorganização dos moradores, da mudança de alguns para a cidade e do interesse pela propriedade da terra” (Reportagem “Faxinais ganham status ambiental”/Mapa 6).

“Em reação a outras ameaças à perenidade dos territórios, lideranças faxinalenses de vários municípios criaram, em 2005, a Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses. Bem antes de o Puxirão existir, alguns líderes locais já trabalhavam pela melhoria das condições de vida de sua comunidade sem romper com os preceitos de um Faxinal” (Reportagem “Terra em transe”/Mapa 6).

“Se a gente não se juntar, não somar esforços, não fazer parcerias com quem nos entende não adianta fazer parcerias com instituições ou pessoas que não compreendem o jeito especial de ser” (Vídeo “Imbituba Paraná, Rede Puxirão”/Mapa 6).

“Vocês têm a necessidade de pensar uma organicidade interna maior do movimento. Está faltando a formação, a educação, acesso à educação às lideranças” (Vídeo “Articulação Puxirão, 4º Encontro Estadual”/Mapa 6).

Portanto, a preocupação com o coletivo é evidente no discurso exposto. O movimento de articulação dos faxinalenses no limite de suas comunidades ou entre diferentes Comunidades Tradicionais de Faxinais existentes no Paraná revela em sua dimensão social uma intenção clara de promoção do ser humano, intento percebido tanto nas reivindicações delimitadas como no processo de construção dessas demandas, que reflete os interesses coletivos dos faxinalenses. O próprio contexto de gênese do movimento de reação e resistência das comunidades faxinalenses reflete uma prática social comunitária em que as pessoas contribuem de forma coletiva com as reflexões.

Assim, concretizada como um movimento comunitário de base à organização da resistência se estabelece em reuniões realizadas nas comunidades, sendo os apontamentos transmitidos aos núcleos regionais, que representam grupos de comunidades, e na sequência expostos nas reuniões da Rede Puxirão, que envolve a integração de todas as comunidades faxinalenses do Paraná. Demandas e expectativas que refletem o interesse do grupo. Desse modo, o movimento de reação e resistência, ainda que inserido no contexto da Sociedade de Mercado, demonstra uma organização alinhada aos elementos culturais que constituem a identidade faxinalense.

Esse espaço de organização da resistência age ainda no reforço dos laços de confiança entre os faxinalenses. Confiança entre as pessoas e crença na possibilidade de solução das dificuldades que têm sido enfrentadas pelos Faxinais em relação à manutenção de seu modo de vida tradicional e de proteção dos territórios comunitários.

Tal fato se revela no discurso pela manifestação dos faxinalenses que percebem essa articulação como um espaço que permite a exposição e o compartilhamento de anseios e angústias entre as pessoas. O movimento de articulação dos faxinalenses representa a valorização de conhecimentos e práticas atribuídos às minorias, constituindo, como apontou Santos (2008; 2010), um movimento de baixo para cima amparado por valores sociais coletivos. Movimento que pode, na concepção de Guerreiro Ramos (1989), ser representado como o rompimento com a hegemonia de princípios utilitaristas defendidos pela Sociedade de Mercado.

O momento histórico no qual emergiu o movimento de resistência e luta dos faxinalenses delimita um contexto, que em parte resulta do processo de desarticulação do modo de vida tradicional que historicamente tem sido vivenciado pelos Faxinais. De outro modo, está circunscrito a um momento que corresponde à maior visibilidade proporcionada aos faxinalenses pelo crescente interesse de pesquisadores, que a partir da década de 1980 passaram a estudar aspectos culturais, sociais, econômicos, ambientais e políticos relacionados a esses grupos.

Assim, publicações decorrentes desse crescente interesse científico pelos Faxinais integradas aos primeiros dispositivos legais atribuídos aos Faxinais teriam contribuído para um processo de conscientização dos faxinalenses. O conhecimento acerca de sua cultura histórica e do processo de desagregação pelo qual as comunidades estariam passando moldaram a ação de defesa dos interesses faxinalenses em resposta às imposições decorrentes da Sociedade de Mercado.

Os princípios desse movimento corroboram com as reflexões de Guerreiro Ramos (1989) acerca da Teoria da vida Humana Associada, uma vez que representam, no caso das Comunidades Tradicionais de Faxinais, o esforço pela retomada de valores humanos como foco central das demandas sociais, econômicas, ambientais e políticas, restabelecendo-se a essência da vida humana associada nas bases da racionalidade substantiva.

Considerando-se ainda a questão do momento histórico, outro aspecto relevante que deve ser salientado diz respeito ao fato de que embora o discurso de mobilização e resistência corresponda aos interesses e anseios das Comunidades Tradicionais de Faxinais, a organização do movimento originou-se num contexto dominado pelos propósitos hegemônicos da Sociedade de Mercado.

Portanto, as organizações inseridas na conjuntura do modo capitalista de produção, historicamente, têm atrelado suas práticas de organização e gestão ao pensamento administrativo moderno. Nesse contexto o homem é conduzido ao nível de recurso, tendo sua subjetividade controlada por mecanismos condicionados aos interesses utilitaristas da racionalidade instrumental dominante na Sociedade de Mercado. Eficiência, eficácia e produtividade constituem-se assim em critérios objetivos para avaliação e validação de um modelo de gestão profissional, amplamente difundido e defendido por gestores, empresas, poder público e instituições de ensino.

Portanto, ainda que sejam percebidas ações correspondentes aos interesses do grupo, a participação efetiva de forma conjunta dos faxinalenses apresenta-se segmentada. Embora esteja nítido o movimento de reação e resistência coletiva dos faxinalenses, alguns elementos das narrativas reforçam a manifestação da tensão, que se constitui na fragilidade de organização do movimento de mobilização e reação coletiva das Comunidades Tradicionais de Faxinais.

A participação ativa tende a ocorrer entre aqueles faxinalenses mais antigos, cujos familiares sobreviveram das atividades realizadas nos territórios comunitários, ou entre aqueles que são escolhidos como representantes das comunidades nos conselhos, por acompanharem com maior proximidade os debates e as discussões acerca da realidade vivenciada pelas comunidades faxinalenses no Paraná.

Entre os mais jovens, como já discutido, o desinteresse pelas questões que envolvem as Comunidades Tradicionais de Faxinais é comum. Internamente revela-se uma realidade em que as pessoas não se preocupam em manter vivas as tradições, os conhecimentos e as práticas que por anos têm constituído o cotidiano das comunidades. Conseqüentemente, quando o assunto diz respeito a questões externas, como a participação em reuniões com representantes públicos, também não demonstram interesse em assumir uma postura de luta e reivindicação.

Desse modo, percebe-se um contexto em que a resistência de uma forma tradicional de organização comunitária reflete o embate entre o modo substantivo e o modo instrumental de agir, delimitando a manifestação da tensão entre racionalidades, evidências que corroboram com as reflexões teóricas de Guerreiro Ramos (1989) e Serva (1996; 1997), bem como com os resultados empíricos apresentados pelos estudos de Santos (2012) e Siqueira (2012).

Nesse sentido, a tensão se manifesta na medida em que, de um lado existe uma articulação originada nas bases das comunidades que se propõem a defender os interesses coletivos dos faxinalenses e proteger o modo de vida comunitário vigente. Em contraposição, muitas vezes, por um envolvimento constituído por laços frouxos de participação, de acordo com as proposições de instituições públicas e privadas, acabam cedendo com facilidade e enfraquecendo a organização do movimento de mobilização e reação.

A dificuldade de se constituir um movimento coletivo de resistência dos faxinalenses estaria assim relacionada às transformações vivenciadas pelas

comunidades nos últimos anos, marcadas pela substituição de uma lógica substantiva de percepção e condução do cotidiano, por um comportamento ditado pela lógica instrumental, atrelada ao interesse utilitarista das ações. O pensamento individualista passa a compor a atitude das pessoas, substituindo uma personalidade coletiva marcada historicamente por valores humanos e laços afetivos de solidariedade e comunhão.

Finalizada a discussão dos resultados, que permitiram compreender as tensões entre racionalidade substantiva e racionalidade instrumental no contexto das Comunidades Tradicionais de Faxinais (*Tensão Intrínseca aos Elementos Culturais Históricos: Discurso do Descolamento com o Contexto Atual; Tensão Intrínseca ao Acesso e ao Uso dos Territórios Comunitários: Discurso da Propriedade Privada e da Eficiência Produtiva; Tensão Intrínseca à Proteção e à Manutenção da Cultura e do Território: Discurso da Mobilização e Resistência*), na sequência são apresentadas as Considerações Finais e as Recomendações para Futuras Pesquisas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O pensamento acadêmico dominante elege a organização formal capitalista como a única forma organizacional possível. Visão que corresponde a um processo ideológico e hegemônico atrelado a uma lógica utilitarista instituída pela Sociedade de Mercado. Inserido na área de Estudos Organizacionais em Administração e inclinado a uma perspectiva crítica acerca de formas não convencionais de organização, este estudo teve como propósito explorar novas possibilidades de compreensão do potencial de princípios organizacionais coletivistas no contexto da Modernidade. Isto posto, buscou-se compreender o surgimento e as implicações da tensão entre racionalidade substantiva e racionalidade instrumental nas Comunidades Tradicionais de Faxinais do Paraná.

Considerar outras formas de organização traria contribuições para a tradição de estudos sobre organizações substantivas (SERVA, 1993). Assim, acompanhando os esforços de Alberto Guerreiro Ramos, Maurício Serva procurou contribuir para a área. Porém, suas reflexões ainda se mantiveram presas à ideia de organizações capitalistas formais ou organizações inseridas no contexto do Capitalismo. Considerando essa lacuna, o estudo busca avançar na compreensão das práticas organizacionais substantivas tendo Formas Não Convencionais de Organização como foco de investigação.

Desse modo, entende-se que as Comunidades Tradicionais representam fenômenos sociais possíveis e relevantes para compor o rol de objetos de análise à disposição de pesquisadores, críticos ou não, no campo de Estudos Organizacionais em Administração. Fenômenos que, em função das suas características peculiares constituintes têm a lógica substantiva como guia de sua forma de organização e de suas práticas, constituindo *insights* para estudos interessados no rompimento com os pressupostos dominantes do modo de produção capitalista.

Fomentar reflexões teóricas e empíricas acerca do conceito de organização visando romper com categorizações atualmente aceitas e reproduzidas em diferentes estudos contribuiria para o reconhecimento da multiplicidade de formas e práticas organizacionais dotadas de singularidades que as tornam distintas entre si. Assumir um conceito de organização não excludente acarretaria na flexibilização do arcabouço teórico de Administração levando a uma compreensão múltipla dos fenômenos sociais na área de Estudos Organizacionais.

O paradigma dominante da Sociedade de Mercado, como reforça Santos (2010), pressiona qualquer forma alternativa de proposta para grupos sociais. Supremacia que ocorre tanto pelo fato de que Formas Não Convencionais de Organização não seriam capazes de garantir crescimento, desenvolvimento e progresso constantes das estruturas econômicas hegemônicas, quanto pelo fato de que tais configurações sociais prejudicariam a ideologia de sucesso individual baseado no ganho particular e na propriedade privada e acumulação de capital.

Assim sendo, se formas alternativas de convívio social indicam a possibilidade de uma vida baseada na racionalidade substantiva, promovendo o resgate do ser humano como central de seu modo de organização e da forma de condução das atividades cotidianas, também são constantemente ameaçadas, por um paradigma dominante que impõe com severidade uma racionalidade instrumental. Essa lógica limita princípios de solidariedade, reciprocidade e comunhão, impondo um sistema hegemônico cada vez mais influente, que age na supressão de valores sociais humanos para a expansão de princípios utilitaristas.

Nesse contexto, a análise dos resultados permitiu perceber que historicamente as Comunidades Tradicionais de Faxinais foram marcadas por atividades de produção para subsistência, sendo a mais significativa e singular a prática de criação comunitária de porcos à solta. Por muito tempo o uso coletivo dos criadouros comunitários representou a principal atividade produtiva dos faxinalenses. Atividade muitas vezes integrada à produção de erva-mate e de pequenas hortas no entorno das residências.

Reconhecida não só como uma atividade de produção cotidiana, a de criação comunitária de porcos à solta representa uma arena social em que são reproduzidos e reforçados valores, costumes, crenças e princípios culturais que compõem a identidade coletiva dos faxinalenses. A existência dos criadouros comunitários tem representado a possibilidade de manutenção da lógica de não propriedade, que pode ser entendida como a delimitação de um espaço com dimensões físicas e simbólicas.

Fisicamente o território está marcado pelas terras de criar, em que os faxinalenses praticam a criação extensiva de porcos. Os animais criados à solta circulam livremente por todo o território comunitário, alimentando-se quase sempre de frutas e da vegetação nativa. Prática percebida inclusive no complemento da

alimentação, com a distribuição de milho realizada de forma coletiva. A manutenção das cercas que separam as terras de criar das terras de plantar, áreas de lavouras fora dos territórios faxinalenses também tem sido feita de forma comunitária por meio dos mutirões.

Nesse sentido, como uma atividade marcada sempre por elementos da coletividade, o espaço simbólico se faz presente na medida em que laços afetivos e relações sociais contribuem para a promoção da vida humana guiada por princípios substantivos de ajuda mútua, harmonia, liberdade, gratidão, convívio coletivo, partilha, doações e de respeito à natureza. Esses fatores compõem as referências sociais para condução do comportamento dos faxinalenses, alinhadas a um conjunto de regras éticas e morais compartilhadas por todos, que corresponderia a personalidade moral vigente nas Comunidades Tradicionais de Faxinais.

Considerar a manifestação de uma personalidade moral no contexto das comunidades faxinalenses implica em assumir a existência de um sistema de consciência coletiva que, conforme apontado por Guerreiro Ramos (1989), seria responsável por ordenar a vida social das pessoas. Desse modo, a partir da realidade investigada foi possível perceber que há concordância com as proposições teóricas do autor ao assumir que para a racionalidade substantiva a razão age na psique humana. Ou seja, a razão constitui-se num atributo da pessoa.

Assim, os faxinalenses lançariam mão no seu cotidiano de uma consciência crítica em que posicionam-se como sujeitos ativos da condução da vida humana associada nos territórios comunitários, cujos princípios coletivamente aceitos e compartilhados resultam de um processo mútuo de compreensão e ajustamento responsável pelo reconhecimento dos valores que compõem a identidade coletiva nas Comunidades Tradicionais de Faxinais.

Do contrário, a razão poderia corresponder ao contexto social da Sociedade de Mercado, posicionando-se externamente ao indivíduo, capaz de determinar e condicionar seu comportamento aprisionando-o a uma consciência ingênua destituída de valores humanos e de significados subjetivos, como discutido por Guerreiro Ramos (1989), Serva (1996), Bulgacov e Castiglia (2003) e Barros e Santos (2010).

Portanto, a identidade coletiva nas comunidades faxinalenses desafia as imposições decorrentes da Sociedade de Mercado, dominada pela racionalidade

instrumental ao fomentar o resgate da condição humana, conforme reflexões teóricas de Guerreiro Ramos (1989) e Serva (1993). Consequentemente, a forma de organização e o modo de condução das atividades cotidianas nos Faxinais têm sido retratados como limitadores da ação utilitarista de atores sociais e instituições representantes do modo de produção capitalista, conduzidos por valores econômicos e interessados no ganho financeiro.

Para a consolidação de seus pressupostos hegemônicos a Sociedade de Mercado tem tratado de criar mecanismos que dificultem a ação da razão substantiva na psique humana e, por conseguinte, a manifestação da consciência crítica entre os faxinalenses. Processo que possivelmente promove a desarticulação da identidade coletiva, expandindo entre as comunidades faxinalenses princípios utilitaristas de uma lógica instrumental de vida. Isso atribui ao comportamento dos indivíduos a ingenuidade necessária para condicionar suas ações a parâmetros predeterminados que reflitam os interesses de grupos dominantes.

Cercear as atividades sociais e de produção praticadas entre os faxinalenses nos territórios comunitários significaria para representantes da Sociedade de Mercado o enfraquecimento das arenas sociais em que são reproduzidos valores, crenças, costumes, princípios, conhecimentos e práticas tradicionais que dão significado ao modo de vida nos Faxinais. Condições necessárias para a ascensão das ações e a concretização dos interesses de organizações capitalistas no contexto coletivo das Comunidades Tradicionais de Faxinais.

Desse modo, embora desafiador, o rompimento aos postulados de uma Sociedade de Mercado exigiria uma profunda mudança no interior dos indivíduos. Transformação que ocasionaria num reposicionamento do ser humano em relação à realidade, no que se refere à forma como se relaciona com os demais membros da sociedade, bem como com a natureza, como apontado por Guerreiro Ramos (1989), Serva (1993; 1996; 1997) e Santos (2004; 2008; 2010).

Essas transformações implicariam em assumir que ainda que as relações sociais construam a realidade em que o sujeito torna-se ator ativo da ação, é necessário o resgate da consciência crítica do indivíduo para a retomada da reflexão acerca dos princípios sob os quais a vida humana se conduz. Trata-se de uma realidade composta por uma série de conflitos e contradições em virtude de

confrontar dois modos de vida humana associada, revelando a tensão entre racionalidade substantiva e racionalidade instrumental nas Comunidades Tradicionais de Faxinais.

Assim, considerando-se a realidade investigada, foi possível constatar a manifestação da tensão intrínseca aos elementos culturais históricos, marcada pelo discurso do descolamento com o contexto atual; da tensão intrínseca ao acesso e ao uso dos territórios comunitários, reproduzida pelo discurso da propriedade privada e da eficiência produtiva; e da tensão intrínseca à proteção e à manutenção da cultura e do território, atrelada ao discurso da mobilização e resistência.

A tensão intrínseca aos elementos culturais históricos revela um discurso proferido com o intuito de reforçar a existência de um deslocamento entre a forma tradicional de organização e o modo comunitário de condução das atividades dos faxinalenses e os princípios defendidos pela Sociedade de Mercado. Discurso dominado por elementos que discriminam as comunidades faxinalenses, atribuindo-lhes o caráter de associações humanas atrasadas que reproduzem conhecimentos e práticas que não encontram aderência ao contexto atual.

De um lado figuram manifestações que demonstram preocupação com os fenômenos que têm invadido de forma negativa os territórios faxinalenses. A realidade atual passa a ser percebida como desfavorável para a sobrevivência das Comunidades Tradicionais de Faxinais. A ação prática dos faxinalenses conduz-se pela intencionalidade de preservação e manutenção dos elementos culturais que os constituem, representados pela identidade coletiva compartilhada.

Contrariamente, no outro polo da tensão posiciona-se uma visão de que seria necessário reconhecer a legitimidade dos pressupostos defendidos pelos representantes da Sociedade de Mercado. Reconhecimento que contribuiria para a modernização da forma de organização e das práticas de agricultura e de pecuária, elevando os ganhos financeiros e a produtividade das famílias, tornando reconhecidas de fato as Comunidades Tradicionais de Faxinais em virtude dos resultados econômicos gerados para a sociedade.

Analogamente, a tensão intrínseca ao acesso e ao uso dos territórios comunitários que é reproduzida pelo discurso da propriedade privada e da eficiência produtiva, reforça conflitos e contradições entre o modo de vida tradicional das comunidades faxinalenses e os propósitos desenvolvimentistas de atores públicos e

privados, promovendo a fragmentação de elementos culturais e da coletividade no cotidiano das Comunidades Tradicionais de Faxinais.

Desse modo, a substituição da prática de subsistência pela produção para o mercado condiciona a identidade coletiva dos faxinalenses a um processo de encapsulamento cultural em decorrência do processo de desconstrução dos territórios comunitários. Crenças, valores, costumes e conhecimentos tradicionais em função do isolamento ao qual as pessoas são submetidas seriam destituídos de seu significado social e sofrem ainda o rompimento de um ciclo histórico de compartilhamento entre as pessoas.

Ou seja, os fatores culturais correspondentes à construção das singularidades reconhecidas no contexto das Comunidades Tradicionais de Faxinais, pela redução ou despersonalização dos mecanismos comunitários de transmissão, deixam de ser reproduzidos nas comunidades faxinalenses. Os territórios faxinalenses assim se veem invadidos por uma lógica utilitarista de organização e produção.

Finalmente, a tensão intrínseca à proteção e à manutenção da cultura e do território, atrelada ao discurso da mobilização e resistência traduz-se num movimento de organização da articulação dos faxinalenses inserido no embate constante entre seus valores tradicionais e os princípios utilitaristas da modernidade.

Consequentemente, pode-se considerar que embora tenha surgido com a atribuição de promover a defesa da identidade coletiva das Comunidades Tradicionais de Faxinais resulta em assumir em sua organização interna elementos que correspondem a práticas modernas de gestão, reforçando a tensão intrínseca à proteção e à manutenção da cultura e do território faxinalense. Tensão a partir da qual o comportamento dos indivíduos tende a revestir-se de uma postura contraditória, refletindo ações que correspondem ora a uma lógica coletiva (racionalidade substantiva), ora a uma lógica individual (racionalidade instrumental).

Deste modo, a análise da tensão nas comunidades faxinalenses aqui apresentada se distingue dos estudos conduzidos por Serva (1993) e replicados por seus seguidores, como Santos (2012) e Siqueira (2012), em virtude de os autores terem concentrado esforços na investigação de organizações inseridas no contexto da Sociedade de Mercado. Assim, mesmo sendo organizações inclinadas a uma lógica substantiva foram concebidas num momento histórico em que os propósitos

utilitaristas do modo de produção capitalista atuavam de forma dominante na sociedade.

Concomitantemente, a compreensão da racionalidade em contextos organizacionais por meio do uso de categorias analíticas fechadas, como proposto por Serva (1996), constitui-se em enquadramento limitado das diferentes práticas cotidianas observadas em distintos contextos sociais. Característica que possivelmente se justifica pelos tipos de organizações investigados por Serva (1993) e seus seguidores. Contudo, considerando-se os apontamentos de Guerreiro Ramos (1989), pela teoria da vida humana associada o estudo de associações humanas requer uma visão abrangente e sem preconceções acerca dos fenômenos sociais, sendo cada realidade retratada a partir de suas próprias temáticas, reveladas pela ação do pesquisador.

Assim sendo, acreditando que os resultados evidenciados e as conclusões apontadas neste estudo são autênticos e correspondem ao contexto investigado, propõe-se uma ideia elementar derivada do fenômeno empírico tal qual ele foi analisado, que pode ser compreendido como um processo de *Subsunção da Identidade Coletiva a Sociedade de Mercado pela Exteriorização da Racionalidade Faxinalense*.

As reflexões em questão consistem na explicação do surgimento e das implicações da tensão entre racionalidade substantiva e racionalidade instrumental nas Comunidades Tradicionais de Faxinais no Paraná. Para tanto, assume-se, inspirando-se nas reflexões de Bourdieu e Martin (1983), Hobsbawm (1998) e Booth e Rowlinson (2006), o pressuposto de que contornos históricos representam a construção de uma realidade constituída por relações sociais diversas, envolvendo diferentes indivíduos, contextos e trajetórias políticas. O foco está em toda atividade humana, reconhecendo-se que o homem é um ser social historicamente inserido, constituindo e sendo constituído pelo meio a partir das experiências vividas, cuja realidade pode ser compreendida por meio de uma perspectiva histórico-crítica do fenômeno social.

Portanto, se por um lado as Comunidades Tradicionais de Faxinais indicam a possibilidade de concretização, conforme discutido por Guerreiro Ramos (1989), de uma vida humana associada nas bases da racionalidade substantiva, por outro,

são constantemente ameaçadas pelos pressupostos ideológicos de um modelo hegemônico dominante que impõe com severidade sua racionalidade instrumental.

A imposição de uma racionalidade instrumental reforça a ideia de *exteriorização da racionalidade faxinalense* que corresponde à ação de representantes da Sociedade de Mercado promovendo a inversão da forma de conduta do ser humano. Consequentemente, anular nos faxinalenses a capacidade crítico-reflexiva implica em atribuir-lhes uma consciência ingênua criando condições para que a racionalidade instrumental assuma a determinação da conduta que passa a conduzir o cotidiano nos Faxinais.

A despersonalização do comportamento das pessoas nas comunidades desestrutura a forma como os faxinalenses se relacionam socialmente no cotidiano comunitário. Relações de parentesco, de amizade e de vizinhança, conforme Willems (1950), Polanyi (2000) e Nerone (2000), base dos princípios de solidariedade, reciprocidade e redistribuição, como discutido por Serva (1993; 1996), Polanyi (2000), Santos (2004) e Weber (2004; 2010), e responsáveis pela manutenção da identidade coletiva dos faxinalenses assumem um caráter utilitarista, sendo sobrepostas por ações individualistas que passam a dominar o contexto social dos Faxinais.

Consequentemente, a identidade coletiva dos faxinalenses passa a estar subordinada e condiciona-se (*processo de subsunção*) aos princípios hegemônicos vigentes na Sociedade de Mercado, que caracterizam uma lógica economicista e individualista desconectada de valores humanos. Tem-se assim contituído um processo histórico que estabelece a tensão entre racionalidade substantiva e racionalidade instrumental em Comunidades Tradicionais de Faxinais, implicando na desarticulação social e territorial das comunidades faxinalenses.

Portanto, conclui-se que a lógica comunitária arraigada nas Comunidades Tradicionais de Faxinais se constitui de forma próxima ao que Guerreiro Ramos (1989) conceitua como vida humana associada nas bases da racionalidade substantiva. Contrapõe-se ainda aos pressupostos econômicos de desenvolvimento, crescimento e progresso que orientam o modo de organização social presente na Sociedade de Mercado.

Finalmente, considerando a relevância do estudo sobre Formas Não Convencionais de Organização como busca por alternativas ao *Management*, é

pertinente apontar as reflexões acerca das possíveis contribuições das Comunidades Tradicionais de Faxinais. Neste sentido, destaca-se em tais estudos sua contribuição quanto a princípios fundamentais para se pensar em uma organização que seja de fato coletivamente orientada. Isto se torna relevante se considerados os limites conceituais da atual Teoria das Organizações para a compreensão de diferentes formas de associações humanas por conta de, apesar do discurso dominante que defende a existência de formas coletivistas (co-gestão, gestão participativa, gestão social), na verdade, os mecanismos gerenciais e organizativos do *Management* refletem ideais individualistas e centrados na racionalidade instrumental, servindo, antes de tudo, como reforço ideológico (FARIA, 2009).

Partindo desta premissa, defendeu-se no presente estudo que a ocorrência de iniciativas comunitárias notadamente coletivistas que surgiram durante a propagação do capitalismo se deu, de certa forma, como resistência à imposição de um projeto de sociedade centrado no individualismo e na acumulação capitalista. Ou seja, estas iniciativas comunitárias que emergiram ao redor do mundo – especialmente em um contexto geográfico periférico aos grandes centros industrializados e economicamente desenvolvidos – seriam antigas formas de organizar que foram esquecidas e/ou marginalizadas pela Sociedade Capitalista. A força da re-descoberta destas formas de organização está em reconhecer o potencial explicativo de seus princípios diferenciados para a constituição de uma organização realmente coletiva. Ou seja, ainda que simples, as práticas de organização das comunidades faxinalenses podem representar novidade para aqueles que desconhecem práticas contrárias à lógica de mercado institucionalizada.

Como representantes de agrupamentos humanos pré-capitalistas instituídos na América Latina, as comunidades faxinalenses são manifestações de resistência à lógica instrumental e possuem características singulares que tornam evidentes os dilemas e as contradições do discurso igualitário que decorre do modelo desenvolvimentista da Sociedade de Mercado. Ainda, como formas de organização centradas em princípios comunitários esquecidos as Comunidades Tradicionais de Faxinais mostram como estes princípios são atuais e necessários ao atual contexto de crise social e ambiental.

Contudo, não se pretendeu com o estudo propor uma saída revolucionária para a dominação do capital por meio da organização coletivista comunitária, mas sim, reconhecer que os princípios coletivistas dos Faxinais se apresentam como alteridade aos pressupostos da lógica hegemônica do modo capitalista de organização, sugerindo ser possível a construção de outras racionalidades organizativas dentro do mundo do capital.

Em razão desta contribuição, destacamos a seguir algumas das premissas organizativas das Comunidades Tradicionais de Faxinais que podem contribuir objetivamente para o campo de estudos organizacionais como novas referências teóricas. Este esforço de inspira no projeto iniciado por Guerreiro Ramos (1989) de busca por novas referências para a área.

A descaracterização da lógica de propriedade privada pelo uso coletivo de espaços e de bens. O contexto organizacional das comunidades faxinalenses estabelece a possibilidade de um convívio entre os pares que não admite competitividade e sim cooperação. Neste sentido, nestas comunidades não se estabelece a propriedade privada como elemento de sucesso e diferenciação, onde a terra surge como recurso de fato coletivista. Se adotarmos a linguagem marxiana, poderíamos dizer que a terra, no que se refere à criação de porcos, é considerada por seu valor de uso, e não de troca. Esse princípio torna-se fundamental para a compreensão das formas de gestão e organização comunitárias tendo em vista que, diferente de outras propostas anunciadas como alternativas ao modelo dominante – como, por exemplo, as sociedades cooperativas – os Faxinais não se fundamentam na propriedade jurídica coletivista; ou seja, não está presente nos Faxinais a ideia de que todos os participantes são donos do negócio ou de um patrimônio. Essa descaracterização é importante pois representa a ruptura com um padrão fundamental da sociedade de mercado, o princípio da equivalência contratual e da monetarização dos bens. Certamente, este é um importante princípio difusor da competição e maximização dos resultados visando a produção para o mercado. Nas comunidades faxinalenses, assim como se percebe a existência de proprietários formais das áreas geográficas ocupadas pelo grupo, existem famílias com direito social de exploração, mas sem direito legal de posse, já que a noção de propriedade se perde em função dos fortes elos remetidos nas relações produtivas e sociais.

O respeito mútuo entre as pessoas e o resgate da essência do ser humano no cotidiano. As pessoas são percebidas como indivíduos que compõem uma sociedade ampla e não como sujeitos isolados e autossuficientes, que agem individualmente em busca de objetivos eminentemente individuais. Constituem alternativa de forma de vida que compõe uma proposta de convívio social centrada no comunitário e na tolerância as diferenças humanas entre membros de distintas raízes étnicas, expressando possibilidades concretas de emancipação, autonomia, soberania alimentar e cultural. Reflete valores substantivos de organização da vida humana associada tal como anunciados por Guerreiro Ramos (1989), que é delimitada pela preocupação dos membros do grupo com elementos de uma cultura comunitária centrada na coletividade, na solidariedade e no convívio social, e em oposição a um discurso de defesa da economia mercantilista, constituída sob a égide do individual, da competição e da acumulação financeira.

A produção centrada na prática de subsistência. As atividades dos faxinalenses guiam-se pela ênfase em práticas de produção de subsistência, desconectadas da lógica utilitarista de acumulação do capital. Em grande parte, este princípio é fundamental para que se imponham limites ao ritmo da produtividade, e reforça os elos sociais entre os membros das comunidades. Mesmo quando ocorre excedente da produção – ou seja, a produção é maior do que o necessário para a subsistência dos produtores – o foco central nos Faxinais é a produção para a manutenção da comunidade, manifestada nas práticas de troca entre os faxinalenses. Assim sendo, no contexto das comunidades, a troca de excedentes constitui-se em uma prática comumente alicerçada nas relações amistosas de compadrio, legitimadas pelos laços de solidariedade construídos entre os faxinalenses, ainda que não pertencentes ao mesmo tronco familiar. Do mesmo modo, o excedente da produção das famílias tende a ser utilizado com o intuito de adquirir no próprio contexto comunitário alimentos que não sejam produzidos por eles próprios.

Como inspiração acerca dos limites impostos as atividades produtivas em organizações formais pode-se refletir sobre a mensagem apresentada pelo curta metragem “Menos é Mais”, dirigido pelo Professor Doutor Rene Eugenio Seifert Jr., coordenador do Grupo de Pesquisa “Formas Não Convencionais de Organização”, em que são retratados elementos do cotidiano de quatro empreendimentos em que

seus idealizadores optaram pelo não crescimento econômico, assumindo a realização e a satisfação pessoal como atributos de condução das atividades cotidianas. Nesse sentido, os limites são determinados pelo sujeito e não pelo mercado⁸.

O uso consciente e limitado da biodiversidade presente na natureza.

Nas Comunidades Tradicionais de Faxinais, predomina a centralidade do aspecto ecológico do espaço, e este é um fator decisivo para a ruptura com a lógica antropocêntrica do sistema capitalista. Assim, nos faxinais, a organização da atividade produtiva e a técnica são condicionadas pelas características do espaço natural. O não cercamento das pastagens, a não destruição da mata nativa (na criação de animais e no plantio de erva mate) e a conservação de rios e matas são práticas dos faxinalenses que sugerem a delimitação das técnicas e das atividades produtivas aos limites do ecossistema (fauna, flora, clima e relevo). Como argumentam alguns autores de orientação ecocêntrica [*como por exemplo* Diegues (1997), Lima e Bozzobon (2005), Cañete e Ravena-Cañete (2010), Colaço e Sparemberger (2010) e Amarante (2011)], considerando que a biodiversidade está disposta em fontes finitas, tem-se nos Faxinais um modelo de organização social e produção que promove a preservação das condições ambientais de forma realmente equilibrada entre a natureza e os agrupamentos humanos. Se comparada a outras formas organizacionais de produção instituídas por uma lógica de apropriação indiscriminada dos recursos naturais, a ecologia apregoada nas Comunidades Tradicionais de Faxinais desmistifica a crença ideológica de que a felicidade e a satisfação da sociedade estejam atreladas ao seu nível de progresso e desenvolvimento, base para um individualismo antropocêntrico (noção de recursos naturais enquanto bens econômicos) (VIZEU; MENEGHETTI; SEIFERT, 2012).

Assim, considerando a necessidade por uma melhor compreensão da atual crise de nossa sociedade, propomos que se olhe com mais cuidado para antigas práticas comunitárias esquecidas, como é o caso dos Faxinais. Ao fazer isso, talvez possamos melhor entender princípios e lógicas desconhecidas pelos filhos do capitalismo, pessoas que conhecem apenas o individualismo como princípio e o mercado como referência central de organização social (POLANYI, 2000). Ou seja, aprender com comunidades tradicionais, consideradas pela maioria das pessoas

⁸Ver Faria (2009).

como primitivas, representaria o caminho para a redescoberta de nosso coletivismo substantivo, perdido com o advento do individualismo moderno (GUERREIRO RAMOS, 1989).

PROPOSTAS PARA FUTURAS PESQUISAS

Considerando a relevância do estudo sobre formas não convencionais de organização, bem como as reflexões construídas no decorrer deste trabalho, é pertinente propor alguns caminhos que se revelam como possibilidades de investigação para futuros pesquisadores. Isso para que sejam ampliados os conhecimentos teóricos e empíricos na área de Estudos Organizacionais em Administração, em decorrência dos limites conceituais da atual Teoria das Organizações para a compreensão de diferentes formas de associações humanas.

Portanto, assumindo-se que os pressupostos defendidos pela moderna Teoria das Organizações implicam no reconhecimento de um único tipo de organização social, as organizações formais burocráticas alinhadas ao modo de produção capitalista, defende-se o resgate dos princípios inerentes à abordagem substantiva da organização em Estudos Organizacionais na área de Administração.

As reflexões de Guerreiros Ramos (1989) acerca da Teoria da Vida Humana Associada nas bases da racionalidade substantiva representam um campo de investigação acadêmica, na área de Estudos Organizacionais em Administração, que depende de maior atenção por parte dos pesquisadores pela possibilidade de consolidação das diretrizes apontadas pelo autor como base para a reformulação da Teoria das Organizações. Tais diretrizes prezam pela multiplicidade de princípios singulares que correspondem a diferentes contextos sociais.

Concomitantemente, torna-se evidente a necessidade de ampliação do campo de investigação de pesquisadores na área de Estudos Organizacionais em Administração para a análise de formas não convencionais de organização, como por exemplo contextos comunitários tradicionais, pela possibilidade de contribuir significativamente para a quebra de paradigmas hegemônicos ideologicamente difundidos pelas concepções teóricas vigentes. Essa proposição é endossada pelas reflexões de Misoczky (2006; 2012) e Vizeu (2008; 2011), que questionam a supremacia, no Brasil, de análises em torno de organizações formais.

Outro aspecto relevante com relação ao estudo de comunidades tradicionais diz respeito à necessidade por uma compreensão da construção histórica da atual crise na qual a sociedade está inserida. A análise de tais contextos sociais permite que pesquisadores observem com mais atenção os princípios que instituem costumes, valores, crenças, conhecimentos e práticas comunitárias tradicionais, nos dias atuais esquecidas.

Ao fazer isso, talvez seja possível compreender lógicas desconhecidas de organizações formais alinhadas ao modo capitalista de produção, conhecedoras do individualismo como princípio e do mercado como referência central da organização social (POLANYI, 2000). Ou seja, aprender com contextos comunitários tradicionais, que remontam a um período histórico anterior ao sistema dominante, pode representar o caminho para a redescoberta da natureza humana coletiva, perdida com o advento do egocentrismo da Sociedade de Mercado (GUERREIRO RAMOS, 1989).

Desse modo, a dinâmica coletivista dos faxinalenses baseada em princípios ecocêntricos emerge como um dos principais fundamentos organizacionais das Comunidades Tradicionais de Faxinais, na mesma medida em que se apresenta como princípio antagônico ao modo dominante de gestão e organização. Caracterizam-se como um modelo de organização social e de produção que promove a preservação da natureza, comparada a outras formas organizacionais de produção instituídas por uma lógica de apropriação indiscriminada dos recursos naturais.

Essa condição promove a reprodução de uma lógica substantiva de vida, baseada em valores humanos, que desmistifica a crença ideológica de que a felicidade e a satisfação da sociedade estão atreladas ao seu nível de progresso e desenvolvimento, base para um individualismo antropocêntrico (noção de recursos naturais como bens econômicos), fatores que reforçam a importância de assumi-las como realidade social passível de investigação na área de Estudos Organizacionais em Administração.

O estudo da tensão entre racionalidade substantiva e racionalidade instrumental também se apresenta como um caminho de pesquisa que teria ainda conteúdo consistente a ser revelado. Principalmente se tais pesquisas forem além da perspectiva proposta por Maurício Serva e seus seguidores, abordando a tensão

em formas não convencionais de organização, cuja dinâmica e contexto represente de fato um distanciamento com o modelo hegemônico da Sociedade de Mercado.

Deve-se considerar ainda na investigação da tensão a possibilidade de replicação deste estudo para testar a validade das reflexões teóricas acerca do processo de *Subsunção da Identidade Coletiva à Sociedade de Mercado pela Exteriorização da Racionalidade Faxinalense* para a explicação da tensão entre racionalidade substantiva e racionalidade instrumental em Comunidades Tradicionais de Faxinais no Paraná.

Do mesmo modo, o estudo dos princípios que regem a forma de organização de movimentos de resistência ao modelo dominante na Sociedade de Mercado se revela como campo de pesquisa em Estudos Organizacionais na área de Administração. Justifica-se tal proposta tendo em vista que o processo de retomada da ação dos socialmente excluídos está atrelado ao resgate da condição humana coletiva, valorizando as práticas sociais das minorias, conforme discutido por Guerreiro Ramos (1989), Santos (2004), Misoczky (2006; 2012) e Vizeu (2008; 2011).

Finalmente, corroborando com as reflexões de Vizeu (2010), é necessário atribuir aos Estudos Organizacionais em Administração o adequado tratamento da perspectiva histórica. Conforme observam Booth e Rowlinson (2006), essa ênfase constitui-se um elemento central, tendo em vista que sua construção pode possibilitar a teorização da história de uma realidade, tornando-a assim parte de um conjunto teórico que visa a explicar os fenômenos organizacionais.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, N. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- ABBAGNANO, N. **História da Filosofia**. Lisboa: Editora Presença, 2000. (Volume 9).
- ABBAGNANO, N. **História da Filosofia**. Lisboa: Editora Presença, 2000a. (Volume 6).
- ABBAGNANO, N. **História da Filosofia**. Lisboa: Editora Presença, 2000b. (Volume 7).
- ABBAGNANO, N. **História da Filosofia**. Lisboa: Editora Presença, 2000c. (Volume 10).
- ABIRACHED, C. F. A.; BRASIL, D.; SHIRAISHI, J. Áreas Protegidas e Populações Tradicionais: conflitos e soluções. V Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade, 2010, Florianópolis ... **Anais**, V Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade, 2010.
- ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- ALBERTI, V. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- ALBUQUERQUE, J. M. **Importância ecológica, sócio-cultural e histórico do Sistema de Faxinal no município de Rebouças, como meio de produção auto-sustentada**. Monografia (Pós-graduação em Instrumentalização para o Ensino de Ciências). Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO, Campus Irati/Paraná. Irati, 2000.
- ALBUQUERQUE, J. M.; GOMES, G. S.; BURAK, R. Análise e percepção sócio-ambiental da população dos Faxinais do município de Rebouças, Paraná. In: SOUZA, R. M.; BERTUSSI, M. L. **Relatório Final do 1º Encontro dos Povos dos Faxinais**. Irati, 05 e 06 de agosto de 2005. Irati, PR: IAP, 2005.
- ALMEIDA, A. W. B. Apresentação. In: SHIRAISHI NETO, J. **Direito dos povos e das comunidades tradicionais no Brasil**: declarações, convenções internacionais e dispositivos jurídicos definidores de uma política nacional. Manaus: UEA, 2007.
- ALMEIDA, A. W. B. Conhecimentos tradicionais: uma nova agenda de temas e problemas. conflitos entre o poder das normas e a força das mobilizações pelos direitos territoriais. In: ALMEIDA, A. W. B. **Cadernos de Debates Nova Cartografia Social**: conhecimentos tradicionais na Pan-Amazônia. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia/UEA Edições, 2010.
- ALMEIDA, A. W. B. **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto**: terras tradicionalmente ocupadas. Manaus: PGSCA–UFAM, 2008.
- ÁLVARO, D. Los conceptos de “comunidad” y “sociedad” de Ferdinand Tönnies. **Papeles del CEIC**, n. 52, p. 1-24, marzo, 2010.
- AMARANTE, C. B.; Reconhecimento Jurídico-Normativo das Populações Tradicionais pelo Estado Brasileiro: Uma Revisão. **Enciclopédia biosfera**, Goiânia, v. 7, p. 1-9, 2011.
- ANDERY, M. A. P. A.; PIRES SÉRIO, T. M. A experiência e o hábito como determinantes da noção de causalidade: David Hume. In: ANDERY, M. A.; MICHELETTO, N.; PIRES SÉRIO, T. M.; RUBANO, D. R.; MOROZ, M.; PEREIRA, M. E.; GIOIA, S. C.; GIANFALDONI, M.; SAVIOLLI, M. R.; ZANOTTO, M. L. **Para compreender a ciência**: uma perspectiva histórica. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.
- ANDERY, M. A. P. A.; PIRES SÉRIO, T. M. A prática, a História e a construção do Conhecimento: Karl Marx. In: ANDERY, M. A.; MICHELETTO, N.; PIRES SÉRIO, T. M.; RUBANO, D. R.; MOROZ, M.; PEREIRA, M. E.; GIOIA, S. C.; GIANFALDONI, M.; SAVIOLLI, M. R.; ZANOTTO, M. L. **Para compreender a ciência**: uma perspectiva histórica. Rio de Janeiro: Garamond, 2007a.
- ANDERY, M. A. P. A.; PIRES SÉRIO, T. M. Há uma ordem imutável na natureza e o conhecimento a reflete: Auguste Comte. In: ANDERY, M. A.; MICHELETTO, N.; PIRES SÉRIO, T. M.; RUBANO, D. R.; MOROZ, M.; PEREIRA, M. E.; GIOIA, S. C.; GIANFALDONI, M.; SAVIOLLI, M. R.; ZANOTTO, M. L. **Para compreender a ciência**: uma perspectiva histórica. Rio de Janeiro: Garamond, 2007b.
- ANDRADE, K. S.; ESTEVES, F. P.; QUEIROZ, S. S. Perfil sociolinguístico e socioeconômico das comunidades remanescentes de quilombolas do Estado do Tocantins. **EntreLetras**, Araguaína, v. 1, p. 23-40, 2010.
- ANDRADE, M. C. **Cidade e campo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1974.
- ANDREOLI, V. M. Diálogos entre os conhecimentos tradicionais e as práticas conservacionistas da natureza: uma possível abordagem. In: I Seminário Nacional de Sociologia e Política, 2009, Curitiba ... **Anais**, Sociedade e Política em Tempos de Incertezas, 2009.

- ANTONELI, V. **Dinâmica do uso da terra e a produção de sedimentos em diferentes áreas fontes na Bacia Hidrográfica do Arroio Boa Vista – Guamiranga/PR**. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal do Paraná – UFPR. Curitiba, 2011.
- ANTUNES, J.; SOCHODOLAK, H. O Faxinal e a narrativa trágica. **Revista Tempo, Espaço e Linguagem (TEL)**, Ponta Grossa, v. 1, n. 1, Jan./Jul., p. 133-143, 2010.
- ARCHÊRO JUNIOR, A.; CONTE, A. **Dicionário de Sociologia**. São Paulo: Edições e Publicações Brasil, 1939.
- ARENARI, B. Ferdinand Tönnies e o romantismo trágico alemão: revisitando um clássico esquecido. **Perspectivas Online**, Campos dos Goytacazes, v. 1, n. 4, p. 35-49, 2007.
- ARENARI, B. O pensamento de Ferdinand Tönnies na tradição sociológica alemã: um primeiro ensaio. In: XI Congresso Brasileiro de Sociologia, Campinas ... **Anais**, UNICAMP, 1 a 5 de setembro, 2003.
- ARENSBERG, C. M.; KIMBALL, S. T. O método do estudo de comunidade. In: FLORESTAN, F. **Comunidade e sociedade: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação**. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1973.
- ARRUDA, R. S. V. Populações Tradicionais e a proteção de recursos naturais em unidades de conservação. **Ambiente e Sociedade**, São Paulo, v. ano II, n. 5, p. 79-93, 1999.
- ASSUNÇÃO, A. L.; PONCHIROLLI, O. A. Liderança e Racionalidade Substantiva: Um desafio para a Modernidade. In: Terceiro Seminário sobre Sustentabilidade ... **Anais**, Terceiro Seminário Sobre Sustentabilidade. Curitiba, 2008.
- BALDUS, H.; WILLEMS, E. **Dicionário de Etnologia e Sociologia**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.
- BANCO MUNDIAL. Diretiva Operacional OD 4.20. Banco Mundial: **Manual de Operações do Banco Mundial**, Set., 1991.
- BARBOSA, M. L. O.; QUINTANEIRO, T. Max Weber. In: QUINTANEIRO, T.; BARBOSA, M. L. O.; OLIVEIRA, M. G. **Um toque de clássicos: Durkheim, Marx e Weber**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1995.
- BARBOSA, T. A. **Estruturação familiar e capital social em Faxinais: o caso de Taquari dos Ribeiros – Rio Azul/PR**. Dissertação (Mestrado em Gestão do Território). Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG. Ponta Grossa, 2010.
- BARRETO, M. **A produção camponesa e o monopólio do território pelo capital: espacialidades distintas na extração da erva-mate na região da floresta com Araucária do Paraná**. Dissertação (Mestrado em Gestão do Território). Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG. Ponta Grossa, 2008.
- BARRETO, M.; LÖWEN SAHR, C. L. Os Faxinais e a Erva Mate: a incorporação da produção camponesa ao movimento da indústria capitalista. **Terr@ Plural** (UEPG. Impresso), v. 1, p. 75-86, 2007.
- BARROS, M. A.; SANTOS, T. C. Terceiro Setor: racionalidade instrumental ou substantiva?. **Revista Espaço Acadêmico (UEM)**, Maringá, v. 10, p. 11-18, 2010.
- BATISTA, J. L. **Conhecimentos Tradicionais: Estudos Jurídicos das Legislações e Convenções no Âmbito Nacional e Internacional**. Monografia (Graduação em Direito). Curso de Direito, Universidade Federal do Pará. Belém do Pará, 2005.
- BEGOSSI, A. Resiliência e populações neo-tradicionais: os Caiçaras (Mata Atlântica) e os Caboclos (Amazônia, Brasil). In: DIEGUES, A. C.; MOREIRA, A. C. C. **Espaço e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: USP/NAPAUB, 2001.
- BELLEBAUM, A. Ferdinand Tönnies. In: MIRANDA, O. **Para Ler Ferdinand Tönnies**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.
- BENDIX, R. Industrialization, management, and ideological appeals. In: BENDIX, R. **Work and authority in Industry**. Berkeley: University California Press, 1974.
- BERG, B. L. **Qualitative research methods for the social sciences**. Boston: Pearsons, 2007.
- BERTUSSI, M. L. Faxinais – em busca do reconhecimento. In: Reunião Brasileira de Antropologia – Desigualdade na Diversidade, Porto Seguro ... **Anais**, RBA Desigualdade na Diversidade, 2008.

- BERTUSSI, M. L. Faxinais Etinidade e Reconhecimento. In: Congresso Latino-Americano de Direitos Humanos e Pluralismo Jurídico, Florianópolis ... **Anais**, Congresso Latino-Americano de Direitos Humanos e Pluralismo Jurídico, 2008a.
- BERTUSSI, M. L. Faxinais: Um olhar sobre a territorialidade, reciprocidade e identidade étnica. In: ALMEIDA, A. W. B.; SOUZA, R. M. **Terras de Faxinais**. Manaus: Edições da Universidade do Estado do Amazonas – UEA, 2009.
- BERTUSSI, M. L. **Liberdade para criar**: um estudo etnográfico sobre os sentidos da territorialidade tradicional e do criadouro comunitário em uma comunidade de Faxinal do Paraná. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010.
- BOAVENTURA, E. M. **Metodologia de pesquisa**: monografia, dissertação e tese. São Paulo: Atlas, 2004.
- BOEHS, C. G. E.; SEIFERT, R. E.; VIZEU, F. Organizações formais e sua contraparte: as organizações sociais e uma reflexão/desconstrução a partir da dimensão da racionalidade. In: I Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais, 2013, Fortaleza ... **Anais**, I Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais, 2013. v. 1. p. 447-468.
- BOOTH, C.; ROWLINSON, M. Management and organizational history: prospects. **Management & organizational history**, New York, v. 1, n. 1, p. 5-30, 2006.
- BOUDON, R.; BOURRICAUD, F. **Dicionário Crítico de Sociologia**. São Paulo: Ática, 2000.
- BOURDÉ, G.; MARTIN, H. **As escolas históricas**. Lisboa: Europa-América, 1983.
- BRANCALEONE, C. Comunidade, Sociedade e Sociabilidade: Revisitando Ferdinand Tönnies. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 39, n. 1, p. 98-104, 2008.
- BRANCO, J. F. Ruralidade insular: a desagregação de comunidades tradicionais na Madeira. (Esboço de problemática). **Análise Social**, vol. XIX (77-78-79), p. 635-644, 1983-3º, 4º e 5º.
- BRANDEMBURG, A. Do Rural Tradicional ao Rural Socioambiental. **Ambiente & Sociedade**, Campinas v. XIII, n. 2, p. 417-428, Jul./Dez., 2010.
- BRANDT, M. Memórias e oralidade no acesso e uso da terra em comum no Planalto de Santa Catarina. In: IV Encontro Regional Sul de História Oral: Culturas, Memórias e Identidades, Florianópolis ... **Anais**, IV Encontro Regional Sul de História Oral, 2007.
- BRANDT, M. Terras de uso comum no Planalto Serrano de Santa Catarina: um estudo sobre a localidade do Campo da Dúvida, atual município de Fraiburgo entre as décadas de 1930 e 1960 ... **Anais**, II Simpósio Internacional de Geografia Agrária; III Simpósio Nacional de Geografia Agrária; Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Presidente Prudente, SP, Brasil, 2005.
- BRANDT, M.; CAMPOS, N. J.; Uso comum da terra e práticas associativistas da população cabocla do planalto catarinense. **Geosul**, Florianópolis, v. 23, n. 45, p. 43-64, Jan./Jun., 2008.
- BRANDT, M.; NODARI, E. Comunidades tradicionais da Floresta de Araucária de Santa Catarina: territorialidade e memória. **História Unisinos**, São Leopoldo, v. 15, p. 80-90, 2011.
- BRASIL. Decreto Nº 6.040, de 7 de Fevereiro de 2007. **Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**. Brasília: Governo Federal, 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>. Acesso em: 12/11/2012.
- BRAVERMAN, H. As origens da Gerência. In: BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.
- BRAVERMAN, H. Gerência Científica. In: BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- BRUCE, K.; NYLAND, C. Scientific management, institutionalism, and business stabilization: 1903-1923. **Journal of Economic Issues**, vol. 35, n. 4, p. 955-978, December, 2001.
- BULGACOV, Y. L. M.; CASTIGLA, F. Z. Dialogando com os princípios de uma abordagem substantiva da organização. **Revista Psicologia Organização e Trabalho**, Santa Catarina, v. 3, n. 2, Jul./Dez. p. 11-34, 2003.
- BURKE, P. **A Escrita da História**. São Paulo: Unesp, 1992.
- BURKE, P. Theorists and historians. In: BURKE, P. **History and social theory**, New York: Cornell University Press, 2005.
- CALDEIRA, C. **Mutirão**: formas de ajuda mútua no meio rural. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.

- CALIXTO, J. S.; SILVESTRE, L. H. A.; RIBEIRO, E. M. Ongs, racionalidade e gestão: o caso do Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica, Turmalina, MG. In: Encontro Nacional de Pós-graduação em Administração, Brasília ... **Anais**, ENANPAD, 2005.
- CAMPIGOTO, J. A. Os faxinais na perspectiva hermenêutica: a questão da origem. In: XI Encontro Regional da Associação Nacional de História – ANPUH/PR. Jacarezinho ... **Anais**, XI ANPUH/PR, 21 a 24 de Maio de 2008.
- CAMPIGOTO, J. A.; BONA, A. N. A hermenêutica e a origem dos faxinais. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 14, n. 2, p. 127-153, Inverno, 2009.
- CAÑETE, T. M. R.; RAVENA-CAÑETE, V. Populações Tradicionais Amazônicas: revisando conceitos. In: V Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade, 2010, Florianópolis ... **Anais**, V Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade, 2010.
- CARVALHO, F. N. A Racionalidade Organizacional na Perspectiva do Desenvolvimento: Uma Análise de Distintas Concepções Organizacionais. In: II Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração. Florianópolis, ... **Anais**, II Colóquio, 2012.
- CARVALHO, H. M. **Da aventura a esperança**: a experiência auto-gestionária no uso comum da terra. Curitiba: IPARDES, 1984.
- CARVALHO, V.; SOUZA, W. J. Racionalidade Substantiva em Organizações Voluntárias: o caso da Pastoral da Criança em Natal. In: XI Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia, Campinas ... **Anais**, XI Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia, 2003.
- CAZENEUVE, J.; AKON, A. **Dicionário de Sociologia**. Lisboa: Verbo, 1982.
- CHANG, M. Y. **Sistema Faxinal**: uma forma de organização camponesa em desagregação no centro-sul do Paraná. (Boletim Técnico, 22). Londrina: IAPAR, 1988.
- CHANG, M. Y. **Sistema Faxinal**: uma forma de organização camponesa em desagregação no centro sul do PR. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Agrícola, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1985.
- CHIMALLI, T.; BATITUCCI, M. C. P. Uso do Conhecimento Etnobotânico de Comunidade Tradicional para a Conservação de Espécies Medicinais da Mata Atlântica na Serra do Caparaó ES. In: X Congresso de Ecologia do Brasil, São Lourenço – MG ... **Anais**, Ecologia Terrestre, 2011.
- CLARK, P.; ROWLINSON, M. The treatment of history in organization studies: towards an 'historic turn'? **Business History**, v. 46, n. 3, p. 331-352, July, 2004.
- COLACO, T. L.; SPAREMBERGER, R. F. Sociedade da informação: comunidades tradicionais, identidade cultural e inclusão tecnológica. **Revista de Direito Econômico e Socioambiental**, v. 1, p. 207-230, 2010.
- COMTE, A. **Curso de Filosofia Positiva; Discurso Preliminar sobre o Conjunto do Positivismo; Catecismo Positivista**. São Paulo: Nova Cultural, 1991. (Coleção Os Pensadores).
- COMTE, A. **Curso de Filosofia Positiva; Discurso sobre o Espírito Positivo; Discurso Preliminar sobre o Conjunto do Positivismo; Catecismo Positivista**. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Coleção Os Pensadores).
- CORBETTA, P. **Social research**: theory, methods and techniques. London: Sage, 2003.
- CORDEIRO, J. R. As relações de gênero entre faxinalenses nos Faxinais de Mandirituba e Quitandinha (Região Metropolitana de Curitiba – PR). XII Jornada do Trabalho, Curitiba ... **Anais**, XII JT, 05 a 08 de setembro de 2011.
- COSTA FILHO, A.; ALMEIDA, R. A.; MELO, P. B. O MDS e os Povos e Comunidades Tradicionais – Texto complementar. In: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação – MDS. (Org.). **Capacitação de conselheiros de assistência social**: guia de estudos. Brasília: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação – SAGI/MDS, 2009.
- CUNHA FILHO, V. F. **Estado, Política Econômica e Cultura Desenvolvimentista**: O Caso do Banco de Desenvolvimento do Paraná S.A. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná – UFPR. Curitiba, 2005.
- DE DECCA, E. **O nascimento das fábricas**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- DEL PRIORE, M. História do cotidiano e da vida privada. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- DENZIN, N. K; LINCOLN Y. S. **O Planejamento da pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

- DESTEFANIS, G. L. **A Ordem Política e Social em Augusto Comte**. Curitiba: Ed. Vila do Príncipe, 2003.
- DÍAZ, F. G. De Tönnies y la sociología alemana. **Sociológica**, Revista del Departamento de Sociologia, ano 1, n. 1, p. 1-9, Primavera 1986.
- DIEGUES, A. C. **Deforestation and livelihoods in the brazilian Amazon**. São Paulo: USP/NUPAUB, 1997.
- DIEGUES, A. C. **Desmatamento e modos de vida na Amazônia**. São Paulo: USP/NUPAUB, 1999.
- DIEGUES, A. C. **Os Saberes Tradicionais e a Biodiversidade no Brasil**. São Paulo: USP/NUPAUB, 2000.
- DIEGUES, A. C. Repensando e recriando as formas de apropriação comum dos espaços e dos recursos naturais. In: DIEGUES, A. C.; MOREIRA, A. C. C. **Espaço e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: USP/NUPAUB, 2001.
- DIEGUES, A. C. S. **Pescadores, Camponeses e Trabalhos do Mar**. São Paulo: Ática S.A., 1983.
- DIEGUES, A. C. S.; VIANA, V. M. **Comunidades Tradicionais e Manejo dos Recursos Naturais da Mata Atlântica**. São Paulo: Hucitec/NUPAUB/CEC, 2004.
- DIEGUES, A. C. **The myth of untamed nature in the brazilian rainforest**. São Paulo: USP/NUPAUB, 1998.
- DOMINGUES, Z. H. **Hierarquização dos Faxinais inscritos no Cadastro Estadual de Unidades de Conservação e uso especial, visando ao ICMS Ecológico**. Dissertação (Mestrado em Engenharia Florestal). Programa de Pós-graduação em Engenharia Florestal, Universidade Federal do Paraná – UFPR. Curitiba, 1999.
- DOROTTO, M. **Caracterização do Processo de Diferenciação Camponesa na Modernização Capitalista: o caso da microrregião colonial de Irati – PR**. Dissertação (Mestrado em Economia). Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal da Paraíba. Campina Grande, 1991.
- DORNELES, S. B.; DELLAGNELO, E. H. L. Autogestão e Racionalidade Substantiva: a Bruscor/Ind. e Comércio de Cordas e cadarços Ltda. In: XXVII ENANPAD, Atibaia ... **Anais**, Atibaia, SP, 2003.
- DOURADO, S. C. Os conhecimentos tradicionais como objeto de disputas no campo: a diversidade dos sentidos relacionais. In: ALMEIDA, A. W. B. **Cadernos de Debates Nova Cartografia Social: conhecimentos tradicionais na Pan-Amazônia**. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia/UEA Edições, 2010.
- DURKHEIM, É. **As Regras do Método Sociológico e outros textos**. São Paulo: Abril S.A. Cultural e Industrial, 1973. (Coleção Os Pensadores).
- DURKHEIM, É. **As Regras do Método Sociológico**. São Paulo: Abril Cultural, 1999.
- DURKHEIM, É. **As Regras do Método Sociológico**. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Coleção Os Pensadores).
- DURKHEIM, É. **Da Divisão do Trabalho Social**. São Paulo: Martins Fontes, 1999a.
- DUROZOI, G.; ROUSSEL, A. **Dicionário de Filosofia**. Campinas: Papirus, 1993.
- ECHÁNOVE, C. A. **Diccionario de Sociologia**. México: Editorial Jose M. Cajica, 1957.
- ESTEVA, G. Development. In: W. SACHS, W. (Ed.). **The development dictionary: a guide to knowledge as power**. New York: Zed Books, 2010.
- ESTEVA, G.; PRAKASH, M. S. Beyond development, what?. **Development in Practice**, v. 8, n. 3, August, 1998.
- FAIRCHILD, H. P. **Dicionário de Sociologia**. México: Fondo de Cultura Económica, 1949.
- FARCHILD, H. P. **Dictionary of Sociology**. New Jersey: Littlefield, Adams & Co., 1968.
- FARIA, J. H. **Análise Crítica das Teorias e Práticas Organizacionais**. São Paulo: Atlas, 2007.
- FARIA, J. H. **Economia Política do Poder: fundamentos**. Curitiba: Juruá, 2004.
- FARIA, J. H. **Gestão Participativa: relações de poder e de trabalho nas organizações**. São Paulo: Editora Atlas, 2009.
- FARIA, J. R. V. Autogestão. In: GEDIEL, A. J. P. (org.). **Estudos de Direito Cooperativo e Cidadania**. Curitiba: UFPR, 2005.
- FARIAS JÚNIOR, E. A. **Terras Indígenas nas Cidades: Lei Municipal de Desapropriação nº 302 – Aldeia Beija-flor Rio Preto da Eva, Amazonas**. Manaus: UEA EDIÇÕES, 2009.

- FEENY, D.; BERKES, F.; MCCAY, B. J.; ACHESON, I. M. A tragédia dos comuns: vinte e três anos depois. In: DIEGUES, A. C.; MOREIRA, A. C. C. **Espaço e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: USP/NAPAUB, 2001.
- FERNANDES, F. **Comunidade e sociedade**: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1973.
- FERNANDES, M. M. S. **Comunidades de Pescadores Tradicionais de Meleiras e Barreiras, Conceição da Barra/ES**: inserção dos territórios tradicionais na dinâmica econômica capixaba. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Programa de Pós-graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.
- FERNANDES, V.; PONCHIROLI, O. Contribuições da racionalidade comunicativa, racionalidade substantiva e ambiental para os estudos organizacionais. **Cadernos EBAPE.BR (FGV)**, São Paulo, v. 9, p. 604-626, 2011.
- FERRATER MORA, J. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Ed. Loyola, 2000.
- FERREIRA, D. **Manual de Sociologia**: dos clássicos à sociedade da informação. São Paulo: Atlas, 2001.
- FERREIRA, E. S. **A influência do Sistema Faxinal no estado ambiental da Bacia Hidrográfica do rio Sete Saltos – PR**. Dissertação (Mestrado em Gestão do Território). Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG. Ponta Grossa, 2009.
- FERREIRA, P. **Estudo sobre os Faxinais Lageado de Baixo e Lageado dos Mello – PR**: a construção de conhecimento a partir da ecologia social como subsídio para um projeto de turismo comunitário. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas). Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG. Ponta Grossa, 2008.
- FOURNIER, M. Marcel Mauss ou a Dádiva de Si. **Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais**, Caxambu, Out., 1992. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_21/rbcs21_09.htm>. Acesso em: 21 de novembro de 2013.
- FOURNIER, M. Para reescrever a bibliografia de Marcel Mauss. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 52, p. 5-13, Jun., 2003.
- FRAGA, M. L. **A empresa produtiva e a racionalidade substantiva**: a teoria da ação comunicativa de Jurgen Habermas no ambiente organizacional integrativo. Dissertação (Mestrado em Administração). Programa de Pós-graduação em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2000.
- FRANÇA, G.; DZIMIRA, S. Economia Solidária e Dádiva. **O&S. Organizações e Sociedade**, Salvador, v. 14, n. 6, p. 141-183, Jan./Abr., 1999.
- FRANCESCONI, J. O. P. **Agricultura familiar e o desenvolvimento sustentável na região do Vale do Alecrim – Pinhão/PR**. Monografia (Pós-graduação em Educação Ambiental). Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO, Paraná, 2000.
- FURTADO, E. M.; CHAVES NETO, A.; DOMINGUES, Z. H.; HOSOKAWA, R. T. Ranqueamento de faxinais do Estado do Paraná através da análise fatorial. **Revista Ciências Exatas e Naturais**, Guarapuava, v. 5, n. 1, p. 85-99, Jan./Jun., 2003.
- GAPINSKI, I.; CAMPIGOTO, J. A. A dança de São Gonçalo nos faxinais de Rio Azul/PR. **Revista Tempo, Espaço e Linguagem (TEL)**, Ponta Grossa, v. 1, n. 3, p. 43-69, Set./Dez., 2010.
- GEVAERD FILHO, J. L. Perfil Histórico – Jurídico dos Faxinais ou Compáscuos. Análise de uma forma comunal de exploração da terra. **Revista de Direito Agrário e Meio Ambiente**, ITCF, ano1, pp. 44-79, agosto de 1986.
- GIANFALDONI, M. H. T. A.; MICHELETTO, N. As possibilidades da razão: Immanuel Kant. In: ANDERY, M. A.; MICHELETTO, N.; PIRES SÉRIO, T. M.; RUBANO, D. R.; MOROZ, M.; PEREIRA, M. E.; GIOIA, S. C.; GIANFALDONI, M.; SAVIOLLI, M. R.; ZANOTTO, M. L. **Para compreender a ciência**: uma perspectiva histórica. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.
- GODOI, C. K. A Perspectiva da Interpretação Social dos Discursos - uma Prática de Análise dos Discursos Motivacionais na Aprendizagem com Base nos Atos da Fala, Enunciação e Contexto. In: Encontro Nacional de Pós-graduação em Administração, Rio de Janeiro ... **Anais**, XXXII Enanpad, 2008.
- GODOI, C. K. Perspectivas de análise do discurso nos estudos organizacionais. In: GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; SILVA, A. B. **Pesquisa Qualitativa em Estudos Organizacionais**: Paradigmas, Estratégias e Métodos. São Paulo: Saraiva, 2010.

- GOLFIN, J. **Vocabulário essencial da Sociologia**. Lisboa: Moraes Editores, 1973.
- GRZEBIELUKA, D. **Comunidades de Faxinal e suas Dinâmicas Sócio-Espaciais**: Da formação à desagregação de uma Tradição no Município de Tibagi (PR). Dissertação (Mestrado em Gestão do território). Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG. Ponta Grossa, 2010.
- GRZEBIELUKA, D. Por uma Tipologia das Comunidades Tradicionais Brasileiras. **Revista Geografar (UFPR)**, Curitiba, v. 7, p. 116-137, 2012.
- GRZEBIELUKA, D.; LÖWEN SAHR, C. L. Comunidades de Faxinal e suas dinâmicas sócio-espaciais: da formação à desagregação de uma tradição no município de Tibagi (PR) – um estudo sobre o Faxinal dos empoçados. **Revista Geografar**, Curitiba, v. 4, n. 1, p. 34-58, jan./jun. 2009.
- GUARIM, V. L. M. S. Sustentabilidade Ambiental em Comunidades Ribeirinhas Tradicionais. In: III Simpósio Sobre Recursos Naturais e Sócio-Econômicos do Pantanal, 2000, Corumbá ... **Anais**, III Simpósio Sobre Recursos Naturais e Sócio-Econômicos do Pantanal, 2000.
- GUERREIRO RAMOS, A. **A Nova Ciência das Organizações**: uma reconceituação da riqueza das nações. Rio de Janeiro: FGV, 1989.
- GUIMARÃES, S. P. **Quinhentos anos de periferia**: uma contribuição ao estudo da política internacional. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002.
- HAESBAERT, R. Território e multiterritorialidade: um debate. In: **Revista GEOgraphia**, Rio de Janeiro, Ano IX, n. 17, 2007.
- HARVEY, D. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 2007.
- HAURESKO, C. Entre a tradição e modernidade: o lugar das comunidades faxinalenses na contemporaneidade. In: IX Seminário de Pós-graduação em Geografia da UNESP Rio Claro, São Paulo ... **Anais**, IX Seminário UNESP, 2009.
- HAURESKO, C. Faxinais na região Centro-Sul paranaense: aspectos físico-ambientais, mudanças, continuidades e extinção. In: 7º Colóquio de Transformações do Comitê Acadêmico de Desenvolvimento Regional da AUGM, Curitiba ... **Anais**, Colóquio de Transformações Territoriais. Curitiba: Esplendor, 2008. v. 1.
- HAURESKO, C. Sistema Campesinato: uma reflexão a partir do estudo dos produtores de fumo em Prudentópolis. In: III Simpósio Nacional de Geografia Agrária e II Simpósio Internacional de Geografia Agrária, Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Presidente Prudente ... **Anais**, III Simpósio Nacional de Geografia Agrária e II Simpósio Internacional de Geografia Agrária, Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira., 2005.
- HAURESKO, C. Terras de Plantar, Terras de Criar – Sistema Faxinal: Rebouças – 1950-1997. **Terr@Plural**, Ponta Grossa, v. 5, n. 2, p. 255-260, Jul./Dez., 2011.
- HERACLEOS, L. **Discourse, Interpretation, Organization**. Cambridge, 2006.
- HILLERY, G. A. Definitions of community: areas of agreement. In: HILLERY, G. A. **A research odyssey**: developing and testing a community theory. New Jersey: Rutgers, 1982.
- HOBBSAWM, E. J. **A era das revoluções**: Europa 1789-1848. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- HOBBSAWM, E. J. **A era do capital**: 1848-1875. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- HOBBSAWM, E. J. **A era dos impérios**: 1875-1914. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- HOBBSAWM, E. J. **Da revolução industrial inglesa ao imperialismo**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- HOBBSAWM, E. J. **Era dos extremos**: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOBBSAWM, E. J. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- HONNETH, A. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Edição 34, 2003.
- HUME, D. **Hume**. São Paulo: Nova Cultural, 2004. (Coleção Os Pensadores).
- HUTCHINSON, H. W. Comunidades e fazendas. **Sociologia**, São Paulo, v. XX, n. 2, p. 204-221, Mai. 1958.
- IANNI, O. Estudo de comunidade e conhecimento científico. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 9, n. 1-2, p. 109-119, Jun./Dez., 1961.

- IANNI, O. O método em uma comunidade amazônica. **Sociologia**, São Paulo, v. XX, n. 4, p. 574-580, Out. 1954.
- INIGUEZ, L. **Manual de análise do discurso em ciências sociais**. Petrópolis: Vozes, 2004.
- JACQUES, R. S. History, historiography and organization studies: the challenge and the potential. **Management & Organizational History**, New York, v. 1, n. 1, p. 31-49, 2006.
- JENKS, L. H. Early phases of the management movement. **Administrative Science Quarterly**, vol. 5, n. 3, p. 421-447, December, 1960.
- JOHNSON, A. G. **Dicionário de Sociologia**: guia prático da linguagem sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- KANT, I. **Crítica da Razão Pura**. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2001.
- KANT, I. **Crítica da Razão Pura**. São Paulo: Nova Cultural, 2005. (Coleção Os Pensadores).
- LACROIX, J. **A Sociologia de Augusto Comte**. Curitiba: Ed. Vila do Príncipe, 2003.
- LALANDE, A. **Vocabulário técnico e crítico da filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- LANDES, D. S. Pouco fôlego e novo alento: Mecanização e divisão do trabalho. In: LANDES, D. S. **Prometeu desacorrentado**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.
- LANG, A. B. S. G. História Oral: muitas dúvidas, poucas certezas e uma proposta. In: MEIHY, J. C. S. B. **(Re) Introduzindo a História Oral no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1996.
- LE GOFF, J. **A História Nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- LEMES, E. C.; LÖWEN SAHR, C. L. Da subsistência do Sistema Faxinal a subordinação a agroindústria do fumo: a desagregação do Faxinal dos Lemes no município de Ipiranga – PR. In: III Simpósio Nacional de Geografia Agrária – II Simpósio Internacional de Geografia Agrária Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira – Presidente Prudente ... **Anais**, Simpósios, 11 a 15 de novembro de 2005.
- LÉVI-STRAUSS, C. Introdução. In: MAUSS, M. **Ensaio sobre a Dádiva**. Lisboa: Edições 70, 2008.
- LIMA, D.; BOZZOBON, J. Amazônia socioambiental. Sustentabilidade ecológica e diversidade social. **Estudos Avançados 54**, Dossiê Amazônia brasileira II, São Paulo, v. 19, n. 54, Mai./Ago., 2005.
- LITTLE, P. E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Anuário Antropológico**, Rio de Janeiro, v. 2003, p. 251-290, 2002.
- LOPES, C. V. G. **O Conhecimento Etnobotânico da Comunidade Quilombola do Varzeão, Dr. Ulysses (PR): No Contexto do Desenvolvimento Rural Sustentável**. Tese (Doutorado em Agronomia), Programa de Pós-graduação em Agronomia-Produção Vegetal, Universidade Federal do Paraná – UFPR. Curitiba, 2010.
- LOUBACK, J.; TEIXEIRA, M. L. M.; BIDO, D. de S. Valores organizacionais e racionalidades: uma visita ao terceiro setor. In: XXXI Encontro Nacional de Pós-graduação em Administração, Rio de Janeiro ... **Anais**, XXXI EnANPAD, 2007.
- LÖWEN SAHR, C. L. Faxinalenses: populações tradicionais no bioma da mata com Araucária. In: SOUZA, R. M.; BERTUSSI, M. L. **Relatório Final do 1º Encontro dos Povos dos Faxinais**. Irati, 05 e 06 de agosto de 2005. Irati, PR: IAP, 2005. 133 p.
- LÖWEN SAHR, C. L. Os “mundos faxinalenses” da floresta com araucária do Paraná: racionalidades duais em comunidades tradicionais. **Terr@Plural**, Ponta Grossa, v. 2, n. 2, p. 213-226, Jul./Dez., 2008.
- LÖWEN SAHR, C. L. Povos tradicionais e territórios sociais: reflexões acerca dos povos e das terras de Faxinal do bioma da mata com araucária. In: III Simpósio Nacional de Geografia Agrária – II Simpósio Internacional de Geografia Agrária Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira – Presidente Prudente... **Anais**, Simpósios, 11 a 15 de novembro de 2005a.
- LÖWEN SAHR, C. L. Preservação e revitalização do Sistema Faxinal na região da mata de araucária do Paraná: um projeto extensionista. **Revista Conexão UEPG**, Ponta Grossa, v. 1, n. 1, p. 42-46, 2005b.
- LÖWEN SAHR, C. L.; CUNHA, L. A. G. O significado social e ecológico dos Faxinais: reflexões acerca de uma política agrária sustentável para a região da mata com Araucária no Paraná. **Emancipação**, Ponta Grossa, v. 5, n. 1, p. 89-104, 2005.
- LÖWEN SAHR, C. L.; IEGELSKI, F. Cultura cabocla, sistema Faxinal e turismo: o Faxinal da Linha Paraná em Prudentópolis. In: Encontro regional sulbrasileiro de Geografia, Curitiba ... **Anais**, 2003.

- LUPEPSA, E. C.; SCHÖRNER, A. Organização sócioespacial: faxinalenses e agricultores de Jesuíno Marcondes, Prudentópolis/PR (1987-2007). **Revista Tempo, Espaço e Linguagem (TEL)**, Ponta Grossa, v. 1, n. 3, p. 11-41, Set./Dez., 2010.
- MACHADO, R. Introdução: por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. São Paulo: Graal, 2004.
- MACIVER, R. M.; PAGE, C. H. Comunidade e sociedade como níveis de organização da vida social. In: FLORESTAN, F. **Comunidade e sociedade**: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1973.
- MAFRA, M. S. H.; STADTLER, H. H. C. Etnoconhecimento e Conservação da Biodiversidade em Áreas Naturais e Agrícolas no Planalto Sul Catarinense. In: III Congresso Brasileiro de Sistemas, 2007, Florianópolis ... **Anais**, 3º Congresso Brasileiro de Sistemas. Universidade Federal de Santa Catarina, 2007.
- MARCONI, M. de A.; PRESOTTO, Z. M. N. **Antropologia**: Uma Introdução. São Paulo: Atlas, 1992.
- MARTINS, A. G. S. **Lutar Quando é Fácil Ceder**: as Práticas Organizativas da Associação Cultural Jose Martí (SC) e os Limites da Resistência. Dissertação (Mestrado em Administração). Programa de Pós-graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2010.
- MARTINS, C. C. Presencialidade da tradição: o machado como elemento identitário. In: ALMEIDA, A. W. B. **Cadernos de Debates Nova Cartografia Social**: conhecimentos tradicionais na Pan-Amazônia. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia/UEA Edições, 2010a.
- MARTINS, P. H. A sociologia de Marcel Mauss: Dádiva, simbolismo e associação. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, v. 73, p. 45-66, Dez., 2005.
- MARX, K. **Manuscritos Econômico-Filosóficos e outros textos escolhidos**. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Coleção Os Pensadores).
- MARX, K. **O Capital**: Crítica da Economia Política – o processo de produção do capital. São Paulo: Editora Nova Cultura Ltda., 1996.
- MARX, K. Trabalho estranhado e propriedade privada. In: MARX, K. **Manuscritos Econômicos Filosóficos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.
- MARX, Karl. **Livro II, Capítulo XXII**: A lei Geral da Acumulação Capitalista. São Paulo: Editora de Ciências Humanas, 1978.
- MARX, Karl. Processo de Trabalho e Processo de Valorização. In: ANTUNES, R. **Dialética do Trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2004a.
- MATTA, P. Conhecimento tradicional, biodiversidade e repartição de benefícios: o caso dos produtores de óleo de buriti de Palmeira do Piauí. **Campos (UFPR)**, Curitiba, v. 11, n. 2, p. 113-132, 2010.
- MAUSS, M. **Ensaio sobre a Dádiva**. Lisboa: Edições 70, 2008.
- MCKEAN, M. A.; OSTRON, E. Regimes de propriedade comum em florestas: somente uma relíquia do passado? In: DIEGUES, A. C.; MOREIRA, A. C. C. **Espaço e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: USP/NAPAUB, 2001.
- MEDEIROS, J. P.; SOUZA, W. J. A Racionalidade na Gestão do Setor Social: Estudos em Organizações de Caráter Solidário. **REGGE. Revista de Gestão USP**, São Paulo, v. 18, p. 145-158, 2011
- MEIHY, J. C. S. B. História Oral: um *lócus* disciplinar federativo. In: MEIHY, J. C. S. B. **(Re) Introduzindo a História Oral no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1996.
- MENDONÇA, M. S.; FRANÇA, J. F.; OLIVEIRA, A. B.; PRATA, R. R. AÑEZ, R. B. S. Etnobotânica e o saber tradicional. In: FRAXE, T. J. P.; PEREIRA, H. S.; WITKOSKI, A. C. **Comunidades ribeirinhas amazônicas**: modos de vida e uso dos recursos naturais. Manaus: EDUA, 2007.
- MENEGHETTI, F. K.; FARIA, J. H. Gestão e Reificação dos Homens do Mar. **RAM. Revista de Administração Mackenzie (Impresso)**, v. 13, p. 15-47, 2012.
- MIGUEZ, S. F.; FRAXE, T. J. P.; WITKOSKI, A. C. **O tradicional e o moderno na agricultura familiar amazonense**: a introdução de tecnologias em comunidades de várzea Solimões, Amazonas. In: VII Congresso da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção, Fortaleza ... **Anais**, Agricultura Familiar e Inclusão Social, 2007.
- MINDLIN, B. Comunitário ou coletivo: um caso tribal. **Revista de Administração de Empresas**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 3, p. 87-92, Jul./Set., 1984.

- MIR, R.; MIR, A. The colony writes back: Organization as an early champion of non-Western organizational theory. **Organization**, v. 20, n. 1, p. 91-101, 2012.
- MIRANDA, O. **Para Ler Ferdinand Tönnies**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.
- MIRANDA, O. Tönnies e Marx: Utopia, valor e contradição – alguns problemas da teoria marxista. **Revista USP**, São Paulo, v. 36, p. 184-199, Dez./Fev., 1997-98.
- MISOCZKY, M. C. Rememorando a Organização e Práxis dos Centros Populares de Cultura. In: EnEO, 2012, Curitiba ... **Anais**, VII EnEO, 2012.
- MISOCZKY, M. C. Voices of dissent and the organization of struggles and resistances. **Ephemera (Online)**, Reino Unido, v. 6, n. 3, p. 224-239, 2006.
- MISOCZKY, M. C.; AMANTINO-DE-ANDRADE, J. Uma crítica à crítica domesticada nos estudos organizacionais. **Revista de Administração Contemporânea – RAC**, Curitiba, v. 9, n. 1, p. 193-212, 2005.
- MISOCZKY, M. C.; FLORES, R. K.; BÖHM, S. A práxis da resistência e a hegemonia da organização. **O&S. Organizações & Sociedade**, v. 15, p. 181-194, 2008.
- MISOCZKY, M. C.; FLORES, R. K.; SILVA, S. M. G. Estudos organizacionais e movimentos sociais: o que sabemos? para onde vamos?. **Cadernos EBAPE.BR (FGV)**, Rio de Janeiro, v. 6, p. 1-14, 2008.
- MISOCZKY, M. C.; VECCHIO, R. Experimentando pensar: da fábula de Barnard à aventura de outras possibilidades de organizar. **Cadernos EBAPE.BR (FGV)**, Rio de Janeiro, v. IV, n.1, p. 1-14, 2006.
- MOCELLIM, A. D. A comunidade: da sociologia clássica à sociologia contemporânea. **PLURAL**, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v. 17, n. 2, p.105-125, 2011.
- MONTEIRO, R. R. **Transformações sócio-espaciais do Sistema Faxinal**: um estudo a partir da comunidade de Taquari dos Ribeiros em Rio Azul – PR. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina. Santa Catarina, 2009.
- MONTENEGRO, J. Povos e Comunidades Tradicionais, Desenvolvimento e Decolonialidade: articulando um discurso fragmentado. **Revista OKARA: Geografia em debate**, João Pessoa, v. 6, n. 1, p. 163-174, 2012.
- MOREIRA, J. C.; SANTOS, V. M. M. DOS.; GARCIA, J. N.; PAZ, J. A. O Roteiro dos Faxinais em Prudentópolis (PR): Ecoturismo como ferramenta de desenvolvimento sustentável. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 95-110, 2011.
- MOREIRA, M. S. F. O estudo sociológico de comunidades. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 11, n. 1-2, p. 29-39, Jun./Dez., 1963.
- MUÑOZ, N. V. Significación social y territorio: aproximaciones metodológicas. **Terr@Plural**, Ponta Grossa, v. 5, n. 2, p. 169-178, Jul./Dez., 2011.
- NEIVERTH, N.; LÖWEN SAHR, C. L. Reflexões em torno de políticas e ações governamentais na comunidade faxinalense Taquari dos Ribeiros (Rio Azul/PR). In: XVI Semana de Geografia XI Jornada Científica de Geografia e V Encontro do Saber Escolar e Conhecimento Geográfico, Ponta Grossa ... **Anais**, Semana de Geografia, 2005.
- NERONE, M. M. **Terras de plantar, terras de criar – Sistema Faxinal**: Rebouças – 1950-1997. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual Paulista – Unesp, Assis/SP, 2000.
- NEUMAN, L. W. **Social research methods**: qualitative and quantitative approaches. Boston: Allyn & Bacon, 1997.
- NOGUEIRA, O. Os estudos de comunidades no Brasil. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 95-103, Dez., 1955.
- NOVAK, R.; FAJARDO, S. Desintegração e Resistência do Sistema Faxinal em Itapará – IRATI – PR. **Revista Eletrônica Lato Sensu**, Irati, Ed.4, 2008.
- OIT – Organização Internacional do Trabalho. **Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT**. Brasília: OIT, 2011.
- OLESKO, G. F. Faxinalenses e Faxinais da Região Metropolitana de Curitiba: a questão das chácaras de lazer no contexto dos conflitos na relação cidade-campo. XII Jornada do Trabalho, Curitiba ... **Anais**, XII JT, 05 a 08 de setembro de 2011
- OLIVEIRA, C. A. F.; BLOS, W. S. Ecoturismo: desenvolvimento, comunidades tradicionais e participação. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v. 12, p. 137-151, 2012.

OLIVEIRA, D. A. de. Faxinais no município de Prudentópolis - PR: perspectivas históricas. In: XI Encontro Regional da Associação Nacional de História – ANPUH/PR, Jacarezinho ... **Anais**, XI ANPUH, 21 a 24 de Maio de 2008.

OLIVEIRA, F. O Surgimento do Antivalor. In: OLIVEIRA, F. **Os Direitos do Antivalor: A economia política da hegemonia imperfeita**. São Paulo: Vozes, 1998.

OLIVEIRA, M. E. A. **O avanço do capital sobre povos e comunidades tradicionais**: os pescadores artesanais do litoral paranaense. A Dimensão Espacial da Expropriação Capitalista sobre os Mundos do Trabalho: cartografando os conflitos, as resistências e as alternativas à sociedade do capital. Anais da XII Jornada do Trabalho. Curitiba, 05 a 08 de setembro de 2011.

OLIVEIRA, M. G.; QUINTANEIRO, T. Karl Marx. In: QUINTANEIRO, T.; BARBOSA, M. L. O.; OLIVEIRA, M. G. **Um toque de clássicos**: Durkheim, Marx e Weber. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1995.

OLIVEIRA, N. S.; MAIO, M. C. Estudos de Comunidade e ciências sociais no Brasil. **Sociedade e Estado (UnB. Impresso)**, Brasília, v. 26, p. 521-550, 2011.

OLIVEIRA, P. E. Índios Misturados: Historicidade e etnicidade Xokleng. **Campos**, v. 6, n. 1-2, p. 67-78, 2005.

ONLINE ETYMOLOGY DICTIONARY. **Common**. Disponível em: <http://www.etymonline.com/index.php?term=common&allowed_in_frame=0>. Acesso em: 27 de novembro de 2013a.

ONLINE ETYMOLOGY DICTIONARY. **Communion**. Disponível em: <http://www.etymonline.com/index.php?term=communion&allowed_in_frame=0>. Acesso em: 27 de novembro de 2013b.

ONLINE ETYMOLOGY DICTIONARY. **Community**. Disponível em: <http://www.etymonline.com/index.php?allowed_in_frame=0&search=community&searchmode=none>. Acesso em: 08 de outubro de 2013.

OUTHWAITE, W.; BOTTOMORE, T. **Dicionário do Pensamento Social do Século XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

OXFORD DICTIONARIES. **Definition of common in English**. Disponível em: <<http://www.oxforddictionaries.com/definition/english/common?q=common>>. Acesso em: 27 de novembro de 2013a.

OXFORD DICTIONARIES. **Definition of communion in English**. Disponível em: <<http://www.oxforddictionaries.com/definition/english/communion?q=communion>>. Acesso em: 27 de novembro de 2013b.

OXFORD DICTIONARIES. **Definition of community in English**. Disponível em: <<http://www.oxforddictionaries.com/definition/english/community?q=community>>. Acesso em: 27 de novembro de 2013.

PACHECO, E. N. Racionalidade Substantiva na Administração Pública: Estudo de Caso na Sede Administrativa da Universidade do Estado de Mato Grosso UNEMAT. In: 8º Congresso Online de Administração ... **Anais**, CONVIBRA, 2011.

PAGÉS, M.; BONETTI, M.; GAULEJAC, V. **O Poder das Organizações**. São Paulo: Atlas, 1993.

PANTOJA, M. C.; MATTOS, A. P. Os Plantios como Experiência Criativa: um primeiro ensaio. **Revista Mediações**, Londrina, v. 17, p. 153-171, 2012.

PARANÁ. **Decreto Estadual n. 3.446/97**: Cria as Áreas Especiais de Uso Regulamentado – ARESUR no Estado do Paraná e dá outras providências. Curitiba: Governo Estadual, 1997. Disponível em: <http://celepar7.pr.gov.br/sia/atosnormativos/form_cons_ato1.asp?Codigo=451>. Acesso em: 20 de junho de 2012.

PARANÁ. **Lei n. 15.673, de 13 de novembro de 2007**. Dispõe que o Estado do Paraná reconhece os Faxinais e sua territorialidade, conforme especifica. Curitiba, 2007. Disponível em: <www.constitucional.mp.pr.gov.br/docs/isad/faxinal/leg01.doc>. Acesso em: 15 de agosto de 2012.

PARANÁ. **Lei n. 17.425, de 18 de dezembro de 2012**. Dispõe sobre a criação do Conselho Estadual de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais do Estado do Paraná – CPECT/PR, na estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos – SEJU e dá outras providências. Curitiba, 2012. Disponível em: <<http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=83678&indice=1&totalRegistros=1>>. Acesso em: 03 de março de 2013.

- PARRA, L. Miguel Antonio Caro y la Moral Utilitarista. In: PERICO, M. E. **Miguel Antonio Caro y la Cultura de Su Época**. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2002.
- PEARSON, G. The rise of professional management. In: PEARSON, G. **The Rise and Fall of Management: A Brief History of Practice, Theory and Context**. Surrey: Gower, 2009.
- PEREIRA JUNIOR, D. Tradição e identidade: a feitura de louça no processo de construção de identidade da comunidade de Itamatatiua e Acântara Maranhão. In: MARTINS, C. C.; CANTANHÊDE FILHO, A.; GAIOSO, A. V.; ARAUJO, H. F. A. **Insurreição de saberes: práticas de pesquisa em comunidades tradicionais**. Interpretações do Maranhão. Estado do Amazonas: UEA, 2011.
- PEREIRA, J. D.; SOCHODOLAK, H. Faxinal Marmeleiros: a leitura entre 1930 e 1960. V SEMANA DE HISTÓRIA – História: Espaços Simbólicos – SEMINÁRIO DE ESTUDOS ÉTNICO-RACIAIS ... **Anais**, Irati-PR: UNICENTRO, 16 a 20 de novembro de 2009.
- PEREIRA, M. E. M.; GIOIA, M. C. Séculos XVIII e XIX: revolução na economia e na política. In: ANDERY, M. A.; MICHELETTO, N.; PIRES SÉRIO, T. M.; RUBANO, D. R.; MOROZ, M.; PEREIRA, M. E.; GIOIA, S. C.; GIANFALDONI, M.; SAVIOLLI, M. R.; ZANOTTO, M. L. **Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.
- PEREIRA, M. E. M.; GIOIA, S. C. Do feudalismo ao capitalismo: uma longa transição. In: ANDERY, M. A.; MICHELETTO, N.; PIRES SÉRIO, T. M.; RUBANO, D. R.; MOROZ, M.; PEREIRA, M. E.; GIOIA, S. C.; GIANFALDONI, M.; SAVIOLLI, M. R.; ZANOTTO, M. L. **Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007a.
- PIRRÓ, M. S. de A. Práticas de Pesquisa de Campo com Comunidades Tradicionais: Contribuições para a Gestão Participativa do Arquipélago de Ilhabela –SP. **Revista Geográfica de América Central**, Número Especial EGAL, Costa Rica, pp. 1-15, II Semestre, 2011.
- PIZZA JUNIOR, W. Guerreiro Ramos, administração e ciências sociais. **O&S. Organizações e Sociedade**, Salvador, v. 17, n. 52, p. 201-208, Jan./Mar., 2010.
- POLANYI, K. **A Grande Transformação: as origens da nossa época**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- POLLARD, S. The Managers. In: POLLARD, Sidney. **The Genesis of Modern Management: a Study of the Industrial Revolution in Great Britain**. Cambridge: Harvard University Press, 1965.
- QUINTANEIRO, T. Émile Durkheim. In: QUINTANEIRO, T.; BARBOSA, M. L. O.; OLIVEIRA, M. G. **Um toque de clássicos: Durkheim, Marx e Weber**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1995.
- QUINTANEIRO, T.; BARBOSA, M. L. O.; OLIVEIRA, M. G. **Um toque de clássicos: Durkheim, Marx e Weber**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1995.
- RAMOS, J. O. Faxinal dos Kruger: as lembranças do seu passado. In: ALMEIDA, A. W. B.; SOUZA, R. M. **Terras de Faxinais**. Manaus: Edições da Universidade do Estado do Amazonas – UEA, 2009.
- RAMOS, J. O. **Faxinal dos Kruger: conflitos do passado e do presente**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Programa de Pós-graduação em Antropologia social, Universidade Estadual de Campinas – Unicamp. Campinas, 2009a.
- RAMOS, J. S. Cultura e Religiosidade na Comunidade Tradicional. In: II Congresso em Desenvolvimento Social. II Congresso em Desenvolvimento Social e II Seminário Norte-Mineiro de História da Educação - Desenvolvimento e Educação em uma Perspectiva Comparada ... **Anais**, Montes Claros: Unimontes, 2010.
- REISS JR., A. J. Focos teóricos do estudo de comunidade na sociologia. In: FERNANDES, F. **Comunidade e sociedade: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação**. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1973.
- RIBEIRO, A. S. S.; PALHA, M. D. C.; TOURINHO, M. M.; WHITEMAN, C. W.; SILVA, A. S. L. Utilização dos recursos naturais por comunidades humanas do Parque Ecoturístico do Guamá, Belém, Pará. **Acta Amazonica**, Manaus, v. 37, p. 0044-5967, 2007.
- RICHERS, R. Dependência fatalidade ou falácia do desenvolvimento. **Revista de Administração Empresas**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 41-55, Jan./Mar., 1973.
- RODRIGUES, L. C. M.; ALMEIDA, J. G.; FARIAS FILHO, M. S. Território, territorialidades e luta pela titulação de comunidades tradicionais: o caso da comunidade de Contenda/Viana/Maranhão. In: XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária ... **Anais**, XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária: Uberlândia: UFU/LAGEA, 2012.
- RUBANO, D. R.; MOROZ, M. Alterações na sociedade, efervescência nas ideias: a França do século XVIII. In: ANDERY, M. A.; MICHELETTO, N.; PIRES SÉRIO, T. M.; RUBANO, D. R.; MOROZ, M.;

- PEREIRA, M. E.; GIOIA, S. C.; GIANFALDONI, M.; SAVIOLLI, M. R.; ZANOTTO, M. L. **Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.
- RUPP, M. L. T.; MARTINS, V. Mudanças culturais nos Faxinais. In: SOCHODOLAK, H.; CAMPIGOTO, J. A. **Estudos em história cultural na região Sul do Paraná**. Guarapuava: Unicentro, 2008.
- SÁ, A. A. **Território de Uso Comum das Comunidades Tradicionais: Uma Visão Jus Socioambiental do Criar, Fazer e Viver dos Fundos de Pasto da Bahia/Brasil**. Tese (Doutorado em Direito das Relações Sociais). Programa de Pós-graduação em Direito, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2010.
- SACHS, I. Desenvolvimento numa economia mundial liberalizada e globalizante: um desafio impossível? **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 11, n. 30, 1997.
- SACHS, I. O desenvolvimento enquanto apropriação dos direitos humanos. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 12, n. 33, 1998.
- SACHS, W. **The development dictionary: a guide do knowledge as power**. New York: Zed Books, 2010.
- SAHR, W. D.; LÖWEN SAHR, C. L. A problemática espaço/território a partir de geograficidades existenciais: as comunidades faxinalenses no Brasil Meridional. In: 12. Encontro de Geógrafos da América Latina ... **Anais**, Montevideu, 2009. v. 1. p. 1-15.
- SALDANHA, I. R. R. **Espaços, recursos e conhecimento tradicional dos pescadores de manjuba (Anchoviella lepidentostole) em Iguape/SP**. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental). Programa de Pós-graduação em Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005.
- SANTOS, B. S. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. São Paulo: Cortez, 2001.
- SANTOS, C. J. S. Pastoreio comunitário nos fundos de pasto de Oliveira dos Brejinhos - Bahia. In: IV Simpósio Internacional de Geografia Agrária - V Simpósio Nacional de Geografia Agrária ... **Anais**, Niterói, 2009. v. Único.
- SANTOS, L. G. Saber tradicional X Saber científico. In: ISA – Instituto Socioambiental. **Povos Indígenas no Brasil 2001 a 2005**. Brasília: ISA, 2001a.
- SANTOS, M. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.
- SANTOS, M. **Economia Espacial: críticas e alternativas**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.
- SANTOS, M. **Economia Espacial: críticas e alternativas**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.
- SANTOS, M. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008a.
- SANTOS, M. **Por uma Outra Globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- SANTOS, M. **Por uma Outra Globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- SANTOS, M. **Por uma Outra Globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2010.
- SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2010.
- SANTOS, S. L. **A Tensão Entre a Racionalidade Substantiva e a Racionalidade Instrumental na Gestão Pública: Novos Caminhos de um Campo de Estudo**. Dissertação (Mestrado em Administração). Programa de Pós-graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2012.
- SAUNDERS, M.; LEWIS, P.; THORNHILL, A. **Research methods for business students**. Harlow, England: Pearson Education, 2000.
- SCHMITZ, H.; MOTA, D. M.; SILVA JUNIOR, J. F. Gestão coletiva de bens comuns no extrativismo da mangaba no Nordeste do Brasil. **Ambiente e Sociedade**, Campinas, v. XII, n. 2, p. 253-272, 2009.
- SCHMITZ, H.; MOTA, D. M.; SILVA JUNIOR, J. F.; A gestão coletiva de bens comuns: o sistema Faxinal e o manejo florestal comunitário. In: Congresso Brasileiro de Agroecologia, Florianópolis ... **Anais**, EPAGRI; UFSC, 2005.

- SCHÖRNER, A. Do Faxinal à cidade: migração e desterritorialização - Irati/PR: 1970-1980. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 15, n. 1, p. 229-257, Verão, 2010.
- SCHÖRNER, A. Os Faxinais na Região de Irati (PR): relações peculiares entre território, cultura e meio ambiente. In: XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Caxambu ... **Anais**, de 20 a 24 de setembro de 2010a.
- SCHÖRNER, A.; CAMPIGOTO, J. A. Representações de cultura e costume: o rural, o urbano e o Faxinal. **Revista Esboços**, Florianópolis, v. 16, n. 21, p. 181-206, 2009.
- SCHÖRNER, A.; STELMARSCZUK, R. Os nomes do "outro" entre o Faxinal e a cidade, Irati/PR (1960-1970). **Revista Tempo, Espaço e Linguagem (TEL)**, Ponta Grossa, v. 1, n. 1, p. 11-21, Jan./Jul., 2010.
- SCHUMACHER, E. F. **O Negócio é ser pequeno**: um estudo de economia que leva em conta as pessoas. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.
- SCHUSTER, W. T. **A formação dos Faxinais na região Centro Sul do Paraná**. Dissertação (Mestrado em Gestão do Território). Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG. Ponta Grossa/PR, 2010.
- SCHUSTER, W. T. **Articulações entre transformações no uso da terra e (des)agregação no modo de vida**: reflexões sobre o Faxinal Saudade Santa Anita Turvo – PR. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Geografia). Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, PR, Brasil, 2007.
- SCHUSTER, W. T.; LÖWEN SAHR, C. L. O Faxinal do presente e o Faxinal do passado: transformações no uso da terra no Faxinal Saudade Santa Anita – Turvo/PR. **Publicatio UEPG – Ciências Exatas e da Terra, Agrárias e Engenharias**, Ponta Grossa, v. 15, n. 1, Abr., p. 7-18, 2009.
- SCHUSTER, W. T.; LÖWEN SAHR, C. L. O Faxinal do Presente e o Faxinal do Passado: evolução do uso da terra no Faxinal Saudade Santa Anita - Turvo - PR. In: XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária, São Paulo ... **Anais**, XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária, 2009a.
- SCHWANDT, T. A. Três posturas epistemológicas para a investigação qualitativa: interpretativismo, hermenêutica e construcionismo social. In: DENZIN, N. K; LINCOLN Y. S. (Org). **O Planejamento da pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- SEIFERT, R. E.; VIZEU, F. A Ideologia do Crescimento Organizacional: um Olhar Histórico. In: XXXV Encontro da Anpad (Enanpad), Rio de Janeiro ... **Anais**, XXXV Encontro da Anpad (Enanpad), 2011.
- SEIFERT, R. E.; VIZEU, F. Crescimento Organizacional: Uma Ideologia Gerencial?. **RAC. Revista de Administração Contemporânea** (Impresso), Curitiba, v. 19, p. 127-141, 2015.
- SEPL – Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral. **Faxinais**: um modelo de desenvolvimento auto-sustentado. Curitiba: SEPL, 1994.
- SERVA, M. A racionalidade substantiva demonstrada na prática administrativa. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 37, n. 2, p. 18-30. Abr./Jun., 1997.
- SERVA, M. O fenômeno das organizações substantivas. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 33, n. 2, Mar./Abr, p. 36-43, 1993.
- SERVA, M. R. **Racionalidade e organizações**: o fenômeno das organizações substantivas. Tese (Doutorado em Administração). Programa de Pós-Graduação em Administração, Fundação Getúlio Vargas – EAESP/FGV. São Paulo: EAESP/FGV, 1996.
- SHIRAIISHI NETO, J. A particularização do universal: povos e comunidades tradicionais em face das Declarações e Convenções Internacionais. In: SHIRAIISHI NETO, J. **Direito dos povos e das comunidades tradicionais no Brasil**: declarações, convenções internacionais e dispositivos jurídicos definidores de uma política nacional. Manaus: UEA, 2007.
- SHIRAIISHI NETO, J. O direito dos povos dos Faxinais: as interpretações e as interpretações jurídicas. In: ALMEIDA, A. W. B.; SOUZA, R. M. **Terras de Faxinais**. Manaus: Edições da Universidade do Estado do Amazonas – UEA, 2009.
- SILVA JUNIOR, G. L.; SOUZA, R. M. As comunidades tradicionais e a luta por direitos étnicos e coletivos no Sul do Brasil. **Revista da Faculdade de Direito, UFG**, v. 33, n. 2, p. 128-142, Jul. /Dez., 2009.
- SILVA, A. A. I. **Para compreender a transformação do patrimônio cognitivo agrícola e ecológico do Faxinal Taquari dos Ribeiros, Rio Azul, Paraná**: Abordagem Etnocientífica e Geográfica. Dissertação (Mestrado em Gestão do Território), Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG. Ponta Grossa, 2012.

SILVA, C. A.; SALGADO, H. C. Xakriabá: Uma Comunidade Tradicional Indígena do Norte de Minas Gerais – Brasil. In: 12º Encontro de Geógrafos de América Latina Caminando en una América Latina en Transformación, Montevideo ... **Anais**, 12 Encontro de Geógrafos de América Latina – EGAL 2009. Montevideu, 2009.

SILVA, M. **A contribuição da floresta de Araucária para sustentabilidade dos Sistemas Faxinais**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico). Programa de Pós-graduação em Economia, Universidade Federal do Paraná – UFPR. Curitiba, 2005.

SILVEIRA, V. N. S. Racionalidade e organização: as múltiplas faces do enigma. RAC. **Revista de Administração Contemporânea (Impresso)**, São Paulo, v. 12, n. 4, p. 1107-1130, 2008.

SILVESTRE, D. O.; MOREIRA, A. P. C. Uso, Vivência e Conservação do Meio Ambiente em Populações Tradicionais: O exemplo da Comunidade Quilombola de Caiana dos Crioulos. **Cadernos do Logepa**, v. 6, p. 188-202, 2011.

SIMÕES, W. **Comunidades tradicionais de Faxinais e gestão de políticas públicas educacionais no Estado do Paraná**: compreendendo territórios e territorialidades. Dissertação (Mestrado em Gestão do Território). Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG. Ponta Grossa, 2009.

SIMÕES, W.; LÖWEN SAHR, C. L. As territorialidades dos faxinalenses e as políticas públicas educacionais do estado do Paraná: compreendendo realidades, problematizando limites e as possibilidades. **Terr@Plural**, Ponta Grossa, v. 2, n. 1, p. 115-132, Jan./jun., 2008.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SIQUEIRA PINTO, W. A racionalidade da práxis administrativa em fundações corporativas. **RAUSP. Revista de Administração**, São Paulo, v. 38, p. 330-342, 2003.

SIQUEIRA, G. M. V. **A Racionalidade Substantiva demonstrada na Prática Administrativa: Estudo de Caso – “Bando Árvore Sagrada”**. Monografia (Graduação em Administração). Departamento de Administração, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2009.

SIQUEIRA, G. M. V. **Tensão Entre as Racionalidades Substantiva e Instrumental na Gestão de Ecovilas**: Novas Fronteiras do Campo de Estudos. Novos Caminhos de um Campo de Estudo. Dissertação (Mestrado em Administração). Programa de Pós-graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2012.

SJOBERG, G. Comunidade (Community). In: SILVA, B. **Dicionário de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1987.

SOARES, J. G. **Comunidades faxinalenses no município de Rio Azul/PR**: gênese, características e transformações nos padrões espaciais de povoamento. Dissertação (Mestrado em Gestão do Território). Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG. Ponta Grossa, 2012.

SOBRINHO, J. S. **Brejos da Barra/BA**: comunidades camponesas no processo de *des*-envolvimento no Vale do São Francisco. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Programa de Pós-graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

SOCHODOLAK, H.; MANEIRA, R. Os faxinais na região de irati na década de 1940: a força de uma cultura tradicional. In: XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais – Diversidades e Desigualdades, Salvador ... **Anais**, UFBA, 07 a 10 de agosto de 2011.

SOUZA, A. A. G. **Limites da propriedade privada absoluta**: luta das comunidades quilombolas Poça e Peropava pelo direito de posse no Vale do Ribeira/SP. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011.

SOUZA, R. M. Fronteiras e passagens: a construção da identidade faxinalense. I Seminário Nacional Sociologia & Política ... **Anais**, Sociologia & Política, Curitiba, 2009.

SOUZA, R. M. Mapeamento social dos Faxinais no Paraná. In: ALMEIDA, A. W. B.; SOUZA, R. M. **Terras de Faxinais**. Manaus: Edições da Universidade do Estado do Amazonas – UEA, 2009a.

SOUZA, R. M. **Na luta pela terra, nascemos faxinalenses**: uma reinterpretação do campo intelectual de debates sobre os Faxinais. Tese (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal do Paraná – UFPR. Curitiba, 2010.

SOUZA, R. M.; BERTUSSI, M. L. **Relatório Final do 1º Encontro dos Povos dos Faxinais**. Irati, 05 e 06 de agosto de 2005. Irati, PR: IAP, 2005. 133 p.

- SOUZA, R. M.; SEIDEL, K. Q. **Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses**: no direito ou na luta, essa terra é Faxinalense. Encontro Estadual dos Povos Faxinalenses, 28 a 30 de agosto, Irati, PR. Irati, PR: [s.n.], 2009.
- SOUZA, W. J.; LINS, N. M. A. B. Contornos da Isonomia: Articulação de Elementos de Racionalidade na Gestão de uma ONG. In: XXX Encontro Nacional de Pós-graduação em Administração, Salvador ... **Anais**, XXX ENANPAD, 2006.
- SOUZA, W. J.; WELLEN, H. A. R.; TEIXEIRA, J.; RUBENS. M.; FERREIRA, L. A. . Entre a racionalidade instrumental e a racionalidade substantiva: estudos sobre o dilema do trabalho cooperativo. In: II Seminário Internacional de Educação Intercultural, Gênero e Movimentos Sociais, Florianópolis ... **Anais**, Identidade, diferenças e mediações., 2003.
- SPINK, M. J. P.; FREZZA, R. M. Práticas Discursivas e Produção de Sentido: a perspectiva da psicologia social. In: SPINK, M. J. P. **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano**: aproximações teóricas e metodológicas. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2013 (Edição Virtual).
- SPINK, M. J. P.; GIMENES, M. G. G. Práticas Discursivas e Produção de Sentido: Apontamentos Metodológicos para a Análise de Discursos sobre a Saúde e a Doença. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 149-171, 1994.
- SPINK, M. J. P.; LIMA, H. Rigor e visibilidade: a explicação dos passos da interpretação. In: SPINK, M. J. P. **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano**: aproximações teóricas e metodológicas. São Paulo: Cortez, 2000.
- SPINK, M. J. P.; LIMA, H. Rigor e visibilidade: a explicitação dos passos da interpretação. In: SPINK, M. J. P. **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano**: aproximações teóricas e metodológicas. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2013 (Edição Virtual).
- SPINK, M. J. P.; MEDRADO, B. Produção de Sentido no Cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas. In: SPINK, M. J. P. **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano**: aproximações teóricas e metodológicas. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2013 (Edição Virtual).
- SPINK, M. J. P.; MENEGON, V. M. A Pesquisa como Prática Discursiva: superando os horrores metodológicos. In: SPINK, M. J. P. **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano**: aproximações teóricas e metodológicas. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2013 (Edição Virtual).
- TAVARES, L. A. **As formas de propriedade da terra nos faxinais do Paraná**. In: III Simpósio Nacional de Geografia Agrária – II Simpósio Internacional de Geografia Agrária Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira – Presidente Prudente ... **Anais**, Simpósio, 11 a 15 de novembro de 2005.
- TAVARES, L. A. **Campesinato e os Faxinais do Paraná**: as terras de uso comum. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade de São Paulo – USP. São Paulo, 2008.
- TEIXEIRA, R. M.; SANTOS, I. C.; OLIVEIRA, E. A. A. Q. Educação sistematizada: a morte lenta da cultura Parakanã. **O&S. Organizações & Sociedade**, v. 16, p. 565-585, 2009.
- TERRA, E. M.; DORSA, A. C. As comunidades tradicionais, história, tradições, memória e perspectivas de desenvolvimento sustentável. In: IV Seminário dos Povos Indígenas e Sustentabilidade: saberes tradicionais e formação acadêmica, de 15 a 18 ago. 2011 ... **Anais**, Campo Grande – MS, Universidade Católica de Dom Bosco, 2011.
- THE OXFORD DICTIONARY OF ENGLISH ETYMOLOGY. **Community**. Oxford: Oxford University Press, 1966.
- THE OXFORD ENGLISH DICTIONARY. **Community**. Oxford: Clarendon Press, 1933.
- THER RÍOS, F. Diversidad y sentido patrimonial: contribuciones desde la antropología del territorio al estudio de comunidades tradicionales. **Terr@Plural**, Ponta Grossa, v. 5, n. 2, p. 153-167, Jul./Dez., 2011.
- THINESS, G.; LEMPEREUR, A. **Dicionário geral das Ciências Humanas**. Lisboa: Edições 70, 1984.
- THIRY-CHERQUES, H. R. Max Weber: o processo de racionalização e o desencantamento do trabalho nas organizações contemporâneas. **Revista de Administração Pública (Impresso)**, São Paulo, v. 43, p. 897-918, 2009
- TILMAN, R. Ferdinand Tönnies, Thorstein Veblen and Karl Marx: From community to society and back?. **Euro. J. History of Economic Thought**, n. 11, v. 4, p. 579–606, Winter 2004.

- TOLEDO, I. A. Representações e práticas culturais do Sistema Faxinal. In: SOCHODOLAK, H.; CAMPIGOTO, J. A. **Estudos em história cultural na região Sul do Paraná**. Guarapuava: Unicentro, 2008.
- TOLEDO, I. A.; CAMPIGOTO, J. A. A cultura no sistema Faxinal - comunidade de Marmeleiro de Baixo, Rebouças/PR. **Revista Tempo, Espaço e Linguagem (TEL)**, Ponta Grossa, v. 1, n. 3, p. 71-91, Set./Dez., 2010.
- TOLEDO, V. M.; BARRERA-BASSOLS, N. A etnoecologia: uma ciência pós-normal que estuda as sabedorias tradicionais. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 20, p. 31-45, Jul./Dez., 2009.
- TÖNNIES, F. **Comunidad y Sociedad**. Buenos Aires: Losada, 1947.
- TÖNNIES, F. Comunidade e sociedade. In: MIRANDA, O. **Para Ler Ferdinand Tonnies**. São Paulo: EDUSP, 1995.
- TÖNNIES, F. El Nacimiento de mis Conceptos de "comunidad" y "sociedad". **Sociológica**, Revista del Departamento de Sociología, ano 1, n. 1, p. 1-5, Primavera 1986.
- TÖNNIES, F. **Princípios de Sociologia**. México: FCE, 1963.
- TOTTO, P. Ferdinand Tonnies, um Racionalista Romântico. In: MIRANDA, O. **Para Ler Ferdinand Tonnies**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.
- TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.
- TÚLIO, E. **O sistema Faxinal: o ápice e o declínio de uma experiência coletiva de vida no campo**. Monografia (Especialização em História do Brasil). Curso de Pós-Graduação do Ensino de História do Brasil, Universidade Estadual do Centro-Oeste, Irati, 2004.
- ÜSDIKEN, B.; KIESER, A. Introduction: history in organization studies. **Business History**, v. 46, n. 3, p. 321-330, July, 2004.
- VALENTIM, R. P. F.; TRINDADE, Z. A. Modernidade e Comunidades Tradicionais: Memória, identidade e transmissão em território quilombola. **Revista de Psicologia Política**, v. 11, p. 295-308, 2011.
- VERGARA, N. Complejidad, Espacio, Tiempo e Interpretación: Notas para una hermenéutica del territorio. **Alpha**, Osorno, n. 28, Jul., 2009.
- VERGARA, N. Hombres y Entornos: Notas Para Una Metafísica Del Territorio. **Alpha**, Osorno, n. 25, Dic., 2007.
- VERGARA, S. C. **Métodos de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2005.
- VIDAL, F. A. B.; COSTA, D.; MOREIRA, V.; ALMEIDA, M. C. Terceiro Setor à Luz da Teoria Crítica. In: Encontro Nacional de Pós-graduação em Administração, Salvador ... **Anais**, XXX Enanpad, 2006.
- VIDAL, F. A. B.; MENEZES, M. I. C. B. B.; COSTA, D.; COSTA, S. P. B. Gestão Participativa e Voluntariado: Sinais de uma Racionalidade Substantiva na Administração de Organizações do Terceiro Setor. In: XXVIII Encontro Nacional dos Cursos de Pós-Graduação em Administração e Contabilidade, Curitiba ... **Anais**, Enanpad, 2004.
- VILCAPOMA, J. C. Conocimientos tradicionales de los pueblos indígenas en el Perú: un necesario replanteamiento. In: ALMEIDA, A. W. B. **Cadernos de Debates Nova Cartografia Social: conhecimentos tradicionais na Pan-Amazônia**. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia/UEA Edições, 2010.
- VILPOUX, O. F. Fatores de ameaça à estabilidade nos faxinais do Paraná: caso do Taquari dos Ribeiros. **Terr@Plural**, Ponta Grossa, v. 5, n. 2, p. 213-228, Jul./Dez., 2011.
- VIZEU, F. (Re)contando a Velha História: Reflexões sobre a Gênese do *Management*. **Revista de Administração Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 4, p. 780-797, 2010a.
- VIZEU, F. Contribuições da sociologia da dívida aos estudos sobre organizações substantivas. **O&S. Organizações e Sociedade**, Salvador, v. 16, n. 50, p. 409-427, Jul./Set., 2009.
- VIZEU, F. **Management no Brasil em perspectiva histórica: o projeto do IDORT nas décadas de 1930 e 1940**. Tese (Doutorado em Administração de Empresas). Programa de Pós-graduação em Administração, Fundação Getúlio Vargas – FGV. São Paulo, 2008.
- VIZEU, F. **Organizações burocratizadas rumo a razão comunicativa: o caso de uma instituição psiquiátrica**. Dissertação (Mestrado em Administração). Programa de Pós-Graduação em Administração – Mestrado e Doutorado, Universidade Federal do Paraná – UFPR, Curitiba/PR, 2004.

- VIZEU, F. Potencialidades da análise histórica nos estudos organizacionais brasileiros. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 50, n. 1, Jan./Mar. p. 37-47, 2010.
- VIZEU, F. Rural Heritage of early Brazilian Industrialists: its Impact on Managerial Orientation. **BAR. Brazilian Administration Review**, Rio de Janeiro, v. 8, p. 68-85, 2011.
- VIZEU, F.; MENEGETTI, F. K.; SEIFERT, R. E. Por uma crítica ao conceito de desenvolvimento sustentável. **Cadernos EBAPE.BR (FGV)**, São Paulo, v. 10, p. 6, 2012.
- WAGLEY, C. Estudos de comunidades no Brasil sob perspectiva nacional. **Sociologia**, São Paulo, v. XVI, n. 2, p. 3-22, Mai. 1954.
- WEBER, M. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- WEBER, M. **Conceitos Sociológicos Fundamentais**. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2010.
- WEBER, M. **Economia e Sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009.
- WEBER, M. **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1982.
- WEBER, M. **Parlamentarismo e Governo numa Alemanha Reconstruída; Capitalismo e Sociedade Rural na Alemanha o Caráter Nacional e os "Junkers"; Rejeições Religiosas no Mundo e suas Direções**. São Paulo: Nova Cultural, 1997. (Coleção Os Pensadores).
- WILLEMS, E. **Dicionário de Sociologia**. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1950.
- WIRTH, L. Delineamento e problemas da comunidade. In: FERNANDES, F. **Comunidade e sociedade: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação**. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1973.
- WREGE, C. D.; GREENWOOD, R. G. The Later years. In: WREGE, C. D.; GREENWOOD, R. G. **Frederick W. Taylor: the father of Scientific Management, Myth and Reality**. Romewood, US: Business One Irwin, 1991.
- WREN, D. A. Spreading the gospel of efficiency. In: WREN, D. **The history of the management thought**. Danvers, MA: John Wiley and Sons, 2005.

APÊNDICES

Apêndice 1: Caracterização das Entrevistas

Caracterização do Sujeito	Data, Local e Forma de Contato	Conteúdo e Tamanho do Documento
Faxinalense A	25 de maio de 2014. Visita feita em 22 de janeiro de 2014.	Relato de sua história, apontando como era a comunidade na época de seus pais e avós, salientando algumas mudanças que ocorreram ao longo dos anos. Faz questão de enfatizar que é um modo de vida ultrapassado que não se sustenta mais nos dias de hoje. Aponta que seria importante adotar as novas ferramentas de desenvolvimento disponíveis no mercado e oferecidas pelo governo. Discute os conflitos que tem ocorrido nos dias de hoje na comunidade e questões envolvendo o reconhecimento legal do Faxinal. Relata que poucas famílias vivem hoje do criadouro e que tende a deixar de existir (13 páginas).
Agente Público A	25 de maio de 2014. Visita feita em 30 de janeiro de 2014 na Sede da Instituição em Curitiba/PR.	Discute a atuação junto as comunidades tradicionais do Paraná, focando os Faxinais. Discute algumas situações que apontam para a necessidade de treinamento específico dos técnicos para o atendimento desses grupos. Discute a necessidade dos faxinalenses preencherem mais espaços em instituições e conselhos para ganharem mais visibilidade e assim força em sua luta. Tece alguns comentários sobre a discriminação da sociedade em relação a esses grupos e o desejo promovido pela sociedade de consumo (17 páginas).
Faxinalense B	06 de junho de 2014, na Comunidade. Nos conhecemos em agosto de 2013.	Conta um pouco de sua história, da história da comunidade, mas sobre a comunidade não se aprofunda muito. Descreve as características das práticas da comunidade, focando a criação de porcos a solta antes e hoje. Discute aspectos da comercialização desses animais. Aponta alguns acontecimentos que dificultaram a manutenção dessa prática e discute sobre a relação da comunidade com instituições públicas. Relata como os Faxinais tem reagido a partir da Rede Puxirão (17 páginas).
Faxinalense C	09 de junho de 2014, na comunidade. Indicado pelo Faxinalense B.	Contou como era a vida antigamente, fazendo a referencia ao que seu pai e tios contam sobre as práticas da comunidade. Relatou sobre a prática de criação de porcos a solta, como foi diminuindo ao longo dos anos e os conflitos decorrentes dessa prática, com chacreiros que se instalam na comunidade ou ainda com os agricultores do entorno. Relatou sobre a prática do mutirão que ainda tentam manter viva, sobre como se organizam para reivindicar direitos junto ao poder público, sobre a expectativa com o Projeto Gerar/Petrobrás e como percebe o futuro da comunidade (19 páginas).
Faxinalense D	09 de junho de 2014, na comunidade. Indicado pelo Faxinalense C.	Contou muitos causos sobre o passado e o presente da comunidade, sempre tentando ilustrar com passagens de seu cotidiano, até mesmo sobre a caçada de porcos que desapareciam por anos na floresta que era densa na área de criadouro. Demonstrou-se preocupado com os acontecimentos atuais na comunidade, principalmente com a invasão de casas, roubo e matança de animais, bem como com a chegada de pessoas de fora que só se preocupam com si mesmo. Relatou ainda alguns aspectos da relação conflituosa entre a comunidade e a prefeitura (11 páginas).
Faxinalense E	11 de junho de 2014, na Comunidade. Indicado pelo Faxinalense B.	Relatou sobre a vida quando era pequeno no interior da comunidade, focando a prática da criação de animais e a produção da erva mate, que era comum na comunidade e nos dias atuais está bastante escassa. Aponta alguns acontecimentos que acabaram prejudicando o dia dos faxinalenses. Relatou aspectos históricos relacionados à época da ditadura, como o fechamento de moinhos e abatedouros particulares, exigindo que tais práticas fossem realizadas em locais fiscalizados pelo governo (10 páginas).

Faxinalense F	11 de junho de 2014, na comunidade. Indicado pelo Faxinalense B.	Relata sobre a sua história de vida na comunidade, destacando seus pais e alguns outros parentes. Fala sobre a criação de porcos a solta, algo que sempre fez durante a vida. Relata que sempre manteve essa prática por ser algo comum nos Faxinais e que também seria uma renda para os agricultores, no seu caso particularmente por não ter condições físicas de trabalhar na lavoura, foi obrigado a se dedicar a criação de porcos, mantendo a lavoura em parceria com familiares ou vizinhos. Relatou ainda sobre seu conhecimento na produção manual de arreamentos, conhecimento passado por seu pai que também se dedicava a esse trabalho (9 páginas).
Faxinalense G	11 de junho de 2014. Indicado pelo Faxinalense B e sugerido pelo Agente Público A.	Aponta algumas práticas características dos faxinalenses que tem se perdido ao longo dos anos e a importância de mantê-las vivas. Discute sobre os principais conflitos que tem colocado em risco a sobrevivência da comunidade, com relato de casos de ameaças e morte de animais. Destaca que o interesse pelas terras de Faxinais está ligado à qualidade do solo e ao grande número de nascentes que ainda têm em seu interior. Demonstra-se confusa em relação aos motivos que podem estar levando pessoas que nasceram e viveram a vida toda em um Faxinal a lutar por sua extinção e defender o cercamento das propriedades privadas. Relata a importância da articulação dos grupos na Rede Puxirão, pois ali podem encontrar força para manter viva a comunidade, embora reconheça que os mais jovens dificilmente querem dar continuidade ao que os pais fizeram no meio rural (16 páginas).
Faxinalense H	08 de agosto de 2014, na comunidade. Nos conhecemos no Faxinal enquanto eu procurava o Faxinalense I.	Contou rapidamente e de forma nervosa como era a vida na comunidade antigamente, apontou o que foi mudando ao longo dos anos, discutiu sobre a criação a solta de animais e os conflitos e problemas que são enfrentados hoje em dia (3 páginas).
Faxinalense I	08 de agosto, na comunidade. Indicado pelo Faxinalense G.	Contou da sua vida na comunidade, da vida de seus familiares, da ida de seus filhos para a cidade grande por falta de opção na comunidade. Relatou uma série de conflitos que tem sido enfrentados nos últimos anos na comunidade em relação a criação de animais a solta, aos cercamentos de propriedades. Relatou sobre a falta de apoio do poder público e que depois da promulgação da legislação dos Faxinais não melhorou nada para o grupo. Informou sobre a luta dos faxinalenses para manutenção de seu modo de vida (11 páginas).
Agente Público B	08 de agosto de 2014, em Mandirituba/PR.	Apontou que na sua visão é uma questão delicada que gera muitos conflitos na comunidade que devem ser resolvidos pelos próprios envolvidos. Mostra-se contrário a manutenção dessas comunidades pelo fato de que todos tem direito a propriedade privada e que é uma forma antiga e ultrapassada de vida. Diz ainda que os chacreiros são um problema não só para os Faxinais, mas também para o poder público (3 páginas).
Faxinalense J	Indicado pelo Faxinalense B. Entrevista cedida pelo próprio entrevistado.	Conta um pouco da sua história, onde nasceu, cresceu, como foi criado. Fala de religião e dos religiosos da comunidade (3 páginas).

Agente Público C	20 de agosto de 2014, na Prefeitura de Prudentópolis. Contato via professor Maurício.	Relatou sobre a relação saudável entre a prefeitura e os Faxinais, projetos desenvolvidos, atividades futuras, forma de aplicação do ICMS Ecológico, organização interna dos Faxinais, conflitos internos e externos e da expectativa positiva para o futuro dessas comunidades em Prudentópolis, em decorrência do desenvolvimento e crescimento social e econômico delas. Destacou que historicamente a visão da sociedade era negativa em relação ao Faxinais e que isso tem mudado (14 páginas).
Faxinalense K	20 de agosto de 2014, na Comunidade. Indicado pelo Faxinalense B.	Contou um pouco da sua vida na comunidade, das dificuldades enfrentadas no dia a dia, de como a comunidade foi tendo seu território reduzido, diminuindo assim a diversidade e a quantidade de animais criados a solta. Relatou sobre a relação da comunidade com as instituições públicas e o que acha do futuro para o Faxinal, destacando alguns fatores que tem direcionado para o fim do criadouro comunitário (8 páginas).
Faxinalense J	23 de agosto de 2014, em Curitiba/PR. Indicado pelo Faxinalense B.	Retoma brevemente sua história de vida e foca no cotidiano da comunidade, descrevendo como os Faxinais estão organizados no Paraná. Relata sobre constituição da APF, da Articulação, sobre as leis municipais e estaduais que foram conquistadas, sobre os conselhos locais, estadual e federal e sobre comissão dos povos e comunidades tradicionais. Aponta os principais objetivos desses órgãos e como eles estão integrados (10 páginas).

Fonte: Entrevistas realizadas pelo autor (2014).

Apêndice 2: Caracterização dos Documentos

Fonte e Descrição do Material	Local, Data, Acesso e Tipo	Conteúdo e Tamanho do Documento
Instituto Equipe de Educadores Populares. Cartilha para uma Instrumentalização dos Direitos Faxinalenses	Guarapuava, 28 de agosto de 2011. Após contato por telefone, o material foi disponibilizado pelo IEEP em Irati. Impresso.	Traz algumas considerações sobre Faxinais, identidade faxinalense e acordos comunitários. Apresenta aspectos da legislação referente aos Faxinais, além de modelo de Acordo Comunitário e de Denúncia. Traz ainda a Carta Faxinalense referente ao 4º Encontro Estadual dos Povos Faxinalenses (17 páginas).
Instituto Equipe de Educadores Populares. Cartilha sobre Faxinais em Movimento	Guarapuava. Após contato por telefone, o material foi disponibilizado pelo IEEP em Irati. Impresso.	Apresenta uma série de experiências de gestão e sustentabilidade em Faxinais. Mostra exemplos de práticas cotidianas mantidas por diferentes famílias, com relação a lavoura, matas, animais e plantas medicinais. Destaca ainda uma discussão acerca dos acordos comunitários (19 páginas).
Instituto Equipe de Educadores Populares e Articulação Puxirão. Cartilha Nova Cartografia social dos povos e comunidades tradicionais do Brasil: Povos de Faxinais	Brasília, março de 2007. Após contato por telefone, o material foi disponibilizado pelo IEEP em Irati. Impresso, Fascículo 1.	Apresenta um mapeamento dos Faxinais no Paraná, discutindo suas características e localizando-as entre as diferentes comunidades, destacando aquelas que as possuem. Destaca conflitos sócioambientais comuns nos Faxinais. Apresenta ainda uma série de fotos de todo o processo de mapeamento. Traz alguns aspectos que são pauta da Articulação Puxirão, bem como suas conquistas ao longo dos anos (11 páginas).
Instituto Equipe de Educadores Populares e Articulação Puxirão. Cartilha Nova Cartografia social dos povos e comunidades tradicionais do Brasil: fé, conhecimentos tradicionais e práticas de cura	Brasília, fevereiro de 2008. Após contato por telefone, o material foi disponibilizado pelo IEEP em Irati. Arquivo PDF, Fascículo 1(1).	Apresenta um mapeamento dos Aprendizizes da Sabedoria nos Faxinais do Paraná. Discute alguns aspectos dos Aprendizizes da Sabedoria, características desse movimento, desafios, conquistas e reivindicações (16 páginas).
Instituto Equipe de Educadores Populares e Articulação Puxirão. Cartilha Nova Cartografia social dos povos e comunidades tradicionais do Brasil: Faxinalenses no Setor Centro	Brasília, novembro de 2008. Após contato por telefone, o material foi disponibilizado pelo IEEP em Irati. Arquivo PDF, Fascículo 1(2).	Apresenta um mapeamento dos Faxinais no Paraná, discutindo suas características e localizando-as entre as diferentes comunidades, destacando aquelas que as possuem. Destaca conflitos sócioambientais comuns nos Faxinais. Apresenta ainda uma série de fotos de todo o processo de mapeamento. Traz alguns aspectos que são pauta da Articulação Puxirão, bem como suas conquistas ao longo dos anos (11 páginas).
Instituto Equipe de Educadores Populares e Articulação Puxirão. Cartilha Nova Cartografia social dos povos e comunidades tradicionais do Brasil: Faxinalenses no Setor Sul	Brasília, setembro de 2008. Após contato por telefone, o material foi disponibilizado pelo IEEP em Irati. Impresso, Fascículo 1(3).	Apresenta um mapeamento dos Faxinais na região Sul do Paraná, discutindo suas características e localizando-as entre as diferentes comunidades, destacando aquelas que as possuem. Destaca conflitos sócioambientais comuns nos Faxinais. Apresenta ainda uma série de fotos de todo o processo de mapeamento. Traz alguns aspectos que são pauta da Articulação Puxirão, bem como suas conquistas ao longo dos anos (11 páginas).
Instituto Equipe de Educadores Populares e Articulação Puxirão. Cartilha Nova Cartografia social dos povos e comunidades tradicionais do Brasil: Faxinalenses no Setor Metropolitano de Curitiba	Brasília, setembro de 2008. Após contato por telefone, o material foi disponibilizado pelo IEEP em Irati. Impresso, Fascículo 1(4).	Apresenta um mapeamento dos Faxinais no Setor Metropolitano de Curitiba no Paraná, discutindo suas características e localizando-as entre as diferentes comunidades, destacando aquelas que as possuem. Destaca conflitos sócioambientais comuns nos Faxinais. Traz alguns aspectos que são pauta da Articulação Puxirão, bem como suas conquistas ao longo dos anos. Apresenta ainda uma série de fotos de todo o processo de mapeamento (11 páginas).

Instituto Equipe de Educadores Populares e Articulação Puxirão. Cartilha Nova Cartografia social dos povos e comunidades tradicionais do Brasil: Faxinalenses do Núcleo Metropolitano de Curitiba	Brasília, 2011. Após contato por telefone, o material foi disponibilizado pelo IEEP em Irati. Impresso, Fascículo 1(5).	Apresenta um mapeamento dos Faxinais Faxinalenses do Núcleo Metropolitano de Curitiba do Paraná, discutindo suas características e localizando-as entre as diferentes comunidades, destacando aquelas que as possuem. Destaca conflitos sócioambientais comuns nos Faxinais. Traz alguns aspectos que são pauta da Articulação Puxirão, bem como suas conquistas ao longo dos anos. Apresenta ainda uma série de fotos de todo o processo de mapeamento (11 páginas).
Instituto Equipe de Educadores Populares. Cartilha de mobilização popular do 1 Encontro dos Povos dos Faxinais	Irati, 2005. Após contato por telefone, o material foi disponibilizado pelo IEEP em Irati. Impresso.	Apresenta uma pequena estória do encontro dos Faxinais. Mostra as temáticas debatidas nas oficinas durante o encontro, ilustrando com fotos dos participantes (21 páginas).
Instituto Equipe de Educadores Populares. Relatório Final do 1º Encontro dos Povos dos Faxinais	Irati, 2005. Após contato por telefone, o material foi disponibilizado pelo IEEP em Irati. Impresso.	Divulga as discussões ocorridas em palestras, oficinas e nos trabalhos científicos (133 páginas, 44 do relatório e o restante de artigos).
Instituto Equipe de Educadores Populares. Cartilha de mobilização popular do 2º Encontro dos Povos dos Faxinais	Irati, 2007. Após contato por telefone, o material foi disponibilizado pelo IEEP em Irati. Impresso.	Apresenta as temáticas debatidas nas oficinas durante o encontro, ilustrando com fotos dos participantes. Relata as propostas da Articulação Puxirão. Retrata a legislação referente às comunidades faxinalenses (23 páginas).
Instituto Equipe de Educadores Populares. Cartilha de mobilização popular do 3º Encontro dos Povos dos Faxinais	Irati, 2009. Após contato por telefone, o material foi disponibilizado pelo IEEP em Irati. Impresso.	Apresenta as temáticas debatidas nas oficinas durante o encontro, ilustrando com fotos dos participantes. Retrata o contexto de lutas e conflitos, propostas e demandas das comunidades. Traz como anexo uma série de documentos legais. Traz ainda a Carta Final do Encontro (48 páginas).
Fornecido pelo Faxinalense B. Acordo Comunitário	Mandirituba, 2010. Após vários relatos nas diferentes entrevistas, solicitei uma cópia para conhecer. Impresso	Representa um Acordo Comunitário dos Faxinais do Meleiro, Pedra Preta e Espigão das Antas no Município de Mandirituba/PR. Apresenta aspectos conceituais e forma de organização dos Faxinais. As regras de convivência nos territórios faxinalenses, bem como infrações e punições a serem impostas em caso de descumprimento (8 páginas).
Articulação Puxirão. Cartilha Informativa sobre a ARESUR	Curitiba, 2009. Após contato por telefone, o material foi disponibilizado pelo IEEP em Irati. Impresso.	Discute aspectos relacionados à conceituação de Faxinais, de Aresur. Como se forma uma Aresur, legislação e implicações de se tornar um Aresur. Material traz informações para esclarecimento dos faxinalenses (6 páginas).
Tribuna do Paraná. Defesa dos povos tradicionais é discutida na Assembléia Legislativa	Curitiba, abril de 2009. Material disponível na internet. Arquivo PDF.	Aponta a realização de audiência pública para discussão de ações direcionadas aos povos e comunidades tradicionais do Paraná. Foram discutidos aspectos como acesso ao território, regularização fundiária e infraestrutura (1 página).
Tribuna do Paraná. Faxinais pedem políticas públicas	Curitiba, julho de 2007. Material disponível na internet. Arquivo PDF.	Relata a situação atual das comunidades faxinalenses no Paraná. Discute alguns aspectos específicos de sua cultura. Discute a questão da regularização fundiária e da definição de políticas públicas específicas para esses povos (2 páginas).
Gazeta do Povo. Em busca de uma identidade	Curitiba, março de 2013. Material disponível na internet. Arquivo PDF.	Relata a busca das comunidades tradicionais de Faxinais pela conquista de maior reconhecimento pelo Estado e Municípios, na tentativa de obter maior apoio e recursos destinados à melhoria das comunidades (2 páginas).
Gazeta do Povo. Faxinais em risco de	Curitiba, abril de 2009. Material disponível na	Discute aspectos como a falta de legislação específica, avanço do agronegócio e pouco estímulo aos

extinção	internet. Arquivo PDF.	agricultores, como fatores que tem contribuído para a extinção das comunidades tradicionais de Faxinais no Paraná (2 páginas).
Gazeta do Povo. Faxinais ganham status ambiental	Curitiba, setembro de 2013. Material disponível na internet. Arquivo PDF.	Discute o reconhecimento dos Faxinais como Áreas Especiais de Uso-Regulamentado, contribuindo assim para a proteção e o desenvolvimento desse modo de vida no campo (2 páginas).
Gazeta do Povo. O bom exemplo dos Faxinais	Curitiba, abril de 2012. Material disponível na internet. Arquivo PDF.	Discute a questão do uso consciente do meio ambiente e das práticas dos Faxinais que colaboram para a sustentabilidade. Aponta ainda para o baixo envolvimento de muitas pessoas (2 páginas).
Veja. Ameaça às Araucárias	São Paulo, janeiro de 2011. Material disponível na internet. Arquivo PDF.	Trás um pequeno relato da extinção das comunidades tradicionais de Faxinais, o que ameaça a floresta de Araucária no Estado (1 página).
Blog Paulo Justus. Definindo os Faxinais e Introduzindo o assunto	Julho de 2007. Material disponível na internet. Arquivo PDF.	Traz um relato que se inicia com uma discussão acerca do conceito de Faxinais e depois relata alguns aspectos da legislação e da situação dos Faxinais nos dias atuais (2 páginas).
Pautas na web. Faxinais são sistemas coletivos de exploração da terra	Maior de 2012. Material disponível na internet. Arquivo PDF.	Retrata historicamente os Faxinais e caracteriza as atividades cotidianas realizadas por faxinalenses em suas terras de uso coletivo (2 páginas).
Globo Rural. Clarice Couto, Terra em Transe	Setembro de 2010. Material disponível na internet. Arquivo PDF.	Discute as características específicas das comunidades tradicionais de Faxinais e apresenta a partir do relato de faxinalenses os principais fatores que tem contribuído para a extinção desses grupos (7 páginas).
O Diário. IAP promove reunião com Faxinais	Londrina, abril de 2012. Material disponível na internet. Arquivo PDF.	Relata reunião realizada entre representantes do IAP e as comunidades tradicionais de Faxinais para promover a legalização de das Unidades de Conservação, apontando os benefícios desse cadastro (1 página).
SBT, negócios da terra. Nova área de Faxinal garante proteção ambiental	Setembro de 2013. Material disponível na internet. Arquivo PDF.	Relata a conquista de um Faxinal em Boa Ventura do São Roque que foi reconhecido como ARESUR, discute os benefícios a serem gerados com os investimentos a serem feitos (2 páginas).
Plantão da cidade. Paraná ganha novas 4 áreas de uso sustentável	Ponta Grossa, junho de 2014. Material disponível na internet. Arquivo PDF.	Relata o reconhecimento de 4 Faxinais como ARESUR no Estado do Paraná, descrevendo os benefícios dessa conquista (2 páginas).
Câmara de Vereadores do Município de Quitandinha, Lei Orgânica do Município	Quitandinha, 30 de março de 1990. Material disponível na internet. Arquivo PDF.	Trata da política agrícola e agrária do município de Quitandinha (38 páginas – 2 páginas).
Ministério Público Federal, Relatório de Evento Externo – Seminário Local de Direitos Éticos e Coletivos	Quitandinha, 20 de novembro de 2008. Material disponível na internet. Arquivo PDF.	Com a presença de representantes de diferentes comunidades tradicionais do Paraná, foram discutidas questões relacionadas às dificuldades desses grupos acerca de manter seu território e sua cultura. Como debate aberto, muitas pessoas expõem opiniões e questionamentos (3 páginas).
Prefeitura de Prudentópolis, Regimento Interno do Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável	Prudentópolis, 06 de fevereiro de 2012. Material disponível na internet. Arquivo PDF.	Apresenta a organização do Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável, com as atribuições de seus representantes e as atividades a serem desenvolvidas pelo mesmo, em relação às políticas de desenvolvimento rural sustentável (10 páginas).
Prefeitura de Prudentópolis, LEI Nº 1.270	Prudentópolis, 17 de agosto de 2001. Material disponível na internet. Arquivo PDF.	Fica instituído no âmbito da Secretaria Municipal de Agricultura, responsável pelas políticas de Desenvolvimento Rural, o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, órgão colegiado de caráter permanente e deliberativo (2 páginas).

Câmara de Vereadores do Município de Prudentópolis, Lei Orgânica do Município	Prudentópolis, 05 de abril de 1990. Material disponível na internet. Arquivo PDF.	Trata da política agrícola e fundiária do município de Prudentópolis (57 páginas – 3 páginas).
Câmara de Vereadores do Município de Mandirituba, Lei Orgânica do Município	Mandirituba, 05 de maio de 1990. Material disponível na internet. Arquivo PDF.	Trata da política econômica e de meio ambiente do município de Mandirituba (68 páginas – 5 páginas).
Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, Projeto de Lei 567/12	Curitiba, 26 de novembro de 2012. Material disponível na internet. Arquivo PDF.	Dispõe sobre a criação do Conselho Estadual de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais do Estado do Paraná (32 páginas).
Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais	Brasília, agosto de 2005. Material disponível na internet. Arquivo PDF.	Relatório do I Encontro Nacional de Comunidades Tradicionais – Pautas para Políticas Públicas em que foram discutidos conceitos, demandas prioritárias, entraves e agenda de prioridades para a comissão (26 páginas).
Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais	Brasília, 12 de dezembro de 2007. Material disponível na internet. Arquivo PDF.	Deliberação CNPCT nº 001, Institui a Câmara Técnica Permanente de Inclusão Social no âmbito da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (3 páginas).
Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais	Brasília, 12 de dezembro de 2007. Material disponível na internet. Arquivo PDF.	Deliberação CNPCT nº 002, Institui a Câmara Técnica Permanente de Infra-Estrutura no âmbito da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (2 páginas).
Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais	Brasília, 12 de dezembro de 2007. Material disponível na internet. Arquivo PDF.	Deliberação CNPCT nº 003, Institui a Câmara Técnica Permanente de Acesso aos Territórios e aos Recursos Naturais no âmbito da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (2 páginas).
Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Portaria N. 86	Brasília, 12 de março de 2008. Material disponível na internet. Arquivo PDF.	Regimento Interno da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, que apresenta a organização da comissão, bem como seu foco de ação (7 páginas).
Ministério do Desenvolvimento Agrário, Conselho Nacional De Desenvolvimento Rural Sustentável - Condraf	Brasília, 19 de maio de 2011. Material disponível na internet. Arquivo PDF.	Resolução 83/2011, cria o Comitê Permanente de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais do Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável - CONDRAF, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, apresenta sua organização (4 páginas).
Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais	Brasília, 13 de maio de 2014. Material disponível na internet. Arquivo PDF.	Relatório descritivo que apresenta os antecedentes históricos da constituição da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais (13 páginas).
Decreto 6.040 de Fevereiro de 2007 da Presidência da República	Brasília, 13 de maio de 2014. Material disponível na internet. Arquivo PDF.	Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais. Estabelece algumas conceituações (4 páginas).
Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais	Brasília, 16 de novembro de 2006. Material disponível na internet. Arquivo PDF.	Ata 3, apresentação dos resultados gerais das Oficinas Regionais para a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais; Apreciação e votação do texto final para a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (17 páginas).

Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais	Brasília, 24 de abril de 2007. Material disponível na internet. Arquivo PDF.	Ata 4, aprovação da Resolução 001/2007 que estabelece as diretrizes para a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais; Construção do Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais; Pesquisa Nacional sobre Povos e Comunidades Tradicionais; Plano de Desenvolvimento Sustentável do Marajó (19 páginas).
Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais	Brasília, 19 de setembro de 2007. Material disponível na internet. Arquivo PDF.	Ata 5, Política e Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais; Povos e Comunidades Tradicionais na Agenda Social do Plano de Aceleração do Crescimento – PAC – Apresentação e Debates e Sobreposição de Obras do PAC sobre Territórios Tradicionais; Plantas Medicinais e Medicina Popular – Patrimônio natural e cultural dos povos e comunidades tradicionais/locais – estratégias de acesso, proteção e repartição de benefícios; desafios para Educação no Campo; Pesquisa Nacional sobre Povos e Comunidades Tradicionais (16 páginas).
Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais	Salvador, 12 de dezembro de 2007. Material disponível na internet. Arquivo PDF.	Ata 6, Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais: estratégias de construção e implementação; Pesquisa Nacional sobre Povos e Comunidades Tradicionais: Mapeamento das Comunidades Ribeirinhas da Ilha de Marajó; Oficina da Pesquisa Nacional; Agenda Social – Eixo de Povos e Comunidades Tradicionais; Informes sobre agenda conjunta de trabalho junto aos governos estaduais para a implementação da Política e do Plano Nacional (126 páginas).
Governo do Estado do Paraná	Curitiba, maio de 1961. Site do Arquivo Público do Paraná. Arquivo PDF.	Mensagem à Assembléia Legislativa do Estado. Relata ações realizadas pelo governo paranaense no ano de 1960, Agricultura e Pecuária (50 páginas – 3 páginas).
Governo do Estado do Paraná	Curitiba, maio de 1962. Site do Arquivo Público do Paraná. Arquivo PDF.	Mensagem à Assembléia Legislativa do Estado. Relata ações realizadas pelo governo paranaense no ano de 1961, Agricultura e Pecuária (111 páginas – 5 páginas).
Governo do Estado do Paraná	Curitiba, maio de 1963. Site do Arquivo Público do Paraná. Arquivo PDF.	Mensagem à Assembléia Legislativa do Estado. Relata ações realizadas pelo governo paranaense no ano de 1962, Agricultura e Pecuária (106 páginas – 7 páginas).
Governo do Estado do Paraná	Curitiba, maio de 1964. Site do Arquivo Público do Paraná. Arquivo PDF.	Mensagem à Assembléia Legislativa do Estado. Relata ações realizadas pelo governo paranaense no ano de 1963, Agricultura e Pecuária (162 páginas – 7 páginas).
Governo do Estado do Paraná	Curitiba, maio de 1965. Site do Arquivo Público do Paraná. Arquivo PDF.	Mensagem à Assembléia Legislativa do Estado. Relata ações realizadas pelo governo paranaense no ano de 1964, Agricultura e Pecuária (145 páginas – 3 páginas).
Governo do Estado do Paraná	Curitiba, março de 1967. Site do Arquivo Público do Paraná. Arquivo PDF.	Mensagem à Assembléia Legislativa do Estado. Relata ações realizadas pelo governo paranaense no ano de 1966, Agricultura e Pecuária (169 páginas – 9 páginas).
Governo do Estado do Paraná	Curitiba, março de 1968. Site do Arquivo Público do Paraná. Arquivo PDF.	Mensagem à Assembléia Legislativa do Estado. Relata ações realizadas pelo governo paranaense no ano de 1967, Agricultura e Pecuária (159 páginas – 9 páginas).
Governo do Estado do Paraná	Curitiba, março de 1970. Site do Arquivo Público do Paraná. Arquivo PDF.	Mensagem à Assembléia Legislativa do Estado. Relata ações realizadas pelo governo paranaense no ano de 1969, Agricultura e Pecuária (188 páginas – 13

		páginas).
Governo do Estado do Paraná	Curitiba, março de 1981. Site do Arquivo Público do Paraná. Arquivo PDF.	Mensagem à Assembléia Legislativa do Estado. Relata ações realizadas pelo governo paranaense no ano de 1980, Apoio Integrado ao Pequeno Produtor Rural e Melhoria da Renda da Agricultura Comercial (342 páginas – 30 páginas).
Governo do Estado do Paraná	Curitiba, março de 1982. Site do Arquivo Público do Paraná. Arquivo PDF.	Mensagem à Assembléia Legislativa do Estado. Relata ações realizadas pelo governo paranaense no ano de 1981, Agropecuária (404 páginas – 36 páginas).
Governo do Estado do Paraná	Curitiba, março de 1984. Site do Arquivo Público do Paraná. Arquivo PDF.	Mensagem à Assembléia Legislativa do Estado. Relata ações realizadas pelo governo paranaense no ano de 1983, Agricultura e Abastecimento (385 páginas – 19 páginas).
Governo do Estado do Paraná	Curitiba, fevereiro de 1988. Site do Arquivo Público do Paraná. Arquivo PDF.	Mensagem à Assembléia Legislativa do Estado. Relata ações realizadas pelo governo paranaense no ano de 1987, Agricultura e Abastecimento (249 páginas – 9 páginas).
Governo do Estado do Paraná	Curitiba, fevereiro de 1989. Site do Arquivo Público do Paraná. Arquivo PDF.	Mensagem à Assembléia Legislativa do Estado. Relata ações realizadas pelo governo paranaense no ano de 1988, Agricultura e Abastecimento (207 páginas – 5 páginas).
Governo do Estado do Paraná	Curitiba, fevereiro de 1990. Site do Arquivo Público do Paraná. Arquivo PDF.	Mensagem à Assembléia Legislativa do Estado. Relata ações realizadas pelo governo paranaense no ano de 1989, Agricultura e Abastecimento (150 páginas – 5 páginas).
Governo do Estado do Paraná	Curitiba, fevereiro de 1996. Site do Arquivo Público do Paraná. Arquivo PDF.	Mensagem à Assembléia Legislativa do Estado. Relata ações realizadas pelo governo paranaense no ano de 1995, projeto Paraná 12 meses (78 páginas – 5 páginas).
Governo do Estado do Paraná	Curitiba, fevereiro de 1997. Site do Arquivo Público do Paraná. Arquivo PDF.	Mensagem à Assembléia Legislativa do Estado. Relata ações realizadas pelo governo paranaense no ano de 1996, projeto Paraná 12 meses (99 páginas – 8 páginas).
Governo do Estado do Paraná	Curitiba, fevereiro de 1999. Site do Arquivo Público do Paraná. Arquivo PDF.	Mensagem à Assembléia Legislativa do Estado. Relata ações realizadas pelo governo paranaense no ano de 1998, projeto Paraná + Agricultura (275 páginas – 9 páginas).
Governo do Estado do Paraná	Curitiba, fevereiro de 2004. Site da Secretaria de Planejamento. Arquivo PDF.	Mensagem à Assembléia Legislativa do Estado. Relata ações realizadas pelo governo paranaense no ano de 2003 na Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (284 páginas – 8 páginas).
Governo do Estado do Paraná	Curitiba, fevereiro de 2010. Site da Secretaria de Planejamento. Arquivo PDF.	Mensagem à Assembléia Legislativa do Estado. Relata ações realizadas pelo governo paranaense no ano de 2009 na Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (365 páginas – 26 páginas).
Governo do Estado do Paraná	Curitiba, dezembro de 2010. Site da Secretaria de Planejamento. Arquivo PDF.	Mensagem à Assembléia Legislativa do Estado. Relata ações realizadas pelo governo paranaense no ano de 2010 na Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (366 páginas – 22 páginas).
Governo do Estado do Paraná	Curitiba, fevereiro de 2012. Site da Secretaria de Planejamento. Arquivo PDF.	Mensagem à Assembléia Legislativa do Estado. Relata ações realizadas pelo governo paranaense no ano de 2011 na Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (397 páginas – 28 páginas).
Governo do Estado do Paraná	Curitiba, fevereiro de 2013. Site da Secretaria de Planejamento. Arquivo PDF.	Mensagem à Assembléia Legislativa do Estado. Relata ações realizadas pelo governo paranaense no ano de 2012 na Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (406 páginas – 18 páginas).
CEMA - Conselho	Curitiba, 6 de agosto de	Ata da 87ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de

Estadual de Meio Ambiente	2013. Site do ITCG. Arquivo PDF.	Meio Ambiente, apresentação da Política de Resíduos Sólidos no Estado do Paraná (46 páginas).
CEMA - Conselho Estadual de Meio Ambiente	Curitiba, 14 de dezembro de 2010. Site do ITCG. Arquivo PDF.	Ata da 79ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Meio Ambiente, discute questões relacionadas a organização do conselho e trás relatos sobre os Faxinais (19 páginas).
ITCG/GP, Portaria Nº 023/2010	Curitiba, 27 de setembro de 2010. Site do ITCG. Arquivo PDF.	Definido o procedimento administrativo para a outorga da Certidão de Auto-Reconhecimento Faxinalense, cuja finalidade é oferecer mecanismo de visibilidade social e proteção à identidade e territorialidade específica dos faxinalenses (1 página).
Diretoria de biodiversidade e Áreas Protegidas	Curitiba, 09 de novembro de 2010. Site do ITCG. Arquivo PDF.	Discute a singularidade dos Sistemas Faxinais (17 páginas).
Assembléia Legislativa do Estado do Paraná	Curitiba, 13 de novembro de 2007. Material disponível na internet. Arquivo PDF.	Lei 15.673, Dispõe que o Estado do Paraná reconhece os Faxinais e sua territorialidade, conforme especifica (2 páginas).
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	Brasília, 26 de julho de 1961. Material disponível na internet. Arquivo PDF.	Decreto 51.058, Aprova o Plano de Emergência, para auxílio externo ao programa de desenvolvimento (51 páginas).
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	Brasília, 09 de março de 2004. Material disponível na internet. Arquivo PDF.	Instrução Normativa n. 6, Aprovar as Normas para a Erradicação da Peste Suína Clássica (PSC) a serem observadas em todo o Território Nacional (7 páginas).
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	Brasília, 03 de abril de 2007. Material disponível na internet. Arquivo PDF.	Instrução Normativa n. 8, Aprovar as Normas para o Controle e a Erradicação da Doença de Aujeszky (DA) em suídeos domésticos, a serem observadas em todo o território nacional (42 páginas).
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	Brasília, 20 de abril de 2004. Material disponível na internet. Arquivo PDF	Instrução Normativa n. 27, Plano de Contingência para Peste Suína Clássica, a ser observado em todo o Território Nacional (24 páginas).
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	Brasília, 10 de julho de 2001. Material disponível na internet. Arquivo PDF.	Instrução Normativa n. 35, Normas a serem observadas para a certificação de granjas de reprodutores suídeos (9 páginas).
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	Brasília, 18 de junho de 2004. Material disponível na internet. Arquivo PDF.	Instrução Normativa n. 47, Regulamento Técnico do Programa Nacional de Sanidade Suídea - PNSS (4 páginas).
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	Brasília, 24 de junho de 1988. Material disponível na internet. Arquivo PDF.	Portaria n. 85, Normas Relativas as Condições Gerais para Funcionamento dos Pequenos e Médios Matadouros para Abastecimento Local (6 páginas).
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	Brasília, 1 de novembro de 1995. Material disponível na internet. Arquivo PDF.	Portaria n. 711, Normas Técnicas de Instalações e Equipamentos para Abate e Industrialização de Suínos (99 páginas).
Governo do Paraná	Curitiba, 14 de agosto de 1997. Material disponível na internet. Arquivo PDF.	Decreto n. 3446, criação no Estado do Paraná das Áreas Especiais de Uso Regulamentado (2 páginas).
Presidência da República	Brasília, 19 de abril de 2004. Material disponível no site do IAP. Arquivo PDF.	Decreto 5.051, Promulga a Convenção no 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais (12 páginas).
Instituto Ambiental do Paraná – IAP	Curitiba, 18 de fevereiro de 2011. Material disponível no site do IAP. Arquivo PDF.	Portaria n. 28, dispõe sobre a criação de Conselho Gestor dos Faxinais em cada município (6 páginas).
Governo do Estado do Paraná	Curitiba em 27 de dezembro de 1996. Material disponível no site	Decreto n. 2792, dispõe sobre a Defesa Sanitária Animal em geral (23 páginas).

	ADAPAR. Arquivo PDF.	
Governo do Estado do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul	Junho de 2006. Material disponível no site ADAPAR. Arquivo PDF.	Manual de procedimentos operacionais do programa nacional de sanidade suídea para as unidades locais. Estabelece normas para harmonização das ações nos estados do PR, SC e RS (114 páginas).
Governo do Estado do Paraná	Curitiba, de março de 2004. Material disponível no site ADAPAR Arquivo PDF.	Regulamento estabelece os padrões e parâmetros técnicos mínimos a serem cumpridos no Estado do Paraná na construção das instalações de abate de bovídeos, suídeos, caprídeos e ovinos para fins de registro do estabelecimento no Serviço de Inspeção do Paraná/Produtos de Origem Animal (21 páginas).
CODEPAR	Curitiba, 1964. Material disponível na Biblioteca da SEPLAN. Material fotografado (1).	Relatório de gestão FDE e CODEPAR de 1964 (11 páginas).
CODEPAR	Curitiba, 1963. Material disponível na Biblioteca da SEPLAN. Material fotografado (2).	Relatório de gestão FDE e CODEPAR de 1963 (14 páginas).
CODEPAR	Curitiba, 1965. Material disponível na Biblioteca da SEPLAN. Material fotografado (3).	Relatório do Fundo de Desenvolvimento Econômico FDE de 1965 (21 páginas).
CODEPAR	Curitiba, 1973. Material disponível na Biblioteca da SEPLAN. Material fotografado (14).	Relatório do Badep de 1973, discutindo oportunidades de investimento em agricultura, pecuária, suinocultura e indústria (4 páginas).
BADEP	Curitiba, 1972. Material disponível na Biblioteca da SEPLAN. Material fotografado (19).	Projeto suinocultura: micro regiões 21 (15 páginas).
BADEP	Curitiba, 1982. Material disponível na Biblioteca da SEPLAN. Material fotografado (21).	Perfil industrial e pré-projeto para aproveitamento de derivados de carne suína: pré-projeto (10 páginas).
Governo do Paraná	Curitiba, 1980. Material disponível na Biblioteca da SEPLAN. Material fotografado (23).	Pro Rural: Projeto Integrado de Apoio ao Pequeno Produtor Rural, vol. II (25 páginas).
Governo do Paraná	Curitiba. Material disponível na Biblioteca da SEPLAN. Material fotografado (25).	Paraná Rural: Programa de Desenvolvimento Rural do Paraná – projeto produção animal (32 páginas).
Secretaria da Agricultura do Paraná	Curitiba, 1989. Material disponível na Biblioteca da SEPLAN. Material fotografado (26).	Projeto Produção Animal (28 páginas).
Governo do Paraná	Curitiba, 1956. Material disponível na Biblioteca da SEPLAN. Material fotografado (31).	Comissão de coordenação do plano de desenvolvimento econômico do Estado – Pladep, possibilidades de implantação industrial no Paraná, Estudo 9 (9 páginas).
Governo do Paraná	Curitiba, 1957/1959. Material disponível na Biblioteca da SEPLAN. Material fotografado (34).	Comissão de coordenação do plano de desenvolvimento econômico do Estado – Pladep, programa governamental de desenvolvimento econômico, boletim de divulgação n. 6 (16 páginas).
Governo do Paraná	Curitiba, 1963. Material disponível na Biblioteca da SEPLAN. Material	Plano de Desenvolvimento do Paraná: documento preliminar elaborado pela SAGMACS, aspectos da agricultura e pecuária (5 páginas).

	fotografado (37).	
Governo do Paraná	Curitiba, 1961. Material disponível na Biblioteca da SEPLAN. Material fotografado (38).	Comissão de coordenação do plano de desenvolvimento econômico do Estado – Pladep, análise da economia paranaense, estudo 40, agropecuária (16 páginas).
Assembléia Legislativa do Estado do Paraná	Curitiba, 18 de dezembro de 2012. Material disponível no site da Assembléia. Arquivo PDF.	Lei 17.425, dispõe sobre a criação do Conselho Estadual de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais do Estado do Paraná PCPICT/PR (8 páginas).

Fonte: Documentos coletados pelo autor (2014).

Apêndice 3: Caracterização dos Materiais Audiovisuais

Fonte e Descrição do Material	Local, Data, Acesso e Características	Conteúdo e Tamanho do Documento
IEEP. 1 Encontro dos povos dos Faxinais. Resistir em Puxirão pelo direito de repartir o chão	Irati, agosto de 2005. Material disponível na internet. Relatos editados.	Relata o cotidiano dos Faxinais, suas práticas e dificuldades. Mostra algumas discussões e oficinas do 1 Encontro dos povos dos Faxinais e como tem se organizado para defender seus direitos (14:17 minutos).
Globo Rural. Reportagem sobre Faxinais, parte 1	Prudentópolis, novembro de 2009. Material disponível na internet. Relatos editados.	Apresenta por meio de relatos diversos as comunidades faxinalenses no Paraná (11:46 minutos).
Globo Rural. Reportagem sobre Faxinais, parte 2	Prudentópolis, novembro de 2009. Material disponível na internet. Relatos editados.	Apresenta por meio de relatos diversos, ações que tem contribuído para a redução do processo de desagregação das comunidades faxinalenses no Paraná (6:31 minutos).
Cultura Sustentabilidade, CTA/Minc. Relato Alfredo Wagner	Material disponível na internet. Vídeo não editado.	O pesquisador responde no vídeo a pergunta de um ouvinte que questiona o que são os Faxinais e a relação deles com a questão da sustentabilidade (4:07 minutos).
TV Quem produções artísticas. IEEP, Faxinais comunhão da terra história de um povo	Curitiba, dezembro de 2004. Material disponível na internet. Relatos editados.	Conta a história dos Faxinais no Paraná, descreve suas características específicas. Apresenta ainda alguns fatores que tem prejudicado o cotidiano dessas comunidades (30:05 minutos).
Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais	Material disponível na internet. Vídeo não editado.	Discurso de um participante durante reunião dos faxinalenses, apontam sua percepção acerca da necessidade de articulação do grupo (1:35 minutos).
Fundo Brasil de Direitos Humanos. VI Encontro de Projetos do Fundo Brasil	São Paulo, junho de 2013. Material disponível na internet. Vídeo não editado.	Apresentação do projeto "No direito e na luta: essa terra é faxinalense" por Lidiane Lourenço, com apoio da Associação Comunitária do Faxinal Salso em que ela relata as características da comunidade e as ações realizadas no projeto (3:37 minutos).
Os Faxinais no Paraná	Material disponível na internet. Relatos editados.	Apresenta uma série de relatos de faxinalenses ilustrando as práticas comuns nas comunidades como a criação de porcos, galinhas, erva mate e hortaliças (3:03 minutos).
Ministério da Cultura, Petrobrás. Priscila Ernst, Os Faxinais uma história de luta e amor a terra	São João do Triunfo, 2008. Material disponível na internet. Relatos editados.	Conta a história de constituição e o cotidiano de uma comunidade tradicional faxinalense constituída por 2 família inicialmente. Apresenta aspectos religiosos do grupo (14:29 minutos).
Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses. 4 Encontro Estadual	Guarapuava, agosto de 2011. Material disponível na internet. Vídeo não editado.	Apresenta a palestra de Roberto de Souza em que faz uma Análise da Conjuntura dos Movimentos Sociais Tradicionais (15:32 minutos).

Fonte: Materiais Audiovisuais coletados pelo autor (2014).

Apêndice 4: Levantamento Primário de Temas Emergentes

Temas correspondentes às Entrevistas
Antigamente as práticas tradicionais dominavam os Faxinais (E)
Importância do cotidiano das comunidades (E)
Percebem-se mudanças no cotidiano dos Faxinais (E)
Considerado um modo de vida atrasado (E)
Necessidade de adotar novas práticas e ferramentas (E)
Conflitos com a questão ambiental (E)
Conflitos com a questão animais (E)
Questiona o reconhecimento legal dos Faxinais (E)
Questiona a transformação dos Faxinais em Aresur (E)
Pessoas moram aqui e trabalham na cidade (E)
Poucas famílias vivem do criadouro (E)
Visão negativa dos técnicos da Emater (E)
Necessidade de mudança na forma como os técnicos vêem as comunidades tradicionais (E)
Necessidade dos Faxinalenses preencherem espaços (E)
Sociedade discrimina os povos e comunidades tradicionais (E)
Sociedade de consumo promove o desejo (E)
As práticas cotidianas da comunidade são únicas (E)
A criação de porcos a solta ainda persiste (E)
A comercialização de animais está limitada (E)
A manutenção da criação de porcos está ameaçada (E)
Relação negativa entre comunidade e instituições públicas (E)
Falta de apoio do poder público municipal (E)
Fiscalização pune e não apóia ou orienta as comunidades (E)
Reação dos Faxinais pela Rede Puxirão (E)
Muitas pessoas trabalham na cidade (E)
Sossego da vida antigamente (E)
Criação de porcos a solta era importante para os moradores (E)
Criação de porcos tem reduzido (E)
Prática do mutirão nas lavouras ou manutenção da comunidade (E)
Partilha da carne e da produção entre moradores (E)
Conflitos com chacreiros (E)
Redução do território do criadouro comunitário (E)
Conflitos com agricultores vizinhos (E)
Organização dos Faxinais para lutar por direitos (E)
Vida pacífica antigamente nos Faxinais (E)
Criadouros antigos eram extensos (E)
Preocupação com invasão de casas e roubos (E)
Preocupação com a chegada de pessoas de fora individualistas (E)
Conflitos entre comunidades e prefeitura (E)
Criação de porcos era fácil pelo território e disponibilidade de alimentos (E)
A produção da erva mate era forte (E)
Cercamentos prejudicaram o criadouro (E)
Manutenção dos porcos ficou cara (E)
Chacreiros tornaram-se problemas (E)
Fechamento de moinhos e abatedouros (E)
Falta apoio do poder público (E)
Criação de porcos como renda (E)
Lavoura como apoio para a criação de porcos (E)
Conhecimentos tradicionais passados pelo pai (E)
Aprendeu sobre criação de porcos com o pai (E)
Desinteresse dos mais jovens sobre as práticas tradicionais (E)
Partilha de alimentos como prática cotidiana (E)
Troca de serviços como práticas (E)
Práticas tradicionais têm se perdido (E)
Conflitos com chacreiros (E)
Cercamento de áreas nos criadouros prejudica (E)
Ameaça e morte de animais (E)
Valorização das terras de Faxinais pelo solo e nascentes (E)
Faxinalenses contra o Faxinal (E)
Faxinalenses que defendem a propriedade privada (E)
Jovens não querem dar continuidade à comunidade (E)
Rede Puxirão para manter viva a comunidade (E)
Antigamente as pessoas eram unidas (E)
Extensão do território contribuía para as atividades cotidianas (E)

Antigamente a sobrevivência era mais fácil (E)
 Antigamente tinha mais fortuna (E)
 Criação de porcos está prejudicada (E)
 Muitas pessoas cercaram suas terras (E)
 Poucas pessoas participam das manutenções (E)
 Pessoas reclamam dos animais soltos (E)
 Poder público não dá apoio à comunidade (E)
 Filhos foram para a cidade grande por falta de opções aqui (E)
 Muitas propriedades estão sendo cercadas (E)
 Convivemos com maus tratos e morte de animais (E)
 Faxinalenses reclamam dos animais à solta (E)
 Falta de apoio do poder público (E)
 Legislação não melhorou a situação das comunidades (E)
 Faxinalenses são contra virar Aresur (E)
 Faxinalenses são contra manter criadouro (E)
 Faxinalenses estão organizados para lutar por seus direitos (E)
 Governo doou parte do nosso território para indústrias de madeira (E)
 Madeireira agiu na expulsão de famílias do território (E)
 Secretaria do Meio Ambiente tem relação mínima com os Faxinais (E)
 Prefeitura é neutra (E)
 Considerada uma forma antiga e ultrapassada (E)
 Pessoas têm direito à propriedade privada (E)
 Chacreiros são problemas para Faxinais e prefeitura (E)
 ICMS ecológico contribui para o desenvolvimento e o crescimento dos Faxinais (E)
 Conflitos são mais questões políticas (E)
 IAP busca incrementar as atividades das comunidades (E)
 IAP defende que os Faxinais sejam auto sustentáveis (E)
 A visão da sociedade sempre foi negativa (E)
 Prefeitura mantém boa relação com as comunidades (E)
 Problemas com chacreiros (E)
 Possibilidades de criar turismo nos Faxinais (E)
 Desperdício de usar criadouros só com animais (E)
 Conflitos com vizinhos por cercas, portões e animais (E)
 Muitas famílias saem do campo (E)
 Redução do território do Faxinal (E)
 Evasão de muitas famílias (E)
 Aresur não inibe atos ilegais (E)
 Chacreiros cercam as terras (E)
 Moradores trabalham nas cidades (E)
 Instalação de pessoas vindas das cidades (E)
 Pouco apoio do poder público (E)
 Diminuição da diversidade e qualidade dos animais (E)
 Escolas ensinam para o trabalho no mercado (E)
 Governo incentiva para o trabalho na cidade (E)
 Convivemos com o envelhecimento dos moradores (E)
 Abandono de práticas tradicionais (E)
 Forma de viver em comunhão (E)
 Prática da partilha (E)
 Reconhecimento do ser humano (E)
 Discriminados pela sociedade (E)
 Abandonados pelo poder público (E)
 Conflitos com os vizinhos agricultores (E)
 Redução do território pelos cercamentos (E)
 Organização das comunidades faxinalenses no Paraná (E)
 Resultados alcançados pela organização são positivos (E)
 Delicada relação com o poder público municipal (E)

Temas correspondentes aos Documentos

Rede Puxirão como espaço de articulação social e política (D)
 Invisibilidade social como característica central (D)
 Corriqueira violação de direitos étnicos e coletivos (D)
 Prefeituras ignoram a existência dos Faxinais (D)
 Maior articulação com órgãos públicos (D)
 Necessidade de limites para cercas e fechos (D)
 Necessidade de regras para criação de animais (D)
 Infrações e penalidades no descumprimento de regras (D)
 Uso comum dos recursos naturais (D)
 Ações coletivas da APF para defesa dos Faxinais (D)

Desmatamentos (D)
Envenenamentos (D)
Fechamento de áreas de uso comum (D)
Venda de áreas dos criadouros comunitários (D)
Ameaças de lideranças (D)
Não atendimento das resoluções judiciais (D)
Ofensiva dos poderes públicos municipais em extinguir os Faxinais (D)
Não aplicação ou repasse do ICMS ecológico (D)
Ataques ao patrimônio coletivo (D)
Avanço de monoculturas (D)
Redução dos territórios pela construção de obras públicas (D)
Avanço do capital (D)
Desrespeito à sócio biodiversidade (D)
Atenção às demandas das comunidades faxinalenses (D)
Reivindicações imediatas para instituições públicas (D)
Faxinais contribuem para preservação da Araucária (D)
Pressões para assumir monocultura química (D)
Desmanche dos criadouros comunitários (D)
Organização popular dos faxinalenses (D)
Problemas de natureza fundiária (D)
Problemas ambientais (D)
Falta de políticas específicas (D)
Falta de manutenção das cercas (D)
Problemas jurídicos (D)
Agronegócio como ameaça ao território dos Faxinais (D)
A forma de uso da terra protege o meio ambiente (D)
Trabalho em comunhão, tudo junto e unido (D)
Todos compartilham as terras (D)
Vida em comum (D)
Entrada de firmas grandes diminuiu o território (D)
Uso de recursos naturais e da terra de forma coletiva (D)
Reivindicações da Articulação Puxirão (D)
Coletivação do uso da terra para produção de animal a solta (D)
Conservação de raças nativas de suínos (D)
Modo próprio de vivência (D)
Gestão própria na forma de acordos comunitários (D)
Diminuição do território (D)
Expansão da monocultura (D)
Cercamentos na área dos criadouros comunitários (D)
Práticas do direito consuetudinário ou costumeiro (D)
Faxinal é liberdade da comunidade (D)
Articulação Puxirão é o movimento social (D)
Conflitos territoriais e fundiários (D)
Conflitos ambientais (D)
Acordos comunitários em defesa do Faxinal (D)
Conhecimentos tradicionais e práticas (D)
Agronegócio interfere na vida dos faxinalenses (D)
Falta de organização para fazer denúncias (D)
Organização de base (D)
Organização e mobilização da APF (D)
Contexto de lutas e conflitos (D)
Projetos opressores (D)
Criadouro comunitário e cultura são importantes (D)
Necessidade de políticas públicas para comunidades tradicionais (D)
Acesso aos territórios tradicionais (D)
Regularização fundiária e infraestrutura (D)
Inexistência de políticas públicas específicas (D)
Agronegócio vem invadindo nossas terras (D)
Criam e plantam para a própria subsistência (D)
Fora das comunidades acabam indo para periferias (D)
Conflito em relação à questão fundiária (D)
Articulação de organizações formais (D)
Faxinais começaram a se unir no Puxirão (D)
Falta de leis protecionistas (D)
Avanço do agronegócio (D)
Desestímulo dos agricultores (D)
A agricultura familiar rodeia os Faxinais (D)

Terras são cobiçadas por fazendeiros (D)
Reconhecimento como Aresur (D)
Aresur visa proteger e desenvolver (D)
Quase extinta pela desorganização (D)
Usam recursos naturais de maneira coletiva (D)
Ajudam a cuidar dos remanescentes de Araucária (D)
Jovem vê mais opções na cidade (D)
Evasão tem como consequência a venda da propriedade (D)
Utiliza técnicas de agricultura tradicional sem afetar o meio ambiente (D)
Modernização da agricultura descaracteriza os Faxinais (D)
Pressão grande do agronegócio (D)
Ameaça às Araucárias pela redução dos Faxinais (D)
Sobrevivem da agricultura e da criação para subsistência (D)
Secretaria da Agricultura vê com maus olhos a criação à solta (D)
Sistema de criação livre e coletiva gera economia de alimentação (D)
Faxinais correm risco de extinção (D)
Terceiros não assimilam as regras locais (D)
Renda de suínos é difícil pela mudança do manejo (D)
Receio de serem multados por órgão de defesa sanitária (D)
Aparecimento de granjas modernas reduziu a agricultura familiar (D)
Eliminação criminoso de rebanhos (D)
Comunidade firmou um regimento interno (D)
Objetiva-se o desenvolvimento rural econômico e social (D)
Readequação genética animal para melhorar a produtividade agropecuária (D)
Plano de desenvolvimento rural (D)
Órgãos públicos enxergam Faxinais como modo atrasado de vida (D)
Litígio com os chacreiros (D)
Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (D)
Políticas de Desenvolvimento Rural Sustentável (D)
Promover a agricultura familiar (D)
Promover o desenvolvimento do meio rural (D)
Conselho Estadual de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais do Paraná (D)
Conselho de representação e participação popular (D)
Os Faxinais ainda não há um movimento consolidado (D)
Ações para Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais (D)
Políticas públicas desarticuladas (D)
Modelo de desenvolvimento universalista (D)
Desenvolvimento da agropecuária paranaense (D)
Mecanização da lavoura (D)
Rede mínima de armazéns e silos (D)
Diversificar a produção agrícola em função do mercado (D)
Planos de governo para agricultura e pecuária (D)
Renovação do plantel suíno do estado (D)
Modernização da agropecuária na economia paranaense (D)
Plano de renovação dos rebanhos (D)
Assistência ao cooperativismo (D)
Programa de fomento à suinocultura (D)
Distribuição de reprodutores suínos de raça (D)
Fomento à suinocultura com reprodutores de boa linhagem (D)
Expansão da agropecuária pela junção do governo com a iniciativa privada (D)
Fiscalização para combate à peste suína (D)
Estímulo ao associativismo e cooperativismo (D)
Acesso a mercados mais bem remunerados ao produtor rural (D)
Treinamento de pequenos produtores em administração rural (D)
Difusão de tecnologia e insumos modernos (D)
Incrementar parque agroindustrial e exportações (D)
Pacote tecnológico (D)
Política agrícola induz ao consumo de insumos e máquinas (D)
Agricultura voltada para a exportação (D)
Iniciativas de renovação de métodos de trabalho (D)
Fortalecimento das associações de criadores (D)
Qualidade sanitária dos produtos de origem animal (D)
Incorporação de inovações tecnológicas no campo (D)
Estimular produtor para aumento da produção das criações (D)
Melhora contínua da qualidade dos plantéis (D)
Intensificação da fiscalização (D)
Sanidade agropecuária (D)

Qualificar e profissionalizar agricultores e familiares (D)
 Agricultura familiar como negócio lucrativo (D)
 Auto reconhecimento faxinalense (D)
 Criação de áreas especiais de uso regulamentado (D)
 Certificação de granjas de suínos (D)
 Normatização da atividade de suinocultura (D)
 Atividades permitidas nos Faxinais (D)
 Reconhecimento dos Faxinalenses (D)
 Conselho gestor dos Faxinais por município (D)
 Oportunidades de investimento do governo (D)
 Propostas para industrialização da carne suína (D)
 Atividades do Plano de Desenvolvimento do Estado (D)
 Desenvolvimento industrial paranaense (D)
 Apoio ao pequeno produtor rural (D)
 Importância da suinocultura para economia do estado (D)
 Recomendações para aumento da eficiência da suinocultura (D)
 Medidas para correção de deficiências na agricultura (D)

Temas correspondentes ao Material Audiovisual

Importância de ser tradicional (AV)
 Pertencer ao lugar (AV)
 Identidade social (AV)
 Mutirão pela coletividade (AV)
 Solidariedade no uso comum da terra e de recursos (AV)
 Agricultura moderna invade as tradições (AV)
 Sistema capitalista impõe tecnologias (AV)
 Agronegócio desestrutura o sistema de vida (AV)
 Resistência e luta pelos direitos (AV)
 Faxinal símbolo de liberdade (AV)
 Organização em Rede Puxirão para lutar (AV)
 Articulação Puxirão pelos direitos (AV)
 Legislação traz reconhecimento (AV)
 Regime comunitário de criação (AV)
 Respeito à natureza (AV)
 Não ao acúmulo e ao capital (AV)
 Vida em harmonia (AV)
 Esquema de mutirão promovia a união do povo (AV)
 Predomínio de práticas tradicionais no cotidiano (AV)
 Sistema de não propriedade da terra (AV)
 Desagregação pela evolução da agricultura (AV)
 Monocultura afeta o território (AV)
 Desagregação pela compra de terras de criadouros comunitários (AV)
 Agrotóxicos e adubos químicos destruindo terra e águas (AV)
 Famílias dos Faxinais se tornam favelados nas grandes cidades (AV)
 Falta união entre os faxinalenses (AV)
 No Faxinal indivíduo consegue viver pela subsistência (AV)
 Nas cidades faxinalenses compram tudo (AV)
 Precisa criar alternativas para permanecer no campo (AV)
 Agroecologia como solução (AV)
 Associação de produtores como forma de organização em grupo (AV)
 Legislação prejudica as comunidades (AV)
 Jovens desconhecem as tradições (AV)
 Criação de animais é comunitária (AV)
 Produção de milho para a criação (AV)
 Animal fechado o gasto é alto (AV)
 Faxinal promove a proteção da floresta (AV)
 Predomina a solidariedade e a harmonia no cotidiano (AV)
 Morte de animais por conflito (AV)
 ICMS ecológico como ajuda (AV)
 Reconhecimento nacional ajuda a fortalecer os Faxinais (AV)
 Pessoas vendem suas terras (AV)
 Crescimento sem perder tradições (AV)
 Necessidade de união dos esforços (AV)
 Parcerias para defesa dos direitos (AV)
 Revolução verde com o agronegócio afetou os Faxinais (AV)
 Criação comunitária de animais (AV)
 Vida em liberdade e coletiva (AV)
 Relação próxima entre vizinhos (AV)

Pessoas que saem enfrentam dificuldades nas cidades (AV)
Alto uso de agrotóxicos (AV)
Tendência a desvalorização da cultura (AV)
Preservação da mata pelo criadouro (AV)
Não existe ciúme entre vizinhos (AV)
Necessidade de maior participação dos mais jovens (AV)
Avanço do agronegócio como motivo de conflito (AV)
Aumento da violência contra lideranças dos grupos (AV)
Problema de judicialização do direito (AV)
Sucateamento dos órgãos ambientais (AV)
Bancada ruralista pressiona órgão ambientais (AV)
Novo código florestal pressiona os Faxinais (AV)
Campanhas do agronegócio contra as comunidades tradicionais (AV)
Necessidade de maior organização do movimento (AV)
Necessidade de ocupar mais espaços de luta (AV)
Agronegócio e bancada ruralista com forte poder político (AV)
Constituição de 88 é o início do olhar sobre as comunidades tradicionais (AV)
Auto reconhecimento é coletivo e chave para as comunidades tradicionais (AV)
Avanço jurídico na prática é lento (AV)
Necessidade de um ensino direcionado aos Faxinais (AV)
Leis do estado não inibiram os problemas (AV)
Muitas vezes o direito não sabe agir (AV)
Necessidade de empoderamento dos faxinalenses (AV)

Legenda: E – Entrevista; D – Documento; AV – Audiovisual.

Fonte: Entrevistas, Documentos e Materiais Audiovisuais coletados pelo autor (2014).

Apêndice 5: Codificação de Temáticas Intermediárias

Temáticas Primárias	Descrição Conceitual	Temática Intermediária		
Agronegócio como ameaça ao território dos Faxinais (D)	Surgimento do agronegócio e a expansão da monocultura no Paraná como processos negativos para as comunidades faxinalenses.	1. Transformações na Agricultura e Pecuária (24)		
Agronegócio desestrutura o sistema de vida (AV)				
Agronegócio e bancada ruralista com forte poder político (AV)				
Agronegócio interfere na vida dos faxinalenses (D)				
Agronegócio vem invadindo nossas terras (D)				
Avanço de monoculturas (D)				
Avanço do agronegócio (D)				
Avanço do agronegócio como motivo de conflito (AV)				
Campanhas do agronegócio contra as comunidades tradicionais (AV)				
Pressão grande do agronegócio (D)				
Pressões para assumir monocultura química (D)				
Revolução verde com o agronegócio afetou os Faxinais (AV)				
Desagregação pela evolução da agricultura (AV)				
Bancada ruralista pressiona órgãos ambientais (AV)				
Agricultura moderna invade as tradições (AV)				
Modernização da agricultura descaracteriza os Faxinais (D)				
Modernização da agropecuária na economia paranaense (D)				
Expansão da monocultura (D)				
Monocultura afeta o território (AV)				
Aparecimento de granjas modernas reduziu a agricultura familiar (D)			Processo de desconstrução territorial das comunidades faxinalenses.	2. Cercamentos e Redução dos Territórios (14)
Avanço do capital (D)				
Terras são cobiçadas por fazendeiros (D)				
Sistema capitalista impõe tecnologias (AV)				
Valorização das terras de Faxinais pelo solo e nascentes (E)				
Cercamento de áreas nos criadouros prejudica (E)				
Cercamentos na área dos criadouros comunitários (D)				
Cercamentos prejudicaram o criadouro (E)				
Redução do território do criadouro comunitário (E)				
Redução do território do Faxinal (E)				
Redução do território pelos cercamentos (E)				
Redução dos territórios pela construção de obras públicas (D)				
Muitas pessoas cercaram suas terras (E)				
Muitas propriedades estão sendo cercadas (E)				
Diminuição do território (D)				
Entrada de firmas grandes diminuiu o território (D)				
Alguns defendem que pessoas têm direito à propriedade privada (E)				
Faxinalenses que defendem a propriedade privada (E)				
Fechamento de áreas de uso comum (D)	Descaracterização dos Faxinais pela construção de chácaras.	3. Invasão dos Territórios (7)		
Problemas com chacreiros (E)				
Conflitos com chacreiros (E)				
Chacreiros cercam as terras (E)				
Chacreiros são problemas para Faxinais e prefeitura (E)				
Chacreiros tornaram-se problemas (E)	Divergências entre vizinhos.	4. Problemas de Vizinhaça (4)		
Litígio com os chacreiros (D)				
Conflitos com agricultores vizinhos (E)				
Conflitos com os vizinhos agricultores (E)				
Conflitos com vizinhos por cercas, portões e animais (E)	Reação dos povos faxinalenses na busca por sua sobrevivência.	5. Mobilização e Reação Coletiva (24)		
Faxinalenses contra o Faxinal (E)				
Organização das comunidades faxinalenses no Paraná (E)				
Organização de base (D)				
Organização dos Faxinais para lutar por direitos (E)				
Organização e mobilização da APF (D)				
Organização em Rede Puxirão para lutar (AV)				
Organização popular dos faxinalenses (D)				
Parcerias para defesa dos direitos (AV)				
Maior articulação com órgãos públicos (D)				
Conselho de representação e participação popular (D)				
Conselho Estadual de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais do Paraná (D)				

Conselho gestor dos Faxinais por município (D)		
Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (D)		
Rede Puxirão como espaço de articulação social e política (D)		
Rede Puxirão para manter viva a comunidade (E)		
Resultados alcançados pela organização são positivos (E)		
Reivindicações da Articulação Puxirão (D)		
Reação dos Faxinais pela Rede Puxirão (E)		
Faxinalenses estão organizados para lutar por seus direitos (E)		
Faxinais começaram a se unir no Puxirão (D)		
Articulação de organizações formais (D)		
Articulação Puxirão é o movimento social (D)		
Articulação Puxirão pelos direitos (AV)		
Ações coletivas da APF para defesa dos Faxinais (D)		
Associação de produtores como forma de organização em grupo (AV)		
Necessidade de maior organização do movimento (AV)		
Necessidade de maior participação dos mais jovens (AV)		
Necessidade de ocupar mais espaços de luta (AV)		
Necessidade de união dos esforços (AV)		
Necessidade dos Faxinalenses preencherem espaços (E)		
Necessidade de empoderamento dos faxinalenses (AV)		
Resistência e luta pelos direitos (AV)		
Acordos comunitários em defesa do Faxinal (D)		
Ações para Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais (D)		
Nos Faxinais ainda não há um movimento consolidado (D)		
Auto reconhecimento é coletivo e chave para as comunidades tradicionais (AV)		
Auto reconhecimento faxinalense (D)		
Criação de áreas especiais de uso regulamentado (D)		
Reconhecimento como Aresur (D)		
Reconhecimento dos Faxinalenses (D)		
Reconhecimento nacional ajuda a fortalecer os Faxinais (AV)		
Defesa do acesso aos territórios tradicionais (D)		
Reivindicações imediatas para instituições públicas (D)		
Constituição de 88 é início do olhar sobre comunidades tradicionais (AV)		
Legislação traz reconhecimento (AV)		
Atenção às demandas das comunidades faxinalenses (D)		
Necessidade de um ensino direcionado aos Faxinais (AV)		
Precisa criar alternativas para permanecer no campo (AV)		
Promover a agricultura familiar (D)		
Conflitos territoriais e fundiários (D)		
Conflito em relação à questão fundiária (D)		
Problemas de natureza fundiária (D)		
Aumento da violência contra lideranças dos grupos (AV)		
Ameaças de lideranças (D)		
Troca de serviços como práticas (E)		
Usam recursos naturais de maneira coletiva (D)		
Uso comum dos recursos naturais (D)		
Uso de recursos naturais e da terra de forma coletiva (D)		
Utiliza técnicas de agricultura tradicional sem afetar meio ambiente (D)		
Vida em comum (D)		
Vida em harmonia (AV)		
Vida em liberdade e coletiva (AV)		
Vida pacífica antigamente nos Faxinais (E)		
Todos compartilham as terras (D)		
Trabalho em comunhão, tudo junto e unido (D)		
Solidariedade no uso comum da terra e de recursos (AV)		
Sossego da vida antigamente (E)		
Sistema de não propriedade da terra (AV)		
Sobrevivem da agricultura e da criação para subsistência (D)		
Respeito à natureza (AV)		
	Expectativas e anseios que dominam o cotidiano das comunidades faxinalenses nos dias atuais.	6. Necessidades e Demandas para Proteção e Manutenção das Comunidades (24)
	Questão territorial como delicada.	7. Problemas Ligados a Questão Territorial (5)
	Características que representam as comunidades tradicionais de Faxinais.	8. Princípios, Valores e Práticas Tradicionais (52)

Preocupação com a chegada de pessoas de fora individualistas (E)		
Preocupação com invasão de casas e roubos (E)		
Quase extinta pela desorganização (D)		
Tendência à desvalorização da cultura (AV)		
Terceiros não assimilam as regras locais (D)		
Alguns questionam o reconhecimento legal dos Faxinais (E)		
Abandono de práticas tradicionais (E)		
Invisibilidade social como característica central (D)		
Desestímulo dos agricultores (D)		
Faxinais correm risco de extinção (D)		
Madeira agiu na expulsão de famílias do território (E)		
Sociedade de consumo promove o desejo (E)		
Sociedade discrimina os povos e comunidades tradicionais (E)		
Alguns questionam a transformação dos Faxinais em Aresur (E)		
Faxinalenses são contra virar Aresur (E)		
Criação comunitária de animais (AV)		
Criação de animais é comunitária (AV)		
Criação de porcos como renda (E)		
Regime comunitário de criação (AV)		
Conservação de raças nativas de suínos (D)		
Criadouro comunitário e cultura são importantes (D)		
A criação de porcos a solta ainda persiste (E)		
Aprendeu sobre criação de porcos com o pai (E)		
Extensão do território contribuía para as atividades cotidianas (E)		
Lavoura como apoio para a criação de porcos (E)		
Preservação da mata pelo criadouro (AV)		
Produção de milho para a criação (AV)		
Sistema de criação livre e coletiva gera economia de alimentação (D)		
Coletivação do uso da terra para produção de animal a solta (D)		
A comercialização de animais está limitada (E)		
Conflitos com a questão de animais (E)		
Convivemos com maus tratos e morte de animais (E)		
Criação de porcos a solta era importante para os moradores (E)		
Criação de porcos era fácil pelo território e disponibilidade de alimentos (E)		
Criação de porcos está prejudicada (E)		
Criação de porcos tem reduzido (E)		
Criadouros antigos eram extensos (E)		
Desmanche dos criadouros comunitários (D)		
Desagregação pela compra de terras de criadouros comunitários (AV)		
Venda de áreas dos criadouros comunitários (D)		
Desperdício de usar criadouros só com animais (E)		
Diminuição da diversidade e qualidade dos animais (E)		
Eliminação criminosa de rebanhos (D)		
Morte de animais por conflito (AV)		
A manutenção da criação de porcos está ameaçada (E)		
Ameaça e morte de animais (E)		
Animal fechado o gasto é alto (AV)		
Faxinalenses reclamam dos animais à solta (E)		
Faxinalenses são contra manter criadouro (E)		
Fechamento de moinhos e abatedouros (E)		
Manutenção dos porcos ficou cara (E)		
Pessoas reclamam dos animais soltos (E)		
Poucas famílias vivem do criadouro (E)		
Secretaria da Agricultura vê com maus olhos a criação à solta (D)		
Renda de suínos é difícil pela mudança do manejo (D)		
Necessidade de limites para cercas e fechos (D)		
Fiscalização pune e não apóia ou orienta as comunidades (E)		
Receio de serem multados por órgão de defesa sanitária (D)		
Intensificação da fiscalização (D)		
Conflitos entre comunidades e prefeitura (E)		
Conflitos são mais questões políticas (E)		
Falta apoio do poder público (E)		
	Prática do uso coletivo da terra para a criação.	11. Criação de Porcos à Solta e Lógica de Não Propriedade (14)
	Dificuldades enfrentadas na prática de criação de porcos à solta.	12. Barreiras à Manutenção da Criação de Porcos à Solta (30)
	Relação conflituosa e o distanciamento	13. Problemas Ligados a Questão Política

Falta de apoio do poder público (E)	entre instituições públicas e as comunidades faxinalenses.	(21)		
Falta de apoio do poder público municipal (E)				
Falta de políticas específicas (D)				
Inexistência de políticas públicas específicas (D)				
Ofensiva dos poderes públicos municipais em extinguir os Faxinais (D)				
Órgãos públicos enxergam Faxinais como modo atrasado de vida (D)				
Prefeitura é neutra (E)				
Prefeituras ignoram a existência dos Faxinais (D)				
Relação negativa entre comunidade e instituições públicas (E)				
Abandonados pelo poder público (E)				
Delicada relação com o poder público municipal (E)				
Pouco apoio do poder público (E)				
Poder público não dá apoio à comunidade (E)				
Políticas públicas desarticuladas (D)				
Secretaria do Meio Ambiente tem relação mínima com os Faxinais (E)				
Visão negativa dos técnicos da Emater (E)				
Necessidade de mudança na forma como os técnicos vêem as comunidades tradicionais (E)				
Necessidade de políticas públicas para comunidades tradicionais (D)				
Aresur não inibe atos ilegais (E)			Controvérsias relacionadas à legislação.	14. Problemas Ligados a Questão Legal (12)
Avanço jurídico na prática é lento (AV)				
Legislação não melhorou a situação das comunidades (E)				
Legislação prejudica as comunidades (AV)				
Muitas vezes o direito não sabe agir (AV)				
Não aplicação ou repasse do ICMS ecológico (D)				
Não atendimento das resoluções judiciais (D)				
Novo código florestal pressiona os Faxinais (AV)				
Problema de judicialização do direito (AV)				
Problemas jurídicos (D)				
Leis do estado não inibiram os problemas (AV)				
Falta de leis protecionistas (D)				
Atividades do Plano de Desenvolvimento do Estado (D)	Alinhamento do Governo com as propostas de modernização, desenvolvimento e crescimento da economia.	15. Propostas Governamentais e Políticas Públicas (60)		
Apoio ao pequeno produtor rural (D)				
Agroecologia como solução (AV)				
Certificação de granjas de suínos (D)				
Crescimento sem perder tradições (AV)				
Governo defende o desenvolvimento da agropecuária paranaense (D)				
Ações do governo para o desenvolvimento industrial paranaense (D)				
Difusão de tecnologia e insumos modernos (D)				
Distribuição de reprodutores suínos de raça (D)				
Diversificar a produção agrícola em função do mercado (D)				
Estimular produtor para aumento da produção das criações (D)				
Estímulo ao associativismo e cooperativismo (D)				
Expansão agropecuária pela junção do governo e iniciativa privada (D)				
Fiscalização para combate à peste suína (D)				
Fomento à suinocultura com reprodutores de boa linhagem (D)				
Fortalecimento das associações de criadores (D)				
Importância da suinocultura para economia do estado (D)				
Incorporação de inovações tecnológicas no campo (D)				
Incrementar parque agroindustrial e exportações (D)				
Iniciativas de renovação de métodos de trabalho (D)				
Necessidade de adotar novas práticas e ferramentas (E)				
Necessidade de regras para criação de animais (D)				
Mecanização da lavoura (D)				
Medidas para correção de deficiências na agricultura (D)				
Melhora contínua da qualidade dos plantéis (D)				
Oportunidades de investimento do governo (D)				
Pacote tecnológico (D)				
Plano de desenvolvimento rural (D)				
Plano de renovação dos rebanhos (D)				

Planos de governo para agricultura e pecuária (D)		
Política agrícola induz ao consumo de insumos e máquinas (D)		
Políticas de Desenvolvimento Rural Sustentável (D)		
Possibilidades de criar turismo nos Faxinais (E)		
Programa de fomento à suinocultura (D)		
Projetos de governo são opressores (D)		
Promover o desenvolvimento do meio rural (D)		
Propostas para industrialização da carne suína (D)		
Qualidade sanitária dos produtos de origem animal (D)		
Qualificar e profissionalizar agricultores e familiares (D)		
Regularização fundiária e infraestrutura (D)		
Renovação do plantel suíno do estado (D)		
Sanidade agropecuária (D)		
Treinamento de pequenos produtores em administração rural (D)		
Readequação genética animal para melhorar a produtividade agropecuária (D)		
Objetiva-se o desenvolvimento rural econômico e social (D)		
Recomendações para aumento da eficiência da suinocultura (D)		
Modelo de desenvolvimento universalista (D)		
Normatização da atividade de suinocultura (D)		
IAP busca incrementar as atividades das comunidades (E)		
IAP defende que os Faxinais sejam auto sustentáveis (E)		
ICMS ecológico como ajuda (AV)		
ICMS ecológico contribui para desenvolvimento e crescimento dos Faxinais (E)		
Aresur visa proteger e desenvolver (D)		
Governo doou parte do nosso território para indústrias de madeira (E)		
Governo incentiva para o trabalho na cidade (E)		
Governo busca acesso a mercados mais bem remunerados ao produtor rural (D)		
Governo prioriza agricultura familiar como negócio lucrativo (D)		
Governo defende a agricultura voltada para a exportação (D)		
Governo promove a assistência ao cooperativismo (D)		
Escolas ensinam para o trabalho no mercado (E)		
Jovem vê mais opções na cidade (D)		
Jovens desconhecem as tradições (AV)		
Jovens não querem dar continuidade à comunidade (E)		
Fora das comunidades acabam indo para periferias (D)		
Desinteresse dos mais jovens sobre as práticas tradicionais (E)		
Evasão de muitas famílias (E)		
Evasão tem como consequência a venda da propriedade (D)		
Pessoas vendem suas terras (AV)		
Famílias dos Faxinais se tornam favelados nas grandes cidades (AV)		
Filhos foram para a cidade grande por falta de opções aqui (E)		
Moradores trabalham nas cidades (E)		
Muitas famílias saem do campo (E)		
Muitas pessoas trabalham na cidade (E)		
Nas cidades faxinalenses compram tudo (AV)		
Pessoas moram aqui e trabalham na cidade (E)		
Pessoas que saem enfrentam dificuldades nas cidades (AV)		
	Realidade social enfrentada por muitas comunidades.	16. Enfraquecimento da Cultura Tradicional (16)

Legenda: E – Entrevista; D – Documento; AV – Audiovisual. Os números entre parênteses nas Temáticas Intermediárias correspondem ao número de Temáticas Primárias que as compõem.

Fonte: Entrevistas, Documentos e Materiais Audiovisuais coletados pelo autor (2014).

Apêndice 6: Mapa 1/Usos do Território, Ação Coletiva e Produção para Subsistência

Mapa 1: Uso do Território, Ação Coletiva e Lógica de Produção para Subsistência.

Fonte	Associações de 1ª Ordem	Associações de 2ª Ordem	Associações de 3ª Ordem	Explicações das Associações
Faxinalense A	<p>As cercas eram feitas de valas né a vala tipo ai 1 metro e meio de largura por 2 metros de altura, onde era cavado na cortadeira, não existia máquina, era tudo braçal né, e as pessoas soltavam as criação e cada um criava cavalo, vaca, porcos, galinhas, tudo em comum né, então usava, tivesse terreno ou não tivesse, ele usava a propriedade para sobrevivência então dos animais né, e a produção da agricultura era fora do criadouro</p> <p>todos os filhos estudavam na escolinha do lugar né, eles iam tudo junto pra escola, o pessoal um ia tomar chimarrão na casa do outro, tinha uma convivência de amizade muito melhor</p> <p>Sim, ate o meu vizinho lá tinha época que ele tinha 200 porcos gordos pra vender, ele plantava a roça e criava, mas ele podia vender</p>	<p>Você panhava lá um porco de 200Kg vinha pra Mandirituba, você voltava com a carroça cheia de açúcar, sal, trigo aquilo que era para a família</p>	<p>naquela época não se usava o óleo de cozinha, este óleo vegetal né, só banha do porco, hoje vamos dizer assim, são mínimas as pessoas que usam a banha do porco pra temperar a alimentação no começo que não se plantava com agrotóxico, não se plantava com veneno era tudo na base da enxada, era tudo natural</p>	<p>então era a sobrevivência do agricultor com o milho que ele plantava com o feijão, e com os animais que ele vendia além do consumo para casa</p>
Faxinalense H	<p>eu sou de acordo de ajudar a trabalhar, mas só assim se for uma coisa que todo mundo faça, agora se eu fizer, 2 ou 3 fizer</p>			

	<p>Antes tinha o pessoal ai e o pessoal todo mundo que tinha área de terra ai então era por tarefa, então essa área aqui eu fazia, lá adiante era outro proprietário ele fazia, então era assim, todo mundo nesse sistema vivia em comunidade</p> <p>É pra comer né, pra mim e pra família. Pra família também, meu filhos não criam então eu crio pra eles</p>	<p>Toda vida, toda vida eu criei porco. Eu casei e meu pai era criador, que nem eu falei pra você como era antigamente ai acabou. Daí ele criava porco, muitas vezes eu cuidava e levava pra engordar</p> <p>Mas ai depois acabou esse sistema, todo mundo vivia em comunidade, mas começou a aparecer os problemas, as brigas na comunidade</p> <p>Antigamente sim, vendia pro pessoal né, pessoa ai de Curitiba, pessoal vinha ai comprar um leitão então vendia</p>	<p>Uai a causa principal foi que ninguém queria mais trabalhar nas cercas, não queria fazer a manutenção das cercas</p>	<p>Todo mundo queria ter criação, mas ninguém queria fazer as cercas né</p> <p>E ainda vem ainda. Ainda vem um pessoal ai de fora que conhece, que tem conhecimento vem ai</p>
Faxinalense K	<p>eu nasci e me criei dentro do Faxinal, estudei um pouco e voltei a trabalhar na lavoura junto com a família né</p> <p>Pro consumo próprio e pro comércio</p> <p>Vivo, porco vivo, o pessoal compra e leva vivo ele, um ou outro pede pra gente abater, mas ele vai fazer o preparo dele na sua propriedade né</p>	<p>É uma comunidade tradicional, mas o trabalho é todo em família</p> <p>Pro comércio também né. Tem uma procura grande, agora pela questão do porco comum né, produzido nos faxinais</p> <p>não tem abatedouro e não tem acompanhamento de medico veterinário nenhum</p>		<p>ate porque se fosse pra vender abatido tinha que ter um abatedouro</p>

	<p>Sim, porque se você tiver uns bichos bons, pela procura que tem, gera renda sim, é uma renda boa</p> <p>Pra ganhar mais músculo e pra limpar ele de capim, porque ela pasta de tudo, o que ele vê pela frente ele ta comendo, ai muitas vezes a carne dele fica com gosto de capim</p> <p>Claro vai aumentar</p>	<p>o que você tiver vende, é difícil ficar sobrando, pode até sobrar, mas o lucro se ta ganhando em peso né, e logo você consegue colocar a venda, e você vende banha, e você vende porco vivo</p> <p>você precisa fazer um controle de verminose também nele né, da uma desverminada, e o verminante dele vence com uns 20 dias</p> <p>quando nos tinha o território grande, nos tinha a criação de animal a solta com qualidade, o custo pra se manter um animal era bem baixo</p>	<p>na verdade cada um conhece as suas praticas antigas e assim é que vai se fosse pra vender no mercado, se fosse pra colocar no mercado a porção de porco tinha que ter tudo isso né, selo e tudo isso, e ai não ter resistência por esse lado mais, mas não tem esse interesse mais, só pro consumo mesmo, da família</p> <p>há uma procura grande por leitão, bacuro que nos falamos né, de 20Kg nessa media né, pra final de ano, pra carne</p>	<p>você separa ele por uns 30, 40 dias no chiqueiro, um pré-confinamento, inicio de confinamento, mas é tratado so com milho e não com ração</p> <p>hoje você tem que tratar 4, 5 meses no inverno bem pra você não perde ele, porque ele morre não tem o que comer</p>
Faxinalense F	<p>aqui o que é solto, ele solta de manhã ai se tu quiser dar um tratinho ali no horário de almoço, meio dia, tu dá, se não, não, daí ele só vem à tarde, você fecha, trata ele posa a noite fechado e no outro dia você libera de novo</p>	<p>cada um ai sabe a casa do seu dono e volta certinho</p>		

	<p>é vendido para alguém que compra pra engordar, pra abater né</p> <p>nós temos a lavoura para a criação de porco</p> <p>O leitão geralmente já está tudo fechado né, os caras levam. Ele nem saiu para o criadouro</p>	<p>Porque eu mesmo hoje não engordo, eu vendo o leitão</p> <p>O milho que nós produzimos ai é tudo para o consumo, porco, galinha e cavalo</p> <p>Ficam mais soltas as criadeiras, mas é tudo tratada</p>	<p>você abriu a porteira do chiqueiro cada um sabe qual é a sua parte também</p> <p>Aqui vende tudo para o particular, um aparece e quer comprar 2 ou 3 para engordar pro corte né</p> <p>O porco solto lá no mato inteiro ele come uma fruta no mato que dá né, ele come pinhão, quando tem pinheiro, que cai pinhão ele come. Ele fuça e come uma raiz, que tem na terra ele come. Pasta come grama</p>	<p>Se entrar um que não é acostumado ali o outro já bate nele já ai tem que sair fora já. Ele vai certinho. Os animais solto procuram cada dono</p> <p>Eles engordam fechado. Compram e engordam fechado</p> <p>o porco come grama também. Tem hora que ele fuça e tem hora que ele come grama</p>
Faxinalense E	<p>eu tinha 7 anos e tinha uma porquinha, meu pai tinha mais de 150 cabeças de porco</p> <p>Criação era tudo solta</p> <p>não muito, pro gasto</p>	<p>O pessoal ai todo mundo tinha bastante porco né</p> <p>Tinha a mangueira pra catar ele, recolhia na mangueira porque cada vizinho tinha os porco que vinha nas casa certa né, então os porco ficava tudo solto</p> <p>Sobra uns que vende pros amigo ai, pro pessoal de Curitiba que vem comprar uns leitão mas é pouco</p>	<p>Morreu quase todo o rebanho da vizinhança aí, morreu tudo, aquele peste rapou a porcada</p> <p>Tratava de manhã e de tarde Todo mundo tinha aqui, ninguém comprava</p>	

	<p>catava quatro meses engordando ele jogava milho ai nas mangueira com paia e o porco</p> <p>o pessoal não criam muito mas vende para fora, vende pros que tem açougue né, daí vai pro açougue</p> <p>agora tem uma lei do Faxinal né, que foi feita não sei se ta vigorando ou não , de comprar o terreno e não cerca todo</p>	<p>chiqueirao não existia ninguém tinha era só mangueira, tratavam nas mangueiras</p> <p>tem que ser inspecionado como dizem</p> <p>então foi posto uma lei que pode fechar só uma porcentagem , 20% né e deixar o resto</p>	<p>antigamente era assim você tinha 5, 6, 8 criadeira, criava os leitão cortava os porquinho deixava eles solto e ia catandinho dava uma duas espiga de milho no dia ele ia crescendo e você engorda o porco de um ano em diante</p>	<p>só vendia o porco com um ano e meio mais ou menos, um ano e cinco mês quatro mês</p>
Faxinalense J	<p>faxinalense é um costume próprio tradicional, uma cultura nossa que tem como marca principal o uso comum dos recursos naturais, procriando os animais</p>	<p>baseado também na nossa renda da criação do rebanho, e no extrativismo da erva mate, pinhão, essas coisas</p>	<p>Outra coisa que marca bastante no nosso costume é a preservação da natureza, a preservação das águas, a gente se beneficia dos recursos naturais sem causar impacto ambiental, danos</p>	<p>então isso é uma coisa muito sagrada nossa do nosso seguimento faxinalense</p>
Faxinalense D	<p>Antigamente era uma vida boa, porque tudo tinha paz, tinha amizade, combinação, ajuda de um pelo outro</p> <p>Tudo solto</p>	<p>ia na escola até meio dia durante a tarde ia capinar as roça lá, ia plantar</p>	<p>então era pé no chão, pisando em toco, apanhando nas roças, uma peleja, mas era bom</p>	

	<p>Salame</p> <p>ele comia fruta, quando tinha fruta ele comia</p> <p>as vez o porco era grande outro precisava, ai, olha eu vou matar um porco se você precisa eu te empresto, emprestava metade do porco</p> <p>Meu deus do céu, mais tinha, mais tinha, antigamente se eu conta pra você uma coisa a gente tinha uma vida muito boa</p>	<p>uns queria pra cria, outros queria pra casamento, outros queriam pra engorda</p> <p>daí todo mundo compra</p> <p>mas ai pra fecha ele, pra carnear ele pro consumo, os que mais prendiam era por ate 70 dias no chiqueiro, 90, outros ia ate 120</p> <p>Por isso que eu digo que a vida era boa. Um servia o outro</p> <p>era fritado, picava e enlatava, guardava enlatadinha a carne e o toucinho charqueava, porque aquele tempo quase que não existia fogão. Nos paiol eram uns trempao e aquelas tora de pau e o toucinho ai ali enxugando, era gostoso</p>	<p>aqueles que moravam dentro do terreno de planta que não tem jeito de cria, dentro do terreno de planta não tem jeito de cria mesmo</p> <p>Tudo a gordura daquela comida da lavagem que a criação come, ou o porco, fica na carne ou na banha</p> <p>Se tivesse leitoa assim eles iam escarnando a leitoa, hoje fritava, amanha assava</p> <p>porque não precisava mais vim em casa, pinhão ai era fartura, muito rico de pinheiro, rico mesmo, não era como agora</p>	<p>porque só desmancham pra salame, porque para consumo próprio o porco que come ração e lavagem não presta a carne</p> <p>vai frita uma panela de banha, quando ela começa a solta a gordura ela gruda o picado e fica igual um chapéu, você vai mexe ela vira inteira, solta todo o gosto daquela lavagem por isso que não presta</p>
--	--	---	--	---

Faxinalense I	<p>Nós temos porquinho solto aqui eu tenho 3 cavalos, tenho vaca, de vez em quando engordo um boizinho pro gasto e vendo ai pros caras que compram pra leite né</p> <p>Antes era que nem agora assim a vida, era a mesma coisa</p> <p>Você pode cercar que nem aqui, podia cercar em volta da casa, fazer uma horta que nem tá ali e o resto tinha que deixar pra Faxinal, pra criação andar tranqüilo, ser liberado pra eles andar</p> <p>Nós criamos pra vender a criação e pro gasto</p> <p>que nem as vezes esses chacreiros que tem as chácaras aqui eles não criam ai a gente pega e vende pra eles</p> <p>Aqui tudo vizinho quando matava um porco, que nem aquele grandão que você viu lá era dividido os pedacinhos</p>	<p>então a vida nossa é assim e eu planto roça também eu tenho lavoura, eu planto roça</p> <p>meus pais quando moravam aqui, agora eles são falecidos os dois, a vida deles era assim também, eles plantavam roça e tinham as criações soltas e daí pra arrumar isso daí eles faziam mutirão né, a cerca do criadouro</p> <p>Nós matamos assim os porquinhos e derretemos a banha, daí vendemos assim</p>	<p>a vida que eles levavam nós estamos levamos a mesma coisa</p> <p>Ou se não pegamos e matamos e vendemos os pedaços</p> <p>Nós vendemos por aqui mesmo</p>	
Faxinalense C	<p>antigamente era o território maior, tinha diversidade mais rica e aqui era muito rico de pinheiro né</p>	<p>nossa o pinheiro dominava muito aqui, e o pessoal criavam porco, aquele porco alçado mesmo que as pessoas tinham o porco e não conheciam os animais que tinham</p>	<p>porcos enfiavam no mato e daí não vinham pra casa, tinham comida a vontade na época de pinhão, e daí iam pegar o porco lá a cachorro</p>	

<p>O cavalo era muito utilizado, hoje não é tanto, pra serviço de lavoura e tração animal e existia muito cavalo</p> <p>Eles pegavam os porcos assim né, daí uns ficavam pro gasto e outros eles pegavam e vendiam</p> <p>Antigamente se você tivesse um porco, matasse ele e levasse pra vender, vendia, se você tivesse meia dúzia de galinha, você podia pegar ela, levar na cidade e vendia ovos</p> <p>Não a prática é a mesma, ele é criado assim a solta como era antes e ele é tratado de manhã, aí ele vai pro mato, daí de tarde ele volta trata de novo eles, daí uns deixa posar fechado no outro dia é que vai soltar daí ele solta de novo a linguagem correta que era, era pixirum daí o povo foi entendendo pixirum que é o mesmo puxirão que é o mesmo que mutirão</p> <p>o pessoal tinha um porco pra matar, avisava alguns pra ajudar a matar o porco, daí fazer todo o trabalho de descarnar e tudo, daí fazia tipo um mutirão né</p>	<p>pegavam o porco, prendiam daí castravam daí vendiam pra fora</p> <p>não carecia ter quantidade, mas você ia e vendia</p> <p>o povo se reunia lá o vizinho tinha uma lavoura e precisa capinar, aí ele convidava as pessoas, os amigos, os moradores iam tudo lá limpar a lavoura pra ele, era o pixirum, aí eles trabalhavam durante o dia, aí a noite eles matavam porco, aí eles faziam uma festa de noite, até um baile faziam de noite</p>	<p>acho que vendiam na cidade, às vezes outras comunidades que eram mais terra de planta vinham comprar, pessoas que não tinham criação de porcos compravam né pro gasto também</p> <p>As coisas que não tinham aqui tinham que comprar no mercado, que nem o açúcar, o sal que sempre foi comprado, o café que não tinha aqui</p> <p>em contrapartida o outro se precisasse também aquela pessoa ia lá também participar desse pixirum</p>	<p>as pessoas elas tinham que vender esses animais pra comprar a comida pra casa</p>	
---	---	---	--	--

	<p>Foi feito um se não me engano em 2008 e o outro em 2010</p>	<p>Ai também ele presenteia as pessoas, na verdade nem é presente, é uma troca, eu mato um porco, mas daí eu pego e levo um pedaço pro vizinho, pro outro, pro outro e pro outro, ai quando ele mata o porco também ele faz o mesmo que eu fiz, eu vou recebendo aquilo de volta de novo, é uma troca né, aqui ainda tem essa prática</p> <p>ia pondo essas normas também, ai a gente vê questão de limite das terras, animais, o que pode e o que não pode, pra gente ter um controle né, porque se não você perde o controle</p>	<p>Nós mesmos fazemos, os vizinhos também fazem né, tem uns que vieram de fora que acharam que era algo assim que era bom, também adotaram isso daí, ainda é assim, ainda existe</p>	<p>Por isso que a gente achou por bem trabalhar com o acordo comunitário</p>
<p>Agente Público A</p>	<p>tem uma forma diferente de ver, de viver e de ser</p> <p>há uma diversidade que existe ela tá ai e o Estado tem que respeitar essa diversidade e o segmento das pessoas, as suas particularidades, suas características, o Estado não pode querer transformar as pessoas, tem que apoiar as pessoas naquilo que elas são por tradição, por cultura, por opção</p> <p>os faxinalenses têm uma lógica que não é necessariamente a lógica do lucro ou da acumulação, é uma lógica da sustentabilidade né, ele não quer muitas vezes, alguns faxinais que eu conheci, lucro com a criação do porco eles querem aquela criação pra garantir as necessidades nutricionais deles, a segurança alimentar</p>	<p>um grupo de pessoas que compartilha uma área, que cria lá galinha, porco,</p> <p>entender essa diversidade é importante porque se não você não consegue executar, apoiar o estado não vai conseguir prestar o apoio necessário</p>		

	<p>a dimensão de tempo pra essas populações, e vale pra todas elas, é uma dimensão diferente, porque a dimensão de quem quer acumular é um negócio muito mais, é uma dinâmica que foge a dinâmica do tempo natural, a dinâmica de quem quer sustentabilidade é a dinâmica do dia e da noite</p> <p>Em famílias de comunidades tradicionais seja indígena, quilombola e faxinalense não, todos participam das decisões, embora o patriarca, o pai, o marido é quem traz, ele é quem reporta a decisão, mas a decisão foi tomada lá na comunidade, a esposa deu uma sugestão, filho, pai, sogro as vezes os vizinhos</p> <p>eles tem uma preocupação com a sustentabilidade, com o meio ambiente, com a relação com as pessoas, não é uma relação de competição, mas de cooperação, o fato de você por exemplo criar os porcos de forma coletiva, ia ser o melhor dos mundos, porque eu não tenho nada, mas eu tenho tudo, não tem a lógica de eu querer pra mim, de eu querer ter mais do que você</p>	<p>ele cria lá o porco dele e ele sabe quando ele precisa de um porco ai ele vai lá, ai ele vai retirar um porco pra alimentação da família e ao mesmo tempo ele se preocupa em manter aquela criação de porco, nos níveis que não falte, ele contribui pra manutenção da criação de porcos e das galinhas e ele tem a garantia de que quando ele precisar ele vai ter</p> <p>a comunidade interage mais na tomada de decisão o que exige um tempo maior, isso na sociedade que não tem a lógica do capital, a lógica da acumulação</p>	<p>ele não quer ter lucro e ele não quer ter mais do que o outro</p> <p>indígenas, quilombolas e faxinalenses todos participam dessa decisão e ela tem que ser discutida, trabalha, enfim leva ai 2, 3 dias, ou mais de uma semana para você ter um consenso comunitário, familiar, familiar ou comunitário</p>	
--	---	---	---	--

Faxinalense B	<p>inicio como se pode notar no perímetro entre o Faxinal e a lavoura existe cerca e até nós chamamos de vala. Todo o valo foi feito com trabalho braçal né, pelos primeiros moradores para que a criação não saísse fora, atingindo a área de lavoura e dar prejuízo na lavoura</p> <p>Cada Faxinal é elaborado aí o que nós chamamos de acordo comunitário e a própria lei estadual que ampara os faxinalenses, a lei 15.673 de 2007, ela está já dando ênfase 'a questão dos acordos comunitários, os acordos comunitários estarem amparado na lei estadual</p> <p>a gente herda dos pais né, o modo de vida e, muitos também falam que não dá lucro, mas teve fim de ano, a 4 ou 5 anos atrás que eu tinha 30, 40 leitões pra vender no fim do ano, e daí no fim do ano é melhor o preço, a questão das festas que o povo faz por aí, então isso agrega uma boa renda</p>	<p>No interior era bastante importante isso que mesmo que as vezes o trabalho era um pouco difícil, mas através do trabalho a convivência até com os mais adultos no próprio trabalho a gente foi aprendendo como se deve seguir a vida né</p> <p>a comunidade se reúne, é debatido ponto por ponto e os interessados assinam o acordo e no nosso acordo aqui essa, pode cercar até 20% da área, que daí a pessoa pode pra ter uma horta e também a noite pra deixar os animais mais próximo da casa também</p> <p>de primeira sim, conversando com os mais velhos eles dizem que de primeira sim tinha muito, cada família tinha uma manada de porco</p>	<p>na questão do criadouro aí é feita a manutenção da cerca no perímetro de forma coletiva. Um mutirão de pessoas chamado puxirão para a manutenção, mas na lavoura cada um planta a sua área, ou também é arrendado, mas daí já é individual</p>	
---------------	---	---	---	--

	<p>eu comecei já a participar das roçada das estradas</p> <p>realmente as famílias tinham um, o numero de criações era bem grande né, as próprias matrizes, reprodutoras eram já várias por família e o sistema era o mesmo né, tudo solto, daí a noite alguém fazia um cercado pequeno ou até mesmo um chiqueiro próximo a casa para antes do abate fosse fechado né, os animais por um período</p> <p>Tem que colocar né, examinando e tudo a gente já não tem conhecimento</p> <p>por ser de uma boa convivência né, aquele que tem um reprodutor ele não deixa fechado né, ele deixa solto pra ele possa cruzar com a matriz das outras pessoas</p>	<p>importante devido a grande variedade de frutíferas nativas os animais comem as frutíferas nativas e daí já faz parte como se diz da renda, porque daí não precisa o dono do animal gastar tanto em trato</p> <p>os mais velhos têm conhecimento até de plantas da própria mata nativa, que contribuem pra qualidade do animal</p>	<p>também era bastante difícil porque, por um lado era bom porque o comércio era mais tranquilo, mas por outro lado era difícil porque ainda não havia transporte então ou vinha a pessoa que tinha frigorífico comprar aqui, com caminhão, quando já começou os caminhões, ou as próprias famílias se reunindo e chegavam a ir tocando porcos daqui a Curitiba</p> <p>vários pessoas, conhecidos de Curitiba né vem comprar o porco solto porque a carne é totalmente diferente, eles chegam a falar que até o próprio gosto da carne é diferente dá uma carne mais enxuta também</p>	<p>Não era a prefeitura que pagava pra limpar, eram as pessoas da própria comunidade que se reuniam e era roçada toda a beira da estrada e daí vinha a patrôla</p> <p>eles chamavam de limpar a carne, porque sendo solta né o que ele encontrar ele vai mexer</p>
--	---	--	--	--

Faxinalense G	<p>ali era chamado de criadouro, que daí depois alguns moradores, agricultores começaram a ir em algumas reuniões, daí foi como se diz diagnosticado que estas comunidades eram povos tradicionais e se deu o nome de faxinalenses</p>	<p>devido a gente ter os nossos animais a solta, como eu posso ter um alqueire e o outro pode ter 1 litro de chão, então o meu animal vai pastar mesma coisa o dele também, por isso a gente tinha a visão de criadouro</p>	<p>Porque o próprio animal ele faz faxina por onde ele anda então não precisaria ta lá o homem roçando pra evitar outras espécies de bicho como cobra e outras coisas</p>	<p>Daí ficou esse nome e a gente começou a ter conhecimento dos direitos desses povos que já existia a muitos e muitos anos e aonde o poder publico, tanto pra ter a formação e ter o conhecimento ou qualquer ajuda que fosse ou qualquer apoio</p>
	<p>No dia a dia pegam o seu cavalo, vai par roça né, se é tempo de ara a terra vai ara a terra, quem pode ara com trato</p>	<p>Então vai planta, chega o tempo de colhe, então vai colhe, a única diferença no caso é que quem tem o cavalo quando é para bater um feijão</p>	<p>conta com a mão de obra assim como se diz é uma troca, quando aquele agricultor tem bastante filho que ta ali na terra tudo bem ele não precisa pedir ajuda ou uma troca de serviço com um outro vizinho né</p>	<p>mesmo que eu não tenho nada pra trocar eu troco com ele que ele vai lá ara a terra pra mim, entendeu Se eu planto feijão branco ele planta o preto a gente troca né no caso</p>

No caso tem ainda estas trocas porque em vários momentos a gente sempre fala que isso é uma cultura que nos temos que carregar e lembra, porque dificilmente existe alguém que não teve o seu pai que plantou, ou seu pai ou seu bisavô, e que antigamente tinha as historias

	<p>a gente tem que ter um acordo comunitário no caso né, nesse acordo comunitário pode entrar várias formas, vai de comunidade pra comunidade, se eu tenho um alqueire né então lá no acordo ta que eu posso fechar, eu não, todos tem que obedecer né, 40, 50% né, 60%</p> <p>A maioria que cria, como se diz, a gente não vê a hora de chegar o fim do ano, pra gente ver um precinho melhor na venda do porco, principalmente a carne de porco</p>	<p>Meu tio mesmo falava assim, eu lembro contando os causo né, que o fulano quando matava o porco, que o vizinho lá na outra chácara escutava os gritos que tava matando, e já falava, oba hoje nos vamos ter carne de poro né, se era um boi a mesma coisa, era uma troca</p> <p>daí é aquela medida que eu tenho né, seja qual for o meu pedaço de terra, se é um alqueire, se é meio alqueire, a gente não fala assim pra quem tem litros</p> <p>O vivo pode vender, mas não sei se passa nos guarda assim. Porque daí você tá vendendo vivo pros mercados, os mercados têm lá o abatedouro</p>	<p>Então quer dizer mesmo o vizinho mais afastado ele não ficava sem comer uma carne de porco ou de gado, porque se o fulano matasse o porco, haveria sempre aquela troca</p>	
<p>Reportagem "Em busca de uma identidade"</p>	<p>o nome é desconhecido para a maioria dos habitantes desses municípios, que chamam as terras destinadas ao uso compartilhado dos agricultores de "criadouros", ou simplesmente "criadores"</p> <p>O uso compartilhado da terra também é apontado como uma forma de preservação ambiental</p>	<p>a criação animal mantida solta junto à dos vizinhos</p> <p>As obrigações comuns se limitam à manutenção da cerca e das condições do pasto</p>	<p>A vantagem desse sistema é permitir uma pecuária mais extensiva sem a necessidade de possuir grandes áreas de terra</p>	

			embora os vizinhos acabem adotando a iniciativa de cuidar dos animais alheios	
Reportagem "Faxinais em risco de extinção"	<p>O mato à beira das estradas serve de alimento para cavalos e vacas criados soltos nos vilarejos</p> <p>sistema alternativo de produção, em que os moradores têm a posse de seus bens, dos animais e das plantações. Mas a terra não é de ninguém: é coletiva</p>	<p>No lugar de porteiras existem os mata-burros, que são pontes com largo espaçamento para evitar a fuga da criação</p>	<p>A agricultura familiar rodeia os faxinais</p>	
Reportagem "Faxinais ganham status ambiental"	<p>faxinais possuem um sistema alternativo de produção. Os moradores têm a posse de bens, animais e plantação, mas a terra é de uso coletivo</p> <p>Não dá para separar a importância ambiental da social quando falamos dos faxinais</p>	<p>Não há cercas entre uma propriedade e outra. Apenas mata-burros (valas com estrados de madeira) impedem a fuga da criação que vive solta</p> <p>Eles são comunidades históricas que mantêm os laços estreitados devido ao uso comum da terra e que têm uma prática infinitamente mais equilibrada que as demais</p>	<p>A vegetação no entorno das casas também é notável. Nenhum galho é cortado e muito pouco ou nada de agrotóxico é usado nas lavouras</p>	
Reportagem "O bom exemplo dos Faxinais"	<p>produção animal à solta, a produção agrícola de base familiar e de subsistência, o extrativismo florestal de baixo impacto ambiental e a manutenção de laços de solidariedade comunitária</p>			
Reportagem "Faxinais pedem políticas públicas específicas"	<p>Povos de faxinais criam animais e plantam para a própria subsistência</p>	<p>os faxinalenses desenvolvem todas as suas atividades em sintonia com a natureza, sem poluir</p>		
Reportagem "Armeça às Araucárias"	<p>comunidades coletivas tradicionais típicas que funcionam como guardiãs da mata</p>			

Reportagem "Definindo os faxinais e introduzindo o assunto"	Os faxinalenses, dessa forma, sobrevivem da agricultura e da criação para subsistência. Seu modo de produção comunitário			
Reportagem "Faxinais são sistemas coletivos de exploração da terra"	Faz todo o possível para obter do quintal a sua subsistência. Assim, evita gastar em compras no supermercado	Todo faxinalense tem seu quintal, uma espécie de horta, um pouco mais incrementada	Os animais passam a maior parte do tempo na mata. São criados soltos e misturados com animais de outros vizinhos seus. À tarde, todos voltam sozinhos para seus respectivos lugares	Pela convivência diária com eles, seus donos acabam reconhecendo suas próprias crias. Esse sistema de criação livre e coletiva beneficia seus donos na economia de alimentação
Reportagem "Terra em transe"	Os moradores consentem que o pasto e a mata são de uso de todos os animais e entendem que o quintal do vizinho também é seu, e vice-versa	a renda da comunidade vem da venda da carne e de derivados, da extração de erva-mate e dos excedentes agrícolas	Hoje, a criação de porco é só para consumo próprio	O Faxinal é um sistema ótimo se todo mundo colabora. Bom para quem herdou a terra e também para quem não tem e precisa de uma
Reportagem "IAP promove reunião pública para registrar áreas de faxinais"	fazem uso coletivo da terra para a produção de animais e conservação ambiental			
Reportagem "Paraná ganha quatro novas áreas de uso sustentável"	O pasto e a mata são de uso comum, assim como os animais			
Documento "Cartilha Aresur"	a própria comunidade faxinalense, devidamente autorreconhecida e através de seus acordos comunitários, quem regulamenta o uso das ARESUR			

		o que tem de mais rico nos faxinais é sua cultura, seus conhecimentos tradicionais e o espírito de comunidade e solidariedade que os faxinalenses receberam de herança		
Documento "Cartilha para uma Instrumentalização dos Direitos Faxinalenses"	Acordos comunitários são práticas do direito consuetudinário ou costumeiro, consensuadas pelo grupo social faxinalense a fim de garantir o modo de uso comum dos recursos naturais e sua conservação	acordos devem ser cumpridos por todos os residentes ou que frequentam o Faxinal	aqueles que não souberem dos acordos devem ser avisados e advertidos pelos faxinalenses para que os acordos sejam cumpridos	
Documento "Cartilha Faxinalenses em Movimento"	<p>a produção animal se baseia na criação de animais domésticos para tração, alimentos para manutenção familiar</p> <p>conciliam a criação de animais de porte baixo e alto, como cavalos, vacas, cabritos, porcos, galinhas juntamente com espécies que utilizam para extrativismo, como erva mate, pinhão, medicinais e madeiráveis</p> <p>tem-se nos acordos comuns, elaborados pelos faxinalenses para regular o uso e disposição dos recursos naturais em cada Faxinal, uma norma reconhecida juridicamente pelo Ministério Público e o Poder Judiciário</p> <p>Puxirão é formado por um grupo de faxinalenses, que tinham por prática a ajuda mútua</p>	<p>coletivização do uso da terra para a produção animal a solta é uma herança cultural</p> <p>utiliza áreas fechadas em faxinais denominadas quintais, onde são utilizados principalmente para plantio de verduras, legumes e frutas</p> <p>faxinalenses usam a expressão acorde de "fio de bigode" onde os acordos eram feitos e respeitados pela comunidade sem precisar estar registrado</p>	animais criados nos faxinais vivem geralmente em regime extensivo ou semiextensivo, sendo parte de sua alimentação proveniente do recurso natural	

		Outra prática bastante utilizada nos faxinais é a troca de dia de trabalho não havendo remuneração pelo dia de trabalho		
Documento "Cartilha Nova Cartografia social dos povos e comunidades tradicionais do Brasil: Povos de Faxinais"	São áreas onde nós vivemos num uso coletivo, onde todos usam as áreas protegendo o meio ambiente e ocupando com pequena criação faxinalenses não pensam em ter título da terra	lugar onde tem a criação solta e você pode trabalhar em comunhão, tudo junto, tudo unido	área onde o pessoal vive em comum, as famílias criam em comum o pessoal vive em grupo, tudo trabalha em mutirão, a comunidade se reúne	
Documento "Cartilha Nova Cartografia social dos povos e comunidades tradicionais do Brasil: fé, conhecimentos tradicionais e práticas de cura"	Ajuda porque têm muitos remédios nos faxinais, tem bastante remédio	Tem bastantes remédios que a gente procurava, nos faxinais ainda tem remédio		
Documento "Cartilha Nova Cartografia social dos povos e comunidades tradicionais do Brasil: Faxinalenses no Setor Centro"	Todos podem viver e não tem importância de limite de área de terra, ali a pessoa que tem 50 alqueires e outra tem 02 alqueires, um litro de chão ela tem o mesmo potencial de criar os seus animais ali e ali sobreviver	Nós alimentamos o dos vizinhos também, damos [sal], se no caso da alimentação tá junto, come junto, alimenta junto, é assim o vizinho dá, e aquele que não dá o outro dá o [sal] a comida, vai junto	Faxinal é onde se tem uma vida mais comunitária	Então o povo vive em comum, não tem diferença entre um e outro, todos por um e um por todos
Documento "Cartilha Nova Cartografia social dos povos e comunidades tradicionais do Brasil: Faxinalenses no Setor Sul"	O Faxinal é uma organização do pessoal que cria os seus porcos soltos em comum, tudo junto, tipo uma família só, tudo cria no terreno dos outros, tudo a criação junta	um sistema do pessoal ficar no interior pra não procurar de ir pra cidade atrás de emprego		

	Faxinal é aquela identidade que nós construímos desde o tempo de nossos avós e hoje nós queremos conservar	É o lugar onde a gente nasceu, cresceu e vive aqui e tira sustento daí, e o que a gente pretende conservar para o futuro	Um criador, com criação solta, onde a gente pode viver mais tranquilo. O Faxinal beneficia tudo, os proprietários os que não são proprietários	
Documento "Cartilha Nova Cartografia social dos povos e comunidades tradicionais do Brasil: Faxinalenses no Setor Metropolitano de Curitiba"	É uma tradição... é outro ritmo. A terra é comum é pra tudo criar. Aqui no mato é muito melhor. Você é livre e na cidade não é	O Faxinal é a união do povo, pela tradição do povo, pela cultura, tudo aquilo que é costumeiro	O Faxinal é um grupo unido com o mesmo objetivo, pessoas remanescentes de uma mesma localidade, compartilhando os mesmos interesses	
Documento "Cartilha Nova Cartografia social dos povos e comunidades tradicionais do Brasil: Faxinalenses do Núcleo Metropolitano de Curitiba"	Faxinal é um território de uso comum, aonde o pessoal tem por hábito o uso das terras do território, aonde se cultiva, se produz, faz a troca, a integração do homem do campo com a natureza	diferença do faxinalense pra outros produtores é que a pessoa que mora no Faxinal, ela tá ali num modo de vida que se preocupa, também, com a condição de vida dos seus vizinhos, daquele pessoal que mora no Faxinal		
Documento "Relatório Final do 1o Encontro dos Povos dos Faxinais"	muitos faxinalenses vêm na terra um bem comum sem dar grande valor à propriedade individual Vida comunitária, solidária e de união	Partilham o chão Trabalham de forma solidária em mutirões e puxirões	Praticam uma agricultura de subsistência com instrumentos tradicionais Partilham os bens, serviços e conhecimentos	
Documento "Cartilha de mobilização popular do 2o Encontro dos Povos dos Faxinais"	Os acordos sobre o uso e acesso aos recursos naturais estão sendo utilizados para controlar abusos de fechos muitos grandes, impedir desmatamentos, contaminação de águas, portões abertos que prejudicam a vida de todos			

	os faxinalenses			
Documento "Acordo Comunitário"	<p>Faxinal é o território tradicionalmente ocupado pelo grupo social autodenominado faxinalense</p> <p>é costume tradicional da comunidade, além da criação dos animais mencionados e de animais domésticos, o consumo daqueles</p>	é tradicional a criação solta	é proibido instigar animais para praticar violência com outros animais ou pessoas	
Documento "Relatório do I Encontro Nacional de Comunidades Tradicionais"	usa a terra de forma coletiva para o comércio regional. São muito ligados à terra, pois sem ela não haveriam as comunidades	são moradores que vivem nas mesmas residências ocupando as mesmas terras há muito tempo, passando seus costumes de geração em geração, o que cria uma relação interpessoal		
Documento "Diretoria de biodiversidade e Áreas Protegidas"	A vida no Criador Comunitário é regida através de Acordos Comunitários que são estabelecidos entre os que se utilizam do Criador, sejam eles proprietários ou não	Acordos Comunitários prevêm proibições dentro do Criador Comunitário, tais como: Usar agrotóxicos, incluindo herbicidas; Plantar pinus, eucalipto e outras árvores exóticas; Desmates e destocas; Corte de lenha para utilização na estufa de fumo ou comércio; Forno de carvão; Lavouras; Jogar lixo; Agressão contra animais; Soltar animais aos que não forem residentes na comunidade faxinalense; Contaminação de fontes de água.		
Documento "Lei 15.673, Dispõe que o Estado do Paraná reconhece os Faxinais"	tem como traço marcante o uso comum da terra para produção animal e a conservação dos recursos naturais	produção animal à solta, em terras de uso comum		

	<p>Entende-se por identidade faxinalense a manifestação consciente de grupos sociais pela sua condição de existência, caracterizada pelo seu modo de viver, que se dá pelo uso comum das terras tradicionalmente ocupadas, conciliando as atividades agrosilvopastoris com a conservação ambiental, segundo suas práticas sociais tradicionais, visando a manutenção de sua reprodução física, social e cultural</p>	<p>produção agrícola de base familiar, policultura alimentar de subsistência, para consumo e comercialização</p> <p>extrativismo florestal de baixo impacto aliado à conservação da biodiversidade</p> <p>cultura própria, laços de solidariedade comunitária e preservação de suas tradições e práticas sociais</p>		
Documento "Pro Rural: Projeto Integrado de Apoio ao Pequeno Produtor Rural"	<p>a suinocultura, nas pequenas propriedades, cumpre importante papel social, pois garante alimentação abundante às famílias rurais durante todo o ano, como também contribui para a melhoria da receita dos proprietários</p>			
Vídeo "Os Faxinais no Paraná"	<p>os animais ficam assim, soltos, iguais aos dos vizinhos, para não ter confusão cada agricultor bota uma marca na orelha dos bichos para depois identificá-los</p>	<p>é um tipo de modo de vida simples porque ali você tem mais liberdade sabe, você tem uma liberdade tranqüila, convive com a família, você trabalha, você descansa a hora que quer, você sai a hora que quer</p>	<p>sistema comunitário de produção</p> <p>cultivo de hortaliças sem veneno e adubos químicos</p>	
Vídeo "VI Encontro VI Projetos do Fundo Brasil"	<p>imagina um círculo e um monte de bolinhas dentro, Faxinal é uma área comum de uso não de posse</p>	<p>a pessoa pode cercar em volta da casa, ter sua horta</p>		

<p>Video "Relato Alfredo Wagner"</p>	<p>forma de uso comum dos recursos naturais</p>	<p>sintetizam a diversidade cultural do país</p>		
<p>Video "Globo Rural. Reportagem sobre Faxinais, parte 1"</p>	<p>embora cada sítio tenha um dono, uma matrícula como se diz por aqui, os animais são criados soltos numa grande área comunitária</p> <p>é comunidade né, ele vai na área do outro, terreno do outro, volta, e o do outro vem pra cá</p>	<p>o quintal do faxinalense é um tipo de horta um pouco mais incrementada que é sempre protegido por muros, cercas e portões, todo faxinalense tem um e é o quintal que garante a diversidade na mesa</p>	<p>o milho produzido só pra criação, se não tiver o milho não tem criação não tem nada, não tem o leite, não tem o ovo, não tem frango, não tem nada</p>	
<p>Video "1 Encontro dos povos dos Faxinais"</p>	<p>ser tradicional não significa ser antigo ou atrasado, mas sim que essas comunidades conservam suas características ao longo do tempo, preservando sua relação com a terra, costumes, tradições e sentimentos de pertencer a um lugar, a isso chamamos de identidade social</p> <p>como comunidades que moram em faxinais temos um modo de vida que nos torna diferentes, estamos organizados em criadouros comunitários, e temos costumes e normas próprias como o puxirão das cercas e das roças e a solidariedade no uso comum da terra e recursos naturais</p>	<p>aquele que tinha bastante, aquele que tinha pouco, todo mundo criava</p>		
<p>Video "Os Faxinais uma história de luta e amor a terra"</p>	<p>a criação era tudo solto né, a minha ia lá na casa dele, a dele vinha aqui, não tenha cerca nenhuma</p>	<p>comunidades tradicionais é o que nós vivemos aqui, onde se segue as tradições dos mais antigos, eu posso ter minha criação na frente da minha casa, pode tá na frente da casa do outro, e não tem problema nenhum. A criação do outro pode tá na frente da minha casa a mesma coisa então é entendimento de que um não tem ciúme do que é do outro</p>		

<p style="writing-mode: vertical-rl; transform: rotate(180deg);">Vídeo "Faxinais comunhão da terra história de um povo"</p>	<p>exploração da erva mate e da madeira da floresta as suas principais atividades econômicas, em conjunto com a criação de animais e a produção agrícola para subsistência</p> <p>os faxinalenses possuem um profundo espírito de respeito pela natureza e não tem em sua índole a ideia de acúmulo</p>	<p>o uso da terra é comum, todos os moradores da comunidade, proprietários de terra ou não a usam para a criação extensiva de animais, organizando-se na forma de um grande criadouro comunitário</p> <p>a percepção que o faxinalense tem sobre a terra é de considerá-la como espaço e lugar de trabalho para a produção e reprodução familiar e de vida</p>	<p>animais criados em regime comunitário junto a floresta nativa</p> <p>eles queriam assim viver mais em harmonia né, porque todo mundo criava, não era assim aquela assim ilusão de fazer capital né, então naquela época todo mundo tinha porco, vaca, cavalo não tinha aquela ganância de dinheiro né</p>	
---	---	--	--	--

Fonte: Entrevistas, Documentos e Materiais Audiovisuais coletados pelo autor (2014).

Composição: 12 Entrevistas (11 faxinalenses; 1 agente público); 27 Documentos; 7 Materiais Audiovisuais.

Apêndice 7: Mapa 2/Contradições e Desafios no Cotidiano Comunitário

Mapa 2: Contradições e Desafios no Cotidiano Comunitário.

Fonte	Associações de 1ª Ordem	Associações de 2ª Ordem	Associações de 3ª Ordem	Explicações das Associações
Agente Público B	<p>a prefeitura não tem qualquer ligação com os Faxinais, nada é feito, nenhuma atividade</p> <p>já participamos de algumas reuniões nas comunidades e também na prefeitura, mas a postura da prefeitura é de não se envolver nas discussões e conflitos das comunidades</p>	<p>são feitos os licenciamentos ambientais e atividades ligadas a liberações e fiscalizações, nada mais que isso</p> <p>Postura já assumida pelo prefeito perante aos faxinalenses que são a favor da manutenção dos criadouros e dos que são contra os criadouros.</p>		<p>Quando é algo relacionado a essas questões há uma aproximação entre os Faxinais e a Prefeitura, mas que na verdade é como uma prática normal como com quaisquer outras pessoas do município</p> <p>Principalmente porque perceberam que existem muitas discussões que somente seriam resolvidas pelos próprios envolvidos, por serem moradores dessas comunidades e conviverem nesse espaço coletivo</p>
Faxinalense A	<p>Hoje fala-se Faxinal, mas na época a gente tinha ele como criadouro que a família vivia da agricultura e também da criação de animais a gente não tinha veneno como tem tanto aplicado hoje na agricultura</p> <p>o conflito foi quando saiu a lei do estado reconhecendo toda esta área como Faxinal, o que não é verdade né, foi uma lei aí, que inclusive ela foi derrubada a dois anos atrás</p>	<p>não existia droga, era tudo natural, não tinha os agrotóxicos, isso tudo mudou</p> <p>o prejuízo do meio ambiente ta sendo por causa desses animais que fuçam, derrubam árvores</p>		

	<p>poder público fica assim em cima do muro. Porque o eleitor aquele que quer o Faxinal é o mesmo voto daquele que não quer. Então o poder público tem ficado ausente</p> <p>agora questão do meio ambiente se você quer fazer nascente voltar é só não deixar a criação destruir e invadir a nascente</p>	<p>O poder público municipal tem ajudado mais na questão de estradas, na questão de mata burro</p> <p>As matas como você vai ver nas fotos a destruição que o porco faz principalmente na questão das nascentes, e água ta acabando</p>	<p>as nascentes que estão dentro do criadouro a água ta sumindo a cada dia que passa</p> <p>o grande problema nosso são as plantações de pinos e eucalipto</p>	<p>daí é um dever do município quando quebrou lá o mata burro daí o ônibus não ta passando nesses faxinais</p> <p>então isso a 30, 40 anos atrás você derrubava arvore que dava um metro cúbico por arvore, dois metros, isso tudo foi destruído para plantar pinus e com incentivo, porque diziam que o pequeno agricultor tinha que plantar pinus pra ter lenha pra granja</p> <p>então este é um dos motivos que esta acabando com nossas águas aonde por plantar o pinus as águas acabaram e no criador a água foi devido a destruição dos animais as nascentes acabaram, as nascentes também tão secando, ai não tem mata que segura, vamos dizer ai a mata ciliar, a mata ciliar que podia proteger estas nascentes foi destruída pelos animais</p>
Faxinalense H	Teve nascente que drenaram ai pra cima	saiu um projeto ai pra vir uma retro pra abrir os valo, mas até agora não veio nada	mas só que agora parece que o prefeito está contra os Faxinais	

Faxinalense K	<p>era o Faxinal né e em 97 criou a Aresur, a área especial de uso regulamentado, sem ninguém saber né, ninguém sabia nada para que era pra que servia</p>	<p>criaram a Aresur não demarcaram área, fizeram uma lei de que 50% fica para o município e depois 60% e ai foram mudando as leis dos recursos que vinha, em 2001 e que fomos saber que existia um tal de um recurso que vinha do governo do estado do IAP, que o estado tinha que pagar o ICMS ecológico para a prefeitura e ai tivemos que correr atrás né pra trazer, pelo menos erguer o Faxinal</p>	<p>mas quem não tem, ameaçam as lideranças né, e se o problema é o cara dão um jeito com ele, e ai o pessoal resolve diferente né, e daí como é que você vai respeitar</p>	<p>porque de certa forma beneficia as famílias né, a criação de porco, de cabra, de gado e solta os animais né, cavalo o pessoal trabalha bastante</p>
	<p>com a prefeitura é boa a relação né, com a secretaria de meio ambiente é tranqüilo assim</p>	<p>a parte que cabe que ta escrito na lei, eles repassam tranqüilo pra gente né, daí o que a comunidade pedir eles vão passando o recurso do ICMS ecológico, e as estradas é bem atendido</p>	<p>aonde é área escolar eles sempre dão uma melhorada e essas outras áreas que a gente precisa a gente fica perecendo câmara dos vereadores não da a mínima para os faxinais, pode ate falar as vezes que vai fazer um projeto que vai trazer recurso, ai um ou outro vereador pode ter interesse, mas acaba sendo engolido pela maioria dentro da câmara o prefeito não demonstra interesse nenhum, não da nenhum apoio pros faxinais, não vê como alternativa manter isso ou apoiar</p>	

	<p>A Emater também, se você depende pode procurar alguma coisa, pode conseguir ou não, assistência técnica básica eles dão</p> <p>as leis ambientais tão desrespeitando mesmo, isso não tem eu posso falar, porque a qualquer momento desrespeita</p>	<p>mas vim aqui mesmo fazer algum projeto nada</p>	<p>o IAP fiscaliza vem, olha vê como é que ta, faz uma avaliação a cada 2 anos, faz pra ver como é que esta sendo gasto o recurso do ICMS ecológico</p>	<p>mas se você procurar assistência técnica só se procurar que consegue</p>
Faxinalense F	<p>Pra eles é tranquilo, nessa parte não tem influencia não</p>	<p>Prefeitura não dá apoio, mas dessa parte ai não podemos se queixar</p>	<p>São contra, mas pra nós não faz nada só atrapalham, porque eles escutam só uma meia dúzia que é contra</p> <p>Eles usam muito da mentira né, eles querem, o mais importante deles é se eleger né, garantir o dinheiro deles né, o salário não é ruim</p>	<p>eles ficam naquela, não estão nem de um lado nem do outro, umas horas chega o cara contra eles estão a favor do cara, chega o que é a favor eles estão a favor daquele</p>
Faxinalense E	<p>O prefeito diz assim, que o Faxinal criadouro é a união do povo, que ele não se opõe</p>	<p>não vem aqui e diz que fique e não diz que ele acaba</p>		
Faxinalense J	<p>um sistema assim que nunca houve reconhecimento jurídico por parte dos poderes públicos</p>	<p>quando não tem esse conhecimento, obviamente que não tem política pública, nunca houve política publica especifica pra nós</p>	<p>sempre nós tinha que nos enquadrar nos pacotes agrícolas dos atuais governos e que muitas vezes não vinha de encontro com o nosso jeito de lidar na terra com a natureza</p>	

	<p>os prefeitos o poder publico local, tão muito ainda atrasado sabe, na discussão das varias alternativas, das varias camadas sociais, das diversas formas de fazer agricultura</p>	<p>essa diversidade cultural do povo do interior não é entendido por esse povo</p>	<p>esta questão de não ta dentro de uma política publica nunca foi definido nem as nossas áreas, onde é que era nosso território</p>
<p>Faxinalense D</p>	<p>A prefeitura com nois isso não, não valeu, esse daqui, o senhor sabe qual era o prefeito daqui? O mandato dele foi de 8 anos, tudo, tudo que nois pedimo, ele basculo</p> <p>Os vereadores são tudo contra, porque eles tão com rabo preso com o prefeito</p>	<p>todas as promessas que o meio ambiente, que a florestal ofertou de ajuda, na nossa mão não chegou nada, nada pra ajudar a cria o Faxinal</p> <p>Agora tem esse outro que é prefeito, esse é um pobrezinho, pobre de um pia</p>	<p>esse poder publico local sempre ainda tão naquela ainda do coronel sabe, tudo tem que passar por eles, se eles não concordam, nem que a comunidade esteja provando por a mais b, teje dando exemplo de outras que da certo, eles fazem questão de não, aqui quem manda é nós e isso eu não aceito e pronto</p> <p>Diz que, mas isso eu também não posso afirmar, mas diz que chegou uma verba pra três ou quatro Faxinal, mas aqui não chegou nada as reuniões que a gente marcava ai na prefeitura, não aparecia prefeito, não aparecia vereador, mas agora a ultima foi tudo contra, ele calço com dinheiro lá</p> <p>Esse que era prefeito não adianta nem fala, parece que ficou grudado assim, que não tem, o que nois pedi não tem</p>

			O que era prefeito da força pra ele não ajuda nós, ele é contrario, e é um pia-bão. Muito bomzinho, mas ele ajudou a esconder o que o prefeito roubou, é esse o troço	
Faxinalense I	<p>Do criadouro, tudo criadouro</p> <p>Não A prefeitura é contra. A Emater é contra</p> <p>Derrubaram a lei do Aresur né, a uns 2 ou 3 anos atrás</p> <p>Agora nós aqui se tivesse uma verba que vem do governo, que viesse da prefeitura pra nós fazer um portão bem arrumado, o portão aqui incomoda nós bastante também</p>	<p>nos temos cartografia, cartilha, Lei Estadual, Lei Federal, tem uma portaria do IAP, 34, nós temos tudo essas leis</p> <p>O IAP eles dão uma passada por ai, mas não faz nada</p> <p>Eles alegaram que tinha muito pouca gente a favor. Que não tinha muita gente a favor. Que tinha mais gente contra do que a favor, foi o que eles alegaram lá</p> <p>Em 2 anos tem que fazer outro</p>	<p>Até aqui ainda não ajudou em nada</p> <p>Nós temos acordo comunitário que 25% a pessoa pode cercar</p> <p>Não liberam verba né, e a verba tem ela vem na prefeitura. O ICMS ecológico vem na prefeitura e eles não repassam pro Faxinal.</p> <p>Então se nós tivéssemos uma verba da prefeitura do governo pra nós fazermos um portão de ferro com uma mureta do lado pra correr né, ia ser muito mais fácil</p>	<p>Porque se existisse uma lei que ajudasse nós, esses fechos que a turma fizeram aqui não tinha, não poderia ser feito</p> <p>Todo vida foi, nunca foram a favor. Eles são bastante, eles são contra</p> <p>Por causa que nós fazemos de madeira, madeira que tem agora a maioria é pinus né. Daí não agüenta fica tomando chuva, tomando sol ele apodrece e daí as criações começa a força daí cai</p>

	<p>eu acho que desse tipo que tá indo aí vai terminar. Se não tiver apoio do governo, desses órgãos públicos vai terminar</p> <p>Também não é cumprida</p>	<p>A Emater é contra</p> <p>Não ajudou em nada</p>	<p>A maioria dos vereadores é contra</p> <p>Não, não teve nenhum apoio. Não resolveu porque nós tinha cópia e andamos distribuindo pra turma, pra ler a lei que defendia nós, acho que até jogaram, nem leram a cópia das leis que nós tínhamos</p> <p>A coisa só tem caído, cada vez mais, mesmo com a legislação, com o acordo comunitário né, com tudo, com a portaria do IAP, cada vez tá ficando mais pior</p>	<p>Eles dizem que não adianta, que porque ter criadouro, porque a carne se quiser vai no mercado comprar</p>
<p>Faxinalense C</p>	<p>Até mesmo a questão do desmatamento, até mesmo aqui dentro, porque com o pouco território que tem foi tirado muita madeira aqui</p> <p>até mesmo o delegado aí jogava contra questão dos animais</p> <p>outra coisa também, além dele comprar a área dele, ele vai ter que desmatar pra fazer ali a casa</p> <p>O IAP atua aqui na questão do desmatamento, fecho também né, cercar se não o IAP vem atuar em cima, então nessa parte o IAP deu uma segurada pra nós</p>	<p>Madeireiros, muitas madeiras tirou</p> <p>então o interesse dele é de desmatar também, então se ele puder desmatar 100% ele desmata 100%</p> <p>A Emater praticamente zero né (...) joga tudo contra, principalmente aqui na região</p>	<p>Aqui pra lá tinha muito pinheiro, vinha madeireiro de Araucária, de Lapa, esses madeireiro grande né, daqui mesmo, e aí foi diminuindo</p> <p>Porque é um modo de vida atrasado, porque não dá renda pro município, porque contamina</p>	

	<p>Como comunidade ai é tranqüilo, como comunidade comum, seja uma comunidade qualquer, ai você consegue com a prefeitura, com a câmara</p>	<p>mas como faxinais ou criadouro, não, até mesmo criadouro as vezes consegue alguma coisa, mas como faxinais ai já dificulta muito</p>	<p>como faxinais que veio depois não faz muito tempo, ai pra eles já dificulta mais, até mesmo por causa da organização do movimento, movimento da organização até isso já pra eles dificulta mais, pra ter esses trabalhos, pra dar mais assistência</p>	<p>então é assim a visão deles é por causa da doença né, o porco então, a Emater tem essa visão né, que não gera renda pro município</p> <p>Daí até mesmo ele falou, não carece de ter uma associação faxinalense pra você conseguir recurso e isso e aquilo, querendo que nois mude a associação, até mesmo o estatuto da associação, eles queriam que nois mudasse o estatuto</p>
<p>Agente Público C</p>	<p>tem comunidade que a maioria digamos que 4 comunidades tem as suas brigas internas e que digamos que eles são contra a gestão atual</p> <p>ai que começa as vezes os conflitos porque tem coisas que os faxinais pedem que não é para benfeitoria dos faxinalenses</p>	<p>gera esse conflito que eles fazem a eleição deles lá, dentre eles, registram em ata e tudo, só que depois dessas eleições começam os conflitos, que a o presidente é a favor do prefeito e nós somos oposição</p>	<p>eu já tive em anos anteriores ai um Faxinal que era totalmente contra a gestão pública de hoje, contra a gestão do atual prefeito, e de maneira alguma a prefeitura deixou de repassar os recursos, de atender o plano de aplicação desses faxinais</p>	

		<p>digamos que o ICMS ecológico ele veio para ajudar os faxinalenses a se tornar o faxinais mais sustentável, agregar valores no Faxinal e muitos desses presidentes eles colocam pedidos que não é para beneficiar somente os faxinalenses, então há um conflito</p>		
Agente Público A	<p>os planos de trabalho, a programação do trabalho se dava da seguinte forma, obedecendo as diretrizes do estado coordenações nacionais e especialmente as demandas do município, através das representações</p> <p>quando você não reconhece essa lógica, você pega um técnico que é produtivista e chega e fala, olha senhor, como é que é o nome do nosso amigo aqui do Faxinal de Mandirituba, o sr. Amantino, ai um técnico como o Sérgio que só pensa em lucro, na questão da acumulação, não, você tem que criar, colocar isso num piquete, que nós precisamos selecionar as matrizes para aumentar o lucro, pra você ter um lucro maior, pra você poder fazer uma poupança, e você competir com os seus vizinhos, ai você vai produzir mais do que eles, você vai ter mais lucros, ai você não respeitando</p>	<p>você tem demandas muitos fortes colocadas por exemplo por aquelas organizações que representam os agricultores, sejam familiares ou empresariais. Então esta categoria dos agricultores de forma organizada, nas suas associações e sindicatos, eles tem um poder de barganha, poder de apresentar as suas demandas bastante forte, o que é natural em função dessa organização</p>	<p>apresentam as demandas junto ao prefeito, junto ao governador e diretores de instituições</p>	
Faxinalense B	<p>mas uma questão que eu tenho colocado é porque talvez seja região metropolitana né. A ideia de quem faz parte do poder público é urbanizar tudo né, ou fazer loteamentos, ou fazer indústrias</p>			

	<p>eles não levam em conta aquele que é a prática da comunidade, e pra questão do desenvolvimento não precisa trazer pra cá grandes indústrias, ou loteamentos, se você tiver uma política pública de amparo né, de apoio o próprio modo de vida pode desenvolver e gerar mais renda para as famílias sempre é falado a questão do meio ambiente né, que contamina as água devido eles ter acesso ao rio</p> <p>a questão da Emater nos consideramos que é praticamente contra a luta</p> <p>a gente não tem apoio a nível local né, do poder público</p>	<p>E assim quando a gente vai conversar com eles, eles dizem a sim vamos apoiar no que for possível, mas ai infelizmente eles agem do contrário daquilo que falam e daquilo que nós temos direito</p> <p>Infelizmente a gente houve isso também de quem faz parte do poder público, ou ate mesmo de um técnico da Emater</p> <p>Vigilância sanitária também é pra falar que não pode</p>	<p>Varias reuniões que a gente faz é mandado convite pra eles e eles nunca comparecem pra tomar mais conhecimento daquilo que é, a luta, a organização do faxinalense</p>	<p>Na maioria de onde tem o Faxinal tem a reclamação dos técnicos da Emater que não levam em conta o modo de vida</p>
<p>Faxinalense G</p>	<p>a prefeitura sempre nos fechou a porta, então saiu prefeito entrou prefeito e sempre os vereadores também</p>	<p>Antes a gente ser só criador tudo bem né, vivia ali normal né, ninguém tinha aborrecimento com nada, no caso um não era contra o outro, mas depois que a gente começou a saber que esta comunidade poderia ser melhorada poderia ser mais preservada</p>	<p>porque daí tem uma verba que vem do governo federal, ela vem pras prefeituras no caso, através das prefeituras, aonde o prefeito passaria para as comunidades, mas não em dinheiro</p>	

	<p>isso a prefeitura também nos virou as costas não quis saber, pelo contrario, quando tava quase pra gente ter acesso a ARESUR, que é esta ajuda que o governo federal manda, o prefeito mesmo fez uma carta, de punho e foi levado ate um, não lembro agora te falar certo, eu sei que foi ate o poder publico de outra instancia pra nos prejudicar</p> <p>por isso que a gente fala, poder público, as leis existem só pra aquele pequeno, pro grande a gente já perdeu a esperança. É coisa que a gente acha muito injusto então porque eles sempre alegaram que era porque como ele era prefeito ele era prefeito dos que são a favor e dos que são contra, sempre era debatido, mas sempre pra gente ficou bem claro que ele era mais do lado dos contra, porque eu volto a falar e repetir porque era os que tem mais posse</p>	<p>nenhuma forma assim nunca ele chegou a falar olha eu apoio vocês, olha vocês me aguardem que eu vou ver este material que vocês estão deixando</p> <p>Então eu não sei o que mudou na cabeça deles, sendo que seria pra melhorar, pra enriquecer né ter mais eu acho valorização né, do município</p>	<p>não a gente sempre praticamente é não vou dizer tocado da prefeitura, mas nenhum apoio nenhum apoio mesmo a gente teve da prefeitura, da câmara</p>	
Reportagem "Faxinais em risco de extinção"	Falta de leis protecionistas faz com que comunidades tradicionais vão aos poucos desaparecendo do mapa paranaense	como não há leis que preservem o sistema, as comunidades estão se extinguindo		
Reportagem "Faxinais pedem políticas públicas específicas"	Inexistência de políticas públicas específicas vem contribuindo com o desaparecimento dos faxinais	os adeptos da alta tecnologia agrícola têm pressionado os faxinalenses e os obrigado a sair dos faxinais através de ameaças, perseguições e pistolagens		

Reportagem "Ameaça às Araucárias"	preservação da floresta de araucária do Paraná pode estar ameaçada, por causa da redução continuada do número de faxinais			
Reportagem "Definindo os faxinais e introduzindo o assunto"	A inclusão dos faxinais na pioneira Lei do ICMS Ecológico, em 1997, culminou por impor uma visão de que o importante era a mata e não o modo de produção	O repasse de dinheiro, por sua vez, politizou os próprios faxinalenses, que passaram a piquetear (cercar) suas propriedades dentro dos faxinais, (já que o que interessava era a mata em si), acabando com o sistema de criadouro comunitário		
Reportagem "Faxinais são sistemas coletivos de exploração da terra"	Eles não podem derrubar a mata e plantar eucalipto. Tem que respeitar			
Reportagem "Terra em transe"	Há ainda o problema que permeia sua história: o complexo processo de legalização das terras			
Documento "Cartilha para uma Instrumentalização dos Direitos Faxinalenses"	Desmatamentos e envenenamentos passividade de um estado que não garante os direitos, nem acompanha as demandas das comunidades faxinalenses	ofensiva dos poderes públicos municipais em extinguir os faxinais	não aplicação ou repasse dos recursos provenientes do ICMS ecológico nas comunidades	
Documento "Cartilha Nova Cartografia social dos povos e comunidades tradicionais do Brasil: Faxinalenses no Setor Metropolitano de Curitiba"	A falta de apoio de políticas públicas específicas para os faxinais para resgatar e apoiar essa cultura essa diversidade que tem. Falta cuidar para que continue essa riqueza			
Documento "Relatório Final do 1o Encontro dos Povos dos Faxinais"	falta de regularização das terras dos faxinais (das posses, das terras vendidas, das terras de heranças)	homogeneização das políticas ambientais que não levam em consideração as especificidades dos faxinais		

			falta de conhecimento dos juizes e autoridades locais sobre o funcionamento do sistema Faxinal	
Documento "Cartilha de mobilização popular do 2o Encontro dos Povos dos Faxinais"	destruição de matas, plantações de soja provocando envenenamento e destruição das nascentes de água	faxinalenses enfrentam ameaças por defenderem os recursos naturais sem contar com o apoio dos órgãos de defesa do meio ambiente, da polícia e de alguns promotores		
Documento "Relatório de Evento Externo – Seminário Local de Direitos Éticos e Coletivos"	é preciso trabalhar certos órgãos públicos que enxergam os faxinais como modo atrasado de vida	Prefeito Municipal não recebe os faxinalenses para a oitiva de seus pleitos	escrivão da polícia civil recusa-se a registrar as ocorrências relatadas pelos faxinalenses Delegado da Polícia Civil ignora a comunidade faxinalense	
Documento "Relatório do I Encontro Nacional de Comunidades Tradicionais"	falta de assistência técnica para os faxinais			
Documento "Relatório descritivo dos antecedentes históricos da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais"	a regularização fundiária aparece entre as principais demandas levantadas	não há no arcabouço jurídico e legal vigente, a possibilidade explícita de proceder à regularização destas áreas a curto prazo		
Documento "Ata 3 CNPCT"	importância da questão fundiária para os faxinais e que é impossível desenvolver qualquer política sem investir e encontrar uma solução para esta questão e para as questões legais que atualmente geram impedimentos			
Documento "Ata 5 CNPCT"	Atualmente a sustentabilidade dos Faxinais está ameaçada			

<p>Documento "Diretoria de biodiversidade e Áreas Protegidas "</p>	<p>À medida que o território faxinalense passa para as mãos de ocupantes externos e alheios aos faxinais, há uma modificação da matriz de cobertura do solo, que deixa de ser florestal, transformando-se em pastagens ou culturas agrícolas ou florestais (essências exóticas)</p>	<p>Para autuações com base em uso de agrotóxicos, é necessária uma ação conjunta com a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, para fins de comprovação de uso dos produtos</p>		
<p>Vídeo "Os Faxinais uma história de luta e amor a terra"</p>	<p>na roça eu trabalhava com a minha família né, naquela época todos nós tinha uma enxada pra carpir, hoje tá custoso até enxada, o povo tá usando veneno, esse agrotóxico né e carpir não querem</p>			
<p>Vídeo "Articulação Puxirão, 4 Encontro Estadual"</p>	<p>está aumentando a violência contra as lideranças das comunidades tradicionais, vocês devem estar acompanhando, no Pará foi assinada a 2 dias atrás uma liderança, dos castanheiros</p> <p>a gente chama de judicialização do conflito</p> <p>sucateamento dos órgãos ambientais</p>	<p>a 2 meses atrás foram assassinadas 2 lideranças também no Pará</p> <p>então vocês conseguiram conquistar a Aresur e a própria prefeitura vai lá e decreta o fim da Aresur, então invalida o ato que constitui o direito de vocês</p>	<p>então no Brasil está se retomando a violência praticada contra as lideranças de movimentos sociais essas lideranças que hoje estão sendo ameaçadas é porque estão defendendo seus direitos</p>	<p>eles não conseguem vencer vocês pelo direito de vocês, vocês apresentam pronunciam seus direitos e seu direito tem que ser garantido, e como o agronegócio não consegue impedir que esse direito seja garantido, ele entra na justiça contra o direito de vocês</p>

	<p>vocês têm que ficar atentos às mudanças do Novo Código Floresta, atingi diretamente vocês essas mudanças do Novo Código Florestal</p> <p>esse veneno parece que castigou o terreno que não tinha o veneno, acabou com o terreno, não tinha veneno nem na semente, era debulhado no paiol de milho</p>	<p>hoje em dia você ve um atrofiamento, um enfraquecimento dos órgãos ambientais</p> <p>vai atingir porque, hoje quem está conservando aqui no Paraná são as comunidades tradicionais e essa mudança do Código Florestal vai dar carta branca, vai dar permissão para que o agronegócio entre comprando a terra de vocês, pressionando e valorizando a terra de vocês</p> <p>antigamente você via o sujeito indo pra roça você via ele com o almoço e uma enxada pra roça, hoje você vê o caboclo com a sofatadeira e veneno nas costas</p>	<p>a política ambiental está virando de fachada</p> <p>e ai tem um dispositivo no Novo Código Florestal que é a compensação de áreas, que dizer o Agronegócio pode desmatar lá no Noroeste do Estado, Maringá, Querência lá em Londrina e ai ele pode comprar áreas aqui em Pinhão, onde tem bastante área de cobertura vegetal, isso vai gerar uma desagregação muito forte pra vocês</p> <p>a lei é contra nós, apóia um só muitas vezes em detrimento de 50, 100, 200 pessoas</p>	<p>esses órgãos ambientais são os que estão responsáveis por atender diretamente as demais de territórios de vocês, e nos últimos 4, 5 anos eles têm sofrido sucateamento, eles não tem funcionários mais</p> <p>porque a Aresur ainda consegue segurar, quem não é Aresur não segura mais</p>
--	--	---	--	--

Fonte: Entrevistas, Documentos e Materiais Audiovisuais coletados pelo autor (2014).

Composição: 14 Entrevistas (11 faxinalenses; 3 agentes públicos); 16 Documentos; 2 Materiais Audiovisuais.

Apêndice 8: Mapa 3/Substituição da Prática de Subsistência pela Produção para o Mercado

Mapa 3: Substituição da Prática de Subsistência pela Produção para o Mercado.

Fonte	Associações de 1ª Ordem	Associações de 2ª Ordem	Associações de 3ª Ordem	Explicações das Associações
Faxinalense A	<p>quando começou a mudar o sistema da nossa agricultura, começou a vim ai maquinário, começou a vim ai tecnologia</p> <p>a outra a exigência do mundo moderno mesmo, que foram as integrações né, hoje é o do frango, então o pessoal deixou de criar o porco e começou a criar o frango integrado, dentro da vigilância sanitária, da exigência do mercado, da exportação e assim por diante, essa tecnologia é a que mais invadiu</p>	<p>a coisa mudou tanto que o sistema, muitas granjas foram construídas dentro, dessas granjas de frango foram construídas dentro desses Faxinal aonde não era permitida a criação solta, já não pode mais criar galinha caipira, não pode mais ter o porco perto da granja, e devido ás exigência sanitárias tudo isso foi se modificando né, nova tecnologia e sistema de criação integrada</p> <p>a tecnologia fez com que isso fosse deixando aos poucos, o pessoal não podendo ter mais essa criação porque não tinha comércio e de outra forma os sistemas modernos de criações de integrações, fez com que isso tudo fosse por água a baixo né</p>		
Faxinalense J	<p>eu já tava envolvido na luta fundiária e agrária lá no município, mas isso por uma necessidade que lá havia uma dominação fundiária de uma empresa</p>	<p>então lá pela década de 40 as nossas terras do município de Pinhão eram devolutas né e daí tinha um histórico governador do Paraná, Moises Lupião que pegou as nossas terras ocupadas e deu em concessão de uso para uma empresa de origem européia que se instalavam em Fernandes Pinheiro lá perto de Pinhão</p>	<p>bom daí o que aconteceu, essa empresa pegou essas terras que eram nossas daí</p>	

	<p>o governo entregou pra essa madeireira fazer a, como é que eles diziam, não sei se é colonização, o desenvolvimento econômico e social do município, você se instala lá, vai gerar emprego, vai desenvolver e tal</p>	<p>daí ficou dos anos 44 até os anos 69 eles ficaram tramando isso junto ao governo do Estado, junto as maiores autoridades aí, e ficaram armando isso e essa concessão de uso virou matrícula, virou matrícula de propriedade particular da madeira</p>	<p>tavam a maioria delas ocupadas por gente, naquela época a gente não tinha título de terra porque não precisava ter, o que importava era nós tá morando em comunidade vivendo ali, ninguém, raramente alguém tinha uma área de terra registrada com documento assim né, mas o povo vivia sem preocupação com isso, porque não havia necessidade de se preocupar com o título de terra, porque tinha terra pra todo mundo, os rios, os recursos naturais todo mundo usava, internamente o povo se entendia como é que se usava esses recursos sem brigar, sem exploração, sem nada sabe</p>
<p>Faxinalense K</p>	<p>depois lá por 95, em 90 já tinha bastante conflito né na questão dos Faxinais, os bicho né, porque a questão das áreas entrava a monocultura dentro do Faxinal e achava que os bichos tava complicando a vida dos proprietários dessas áreas daí eles entraram para complicar a vida porque é de livre acesso a circulação deles</p>		<p>usaram todas as manobras falcatrueñas, sujas pra conseguir e daí ouve o dedo do governador, da assembleia, dos juizes, do cartório, todo mundo que tinha poder e esquentaram tudo isso e as terras devolutas passaram a ser de propriedade da madeireira quando foi em 70 eles chegaram pra nós e diziam assim, agora essa terra é minha</p>
			<p>a lavoura entrou dentro dos Faxinais e não os Faxinais dentro da lavoura né</p>

	<p>Tem soja plantada no meio da Aresur, destruíram totalmente e era território dos bichos andar, e daí não tem mais, e perde a qualidade</p>	<p>foi perdendo território, comunidade foi empobrecendo, os conflitos foram aumentando bastante</p>		
<p>Faxinalense E</p>	<p>hoje nós não temos nem galinha caipira, por causa lá da granja não pode ter, porque diz que leva doença</p> <p>Naquela época teve, porque depois que teve aquela lei que nois nem podia matar porco pro gasto aqui porque disse que tinha aquele bichinho que ia na cabeça, o verme</p>	<p>eles estão muito exigentes, querem muita coisa para fazer</p> <p>na época da ditadura né de 64 pra cá, que daí não podia mais matar porco, ter e daí o negocio dos moinhos fechados</p>	<p>A forma o que eles pretendem criar ai na granja muita coisa, nois já temo aqui naquele galpãozinho ali ta 100 mil reais empatado e farta coisa e farta e só trabalho, investe pra eles e ai não sobra dinheiro não adianta</p>	<p>daí aquilo arruinou muito ai pro pequeno lavrador, diminuiu a atividade</p>
<p>Faxinalense J</p>	<p>com o avanço tecnológico ai, desde a revolução verde ate hoje, todo esse avanço tecnológico da grande produção da soja, eles foram invadindo territórios dos faxinais</p>	<p>isso foi causando foi diminuindo o espaço territorial nosso</p>	<p>além de não ter uma política publica, também começou a diminuir o nosso território e obviamente houve o empobrecimento nosso</p>	<p>quando se perde território se perde muita coisa, inclusive recursos naturais que são grandes coisas assim pra, interessante pra nossa renda, pra nossa geração de renda</p>

	<p>O que mudou é assim, porque devido esta questão que eu falei anteriormente, da perda de território do fato de não ter reconhecimento, não ter política publica, nos vivemos em meio a um conflito com o outro lado da moeda que seria os antagonistas a nós que hoje seria o agronegócio</p> <p>nós temos o agronegócio do outro lado</p> <p>Então é um conflito porque tem, é um segmento batendo no poder publico que tá comprometido com outro segmento</p>	<p>então essa invasão de fora pra dentro do nosso território é causada por eles e essa alta tecnologia baseada no veneno, que contamina tudo o nosso meio ambiente onde nós vivemos saudável</p> <p>nessa lei tem que ir no conteúdo os costumes nosso, que a gente quer que essa lei represente e esses costumem eles esbarram nos interesses do povo ai da alta tecnologia, da produção agrícola ai, da monocultura da soja, do Pinus, do Eucalipto, do milho, da pecuária</p> <p>hoje o poder público nas 3 esferas, vamos dizer assim, tá muito mais comprometido com os grandes capitalistas rurais, a bancada ruralista na assembleia, na câmara federal, nas câmaras municipais, ele é muito forte</p>	<p>normalmente os políticos tão muito ligado a esse povo e ai que esbarra o problema tudo aquilo que confronta com os interesse do capital, daquele que, normalmente os municípios menores eles tem influencia muito grande o poder publico desse povo do capital ai, da monocultura, e ai por causa disso é difícil</p>	
<p>Agente Público C</p>	<p>o IAP hoje ele tem uma nova visão com os Faxinais, eles querem transformar os faxinais sustentáveis</p>			

	<p>é um projeto onde o IAP vai repassar palanque, arame, as mudas, adubo e fertilizantes se precisar passar vai passar, tudo com recursos do ICMS ecológico pra que, pra que essas famílias que queiram, venham a entrar nesse projeto e tenham um lucro</p>	<p>porque hoje se você chegar num Faxinal tem bastante gente que é contra porque é uma área muito boa, uma área de produção excelente que muitos deles, deixam de produzir em terras férteis que é os faxinais e vão produzir em morros, beiradas e áreas com declive bem acentuado deixando a área plana do Faxinal parada sem uso, sendo que essa área, já foi visto até pelo IAP que essa área do Faxinal é bem produtiva</p> <p>não vai ficar o Faxinal parado lá, um recurso parado só pra manutenção de cerca e portão como era feito antigamente</p>	<p>hoje o IAP já tem uma nova forma de pensar de se tornar os faxinais sustentáveis, de que maneira, conversando com a comunidade e vendo a demanda de cada comunidade, lançando a eles um projeto que eles queiram trabalhar no Faxinal e o IAP repassará um investimento para que esse projeto se concretize</p> <p>tem faxinalense que não entende a posição do IAP ainda até hoje, eles pensam que esse recurso pode ser utilizado com qualquer coisa, para a compra de qualquer coisa né</p>	<p>montou uma cozinha comunitária padrão uma cozinha comunitária grande de quase 40 mil reais, onde ali eles conseguiram montar, digamos, quase uma cozinha industrial, com embalador a vácuo, os produtos deles já estão certificados, já conseguem colocar os produtos deles em feiras, em mercados aqui da região, então é essa a forma que o IAP quer que os Faxinais venham trabalhar</p>
--	--	---	---	--

esse projeto que o IAP tá vindo, de se tornar o Faxinal sustentável, não só repassar o dinheiro e não deixar que, porque hoje o pessoal quer retorno, o pessoal se tem uma terra lá 5, 6 alqueires no Faxinal eles querem o retorno dessa área e não tem retorno nenhum, nenhum retorno, não pode cultivar nada, tem que deixar essa área deles ali parada não porque a lei do Faxinais eles tem uma pequena área que pode ser cercada, digamos um quintal mais ou menos, aí nesse quintal, por isso que a fruticultura, porque pra vc fazer uma produção de morango vc não precisa de uma área grande então trabalhar com as comunidades assim de forma que não seja afetado o meio ambiente nos Faxinais, mas se torne que as famílias tenham um lucrinho no final do mês com o Faxinal, para não ficar aquela área lá meio que isolada lá e só os animais andando lá sem ter uma, claro sem desmatar também né, uma área que geralmente o pessoal deixa como fundo de quintal, uma área livre que pode ser comercializada e ter uma renda no fim do mês

A prefeitura ela participa das reuniões e deixa a palavra a vontade para eles discutirem se a prefeitura vê que o outro lado, sendo o do presidente ou dos contra, a gente vai pro lado que tá mais favorável, se os contra tá com a opinião, a gente vai chegar no presidente e vai conversar, olha não é bem por aí, eu acho que você tá contrariando a maioria da população, a gente vai tentar conversar

mas se a gente vê que o presidente tá tentando ajudar a comunidade a gente vai na comunidade, conversa com a população, faz um corpo a corpo depois com o pessoal tenta explicar, digamos que na hora pode ser que a maioria do pessoal entenda um lado, mas depois que termina a reunião, passa uns 2, ou 3 dias a gente vai conversar, tenta explicar, e eles acabam entendendo

	<p>A maioria desses faxinalenses hoje tem a produção de fumo fora do Faxinal , a maioria, na área da lavoura fora do Faxinal, a maioria</p> <p>Hoje eu vejo que, com esse projeto do IAP hoje, eu acho que o Faxinal só tem a crescer porque confesso que nos outros anos que era trabalhado, o pessoal tava muito desanimado com os Faxinais hoje o pessoal não, o pessoal já procura, o pessoal já procura, pessoal já está entusiasmado, já quer fazer o projeto</p>	<p>mas a maioria se você for procurar, a maioria que vive aqui, a maioria são pequenos produtores, por isso que nós estamos tentando implantar algum projeto que eles venham a ganhar, não um recurso alto, mas um recurso bom pra que eles trabalhem mais animados dentro do Faxinal, não para que fiquem só dependendo de culturas fora</p> <p>tem uns pequenos Faxinais aqui que não, uma porque o recurso deles é pouco, mas os grandes faxinais só têm a crescer uma pelo turismo, só que nós temos que trabalhar muito nesses faxinais porque eles tão meio que é digamos, não é abandonados, mas eles tinham aquela cultura de como era antes</p>	<p>quando a comunidade quer um projeto e não quer outro, ai a gente vai no corpo a corpo e vê, tenta conversar, explicar</p> <p>Eu acho hoje que os Faxinais como tá caminhando e como tá vindo a procura pra nós, eu acho que rentável, bonito a preservação e trabalhar para que mais gente de fora que não conhece venha conhecer e sai assim vista com bons olhos né</p>	<p>Porque antes eles não viam com bons olhos os faxinais, hoje já não, hoje conseguem apresentar um produto pra eles</p>
<p>Agente Público A</p>	<p>Por outro lado os governos, as instituições acabavam atendendo, acabam atendendo aqueles grupos que pressionam mais, e quem pressiona mais são aqueles que estão mais organizados</p>			

Faxinalense B	<p>eles querem fazer o tal do desenvolvimento em certas regiões o monocultivo da soja, milho e eucalipto tá sufocando os faxinais</p> <p>na própria produção do agronegócio, com o uso intensivo do agrotóxico, de transgênicos, que eles tão vendo que a transgeniase já não era aquilo que eles apregoava, que tinha na questão da soja, uma que já era resistente a lagarta e que hoje já ta acontecendo de danos da lagarta na lavoura</p>			
Faxinalense G	<p>os que nós chamamos de capitalistas, eles só tão pensando em explorar a terra sem ter nenhum respeito e a gente sabe que ali é rico em nascente né e minas de água</p>	<p>você vai ver as plantações de pinos e eucalipto então as madeireiras no caso, que são donas eles querem mais terra pra plantar mais pinos e eucalipto</p>	<p>a Coca cola ai ta comprando tudo que é nascente de água né, e não tem respeito, a partir do momento que você negociou você não tem mais direito a aquela água, aquela água é da Coca cola né</p>	
Reportagem "Faxinais em risco de extinção"	<p>avanço do agronegócio faz com que comunidades tradicionais vão aos poucos desaparecendo do mapa paranaense</p>	<p>terras estão sendo sondadas pelo agronegócio</p>	<p>o agronegócio é uma das razões da desagregação dos faxinais no Estado</p>	<p>Como os faxinais usam as terras planas para moradia e criação de animais, enquanto que as íngremes são destinadas para a plantação, os grandes produtores vêem nessas áreas planas fontes de investimento</p>
Reportagem "Faxinais ganham status ambiental"	<p>Comunidades faxinalenses estão sendo reconhecidas pelo governo do estado como Áreas Especiais de Uso Regulamentado (Aresur).</p>	<p>O objetivo é proteger e desenvolver essas localidades, conhecidas pelo uso comum da terra e pela preservação do meio ambiente</p>		

	com a modernização da agricultura, os faxinais começaram a se descaracterizar e houve desmatamento da cobertura florestal para introdução de monoculturas		Junto com o reconhecimento, elas passam a ter direito de usufruir dos recursos do ICMS Ecológico repassados pelo Palácio Iguazu às prefeituras	
Reportagem "O bom exemplo dos Faxinais"	A visitação turística tem ajudado no orçamento familiar. Essa e outras iniciativas são incentivadas pelo Instituto Ambiental do Paraná (IAP) porque geram renda e, ao mesmo tempo, conservam as características do sistema	A partir do cadastramento, o Faxinal pode ser beneficiado pelo repasse do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) Ecológico e ainda é considerado Área Especial de Uso Regulamentado (Aresur)	O processo é coordenado pelo IAP e a preocupação em proteger o sistema se justifica pelo ponto de vista ambiental	
Reportagem "Faxinais pedem políticas públicas específicas"	a principal ameaça à cultura e ao modo de vida dos povos de faxinais é o Agronegócio	o agronegócio vem invadindo nossas terras, transformando nossas plantações em monoculturas e assassinando nossas tradições	O agronegócio tem ocasionado o envenenamento das águas, a destruição de fontes naturais e o desmatamento das nascentes	
Reportagem "Nova área de Faxinal garante proteção ambiental e renda"	Paraná acaba de ganhar nova área especial de uso regulamentado (Aresur), vai ajudar a preservar o ecossistema local e a comunidade passa a ser remunerada com o ICMS Ecológico			Aresur é uma forma de reconhecer a importância das comunidades faxinalenses para a preservação dos recursos naturais

		Conforme a resolução, o uso do solo em mais de 90% deve respeitar as práticas tradicionais acordadas pelos faxinalenses		Batalhamos muito pela regulamentação. Com os recursos que vamos receber, esperamos melhorar a nossa infraestrutura, com a construção de cercas, mata-burros e banheiros, por exemplo
	Com a modernização da agricultura, os faxinais começaram a se descaracterizar e houve desmatamento da cobertura florestal para introdução de monoculturas			
Reportagem "Ameaça às Araucárias"	A pressão do agronegócio sobre os faxinais é grande e eles acabam cedendo, pois se sentem desestimulados por não terem condições de aumentar sua produção para melhorar a renda			
Reportagem "Definindo os faxinais e introduzindo o assunto"	Um sistema de propriedade coletiva dificilmente resiste às garras do capitalismo, personificado pelo agronegócio no campo	A expansão das lavouras de soja tem dizimado os faxinais, que estão praticamente se extinguindo no Estado		
Reportagem "Terra em transe"	O aparecimento das granjas modernas de criação tirou a criatividade da produção familiar	o aparecimento de granjas modernas tirou a competitividade da produção familiar	havia a expansão das plantações de pinus, eucalipto, soja e outras culturas dentro e fora dos faxinais	
Reportagem "IAP promove reunião pública para registrar áreas de faxinais"	Aprovadas no Cadastro, elas passam a ser consideradas também como Áreas de Uso Regulamentado (Aresur), porque promovem a preservação ambiental	cadastro garante o repasse de recursos do ICMS Ecológico e a implantação de projetos de desenvolvimento sustentável junto a essas comunidades		
Reportagem "Paraná ganha quatro novas áreas de uso sustentável"	desmatamento da cobertura florestal para introdução de monoculturas			

		expropriação de milhares de faxinalenses em uma disputa territorial sem precedentes contra o agronegócio em suas diversas modalidades		
Documento "Cartilha para uma Instrumentalização dos Direitos Faxinalenses"	avanço do monocultivo de pinus, eucalipto, fumo e soja	avanço do capital que não respeita a sociobiodiversidade dos territórios faxinalenses, expandido as monoculturas		
Documento "Cartilha Faxinalenses em Movimento"	com a expansão da monocultura, houve uma considerável diminuição da área dos faxinais			
Documento "Cartilha Nova Cartografia social dos povos e comunidades tradicionais do Brasil: Povos de Faxinais"	por conta de um latifundiário o Faxinal está quase se dividindo em dois, pois este está comprando as áreas do Faxinal e destruindo			
Documento "Cartilha Nova Cartografia social dos povos e comunidades tradicionais do Brasil: Faxinalenses no Setor Centro"	tem a perda que nos perdemos uma grande parte do território do Faxinal, que nos perdemos para os fazendeiros	a causa dos grandes fazendeiros que vem apertando os faxinalenses	a exploração dos capitalistas que já vem degradando a área de ARESUR em uma certa e grande quantia, e prosseguem explorando, a previsão é de se acabar o criador	
Documento "Cartilha Nova Cartografia social dos povos e comunidades tradicionais do Brasil: Faxinalenses no Setor Sul"	O pessoal de fora que vem e interfere no nosso convívio, geralmente são os grandes fazendeiros de soja	É a tecnologia, dizem que é tecnologia, mas plantar produtos cheios de agrotóxicos		
Documento "Cartilha de mobilização popular do 1 Encontro dos Povos dos Faxinais"	Destruição dos faxinais a partir do modelo de agricultura convencional denominado de agronegócio, com grande impacto negativo no modo de uso e de vida das comunidades faxinalenses			

Documento "Relatório Final do 1o Encontro dos Povos dos Faxinais"	agronegócio ameaça o território			
Documento "Cartilha de mobilização popular do 2o Encontro dos Povos dos Faxinais"	disputa com o agronegócio da soja, do pinus, do eucalipto	agronegócio vem interferindo na vida dos faxinalenses e de uma forma direta ou indireta prejudicando o direito de viver e produzir das comunidades tradicionais		
Documento "Cartilha de mobilização popular do 3o Encontro dos Povos dos Faxinais"	O aumento dos conflitos nos faxinais promovido pelo agronegócio através da monocultura de pinus, eucalipto, soja e pecuária vem causando empobrecimento das comunidades e êxodo rural	agronegócios de pinus, eucalipto, soja, fumo, milho, morango e a grande pecuária que expulsam nossas famílias da terra, destruindo os faxinais, a nossa cultura faxinalense e a biodiversidade de nossa região	as grandes propriedades que praticam os monocultivos, afetam e muitas vezes destroem nossas comunidades bem como, impedem nossa reprodução física e social	
Documento "Lei Orgânica do Município de Quitandinha"	A política agrícola municipal será planejada e executada em consonância com as leis agrícolas estadual e federal, com participação efetiva dos produtores e trabalhadores rurais, envolvendo os setores de comercialização, armazenamento e transporte, objetivando o desenvolvimento rural nos seus aspectos econômicos e sociais com a racionalização do uso e preservação do solo e dos recursos naturais e ambientais			

		<p>O Plano de Desenvolvimento Rural estabelecerá objetivos e metas, a curto, médio e longo prazo, para a promoção do desenvolvimento no meio rural, de acordo com as aptidões econômicas, sociais e dos recursos municipais, através da identificação e solução dos problemas</p>		
Documento "Regimento Interno do Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável"	<p>O Conselho é responsável pelas políticas de desenvolvimento rural sustentável, com a finalidade precípua de estabelecer diretrizes e prioridades para as políticas de desenvolvimento sustentado do município de Prudentópolis, bem como promover políticas públicas relativas à questões sociais, ambientais e econômicas, promovendo o segmento rural (agricultores familiares) de modo a proporcionar-lhes o aumento da capacidade produtiva, geração de empregos e melhoria de renda</p>	<p>Os grupos temáticos têm por finalidade subsidiar as decisões do Conselho nos estudos das questões relevantes na área de desenvolvimento rural sustentado, agricultura familiar, geração de emprego, aumento da capacidade produtiva e melhoria de renda no segmento rural, formação sócio-política</p>		
Documento "LEI Nº 1.270, Prudentópolis"	<p>Promover a agricultura familiar de modo a proporcionar seu aumento de capacidade de produção, de geração de empregos, de melhoria de renda e de qualidade de vida da família do produtor rural, através de melhor organização do segmento na defesa de seus interesses, em consonância com o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e com o Plano Diretor do Município</p>			

Documento "Lei Orgânica do Município de Prudentópolis"	O Município promoverá o desenvolvimento do meio rural consoante as aptidões econômicas, sociais e dos recursos naturais, mobilizando os recursos do setor público em sintonia com as necessidades da atividade privada, executando, conjuntamente com a União e o Estado do Paraná, programas de desenvolvimento	Todas as atividades de promoção do desenvolvimento rural do Município deverão constar do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Integrado que, aprovado formalmente pela Câmara Municipal, identificará os principais problemas e oportunidades existentes, proporá soluções e formulará planos de execução		
Documento "Lei Orgânica do Município de Mandirituba"	A iniciativa privada, proprietária das áreas com potencialidade turística, terá preferência para a sua exploração, desde que preencha os requisitos legais			
Documento "Relatório do I Encontro Nacional de Comunidades Tradicionais"	problemas são o agronegócio, fumo			
Documento "Ata 5 CNPCT"	falou sobre a situação vivida pelos Faxinais a partir da década de 70, informando que de 1970 a 1995 a maior parte dos Faxinais foi devastada por madeireiros e grileiros	estão sofrendo ameaça por parte do agronegócio, relatando que já houve um caso de assassinato		
Documento "Mensagem à Assembléia Legislativa do Estado 1961"	Os estudos que vem sendo desenvolvido vão permitir ao governo tomar medidas práticas e concretas para o desenvolvimento da agropecuária paranaense	As excepcionais condições do Paraná para a produção e exportação de milho, arroz, feijão e outros produtos alimentares serão ainda melhoradas com as obras de infraestrutura	criadas as condições necessárias para a mecanização da lavoura	

<p>Documento "Mensagem à Assembléia Legislativa do Estado 1962"</p>	<p>A política governamental orienta-se no sentido de diversificar a produção agrícola em função dos mercados local e nacional de alimentos e matérias primas</p> <p>foi iniciada a renovação do plantel suíno do estado, com a aquisição de 350 reprodutores</p>	<p>estruturado um sistema de racionalização da distribuição de semente de trigo, garantindo sensível aumento na produção tritícola do Paraná</p> <p>foram reaparelhadas as granjas</p>	<p>excelentes resultados foram obtidos na distribuição de 528.000 sacas de sementes de algodão</p> <p>uma das atividades de maior repercussão para o setor primário paranaense foi o plano de fomento da pecuária de corte</p>	
<p>Documento "Mensagem à Assembléia Legislativa do Estado 1963"</p>	<p>se por um lado apenas uma política de industrialização pode garantir a mesma taxa de crescimento que o café proporcionou, as potencialidades da agricultura paranaense, hoje o terceiro estado agrícola do Brasil, apontam o caminho para um planejamento objetivo de seu aproveitamento</p> <p>o departamento de assistência ao cooperativismo prosseguiu a campanha de regularização do movimento cooperativista</p>	<p>a secretaria de agricultura intensificou seu programa de fomento da pecuária de corte</p> <p>grande passo foi dado para o aumento da produção e da produtividade de milho no Paraná, através do financiamento concedido pela CAFÉ a uma empresa privada para a produção de sementes de milho híbrido</p>	<p>foram igualmente adquiridos lotes de reprodutores suínos de pura raça Ouroc, Wessex e Landrace</p>	

Documento "Mensagem à Assembléia Legislativa do Estado 1964"	foram incorporados ao rebanho suíno do Paraná através de um plano de venda, com vantagens aos criadores, 420 animais das raças Duroc-Jersey, Wessex e Landrace, produzidos pelos plantéis próprios da secretaria de agricultura	vem o estado enriquecendo seus plantéis, a fim de, através de experimentos, melhorar qualitativamente os produtos ofertados aos criadores do estado	poderão ser atendidos milhares de lavradores e criadores que, com os novos conhecimentos obtidos trarão melhor contribuição ao progresso do estado	
Documento "Mensagem à Assembléia Legislativa do Estado 1965"	desenvolveu um intenso e proveitoso plano de fomento e incentivo ao setor agropecuário como parte do plano de diversificação da lavoura e de renovação de seus rebanhos			em sua primeira concepção o plano previa investimentos na ordem de 1.960 milhões de cruzeiros, limitado a recursos nacionais. Em 1962 o plano foi ampliado, prevendo investimentos no montante total de 13 bilhões de cruzeiros, em um programa quadrienal para o qual esperava-se contar com ajuda externa
Documento "Mensagem à Assembléia Legislativa do Estado 1967"	<p>execução de um programa de fomento a suinocultura de carne, nos mesmos moldes do aplicado a bovinocultura mediante a distribuição de reprodutores suínos de raça, por sorteio e permuta por animais comuns</p> <p>o objetivo da ACARPA é implantar, através de assistência técnica especializada, uma mentalidade técnica ao rurícola, orientar e organizar os sistemas de comercialização, além de financiar a produção com crédito rural educativo</p>	dentro desse programa foram adquiridos 1.195 suínos da raça Duroc-Jersey, dos quais 1004 foram distribuídos aos criadores do Estado		

Documento "Mensagem à Assembleia Legislativa do Estado 1968"	<p>prosseguiu o programa paralelo de fomento à suinocultura, com a distribuição no período, de 2384 reprodutores de boa linhagem da raça Duroc-Jersey</p>	<p>mais de 15 bilhões de cruzeiros antigos foram aplicados pelo Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul no Paraná, durante o biênio 67/67, no fomento a implantação, ampliação de indústrias e no fomento agropecuário</p>		
Documento "Mensagem à Assembleia Legislativa do Estado 1970"	<p>a expansão da agropecuária paranaense se deve, basicamente, ao esforço da iniciativa privada, que sempre tem correspondido, com sua nunca desmentida compreensão e apoio ao programas traçados e executados pelo governo</p>	<p>o fomento a cultura da soja foi uma das campanhas injetadas em 1969, com a colaboração da iniciativa privada, visando o aproveitamento sempre maior das potencialidades da produção paranaense</p>	<p>no campo da produção animal, o estímulo que vem tendo a suinocultura, através de convênio com a ACARPA, estabelecendo um programa de distribuição de matrizes a suinocultores previamente treinados, bem como o efeito funcionamento do Centro de Suinocultores Modelo, mediante a implantação de inúmeros reprodutores de alta linhagem</p>	
Documento "Mensagem à Assembleia Legislativa do Estado 1981"	<p>cooperativismo e associativismo são duas das soluções mais adequadas ao desenvolvimento das atividades agrícolas, bem como as alternativas mais factíveis para propiciar maiores rendimentos ao pequeno produtor</p>	<p>Emater atuou nesse subprograma conscientizando, orientando e motivando os produtores rurais, principalmente os de baixa renda, para as vantagens do associativismo e do cooperativismo</p>	<p>incluem-se entre as preocupações da Emater, o treinamento de pequenos produtores em administração rural</p>	

	<p>O Badep prestou decidido apoio financeiro a empreendimentos avícolas e pecuários</p>	<p>Estudo de processos para a redução de pelo menos 20% dos gastos com rações na produção de suínos</p>		<p>suinocultores com a adoção das alternativas e métodos estudados pelos pesquisadores poderão reduzir o custo de produção e aumentar a rentabilidade da atividade mediante tais tecnologias</p>
<p>Documento "Mensagem à Assembléia Legislativa do Estado 1982"</p>	<p>Ampla difusão de tecnologia e de orientações para o adequado emprego de insumos modernos</p> <p>Em convênio com a Associação Paranaense de Suinocultores, técnicos da Emater realizaram trabalhos de inspeção de granjas, seleção de reprodutores e orientação em melhoramento zootécnico em suínos A ação da Emater no programa de apoio ao pequeno produtor vem tendo por objetivo a maior integração dos pequenos produtores no processo produtivo, melhorando sua renda elevando o seu nível de bem estar social e ampliando as condições de comercialização de sua produção</p>	<p>produção de condições para que o produtor encontre na economia de mercado e no cooperativismo a solução de seus problemas de comercialização</p>		
<p>Documento "Mensagem à Assembléia Legislativa do Estado 1984"</p>	<p>a atual gestão da SEAG tem direcionado seus esforços para a abordagem crítica das agudas transformações que a agricultura sofreu no Paraná e para se contrapor às perversidades desse processo, tais como a degradação do meio ambiente, o empobrecimento dos pequenos produtores e à modernização acelerada imposta à agricultura</p>			

	<p>o programa de profilaxia e combate à peste suína estabeleceu-se como prioridade com a finalidade de demonstrar a erradicação da enfermidade no estado. Recebeu o certificado de estado isento de peste suína, reabrindo assim as condições para a sua participação como exportador de suínos no mercado internacional</p>	<p>orientaram-se os produtores rurais para o uso de tecnologias apropriadas às suas condições socioeconômicas, para as vantagens da diversificação da exploração agropecuária e da produção para o consumo, como a criação de animais domésticos e o cultivo de hortas e pomares</p>	<p>implantou-se a cultura do milho par a produção de 10.000 sacas de sementes da variedade BR 105, como opção de uso em substituição à semente de milho híbrido, conseguindo o produtor sementes próprias para a safras futuras</p>	
<p>Documento "Mensagem à Assembleia Legislativa do Estado 1988"</p>	<p>no campo da produção animal o governo concentra ações nas áreas de melhoramento genético, sanidade e alimentação animal, pois o descuido com esses fatores compromete seriamente a produtividade</p>	<p>a qualidade sanitária dos produtos de origem animal que são consumidos motivou a criação do Serviço de Inspeção do Paraná, que visa estimular a criação de abatedouros municipais, ampliando o controle sanitário de produtos pecuários ofertados à população</p>	<p>o aumento da produção e produtividade é decorrência, entre outros fatores, do acesso e incorporação das inovações tecnológicas</p>	

Documento "Mensagem à Assembleia Legislativa do Estado 1989"	a partir da constatação de que se esgotou o limite material possível para a expansão agropecuária no território paranaense, só resta ao estado a alternativa de intensificar medidas que contemplem o aumento da produtividade agrícola, mediante a integração cada vez maior das ações do poder público com as iniciativas do setor privado	Paraná possui o segundo maior rebanho suíno do país	por esse motivo e com o objetivo de assegurar o desenvolvimento do setor e a melhora contínua da qualidade dos plantéis, além de estimular o produtor para o aumento da produção e da produtividade das criações exploradas no Paraná, a Secretaria da Agricultura e Abastecimento criou, em 1987, o Programa de Produção Animal	
Documento "Mensagem à Assembleia Legislativa do Estado 1990"	projeto de produção animal foi executado de forma integrada pela secretaria e entidades a ela vinculadas, bem como contou com a participação efetiva de cooperativas, associações de criadores, prefeituras, sindicatos e estabelecimentos de ensino	o objetivo primordial foi o melhoramento genético, dos rebanhos, a organização do produtor e agricultor e a diversificação da propriedade rural		
Documento "Mensagem à Assembleia Legislativa do Estado 1996"	implementação de estratégias para assegurar a competitividade dos produtores rurais paranaenses frente às novas imposições do mercado	modernização da agricultura familiar	criação do conselho estadual de saúde animal	
Documento "Mensagem à Assembleia Legislativa do Estado 1997"	com relação a suinocultura foram executadas ações de apoio à aquisição de equipamentos para o manejo adequado dos dejetos suínos,	o novo perfil econômico do Estado passa pela perfeita integração da produção agrícola e a agroindústria		

Documento "Mensagem à Assembléia Legislativa do Estado 1999"	buscando a melhoria da produtividade das explorações pecuárias, a SEAB tem procurado atuar em parceria com municípios, cooperativas, sociedades rurais, sindicatos rurais, associações de produtores, entidades de ensino e pesquisa e empresas privadas	na suinocultura foi apoiada a implantação do programa de inseminação artificial no Sudoeste e Oeste do Paraná, abrangendo 42 municípios e 9 mil produtores	visando a adoção de tecnologia para melhoria da renda na pecuária, forma assistidos pela Emater 10.369 produtores em suinocultura	
Documento "Mensagem à Assembléia Legislativa do Estado 2003"	programa Desenvolvimento do Agronegócio, o Governo do Estado busca garantir o aumento da renda do pequeno e do médio produtor por meio de uma agricultura mais forte e competitiva	o SISCAL, sistema de suínos criados ao ar livre, que se caracteriza pelo baixo custo de implantação e a possibilidade de obtenção de produtos ecologicamente corretos, pode ser uma opção viável para pequenos e médios produtores		
Documento "Mensagem à Assembléia Legislativa do Estado 2010. 1"	Programa de Suinocultura Noturna (PSN) - lançado em setembro, tem por objetivo incluir a atividade de suinocultura nos benefícios do desconto tarifário na energia elétrica consumida no período das 21h30 às 6h, com classificação de Baixa Tensão (Tarifa-B-2).	Podem aderir ao Programa suinocultores que exploram a suinocultura de forma comercial, cadastrados na SEAB ou Associação Paranaense de Suinocultores (APS) e que nos últimos 04 meses tenham emitido Guia de Transporte de Animais (GTA) ou Nota Fiscal de Produtor Rural, ou, ainda, comprovem a parceria vigente com frigoríficos ou empresas integradoras		

	<p>Realizadas 102 certificações nas 62 Granjas de Reprodutores de Suídeos Certificadas (GRSC) do Estado, 3.378 visitas de vigilância a propriedades, bem como orientação de 17.724 criadores a respeito da sanidade de suídeos</p>		<p>Programa Carnes Nobres do Paraná - trata-se da aproximação da produção dos pecuaristas aos centros consumidores, valorizando e agregando valor aos produtos de origem animal</p>	
<p>Documento "Mensagem à Assembleia Legislativa do Estado 2010.2"</p>	<p>Programas Irrigação/Avicultura/Suínocultura Noturna - realizados em conjunto com a SEAB, EMATER, SEMA, entre outros órgãos, visam incentivar aumento da produtividade mediante desconto na energia elétrica utilizada no período noturno, resultando em aumento da renda e melhoria da qualidade de vida do produtor rural</p>	<p>Os descontos variam de 60 a 70% da tarifa de energia elétrica mensal quando utilizada das 21h30 às 6h. Até setembro, foram beneficiados 2.275 agricultores, 3.771 avicultores e 71 suínocultores, com previsão de atender mais 350 propriedades rurais até o final do ano</p>	<p>22.212 análises laboratoriais em bacteriologia, parasitologia e virologia, para certificação semestral das granjas de Reprodutores de Suínos do Paraná</p>	
<p>Documento "Mensagem à Assembleia Legislativa do Estado 2011"</p>	<p>aproximação da produção dos pecuaristas aos centros consumidores, valorizando e agregando valor aos produtos de origem animal; apoio a eventos (I Congresso Latino Americano de Suínocultura e Sustentabilidade Ambiental); e capacitação de todos os segmentos das cadeias produtivas</p>			

		<p>Programa Irrigação Noturna, Avicultura Noturna, Suinocultura Noturna e Tarifa Rural Noturna - realizados em conjunto com a SEAB, Instituto EMATER, SEMA, entre outros órgãos, visam incentivar o aumento da produtividade mediante desconto na energia elétrica utilizada no período noturno, resultando em aumento da renda e melhoria da qualidade de vida do produtor rural</p>	<p>Os descontos variam de 60 a 70% da tarifa de energia elétrica mensal quando utilizada das 21h30 às 6h. Até novembro, foram beneficiados pela tarifa especial 2.934 agricultores (Programa de Irrigação Noturna), 3.899 avicultores, 87 suinocultores e 1.354 rurais (Programa Tarifa Rural Noturna)</p>	
Documento "Mensagem à Assembleia Legislativa do Estado 2012"	<p>Programa de Inspeção de Produtos de Origem Animal - fiscalizados 1.020 estabelecimentos (matadouros, fábricas de conservas, laticínios, etc); avaliados 140 projetos; destruídos 12.580 e apreendidos 16.106 Kg de produtos impróprios ao consumo; emitidos 865 relatórios em auditorias</p>			
Documento "Ata da 87ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Meio Ambiente"	<p>como a gente trabalha nas comunidades faxinalenses e agora o IAP está adotando uma estratégia para que se faça o desenvolvimento sustentável nesses faxinais</p>	<p>além de apoiar as comunidades com cercas, arames, essas coisas que são necessárias para manter o Faxinal, eu fiquei sabendo que o IAP havia feito um projeto e que se faria um diagnóstico ambiental e socioeconômico de alguns faxinais</p>		<p>Não adianta demarcarmos recurso para gastar nisso e a gente não sabe o que está acontecendo, a gente não sabe o resultado, não sabemos se deu certo ou não, como as coisas andaram</p>

Documento "Decreto 51.058, 1961 Aprova o Plano de Emergência"	Rebanho Suíno e Produtos derivados; assistência direta aos criadores através de planejamento da exploração, orientação sobre manejo e alimentação; incentivo ao comércio de reprodutores, zoneamento da produção, treinamento para criadores			
Documento "Instrução Normativa n. 6, 2004 Aprovar as Normas para a Erradicação da Peste Suína Clássica (PSC)"	Proibir o ingresso ou o trânsito, na zona livre de PSC, de suídeos, seus produtos e subprodutos, material de multiplicação animal de origem suídea, produtos patológicos e biológicos, presumíveis veiculadores do vírus da doença, procedentes de zonas infectadas, com a finalidade de manter zonas livres de PSC no país, dentro dos princípios do zoneamento e regionalização estabelecidos pela Organização Mundial de Sanidade Animal - OIE	O trânsito de suídeos, seus produtos e subprodutos, material de multiplicação animal, produtos patológicos e biológicos presumíveis veiculadores do vírus da PSC será amparado por certificação oficial regularmente expedida pelo serviço veterinário oficial ou médico veterinário credenciado, em conformidade com a presente Norma e as demais pertinentes		
Documento "Instrução Normativa n. 8, 2007 Aprovar as Normas para o Controle e a Erradicação da Doença de Aujeszky (DA)"	Estas Normas têm como objetivo estabelecer as bases para a implementação de ações coordenadas em cada Unidade da Federação participante do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária, com vistas ao Controle e à Erradicação da DA dos suídeos domésticos	o abate sanitário deve ser efetuado em abatedouro de suídeos reconhecido pelo Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal	Os suídeos em trânsito interestadual para a finalidade de engorda deverão estar acompanhados do documento de trânsito e de certificado emitido pelo serviço veterinário oficial	

<p>Documento "Instrução Normativa n. 27, 2004 PLANO DE CONTINGÊNCIA PARA PESTE SUÍNA CLÁSSICA"</p>	<p>O Programa Nacional de Controle e Erradicação da Peste Suína Clássica foi implantado em 1992, inicialmente em municípios contíguos pertencentes aos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná</p>	<p>Programa de Educação Sanitária permanente e eficaz para que haja uma efetiva participação da comunidade. O criador deve estar consciente e motivado para as ações desenvolvidas, conhecendo a importância de cada uma delas</p>	<p>Sistema de identificação de suídeos para que o rastreamento, ação fundamental para a gestão de emergências sanitárias, seja realizado com êxito Vigilância ativa na suinocultura independente, inclusive nas criações de subsistência Cadastro atualizado dos criadores de suídeos e de transportadores Monitoramento e avaliação permanentes das atividades de sanidade animal, visando garantir a padronização das ações</p>	
<p>Documento "Instrução Normativa n. 35, 2001 Normas a serem observadas para a certificação de granjas"</p>	<p>A comercialização no Território Nacional de suídeos destinados a reprodução, bem como a sua participação em exposições, feiras e leilões, somente será permitida àqueles procedentes de granjas de reprodutores de suídeos certificadas</p>	<p>"granja de reprodutores suídeos certificada": granja que atenda integralmente as disposições gerais e as condições estabelecidas para a certificação. As granjas terão sua certificação baseada no monitoramento sorológico e na sua classificação sanitária previstos nessa Instrução normativa</p>	<p>A granja de reprodutores deverá estar registrada no setor competente do Ministério da Agricultura e do Abastecimento A granja de reprodutores deve possuir cadastro junto ao serviço oficial da jurisdição onde esteja localizada, bem como, um registro zoossanitário completo</p>	

			<p>A granja de reprodutores deverá adotar práticas de biossegurança contra a introdução de agentes patogênicos</p> <p>A granja de reprodutores deve possuir assistência Médico Veterinária e responsável técnico que a representará junto ao serviço oficial</p> <p>As granjas de reprodutores certificadas deverão dispor de cerca periférica com entrada única e sistema de desinfecção para o ingresso de pessoas ou veículos</p>	
Documento "Instrução Normativa n. 47, 2004 Regulamento Técnico do Programa Nacional de Sanidade Suídea"	<p>Todos os estabelecimentos de criação de suídeos deverão ser cadastrados pelas Secretarias de Estado de Agricultura ou autoridades de defesa sanitária animal competentes nos Estados e no Distrito Federal, de acordo com instruções e modelo nacional padronizado estabelecidos pelo DDA</p>	<p>O serviço veterinário oficial manterá um sistema de vigilância zoossanitária e de informação, abrangendo todos os níveis, com análise sistemática dos dados coletados e produção de informes periódicos para atendimento aos compromissos nacionais e internacionais</p>	<p>A comercialização e distribuição, no Território Nacional, de suídeos destinados à reprodução, assim como a sua participação em exposições, feiras e leilões, somente será permitida àqueles procedentes de granjas certificadas sanitariamente pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA</p>	
Documento "Portaria n. 85, 1988 Normas Relativas as Condições Gerais para Funcionamento dos Pequenos e Médios Matadouros"	<p>Estados ou Municípios devem dispor de órgão próprio para a execução de inspeção e fiscalização dos matadouros destinados ao abate de animais de açougue, exclusivamente para, abastecimento local</p>			

		<p>O projeto de construção ou de reaparelhamento do matadouro deve ser aprovado pelo setor competente do Estado ou Município, observando o contido nas presentes normas e seus códigos de obras e sanitário</p>	<p>O funcionamento do estabelecimento dependerá de autorização do órgão estadual ou municipal competente, o qual concederá o número de registro do estabelecimento, que será utilizado nos carimbos de inspeção</p>	
<p>Documento "Portaria n. 711, 1995 Normas Técnicas de Instalações e Equipamentos"</p>	<p>As exigências a seguir relacionadas, seguem as fases operacionais desenvolvidas antes e depois do abate ("ante-mortem" e "post-mortem") desde a recepção dos animais até a expedição das matérias primas, que seja no tocante às instalações e equipamentos, como no que diz respeito à higiene e racionalização das operações do abate de suínos</p>	<p>Independente do estabelecido nas presentes normas, o DIPOA é sensível ao estudo de projetos e inovações técnicas em equipamentos e instalações, especialmente os que envolvam o aprimoramento tecnológico, sanitário e mecanização das operações de abate e industrialização de suínos, desde que apresentados por firmas ou entidades especializadas que, por sua natureza, se relacionam com a atividade industrial de carnes e derivados</p>		

Documento "Decreto n. 2792, dispõe sobre a Defesa Sanitária Animal"	Fica determinada a obrigatoriedade de um cadastramento anual junto à SEAB, para indústrias que manipulam animais e seus produtos ou subprodutos, proprietários rurais que possuem animais em seu poder, frigoríficos e abatedouros, empresas de assistência e planejamento técnico-pecuário, comércio de produtos veterinários, promotores de eventos agropecuários, entidades esportivas que utilizam animais, empresas que comercializam animais e outras de interesse da DDSA	Com a finalidade de evitar a propagação de doenças no rebanho estadual, fica estabelecida a obrigatoriedade de fiscalização do trânsito interestadual de animais destinados a quaisquer fins	Os estabelecimentos que realizam o abate só poderão receber animais devidamente acompanhados da Guia de Trânsito animal –GTA ou documento oficial similar que porventura venha substituí-lo	
Documento "Manual de procedimentos operacionais do programa nacional de sanidade suídea"	Proceder ao cadastramento de 100% das propriedades com suídeos, independente do tipo de criação ou da participação em integrações ou cooperativas. A atualização de todos os cadastros deverá ser realizada anualmente	Todas as granjas que comercializam ou distribuem reprodutores de suídeos, bem como centrais de inseminação artificial, obrigatoriamente devem ser GRSC		
Documento "Regulamento estabelece os padrões na construção das instalações de abate"	estabelece os padrões e parâmetros técnicos mínimos a serem cumpridos no Estado do Paraná na construção das instalações de abate de bovídeos, suídeos, caprídeos e ovinos para fins de registro do estabelecimento no Serviço de Inspeção do Paraná/Produtos de Origem Animal - SIP/POA			
Documento "Relatório de gestão FDE e CODEPAR de 1964"	mostra o esforço realizado pelo governo para dotar o Estado da infraestrutura necessária ao seu desenvolvimento			

		foram aprovados durante o ano 76 projetos de financiamento de empresas industriais	os dados comparativos mostram a evolução crescente da eficiência da companhia nas aplicações do setor iniciativa privada espera-se que a companhia possa em 1965 iniciar o processo de liderar a implantação de algumas empresas de grande porte, necessárias ao desenvolvimento industrial do Estado	
Documento "Relatório de gestão FDE e CODEPAR de 1963"	Foram assim empreendidas gestões junto à Aliança para o Progresso e junto às autoridades responsáveis pela aplicação no Brasil do Fundo Alemão para o Desenvolvimento e junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento	formulação de planos e programas globais de desenvolvimento		
Documento "Relatório do Fundo de Desenvolvimento Econômico FDE de 1965"	o apoio financeiro da companhia está ativando crescentemente o processo de industrialização do Paraná todos os obstáculos que freiam o desenvolvimento da economia industrial do estado estão sendo paulatinamente superados	a CODEPAR atualmente ocupa a liderança entre os organismos estaduais de desenvolvimento existentes no país hoje, as condições oferecidas pelo Paraná ao desenvolvimento industrial são excelentes	outro importante passo no sentido de promover a industrialização do estado foi a assinatura de convênio com o Departamento de Assistência Técnica aos municípios através do qual serão aplicados recursos para realização de planos de urbanização, visando à localização racional de indústrias nas cidades paranaenses	
Documento "Relatório do Badep de 1973"	nas regiões Oeste e Sudoeste do estado a suinocultura vem apresentando as mais altas taxas de desfrute do país, com a prática de técnicas racionais de criação, consideradas entre as mais avançadas do Brasil			

		as principais raças de porco criadas nessas regiões são a Landrace e a Duroc, apropriadas para a industrialização	vale destacar que a atual tendência no Brasil, para localização industrial, é de descentralização do principal pólo do país, São Paulo, descentralização esta que é apoiada pelo governo daquele estado, beneficiando principalmente as regiões vizinhas, notadamente o Paraná	
Documento "Projeto suinocultura: micro regiões 21"	<p>Projeto Piloto de Desenvolvimento da Suinocultura - Micro Região 21</p> <p>somente o aprimoramento das condições tecnológicas de criação dos rebanhos poderá elevar os níveis de produção em termos de quantidade e qualidade</p>	<p>a proposta assegura fundos para o apoio financeiro da atividade agropecuária de 142 suinocultores, os quais se constituem nos mais evoluídos da região eleita para aplicação do programa</p> <p>entre as medidas viáveis que objetivam maior e melhor produção, sobressaem a especialização dos rebanhos e a industrialização das carnes</p>	<p>o projeto prevê a melhoria do sistema produtivo, estabelecimento de propriedades modelo e elevação qualitativa dos padrões genéticos de rebanho suíno</p> <p>cumprir considerar, o aspecto qualitativo desse rebanho, o qual ainda é bastante inferior aos padrões técnicos desejados, em virtude das más condições genéticas, manejo deficiente e baixo nível tecnológico adotado no processo criatório</p>	
Documento "Perfil industrial e pré projeto para aproveitamento de derivados de carne suína"	uma das alternativas para aumentar o consumo da carne suína, seria através de uma industrialização mais acentuada dos produtos in natura, via preços mais acessíveis, o que deverá ocorrer com o aumento racional da produção a baixos custos			

		a industrialização, que representa hoje a melhor opção, como também a maior responsável pelo crescimento do consumo deste produto		
Documento "Pladep, possibilidades de implantação industrial no Paraná"	<p>A produção paranaense de carne e banha está se desenvolvendo em ritmo crescente</p> <p>Aparelhamento adequado da rede de transportes com vagões frigoríficos modernos e eficientes</p>	<p>o abate anual de suínos atinge meio milhão, sendo a metade industrializada nos frigoríficos</p> <p>ampliação e modernização de matadouros municipais e da rede de frigoríficos</p>	<p>o projeto 2220/1952 que autoriza o Poder Executivo a abrir crédito especial de 40 milhões de cruzeiros, destinados a atender as despesas de financiamento de uma rede nacional de matadouros industriais nas zonas produtoras</p> <p>desenvolvimento da criação de suínos nas regiões produtoras de milho</p> <p>aquisição de reprodutores para melhoramento do rebanho e instituição de racional sistema de inseminação artificial</p> <p>adoção de métodos técnicos e higiênicos no preparo de derivados da carne suína, através do novo regulamento sanitário do Estado</p>	
Documento "Plano de Desenvolvimento do Paraná: SAGMACS"	substituir as técnicas de criação de suínos de extensiva por intensiva em todo o estado	substituir o rebanho tipo banha por tipo carne	<p>implantar mercados de animais vivos para dar maior fluidez à comercialização, sob a forma de cooperativas distribuídas em todo o Estado</p> <p>implantar matadouros frigoríficos o mais próximo possível dos produtores</p>	
Documento "Pladep, programa governamental de desenvolvimento econômico"	para fomento e organização da suinocultura está se estudando um plano que permita ao Estado um melhor auxílio aos criadores, no que tange a aquisição de reprodutores e ventres de raças adequadas às diversas regiões econômicas do Estado			

		busca-se a estabilização do tipo médio dos animais e, ao mesmo tempo, a racionalização dos processos de criação	projeta-se uma rede de pequenos frigoríficos regionais, localizados nas próprias zonas de criações e permitindo um preparo prévio de produtos e subprodutos	frigoríficos que visam o desenvolvimento regional da criação
Documento "Pro Rural: Projeto Integrado de Apoio ao Pequeno Produtor Rural"	com o objetivo de melhoria do rebanho animal da região e a pesquisa de opções de raças e espécies para a área de abrangência do programa, propõe-se: formação e manejo das pastagens, produção e conservação de forragens, manejo animal, arraçãoamento, profilaxia e controle sanitário, higiene das instalações tendo em vista um melhor aproveitamento			
Documento "Programa de Desenvolvimento Rural do Paraná – projeto produção animal"	para que a produção animal paranaense se desenvolva, faz-se necessária a introdução de ações de apoio aos produtores nas áreas de alimentação, genética e sanidade	o declínio da suinocultura paranaense se originou em meados da década de 60, quando a expansão de lavouras oleaginosas determinou uma grande ampliação na oferta de óleos vegetais, concorrendo com a gordura animal, até então largamente utilizada		
Documento "Projeto Produção Animal"	<p>aumentar a produção e produtividade do rebanho suíno comum</p> <p>promover o controle sanitário efetivo dos rebanhos do estado</p>	introduzir reprodutores e matrizes de raça pura	melhor a qualidade dos suínos, produzindo animais com maior porcentagem de carne	na difusão dos animais melhoradores, os produtores beneficiados serão sensibilizados para a eliminação do reprodutor degenerado e fêmeas sem condições zootécnicas para viabilizar o melhoramento genético do plantel

Documento "Pladep, análise da economia paranaense"	fomento à industrialização rural através da criação de condições adequadas à sua implantação e desenvolvimento	estímulo ao estabelecimento de indústrias produtoras de utilidades de utilização e interesse agro-pecuário		
Vídeo "VI Encontro de Encontros de Fundos do Fundo Brasil"	com a revolução verde veio o agronegócio e aí começaram a comprar todas as pequenas propriedades e gerou muitos problemas pro Faxinal			
Vídeo "1 Encontro dos povos dos Faxinais"	<p>a muitos anos nosso modo de vida está ameaçado, estamos sendo forçados a assumir um tipo de agricultura que acaba prejudicando nossos criadouros comunitários, destruindo nosso modo de vida</p> <p>o sistema capitalista e a grande tecnologia é que trouxe isso aí né</p>	esse tipo de agricultura chamada de moderna invadiu nossas comunidades e atropelou nossos costumes e tradições, essa agricultura recebe o nome de agronegócio	é representada pelo fumo, pela soja, pelo pinus e também pela tecnologia dos venenos, dos adubos químicos e transgênicos	quando o agronegócio entra na nossa comunidade, muda nossa tradição, nossos hábitos, nosso jeito de ser e principalmente nossa relação com a terra
Vídeo "Articulação Puxirão, 4 Encontro Estadual"	uma espécie de laboratório de estar pesquisando o avanço do agronegócio, o que tem acontecido aqui no Paraná em termos de avanço da cana, avanço de soja, avanço do pinus, avanço do eucalipto e todos vocês mencionaram que o agronegócio tá avançando aqui	não ficou nenhum núcleo sem dizer que pinus e eucalipto são sendo motivo de conflito na sua comunidade		

<p>Vídeo "Articulação Puxirão, 4 Encontro Estadual"</p>	<p>é quem está pressionando os órgãos estaduais, o governo federal pra não atender com recursos públicos, é a bancada ruralista que não permite que se façam concursos públicos, então a gente vai continuar com esse déficit ai</p> <p>vocês estão com uma correlação de forças extremamente negativa, são 230 deputados federais da bancada ruralista</p>	<p>uma campanha nova foi lançada pelo Agronegócio a um mês atrás, o Agronegócio está acusando que o problema da fome é justamente às comunidades tradicionais</p> <p>porque não passa nada aqui na assembleia, porque não passa nada na câmara federal</p>	<p>já ouviram falar isso, já ouviram a campanha paz no campo? Ouviram falar a campanha do eu sou agro? Que está na televisão agora, vocês devem ter acompanhado o que eles estão dizendo agora, que o problema do Brasil em primeiro lugar é o problema da falta de terra para a produção de alimentos e ai tem tanta terra que está imobilizada, nas palavras deles, imobilizada entre aspas, na mão das unidades de conservação, de proteção integral, mas aquelas também onde tem comunidades tradicionais, e eles fizeram cálculo e a gente sabe que são 170 milhões de hectares no Brasil de unidades de conservação, dentre as quais terras indígenas, contabilizadas ai, dentre as quais ai a gente tem reservas de seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco, Aresures e eles estão dizendo que vocês são culpados da falta de alimentos no Brasil</p> <p>então essas pressões que estão sendo feitas contra vocês e essas estão muito bem arquitetadas, elas tem apoio de multinacionais, de muitas empresas, tem apoio de sindicatos patronais, de prefeituras, o prefeito está dizendo não pra vocês porque ele está atrelado a isso</p>	
---	---	--	--	--

<p>Video "Faxinais comunhão da terra história de um povo"</p>	<p>começou a cair na época de 70 pra cá né, que começou a evolução de plantação</p> <p>terra que produzia alimento, mas alimento, milho feijão, trigo, batata, que a batata foi o rei dos cereais aqui anos atrás, hoje sabe o que está plantado, pinus, e pinus e pinus e mais pinus, onde fazia os mutirões hoje tá pinus, tá escuro, tá noite de pinus, onde tinha rebanho de criação, os grandes compraram tá plantado pinus, e eu te pergunto, quem que come pinus</p>	<p>entrou fazendeiro ai né, comprou mais de 300 alqueire de terra, vai comprando porque ele pode né, ai virou tudo em soja</p> <p>aquele tempo todo mundo tinha dinheiro, tinha tempo de conversar com os amigos, passear na casa dos parentes, agora não tem mais condições né, todo mundo quer saber de plantar fumo e mandar pra Souza Cruz</p>	<p>onde tem um cantinho ai que dá pra limpar e arrancar umas árvores ele está plantando soja no Faxinal, isso que veio atrapalhando também nosso criador de porco</p> <p>aqui tinha um vizinho meu né que todo ano ele colhia milho e feijão, vendia e comprava um pedaço de terra, todo ano, depois que começou essa, mudou né, ele não comprou mais nem um litro de chão, e cada vez mais trabalha e fica mais dívida, é banco, é pagando juro</p>	
---	---	--	--	--

Fonte: Entrevistas, Documentos e Materiais Audiovisuais coletados pelo autor (2014).

Composição: 9 Entrevistas (7 faxinalenses; 2 agentes públicos); 73 Documentos; 5 Materiais Audiovisuais.

Apêndice 9: Mapa 4/Desagregação dos Criadouros Comunitários e da Prática de Criação à Solta

Mapa 4: Desagregação dos Criadouros Comunitários e da Prática de Criação à Solta.

Fonte	Associações de 1ª Ordem	Associações de 2ª Ordem	Associações de 3ª Ordem	Explicações das Associações
<p>Agente Público B</p>	<p>nos dias atuais já não se mantém essa prática porque muitas pessoas não criam mais animais a solta e a tecnologia utilizada nessa atividade estaria ultrapassada</p> <p>muitas pessoas vêm de fora, compra terras no interior dos Faxinais e levanta cercas em sua propriedade, o que acaba gerando conflitos com os faxinalenses, pois há uma redução do território do criadouro. Território que nos dias de hoje não suportaria ainda o número de pessoas que vivem em seu interior</p> <p>chacreiros não é um problema exclusivo dos Faxinais, para o próprio município são gerados muitos problemas</p>	<p>muitos faxinalenses alegam que o criadouro contribui para a preservação das nascentes, rios e florestas, contudo, isso seria um equívoco tendo em vista que a ação dos porcos nas nascentes e beiras dos rios acaba prejudicando a preservação da mata ciliar e dessa forma afeta os rios também</p> <p>Uma primeira questão levantada diz respeito ao desmembramento de áreas rurais em pequenas parcelas de terras, ou até mesmo de terrenos, o que no meio rural é proibido por lei, teria que ser respeitado o tamanho mínimo para propriedades rurais</p>	<p>os porcos criados a solta tendem a comer de tudo que encontram pela frente, desenvolvendo uma série de doenças que impossibilita o consumo de sua carne</p>	<p>No início eram poucas famílias em grandes áreas de terras, mas hoje em dia as famílias cresceram, muitos descendentes se instalaram nas mesmas terras, mas as terras não foram aumentadas, muitas até reduziram, o que dificultou a manutenção e a sobrevivência de muitas famílias</p>

			<p>os chacreiros são pessoas que residem em outros municípios maiores, ou na capital, que apenas passam finais de semana e feriados em suas propriedades. Nesse sentido, não são eleitores ou contribuintes do município, ainda que façam uso do mesmo</p>	<p>muitas pessoas compram terras, dividem em vários terrenos, vendem para obter lucro e depois vão embora do município, deixando para trás o problema</p> <p>Geram ainda problemas, por passarem a reivindicar energia elétrica, iluminação pública, água, esgoto e coleta de lixo, trazendo mais ônus para a prefeitura</p>
Faxinalense A	<p>se matar um porco hoje você não tem pra quem vender você não tem abatedouro, você não tem a vigilância sanitária. Não consegue vender mais, a banha você não consegue vender mais</p> <p>ai começou o pessoal a soltar cachorro pra pegar a criação, vizinho matar animal dentro da propriedade, a cerca que o pessoal fazia já não era uma cerca que segurava todo tipo de criação</p> <p>A gente não é contra, cada um manda na sua propriedade e o direito da propriedade de cada um ninguém pode invadir, isso ai ta na constituição</p>	<p>se você quer ficar e quer ser um produtor você tem que se adequar a tecnologia e a exigência sanitária</p> <p>o pessoal que não quer arranca o portão, queima portão</p>		<p>até por tradição né o pessoal deixou de comer a banha do porco para usar ai o óleo de soja, outros óleos vegetais, a questão da carne devido a vigilância sanitária você não pode mais vender, então isso fica baseado mais no consumo próprio da família</p>

	<p>Sem ter abatedouro ou agroindústria para transformar estes produtos dentro das exigências, até o produto que ele tá consumindo próprio ele tá sendo prejudicado</p>	<p>então a forma hoje não compensa levar de 6 a 7 meses pra você ter um leitão lá de 20, 30 quilos né, sendo que com 6 meses você tem um porco com 100 quilos, hoje no sistema de integração ou um sistema dele mesmo que não seja integração, dentro da sua propriedade, do seu chiqueiro, dentro das vacinas, tudo dentro das normas da vigilância sanitária</p> <p>Porque ele não tem como, ele não vai ter renda, ele não pode vender</p>		<p>Então ele estaria tendo uma economia porque não estaria precisando comprar lá a carne do suíno, mas o resto ele tem que comprar tudo, a não ser lá os produtos da agricultura porque esse sim ele pode continuar</p>
<p>Faxinalense H</p>	<p>E agora aqui, Faxinal aqui tá praticamente um miolinho aqui</p> <p>É, não por nada, mas sabe o que é que acontece se todo mundo, não precisava ter isso aqui, nada disso aqui (Fala se referindo a cercas em construção) porque o criadouro, hoje Faxinal, mais conhecido como criadouro é da comunidade, agora se a comunidade não se une o que vai acontecer? É o que tá acontecendo</p>	<p>Muita gente cercou, diz que não podia cercar, mas cercou e ninguém falou nada, não tomaram nada que ver com os trem. Falou que não podia cercar, mas cercaram</p>	<p>Então começa assim né e cerca aí a maioria do pessoal não tem criação mais por esse motivo largaram mão de criar então</p>	<p>Então fica muito difícil, fica difícil porque eu sei lá, o pessoal parece que não quer nada com nada, só que daí quando o bicho começar a pegar todo mundo começa a berrar</p>

	<p>Não vendo porque pra começar que não é porco de granja né, sabe meus porcos são eu sempre, duas vezes ao ano as vezes três eu do vermífugo pra eles, são bem cuidados sabe, não tem problema nenhum não</p>	<p>Não vende porque tem que ter reconhecimento de firma né. Tem que ter firma com carimbo já né e daí não adianta, então tem que ter muita produção né</p>		
Faxinalense K	<p>chegou um ponto que não teve mais como criar porco, por causa dos conflitos</p> <p>outra que foi diminuindo o território e foi perdendo a qualidade dos animais, foi perdendo a pastagem, foi perdendo frutas nativas, a araucária foi muito explorada</p> <p>essas áreas de terra que tem dentro do Faxinal, que são de pessoas de fora que são de uso coletivo, mas amanhã ou depois pode virar soja né</p> <p>uma boa parte parou de criar porco por falta de espaço pra produzir o milho</p>	<p>os chacreiros compraram as áreas e começaram a produzir plantar dentro do Faxinal onde era área do criadouro</p> <p>então foi descaracterizando um pouco e perdendo a qualidade do rebanho</p> <p>o conflito maior que teve aqui foi um conflito seguido de morte né</p>	<p>ai começamos a perde os bicho</p> <p>daí o que acontece se não tiver uma reserva pra produzir o milho pra tratar os bicho no inverno, perde, porque eles morrem de fome</p> <p>mas a partir daquilo a comunidade se juntou e se fortaleceu em cima daquilo, e conseguiu se reerguer, mas sem a área futuramente vamo ter conflito dentro do Faxinal</p>	<p>fomos perdendo os animais porque eles foram matando e roubando</p> <p>o numero de animal grande e um espaço pequeno não tem como a grama agüentar isso e no inverno a nossa grama nativa a geada mata</p> <p>o chacreiro pegou e quis matar o faxinalense, ai o faxinalense revidou e acabou tirando a vida do chacreiro</p>

<p>Sempre foi assim. Toda vida teve, porque às vezes o mercado interessava né, o porco banha, não tinha tanto produtor e avia uma procura por porco e banha</p> <p>muitos os antepassados venderam né, ou foram explorados por grilagem</p> <p>O Faxinal do jeito que ta, ta insustentável, porque a gente perdeu território, não tem demarcação</p> <p>os faxinalenses tão migrando tudo</p> <p>a migração de chacreiros vai acabar com o Faxinal</p> <p>É porque eles são da cidade né, eles são de fora, e com a pressão da cidade eles não conseguem né</p>	<p>mas depois de uma época pra cá e ai quando entrou o porco da Sadia acabou com o porco criado no Faxinal, então não tem procura mais, era pelos açougues né</p> <p>o chacreiro vem, e às vezes eles compram uma área grande</p> <p>uma migração forçada deles por falta de políticas públicas e de apoio e de assistência técnica</p> <p>Vai manter viva a comunidade, ou não, porque eles não entram no sistema na cultura, não conseguem interagir, sabe</p>	<p>mas só as famílias lá de fora mesmo que vem comprar, conhecidos e não conhecidos, mas que vem compra pro consumo próprio</p> <p>ta despertando interesse dos chacreiro</p> <p>ta migrando tudo fora e isso vai ficar uma vila de aposentado</p> <p>interação deles é com o pessoal de fora e assim se aumentar, vai acabar</p>	<p>porque o porco tem que acompanhar de comida né, ate porque sem o território tinha que trata mais com o milho né, ai não é viável comprar milho pra criar porco né, pelo menos pra eles, pra algumas pessoas</p> <p>eles sabem que é um porco bom</p> <p>o cara ia comprar um alqueire e media 2 media 3, fazia mentira, e ai falava que a minha área era aqui, e ai o pessoal era humilde e respeitava</p> <p>Existe um interesse grande de chacreiros que vai manter viva a comunidade, mas o Faxinal vai acabar</p>
---	--	---	--

	<p>não é problema do faxinalense porque são áreas que foram compradas a 40 anos atrás, e agora ta ficando de herdeiro</p>	<p>os chacreiros também são aposentados, se aposentam e vem pra dentro do Faxinal</p> <p>quem comprou tinha interesse pela erva mate, a erva mate acabou perdeu valor, secou não regenerou</p>	<p>hoje ta mão de herdeiros, os herdeiros vão vendendo não ocupa, ou volta e faz chácara também, agrega valor e como propriedade vende, vende pedaços os lotes</p>	<p>ficam tranqüilos porque eles têm o dinheiro deles pra sobreviver</p>
<p>Faxinalense F</p>	<p>Daí eu vim pra cá e daí começamos a lutar com a criação</p> <p>tirou os portões né, num queriam mais criação</p> <p>No mercado é mais complicado, tem que ter selo de controle né e tudo. Se não tiver carimbo ali não vende</p> <p>Diminuiu bastante</p>	<p>Eu lutava pra lá, mas só que veio um cara do IAP lá, tem uma chácara lá onde eu tenho a minha propriedade, e daí o cara entrou lá e começou a pegar uns conflitos com os meus parentes lá</p> <p>pegou uma bronca com os parentes meu lá</p> <p>Fiscalização lá na rua bate direto</p> <p>Tem umas pessoas mais antigas que já faleceu bastante né. A maioria já parou</p>	<p>os parentes são meio complicados e bateram na criação dele e eles brigaram e acabou abrindo o Faxinal</p> <p>começaram a bater nas criações do cara e ele não gostou né e não é pra gostar mesmo né</p> <p>A cerca praticamente acabou, fechou tudo não tem nada</p> <p>Aqui não vem, a gente vende no particular, não mata né. Vende ele inteiro, vivo</p> <p>O açougue eles não compram mais. Aqui é só para as pessoas tipo morador daqui</p>	<p>o cara compra para engordar e para ele mesmo consumir</p>

	<p>Tem alguns que falam alguma coisa, mas não se opõe</p> <p>porque eles têm pouco terreno né</p>	<p>eles batem contra porque uns falam que não querem nada porque já tem firma</p>	<p>É que não vence né, tem um amigo nosso ai que tá trabalhando de pedreiro, mas ele disse que gosta da criação, mas se ele tiver não tem quem trate</p> <p>porque diz que a vaca vai sujar a frente da casa, porco vai fuçar</p>	<p>Que nem aqui, os que não querem é claro que é porque tem muito pouco também, ai eles já fecharam</p>
Faxinalense E	<p>foi mudando como eu te disse, tanto os porco como as lavoura de 75 a 80 para cá</p> <p>hoje a maioria aqui que esta no Faxinal quase mais da metade ou mais compram porco ao invés de ter</p> <p>a dificuldade é que a gente não planta mais roça né então tem que comprar o milho pra ter o porquinho, daí não sai muito barato né, ele sai carinho</p> <p>O chiqueiro apareceu depois dos porcos de raça que veio, começou a vim né os porcos de raça</p>	<p>daí foi ficando ruim a lavoura para o pequeno agricultor</p> <p>vamos dizer assim crioulo, que acham que não da sai caro, que o milho caro e eu não sei como e que deus tem intervenção porque antigamente vendia o porco vendia o milho e dava dinheiro hoje não</p> <p>porque tem que comprar o milho, mas mesmo assim a gente continua tendo</p> <p>se você fecha um porco comum pra engorda eu acho que invés dele engordar ele emagrece ele não gosta de ficar fechado</p>	<p>hoje aqui são bem poucos os que têm porco</p> <p>além disso vamos dizer o pessoal mora aqui e às vezes muitos compram milho ainda de fora ao invés de plantar</p> <p>o de raça principalmente o branco se ele começar a tomar muito sol ele ate descasca já, o bicho já e de chiqueiro mesmo</p>	<p>porque acabou a lavora, morreu pro pequeno</p>

<p>Mais ou menos 35, 40 anos que apareceu este porco de raça</p> <p>as vezes da uma questãozinha quando o porco começa a ir nas roça por causa das cerca</p> <p>as vezes o mesmo dono lá da terra tem que fazer a cerca</p> <p>aqui o Faxinal quando iniciamos eles queriam acabar já este criadouro aqui</p> <p>quando nois começamos a trabalha com a Faxinal ai daí um cara louco veio ai um dia e moeu tudo os portão da comunidade</p> <p>Pois sei lá porque o pessoal aqui ta vindo muito chacreiro</p>	<p>é mais rápido mas também sai mais caro porque é um porco que depende de ração já</p> <p>O dono da criação tem que ver se a criação começa a aprender e sair e da prejuízo pro vizinho ele tem que fechar a criação</p> <p>porque quem ta no meio do criadouro não quer ajuda lá o dono</p> <p>25 anos atrás um homem quis acabar já com o Faxinal o criadouro</p> <p>de madrugada, quebrou os portão do lado do mata burro, daí criação entrando na roça, porque ele era contra o Faxinal</p> <p>os criadouros diminuem bastante por causa dos chacreiro, os chacreiro de Curitiba compra</p>	<p>as vezes a cerca ta ruim e ninguém arruma e a criação achou um lugarzinho que possa passar</p> <p>as vezes da problema né. Porque também dai só um fazer cerca para vinte, trinta ter a criação também não é justo</p> <p>Ele não queria não sei, ele tinha criação bastante, mas eu acho que ele não queria que os outros tivessem (risos), é um pensamento assim meio porque ele quis acabar ele tinha seis alqueires de chão e cerco 4, 5 fios de arame e daí a criação entrando começou a matar e foram ate no fórum</p>	<p>porque tem que trata ele na ração não e só milho, porque o porco comum a gente cria ele no milho e engorda a milho e o de raça já tem que ser na ração</p>
---	--	---	---

			tanto faz compra 1,2,3 alqueires e eles querem fechar tudo, daí diminui pras criação daí ficou meio os corredor só, os corredor pelas estradas só, pras criação andar	
Faxinalense D	<p>agora querem acabar com o Faxinal, não queriam mais a criação de porco, mas apenas aqueles que subiram no dinheiro</p> <p>lá (aponta na direção da floresta), quero que o senhor veja, acabaram com o criadouro</p> <p>ali onde é um aro de cavalo raça é tudo de planta, eu plantava ali, terreno bom</p> <p>Porque a maior parte não quer fazer cerca pros porco, por isso que eles não querem criação solta</p>	<p>Gente que eu conheci de fio a pavil, conheci, meus parentes, agora não queremos mais a criação de porco, vamos acabar com essa criação de porcos</p> <p>Quem quiser ter porco, fechado, o porco escapou de noite não procure, ele já está dentro da panela, o que é que eles alegam, o criadouro acabou porque é que tem porco solto</p> <p>agora foi pra um ricão ele fez uma criação de cavalo de raça, mas não aturou muito, era novo o homem mas ele morreu solteiro, ai ficou este mundo velho de terreno de planta e não tem o que fazer</p>	<p>eles querem acabar, mas se acabar com esse criadouro agora vai vir uma pobreza tremenda pros que menos tem né</p> <p>então nós temos um primo ali, então ele é alto no dinheiro, ele tá sendo o pior pra nós aqui, ele quer acabar com o criadouro fazendo encrenca pra lá, fazendo encrenca pra cá, não quer mais o criadouro alegando que só nós queremos criar no terreno dele</p>	
Faxinalense I	<p>Mudou muita coisa desse tempo ai que meus pais morreram</p> <p>Porque nós tínhamos um criador grande ai começou a entrar os chacreiros e eles começaram a cercar</p>	<p>De 30 anos pra cá que mudou</p>	<p>O que mudou mesmo valendo faz uns 8 anos</p>	

	<p>Vai estreitando né, vai diminuindo</p> <p>Alega que não precisa do criadouro, que é melhor fechar e ter as criações fechadas</p> <p>nós fazemos a cerca porque lá pro outro lado é lavoura, ai nós temos que conservar as cercas bem feitas pros bichos não entrar na lavoura, não dar prejuízo, fazemos as cercas, fazemos os portões</p> <p>Tem ainda tem</p> <p>Ele não quer. Ele não quer as criações, ele é contra</p>	<p>Você pode ver como é tudo cheio de cerca na beira da estrada</p> <p>Prejudica nós e prejudica a criação porque não tem por onde as criações andar</p> <p>Que pra que criadouro, eles querem ter as criações só fechadas</p> <p>Só que daí nós fazemos assim, eu vou ver se tá ruim, quando tá um porco passando e for pouco pedacinho pra fazer eu vou sozinho lá e faço, agora quando é bastante pra fazer daí eu aviso os amigos, olha vamos lá fazer a cerca que tá ruim lá, ai eles vão fazer</p> <p>Então nós estamos ai nuns 5 ou 6 e vamos fazer a cerca</p> <p>Ele alega que não quer que anda no terreno dele</p>	<p>Os caras vieram de Curitiba e começaram a cercar e começou a diminuir o criadouro</p> <p>porque diz que o porco é muito perturbento, que fuça demais, daí ficam bravo</p> <p>Porque ele não tem criação, então porque bicho dos outros tem que andar no terreno dele</p>	<p>Isso aqui né, antigamente era tudo 8 a 10 anos pra trás era tudo, tudo aberto, não tinha cerca</p> <p>you viu que é só cerca nas beiradas das estradas né, e se as criações tão na estrada e se você tiver vindo devagar não vai bater, agora se você não conhecer a estrada e não sabe que é criadouro e tiver uma criação na estrada e você tiver vindo meio ligeiro não vai dar tempo de você segurar e você vai bater na criação</p> <p>mas o bicho fuça mesmo e as vacas diz que começa lá a laciara cerca e comer as coisas que estão por dentro</p>
--	--	---	---	---

Faxinalense C	arrancaram mata burro, ai o pessoal tiveram que cada um fechar a sua propriedade, daí retalhou tudo	as terras que eram de uso comum foram tudo retalhadas, ai tiraram mata burro	ai por incrível que pareça aconteceu de um motoqueiro passar no meio do criadouro e acontecer de atropelar um cavalo e machucar o motoqueiro ai fomentou mais, contribuiu mais para que terminasse o criadouro	Porque o povo não teve organização, não tiveram incentivo lá e dois grupos que se formou, um grupo menor a favor do criadouro e o grupo maior contra, daí jogou contra né, ai eles não tiveram conhecimento das leis onde foi que terminou, fecharam
	eu não sei quanto de terra era, daí que foi diminuindo, foi retalhando	ai entrou uma estrada estadual que corta essas duas comunidades arredo mais e daí foi tirando mata burro	e o agronegócio avançando também	
	O que acaba mais com os Faxinais é o Agronegócio, um dos fatores que tá acontecendo é isso, é o agronegócio que vem cada vez mais	a plantação de soja, eucalipto, pinos, fumo, isso ai que contribuiu pra os Faxinais ir encolhendo, daí foi diminuindo		
	o porco também agora diminuiu bastante	porque diminuiu o território, as cercas já não é também aquelas cercas adequadas mais pra porco	por isso que agora bem pouca gente que cria porco	
	Uma coisa que muda na criação de porco é que daí vai mudando a genética dos animais, melhorando a genética da criação de porcos	a gente tinha que ver qual a raça que vai se adaptar bem com essa forma de criar ele n		porque dependendo da raça não dá pra você criar

	<p>A carne enlatada também, era muito usado fritar o porco e enlatar a carne do porco ai pra conservar a carne, daí podia ir comendo a carne ali, que tava uma carne gostosa e não estragava né</p> <p>o que mudou também é questão do território que diminuiu pro porco e a diversidade que era mais rica né, hoje não</p> <p>Tanto faz quem é contra o Faxinal ou a pessoa que planta, que tem as lavouras a política mesmo vai jogar contra né até mesmo a Emater e tudo vai jogar contra</p>	<p>também hoje com o freezer o povo acha mais fácil matar o porco e colocar no freezer</p> <p>De pinheiro, alimentos, que tipo tinha o pinhão né, tinha muito pinheiro, tinha pitangueira, a guaviroveira, o araçá</p> <p>questão do meio ambiente também, porque o porco vivendo em território pequeno ele vai atingir mais o meio ambiente por isso que eles jogam contra</p>	<p>o povo fazia muita linguiça caseira né e era uma linguiça gostosa, hoje a gente compra linguiça de fora</p> <p>então nossa, tinha o ano inteiro quase, hoje ele já ficou bem mais escasso</p> <p>a porque porco é um bicho que só degrada o meio ambiente e isso e aquilo, por isso que agora o porco não se cria muito, porque tem que cuidar do território por causa do meio ambiente</p>	<p>A linguiça, o toucinho defumado, que eles defumavam o toucinho, então hoje não tem mais</p> <p>mas só que eu vi também que nessa parte do freezer a carne do porco não é boa não guardar no freezer por muito tempo. Ela estraga mesmo que esteja no freezer ela estraga</p> <p>diminuir território é diminuir mais recursos naturais também e se todo mundo criar como criava antes que era um território imenso e tinha mais recursos naturais era mais fácil, porque tinha alimento de sobre. Hoje tipo com um território pequeno com escassez ai você não consegue criar os porcos em grandes escalas de animais</p>
--	--	---	--	---

<p>na verdade antes o povo não tinha organização, o povo criava assim tudo na conscientização de cada um né, ai o povo não tinha essas leis que amparavam</p> <p>meu pai também teve problema com um vizinho ali</p> <p>Ai a gente tem que ver né, depende conforme a situação</p> <p>Outra coisa também é ataque de cachorro</p> <p>Chacreiro é quem compra uma áreas ai e forma uma chacinha deles, cercam, as vezes não cercam com umas cercas adequadas né, daí já vem agredindo animais também</p>	<p>ai o porco ia na lavoura do sujeito lá ai já criava conflito com o dono da lavoura e falaram que lei pra porco não tinha, ai pegava ou ele prendia os animais, ou ele prendia o animal e vinha e cobrava do dono do porco além do que o porco estragou</p> <p>ele tem uma propriedade aqui, fez uma lavoura, mas so que ele não respeitou o nosso modo de vida com a cerca, a cerca de sempre pra lidar com o porco</p> <p>essas divergências que tem, mais é implicância com o porco né</p> <p>O cachorro atava o porco, instigado pelo próprio dono também, ele não gosta da criação de porco, é contrário a porco daí o que ele fazia, ele ataca o cachorro nos porco pra tirar da lavoura</p> <p>Tem muita área ai que é vendida e o pessoal compra, porque tem um pessoal que herdaram terra aqui, mas daí foram embora daqui</p>	<p>Ele fez uma cerca, mas só que com 4, 5 fios e o porco pra vedar ele mesmo com arame é de 12 fios pra frente, 9, 12, até 15 fio de arame pra você vedar o porco que se não ele entra entrava la dentro, atirava no porco, matava no porco, morria fora da propriedade dele</p> <p>vinham pessoas de fora, teve um sujeito ali que fez uma cerca de vara, cortava as vara no mato, cerca pra plantar verdura, ai o porco entrava lá e criava divergência</p> <p>é aonde machucava muito os porco</p>		
---	---	---	--	--

	<p>na verdade eles acham assim, que o modo deles lá é completamente diferente</p>	<p>chega aqui, dentro dessas áreas abertas com os animais né, ai ele diz assim, eu comprei, eu paguei, eu posso fazer o que bem quero</p>	<p>teve gente que foi embora pra cidade e não ocupa mais a área, pega e vende né, daí vem a pessoa, compra e forma a chácara</p>	
	<p>às vezes é até uma quantidade muito pequena</p>	<p>Porque quanto mais gente entrar aqui, pra nós diminui, mesmo que seja pequena, diminui território, ai ele vai se tornar vilarejo, a tendência então de se tornar vilarejo</p>	<p>ai eu vou cercar ou não, eu vou fazer o que pra mim interessa né, foi isso que gera esses conflitos, não respeitam o modo de vida do povo</p>	<p>Primeiro eles tinham que chegar aqui, ver como que é aqui, conversar com o povo, perguntar pro povo como é que é o modo de vida né, perguntar como é que o povo produz, porque que é criado os animais, criado solto</p>
	<p>Na verdade o povo, as terras de plantar, planta pra fora, lá fora se planta e aqui dentro se cria né. Então essa é a diferença né</p>	<p>os que vêm de fora não enxergam isso ai, eles enxergam de comprar, desmatar e formar lavoura, isso pra nós também é prejuízo</p>	<p>porque mais gente vai entrando e vai ficando mais difícil de você ter essas práticas tradicionais que é criar os animais a solta</p>	
	<p>outra coisa que também desmotivou a criação do porco é a questão que fala assim, a porque porco causa doença, cisticerco, cisticercose, mas até hoje não ficou bem comprovado</p>		<p>a lavoura além de desmatar, além de já diminuir o território, desmata ai depois vem a forma dele produzir que é os agrotóxico também que pra nos causa dano</p>	<p>daí tem as nascentes dentro, ai os animais vão tomar água né e se contaminam também</p>

	<p>No mercado não, só atravessador</p> <p>tem gente que é chacreiro morador que daí aqui o custo fica mais barato pra ele, porque na cidade o custo é mais alto né, mesmo que ele more aqui e pague a água taxa única, mas mesmo assim pra eles ainda fica um custo mais barato pra eles</p>	<p>o poder público, o pessoal da Emater, eles jogam isso pra poder desmotivar o povo a não criar o porco a solta</p> <p>A legislação né, questão de vigilância sanitária, essas coisas assim</p> <p>Daí a luz também paga mais barato também do que na cidade</p>	<p>a forma de comercializar nem tem né, daí eles já falaram por causa dessa contaminação que o porco causa</p> <p>outra que contribuiu é a aproximação de Curitiba, com o município de Quitandinha e com as comunidades aqui também, ai antes não tinha esse ônibus metropolitano, quando entrou esse metropolitano que são ônibus barato né ai também o povo, começou dá pra gente morar lá e trabalhar na cidade, trabalho na cidade de dia e a noite vou tá ai, o final de semana livre, sábado e domingo ele tá tranquilo né, por isso o povo achou melhor fazer chácara</p>	
<p>Agente Público C</p>	<p>hoje já empresários estão comprando tudo essas áreas para transformar elas em chácaras, então é isso que tá dando um conflito muito grande também porque os empresários aqui compram pequenas áreas 2, 3 alqueires e transforma em chácara</p> <p>Tudo tem que ser certificado, tudo certificado, eles vão ter que montar um abatedouro, tem que montar toda uma infraestrutura dentro, vigilância sanitária, tudo certinho</p>	<p>cercam a área do Faxinal que é proibido, ai vai começando a gerar conflitos, porque tem gente lá dentro que é a favor e esses que tão vendendo são contra, então o conflito tá dando ai</p> <p>Tudo por conta do ICMS ecológico, tudo o ICMS ecológico, caso eles venham aderir a esse projeto</p>		

	<p>Os de fora são totalmente contra, os grandes que tão fora do Faxinal</p> <p>Mas também há um conflito que os faxinalenses alegam que vai passar uma maquina grande, de um produtor grande, digamos um trator, uma colheitadeira, ai eles não estão nem ai se vai derrubar o portão ou não, eles saem cortando tudo</p>	<p>Porque em muitos dos faxinais sempre acaba escapando uns animais ai vem degradar a lavoura, digamos a produção do outro né, do produtor grande. Então esses produtores grandes ais são meio contra, mas não todos</p> <p>então a gente já tem feito uns portões maiores por causa das colheitadeiras que cada vez estão aumentado mais de tamanho e também a gente já ta mudando essas formas para que eles possam passar, fechar para que não venham esbarrar os pneus</p>	<p>Não lutam pra derrubar, não lutam pra tirar, não lutam pra nada, eles so questionam bastante porque a manutenção das cercas tem que ser meio que periódica né</p>	
<p>Faxinalense B</p>	<p>Essa questão de conflito dá mais pela luta de defesa do Faxinal</p> <p>a gente não tem apoio do poder público pra tentar resolver essa questão e a gente pode falar com certeza que hoje das famílias que mais tão lutando contra, a área deles tá praticamente toda fechada, então a gente não consegue entender porque eles lutam tanto contra</p>	<p>Tem pessoas que seus pais se criaram nesse mesmo modo de vida, mas talvez porque a pessoa tem um poder aquisitivo um pouco maior hoje né, que não depende do criador já começa a lutar contra</p>	<p>Até articular o próprio poder público pra que não apóie</p>	

	<p>também é bastante difícil porque não há como fazer um comércio livre, devido as exigências que tem da vigilância sanitária, que a gente tem que, é de acordo né</p> <p>Também por outro lado que eles criticam que os porcos estão contaminados Devido a falta de apoio infelizmente a venda é pouca</p> <p>Você pode ate ser preso</p>	<p>Tanto é que em 2010 a gente tinha conseguido cadastrar os faxinais lá no estado e nós chamamos o decreto que trata da Aresur, que é a área de uso regulamentado, aonde o Faxinal sendo cadastrado lá passa a ser beneficiado pelo chamado ICMS Ecológico e a prefeitura tem por obrigação repassar para as comunidades, porque com esse ICMS Ecológico, é originário de onde há o criadouro comunitário, não só pela questão da preservação, e a gente tinha conseguido cadastra lá e essas famílias que são a minoria né, não chega a 10% da comunidade, eles articularam com o poder publico e com o prefeito da gestão passada, caminhou alguns papeis assinados lá para a secretaria de meio ambiente e foi revogado o cadastro</p> <p>infelizmente não tem apoio do poder público, dá própria secretaria da agricultura pra que assim a gente conseguisse né, ter um veterinário fazendo o acompanhamento e poder comercializar mais livremente</p> <p>quem vem compra são mais aqueles que tem conhecimento das famílias</p>	<p>já não é um mercado aberto que a gente possa matar e chega em Curitiba anunciando que ta vendendo, é mais são pessoas de lá ou são parentes que a família daqui, ou são bem conhecidas que daí vem ai pra adquirir os animais</p>
--	--	---	--

	<p>alguém da própria comunidade mesmo que questiona que ate em volta da casa o porco vem fuça</p> <p>sujeito chegou a usar já o espaço da câmara municipal, de um município da região pra dizer que os animais são tudo solto, que o Faxinal não produz não gera renda, e que por ser solto eles estão contaminados</p> <p>Houve assim uma diminuição no numero de animais, conforme eu comentei devido a falta de apoio</p>	<p>um vizinho fazia embutido de porco, e era como eu comentei aqui um dos temas que é bastante debatido, que é a questão da agricultura familiar, e ele trabalhava aqui, ele a mulher e a filha, então que é trabalho de agricultura familiar</p> <p>dos vizinhos que fazem parte da área de lavoura, ai é mais complicado quando acontece de sair a criação pra lavoura, infelizmente as cerca não são bem como era pra ser</p>	<p>todos na comunidade eram beneficiados porque os animais que ele consumia eram engordados aqui, não precisava ta indo procurar comprador ou correr o risco de alguém vim de fora e compra e não pagar e ate mesmo da um cheque e não passasse, então toda a comunidade era beneficiada</p> <p>veio a vigilância do município e falou que era pra ele parar, porque podia gerar multa ou se eles voltassem ali e tivesse algum produto eles iam jogar produto químico pra que não pudesse consumir pelas pessoas</p>	<p>Então isso que a gente sempre fala, não é questão de só vive criticando o poder publico, porque se tivesse um incentivo pra gente agir assim conforme a lei da vigilância</p>
Faxinalense G	Então ai começou a nossa luta o nosso dilema, ameaças, por alguns chacreiros também			

	<p>sempre é falado que quem destrói o meio ambiente é o porco, o porco não vai pegar a moto serra e ir lá cortar uma árvore</p> <p>teve ubre da vaca cortada, machucada entendeu, então teve porco que chegou todo, a gente não sabe nem como é que aquele bichinho conseguiu chegar vivo na propriedade</p> <p>Que isso é coisa do passado, de gente atrasada né. Que os bichos só estragam né a natureza</p> <p>eles acham que acabando com o criadouro, com essa cultura que se diz que é atrasada eles acham que vão ter mais condição de vender a terra ou fazer com que aquele faxinalense que tenha um pedaço de terra razoável possa tá procurando em outro local pra outro local e ali acaba vendendo pra aquele mesmo que já tá de olho</p>	<p>foi um processo muito difícil tanto que olha, hoje em dia eu ainda moro naquela comunidade mas a maioria não fala comigo, antes se tinha festa eu era convidada hoje não somos mais, nem eu nem a família, então tem uma distancia assim bem grande bem afastada da gente</p> <p>Então é sempre a gente debatendo que o animal pelo contrario ele preserva, quem destrói é o homem, não adianta a gente querer jogar culpa ai nos animais</p> <p>então tem maus tratos né</p> <p>aquela pessoa que é contra geralmente é aquele que tem mais porco entende, daí que é favor, é aquele que tem menos condições que é aonde pra você ter um chiqueiro</p>	<p>sabe é pessoas sem instrução, que invés e se unir pra ter uma melhor qualidade de vida pelo contrario quer nos prejudicar de todo jeito e com isso acaba com a comunidade, porque acaba pondo um contra o outro</p> <p>E o contra é esse que tem mais porco, porque provavelmente o que passa na cabeça, as nossas terras no caso por ser uma terra que não se usa veneno ela é mais valorizada, mais procurada</p>	
--	---	--	--	--

	<p>o chacreiro que a gente chama é aquela pessoa que sai da cidade grande quer comprar suas terras, uma chácara no mato, só que lá na cidade ele ta todo cercado de muro, com grade e tudo, quando ele vai pra uma área rural, por exemplo, ele chega lá e quer fazer a mesma coisa</p>	<p>sabe é uma coisa tão sem lógica, nossa a gente mora aqui na cidade, mora na prisão, daí o cara vai compra numa área rural e chega lá e quer cercar, quer fazer a mesma coisa da cidade. Poxa é ai que acaba isso prejudicando muito a comunidade</p>	<p>o chacreiro que a gente chama é aquela pessoa que sai da cidade grande quer comprar suas terras, uma chácara no mato, só que lá na cidade ele ta todo cercado de muro, com grade e tudo, quando ele vai pra uma área rural, por exemplo, ele chega lá e quer fazer a mesma coisa</p>	
<p>Reportagem "Faxinais em risco de extinção"</p>	<p>a gente mata tem toda a higiene né, então mais Deus me livre se alguém pegar</p> <p>logo que eu conheci no caso eu fui a primeira a abraçar a causa, tanto que por várias vezes já fui ameaçada de morte</p> <p>A gente às vezes escutava, porco de fulano foi lá, fulano jogou esses porcos joga fralda descartável, joga saco de salgadinho e o meu porco comeu e eu tive que chamar o veterinário, tinha isso, mas nossa era muito raro, bem raro mesmo</p>	<p>Deus me livre se bate a saúde lá, a fiscalização, eles vão acabar entende e vai multar</p>	<p>o chacreiro que a gente chama é aquela pessoa que sai da cidade grande quer comprar suas terras, uma chácara no mato, só que lá na cidade ele ta todo cercado de muro, com grade e tudo, quando ele vai pra uma área rural, por exemplo, ele chega lá e quer fazer a mesma coisa</p> <p>você vai pedir a pessoa pra fazer a cerca normal, quando pode fazer, que é pro bicho não passar, daí acham ruim, daí não quer fazer, não, daí não quer fazer. Né mais daí eu vou gastar, o animal é teu você que prende, quer dizer a pessoa veio morar né, tudo bem, o mundo é livre né, mas assim, se ele fosse morar num condomínio ele ia ter que entrar nas normas</p> <p>nós temos os faxinalenses que vem pra feira, mas a gente não pode trazer um frango caipira, uma lingüiça, o salame que a gente chama, que é feito o chouriço tudo, então a gente não pode</p>	
	<p>Os moradores tradicionais morrem e deixam a terra para os filhos, que a dividem em lotes menores.</p>	<p>Alguns são vendidos para quem desconhece a cultura</p>		

Reportagem "O bom exemplo dos Faxinais"	O porco é criado para nós mesmos, não dá para vender no mercado porque é preciso seguir as normas sanitárias	considera que a evasão tem como consequência imediata a venda da propriedade e o risco de extinção do sistema Faxinal	o novo comprador pode usar a terra para a agricultura moderna, como a plantação de soja, que não tem o mesmo perfil ambiental	
Reportagem "Definindo os faxinais e introduzindo o assunto"	a própria Secretaria de Agricultura, que vê com maus olhos a criação de animais à solta, próximos a áreas de horta ou coisa parecida é um fator desestimulador da continuidade do sistema			
Reportagem "Faxinais são sistemas coletivos de exploração da terra"	<p>Os novos donos não concordavam com o sistema Faxinal. Tinham outros interesses. Queriam apenas cuidar de outras culturas comerciais e não de criação de animais</p> <p>Além disso, estão matando a criação. Deram bastante prejuízos, não só para mim, mas para os vizinhos. Mataram uma vaca do meu tio com veneno. Eu perdi bastante criação, porco, cabrito. Sou obrigado a fechar os animais</p>	<p>Colocaram, então, cercas para impedir que os eles passassem para suas propriedades e invadissem as plantações, mas os impedia que pastassem livremente pela parte do criatório comunitário, dificultando o processo de criação</p> <p>Antes eu tinha muitas cabeças de animais. Mas agora a criação não desenvolve. O bicho está acostumado à largueza e viver solto. Fechado não vai</p>	Há casos de violência e até de morte em função de pessoas que compraram terras do Faxinal. Como não compreendiam o funcionamento do Faxinal, quiseram impor uma nova regra, criando conflitos	
Reportagem "Terra em transe"	A criação de suínos nos moldes "faxinaleses" não encontra respaldo nos órgãos de defesa sanitária	os que venderam seu terreno ou o cercaram para outros negócios		

	<p>a insistência em propriedades abertas e na criação de animais soltos se transformou em problema</p> <p>aumento do número de chácaras de lazer nos territórios</p>	<p>Os que insistiram nas antigas práticas acabaram sem pasto para os animais e se viram obrigados a incluir a ração no custo da criação</p> <p>eliminação criminosa dos rebanhos</p>	<p>muitos lotes da área foram vendidos a terceiros que não assimilavam as regras locais</p> <p>Obter renda dos suínos se tornou difícil também pela mudança de padrões de manejo da atividade. Os moradores não se arriscam a transportar os animais até uma mercearia próxima por receio de serem multados por órgãos de defesa sanitária</p>	
Reportagem "Paraná ganha quatro novas áreas de uso sustentável"	Com a modernização da agricultura, essas comunidades tradicionais começaram a se descaracterizar, promovendo o 'desmanche' dos criadouros comunitários			
Documento "Cartilha para uma Instrumentalização dos Direitos Faxinalenses"	Fechamento de áreas de uso comum (fechos)	vendas de áreas dos criadores comunitários	redução dos territórios faxinalenses pela construção de obras de infraestrutura (PCH's, barragens e estradas)	
Documento "Cartilha Faxinalenses em Movimento"	<p>segmento mais capitalizado e tecnificado da agricultura alegam que este sistema não possui eficiência produtiva além de não oferecer condições mínimas de sanidade animal</p> <p>muitos conflitos surgem porque algumas famílias moradoras dos faxinais cercam suas terras</p>	faxinais encontram-se de forma permanente sob tensões e conflitos gerados pela disputa do controle de seus territórios de pertencimento	a diminuição do território afetou inclusive a criação de animais, várias são as famílias que reduziram o número de animais	

<p>Documento "Cartilha Nova Cartografia social dos povos e comunidades tradicionais do Brasil: Povos de Faxinais"</p>	<p>nessa região em que nós morávamos existiam muitas criações e daí depois entrou firma grande que foi diminuindo as terras</p>			
<p>Documento "Cartilha Nova Cartografia social dos povos e comunidades tradicionais do Brasil: Faxinalenses no Setor Centro"</p>	<p>pais dos herdeiros que faleceram e eles acabaram vendendo essas terras pra pessoas de fora</p>			
<p>Documento "Cartilha Nova Cartografia social dos povos e comunidades tradicionais do Brasil: Faxinalenses no Setor Sul"</p>	<p>o que mais traz problema é as pessoas que vem de fora, os chacreiros. Eles acham que é que nem na cidade</p> <p>Aqui é os maiores, quando venham de fora, compram áreas dos outros e querem terminar o Faxinal. Que venham aqui comprar terra e daí já querem terminar com o criador</p>	<p>na cidade cada qual tem um pedacinho de terra, e um só vive naquele pedacinho, e não pode se quer nem entrar no pedaço do terreno dele</p> <p>A ameaça lá é matar criação, envenenar criação</p>		<p>Os chacreiros, principalmente são pessoas aposentadas, que não depende de viver na cidade, daí comprar pedacinho de terra, colocam suas chacrinhas e vem botar ordem no Faxinal, prejudicando os faxinalense</p>
<p>Cartografia social dos povos e comunidades tradicionais do Brasil: Faxinalenses no Setor</p>	<p>O que mais prejudica é esses chacreiros que entram e cercam as áreas só para eles, roubam criação</p>			

		Nossa opressão em primeiro lugar vem dos chacreiros a exemplo dos dentistas, médicos, pessoas de um bem aquisitivo bom, vem compram terras de faxinais, acabando com a cultura desse povo, oprimindo por meio da invasão dessas terras		É o negócio de chacreiro que preocupa
Documento "Relatório Final do 1o Encontro dos Povos dos Faxinais"	a dificuldade de comercializar os animais criados em faxinais, que devido o pequeno porte por viver em um criadouro, não é aceito e é desvalorizado por não estar dentro do padrão determinado para venda			
Documento "Cartilha de mobilização popular do 3o Encontro dos Povos dos Faxinais"	Aumento das chácaras de lazer dentro dos territórios faxinalenses	Falta de Políticas Públicas específicas para os faxinais e descumprimento dos direitos dos faxinalenses pelos órgãos governamentais		
Documento "Relatório de Evento Externo – Seminário Local de Direitos Éticos e Coletivos"	destacou também acerca do processo de desterritorialização sofrido pelos faxinalenses desde a década de 70 com subsídios à indústria madeireira, com perda de recursos naturais que antes estavam à disposição de todos e que foram submetidos à apropriação privada e individual	Aduziu sobre o litígio com os Chacreiros (pessoas físicas que adquirem glebas de terra para utilização como área de lazer e eventualmente de renda), principal conflito a que estão submetidos os faxinalenses da região	compram áreas dentro dos faxinais e as isolam, impedindo o acesso da comunidade às áreas comuns e de exploração de recursos naturais, desta forma interferindo no modo de vida e costumes da comunidade	na década de 90, intensificou-se a entrada dos chacreiros, sendo que o poder público municipal apoiou tal processo em detrimento dos faxinais
Documento "Ata 4 CNPCT"	Acesso ao Território e aos Recursos Naturais			

Documento "Diretoria de biodiversidade e Áreas Protegidas"	O fecho (isolamento acima dos limites acordados) descaracteriza o criadouro comunitário, limitando sua área e provocando, como consequência, maior pressão sobre os recursos remanescentes, especialmente sobre a regeneração da floresta	A atual situação de conflitos nos faxinais, prejudicando o acesso ao território, tem acarretado a construção de fechos até mesmo pelos pró, tendo em vista a dificuldade destes de prover pastagens a suas criações		
Documento "Plano de Desenvolvimento do Paraná: SAGMACS"	<p>a produção de carne suína apresenta técnicas de criação atrasadas na maior parte do Estado, produzindo animais de baixo porte e de alta incidência de verminoses e de cistecercose</p> <p>No Sudoeste a criação é do tipo intensiva, predominantemente de carne e com bom peso por animal, com baixa incidência de moléstias e pragas</p>	<p>deve-se melhorar o rebanho paranaense através da introdução de melhores técnicas</p> <p>no restante do Estado a criação é tipo extensivo, predominantemente de banha, com baixo peso por animal e alta incidência de moléstias e pragas</p>	substituir a criação de raças tipo banha por tipo carne	no Norte é feita em mangueirões, ou seja, criação tipo paulista e no leste é feito em roças tipo paranaense
Documento "Pro Rural: Projeto Integrado de Apoio ao Pequeno Produtor Rural"	o sistema criatório de suínos é extensivo, com animais de raça indefinida, sem manejo adequado e prevenção de doenças			
Documento "Programa de Desenvolvimento Rural do Paraná – projeto produção animal"	o criador possui em sua propriedade boas fontes de alimentação e delas faz uso, desconhece porém certos princípios de nutrição e a análise imperfeita dos resultados que obtém com diferentes alternativas constituem obstáculos à conquista de melhores resultados			

		nas regiões Oeste e Sudoeste do Estado, apesar de terem tradição na produção de suíno tipo carne, apresentam uma estrutura de produção inadequada para enfrentar as atuais condições de mercado	parcela significativa dos produtores explora a suinocultura, utilizando-se de raças não especializadas (conhecida como porco comum)	essas criações são feitas em condições rústicas de instalações à base de mangueirões ou soltos, com alimentação a base de milho e forrageiras e sem práticas de desverminação, vacinações e controle de ectoparasitas
Vídeo "VI Encontro VI Encontro de Projetos do Fundo Brasil"	quem mora fora do Faxinal não entende aquele sistema, quem planta fora também não entende	eles querem simplesmente acabar com as cercas, fechar os animaizinhos lá e acabar com todo esse sistema		
Vídeo "Globo Rural. Reportagem sobre Faxinais, parte 1"	fechado não, não vence tratar, o gasto é muito né			
Vídeo "Globo Rural. Reportagem sobre Faxinais, parte 2"	os Faxinais estão descaracterizados, perdendo a sua dimensão econômica	muitas pessoas vendem e perdem suas terras, acabam deixando entrar culturas exóticas, ou mesmo monoculturas, fazendo com que a pessoa saia do Faxinal		

Fonte: Entrevistas, Documentos e Materiais Audiovisuais coletados pelo autor (2014).

Composição: 12 Entrevistas (10 faxinalenses; 2 agentes públicos); 20 Documentos; 3 Materiais Audiovisuais.

Apêndice 10: Mapa 5/Ameaças à Identidade Coletiva

Mapa 5: Ameaças à Identidade Coletiva.

Fonte	Associações de 1ª Ordem	Associações de 2ª Ordem	Associações de 3ª Ordem	Explicações das Associações
Agente Público B	a questão dos Faxinais é muito complexa, pois aqueles que defendem sua manutenção querem proibir o cercamento das terras que são de propriedade particular, visando criar animais a solta e de forma conjunta	Isso leva a muitos conflitos entre os moradores, pois animais invadem as propriedades alheias e afetam as lavouras	é uma prática que está ultrapassada, que nos dias atuais não funciona mais, mesmo que reconheça que no passado era algo que funcionava muito bem	principalmente porque todos os moradores participavam ativamente das atividades de mutirão nas lavouras ou nas reformas de cercas e valas. Reconheceu ainda que a prática da doação de alimentos, principalmente a carne do porco, entre os vizinhos também representava uma característica ativa dos Faxinais, que atualmente existe em pequenas proporções
Faxinalense A	é pouca terra, os filhos já começaram a deixar de participar da atividade da agricultura, da questão dos Faxinais, uns foram embora para Curitiba, ou pra Mandirituba, ou para outras cidades a procura de melhores recursos, não tinha telefone, não tinha água encanada Na verdade as chances acabaram para este tipo de Faxinal que nem o nosso, primeiro porque os mais novos não ficam mais na propriedade, mora e tem a sua porquinha dentro do seu fechado mas toda a sua família foi embora ou trabalha fora	a maioria das pessoas hoje trabalha fora, não vivem mais nem de agricultura, nem de criação dos animais como era antigamente		
Faxinalense K	boa parte do pessoal saiu os jovens né	mas os jovens saíram por falta de, não questionar o Faxinal, mas sim por falta de assistência técnica, de apoio, políticas públicas		

	<p>ai ta vindo uma outra migração de fora voltando pro Faxinal né, mas já não conhece a cultura, já não sabe né</p> <p>entra corta tudo forma chácara, devassa né a vegetação ou planta né, não sabe a cultura de como é viver num Faxinal né</p>	<p>nem o mínimo necessário a gente não tem né, e ainda tem que ficar correndo atrás pra algumas coisas e muitas vezes nem consegue</p> <p>são pessoas cuspidas da cidade pro interior de volta né, que não se adaptam na cidade que não tem como sobreviver e ai volta pro interior né</p>	<p>aqui o mínimo necessário pra sobreviver você consegue fazer no quintal né, porque enjoado de comer produto sem qualidade né, ou as vezes nem consegue ter uma segurança alimentar e ai volta né, mas volta com outra visão né, com olhar de destruir tudo e de produzir né</p>	
	<p>embora nos tenha acorda comunitário, mas as pessoas não respeitam</p> <p>Os jovens tão indo tudo embora, a formação do jovem é pra ir embora, mesmo pra cidade do campo</p>	<p>o pessoal não da a mínima de ser Aresur, aquela placa lá pra eles, não funciona nada, não tem relevância nenhuma</p> <p>Quem tem um pedaço da área de lavoura ta conseguindo se manter, e quem não tem ta migrando</p>	<p>só quem teve o desprazer do IAP autuar eles né, mas quem não tem</p> <p>partindo pra construção civil, pra trabalhar em empresa por salário, mas vai morar dentro da comunidade, porque é ate perto são 20Km da cidade</p>	<p>Então o pessoal hoje todo mundo consegue ter um veiculo de transporte e vai trabalhar fora e morar dentro da comunidade</p>
Faxinalense F	<p>A tá difícil. Tentei ensinar os filhos da minha prima ai mas, serviço pra ficar sentado e parado não é com eles não</p>	<p>pra eles tem que andar caminhando, trabalha de empregado, a luta deles</p>	<p>não querem ficar parado</p>	

	<p>Pois olhe vai chegar uma época que se for no tipo que tá ai vai chegar um tempo que não vai ter mais né</p> <p>Muitos vão embora e muitos vão daqui mesmo trabalhar</p> <p>eu acho que a hora que acabar os interessados os outros vão deixar a acabar né</p>	<p>Os caras que é mais novo ai a maioria não vai querer né</p> <p>Ficam morando, mas não ficam produzindo nada. Mora aqui, trabalha fora e só a noite que tá em casa</p> <p>Tem mais por algum tempo por aqueles que tão firme na luta né, que querem</p>	<p>A maioria vai trabalhar de empregado</p> <p>Uns casaram e foram embora ai ficou só os pais né</p> <p>Eu acho que a maioria dos mais novos ai acho que, na lavoura os mais novos bem pouco ficou né</p>	<p>Mas por causa do, também não tem apoio né. A agricultura é fraco, o cara que depender de trabalhar só com a agricultura não vence</p>
Faxinalense E	<p>Ta meio pouco</p> <p>hoje dos mais velho trabalhava mas a juventude não que pega numa pá e numa picareta pra fazer uma cerca</p>	<p>antigamente existia, agora hoje já não tem porque ta meio difícil também ate você acha gente pra trabalhar numa cerca</p> <p>O jovem ele fica na casa dos pais ate a hora de sair da escola e estudar ou ir para o exercito</p>	<p>Do lugar mesmo, são poucos</p> <p>daí ele já vai se emprega e ele não que saber de pega no pesado Eles vão ai quando acha emprego aqui em Mandirituba ou na Fazenda ou em Curitiba, o metropolitano passa aqui de manha e facilita a saída</p>	<p>o pessoal mais novo que já eles vão se empregar e já não querem porque da trabalho e serviço para cuidar do bichinho e os novo vão se afastando da atividade</p>
Faxinalens e D	<p>tá mais ruim ainda né porque agora os que tão ai não querem trabalhar, eles querem um emprego</p>			

		tá vindo muito ladrão, piázinho, criou-se ai com nós	passado era bom porque não existia essa bagunçeira, nois plantava na nossa terrinha, deixava a casa mês dois mês pra cá, deixava a criação pra outro da de comer, faltava nada, não faltava uma leitoa Pra lá mesmo já roubaram uma leitoa gorda nossa uma vez, mas foi um vizinho, nois não sabia que ele era ladrão, e daí depois foi descoberto que era ele	
Faxinalense I	o ladrão criou força, então ninguém se envolve mais eu trabalho com minha esposa, meus filhos já são casados e já foram embora daqui só tá eu com ela	Foram embora porque aqui era muito difícil o serviço daí pegaram e foram os dois trabalhar lá em Curitiba	Um mora em Curitiba e o outro mora aqui em Mandirituba	
Faxinalense C	acho que por causa de roubo e outras coisas que estavam acontecendo, resolveram por conta própria diminuir o tamanho do, tirar aquela área fora e fazer o mata burro pra cá ela vê como discriminação né. Ai o povo fica indignado né, meu Deus, tipo negar uma identidade nossa é discriminação, o povo fica indignado com essa atitude do poder público né, então pra nós é ruim isso Um monte de gente, a maioria quase	Então o município negar uma cultura, uma identidade pra nós é muito ruim isso Ai nois tão perdendo também nessa questão, porque ai o pessoal vão trabalhar de funcionário publico, construção civil, é o que tá mais levando pessoas, a construção civil e o funcionalismo público, e trabalhar nas firmas também	Empregado né, teve muita gente que foi embora, meus irmãos foram quase tudo embora, trabalhar na cidade	

	<p>antigamente era mais fácil de lidar com o povo, antigamente você convocava o povo assim pra trabalhar no mutirão vinham todos, raramente um não ia, eu acho que de todos se falhassem era um ou dois, hoje se você convocar é bem pouco, é bem menos da metade</p>	<p>tá se perdendo a característica do mutirão, por isso que cada vez tá tendo mais dificuldade de trabalhar como comunidades tradicionais e por isso que essas comunidades aí o povo vai perdendo o interesse de continuar e é por isso mesmo que acarreta de terminar</p>		
Agente Público C	<p>transformar essa área em Aresur, eu acho, na minha opinião, que não foi do agrado de todos</p> <p>A maioria saiu, nós tínhamos antes um número maior de faxinalenses eles queriam já plantar hoje pra colher amanhã, e aí a gente tenta explicar, tem a geração futura que virá os filhos, os netos que vão se beneficiar com um produto que ele lá atrás plantou, e hoje tão colhendo os frutos, mas não, eles querem pra eles, não querem pensar na frente</p>	<p>Uma porque a terra é muito produtiva, é muito produtiva, só que nessas áreas de Faxinais tem um grande número de nascentes de água né, então eu acho que o IAP transformou essas áreas em Faxinais para que fosse preservada, mas agora antes era uma briga muito grande</p> <p>Chegaram a falar pra mim a meus filhos e meus netos se quiserem ter um ganho que se virem</p>	<p>tem Faxinais aqui que ainda não aceita ser Faxinal e que há processos no fórum aqui de troca, tão vendendo</p>	
Agente Público A	<p>por outro lado a sociedade tende não enxergar esse seguimento</p>	<p>E aqui dentro você tem as pessoas que fazem parte dessa sociedade, então se a sociedade não enxerga as pessoas também não enxergarão</p>		

	<p>esse segmento ele sempre foi, e a história tá mostrando isso, a sociedade sempre se manteve distante dele, hora com preconceito, hora não reconhecendo eles como cidadão, como outro qualquer e talvez durante algum tempo era possível essas comunidades viverem isoladas da sociedade majoritária, se pode ser chamada assim</p> <p>a esse troço não tem tecnologia, isso é coisa antiga, é coisa atrasada, quer dizer, discrimina porque faz diferente, não questionam se aquilo é melhor ou não é, mas discriminam</p> <p>As vezes eu fico pensando que a sociedade em que nós vivemos consumista e descartável, que tem uma coisa do consumismo e do descarte, ate que ponto isso não contamina né, mesmo estas tradições. E que muitas vezes estas tradições muitas vezes não, estas dificuldades que estes seguimentos encontram de querer manter sua tradição</p>	<p>agora com a escassez de recursos naturais esses segmentos estão vendo a necessidade de incorporarem, buscarem os benefícios da sociedade para colocar</p> <p>as pessoas incorporaram não com ações adequadas que respeitem essa diversidade</p>	<p>a sociedade não ouve eles, os representantes não ouvem, ou então não dão o tempo necessário pra eles se expressarem, ou não reconhecem a forma deles viverem de uma forma diferente daquilo que está sendo discutido</p>	<p>então durante muito tempo eu acho que esses segmentos, como os dos faxinalenses, não participavam ou não propunham, ou não participavam na questão de se sentirem desprestigiados, ou vitimas de preconceitos, objeto de preconceito, e acabavam se afastando</p> <p>Penso e por outro lado numa sociedade que discrimina mesmo eu acho, que vê com olhos diferentes porque aqui fora tem um comportamento padrão</p>
Faxinalense B	Diversas coisas avançaram né, algumas coisas pra melhor e outras, infelizmente, pra pior			

	<p>tem muitos que adquirem área e já pensam em si próprio né. Eles nem chegam a conversar com as pessoas para saber como é o modo de vida né, o sistema da comunidade, já mais pensando em ter o lazer deles próprios, infelizmente não levam em conta aquilo que já é prática da comunidade</p> <p>Não é pensado uma política que venha manter o próprio jovem no campo,</p> <p>infelizmente nós já chegamos a escutar deles né, frases dizendo que nós estamos defendendo um modo de vida atrasado, coisa que já está ultrapassada</p>	<p>uma das coisas é quanto a tranquilidade da vizinhança, de primeira até mesmo a noite podia, na questão de dormir, podia deixar janela e porta aberta e não tinha risco nenhum né. Já hoje em dia não dá mais pra fazer assim</p> <p>maioria deles compra e já pensa em cercar toda a área né, toda a propriedade adquirida</p> <p>na fala deles eles sempre falam né, na questão de que muitos jovens estão saindo pra cidade, mas assim pensar em algo de concreta pra aqui, que incentive o jovem a ficar no meio rural, infelizmente pouco tem acontecido</p>	<p>também várias pessoas vêm de fora né, e não entende como é a vivencia na comunidade e já, e também as pessoas que até são ligadas a questão das drogas, talvez pra tentar se esconder adquiri propriedade próxima e já vem também prejudicar a própria comunidade né, a tranquilidade que era antes</p> <p>pela existência do nosso modo de vida, conforme o criadouro comunitário né, das criações a solta, isso pra nós já é bastante prejudicial</p>	<p>porque cada um que vai diminuindo a sua área, vai diminuindo o espaço para os animais circularem daí, para a reprodução do animal</p>
--	--	---	--	--

Faxinalense G	<p>quantos que não veio e cai na vida ai no caso, e acha que vai melhorar sua vida e acaba piorando e acaba trazendo os pais e vendendo aquele pedaço de chão né, é aonde os pais acabam morrendo rápido também</p> <p>É bem dividida, bem dividida né. Geralmente os que são a favor é filho daqueles que são a favor, e os que são contra é filho daqueles que são contra, e outros ficam neutros</p>	<p>porque a pessoa que é da terra ela não sobrevive em outro lugar que não seja a terra, se ela for pra outra terra sim. Mas se ela vim pra cidade grande ela não sobrevive</p>	<p>eles acham que o melhor é ir pra cidade grande e trazer os pais, entende, ele ta tentando ajudar não é que ele ta querendo matar os pais não. Eles trás pra achar, ai eu vou tirar meus pais do sofrimento, mas não ele ta levando pro sofrimento</p>	
Reportagem "Faxinais em risco de extinção"	<p>desestímulo dos agricultores faz com que comunidades tradicionais vão aos poucos desaparecendo do mapa paranaense</p>	<p>Os animais ainda são criados soltos, mas o sistema produtivo deixou de ser coletivo e passou a ser individual.</p>	<p>Outros faxinalenses preferem deixar os locais de origem</p>	<p>Dos quatro filhos do casal, três estão em Curitiba e uma vive na área central de Prudentópolis; ou seja, não seguiram os passos do pai</p>
Reportagem "Faxinais ganham status ambiental"	<p>foi uma das que se mudaram do Faxinal. Mas diz que não se acostumou ao estilo de vida fora da comunidade</p>			
Reportagem "O bom exemplo dos Faxinais"	<p>O problema é o mesmo da agricultura familiar, o jovem vê mais opções na cidade, mais conforto</p>			
Reportagem "Faxinais pedem políticas públicas específicas"	<p>Fora das comunidades os povos perdem seu modo de viver e acabam indo para as periferias das grandes cidades</p>	<p>se transformam em mão de obra barata e enfrentam uma série de dificuldades</p>		

Reportagem "Faxinais são sistemas coletivos de exploração da terra"	com o passar dos anos as terras de faxinais foram divididas entre os herdeiros. Começaram a ter dificuldades na propriedade e foram para a cidade			
Reportagem "Terra em transe"	Nossa situação melhorou 100% depois que a gente decidiu apostar na pecuária de leite fora do sistema tradicional			
Documento "Cartilha Faxinalenses em Movimento"	faxinais estão adotando novas técnicas com base em sistemas agroecológicos			
Documento "Cartilha Nova Cartografia social dos povos e comunidades tradicionais do Brasil: Povos de Faxinais"	o problema são as famílias que saíram e agora estão voltando e sofreram uma erosão cultural			
Documento "Cartilha Nova Cartografia social dos povos e comunidades tradicionais do Brasil: fé, conhecimentos tradicionais e práticas de cura"	falta de interesse pelos jovens, pois acham que é uma coisa de antigamente, o jovem quer só o que é moda, que passa na TV			
Documento "Cartilha Nova Cartografia social dos povos e comunidades tradicionais do Brasil: Faxinalenses no Setor Centro"	conflitos ambientais. Que vem de fazendeiros que não conhecem a cultura e se apropriam na comunidade e não entendem essa cultura do uso comum da terra e dos recursos naturais	os padres que não respeitam o conhecimento tradicional, tratoram a questão das benzedadeiras, curadeiras, parteiras, essa questão da medicina alternativa		

Documento "Cartilha Nova Cartografia social dos povos e comunidades tradicionais do Brasil: Faxinalenses no Setor Metropolitano de Curitiba"	O que mais ameaça os faxinais é êxodo das pessoas que são do Faxinal pra cidade e o pessoal da cidade que migra da cidade pra cá com idéias diferentes			
Documento "Relatório Final do 1o Encontro dos Povos dos Faxinais"	desestímulo dos jovens para manter a atividade, pois os programas oficiais não estimulam a cultura			
Documento "Cartilha de mobilização popular do 3o Encontro dos Povos dos Faxinais"	Violência contra os bens dos faxinalenses (morte de criações, cortes de cercas, destruição de mata-burros, etc)			
Documento "Acordo Comunitário"	quem não tem terras em área de Faxinal não pode manter animais neste espaço			
Documento "Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, Projeto de Lei 567/12"	A invisibilidade social é uma das principais características desses grupos, por isso requerem formalmente da existência e preservação ao modo de vida, de cultura e de seus conhecimentos tradicionais			
Documento "Ata da 79ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Meio Ambiente"	Então, como engenheiro florestal, já tinha feito várias vistorias em faxinais e confesso que não tinha nenhuma simpatia por faxinais. Achava aquele modo de vida esquisito, achava estranho	Eu, como engenheiro florestal, achava uma coisa ilegal, na verdade.		

Documento "Perfil industrial e pré projeto para aproveitamento de derivados de carne suína"	concorrência desleal praticada por aquelas unidades sem inspeção federal, produzindo a custos mais baixos, produtos de qualidade inferior, ocupando parte do mercado em estabelecimentos comerciais como açougues, feiras livres, mercearias e outros			
Vídeo "Os Faxinais no Paraná"	muita gente saiu daqui e não se deu bem né, eram do mato, do interior né, agricultor que nem nós né e aí é difícil porque a pessoa tem pouco estudo e daí não se dá bem na cidade			
Vídeo "1 Encontro dos povos dos Faxinais"	a imigração que veio de fora é que foi trazendo a derrubada dos faxinais			
Vídeo "Os Faxinais uma história de luta e amor a terra"	tinha que ter a participação dos mais jovens, pra lutar mais, ajuda a continuar o trabalho que meu tio começou e eu to fazendo			
Vídeo "Faxinais comunhão da terra história de um povo"	a imigração que veio de fora que foi trazendo a derrubada dos faxinais sentiu né, porque ali dentro do Faxinal ele tinha sua própria criação, ele tinha hora que ele queria ganhar com o porco, e então ele saindo dali ele complicou-se, porque daí se ele quer ter uma carne agora lá ele tem que comprar	com a derrubada dos faxinais, claro que trouxe evolução né, município cresceu, mas onde que tá esse povo do município que saiu, são pessoas humildes que trabalhadoras, que estão nas pequenas vilas de cidades hoje né, não tem emprego, não tem estudo né hoje o que tá faltando pra nós aqui é a união, que uns se une e outros não se unem, um é a favor outro é contra esse aí é que tá trazendo dificuldade pra nós	que hoje pra pessoa ter um emprego ela tem que ter um segundo grau, tem que ser formado né e essas pessoas estão lá hoje sem emprego	

Fonte: Entrevistas, Documentos e Materiais Audiovisuais coletados pelo autor (2014).

Composição: 12 Entrevistas (9 faxinalenses; 3 agentes públicos); 17 Documentos; 4 Materiais Audiovisuais.

Apêndice 11: Mapa 6/Organização e Representação dos Povos de Faxinais

Mapa 6: Organização e Representação dos Povos de Faxinais.

Fonte	Associações de 1ª Ordem	Associações de 2ª Ordem	Associações de 3ª Ordem	Explicações das Associações
Faxinalense K	tivemos que criar um conselho, uma associação e tal e ai começamos a conhecer um pouco como é que funciona, e correr atrás de informação pra saber como funciona e criar uma associação pra ta recebendo esse recurso do ICMS ecológico	a partir daí fomos pra luta	ate 2005 que ficamos sabendo do encontro dos faxinais, mas só que a nossa comunidade não foi, só que ai em 2007 que era o segundo encontro, nos fomos o pessoal participou e achou que seria legal ingressar na articulação puxirão	pra ta conhecendo as leis, ajudando a criar as leis, em defesa do Faxinal, e do faxinalense porque não adianta o Faxinal sem o faxinalense daí reerguemos o Faxinal com recurso do ICMS, ingressamos na articulação puxirão do movimento e conhecemos as lei e tal e estamos na peleia
	eu não sei o que vai ser feito, embora seja área de uso regulamentado, Aresur, ainda é muito vulnerável isso, não da segurança nenhuma, não demarcou território, veio recurso, mas não demarcou território, não tem fiscalização, não fazem orientação Em assembléia dos moradores	nem de todos		porque alguns não tão nem ai, não da a mínima pra isso, não participa trabalha fora, mora aqui, é só morador do Faxinal, acha bom pra morar, mas trabalha fora, então não participa do ICMS porque não tem nenhum bicho no Faxinal, so tem a área onde foi construída a casa, então não vai participar da discussão do ICMS ecológico
	tem faxinais que tão bem estruturado, com o território já demarcado	com uma pré reforma agrária	então quem tem interesse participa e decide o que quer	

			lá vai se manter, lá vai fluir muito bem, agora a nossa comunidade aqui ta complicado ta bem complicado	
Faxinalense J	<p>ai chegou a um ponto assim que ficou insuportável, ate que nós tivemos que nos organizar em movimento a partir de 2005</p> <p>em 2007 nós propusemos um projeto de lei na Assembléia Legislativa com conteúdo que nós mesmos elaboramos, com assessoria nossa</p> <p>recorremos ao Ministério Publico e essa lei é uma ferramenta jurídica pra nós</p>	<p>tivemos que nos organizar em movimento pra junto né, nós se ajunta as diversas regiões do estado onde esta os faxinais e os faxinalenses, pra nós poder exigir do estado uma política pública específica pra nós</p> <p>nos reunimos com alguns deputados na Assembléia Legislativa e convencemos a eles a apresentar o nosso projeto e defender na Assembléia e em setembro de 2007 aprovou então essa lei, de reconhecimento ao sistema faxinalense do Paraná, lei 15.673</p> <p>mas não é so essa lei estadual, anteriormente a isso nós temos em 2006 um decreto presidencial 6040, que também nos reconhece</p>	<p>ai como nós não temos reconhecimento jurídico nós tivemos que propor para o estado uma lei que nos reconhecesse, o nosso jeito de ser agricultor, o nosso jeito como faxinalense, que isso reconhecido juridicamente através de uma lei</p> <p>nós temos além da lei internacional OIT 169, da organização internacional do trabalho que o Brasil assinou um tratado com essa organização internacional, em promover políticas para os povos tradicionais no Brasil</p>	<p>decreta a comissão nacional de povos e comunidades tradicionais aonde nós temos acento, e essa comissão propôs um projeto de política publica nacional que também esta decretado</p> <p>nós recorremos a esses meios jurídicos pra nos defender, pra exigir o nosso direito, junto aos poderes públicos</p>

	<p>uma outra política que também nos adotamos que ta dentro desta mesma questão, é nós propor leis municipais</p> <p>o nosso movimento que se chama APF, articulação puxirão dos faxinalenses, ela ta hoje distribuída em núcleos por varias regiões do estado</p> <p>nós sempre temos uma estratégia pra cada região, pra cada município há uma conjuntura política no legislativo do município, e ai depende né</p>	<p>temos 6 municípios que tem leis municipais, os conteúdos são muito parecidos com as leis estadual, mas muda de esfera né</p> <p>o movimento é construído a partir da base, são as comunidades que constrói o núcleo e esses núcleos somam com os demais e ai fazemos o movimento dessa forma</p> <p>teve projeto que lei que nós propusemos, a comunidade propôs, é claro que dentro dessa estratégia tem a mesma estratégia que foi feita com o estado, chama os vereadores, aqueles mais próximos, sempre tem os mais próximos né, chama ele pro debate, convence ele do conteúdo, entra num consenso com os vereadores daquele conteúdo e ele leva esse projeto pra assembléia e apresenta e defende</p>	<p>isso nos ajuda como ferramenta jurídica quando a gente vai pra esses embate</p> <p>é a partir das comunidades, é claro que tem orientação do movimento né, o movimento tem coordenadores, tem lideranças, tem pessoas que dominam o assunto, e a gente sabe muito claro né, cada região, cada núcleo que nós temos de liderança já bastante informada, que sabe o que cada região precisa né, e ai nesse debate com a comunidade é orientado se vale a pena a gente criar uma lei municipal ou não, pra uso daquele município</p>	<p>então é nessa linha sempre o movimento ta junto ali com a comunidade, não existe movimento sem a comunidade base</p>
--	---	--	--	---

nós existimos já a 300 anos, só que dessa forma sem reconhecimento, sem política pública, sem nada

mas essa coisa dos faxinais houve esta invasão dos madeireiro, esta devastação enorme das regiões, a retirada da araucária, a retirada da imbuia, então houve uma preocupação do poder público lá na década de 90 de fazer alguma coisa que reconhecesse, que preservasse, ou que demarcasse né, pra não acabar de vez

ai o governo naquela época decretou uma política no estado de marcar um território de marcar uma área e cadastra na secretaria do meio ambiente e ali o estado vai investir recurso público nessa comunidade pra desenvolver, a chamada área especial de uso regulamentado os prefeitos ficaram recebendo o ICMS ecológica dessas áreas, que na época eram 19 áreas no estado, mas não havia o repasse como deveria ser pra comunidade, então o prefeito acaba repassando 10, 15% só e ficavam com o resto do recurso, sendo que este recurso ele vai direcionado pra essas comunidades devido a esta articulação e com o apoio também de alguns técnicos, de algumas universidades, professores e algumas ONG,s, nós fizemos o primeiro encontro dos faxinalenses do Paraná em 2005, pra debater políticas uma das propostas que foi tirado era criar um movimento que o representasse, criar uma organização que o representasse, o faxinalense no Paraná, e aí lá saiu esta proposta e em 30 dias nos já tava com o movimento quase criado, então surgiu ali o movimento a APF

Então uma das conquistas que nós tivemos foi essa negociação constante, entra prefeito, sai prefeito, tem que tá fazendo essa negociação

	<p>tem a comissão nacional com 15 povos é representada a comissão com 15 povos, e desses 15 nós temos cadeira lá na comissão e lá na comissão nacional eu fui ver que uma boa parte dos povos que eu conheci que estão a nível nacional tão no Brasil todo, os quilombolas, os indígenas, as religiões africanas, o povo cigano e outras, eles são a nível nacional e que também tão no Paraná e tem outros segmentos aqui do Paraná que são só do Paraná</p> <p>é um espaço, não é uma organização, é um espaço que proporciona um debate entre todos os povos do Paraná, pra discutir as suas demandas, suas políticas, seus conflitos, encaminhar pautas coletivas junto ao governo</p>	<p>normalmente sai um prefeito e entra outro tem que se retomar toda essa discussão é ruim né e as vezes dá conflito, dá mal entendimento, as vezes tem que recorrer ao ministério público pra isso acontecer, então é uma conquista isso</p> <p>então de lá eu olhei pro Paraná e vi que uma grande parte desse povo tava aqui e ai voltei pro segmento e fomos discutir com mais 2 segmentos que é os Quilombolas da região de Guarapuava e os Ilhéus do rio Paraná</p>	<p>a outra são as criações de novas Aresur, novos projetos cadastrados, que nós temos ai a partir do movimento que já estão recebendo recursos através do ICMS ecológico e tão investindo nas comunidades</p> <p>nós achávamos que nós no mínimo tinha que nos conhecer com todos os povos tradicionais do Paraná, nós não conhecíamos uns aos outros, mas temos muita coisa em comum, da nossa forma de viver, os nossos costumes tradicionais, muita coisa em comum então fizemos ai, propusemos um primeiro encontro em 2008 na região de Guarapuava, chamando todos os povos tradicionais do Paraná pra esse encontro, e o povo viu e foi no encontro e lá nós criamos a rede Puxirão</p>	
--	--	---	---	--

	<p>a gente não tem ainda juridicamente um reconhecimento, então a gente ta construindo pra cada vez mais ser reconhecido</p> <p>o futuro tá assim, teoricamente bem encaminhado, assim com todas essas ferramentas jurídicas, com o apoio do ministério público federal, do procurador, do ministério publico estadual e tal, então essa parte mais de defesa jurídica tá tranqüilo</p>	<p>foi ai então que nós propusemos a criação de um conselho estadual, uma ferramenta jurídica no Estado pra que a gente possa se fortalecer</p> <p>nós queremos construir um projeto de política publica especifico pra cada povo, que atenda a demanda de todos os povos tradicionais do Paraná, e que esse projeto vire uma lei de estado</p> <p>agora o futuro depende da força das comunidades, depende do movimento, depende dos faxinalenses em não recuar</p>	<p>ai conseguimos mandar esse projeto pra Assembléia e ai foi criado o conselho estadual, Conselho Indígena e Povos de Comunidades Tradicionais, paritário, 50% governo, 50% sociedade civil</p>	
Faxinalense I	<p>Nós temos feito bastante reunião</p> <p>agora com essa associação que nós estamos fazendo ai nós vamos organizar bem</p>	<p>Até ontem nós tivemos uma reunião pra fazer uma associação</p> <p>A hora que você tiver uns porcos pra vender aqui você vai ter um carimbo, a nota vai ter tudo. Vai ter a nota. Se pegar não vai dar nada porque ai vai ter a nota. Pode levar até pra Curitiba</p>	<p>Pra vim verba, pra ter recursos, porque se não tiver uma associação, não tem recursos</p>	<p>tanto do governo, quanto da prefeitura. Da prefeitura também não vem se não tiver uma associação</p>
Faxinalense C	<p>O movimento da Articulação Puxirão, daí eu não participava muito, mas tinha um companheiro, um colega ai, agora ele não mora mais, ele foi embora pra Minas, uma pessoa muito trabalhadora</p>			

		<p>ai a gente vai pegando esse gosto também né, o gosto de você defender aquilo que é e é até hoje, e a qualidade de vida do povo, até mesmo a gente vê até hoje o povo trabalha assim na lavoura, que seja a forma de produzir você vê que aquilo não é um produto saudável</p>	<p>na luta conseguimos né até mesmo essa questão da identidade</p>	<p>foi feito um abaixo assinado de autodefinição, de cartografia social então isso pra nós foi uma coisa assim que foi bom né e as leis que veio depois dando aquele amparo assim, a lei estadual que foi criada em 2007, foi com o movimento que foi sancionada essa lei, através do movimento social</p>
<p>Agente Público C</p>	<p>os faxinais eles tem uma avaliação pelo IAP do dia 30 de abril a 30 de abril do ano seguinte então cada mês de abril de cada ano a gente tem um plano de aplicação que a gente tem que cumprir</p> <p>nós temos um termo de compromisso para esses planos de aplicação</p>	<p>esses planos de aplicação são o que eles querem que a prefeitura repasse com os recursos que vem do Estado</p> <p>anteriormente, até ano passado era plano de aplicação, agora a partir desse ano o IAP começou a trabalhar já com o termo de compromisso</p>		<p>fazem as reuniões deles, eles têm as metas que eles põe pra secretaria e a secretaria tem que cumprir de forma a atender 100%, não necessariamente atender 100%, mas quanto mais a prefeitura investe nesses faxinais, digamos se eles pedem um numero x de algum produto, se a prefeitura atender de forma satisfatória, o índice do ICMS deles continua crescendo, se não, começa a baixar</p>

	<p>Com o repasse do ICMS ecológico, a construção, o plano de aplicação que agora é o termo de compromisso né, com o repasse dos recursos e toda a parte, tipo assim do que precisar de infraestrutura como o setor de obras, a prefeitura disponibiliza maquinário, tudo o que precisar lá pra fazer</p> <p>A prefeitura, na verdade o IAP fiscaliza todo ano e a prefeitura nós temos prestação de conta pra fazer, pro Conselho de Desenvolvimento do Meio Ambiente, todo ano</p> <p>tem alguns conflitos que envolvem os próprios representantes lá com o presidente né, tem gente que não vai muito, digamos, a favor do presidente, que acaba distorcendo todas as coisas, todas as reuniões eles acabam que tumultuando</p>	<p>presta conta pro Conselho e pro Ministério Público, dinheiro que repassou, dinheiro que foi repassado, tudo presta conta certinho</p> <p>O presidente vai lá tenta alertar de um projeto, alguma coisa assim e eles são contra, a porque ele é de outro partido, e ai começa todo esse conflito, essa assim digamos na representação dos faxinais</p>	<p>quanto que recebem por mês, quanto que gastaram no ano, quanto que vem por mês, esse mês tem um saldo de tanto, ficou com saldo anterior</p>	<p>porque anos passados o plano de aplicação eles nos passavam dizendo que queriam ração, farelo, medicamentos veterinários, os arames para manutenção de cerca, telas, portões, enfim eles passam esse cronograma pra nós e a gente tinha que atender, hoje já não, o termo de compromisso é, o Faxinal vai querer esse tanto de material que custa tanto e que vai gastar tanto, vai querer isso, eles já passam, o IAP já quer que a prefeitura repasse ao IAP um termo de compromisso dizendo que cada Faxinal vai investir tanto no ano</p>
--	---	--	---	--

				mas como é tudo colocado em ata, publicado em diário oficial, tudo certinho conforme manda o estatuto, se é eleito pela comunidade então, pela maioria dos votos
Agente Público A	<p>ai me parece que talvez ainda as organizações dos povos e comunidades tradicionais, exemplo dos faxinalenses, me parece ainda que elas ainda são muito frágeis, não se colocam de forma organizada</p>	<p>nos tivemos a conferencia estadual de extensão rural. Qual o objetivo dessa conferencia? Era ouvir os diferentes seguimentos da agricultura familiar, que incluía faxinalenses, cipozeiro, quilombola, ilhéus, benzedores e benzedoras, para ouvir desses seguimentos qual era a opinião deles, qual era a demanda, qual era a opinião sobre a atuação da extensão rural nestes seguimentos</p>	<p>Então me parece que falta no caso nosso aqui, faxinalense, é uma melhor, em que pese as instituições estão se tornando mais sensível, estão olhando e vendo a necessidade e o compromisso do poder para com este seguimento, mas por outro lado ainda falta uma maior participação de forma organizada através das suas organizações. Daí não tendo esta participação de forma organizada pra transformar estas demandas num compromisso</p>	
	<p>precisava transformar essa liderança numa coisa organizada, num movimento, talvez fortalecer uma organização que já existe, que representa esse seguimento, que é a rede</p>	<p>Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar, o espaço desse CEDRAF, é o espaço onde as propostas se transformam em políticas, hoje quem é que reivindicou espaço nesse conselho, foi as populações e povos indígenas e as comunidades quilombolas</p>		

<p>Povos e comunidades tradicionais são prioridade dentro dos agricultores familiares, que são mais conhecidos e mais tradicionais indígena, quilombola e faxinalense, são prioridade</p>	<p>dentro do governo do estado foi criado também, em 2013, o Conselho Estadual de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais, que ta situado na Cijur, mas ele não teve nenhuma reunião ainda, ele deveria, foi criado em outubro de 2013</p>	<p>Agora a lei existe, mas o que precisa são esses seguimentos ocuparem o espaço pra fazer valer os seus direitos. É isso que talvez ainda no caso específico dos faxinalenses não tenha acontecido</p>		
<p>as pessoas começam a pensar mais puxa vida o que é que falta</p>		<p>o que, que precisa você veja, é um espaço que está pronto, é como se fosse um carro novo que ta pronto, mas você não entrou lá e virou a chave pra fazer ele andar. Então esses seguimentos deveriam chegar junto da secretaria de justiça e dizer, nós precisamos convocar uma primeira reunião, um cronograma pra esse conselho que já existe, ta legalizado</p>	<p>por outro lado os segmentos começam a também a cobrar os seus direitos, estão deixando aquela postura de achar que o Estado vai lá e tão dizendo, não, já que o Estado não vem aqui eu vou até o Estado, eu preciso que as políticas cheguem pra nós de acordo com o que a nossa constituição garante, respeitando a nossa diversidade sócio-cultural, essa é uma garantia constitucional</p>	

	<p>então há a necessidade de você ter políticas que reconheçam e entendam essa lógica, e aí você precisa ter equipes específicas pra fazer isso né cada um dos municípios você tem o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural</p> <p>Eu tenho pensado muito a respeito disso, eu não sei se, eu acho que a resposta tá muito mais nas próprias comunidades</p>	<p>Se eles, as próprias comunidades através das suas lideranças, através das suas organizações pra manter as suas características sociais, ecológicas, enfim a sua forma de produção</p>	<p>outra é que você tem algumas instituições como por exemplo o Ministério Público, o Ministério Público tem feito um trabalho que eu repito assim importantíssimo ele não é executivo, mas ele alerta, olha gestor público a Constituição diz que o senhor tem compromisso com os indígenas, com os quilombolas, com os faxinalenses, com os cipozeiros, então acho que você tem as instituições que passam a ter pessoas com essa sensibilidade acho que é um movimento, mas a peça fundamental são esses segmentos de irem até as instituições e falarem, olha gestor público, poder público eu quero que seja cumprido os preceitos constitucionais</p> <p>Eu acredito que as comunidades tem todos os instrumentos legais, tem a Constituição, tem as legislações que prevêm as comunidades</p> <p>O compromisso do poder público de atender essas comunidades, respeitando suas diversidades</p>	<p>no caso do Paraná talvez você tem um dos poucos lugares em que o Ministério Público é muito atuante na defesa desses direitos, inclusive você tem aqui no nosso Ministério Público, um setor que atua só na questão do direito indígena, outro que atua só na questão dos faxinalenses</p>
--	---	--	--	---

	<p>tem que cobrar, tem que se valer dos instrumentos que estão ai pra dizer olha senhor gestor publico, o senhor tem este compromisso com esta diversidade, com esta questão, e ainda isto é muito frágil</p>	<p>os seguimentos são frágeis por não fazer valer o seu direito, então eu acredito muitas vezes que o futuro</p>	<p>Então talvez o que a gente precisasse demonstrar é achar uma forma junto com eles de que os faxinalenses tem uma forma de ser, que se dependesse dessa forma a longevidade do sujeito seria muito maior</p>
<p>Faxinalense B</p>	<p>a gente tem buscado várias parcerias né, e agora também, através da parceria com uma ONG de Curitiba a gente conseguiu um projeto pela Petrobrás ambiental, que também começa a mostrar pra eles, que nos também estamos preocupados com a questão ambiental, mesmo o que já é preservado aquilo que a gente consegui melhorar é de interesse nosso</p> <p>tem a questão do próprio IAP, que no departamento sócio ambiental é o que mais trabalha em parceria com os faxinalenses, eles que dão daí o suporte na questão de cumprir tudo que vem tirar a característica do Faxinal e do fecho</p> <p>a nível estadual e até mesmo a nível federal a gente é amparado, não apenas nas leis, mas assim em eventos né que acontecem, sempre é chamado um representante</p>	<p>o próprio departamento tem pessoas que saem a campo né pra verificar a questão do fecho, a questão do desmate e o uso de agrotóxico</p> <p>nos temos um representante faxinalense na comissão nacional de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais e lá daí é debatido a questão a nível nacional</p>	<p>E também em 2012 já foi aprovado, já em dezembro, a lei 17425, que cria no estado do Paraná o Conselho Estadual dos Povos Indígenas e Demais Comunidades Tradicionais</p>

			<p>Em varias secretarias do estado a gente também tem parcerias, tem feito discussões, na própria secretaria de educação, pra que nos colégios, nos anos inferiores, seja colocado no currículo ou no conteúdo, a questão do modo de vida faxinalense</p> <p>A cada dois anos tem os encontros estadual de povos tradicionais, que daí também é feito anotado varias demandas né, até na questão de intercambio né, troca animais, das próprias sementes né, porque tem faxinais ai que tem preservado as sementes crioulo</p>	
Faxinalense G	<p>então a gente ta só com o apoio do Instituto Equipe que é lá de Irati o IAP nos apóia né, mas como se diz pouco eles podem ta nos ajudando e a UFPR, que nos da muita força, muito apoio, por alguns professores e alguns estudantes</p> <p>assim a gente tem o núcleo, eu sou coordenação da minha comunidade</p>	<p>Daí a gente tem reunião do núcleo, que a reunião do núcleo é aonde junta todos os coordenadores de cada comunidade</p>	<p>A gente se reúne, a gente debate o que tá acontecendo em cada comunidade, daí a gente vai pra coordenação geral</p>	
Reportagem "Em busca de uma identidade"	<p>os faxinalenses passaram a última década articulando organizações formais com o objetivo de firmar posição enquanto grupo e ganhar músculo para reivindicar o reconhecimento dos faxinais como comunidades tradicionais, o que permitirá a implantação de políticas públicas específicas para o segmento</p> <p>reconhecido como Área Especial de Uso Regulamentado (Aresur), o que permite à comunidade gerar o ICMS ecológico</p>	<p>Com o apoio do Instituto Equipe de Educadores Populares, uma associação sediada em Irati, os primeiros faxinais começaram a se unir no Puxirão, que caminha a passos lentos, porém firmes</p>		

		valor é repassado pelo governo estadual ao município, que tem obrigação de reinvestir parte do dinheiro em melhorias para a comunidade		
Reportagem "Faxinais ganham status ambiental"	a comunidade quase foi extinta por causa da desorganização dos moradores, da mudança de alguns para a cidade e do interesse pela propriedade da terra	Eles tiveram de se reorganizar para manter o estilo comunitário		
Reportagem "Defesa dos povos tradicionais é debatida na AL"	Governo Federal criou em 2007 a Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais			
Reportagem "Definindo os faxinais e introduzindo o assunto"	O reconhecimento do Faxinal como uma comunidade tradicional do Brasil incluiu, dessa vez, os aspectos culturais e econômicos dos faxinalenses na história	os faxinalenses da parte atendida pela ONG Articulação dos Puxirões, promoveu uma audiência na Assembleia Legislativa do Paraná, para propor uma lei estadual que reconhecesse os faxinalenses oficialmente, oferecendo meios para que eles se mantenham e não cedam às pressões do agronegócio		
Reportagem "Faxinais são sistemas coletivos de exploração da terra"	O governo federal elaborou uma política pública, considerando os faxinalenses como integrantes da Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais ao lado de índios, descendentes de quilombolas, pescadores			
Reportagem "Terra em transe"	em reação a outras ameaças à perenidade dos territórios, lideranças faxinalenses de vários municípios criaram, em 2005, a Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses	Bem antes de o Puxirão existir, alguns líderes locais já trabalhavam pela melhoria das condições de vida de sua comunidade sem romper com os preceitos de um Faxinal	Para organizar a entrada e a saída das famílias da terra, as lideranças vêm estabelecendo regras para antigos e novos moradores	

<p>Reportagem "Paraná ganha quatro novas áreas de uso sustentável"</p>	<p>Paraná acaba de ganhar quatro novas Áreas Especiais de Uso Regulamentado (Aresurs) - nome legal dado aos faxinais - uma espécie de área de conservação de uso sustentável</p> <p>O mais importante é que esses novos recursos garantam a permanência da comunidade. Para isso, precisamos melhorar nossa estrutura. Entre as prioridades, está a reconstrução de cercas</p>	<p>As Áreas Especiais de Uso Regulamentado (Aresurs) foram instituídas em 1997 pelo Governo do Estado e são áreas que só existem em território paranaense</p>	<p>objetivo da resolução é proteger os territórios e os recursos naturais necessários para a manutenção do modo de vida faxinalense</p>	<p>A criação das Aresurs é uma forma de reconhecer a importância das comunidades faxinalenses para a preservação dos recursos naturais</p>
<p>Documento "Cartilha Aresur"</p>	<p>Ser faxinalense basta que você se identifique como faxinalense e que as demais pessoas da comunidade também reconheçam você como faxinalense</p>	<p>Aresur tem a finalidade exclusiva de preservação da área delimitada, não de desapropriação da mesma, possibilitando seu manejo/uso sustentável</p>	<p>Aresur pode trazer vários benefícios para a comunidade, como por exemplo, o financiamento de projetos propostos pela comunidade, visando o desenvolvimento social, econômico e ambiental</p>	
<p>Documento "Cartilha para uma Instrumentalização dos Direitos Faxinalenses"</p>	<p>Operamos ações coletivas no movimento social da APF para defesa dos faxinais, por meio do reconhecimento dos sujeitos faxinalenses e do território que envolve nossa existência</p>			

Documento "Cartilha Nova Cartografia social dos povos e comunidades tradicionais do Brasil: Povos de Faxinais"	articulação puxirão é o movimento dos faxinalenses que agrega as comunidades de faxinais e discutem juntos com os faxinais			
Documento "Cartilha Nova Cartografia social dos povos e comunidades tradicionais do Brasil: fé, conhecimentos tradicionais e práticas de cura"	a Associação Aprendiz da Sabedoria combate toda discriminação e preconceito contra esses conhecimentos	Lutando para o reconhecimento junto aos órgãos públicos da função social dessas práticas e de seus agentes	Associação Aprendiz da Sabedoria de Medicinais e Agroecologia (ASA)	
Documento "Cartilha Nova Cartografia social dos povos e comunidades tradicionais do Brasil: Faxinalenses no Setor Centro"	acho que é importante, a união do povo pra se organizar, acho importante essa Articulação Puxirão	Articulação Puxirão foi um movimento que desde o primeiro encontro em Irati que foi fundada. É a união de todos os faxinais pra nós ir a nossa luta, de conseguir as terras, o território nosso, manter o que nós temos	O movimento é um espaço onde nos colocamos nossas angústias, nós lutamos, fazemos resistência, mas de uma forma organizada, não só na comunidade, no Faxinal, mas numa luta mais coletiva de outros faxinais, mostrando força	
Documento "Cartilha Nova Cartografia social dos povos e comunidades tradicionais do Brasil: Faxinalenses no Setor Sul"	É que nós conseguimos sair pro limpo, sair da casca, a Articulação Puxirão mostrou pra nós que nos temos direitos, e hoje nós caminhamos com as nossas próprias pernas, e também conseguimos buscar nossos próprios direitos			
Documento "Cartilha de mobilização popular do 2o Encontro dos Povos dos Faxinais"	Articulação Puxirão é o movimento social organizado pelos faxinalenses para defender e lutar pelos direitos étnicos e coletivos, pela recuperação de seu território e pela manutenção de seu modo de vida			

Documento "Cartilha de mobilização popular do 3o Encontro dos Povos dos Faxinais"	organizados em núcleos que compõem a Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses - APF, unificamos nossas lutas, desafios e conquistas na defesa de nossos direitos constitucionalmente garantidos			
Documento "Acordo Comunitário"	Comissões locais para fiscalizar as determinações do acordo comunitário			
Documento "Lei Orgânica do Município de Quitandinha"	A legislação agrícola municipal dará tratamento diferenciado e privilegiado ao micro e pequeno produtor			
Documento "Lei Orgânica do Município de Prudentópolis"	Proprietários rurais de áreas contíguas e limítrofes em qualquer região do Município, em decorrência do direito da propriedade privada, observado a legislação federal, poderão instituir em extensão territorial que avançarem, compáscuo, na modalidade de criadouro comum de animais, mediante cláusulas próprias em ato constitutivo formalizado por instrumento público ou particular			
Documento "Ministério do Desenvolvimento Agrário"	ao longo da história as políticas públicas foram insuficientes e não desenvolveram estratégias para estimular a inclusão dos Povos e Comunidades Tradicionais como os indígenas, os quilombolas, os extrativistas e os pescadores artesanais, bem como a necessidade de atuar de modo particular junto a esses segmentos sociais	ações a serem desenvolvidas devem estar articuladas a uma política pública integrada para o etno-desenvolvimento, com enfoque nas questões produtivas, agrárias, sociais e culturais dos Povos e Comunidades Tradicionais para o desenvolvimento sustentável		Criar o Comitê Permanente de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, um Comitê específico para estes atores sociais

				propor, acompanhar e analisar as ações de uma política pública para o etnodesenvolvimento junto aos Povos e Comunidades Tradicionais, que desenvolvam atividades rurais, e na implementação de condições preferenciais de acesso às políticas agrícolas, agrárias, sociais, culturais, pesqueiras, aquícolas e extrativistas
Documento "Regimento Interno da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais"	coordenar a elaboração e a implementação de uma Política Nacional voltada para o desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais	apoiar, propor, avaliar princípios e diretrizes para políticas públicas relevantes para o desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais no âmbito do Governo Federal, observadas as competências dos órgãos e entidades envolvidos	propor e orientar as ações necessárias para a articulação, execução e consolidação de políticas relevantes para o desenvolvimento sustentável de povos e comunidades tradicionais, estimulando a descentralização da execução destas ações e a participação da sociedade civil, com especial atenção ao atendimento das situações que exijam providências especiais ou de caráter emergencial promover, em articulação com órgãos, entidades e colegiados envolvidos, debates públicos sobre os temas relacionados à formulação e execução de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais	
Documento "Deliberação CNPCT n° 001"	Institui a Câmara Técnica Permanente de Inclusão Social no âmbito da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais	reconhecer, com celeridade, a auto-identificação dos povos e comunidades tradicionais, de modo que possam ter acesso pleno aos seus direitos civis individuais e coletivos		

			assegurar o pleno exercício dos direitos individuais e coletivos concernentes aos povos e comunidades tradicionais, sobretudo nas situações de conflito ou ameaça à sua integridade	
	Documento "Deliberação CNPCT n°002"	Institui a Câmara Técnica Permanente de Infra-Estrutura no âmbito da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais	Implementar infra-estrutura adequada às realidades sócio-culturais e demandas dos povos e comunidades tradicionais	garantir os direitos dos povos e das comunidades tradicionais afetados direta ou indiretamente por projetos, obras e empreendimentos
	Documento "Deliberação CNPCT n°003"	Institui a Câmara Técnica Permanente de Acesso aos Territórios e aos Recursos Naturais no âmbito da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais	Garantir aos povos e comunidades tradicionais seus territórios, e o acesso aos recursos naturais que tradicionalmente utilizam para sua reprodução física, cultural e econômica	Solucionar e/ou minimizar os conflitos gerados pela implementação de Unidades de Conservação de Proteção Integral em territórios tradicionais e estimular a criação de Unidades de Conservação de Uso Sustentável
	Documento "Relatório do I Encontro Nacional de Comunidades Tradicionais"	faxinais, ainda não há um movimento consolidado	Regularização das áreas de uso comum, respeitando a organização existente	aquisição ou desapropriação de áreas para ampliação de áreas de uso comum para os faxinais
	Documento "Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, Projeto de Lei 567/12"	Necessidade de criar um espaço de diálogo institucional e uma Política Estadual para os Povos e Comunidades Tradicionais		
16.040 de Fevereiro de 2007 da Presidência		Instituída a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais		

	<p>A PNPCT tem como principal objetivo promover o desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições</p>	<p>o reconhecimento, a valorização e o respeito à diversidade socioambiental e cultural dos povos e comunidades tradicionais, levando-se em conta, dentre outros aspectos, os recortes etnia, raça, gênero, idade, religiosidade, ancestralidade, orientação sexual e atividades laborais, entre outros, bem como a relação desses em cada comunidade ou povo, de modo a não desrespeitar, subsumir ou negligenciar as diferenças dos mesmos grupos, comunidades ou povos ou, ainda, instaurar ou reforçar qualquer relação de desigualdade</p> <p>Os Planos de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais têm por objetivo fundamentar e orientar a implementação da PNPCT e consistem no conjunto das ações de curto, médio e longo prazo, elaboradas com o fim de implementar, nas diferentes esferas de governo, os princípios e os objetivos estabelecidos por esta Política</p>	<p>a visibilidade dos povos e comunidades tradicionais deve se expressar por meio do pleno e efetivo exercício da cidadania</p> <p>o reconhecimento e a consolidação dos direitos dos povos e comunidades tradicionais</p> <p>a preservação dos direitos culturais, o exercício de práticas comunitárias, a memória cultural e a identidade racial e étnica</p>	
Documento "Ata 6 CNPCT"	nessa Audiência Pública foi lançado o dossiê de denúncia de crimes ambientais dos faxinais, elaborado pela Articulação Puxirão que é um movimento social nosso			

		<p>agora, temos a rede Puxirão que é uma coisa maior. Assim, ele sai do âmbito só, dos faxinais, mas é uma rede que articula todas as comunidades tradicionais do Paraná</p>	<p>Outra coisa que está bem envolvido conosco e é o IBAMA do Paraná e o Instituto Ambiental do Paraná – IAP. E nós tivemos uma audiência, com o presidente do IAP – Instituto Ambiental do Paraná há três semanas, e ele se comprometeu politicamente conosco em ajudar a defender e reconhecer as comunidades faxinalenses</p>
<p>Documento "Mensagem à Assembléia Legislativa do Estado 2010.2"</p>	<p>reconhecimento como Áreas Especiais de Uso Regulamentado (ARESUR) de 04 faxinais, em 04 municípios, totalizando 902</p>	<p>formalização de procedimentos para a fiscalização ambiental e proteção de comunidades faxinalenses, sendo 22 ARESURs, totalizando 10.765 ha, incluindo a confecção e distribuição de placas identificadoras dos territórios</p>	
<p>Documento "Ata da 79ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Meio Ambiente"</p>	<p>Então, aquela reunião com a Vânia me despertou um sentimento diferente pelos faxinais.</p>	<p>Aí eu fui a várias reuniões de faxinalenses, os puxirões. E amanhã, Vânia, devemos assinar umas duas portarias favorecendo os faxinais, criando o Conselho Gestor dos Faxinais e fazendo uma portaria que se reporta aos POP's – Procedimento Operacional Padrão para Faxinais</p>	<p>Então, na minha saída quero dizer que você foi muito importante para me despertar esse sentimento novo pelos faxinais, conheci vários faxinalenses e realmente me apaixonei pelo projeto e a constituição fala isso, que é uma população tradicional. Artigo 216 – É uma população tradicional, diferente, com sistema diferente. E é dessa forma que temos que tratar.</p>

Documento "ITCG/GP, Portaria Nº 023/2010"	Fica definido o procedimento administrativo para a outorga da Certidão de Auto-Reconhecimento Faxinalense, cuja finalidade é oferecer mecanismo de visibilidade social e proteção à identidade e territorialidade específica dos faxinalenses	A identidade faxinalense, critério para determinar as comunidades tradicionais que integram essa territorialidade específica, nos termos do art. 2º da Lei Estadual nº 15.673, de 13 de novembro de 2007, deve ser anunciada por meio da manifestação consciente de autodefinição dos grupos sociais mediante Declaração de Auto-Reconhecimento Faxinalense		
Documento "Diretoria de biodiversidade e Áreas Protegidas"	o apoio à viabilização da comercialização da criação crioula é fundamental como opção de complementação de renda, bem como para viabilizar para a sociedade uma opção de alimentos mais saudáveis	Posto que a característica principal desse estilo de criação é a dispensa de produtos químicos nocivos à saúde humana e animal e contaminantes do meio ambiente	Hoje se vive o contra-senso de se ter no mercado produtos altamente contaminados por hormônios e antibióticos, porém aprovados e liberados pelas instituições de controle sanitário, como produtos saudáveis	
Documento "Lei 15.673, Dispõe que o Estado do Paraná reconhece os Faxinais"	Será reconhecida a identidade faxinalense pela autodefinição, mediante Declaração de Autoreconhecimento Faxinalense, que será atestado pelo órgão estadual que trata de assuntos fundiários, sendo outorgado Certidão de Autoreconhecimento			
Documento "Decreto 5.051, Promulga a Convenção no 169 da OIT"	A consciência de sua identidade indígena ou tribal deverá ser considerada como critério fundamental para determinar os grupos aos que se aplicam as disposições da presente Convenção			

		<p>Os governos deverão assumir a responsabilidade de desenvolver, com a participação dos povos interessados, uma ação coordenada e sistemática com vistas a proteger os direitos desses povos e a garantir o respeito pela sua integridade</p>	<p>Não deverá ser empregada nenhuma forma de força ou de coerção que viole os direitos humanos e as liberdades fundamentais dos povos interessados, inclusive os direitos contidos na presente Convenção</p> <p>deverão ser reconhecidos e protegidos os valores e práticas sociais, culturais religiosos e espirituais próprios dos povos mencionados</p>	
<p>Documento "Decreto n. 3446, criação das Áreas Especiais de Uso Regulamentado"</p>	<p>Ficam criadas no Estado do Paraná, as Áreas Especiais de Uso Regulamentado - ARESUR, abrangendo porções territoriais do Estado caracterizados pela existência do modo de produção denominado "Sistema Faxinal", com os objetivos de criar condições para a melhoria da qualidade de vida das comunidades residentes e a manutenção do seu patrimônio cultural, conciliando as atividades agrosilvopastoris com a conservação ambiental, incluindo a proteção da Araucaria angustifolia (pinheiro-do-paraná)</p>	<p>Os faxinais registrados no CEUC, deverão ser anualmente avaliados e receberão tratamento diferenciado, levando-se em conta, dentre outras, variáveis como: densidade populacional, qualidade de vida das populações residentes, organização e participação comunitária e nível de comprometimento e empenho dos municípios para o desenvolvimento social e econômico dos mesmo</p>	<p>Somente poderão ser consideradas para efeito dos benefícios previstos na Lei Complementar Estadual nº 59/91 e demais normas pertinentes, as áreas de criadouros comunitários dos faxinais registrados no CEUC, diferenciados por estágios de desenvolvimento</p>	

Documento "Portaria n. 28, dispõe sobre a criação de Conselho Gestor dos Faxinais"	As Áreas Especiais de Uso Regulamentado – Aresur irão dispor de um Conselho Gestor dos Faxinais por município, o qual será constituído por representantes dos órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e da comunidade faxinalense	Após a criação dos Conselhos Gestores em cada município, seus membros deverão providenciar a elaboração, de forma integrada e participativa dos Planos de Uso Sustentável dos Faxinais no prazo máximo de 18 meses		
Documento "Lei 17.425, Conselho Estadual de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais"	Fica criado na estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos – SEJU, no nível de direção superior, o Conselho Estadual de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais do Estado do Paraná – CPICT/PR, órgão colegiado, consultivo, deliberativo e fiscalizador, coordenado pela Secretaria Especial de Relações com a Comunidade	tem por finalidade possibilitar a participação popular nas discussões, proposições, elaborações e auxílio na implementação e fiscalização das políticas públicas para o desenvolvimento sustentável dos povos indígenas e comunidades tradicionais que se utilizem da autodefinição ou autoatribuição	O Conselho Estadual de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais do Estado do Paraná- CPICT/PR, poderá estabelecer contato direto com os órgãos do Estado do Paraná, pertencentes à Administração Direta ou Indireta, objetivando o fiel cumprimento das suas atribuições estabelecer os princípios e as diretrizes da Política Estadual de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais do Estado do Paraná	
Vídeo "Imbituba Paraná, Rede Puxirão"	Desistir nunca, desistir é palavras que o povo tradicional não pode ser apegar			

		se a gente não se juntar, não somar esforços, não fazer parcerias com quem nos entende não adiante fazer parcerias com instituições ou pessoas que não compreendem o jeito especial de ser	só vocês sabem quem vocês são, só vocês sabem os problemas que vocês tem, então só vocês podem dizer quem vocês são, então vocês que tem que dizer quem vocês são e o que é que vocês querem que se por ventura a estrutura de governo e de poder não compreende isso eu acho que a luta é essa, da gente se fazer compreender, lutar e não parar de lutar nunca, porque a gente só vai conseguir lutando	
Vídeo "Relato Alfredo Wagner"	então uma forma coletiva que era absolutamente desconhecida a pouco tempo, mas que eram históricas, tinham raízes históricas, estavam nos códigos de posturas municipais, estavam na forma de ocupação que esses pequenos produtores agrícolas extrativos, tradicionalmente faziam, elas agora assumem uma dimensão política, através da articulação dessas comunidades, dessas quase 3 centenas, tem-se os povos dos faxinais e tem uma articulação política que é a articulação puxirão	defende os interesses, exige o reconhecimento dos territórios, exige o reconhecimento dos direitos dos cidadãos dos faxinalenses		
Vídeo "Globo Rural. Reportagem sobre Faxinais, parte 2"	Instituto Guardiões da Natureza inseriu 85 famílias no Programa de Compra de Alimentos da CONAB, Companhia Nacional de Abastecimento	Frutas, legumes, verduras, os agricultores passaram a vender todo o excedente dos quintais para a CONAB, que entrega esses produtos para 34 escolas, 2 hospitais e um asilo do município		
Vídeo "1 Encontro dos povos dos Faxinais"	lutar pelo reconhecimento jurídico da organização social dos faxinais	lutar por políticas públicas específicas, educação, reforma agrária, agricultura, meio ambiente e saúde		

<p>Vídeo "Articulação Puxirão, 4 Encontro Estadual"</p>	<p>vocês têm a necessidade de pensar uma organicidade interna maior do movimento</p>	<p>está faltando a formação, a educação, acesso a educação às lideranças</p>		
---	--	--	--	--

Fonte: Entrevistas, Documentos e Materiais Audiovisuais coletados pelo autor (2014).

Composição: 8 Entrevistas (6 faxinalenses; 2 agentes públicos); 36 Documentos; 5 Materiais Audiovisuais.